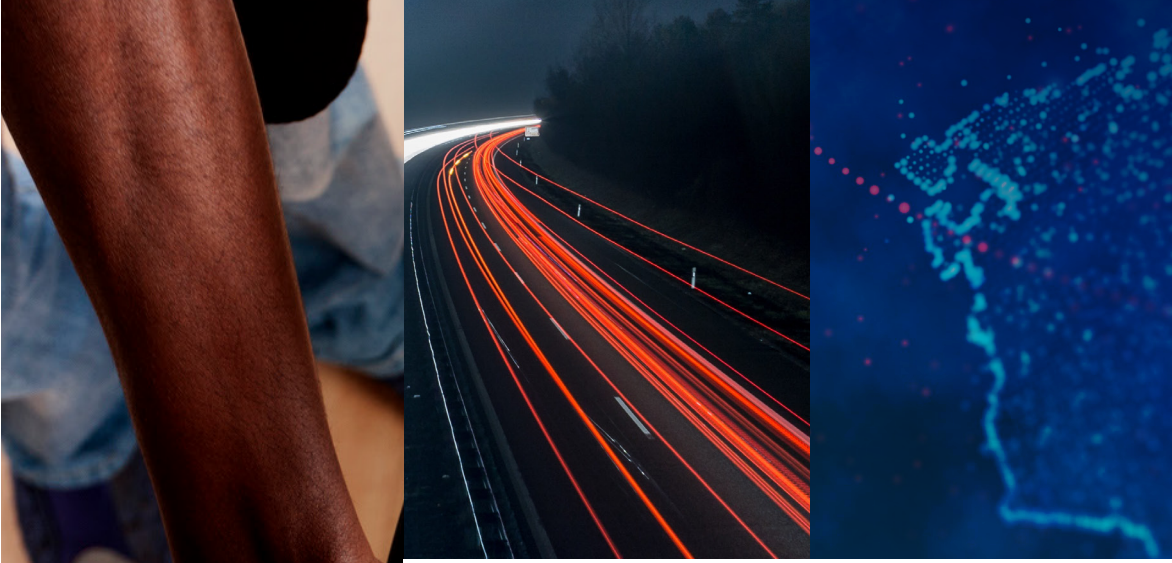


DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM REDES INTERDISCIPLINARES

1

ORGANIZAÇÃO
AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO DA SILVA

EDITORA PUC RIO
Departamento de Geografia e Meio Ambiente
CAPES
GeTERJ

Reitor
Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor
Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos
Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos
Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários
Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento
Prof. Sergio Bruni

Decanos
Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)
Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)
Prof. Sidnei Paciornik (CTC)
Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM REDES INTERDISCIPLINARES

1

ORGANIZAÇÃO
AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO DA SILVA

EDITORA PUC RIO
Departamento de Geografia e Meio Ambiente
CAPES
GeTERJ

©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900
T 55 21 3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch,
José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Sidnei Paciornik,
Luiz Roberto Cunha e Sergio Bruni.

Coordenador e editor
Felipe Gomberg
Editora Assistente
Lívia Salles
Produtora editorial
Tatiana Helich Lopes

Revisão de texto: Carmem Becker
Projeto gráfico de capa e miolo: F/damatta Design
Diagramação de miolo: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dinâmicas socioespaciais em redes interdisciplinares [recurso eletrônico] / Augusto César Pinheiro da Silva (organizador). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

1 recurso eletrônico (382 p.)

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 25 de junho de 2021

Inclui bibliografia
Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader
Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=979&sid=3
ISBN (e-book): 978-65-88831-10-6

1.Humanidades. 2. Ciências sociais. 3. Geopolítica. 4. Artes, Linguagem e Educação. I. Silva, Augusto Cesar Pinheiro da.

CDD: 910.091732

Elaborado por Lizandra Toscano dos Santos – CRB-7/6915
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

SUMÁRIO

07 Apresentação

11 Capítulo 1 ▪ Transcendendo a objetividade da cartografia na geografia: as representações espaciais de literaturas fantásticas
Rafael Silva Nunes

52 Capítulo 2 ▪ Geografias nucleares transatlânticas: uma análise espacial das centrais nucleares de Angra dos Reis (Brasil) e Vandellós (Espanha) a partir da teoria relacional dos três domínios
João Pedro Garcia Araujo e *Alexandro Solórzano*

77 Capítulo 3 ▪ La cartografía turística participativa como instrumento para develar silencios cartográficos: caso cuenca media del río Pacuare, Turrialba, Costa Rica
Meylin Alvarado Sánchez e *Glaucio José Marafon*

95 Capítulo 4 ▪ O projeto "Porto Maravilha" no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona, representações e produção a serviço do capital
Alvaro Ferreira, *Horacio Pizzolante* e *Mateus Viriato*

116 Capítulo 5 ▪ Globalismo, soberania ambiental e hipocrisia "ambientalista"
Rodrigo Penna-Firme e *Cláudia Della Piazza Grossi*

135 Capítulo 6 ▪ A política de formação de professores no Brasil: impactos do programa de bolsas de iniciação à docência
Rejane Rodrigues e *Luana Correia*

156 Capítulo 7 ▪ El fin del glacis defensivo europeo y el resurgimiento de Eurasia
Clemente Herrero Fabregat

189 Capítulo 8 ▪ Entre el recelo y el desconocimiento. Las relaciones hispano-brasileñas durante la crisis cubana de 1895-1898
Agustín Sánchez Andrés

209 Capítulo 9 ▪ La presencia del mundo iberoamericano en los libros de textos escolares españoles. Análisis comparativo entre los libros de texto de la loe (2006) y los libros de texto de la lomce (2013)
María Montserrat Pastor Blázquez

262 Capítulo 10 ▪ El precio del deber. Narrativa y práctica yihadista en el SXXI
Carlos Braverman

288 Capítulo 11 ▪ Cambios geopolíticos, países emergentes (BRICS) y la cuestión del subimperialismo – desde mirada húngara
István Szilágyi

308 Capítulo 12 ▪ La política de Hungría hacia América Latina y el Caribe
Gyula Horváth e *Domingo Lilón*

322 Capítulo 13 ▪ Novas aproximações do erro e do transfer neativo através de métodos da intercompreensão e do *language coaching* na aula de Língua Portuguesa. Fundamentação teórica de uma investigação a longo prazo
Evelin Gabriella Hargitai

336 Capítulo 14 ▪ Panorâmica dos conflitos entre o Chile e a Bolívia nos séculos XIX-XXI
Máté Deák

345 Capítulo 15 ▪ O Jobbik, o islão e Bolívia
Norbert Pap, Viktor Glied e *Péter Reményi*

370 Sobre o organizador e os autores

APRESENTAÇÃO

O jardim das línguas que se bifurcam se reencontra nos seus objetos.
(Adaptado de André Alvarenga, 2021)

A primeira coletânea do subprojeto CAPES-Print/PUC-Rio "Dinâmicas Socioespaciais dos Mundos Ibérico e Ibero-Americano em Redes Interinstitucionais" apresenta o resultado inicial de um processo irreversível: o da conexão interdisciplinar, interdepartamental, interinstitucional e internacional do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Instituindo-se as aproximações temáticas que constituem o que passou-se a conceber como Ciências Sociais (apesar das diferenciações sobre os contextos social e investigativo entre as universidades brasileiras e suas coirmãs latino-americanas e europeias) e Ciências Humanas, no seio da PUC-Rio, o livro em questão reaproxima, no âmbito das Humanidades, as pesquisas, a docência, os discursos e as reflexões sobre temas que vêm movimentando as sociedades de todo planeta, há algumas décadas, constituindo-se em um registro das identidades de investigação sobre as quais mergulham pesquisadores de muitas origens, com seus múltiplos padrões de valor e concepções acerca dos seus cotidianos.

Ao apresentar algumas abordagens da rede interinstitucional iniciada em outubro de 2014 com o advento do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (I CONGEO), no *campus* da PUC-Rio, o organizador da coletânea aqui apresentada buscou somar as linhas de investigação sobre temas em Humanidades convergentes e compreendidas a partir da dimensão linguística: o português e o espanhol. São elas que possibilitam a identificação de sinergias fundamentais não apenas nas suas intencionalidades, mas, sobretudo, a partir das metodologias analíticas trazidas por núcleos e grupos de pesquisa, departamentos universitários,

laboratórios de investigação existentes na América Latina, Península Ibérica e Europa Centro-Oriental. Ao cultivar a compreensão dessas duas línguas e suas interconectividades entre pesquisadores e temas, amplia-se a capacidade de discussão e articulação entre as diversas pesquisas realizadas nesse largo espectro socioespacial.

Nesse contexto, as dinâmicas socioespaciais passam a ser lidas a partir de uma perspectiva linguística iniciada na Península Ibérica e adaptada pelas sociedades latino-americanas e centro-orientais da Europa, valorizando-se outras vertentes de comunicação universal para a ciência contemporânea além da hegemonia linguística baseada no anglicismo. Entendo que tal validação dá novas tonalidades às discussões sobre a literatura, as artes, a política, o meio ambiente, a educação, a história, a geopolítica, a geografia, em uma semântica de palavras que traduzem, pela latinidade, o nosso conhecimento e ética *post-ocidental* com a adesão de linhagens ameríndias, negras, eslavas e magiares. As interpretações para essas expressões das humanidades são definidas também por tais semânticas e contextos e sobre elas as singularidades e particularidades devem ser compreendidas para a análise do real.

A perspectiva interpretativa desse "jardim semântico" – não apenas de línguas, mas, sobretudo, de concepções – quebra o autoritarismo do homogêneo e do idealizado no igualitarismo, abrindo as portas para o repensar sobre os contextos reais de povos que buscam convergências revitalizando novas conexões e redes.

Assim sendo, a publicação em seu número 1 traz as contribuições das pesquisas de investigadores que atuam, direta ou indiretamente, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio (PGE). Dentre os diversos temas trabalhados nesse programa, destacam-se, nesta publicação, as análises sobre a modernização dos espaços urbanos em cidades portuárias (Rio de Janeiro e Barcelona), a partir de projetos urbanísticos na atualidade; os estudos sobre as dinâmicas da geopolítica nuclear comparada entre Brasil e Espanha com seus impactos socioambientais; as discussões sobre a importância da cartografia e da literatura fantásticas para transcender objetividades científicas limitantes; a reflexão sobre o globalismo ambiental e suas ações e discursos que afetam as soberanias nacionais na atualidade; e a aplicação de políticas públicas educacionais para a formação de futuros professores de Geografia no Brasil. Nossos pesquisadores expõem suas versões sobre contextos de pesquisas socioespaciais que convergem, muitas vezes, com temas similares aos realizados em outras realidades

espaciais, notadamente no cotidiano de investigação de países latino americanos e europeus.

No âmbito dos demais países da América Latina, a publicação traz outras duas contribuições sobre temáticas que versam sobre percepções latinas complexas, a partir da conexão do Brasil na região. Em uma delas há uma abordagem histórica sobre a geopolítica da recém-inaugurada república brasileira no fim do século XIX em relação ao processo de independência de Cuba, pesquisa realizada no México por investigador espanhol; na outra, a pesquisa se foca sobre os "silêncios cartográficos", a partir da cartografia turística participativa na Costa Rica, pesquisa realizada por investigador brasileiro do PGE e investigadora costarriquenha associada. As redes de pesquisa aqui travadas traduzem o espírito desta publicação: a complexidade das abordagens sobre temas do mundo ibero e latino-americano em contextos plurais e por pesquisadores de origens diversas, mas com foco nas duas línguas ibéricas mais expressivas no mundo atual. A complexidade interpretativa encontra consonância nessas línguas sobre questões comuns vivenciadas nos cotidianos dos autores convidados.

Na outra ponta do nosso espectro espacial de investigações em Humanidades, encontram-se os capítulos, também em língua espanhola e portuguesa, de pesquisadores espanhóis, húngaros e latino-americanos não sediados na América Latina. De Israel, tem-se o capítulo do pesquisador argentino que analisa o contexto do *yihadismo*, suas práticas e narrativas em mundo cada vez global – e do qual a América Latina não se autoexclui. Já da Espanha, e seguindo a discussão geopolítica, os temas focados são o da revitalização regional europeia e asiática e as aproximações nacionais decorrentes com a retomada do recorte "Eurásia", reconectando-se o poder Leste/Oeste europeu, e também o das geopolíticas educativas traduzidas pelas visões e concepções de autores didáticos de livros escolares espanhóis sobre a Península Ibérica. Os aspectos discursivos sobre os temas geopolíticos, educativos e dos grupos de pressão globalizados nos espectros regionais e nacionais expressam o contexto da relativização espaço-tempo tão discutida nas Humanidades, desde os anos de 1990. Da Europa Centro-Oriental (Hungria), os capítulos apresentados pelos pesquisadores convidados versam sobre temáticas que abordam desde as dinâmicas e metodologias interativas de compreensão e aprendizado da língua portuguesa por falantes magiares (a língua húngara ocupa o topo de dificuldade de compreensão e expressão por falantes de línguas latinas), passando pelos temas que versam sobre a geopolítica

dos *subimperialismos* emergentes frente a consolidação dos BRICS, notadamente em relação à América Latina e sob a visão húngara, que discutem as atuais conexões políticas da Hungria com as regiões e Estados da América Latina, que apresentam as tensões históricas, desde o século XIX até os dias atuais, entre o Chile e a Bolívia, chegando-se aos grandes e expressivos movimentos políticos nacionalistas na Hungria do século XXI, suas conexões com o Islão e sua proximidade com lideranças políticas carismáticas em países latino-americanos, como a Bolívia.

Portanto, os temas tratados na coletânea 1 buscam, frente ao rigor investigativo impulsionado pela cientificidade, criar mecanismos de atração, conexão e complexidade para que os saberes e conhecimentos sobre/de Humanidades se tornem cada vez mais pertinentes às realidades socioespaciais, próximas em suas lógicas e distantes em suas origens, respeitando-se suas diferenças, contextos geográfico-históricos e sociológicos, mas com afinidades proporcionadas por línguas que estabelecem lógicas interpretativas singulares em cotidianos distintos.

Que tais publicações tenham vida longa e ampliem as conectividades na nossa Humanidade investigativa e científica.

Augusto César Pinheiro da Silva

CAPÍTULO 1

Transcendendo a objetividade da cartografia na geografia: as representações espaciais de literaturas fantásticas

Rafael Silva Nunes
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Cultura. Significa, de acordo com o *Dicionário Aurélio* (Ferreira, 1986, p. 508), o "complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade". Apesar da aparente clareza sobre a qual a palavra cultura está forjada, tal vocábulo apresenta uma polissemia bastante variada. Esta polissemia está relacionada à existência de diferentes percepções sobre como a cultura, ao longo do tempo foi apresentada e compreendida por diferentes teóricos da chamada "Teoria da Cultura". Para alguns autores, por exemplo, a cultura merece ser observada sob um prisma/dimensão evolucionista, tendo em vista a existência de culturas "mais ou menos" desenvolvidas. Para outros, a valorização de outros aspectos (como a contextualização histórico-paisagística, por exemplo) apresenta certa centralidade para o entendimento do fenômeno cultural de dada sociedade.

Um dos principais nomes em tal discussão refere-se à Edward Burnett Tylor. De acordo com Laraia (2001, p. 25), Tylor foi o responsável por definir o vocábulo *Culture*, que, por sua vez, "abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos". Apesar da hipotética dicotomia apresentada por Tylor, Keesing (1974) faz breve considerações a despeito das teorias que lidam com a cultura por meio de um sistema adaptativo. Sob tal perspectiva, o autor demonstra que a cultura passa a ser percebida

sob uma ótica que busca realizar aproximações baseadas em componentes culturais aliados à componentes biológicos.

> Uma ponte alargada entre estudos de evolução hominoide e estudos da vida social humana levou-nos a ver mais claramente que o desenho biológico humano é aberto, e perceber a forma como a sua conclusão e modificação através da aprendizagem cultural tornam a vida humana viáveis em determinados ajustes ecológicos. A aplicação de um modelo evolutivo de seleção natural às construções culturais em fundações biológicas levou os antropólogos a perguntarem com sofisticação crescente como as comunidades humanas desenvolvem padrões culturais específicos. (Kessing, 1974, p. 74, tradução nossa)

Assim, sob tal prisma, os padrões culturais que passam a ser delineados apresentam especificidades que merecem ser avaliados sob "projetos de pesquisa cuidadosos e imaginativos e exploração paciente; não polêmicas e sensacionalismo" (Kessing, 1974, p.74). Neste aspecto, Kessing também apresenta uma série de linhas teóricas que buscam apresentar a cultura enquanto sistema de ideias, sendo elas: as culturas enquanto sistemas cognitivos, as culturas enquanto sistemas estruturais e as culturas enquanto sistemas simbólicos.

No primeiro caso, o autor apresenta a ideia de que a cultura se apresenta como um sistema organizado de conhecimento que passa a ser modelado e transmitido entre os membros de um grupo. Nesta organização estabelecida, os indivíduos passam a obedecer às regras, costumes, ritos e práticas de maneira a serem aceitos em determinado grupo sendo estes transmitidos cognitivamente entre os indivíduos a ele pertencentes.

O segundo modelo é apresentado sob a égide de Levi-Strauss. Tal abordagem se estabelece sobre o entendimento de que existem estruturas acumuladas do conhecimento humano e que pavimentam o desdobramento simbólico. Conforme apontado por Laraia (1986, p. 61), Levi-Strauss busca estabelecer "uma nova teoria da unidade psíquica da humanidade" a partir do entendimento estruturante sobre o qual a cultura se estabelece. Neste sentido, assume-se que culturas diferenciadas podem partilhar de veios comuns vinculados a princípios associados à mente humana.

> Lévi-Strauss vê as culturas como sistemas simbólicos compartilhados que são criações cumulativas da mente; ele procura descobrir na estruturação de domínios cul-

> turais – mito, arte, parentesco, linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais. (Keesing, 1974, p. 78, tradução nossa)

Por fim, a terceira abordagem estabelece a cultura enquanto sistema simbólico. Nesta abordagem a identificação de símbolos e suas interpretações passam a deter certa centralidade para que se delineie padrões culturais existentes em determinada sociedade. Esta abordagem, bastante valorizada pelos pressupostos de Geertz, busca romper com o formalismo e entendimento de que a cultura é moldada apenas por uma dimensão consciente de determinado grupo social. Sob esta ótica, para Keesing (1974, p. 79, tradução nossa) "os significados não estão 'nas cabeças das pessoas'; os símbolos e os significados são compartilhados pelos atores sociais – entre, não neles; eles são públicos, não privados". Assim, o estudo da cultura passa a se estabelecer sobre o entendimento dos códigos simbólicos partilhados por dado grupo social (Laraia, 2001).

Nas palavras de Geertz (1978, p. 15):

> O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótica. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Hall (2016), por sua vez, também apresenta que "cultura" estabelece-se como um termo complexo e que apresenta uma ampla variabilidade de definições e abordagens. De acordo com o autor, cultura não está associada a uma amalgamação de coisas e objetos, mas sim a um conjunto de práticas compartilhadas por um grupo social. Estas práticas compartilhadas, por sua vez, estão relacionadas à "produção e ao intercâmbio de sentidos – o 'compartilhamento de significados' – entre os membros de um grupo ou sociedade" (Hall, 2016, p. 20). Ou seja, cultura passa a ser entendida como um código de costumes, valores e significados partilhados.

Apesar do entendimento e importância assumida pela cultura, a polissemia do vocábulo (já mencionada anteriormente) torna-se ainda mais ampla quando se observam em diferentes tempos da evolução do pensamento científico, ou seja, a partir de avanços e retrocessos sobre como a abordagem cultural foi tratada e absorvida pela ciência.

A abordagem cultural da ciência no campo da Geografia, por exemplo, sofreu severas críticas sob a luz da racionalidade iluminista ao propor uma abordagem não positivista da leitura espacial (Júnior, 2001). Isto porque na perspectiva iluminista não havia espaço para subjetivismos e discussões romantizadas, tendo em vista que a racionalidade crítica e a centralidade científica se relacionavam e definiam o que era e o que não era ciência. Este pensamento, ainda (bastante) presente nos dias atuais, é verificado ainda como o método tradicional da prática científica, no qual se reconhece fundamentalmente o desprezo pela metafísica e o entendimento de que apenas o material é palatável (e digno de ser reconhecido como científico). Considerava-se, nesta perspectiva, que a matematização do mundo apresenta-se como requisito básico para se fazer ciência.

A Cartografia, por exemplo, durante o período iluminista retomava seu papel técnico e se estabelecia como prática de traduzir a realidade mundana em um ambiente plano, mensurado e completamente regrado, rompendo uma vez mais com práticas que foram ressignificadas ao longo da história. Conforme exposto por Costa e Rocha (2010, p. 36), "a quantificação deixou de ser uma ferramenta auxiliar do geógrafo em sua análise e passou a ser o referencial básico das pesquisas", o que por sua vez contribuiu diretamente para a formação de uma Geografia matematizada.

Durand (1999, p. 12-13), por exemplo, ao fazer um pequeno resumo histórico do comportamento científico ao longo dos séculos apresenta que a partir do século XVII o imaginário passa a ser "excluído dos processos intelectuais" O autor apresenta a ideia de que a "imagem, produto de uma 'casa de loucos', é abandonada em favor da arte de persuasão dos pregadores, poetas, e pintores". Mais do que ignorar diversas formas de expressão científica (tendo a poesia e a imagem como exemplos), essa percepção e *modus operandi* de fazer ciência contribui para a desqualificação de outros procedimentos (até então considerados não científicos). De acordo com o autor, ao longo do século XVIII tal perspectiva se mantém e se reafirma tendo por base os pressupostos de Hume e Isaac Newton.

> A mecânica de Galileu e Descartes decompõe o objeto estudado no jogo unidimensional de uma única causalidade: assim, tomando como modelo de base as bolas de sinuca que se chocam, o universo concebível seria regido por um único determinismo, e Deus é relegado ao papel de "dar o empurrãozinho" inicial a todo o sistema. (Durand, 1999, p. 13)

Entretanto, a partir da emergência e necessidade de buscas por respostas a questões não digeridas e trabalhadas pela ciência tradicional, fez-se emergir uma nova forma de lidar com a realidade "estabelecida".

> A quantificação tem como méritos o enriquecimento da geografia com o uso de modelos matemáticos-estatísticos, inserção dos computadores na análise e a busca de aprimoramento metodológico. No entanto, o uso e abuso de técnicas e modelos típicos das ciências naturais não davam respostas a todas as questões e inquietações impostas as ciências sociais. (Costa e Rocha, 2010, p. 36)

A perspectiva cultural, por sua vez, introduz uma nova forma de ver (e lidar) com a realidade "estabelecida". Ao se apoiar sobre um paradigma contemporâneo de percepções e pensamentos que passam a observar a realidade de maneira complexa, a adoção de uma abordagem científica pelo viés cultural passa a possibilitar a abertura de novos caminhos que se refletem na própria ciência. Estes caminhos pavimentam-se sobre abordagens que não mais entendem a sistematização (matemática e modelada) de fenômenos como as únicas capazes de fornecer explicações totalizantes. Passa-se a valorizar aspectos imateriais e que transcendem a materialidade observável, invadindo-se camadas antes desconsideradas (ou desvalorizadas) na prática científica. Valorizam-se, sob esta ótica, novos mecanismos de observação.

O imaginário (e a imaginação), por exemplo, passa a se estabelecer enquanto dimensão importante da percepção da realidade. Pesavento (1995) no excelente ensaio *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário* busca apresentar a temática e a importância assumida pelo imaginário diante da crise paradigmática sob a qual a realidade era percebida nos últimos séculos da produção científica.

Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um "outro" ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. (...) o imaginário, enquanto representação, revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente. É, pois, epifania, aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem e pelo discurso. (Pesavento, 1995, p. 15-16)

Para a autora, o imaginário resplandece naquilo que está além do expresso, e muitas vezes, do material. Apresenta-se como um domínio de possibilidades não explícitas e que encontram sua morada no indivíduo e no coletivo. Como exposto

pela autora, "a dimensão criadora do imaginário nos remete à dialética do racional/irracional. O imaginário não é um ensaio do real, mas evocação que dá sentido às coisas" (Pesavento, 1995, p. 21). É, neste sentido, parte formatadora do real que conhecemos e vivenciamos. E exatamente sob este aspecto que a imaginação se apresenta enquanto processo fundamental de realização e explicitação do imaginário.

Evidentemente que a imaginação será altamente influenciada, se não mesmo determinada, pelo contexto cultural como um todo. Não existe uma imaginação *a priori* trazida pelo sujeito desde a sua concepção. Toda imaginação será sempre um resultado de experiência resultantes de atividades exercidas pelo próprio sujeito. Estas atividades são peculiares a cada um, mas podem ser mediadas por outras pessoas ou por elementos culturais ou naturais. O que importa é que toda imaginação é sempre alimentada por estas experiências, desenvolvendo-se em conformidade com a atuação da criança, do jovem ou do adulto em qualquer período de sua vida. (Lins, 1998, p. 23)

Como mencionado anteriormente, as representações (e o imaginário enquanto dimensão de representações do real), passam a se desenrolar como um processo-chave na dimensão cultural. Para Hall (2016, p. 31) a representação é essencial por ser "parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura". É, portanto, meio sobre o qual a(s) mensagem(ns) passa(m) a ser transmitida(s), interpretada(s) e interiorizada(s) por determinado grupo social. Este processo, no entanto, se estabelece pautado em dois sistemas de representação. Um primeiro relacionado à "ordem de objetos, sujeitos e acontecimentos é correlacionada a um conjunto de conceitos ou representações mentais que nós carregamos" (Hall, 2016, p. 34) e um segundo correlacionado à linguagem propriamente dita, ou seja, um sistema que se estabelece por meio da troca dos sentidos e conceitos entre indivíduos.

Assim, o primeiro sistema torna-se estruturante na medida em que se formatam e organizam conceitos (sejam eles materiais ou imateriais) sobre os elementos que percebemos em nossa realidade. Sistematiza-se um conjunto de operações que interpõe e/ou aproximam conceitos variados de representação. As associações tornam-se importantes para que se estabeleçam "mapas conceituais" individuais, mas que também passam a ser mediados e compartilhados entre diferentes indivíduos. A sistematização das representações cria, desta maneira, um ambiente propício à

troca e partilha de ideias, conceitos e percepções do mundo que passam a invadir o cotidiano humano.

Já o segundo, torna-se central para a cultura na medida em que estes conceitos e ideias partilhados pelo homem, para serem transmitidos entre os diferentes indivíduos, necessitam de um meio para se realizar. Este meio de realização é possível na medida em que se adotam signos como parte integrante do processo da transmissão das informações, tendo em vista que, para o autor, "os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado da nossa cultura" (2016, p. 37). Assim, a organização destes variados signos possibilita a formatação de linguagens nas mais variadas formas existentes. Tais linguagens, por sua vez, não se restringem a perspectiva escrita e oral. As representações visuais, por exemplo, passam a se estabelecer (também) enquanto representação. Para Hall (2016, p. 37) "qualquer som, palavra, imagem ou objeto que funcione como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados com outros em um sistema, são, sob esta ótica, 'uma linguagem'". Estes sistemas de representação apresentam-se como importantes indutores a despeito de como a cultura passa a ser moldada e mediada entre os múltiplos indivíduos de determinado grupo social.

Tendo-se por base tais dimensões, observa-se que o imaginário passa a apresentar certo protagonismo no produzir científico. Assume-se uma perspectiva que rompe com a "exclusividade" conferida à ciência tradicional/clássica possibilitando o surgimento de novas ideias e concepções acerca da sociedade e seu espaço de vida.

> A Geografia em seu trajeto como disciplina acadêmica assim como as demais ciências sociais esteve encarcerada na "sombria" razão iluminista. Entretanto por privilegiar a razão como única fonte de conhecimento, desprezava-se toda tentativa de romantismo ou pensamento irracional que aflorasse. (...) A ruptura com os parâmetros da razão pura fez surgir a possibilidade de contemplar os estudos sobre a imaginação, a poética espacial, bem como os sentidos que os lugares adquirem para uma determinada sociedade. (...) A Geografia Humanística com os estudos na área da Geografia Cultural esquadrinhou com propriedade as novas propostas de abordagem, sobretudo no que concerne ao espaço geográfico enquanto espaço de vivencia dotado evidentemente de sua carga subjetiva. (Junior, 2001, s.p)

É justamente neste sentido que o trilhar histórico científico (e, no caso do presente estudo, o geográfico) se desenrola com avanços e retrocessos metodológicos. Entretanto, verifica-se atualmente não uma promoção da ruptura da ciência para com as visões objetivas acerca do mundo. Percebe-se, ao contrário, a valorização de novas formas de produzir ciência a partir do entendimento e exploração de novos métodos

A tradição literária e as contribuições de Humboldt: por uma nova forma de ver o mundo

Tendo-se por base os pressupostos científicos que se desenrolaram a partir das críticas associadas ao neopositivismo e da importância assumida pela dimensão cultural para o entendimento de processos e fenômenos geográficos, torna-se importante identificar estratégias que contribuíram (e contribuem) para o desenvolvimento da ciência geográfica. Neste sentido, um nome que passa a significar uma nova lufada de ares na perspectiva geográfica é Alexander von Humboldt (1769-1859). Oriundo de uma escola naturalista que se apoiava fundamentalmente sobre a descrição de paisagens, Humboldt se estabelece como um autor que valoriza seus aspectos fisionômicos e fisiográficos a partir da descrição, pautada em múltiplas observações. Ao longo de sua vida, e tendo por base uma série de trabalhos, o autor criou múltiplas possibilidades a respeito da produção científica com as suas reflexões pautadas no entendimento da paisagem (repousada no termo *Naturgëmalde*, ou seja, algo como "a pintura da natureza"), e seus fenômenos (Ricotta, 2003).

> Os textos científicos que Humboldt começou a compor desde o *Ansichten der Natur,* e 1808, procuraram seguir uma tradição de apresentação das descobertas científicas. Uma tradição que lida com imagens, técnicas de apresentação textuais, enfim, com as tentativas de materializar ou tornar visível o invisível ou o imaterial. (Ricotta, 2003, p. 137)

A tradição literária significava para esse autor o meio a partir do qual os leitores poderiam vislumbrar as experiências dos fenômenos de maneira clara e sub(ob)jetiva. Transformava-se a experiência da leitura em uma experiência pessoal na qual poderia se moldar a constituição básica daquilo que estava sendo descrito. O autor

apoiava-se, segundo Ricotta (2003), em uma narrativa que explorava as diferentes estruturas científicas apresentadas até então. Humboldt, em sua estética científica, aproxima-se do leitor, aquele que passa a receber a informação e degluti-la. E mais que isso: permitia ao leitor emocionar-se a partir da poética descritiva dos fenômenos apresentados, algo que a ciência moderna fez questão de tratar como algo não científico. Humboldt, além da estética de sua escrita passava, ao longo de seus escritos, a contribuir diretamente para um despertar do mágico (via imaginário) na sua prática científica. A Natureza, só podia ser entendida se levada em consideração o mistério que a mesma carrega em si para além da forma das coisas.[1] Assim, a imaginação humana torna-se suporte para o produzir científico tendo em vista que é por meio dela que os fenômenos e processos da natureza passam a ser entendidos e experimentados.

Humboldt (1864), em sua obra *Cosmos*, ao refletir sobre os diferentes graus de prazer apresentados para o ser humano a partir dos aspectos da natureza e do estudo de suas leis define que a emoção é parte integrante da análise pautada na contemplação do objeto geográfico. O autor, apesar de discutir a fisiografia e a natureza das leis, compreende e interioriza na forma da discussão sentimentos que afloram a partir da poética literária. Assim, a estética e a formatação literária apresentavam-se como componentes centrais que possibilitavam a estruturação de uma linguagem sobre a qual a sensibilidade se configurava como parte da descrição.

> Em um determinado momento o coração se agita por uma sensação de grandeza da face da natureza, pela contenda dos elementos ou, como na Ásia do Norte, pelo aspecto da aridez dos longos estepes: em outro momento as emoções mais suaves são excitadas pela contemplação de colheitas ricas arrancadas pela mão do homem da selvagem fertilidade da natureza, ou a visão de habitações humanas criadas ao lado de alguma torrente selvagem e espumante. (Humboldt, 1864, p. 4, tradução nossa)

Esta forma de fazer ciência, e que era proposta e vivida por Humboldt era, de certa maneira, uma resposta à prática científica de época, que buscava negar o sujeito enquanto parte fundamental da produção científica. A adoção de novas abordagens à prática científica, possibilitando a utilização de termos e linguagens que aproximassem o leitor do pesquisador, bem como as estruturas de transmissão da informação

entre as partes passavam a integrar uma nova forma de como fazer e transmitir ciência (Dagnino, 2008).

Esta perspectiva Humboldtiana, que abre espaço para que se emerja uma nova forma de praticar e fazer ciência (através de recursos variados pautados em sensações e no imaginário individual) abre uma miríade de possibilidades acerca do nosso próprio entendimento da realidade, destacando-se que o autor passou a ser confrontado em relação à validade de sua prática científica devido ao enredo quase poético da sua produção e suas descrições fenomenológicas.

Este enredo poético apresentava tal importância para Humboldt que, conforme demonstrado por Nicolson (1990), ao se observar o frontispício da obra *Alexander von Humboldt und Aimé Banplands Reise*, datada de 1807 (Figura 1) pode-se perceber uma imagem bastante sugestiva, na qual Apolo (Espírito da Poesia) desvela Ísis (Espírito da Natureza). Esta representação ilumina a centralidade da narrativa poética adotada pelo autor.

Figura 1. O Espírito da Poesia desvelando o Espírito da Natureza no frontispício da obra *Alexander von Humboldt und Aimé Banplands Reise*.

Fonte: Nicolson (1990).

O mistério da Natureza sobre o qual Humboldt se apoia para entendê-la, subentendido como parte inequívoca dos fenômenos e dos objetos que se estabelecem como parte do mundo, surge enquanto combustível para o imaginário científico.

Além da necessidade de critérios racionais para o fazer da ciência, estabelece-se o ato de imaginar enquanto procedimento metodológico para que se entenda em sua completude aquilo que é observado e estudado.

> A harmonia entre razão e imaginação – faculdades igualmente abstratas que o texto humboldtiano coloca em posições dependentes e, muitas vezes, equilibradas – impede-nos de apelar para a distinção entre o mundo concreto e o mundo abstrato como um divisor da Natureza em pauta. Apesar da primazia alcançada pelo concreto na listagem de cenas exuberantes para o contemplado, na sistematicidade de dados e leis auferidas pelos instrumentos de medição e na consideração respeitosa pelos resultados das ciências físicas, predominam, no método de exposição da ciência humboldtiana, considerações de ordem estritamente abstratas. (Ricotta, 2003, p. 159)

Apesar da importância da tradição literária, Gomes (2017) apresenta também a centralidade que a representação passa a ter para Humboldt, a partir da utilização dos chamados "quadros", cujos objetivos resplandeciam na apresentação de visões gerais das paisagens. Nesses quadros, a importância imagética possibilitava ao leitor/espectador perceber formas, mas também realizar conexões entre seus componentes. Isto por sua vez estimulava a contribuição da imaginação daquilo que se apresentava enquanto exposto na imagem (*per se*).

> Os quadros devem falar ao espírito e à imaginação, insistiu Humboldt mais de uma vez em seu texto. Por intermédio dessa forma de expressão, podem vir à mente novas conexões entre os fenômenos para aqueles que os estudam diretamente. Os quadros proporcionam igualmente uma visão mais geral e em conjunto daquilo que os especialistas conhecem em detalhe. (Gomes, 2017, p. 47)

Até mesmo a descrição das imagens apresenta, na literatura humboldtiana, um vocabulário que propicia a contínua promoção descritiva capaz de favorecer o imaginário da paisagem por parte do leitor, utilizando-se de vocábulos como: vistas, imagens, aclaradas, veladas, verdejantes, entre outros (Gomes, 2017). A partir de então de sua abordagem verifica-se o favorecimento de um pensar complexo que se estabelece para além das formas expressas nos quadros. A paisagem transmitida é

parte matéria (traduzida nas formas e materialidades da representação) e parte etérea (imaterial, traduzida nas conexões possíveis que estão ligadas ao fenômeno).

> A pintura propriamente dita une "o mundo visível ao mundo invisível" (Humboldt, 1948, v. II, p. 104). A observação e o registro descritivo, seja ele gráfico ou textual, são o veículo que pode levar a esse mundo invisível que escapa da apreensão imediata dos sentidos, mas é "fecundado pelo raciocínio" e atinge as causas dos fenômenos. (Gomes, 2017, p. 53)

A observação empírica, pautada na contemplação dos fenômenos (especialmente físicos) passa a utilizar diferentes meios de representação para se realizar enquanto método. O naturalismo humboldtiano favorece notadamente a construção da realidade pautada na descrição minuciosa e detalhada dos processos observados. Esta linguagem, portanto, encontra (como já visto anteriormente) um processo dual no qual há espaço para o "emocional" atuar, ao mesmo tempo que necessita da preocupação constante da forma e estrutura linguística no ato da comunicação. Assim, o entendimento e conhecimento gerados acerca de dado fenômeno dependem diretamente "em larga escala da descrição do novo terreno, efetuada a partir de uma escrita calculada, medida e ajustada ao que se está vendo" (Ricotta, 2000, p. 102).

Esta estrutura descritiva, mensurada e emocionada pode ser verificada em inúmeros trabalhos de Humboldt. Entretanto, no trabalho intitulado *Quadros da natureza* Humboldt apresenta diversos exemplos relacionados a diferentes dimensões físico-bióticas da natureza nas quais seu método se apresenta enquanto central na formatação de representações. Logo nas primeiras páginas desse trabalho, ao apresentar uma discussão sobre os desertos e estepes, o autor introduz uma descrição que localiza e explora o imaginário do leitor, apropriando-se de elementos qualitativos que possibilitam a projeção imagética da paisagem descrita.

> Junto das altas montanhas de granito, que desafiaram a erupção das águas, ao formar-se, na mocidade da Terra, o mar das Antilhas, começa uma vasta planície que se estende até se perder de vista. Se, depois de atravessar os vales de Caracas e o lago Tacarígua, semeado de numerosas ilhas, e no qual se reflectem os plátanos que lhe assombreiam as margens, se passar pelos prados onde brilha a verdura clara e suave das canais de açúcar de Taiti, ou se deitar para trás a sombra densa dos bosquezinhos

> de cacau, a vista dilata-se e descansa para o sul sobre estepes as quais parecem ir-se levantando gradualmente e desvanecer-se no horizonte. (Humboldt, 1952, p. 5)

De acordo com Vitte e Springer (2011) um dos componentes que merecem ser valorizados nas obras de Humboldt refere-se à sensibilidade. De acordo com os autores, esta "qualidade" do pensar científico passa a ser observada na medida em que o empirismo se estabelecia como doutrina científica, ou seja, a partir do momento em que se passa a valorizar o conhecimento gerado por meio do processo de observação e experimento.

> A geografia física, surgida no contexto da *naturphilosophie*, foi o produto da união entre o sentimentalismo e o empirismo, donde as suas teorias científicas foram o produto de uma relação complexa entre a sensibilidade e o newtonianismo, representada pela ciência humboldtiana. (Vitte e Springer, 2011, p. 170)

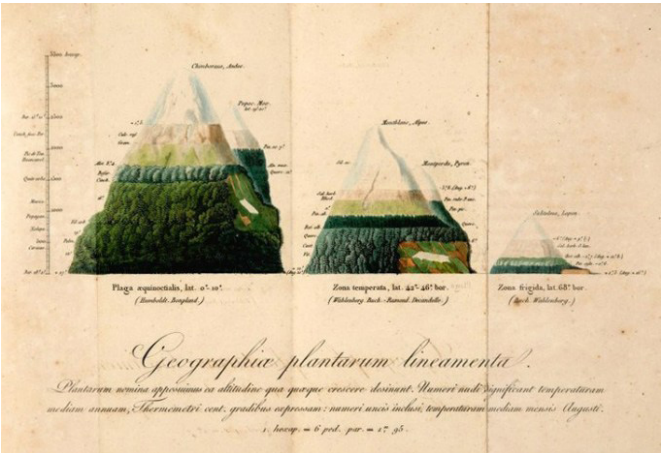
Apesar da importância deste componente, Vitte e Springer (2011) observam outras estratégias que passam a ser bastante expressivas nas obras de Humboldt. A linguagem literária, utilizada de maneira virtuosa nas análises descritivas, passa a ser acompanhada por recursos gráficos[2] que, por sua vez, estabelecem um cabedal de representações que aproximam ainda mais o entendimento do leitor frente a obra apresentada. As imagens fulguram enquanto representações que contextualizam os fenômenos descritos e analisados por ele. Assim, para o autor, as ciências naturais deveriam ir além do entendimento conceitual (pre)estabelecido. Deveriam assumir o empirismo enquanto procedimento fundamental, apoiando-se sempre que possível, em representações variadas que pudessem contribuir para o delineamento de resultados confiáveis (Vitte e Springer, 2011).

> Para Humboldt, o uso de instrumentos precisos, mensuração precisa, demandava o uso de uma linguagem precisa e uma sensibilidade especial para o registro da organicidade-totalidade da natureza. Para isso, o trabalho geográfico necessitava de um amplo realismo matemático com equações algébricas desenvolvidas, criações gráficas e cartográficas, de tal forma que se pudesse "transcendentalizar" a existência de substâncias puras em compostos, sempre utilizando a sensibilidade para a construção de arquétipos da natureza. (Vitte e Springer, 2011, p. 172)

Ao adotar imagens enquanto instrumentos que potencializam a representação e percepção de determinados fenômenos, Humboldt possibilita ao leitor algumas experiências que contribuem para o entendimento dos processos e fenômenos por ele discutidos. Esta metodologia contribui, por sua vez, para a construção de relações variadas estabelecidas a partir de leituras individuais/coletivas que se desdobram sobre a própria representação. Ou seja, a utilização de tais representações repercute diretamente no imaginário do próprio leitor ao associar a descrição literária e as representações pictóricas. Assume-se uma ambientação em que a imaginação e o imaginário se constituem a partir do momento que a narrativa literária se associa às representações imagéticas. Cita-se como exemplo de tais representações imagéticas o desenho elaborado em 1806 que apresenta a distribuição geográfica de plantas baseadas em diferenciadas altitudes montanhosas e na temperatura do ar intitulada *Geographiae plantarum lineamenta* (Figura 2).

> A literatura em quadros ou a representação pictórica da paisagem, para Humboldt, vai, portanto, se constituir em mapa, numa representação gráfica compilada, de onde resultam, por meio do traçado de linhas e pontos coloridos, as regiões ainda desconhecidas. Mas, além de oferecer dados concretos para o conhecimento científico daquela natureza exótica, ela é evocatória, pois dá aos que a leem alguma qualidade do lugar e da sensação experimentada pelo observador na América. (Ricotta, 2000, p.102)

Figura 2. *Geographiae plantarum lineamenta*.



Fonte: Bonpland et al. (1815).

As artes, nas suas mais variadas tipologias, possibilitariam traduções variadas que contribuiriam por correspondências entre elas. Textos, áudios e imagens poderiam se relacionar articulando-se em diferentes compreensões (sensoriais) da própria formatação e entendimento da realidade experimentada. E como poderíamos representar o pensamento, o imaginário e imaginação (enquanto instrumentos na leitura de Humboldt acerca da realidade) na sua tradução para outras competências do saber humano?

> Aqui estamos falando de expressão gráfica de um pensamento; então, não há como ignorá-lo. A pergunta de forma bem simples seria: Alguns tipos de textos são como imagens? Quais tipos e por quais instrumentos esse objetivo poderia ser atingido? Há uma forma de descrição dos lugares que se apresenta como uma pintura, como uma imagem? A sequência posterior de perguntas seria: A textualidade conseguiria preservar o raciocínio geográfico, aquele que tem como base a localização e a posição dentro de um sistema geral de referência? As descrições comporiam quadros geográficos? (Gomes, 2017, p. 109).

Humboldt mostrou, ao longo de suas obras, que as experiências da descrição e leitura da paisagem estão correlacionadas diretamente ao chamado "sítio romântico", ou seja, cada indivíduo teria e apresentaria sensações únicas de acordo com a cena da Natureza lida. Neste sentido, a(s) paisagem(ns) assume(m) caráter individual. Esta afirmação, acerca do "sítio romântico" nos leva a pensar na centralidade do sujeito observador (ou criador) das paisagens narradas (e imaginadas). O sujeito ativo da realização observa e transmite as informações e sensações por ele experimentadas para terceiros, promovendo assim uma interação entre a objetividade (sentida pelo sujeito) e a subjetividade das sensações experimentadas. Esta relação, apesar de aparentemente de fácil entendimento se apresenta com inequívoca complexidade, pois lida com o ato da comunicação e da linguagem, fatos fundamentais para que se possa pensar a relação indivíduo-coletivo.

Apesar dessas considerações, há de se salientar que Humboldt focava a relação real-empírico, não se apoiando sobre a perspectiva artística ou da "literatura autônoma", pois estas podiam fugir ao conhecimento da realidade.

> Seja o cientista, o poeta ou o pintor, experimentam intuitivamente a força da imaginação, pois ela penetra a vida, permeia tudo que é a vida. Porém, esse valor intuitivo da imaginação não pode ser conhecido, apenas experimentado ou exemplificado;

> daí Humboldt nunca tematizar a relação da imaginação com a arte e a literatura autônoma, e apenas relatar uma poética experiência científica do mundo a partir do espalhamento reflexionante da *Darstellung* simbólica. (Ricotta, 2003, p. 153)

Aqui se busca não o rompimento com a lógica pavimentada por Humboldt, mas sim a sua extensão nas relações com a literatura autônoma, pois estas estão fundadas sob uma (ou múltiplas) cosmovisão(-visões) que são percebidas e constituídas na nossa ampla realidade. Discorda-se, no entanto, a partir do trecho acima apontado, que o valor intuitivo da imaginação não possa ser conhecido: ele o é ainda que a partir de uma perspectiva coletiva (inicialmente) e que se realiza no individual por meio de anseios e representações variadas (música, cinema, entre outras). A experimentação (ou as exemplificações) de tais paisagens é moldada no indivíduo. Assim, tais experiências vivenciadas e conhecidas por ele promovem uma nova forma de viver e sentir este conhecimento.

A exploração do (in)consciente e a materialidade das representações

A dimensão cultural (e suas variadas linhas conceituais) corrobora a profusão de múltiplas formas de enxergar, interpretar e imaginar a realidade concebida. O imaginário e a imaginação se estabelecem enquanto ambientes promotores da existência de uma miríade de possibilidades. Tais possibilidades tornam o aparente (material) parte importante do saber, ainda que ele não se estabeleça como única dimensão existente da realidade. Como fora visto, Humboldt, enquanto expoente de uma produção científica que valorizava o naturalismo apoiado sobre estratagemas linguísticos e pictóricos, buscava enaltecer outras dimensões para além do objetivismo e do positivismo clássico. Ainda assim, ao estabelecer a importância para entendimento dos fenômenos (e da descrição das paisagens) tomando por base a observação direta (ou seja, do campo), relegava a um segundo plano dimensões profundas sobre como o ser humano passa a lidar com esta mesma realidade.

Quando nos debruçamos sobre o campo da psicanálise, por exemplo, observamos que a psique humana passa a ser uma dimensão central sobre como percebemos e vivenciamos (consciente ou inconscientemente) a realidade que nos circunda. O modelo da psique proposto pelo fundador da psicologia analítica Carl Gustav Jung, por exemplo, sinaliza para a necessidade de entendimento da psique enquanto a "totalidade dos processos, tanto conscientes quanto inconscientes" (Jung, 2008, p.

388). Esta totalidade, por sua vez, se encontra em camadas mais ou menos profundas de nossa própria consciência, confluindo para que uma mesma realidade passe a ser encarada e interpretada por múltiplos vieses.

Tendo em vista a impossibilidade de observação direta do imaginário moldado, múltiplos artifícios passam a ser adotados visando a "materialização" da dimensão imaterial da inconsciência humana. Textos descritivos (literários) associados muitas das vezes a recursos imagéticos contribuem diretamente para a formatação de ambientes e paisagens variadas que passam a se estabelecer em nossa consciência. A interpretação individual/coletiva passa a fazer parte do processo de formação da realidade. Esta formatação daquilo que se entende por real (e que assume um caráter representativo) não se dá a partir de processos meramente conscientes. E justamente nesse sentido há de se, minimamente, avaliar a importância assumida pelo inconsciente na psique humana.

> Se processos inconscientes existem, eles certamente devem pertencer à totalidade do indivíduo, mesmo que não sejam componentes do ego consciente. Se fossem parte do ego, necessariamente seriam conscientes, porque tudo o que está diretamente relacionado ao ego é consciente. (Jung, 1980, p. 275, tradução nossa)

Para Jung diferentemente do postulado por Freud em que o inconsciente estaria diretamente associado a experiências individuais esquecidas e/ou reprimidas pelo indivíduo, o inconsciente seria formado por duas camadas diferenciadas, sendo elas o inconsciente individual e o inconsciente coletivo.

> Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que foram conscientes de uma vez, mas que desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, nunca foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência exclusivamente à hereditariedade (Jung, 1980, p. 42, tradução nossa)

Assim, para Jung, o inconsciente individual seria aquele que se apresenta de maneira próxima a percepção freudiana, ao passo que o inconsciente coletivo deriva de percepções psíquicas que são percebidas e compartilhadas pela humanidade, independentemente das experiências pessoais vivenciadas (Hopcke, 1999). Por este caráter compartilhado observam-se na perspectiva junguiana formas definidas e que moldam esta camada do inconsciente. Estas formas são chamadas de arquétipos.

Estes arquétipos se estabelecem como imagens estruturadas da vida cotidiana de pessoas de dada sociedade, que por sua vez são formadas no inconsciente individual, mas são estabelecidas *a priori* no meio em que o indivíduo se estabelece. É uma primeira imagem que possui caráter coletivo e se estabelece de maneira inata. São apoiados por uma estrutura coletiva sobre o indivíduo, que passa a absorver parte (ou a totalidade) desta estrutura em sua vida.

> "Arquétipo" é uma paráfrase explicativa do *eidos* platônico. Para nosso propósito, esse termo é apropriado e útil, porque nos diz que, até o presente, os conteúdos inconscientes coletivos estão lidando com tipos arcaicos ou – eu diria – primordiais, isto é, com imagens universais que existem desde os tempos remotos. (…) O arquétipo é essencialmente um conteúdo inconsciente que se altera tornando-se consciente e percebido. (Jung, 1980, p. 4-5, tradução nossa)

Os arquétipos são construídos no tempo e no espaço por diferentes indivíduos que estabelecem representações (individuais/coletivas) inseridas em camadas mais profundas do nosso subconsciente. Referem-se a elementos associados a aprendizados que se desenvolveram e se interiorizaram na mente humana ao longo do tempo, e que podem emergir. Esta emersão pode ser representada de diferentes maneiras, inclusive nas artes a partir de representações criadas pelo homem. Assim, os arquétipos apresentam-se enquanto manifestações do inconsciente, que se materializam no real a partir destas representações.[3]

Ao longo de suas obras, Jung identifica múltiplos arquétipos[4] que simbolizam diferentes dimensões do inconsciente humano, e que por sua vez, apresentam variadas características que podem ser observadas a partir de uma perspectiva positiva ou negativa. Um arquétipo, portanto, não é uma qualidade. É uma representação que se estabelece no inconsciente e que opera de maneira universal e recorrente na história do homem. Ganham, a partir da utilização das narrativas literárias, profundidade a partir do momento em que as narrativas se apresentam enquanto representação da vida do próprio homem. Apoiado sobre esta própria estrutura narrativa os mitos e a mitologia se configuram como representações que se estabelecem enquanto produto da psique humana.

O filósofo Gilbert Durand (1999), por sua vez, corrobora os ideais junguianos, estabelecendo que a cultura passa a exercer um papel central no estabelecimento do imaginário. Entretanto, apesar de ele ser compreendido a partir dos arquétipos, o imaginário

se estrutura nos chamados *schémes*.[5] Os "esquemas" apresentam-se com o conteúdo mais básico da formatação do imaginário, pois eles estão diretamente associados à dimensão estrutural sobre a qual os arquétipos serão moldados. Assim, os arquétipos se apresentam como um conjunto dos *schémes*, possibilitando a sua representação. Assim, os arquétipos junguianos estariam (e se desenrolariam) na esteira estruturante dos *schémes*, o que, por sua vez, traz à tona uma perspectiva diferenciada de entendimento da realidade e de como os símbolos e as imagens passam a ser criadas e, consequentemente, interpretadas. Desta maneira, Durand, ao longo de sua obra,[6] passa a valorizar como o inconsciente se apresenta como dimensão estruturante para a formatação do imaginário.

> A ideia e as experiências do "funcionamento concreto do pensamento" comprovaram que o psiquismo humano não funciona apenas à luz da percepção imediata e de um encadeamento racional de ideias mas, também, na penumbra ou na noite de um inconsciente, revelando, aqui e ali, as imagens irracionais do sonho, da neurose, ou da criação poética. (Durand, 1999, p. 35)

Apesar de tal valorização, torna-se importante frisar que o entendimento e importância da componente imagética e simbólica para Durand, entretanto, não deve se estabelecer sobre caminhos exclusivamente relacionados à psicologia ou ainda à perspectiva historicista e sociológica. Deve ser guiado pela via da antropologia, tendo em vista que as "motivações, tanto sociológicas como psicanalíticas, propostas para fazer compreender as estruturas ou a gênese do simbolismo pecam muitas vezes por uma estreiteza metafísica" (Durand, 2012, p. 40). Isto porque, para ele, torna-se problemático assumir que a perspectiva psicológica (por si só) dê conta de entregar explicações associadas a um fenômeno em estudo.

Como nos apresenta Pitta (2005), a correlação sistêmica dos *schémes*, arquétipos e símbolos contribuem diretamente para a construção de mitos, e portanto, de uma mitologia complexa e passível, inclusive, de representação(/ões). Ou seja, estas dimensões devem ser percebidas, analisadas e interpretadas a partir da conjunção sinergética entre elas. Não há busca pela ruptura com a perspectiva culturalista, tampouco com a perspectiva psicológica/psicanalista do estudo da imagem. A sinergia entre estes campos possibilita um entendimento complexo do estudo das representações imagéticas. Assim, percebe-se que a perspectiva de Durand não vai contra a perspectiva de Jung de

se trabalhar com a(s) imagem(ns) e o(s) símbolo(s). Há a valorização do indivíduo (de sua consciência e inconsciência) e do coletivo (produto histórico-cultural) na construção do imaginário. As perspectivas complementam-se e não se repelem.

Nessa mesma linha de pensamento, o sociólogo Michel Maffesoli busca apresentar a ideia da existência de uma articulação objetiva/subjetiva da construção do imaginário inserido na nossa realidade. Para o autor, a imaginação está diretamente relacionada aos elementos que envolvem aspectos da materialidade humana, ou seja, apresenta-se enquanto produto direto das experiências vivenciadas pelo homem. Além disso, Maffesoli (2001) estabelece que o imaginário seja baseado tanto em um caráter individual quanto a partir de um caráter coletivo que se relacionam.[7] Percebe-se aqui, portanto, certa aproximação para com as ideias junguianas, nas quais o consciente e o inconsciente individual e coletivo se relacionam, formatando-se a realidade conhecida. Ambos tratam o imaginário como uma dimensão não quantificável, mensurável e palpável, pois o mesmo carrega em si uma série de simbolismos, sentimentos e ideias que só podem ser sentidas. O imaginário apresenta assim uma fluidez que não se estabelece apenas em suas representações (e nas materialidades assumidas em símbolos e signos) precisando ser pensado para além dessas condições em um conjunto cosmogênico e cosmovisionário no qual ele foi produzido e elaborado.

> O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (Maffesoli, 2001, p. 75)

Assim, a imagem enquanto representação passa a ser valorizada como meio de pensar a própria realidade. A imagem impacta na medida em que, através de símbolos, promove o entendimento de determinada coisa, seja ela um objeto (in)animado, um processo ou fenômeno.

> É conveniente, pois, um modo de análise que permita pensar o real a partir do irreal. O meio figurativo pode fornecer, para isso, uma ajuda fecunda. A figura permite fazer sentido e dar sentido, não enquanto finalidade distante ou alvo a ser atingido, mas enquanto o que eu comunico ou o que eu partilho com outros. “A figura é o que vos olha, o que me olha”. Esta fórmula, de Gilbert Durand, resume bem meu

> ponto de vista, a figura é particular, e ela induz, por isso mesmo, um entusiasmo específico, entusiasmo estático, ou uma intensidade emocional que vai agir em profundidade na vida social. (Maffesoli, 1995, p. 141)

Nesta lógica, Campbell (1990), por exemplo, ao discorrer sobre a construção do(s) mito(s) aponta a ideia de que eles passam a se estabelecer enquanto representações na busca da experiência da vida humana. Espelham os arquétipos moldados pelo/no inconsciente e que são partilhados por diferentes grupos sociais e em diferentes tempos, o que por sua vez reforça a própria ideia de um inconsciente vinculado a dimensão biológica do homem.

> A psique é a experiência interior do corpo humano, que é essencialmente o mesmo para todos os seres humanos, com os mesmos órgãos, os mesmos instintos, os mesmos impulsos, os mesmos conflitos, os mesmos medos. A partir desse solo comum, constitui-se o que Jung chama de arquétipos, que são as ideias em comum dos mitos. (...) Em todo o mundo e em diferentes épocas da história humana, esses arquétipos, ou ideias elementares, apareceram sob diferentes roupagens. As diferenças nas roupagens decorrem do ambiente e das condições históricas. (Campbell, 1990, p. 18)

Esses mitos, construídos sobre tais bases, para Campbell (2002), desempenham funções diferenciadas, repercutindo diretamente sobre os usos e costumes vivenciados por dada sociedade e, consequentemente, pelos indivíduos que a compõem. Assim, a primeira função para o autor se estabelece enquanto uma função "de alinhar a consciência despertadora com o *mysterium tremendum* deste universo, como ele é" (2002, p. 18). O ser humano, através dos mitos, passaria a conhecer e desbravar os mistérios do mundo, ou seja, a função se aproxima de uma dimensão religiosa que busca representar a cosmogonia da própria humanidade.

> Quer concebamos a mitologia em termos da afirmação do mundo como ele é, da negação do mundo como ele é ou da restauração do mundo ao que deve ser, a primeira função da mitologia é despertar na mente um sentimento de assombro perante essa situação mediante uma entre três formas de participar dela: exteriorizando, interiorizando ou efetuando uma correção. (Campbell, 2002, p. 18)

Neste sentido, torna-se curioso destacar que fatos e acontecimentos perturbadores passam a ser utilizados enquanto recursos para a (re)afirmação do mundo devem ser encarados. Este processo de despertar acerca do mundo é, portanto, apoiado em representações mais ou menos impactantes.

> As mitologias primitivas, incluindo a maioria das mitologias arcaicas, dizem respeito a ajudar as pessoas a admitir ou dizer sim a elas. Fazem-no, entretanto, da maneira mais monstruosa, decretando rituais que contêm assassinatos hediondos realizados bem diante dos olhares dos espectadores e com a participação de toda a comunidade. (Campbell, 2002, p. 18)

Uma segunda função dos mitos e das mitologias, intitulada de "interpretativa", repousa sobre a cosmologia sobre a qual o universo se estabelece ao buscar ordenar o universo a partir de representações construídas. O Universo passa a ser explicado a partir da formatação dos elementos que o compõem, bem como a partir de sua organização.

A terceira função está associada à dimensão sociológica. Isto é, a mitologia e os mitos passam a estabelecer certa "validade e respaldo a uma ordem moral específica, a ordem da sociedade da qual surgiu essa mitologia (...) moldando a pessoa às exigências de um grupo social específico geográfica e historicamente condicionado" (Campbell, 2002, p. 19/20). Funciona, portanto, enquanto força que direciona a ordem instituída em dada sociedade.

A quarta e última função busca estabelecer e conduzir o indivíduo ao longo de toda a sua vida, possibilitando fazer com que as pessoas passem a "compreender o desdobramento da vida com integridade" (Campbell, 2002, p. 20). Tal integridade, segundo o autor, refere-se às experiências sobre as quais os indivíduos viverão suas vidas com eles mesmos, com sua cultura, com o universo e "com aquele *mysterium tremendum* que transcende a eles próprios e a todas as coisas". Ou seja, os mitos possibilitam o estabelecimento de uma direção sobre a qual a vida das pessoas rumará. Paiva et. al. (2018) definem esta função enquanto psicológica ou pedagógica.

Observa-se, portanto, que as diferentes funções dos mitos e das mitologias contribuem para a formatação de um imaginário individual /coletivo, que por sua vez reforça a própria reprodução dos arquétipos do inconsciente humano ao espelhar ideias, desejos e almejos incutidos neste mesmo inconsciente. Esta manifestação, por

vezes, se faz utilizar de símbolos para se reproduzir. Conforme exposto por Hopcke (1999, p. 29, tradução nossa), símbolos são "imagens concretas, detalhadas e experienciais que expressam constelações arquetípicas de significado e emoção". O símbolo, portanto, passa a ganhar importância na medida em que ele se apresenta como uma pista dos arquétipos dominantes dos indivíduos, ou seja, a linguagem materializável do inconsciente.

Neste sentido, Velloso (2016) faz interessante discussão ao apresentar como o imaginário, muitas das vezes resplandecido nas representações mitológicas (tomando como exemplo a Idade Média e o Renascimento), passa a ser cristalizado nas sociedades viventes de determinadas épocas. A dimensão da representação simbólica apresenta e explica o mundo, incutindo nos viventes uma série de sensações (positivas e negativas) que partem do desconhecido. A vivência, historicismo e suas diversas narrativas experimentadas pelos indivíduos garantia (e garante) um ambiente propício para a realização (materializada) do imaginário, encontrando em diversos meios de representações (artísticas ou não) de época a sua própria morada.

Um dos exemplos que podem ser citados refere-se à Cartografia Marinha. Sob aspectos cartográficos, por exemplo, a representação mitológica encontra seu espaço de reprodução nos cartogramas elaborados ao longo do século XIV e XV, quando monstros marinhos passavam a representar o desconhecido.

> Se por um lado esse imaginário inspira fascínio aos ouvidos do homem, por outro inspira um segundo sentimento, primordial e paralisante: o medo. Muitos eram os medos que assolavam o imaginário do fim da Idade Média; primeiro – e talvez o mais vasto desses medos – o medo do mar. O mar era incomensurável. Era imprevisível e variável. Nele residia um medo que atravessou eras, e muitos eram os provérbios e dizeres populares que aconselham à evitá-lo. (Velloso, 2016, p. 62)

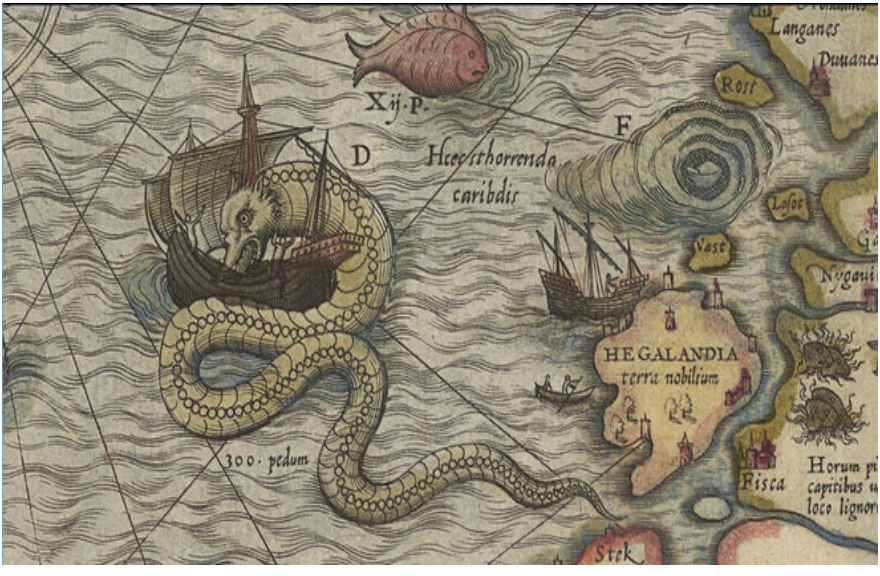
Van Duzer (2013) apoiado em uma vasta coleção de mapas expõe no trabalho intitulado *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps* histórias associadas a representações mitológicas variadas, apresentando lendas e mitos, além das intencionalidades incutidas em cada uma delas. Tais representações passam a emergir na consciência humana tendo por base mitos, histórias e contos que se reproduziam no

cotidiano e na vivência daqueles que se lançavam ao mar. Exemplos de tais representações podem ser visualizadas nas Figura 3 e Figura 4.

> As histórias gregas enumeravam diversos monstros marinhos e aquáticos; Héracles enfrentou a Hidra; Odisseu, Cila e Caríbdis e as perigosas sereias; e o próprio Deus dos mares, Poseidon, era temível se desrespeitado. Os povos escandinavos, intimamente ligados ao mar, também contavam seus monstros; o *Kraken*, terrível polvo gigante que destruía os barcos e os arrastava para o fundo do mar, e *Jörmungandr*, a imensa serpente-mundo, destinada a batalhar o Deus do Trovão no *Ragnarök*, o apocalipse escandinavo, figuram entre os mais famosos. A imagem da serpente gigante marinha está entre as mais representadas em descrições e mapas, visto que além da serpente-mundo, podemos citar também o bíblico Leviatã, descrito no livro de Jó no Antigo Testamento. (Velloso, 2016, p. 64)

Observa-se, a partir das imagens apresentadas, que a existência de monstros[8] mitológicos ou ainda associados a percepções diferenciadas acerca de seres conhecidos (como é o caso da baleia orca) refletem, muitas das vezes, sentimentos de terror e medo.

Figura 3. Representação de serpente marinha no Mar da Escandinávia – Carta marinha de Olaus Magnus de 1539.



Fonte: Magnus (1572).

Figura 4. Representação de baleias atacando embarcação – Carta marinha de Olaus Magnus de 1539.

Fonte: Magnus (1572).

Torna-se importante dizer que, apesar de tais representações já existirem ao longo da Antiguidade (como pode ser visualizado nas obras homéricas), a profusão das viagens e encontros entre diferentes povos atingiu seu auge durante a Idade Média e nas Grandes Navegações permitindo que novas narrativas de tradição oral e literária se espraiassem ao longo do mundo[9] (Schneider, 2015). Como exposto por Schneider:

> De certa forma todos são marinheiros, ainda que apenas pelo período da viagem ao novo mundo, e temos exemplos de marinheiros comerciantes que escreveram relatos de viagem, como Marco Polo. As semanas de viagem a bordo dos navios criavam condições propícias para a disseminação e amadurecimento de narrativas, bem como o comércio os contatava com diversos portos, possibilitando novamente que mais narrativas se espalhassem e fossem produzidas. (Schneider, 2015, p. 8)

Assim, tendo-se os marinheiros enquanto grupo essencial na dispersão das narrativas e suas representações, salienta-se que as próprias condições das viagens contribuíam para a sua formatação. O medo do desconhecido aliava-se às diversas condições encontradas pelos navegantes na época supracitada: longas viagens, fome, sede, condições sanitárias e as consequentes doenças que aplacavam os navegantes, influenciavam na perspectiva da realidade.

> Com o aumento das distâncias e do tempo das viagens, os navegantes viram somar-se o escorbuto a todas as pestes que traziam consigo. Os navios eram o reino do pútrido: gengivas podres, águas podres, alimentos podres. Lançar corpos ao mar era uma das mais constantes rotinas das viagens. Chegava-se finalmente aos trópicos, onde os viajantes acreditavam que as pestes europeias não grassavam. (Pereira, 2005, p. 108)

Não eram incomuns, portanto, a ocorrência de doenças como a febre tifoide, a varíola, o sarampo, a difteria, a peste bubônica, o "mal das calmarias", entre outras que, por conta dos seus sintomas, poderiam contribuir para a ocorrência de delírios ou alucinações. Tais delírios e alucinações, por sua vez, passariam a se representar enquanto expressões diretas do inconsciente que despontam na superfície da consciência humana, tomando forma e assumindo um caráter real.

Apesar dessas situações (que dominaram grande parte dos séculos XV e XVI), observa-se que a expressão do imaginário humano passa a assumir grande centralidade nas produções científicas do período. No século XVI (entre os anos de 1551 e 1558) Conrad Gessner publica o *Historiae Animalium*, tendo sido considerada a primeira enciclopédia visual (e anatômica) de zoologia publicada na história (Kusukawa, 2010). O autor se baseava na observação direta da fauna existente e em imagens de livros existentes, bem como relatos de correspondentes que se encontravam em outras partes do globo. Baseava-se ainda nas representações de animais apresentados em mapas antigos, como por Kusukawa (2010, p. 308) na passagem a seguir:

> Fotos de animais raros, como as renas, o gulo, o "lobo cita", monstros marinhos e criaturas cetáceas (...) foram copiados do mapa das regiões do norte por Olaus Magnus [1490-1557]. (Kusukawa, 2010, p. 308, tradução nossa)

A figura a seguir (Figura 5) apresenta uma composição de alguns exemplos presentes na obra supracitada.

Figura 5. Ilustrações presentes na obra *Historiae Animalium*, de Conrad Gessner. Na porção superior seres fantásticos (sátiro e monstro marinho). Na porção inferior mamíferos conhecidos, como a raposa e o camelo.

Fonte: Adaptado de *Historical Anatomies on the Web* (2016).

Entretanto, apesar de os animais bestiais (monstros) fazerem parte do imaginário humano, Velloso (2016) também apresenta outros seres que faziam parte desse universo representativo, tais como: gigantes, homens que apresentavam características físicas particulares (deformidades), seres antropozoomorfizados, entre outros.

No entanto, sublinha-se ainda que tais representações não se associavam apenas a seres vivos, existindo inúmeros exemplos relacionados a ambientes e paisagens fantásticas que se estabeleciam no imaginário dos homens de época, como países, ilhas e reinos fantásticos que povoavam os mapas. Um dos exemplos citados pelo referido autor, mas também discutido por outros (Donnard, 2009; Burke, 2005; Cantarino, 2005) refere-se à Ilha Hy-Brazil.[10] Esta ilha fantasma (hipoteticamente localizada a leste das ilhas britânicas e nas proximidades da costa irlandesa) aparece e reaparece a cada 7 (sete) anos na medida em que uma espessa neblina que sempre a circunda se dissipa, revelando todo o "encantamento desta fabulosa terra. Montanhas, campos verdes e uma cidade brilhante são brevemente visíveis" (Cantarino, 2005, p. 195). Apesar de correlacionada com a mitologia e lendas irlandesas esta porção de

terra aparece em inúmeras representações cartográficas elaboradas entre 1375 e 1870 (Cantarino, 2005).[11] A Figura 6 e a Figura 7 exemplificam tais representações.

Figura 6. Atlas Catalão datado de 1375, elaborado por Abraham e Jefude Cresques. Destacado em vermelho pode-se verificar a localização da Ilha Hy-Brazil.

Fonte: Museu D'Història de Catalunya, 1375.

Figura 7. Mapa de Ortelius do Atlântico Norte (1570) Europa intitulado *Septentrionalivm Regionvm Descrip*, com a identificação da Ilha Hy-Brasil.

Fonte: Adaptado de Ortelius (1570).

Schneider (2015), inclusive, apresenta que a busca pelo desconhecido possibilitou durante as Grandes Navegações o descobrimento de várias ilhas/arquipélagos que se encontravam no Atlântico.

> Desejando encontrar as maravilhosas ilhas afortunadas, os viajantes acabaram por descobrir diversas ilhas no Atlântico: Madeira (1423), Canárias (1424), Açores (1432), Cabo Verde (1456-8); no mesmo período em que Constantinopla foi tomada pelos turcos (1453) e Gibraltar (1462) e Granada (1492) pelos espanhóis e que Gutemberg aperfeiçoou a imprensa (1449), causando uma crescente difusão de obras escritas a partir de então. Essas ilhas do Atlântico serão identificadas como "pertencentes ao grupo das ilhas Afortunadas". (Schneider, 2015, p. 60)

Assim, as representações (independente do meio em que se desenrolam) servem como um indutor e promulgador da perspectiva mitológica construída no tempo e no espaço da história do homem. Apesar da importância assumida por esta perspectiva, na medida em que o desconhecido passa a ser "justificado" por uma ciência com tônus cada vez mais quantitativo, as discussões (e representações) associadas aos mitos perdem cada vez mais centralidade nas produções científicas

Monfardini (2005) apresenta boa discussão sobre o nexo existente entre a literatura e os mitos, sendo que o pensamento mítico visto enquanto parte fundante das sociedades vai "se restringindo cada vez mais ao campo da imaginação e do devaneio, ou seja, ao campo da arte" (Monfardini, 2005, p. 53). A morte dos mitos e da imaginação, vista a partir do prisma científico, passava a ser estabelecida, portanto, pela racionalização científica, tendo o Iluminismo como um marco deste momento que valorizava e promovia uma ideia objetiva de mundo. Apesar do embate científico posto, observa-se que, com o advento da psicanálise, o pensamento mítico passa a ser reabilitado e valorizado.

"Nem tudo o que reluz é ouro": para além da perspectiva material

Conforme exposto até o presente momento, as diversas tipologias de representações (sublinhando-se aqui a literatura enquanto um dos enfoques do presente trabalho) assumem importância central para o entendimento (complexo) da realidade. A adoção desta multiplicidade de formas que torna possível a materialização do imaginá-

rio (parcialmente), bem como sua projeção, não pode ser ignorada. Mais que isso, merece ser estudada nas suas possibilidades relativas ao entendimento do mundo em que vivemos.

A literatura contribui para o condicionamento de novas percepções da realidade extrapolada do entendimento daquilo que é parte do nosso planeta. A partir de narrativas abrem-se possibilidades variadas acerca da compreensão dos fenômenos e das possibilidades que nos cercam. A literatura, como exposto, pode explorar a conciliação de três componentes básicos que formam a psique humana, sendo eles: o ego, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo. O transbordamento desses componentes é forjado frente às experiências pessoais conscientes (ego) e as experiências conscientes ou não (memórias e lembranças, inclusive suprimidas), bem como toda a hereditariedade carregada em nós mesmos pelas experiências sociais (os arquétipos). Assim sendo, a literatura se apresenta enquanto um dos meios de expressão e representação humana e que é fundada na vivência da realidade.

Apesar da existência de múltiplos gêneros literários, o gênero fantástico assume certo destaque em nossa discussão. Isto porque, por se estabelecer enquanto produto direto do imaginário, permite a elucubração de múltiplas possibilidades (que podem ou não estar de acordo com as regras percebidas pela realidade vivente). Nodier (1961), um dos percursores da literatura fantástica, apresenta a existência de três tipologias básicas associadas ao fantástico, sendo eles: a história de fantasia-falsa, a fantástica história de fantasia e a história de fantasia real.

> Há a história de fantasia falsa, cujo charme resulta da credulidade dual do contador de histórias e público, como os contos de fadas de Perrault, a obra-prima muito desprezada do século das obras-primas. Existe a fantástica história de fantasia, que deixa a alma suspensa em uma dúvida sonhadora e melancólica, coloca-a para dormir como um melodia e balança como um sonho. Existe a história da fantasia real, que é o primeiro de tudo, porque abala profundamente o coração sem custar sacrifícios à razão; e eu quero dizer por verdadeira história de fantasia, porque tal aliança de palavras vale bem a pena explicar, a relação de um fato considerado materialmente impossível, o que, no entanto, foi realizado com o conhecimento de todos mundo. (Nodier, 1961, p. 330-331, tradução nossa)

Apesar da importância de Nodier, Tzevtan Todorov apresenta-se como um dos principais teóricos que se debruçaram sobre os estudos deste gênero em particular. Bebendo nos preceitos apresentados por Nodier (Camarani, 2014), Todorov em sua obra *Introdução à literatura fantástica* busca conceituar o fantástico para que desta forma se torne possível estabelecer o entendimento de como o gênero se estabelece na literatura. Para o autor, para se estabelecer enquanto fantástico, as obras literárias devem se remeter sempre à dimensão da incerteza ou do sobrenatural.

> Num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sem sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. Aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente aconteceu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário; ou então existe realmente, exatamente como os outros seres vivos: com a ressalva de que raramente o encontramos. O fantástico ocorre nesta incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural. O fantástico ocupa o tempo desta incerteza. Assim que se escolhe uma das duas respostas, deixa-se o terreno do fantástico para entrar em um gênero vizinho: o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (Todorov, 2008, p. 30-31)

Desta maneira, Todorov (2008) passa a demonstrar que uma narrativa só é fantástica até se estabelecerem decisões, seja por parte do autor, seja por parte do leitor. O fantástico, portanto, refere-se ao momento de "hesitação" e indefinição da explicação dos fenômenos dentro da narrativa. Assim, o caráter fantástico torna-se "vacilante", ou seja, o caráter da obra pode se alterar a qualquer momento, partindo-se do entendimento da realidade do personagem ou do leitor da obra, assumindo-se subgêneros que podem ser rotulados enquanto Estranhos ou Maravilhosos.

Quando o personagem ou o leitor optam pela manutenção da realidade conhecida (admitindo-se aí os preceitos da razão), a obra se associa ao gênero estranho. Entretanto, se o personagem ou o autor optam pela necessidade e adoção de "novas leis da natureza mediante as quais o fenômeno pode ser explicado", associa-se a obra ao gênero do maravilhoso. Sob esta perspectiva, conforme apontado por Frota (2012, p. 129), "o maravilhoso é o único dos três gêneros que privilegia abertamente o sobrenatural, já que o fantástico põe dúvida quanto a sua autenticidade e o estranho o rejeita peremptoriamente".

Apesar da existência dos subgêneros associados ao fantástico (leia-se o Estranho e o Maravilhoso) Todorov (2008) apresenta a existência de subgêneros transitivos entre o fantástico e o estranho e entre o fantástico e o maravilhoso. Neste sentido, propõe a existência de um diagrama (Figura 8) que busca representar as mediações existentes entre as dimensões do fantástico.

Figura 8. Diagrama de Todorov.

Fonte: Adaptado de Todorov (2008).

De acordo com o diagrama proposto pelo autor, o Fantástico Puro apresenta-se enquanto uma categoria que serve como separador do Fantástico-Estranho e do Fantástico-Maravilhoso. Assim, o Fantástico Puro remete-se à "natureza do fantástico", ou seja "fronteira entre dois territórios vizinhos" (Todorov, 2008, p. 51), e que embasa o entendimento vacilante da própria prerrogativa exposta pelo autor para a compreensão do gênero fantástico.

O Fantástico-Estranho e o Fantástico-Maravilhoso, por sua vez, apresentam-se enquanto dimensões associadas ao Fantástico Puro. Estabelecem-se como categorias definidas a partir das diferentes concepções dos fenômenos sobrenaturais incluídos nas obras fantásticas. Assim, o Fantástico-Estranho estabelece-se como a dimensão

em que os fenômenos sobrenaturais apresentados ao longo da narrativa recebem, em algum momento, uma explicação racional. Já em relação ao subgênero do Fantástico-Maravilhoso, como mencionado anteriormente, encontram-se as narrativas que se apoiam sobre a aceitação do sobrenatural, ou seja, o sobrenatural passa a ser condição da realidade narrada. De acordo com Todorov (2008, p. 58) "estas são as narrativas mais próximas do fantástico puro, pois este, pelo próprio fato de permanecer sem explicação, não racionalizado, sugere-nos realmente a existência do sobrenatural".

Nas extremidades mais externas do diagrama apresentam-se o Estranho Puro e o Maravilhoso Puro. Estas categorias, apesar de antagônicas, não apresentam limites definidos. O Estranho Puro remete-se ao subgênero em que os fenômenos que passam a ser possíveis de serem explicados por linhas racionais, apresentam-se, na verdade, enquanto excepcionais e extraordinários. Este gênero, conforme apresentado por Camarani (2014, p. 65) provoca nos personagens e nos leitores "reação semelhante àquela proporcionada por uma narrativa fantástica, como o medo". Assim, Todorov (2008) apresenta que o horror, por exemplo, encontra no Estranho Puro sua realização. O Maravilhoso Puro, por sua vez, apreende-se enquanto gênero nos quais não se impõe limites definidos quando do entendimento dos fenômenos sobrenaturais representados. Devido a esta característica, "não provocam qualquer reação particular nem nas personagens, nem no leitor implícito" (Todorov, 2008, p. 60).

Apesar das definições apresentadas acerca do(s) (sub)gênero(s) fantástico(s) torna-se importante frisar que, para o autor, a literatura fantástica busca relacionar componentes da ficção e da realidade na qual estamos imersos. Ela é, portanto, produto direto da relação do imaginário e do nosso inconsciente com a realidade estabelecida.

> Longe, pois, de ser um elogio ao imaginário, a literatura fantástica coloca a maior parte de um texto como pertencendo ao real, ou mais exatamente, provocado por ele, tal como um nome dado à coisa existente. A literatura fantástica deixa-nos entre as mãos duas noções, a da realidade e a da literatura, ambas insatisfatórias. (Todorov, 2008, p. 176)

Assim, como fora mencionado anteriormente, a literatura (como as outras artes), em especial aquela apoiada sobre Universos Fantásticos, possibilita o rompimento com a perspectiva monótona e unilateral de uma realidade. O dinamismo

proporcionado pela tradução de um imaginário em linguagens (no caso as palavras) permite uma ampliação das perspectivas e possibilidades da interpretação da realidade em que vivemos.

Fiuza (2011), por exemplo, ao valorizar a perspectiva fenomenológica da literatura, define que ela permite o estabelecimento de diferentes reações em múltiplos leitores, proporcionando algo muito mais amplo do que o próprio gosto pelas artes.

> A fenomenologia opera no campo que é anterior ao pensamento elaborado e reflexivo decorrente da experiência humana. Trata-se do instante quando homem e mundo se encontram, da fagulha que ascende no momento primeiro desta experiência perceptual. Logo que este encontro se torna ideia na mente humana, já abandonamos o campo da fenomenologia em favor de uma consciência representativa em que, por sua vez, se baseiam o pensamento filosófico e científico. (Fiuza, 2011, p. 19)

As obras literárias quando avaliadas a partir do seu estabelecimento como uma linguagem entre o autor e o leitor (e, portanto, a comunicação, linguagem e imagem), permitem criar uma série de representações (fictícias ou não) de sociedades, pessoas, lugares e paisagens. Neste sentido, a produção e reprodução dessas representações podem perpassar o entendimento de como tal imaginário é construído tanto pelo autor (responsável pela criação e apresentação de múltiplos universos) quanto pelos leitores de tais obras. Este processo não é simples tendo em vista que o mesmo envolve uma série de construções que fogem a produção consciente de seus próprios conteúdos.

A partir do exposto até o presente momento, torna-se notório que a adoção de representações (e, portanto, símbolos) permeia a história do homem em relação à tentativa de dar vida e sentido aos diversos elementos. Desta forma, para além das representações imagéticas que, em muitos casos, tornam-se mais apelativas devido à direta comunicação entre representante e representado, observa-se que a literatura (independente de seu [sub]gênero) promove a partir de narrativas, a construção de ambientes imagéticos que se resplandecem na mente e imaginação humana. É por meio desta arte que se configura um espaço (quase) universal do acesso à informação e de múltiplas experiências pessoais e coletivas.

> A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão. Em nível complexo surgem as narrativas populares, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos. No nosso ciclo de civilização, tudo isto culminou de certo modo nas formas impressas, divulgadas pelo livro, o folheto, o jornal, a revista: poema, conto, romance, narrativa romanceada. (Candido, 2002, p. 80)

Assim, a literatura enquanto ato criativo do imaginar possibilita, a partir dos diversos componentes formadores da psique humana, a projeção de imagens que corroboram a formatação das narrativas apresentadas aos leitores. O texto narrado ou lido, através da mensagem transmitida, se configura na mente humana tal qual um quadro pintado, uma fotografia capturada ou até mesmo um filme.

Candido (2002),[12] por exemplo, defende a ideia de que a literatura possui certa centralidade enquanto meio de materialização de Universos Fantásticos.[13] O papel inicial da literatura para o autor possui uma função psicológica extremamente importante, já que a realização da fantasia e da imaginação contribui para a formação da personalidade individual. A fantasia e a literatura promovem uma série de impactos atrelados à construção do indivíduo bem como do coletivo, já que as informações (imagens e representações) passam a reverberar nas formas de agir, de pensar e até mesmo de falar. Portanto, a literatura fantástica, apesar de, para muitos retratar um mundo poético e fictício, não pode ser desconsiderado da análise cotidiana da nossa própria realidade. Candido (2002) apresenta a centralidade assumida pelo imaginário na formação do caráter e pessoalidade do indivíduo ao contribuir diretamente para a formação do mundo vivido e do mundo possível.

> Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. (Candido, 2002, p. 82)

Nesse sentido, aproximamo-nos novamente de Jung (1980) que, ao falar sobre transformações (subjetivas) de personalidade apresenta, ao longo do seu trabalho,

uma série de fatores que corroboram tal transformação. Ou seja, sustenta que há eventos (naturais ou não), experiências, situações e acontecimentos que possibilitam a modificação (até mesmo estrutural) da personalidade de um indivíduo. O autor apresenta diferentes esferas (com diferentes forças atuantes) que confluem para o contínuo (re)nascimento das personalidades individuais, sendo elas: "Diminuição de personalidade", "Ampliação da personalidade", "Mudança de estrutura interna", "Identificação com um grupo", "Identificação com um culto heroico", "Procedimentos mágicos", "Transformação técnica" e "Transformação natural". Destas, pode-se destacar a "Ampliação da personalidade". Isto porque para o autor a personalidade tende a ser influenciada (ao menos na primeira metade da vida) por conteúdos que afluem de fora para dentro do indivíduo e que por sua vez passam a ser assimilados por ele.[14]

Quando realizamos o caminho inverso, ou seja, quando nos debruçamos sobre a concepção dos ambientes que servem como pano de fundo para a existência das narrativas literárias, percebe-se uma série de marcas que se traduzem como partes integrantes da nossa própria realidade. Imprimem-se nas narrativas e nos contos impressões significativas do nosso (in)consciente individual e coletivo, como fora já apresentado a partir da poética humboldtiana. Percebe-se (de maneira velada ou mais explícita) o ambiente projetado do imaginário humano expresso em codificações que expressam formas de ver o mundo. Estas marcas podem estar associadas e relacionadas a variados prismas conhecidos e vivenciados por nós cotidianamente, tais como: aspectos físicos, bióticos, políticos, socioeconômicos, entre muitas outros.

Subscreve-se, no próprio íntimo do autor (transmitindo-se para o leitor), uma gama de informações interiorizadas ao longo do tempo, que contribuem para que se formate todo o ambiente criado no imaginário. Portanto, a arte literária através destas múltiplas experiências busca expressar uma série de dilemas, sentimentos e inquietações da realidade conhecida, explorando o raciocínio e o imaginário, para fazer com que o leitor perambule por uma série de lugares/realidades que passam a ser unificadas no campo das relações conhecidas. É senão reflexo da história e das realidades sociais, permitindo dessa maneira que se retratem culturas e costumes, práticas e ações, organizações políticas e sociais. Desta maneira, a literatura se apresenta como um ambiente onde as diversas relações socioeconômicas, ambientais e políticas se estabelecem ao buscar paralelismos claros com a realidade conhecida.

> A fantasia quase nunca é pura. Ela se refere constantemente a alguma realidade: fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas humanos etc. Eis por que surge a indagação sobre o vínculo entre fantasia e realidade, que pode servir de entrada para pensar na função da literatura. (Candido, 2002, p. 83)

A Geografia, por sua vez, como ciência que visa a estabelecer um entendimento das relações espaciais em suas múltiplas dimensões, deve se aproximar dessa discussão. A leitura permite então que se cartografe pelo leitor (e pelo próprio autor), de maneira imagética e espacial, na mente humana, os múltiplos ambientes visitados e imaginados, cujas raízes estão fincadas na realidade. A utilização da Geografia, e de ferramentas de representação como os da prática cartográfica na sua interação com ambientes e realidades literárias, pode, desta maneira, contribuir para o entendimento de uma melhor interpretação e apreensão das relações que se estabelecem na ciência geográfica por parte do indivíduo e por parte do coletivo.

Notas

1 Para Ricotta (2003, p. 167): "Humboldt evidencia o aspecto do mistério da Natureza. Aspecto concernente ao poder de criação da imaginação humana. Criação, contudo, que obedece à necessária procedência da finalidade moral embutida na Natureza".
2 É curioso atentar para o fato de que para Humboldt os mapas chamados de "geográficos" (ou seja, aqueles que apresentam informações planimétricas da realidade) são considerados imperfeitos. No trabalho *Political Essay on the Kingdom of New Spain* o autor defende que os mapas geográficos representam a realidade de uma maneira distorcida. Nas palavras do autor: "The horizontal projections known by the name of geographical maps, give but a very imperfect idea of the inequalities of surface and physiognomy. The undulations of the surface, the form of the mountains, their relative height, and the rapidity of the declivities, can only be represented in vertical sections" (Humboldt, 1811, p. 152).
3 Para Hopcke (1999), os arquétipos junguianos e o inconsciente coletivo são inseparáveis, tendo em vista que o primeiro é a representação imagética e representativa do segundo.
4 Os principais arquétipos junguianos são: a *persona*, o *anima/animus*, a sombra (*shadow*) e o *self* (si mesmo). Além destes, Jung apresenta a existência de outros arquétipos que possuem grande representatividade em suas obras e análises, como: o herói, o criador, o explorador, o rebelde, o tolo (bobo da corte), o amante, o cuidador, o homem comum, o inocente, o governante, o sábio e o mágico.
5 "O *schéme* é pois a dimensão mais abstrata, correspondendo ao verbo, à ação básica de dividir, unir, confundir. O arquétipo, dando forma a esta intenção fundamental, já vai ser uma imagem, herói, mãe, ou tempo cíclico, mas universal. Já o símbolo, vai ser a tradução desse arquétipo dentro de um contexto específico" (Pitta, 2005, p. 3).
6 Ler as "Psicologias das profundezas" na obra *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem* (Durand, 1999).
7 Em entrevista concedida para a *Revista Flamencos*, intitulada "O imaginário é uma realidade" (2001), Maffesoli faz alusão à relação estabelecida entre o imaginário via indivíduo, para o coletivo. Nas palavras do autor: "O imaginário pós-moderno, por exemplo, reflete o que chamo de tribalismo. Sei que a crítica moderna vê na atualidade a expressão mais acabada do individualismo. Mas não é esta a minha posição.

Pode-se falar em "meu" ou "teu" imaginário, mas, quando se examina a situação de quem fala assim, vê-se que o "seu" imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no qual se encontra inserido. O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual" (Maffesoli, 2001, p. 76).

8 É curioso, quando da consulta ao trabalho *A dictionary of Symbols*, que a palavra monstros (por exemplo) passa a apresentar uma polissemia bastante ampla. Assim, de acordo com Cirlot (2001, p. 213): "Eles são simbolos das forças cósmicas em um estágio a um passo do caos – das "potencialidades não formais". No plano psicológico, aludem aos poderes básicos que constituem os estratos mais profundos da geologia espiritual, fervendo como em um vulcão até que surjam na forma de alguma aparição ou atividade monstruosa. (...) Diel sugere que eles simbolizam uma função psíquica desequilibrada: o chicoteamento afetivo do desejo, paroxismos da imaginação indulgente ou intenções impróprias. Diel apontou que, paradoxalmente, o inimigo quimérico – a perversão, o fascínio da loucura ou do mal per se – é o adversário fundamental na vida do homem. (...) A luta contra um monstro significa a luta para libertar a consciência do aperto do inconsciente. A libertação do herói corresponde ao nascer do sol, o triunfo da luz sobre as trevas, da consciência ou do espírito sobre as camadas afetivas do inconsciente".

9 Benjamim (1979), por exemplo, explicita a existência de dois grupos de narradores que corroboraram sumariamente para o espraiamento das narrativas, e, consequentemente, das representações as quais estamos nos referindo: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante.

10 Também conhecida por outros nomes como O Paraíso, Jardim das Delícias, Ilha de São Brandão (Velloso, 2016) ou Hy-Brazil (Cantarino, 2005), entre outros.

11 Apesar de a Cartografia representar a ilha de Hy-Brazil ao longo de inúmeros séculos, podem-se citar ainda representações atreladas ao campo das artes visuais (pinturas) e, especialmente, ao campo literário. Cantarino (2005) dedica uma seção exclusiva para apresentar diferentes trabalhos correlacionados à tal campo, definindo-o como uma das formas de representação mais importantes para a profusão da lenda.

12 Sociólogo, literato e crítico literário.

13 Ao longo do trabalho supracitado o autor busca apresentar a literatura como uma arte fundamental na construção da realização individual do ser humano. Esta construção possui como pano de fundo dois elementos chave fundantes: a estruturação e a função da obra literária. Valoriza, entretanto, a discussão pautada na função literária para a formação do homem. A função literária, por sua vez, de acordo com o autor, é definida a partir de três aspectos principais, sendo eles: "1) em função da literatura como um todo; 2) em função de uma determinada obra; 3) em função do autor – tudo referido aos receptores" (Cândido, 2002).

14 Apesar da influência externa na moldagem da personalidade, Jung (1980) deixa claro que ela não é só moldada pelo que vem de fora. Para o autor, no momento em que uma ideia exógena a nós nos toca, deve-se entender que isso só ocorre pois existe algo em nós que corresponde a essa ideia externa, e que por sua vez vai ao seu encontro. Isto, por sua vez, reforça a percepção de que a ampliação da personalidade está relacionada à existência de um inconsciente individual/coletivo.

Referências bibliográficas

BERGHAUS, H. *Physikalischer Atlas*, v. V, 1851. Disponível em https://journals.openedition.org/cybergeo/docannexe/image/25478/img-12.jpg. Acesso em 11 ago. 2020.

BONPLAND, A. J. A.; HUMBOLDT, A. V.; KUNTH, K. S. *Nova genera et species plantarum: quas in peregrinatione ad plagam aequinoctialem orbis novi collegerunt /descripserunt, partim adumbraverunt*. Paris: Librairie Greco-Latino-Germanice, 1815. Disponível em https://www.e-rara.ch/zuz/content/zoom/7541890 . Acesso em 2 mai. 2019.

BURKE, M. Hy-Brasil. In: *The Faber Book of Best New Irish Short Stories 2004-5*. London: Faber and Faber, 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/292145373_Hy-Brasil. Acesso em 7 mai. 2019.

CAMARANI, A. L. S. *A literatura fantástica: caminhos teóricos.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CAMPBELL, J. *O poder do mito.* São Paulo: Palas Atenas, 1990. Disponível em http://gepai.yolasite.com/resources/joseph_campbell_%20o_poder_do_mito.pdf. Acesso em 12 mai. 2019.

_____. *Isto és tu: redimensionando a metáfora religiosa*. São Paulo: Landy, 2002. Disponível em https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/joseph-campbell-isto-es-tu.pdf. Acesso em 13 mai. 2019.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, A. *Textos de intervenção: seleção*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CANTARINO, G. An Island Called Brazil: Irish Paradise in Brazilian Past. *Abei Journal: The Brazilian Journal of Irish Studies,* n. 7, p. 193-209, jun. 2005. Disponível em http://www.abei.org.br/uploads/5/4/1/7/54176641/abeijournal_07.pdf. Acesso em 12 mai. 2019.

DAGNINO, R. de S. A Geografia de Alexander Von Humboldt: diálogos entre arte e complexidade. *Revista Caminhos da Geografia,* Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 65-83, 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/233381870. Acesso em 17 jun. 2018.

DONNARD, A. O outro mundo dos celtas atlânticos e a mítica Brasil, ilha dos afortunados: primeiras abordagens. *Nuntius Antiquus,* Belo Horizonte, n. 3, p. 14-28, 2009. Disponível em http://www.continuitas.org/texts/donnard_ilhabrasil.pdf. Acesso em 17 mai. 2019.

DURAND, G. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.* Tradução: Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

_____. *As estruturas antropológicas do imaginário.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da língua portuguesa.* 2. ed. Curitiba: Nova Fronteira, 1986.

FIUZA, M. M. *Ascensão do olhar: aproximações entre fenomenologia e literatura.* 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/14690/1/Marina%20Miranda%20Fiuza.pdf. Acesso em 12 out. 2018.

FROTA, A. J. S. A criação do fantástico, do estranho e do maravilhoso em três contos norte-americanos. *Via Litterae,* Anápolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em http://www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/volume_revista/vol_4_num_1/Via_Litterae_4-1_2012_9-ADOLFO_FROTA_A_criacao_do_fantastico_estranho_e_maravilhoso.pdf. Acesso: 23 mai. 2019.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1978.

GOMES, P. C. C. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HALL, S. *Cultura e representação.* Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HISTORICAL ANATOMIES ON THE WEB. *Gesner: Conradi Gesneri medici Tigurini Historiae animalium.* Disponível em https://www.nlm.nih.gov/exhibition/historicalanatomies/gesner_home.html. Acesso em 3 jun. 2019.

HOPCKE, R. H. *A Guided Tour of the Collected Works of C. G. Jung*. Boston: Shambhala Publications, 1999.

HUMBOLDT, A. v. *Political Essay on the Kingdom of New Spain*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1811.

_____. *Cosmos: A sketch of a Physical Description of the Universe*. Translated by R. C. Ottk. v. 1. London: H.G. Bohn, 1864.

_____. *Quadros da natureza.* São Paulo: W. M. Jackson Inc., v. 1, 1952. (Clássicos Jackson)

JUNG, C. G. The *Archetypes and the Collective Unconscious. Princeton*: Princeton University Press, 1980, v. IX/1.

_____. *Tipos Psicológicos.* Petrópolis: Vozes, 2008.

JÚNIOR, O. F. S. Por uma geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. *Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário,*

Rondônia, ano 1, n. 3, 2001. Disponível em http://www.cei.unir.br/artigo31.html. Acesso em 6 ago. 2018.

KEESING, R. M. Theories of Culture. *Annual Review of Anthropology.* Palo Alto, California, v. 3, 1974. Disponível em https://www.annualreviews.org/doi/citedby/10.1146/annurev.an.03.100174.000445. Acesso em 27 mai. 2015.

KUSUKAWA, S. The sources of Gessner's pictures for the historia animalium. *Annals of Science*, v. 67, n. 3, p. 303-328, jul. 2010. Disponível em https://pdfs.semanticscholar.org/1b85/ece5d39c008b6b7e2aa69f115c2699d7a355.pdf. Acesso em 11 mai. 2019.

LARAIA, R. B. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LINS, M. J. S. C. O computador no imaginário de professores de educação infantil. In: *Ciclo de estudos sobre o imaginário: imaginário e cibercultura*, 10, 1998, Recife. Anais eletrônicos... Recife, Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, 1998. Disponível em http://www.yle-seti-imaginario.org/downloads/anais-x-ciclo-A.pdf. Acesso em 12 fev. 2020.

MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAGNUS, O. *Carta marina et descriptio septentrionalium terrarum.* National Library of Sweden, shelfmark KoB. 2. ed. 1572. Disponível em https://www.wdl.org/pt/item/3037/. Acesso em 4 fev. 2019.

MONFARDINI, A. O mito e a literatura. Terras roxas e outras terras. *Revista de Estudos Literários.* UFSC, v. 5, 2005. 11 p. Disponível em www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol5/v5_4.pdf. Acesso em 14 abr. 2018.

MUSEU D'HISTÒRIA DE CATALUNYA. *Atlas Catalã.* 1375. Disponível em http://www.mhcat.cat/esmhc/exposiciones/la_memoria_de_un_pais/nuestro_mar/ciencia_cultura_y_arte/atlas_catala. Acesso em 9 mai. 2019.

NICOLSON, M. Alexander von Humboldt and the geography of vegetation. In: CUNNINGHAM, A.; JARDINE, N. (Eds.). *Romanticism and the sciences.* Cambridge University Press, 1990. p. 169-185.

NODIER, C. *Contes.* Paris: Garnier, 1961.

ORTELIUS, A. *Septentrionalium regionum descrip.* 1570. Disponível em https://www.battlemaps.us/products/north-atlantic-1570-europe-septentrionalivm-regionvm-descrip-ortelius-map?_pos=1&_sid=cbe2ec0b1&_ss=r. Acesso em 11 fev. 2019.

PAIVA, L. P. G.; HEIDEMANN, V.; MARTINEZ, M. Narrativas míticas: as quarto funções do mito no filme 'A Vila'. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP, v. 44, n. 2, p. 287-299, dez. 2018. Disponível em http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/download/3373/3142/. Acesso em 18 mai. 2019.

PEREIRA, M. R. M. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias. Dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. *Revista Topoi,* Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 99-142, jan.-jun. 2005. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2010/topoi10a4.pdf. Acesso em 29 abr. 2019.

PESAVENTO, S. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. Disponível em https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770 . Acesso: 23 mai. 2019.

PITTA, D. P. R. *Iniciação* à *teoria do imaginário de Gilbert Durand*. Recife: UFPE, 1995.

RICOTTA, L. A Paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivos dos quadros da natureza. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 97-114, jun.-ago. 2000. Disponível em http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/download/32883/35454/. Acesso em 29 abr. 2019.

_____. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt.* Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SCHNEIDER, G. J. *Guardiões do Éden: narrativas de encontros com criaturas maravilhosas na América portuguesa – Século XVI.* Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, p. 126. 2015. Disponível em http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2015/08/Monstros-no-Para%C3%ADso-Guilherme-Schneider.pdf. Acesso em 6 mai. 2019.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica.* São Paulo: Perspectiva, 2008.

TOLKIEN, J. R. R. *O senhor dos anéis.* Trad. Lenita Maria Rimoli Esteves. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

VAN DUZER, C. *Sea monsters on medieval and renaissance maps.* London: British Library, 2013. 149 p.

VELLOSO, L. M. *A representação do maravilhoso na literatura de viagens e na cartografia medieval e renascentista.* 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2016. Disponível em http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/320969/1/Velloso_LeonardoMeliani_M.pdf. Acesso em 11 mai. 2019.

VITTE, A. C; SPRINGER, K. S. A ciência humboldtiana: relações entre a sensibilidade e a mensuração na gênese da geografia física. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 21, p. 167-177, 2011. Disponível em http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47236/50972. Acesso em 26 maio 2019.

CAPÍTULO 2

Geografias nucleares transatlânticas: uma análise espacial das centrais nucleares de Angra dos Reis (Brasil) e Vandellós (Espanha) a partir da teoria relacional dos três domínios

João Pedro Garcia Araujo
Alexandro Solórzano
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Atualmente considera-se o acesso à energia elétrica como fundamental para garantir necessidades sociais básicas, conduzir o crescimento econômico e estimular o desenvolvimento humano (Gaye, 2007). Nesse sentido, Smil (2010) propõe que em uma sociedade atenta à equidade, onde exista preocupação em propiciar qualidade de vida à maior parte possível da população, deve haver garantia a uma cota mínima de energia per capita, que é tão importante quanto outras garantias básicas como alimentação, saúde e educação.

A geração de energia elétrica pode se dar através de diferentes fontes energéticas. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, 2017), entre as décadas de 1970 e 2010, as fontes utilizadas na geração elétrica foram: carvão mineral, petróleo, hidráulica, gás natural, nuclear, e outras renováveis (resíduos, geotérmica, solar, eólica, marés/ondas, biocombustíveis, calor, entre outros). Nesse período, entretanto, houve alterações nas contribuições relativas de cada fonte, com destaque para o aumento expressivo no uso do gás natural, da fonte nuclear e de outras renováveis e para a redução expressiva no uso do petróleo.

A crise mundial do petróleo no início da década de 1970 tornou evidente a vulnerabilidade das matrizes energéticas pouco diversificadas, com elevada dependência em relação a uma ou a um pequeno número de fontes (Brasil, 2007a). Por isso, os princípios da segurança energética, isto é, o adequado suprimento de energia a preços razoáveis e estáveis para o desenvolvimento econômico sustentável, orientam os países

a buscarem fontes alternativas, maior competição na oferta de energia, eficiência e diversificação energética, a elaboração de planos de contingência, entre outras políticas (Brasil, 2007b). No caso da geração elétrica, estes princípios correspondem a uma matriz composta por combinações variadas das fontes energéticas citadas anteriormente.

Se por um lado uma matriz elétrica diversificada traz segurança energética, por outro ela modifica a paisagem de diferentes maneiras em função do tipo de fonte energética utilizada. Pasqualetti e Stremke (2018) chamam atenção para o fato de que as transformações nas paisagens empreendidas pelos humanos frequentemente têm por objetivo obter os recursos energéticos necessários para sustentar nossas populações. Por isso, para estes autores, os resultados destas transformações peculiares podem ser denominados paisagens energéticas. A energia é, portanto, um tema crucial para a análise geográfica, que precisa lidar com as múltiplas dimensões da produção, distribuição e consumo desse insumo.

Nessa interface entre Geografia e energia, a Geografia Nuclear aplica categorias geográficas como espaço, lugar e escala, para compreender o conjunto de atividades do ciclo do combustível nuclear, buscando ultrapassar uma visão limitada, que considera apenas aspectos técnicos e econômicos deste processo (Johnstone, 2017). Este ciclo complexo se inicia com a mineração do urânio, passa pela geração nucleoelétrica e termina com a disposição final de rejeitos radioativos, criando, a cada uma destas etapas, paisagens energéticas específicas.

No Brasil, o marco inicial da geração elétrica termonuclear é o começo da década de 1970, quando o governo brasileiro assinou um contrato com os EUA para a compra de um reator e o fornecimento de combustível nuclear (IAEA, 2019; Patti, 2012). Posteriormente, este contrato foi revisto pelos americanos e as novas condições contratuais prejudicaram as intenções do governo brasileiro de construir mais usinas nucleares para suprir a demanda crescente de energia elétrica no país após a crise do petróleo (Kassenova, 2014). A solução encontrada foi assinar um acordo de cooperação com a República Federal da Alemanha, para transferência de tecnologia visando à construção de novas usinas e ao desenvolvimento do ciclo completo do combustível nuclear em território nacional (IAEA, 2019; Patti, 2012).

Em paralelo aos trâmites contratuais e burocráticos, a Enseada de Itaorna, situada no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro, foi escolhida para receber a primeira usina nuclear do Brasil. Desde o início, contudo, a área delimitada

nesta enseada foi dimensionada para comportar três reatores, já prevendo a expansão da geração termonuclear no país. O local foi selecionado por estar em uma baía protegida, em uma área de baixa densidade populacional, com condições geológicas favoráveis, e relativamente próximo a centros de abastecimento e consumo nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo (MRS, 2005). Coincidentemente, Itaorna está inserida em um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Rio de Janeiro (Fundação SOS Mata Atlântica; Inpe, 2017), o qual compõe o Corredor da Serra do Mar, uma das áreas de maior diversidade biológica desse bioma e, portanto, estratégica para sua conservação (Aguiar et al., 2005).

O empreendimento instalado em Itaorna foi batizado de Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) e possui atualmente duas unidades em funcionamento, Angra 1 e Angra 2, as quais entraram em operação comercial em 1985 e 2001, respectivamente. Há uma terceira unidade em construção, denominada Angra 3, cuja previsão de operação comercial é 2026. As três usinas da CNAAA possuem reator a água pressurizada (*Pressurised Water Reactor* – PWR) e suas potências elétricas líquidas são respectivamente 609 MW, 1.275 MW e 1.245 MW (IAEA, 2019).

Já na Espanha, o marco inicial da geração elétrica termonuclear é a metade da década de 1950, quando aquele país assinou um acordo com os EUA, o qual previa: a transferência de tecnologia de reatores de pesquisa; a cooperação para o desenho e a construção de reatores comerciais; e o fornecimento de urânio enriquecido para ser usado como combustível nuclear. Esse acordo também permitia a realização de parcerias diretas entre empresas privadas de ambos os países, o que facilitou a posterior entrada na Espanha de grandes empresas americanas do setor elétrico (Sanchez-Vásquez, 2010; Aliende-Urtasun et al., 2017).

A partir desse contexto, em 1968 foi inaugurada a primeira usina nuclear espanhola, batizada de José Cabrera 1, na província de Guadalajara, a cerca de 70 km de Madrid. No início da década de 1970, seriam inauguradas mais duas usinas no país: Santa María de Garoña e Vandellós 1, localizadas nas províncias de Burgos e Tarragona, respectivamente. Já na primeira metade da década de 1980 foram mais cinco inaugurações: Almaraz 1 e 2, na província de Cáceres, Ascó 1 e 2, na província de Tarragona, e Cofrentes, na província de Valencia. Por fim, na segunda metade da década de 1980 as duas últimas inaugurações de usinas nucleares na Espanha: Vandellós 2 e Trillo 1, esta última na província de Guadalajara (CSN, 1999). A distribuição

das usinas nucleares espanholas abrange as porções leste, norte, central e oeste do país e reflete a importância destes empreendimentos na geração de energia elétrica a nível nacional: entre 1985 e o ano 2000, as usinas nucleares foram responsáveis por entre 20% e 40% de toda a eletricidade gerada na Espanha (Espejo-Marín, 2002).

Dentre todas as usinas nucleares espanholas citadas anteriormente, apenas a central de Vandellós situa-se na zona costeira, às margens do Mar Mediterrâneo. O empreendimento está localizado numa planície, entre um maciço montanhoso interior e a linha de costa. Esse local possui estrutura geológica favorável para as fundações da central nuclear e o número de habitantes dos núcleos populacionais situados num raio de 10 km da central é relativamente baixo, totalizando cerca de 6.500 pessoas em 1996. Além disso, o empreendimento está próximo de dois importantes centros locais de desenvolvimento comercial e industrial, Reus e Tarragona, respectivamente, e a apenas 120 km de Barcelona, capital da Catalunha e uma das principais cidades da Espanha (CSN, 1999).

Ao redor da central nuclear de Vandéllos existem ainda vários espaços naturais protegidos, os quais fornecem serviços ambientais, contribuem para a formação da identidade regional, servem como dinamizadores socioeconômicos e devem ser considerados na ordenação e planejamento do território (Catalunya, 1993; 2015).

Destaca-se ainda um fato importante sobre a central nuclear de Vandellós: em 1989, 17 anos após o início de sua operação comercial, houve um incêndio no edifício do turbogerador da unidade 1. Embora o incidente tenha causado danos apenas às instalações convencionais (não radiológicas) da usina, não tendo exposto seus funcionários e a população local à radiação e tampouco tenha causado a liberação de material radioativo para o ambiente, o governo espanhol suspendeu a licença de operação de Vandellós 1. Em 1990, um ano após o incêndio, a unidade 1 foi permanentemente desativada e desde então apenas a unidade 2 está operando (Enresa, 2007). Vandellós 2 conta com um reator de água pressurizada (PWR) de capacidade elétrica líquida de 1.045 MW (IAEA, 2018).

O presente trabalho constitui uma análise preliminar da formação de paisagens energéticas nos litorais do estado do Rio de Janeiro (Brasil) e da província de Tarragona (Espanha), devido à instalação de centrais nucleares. De forma inédita, nossa abordagem utilizará a teoria relacional dos três domínios de Robert Sack (1997) para discutir o papel desses empreendimentos como lugares que transformam os espaços ao seu redor. Será dada ênfase aos domínios da natureza e das relações sociais na estruturação do lugar e do espaço.

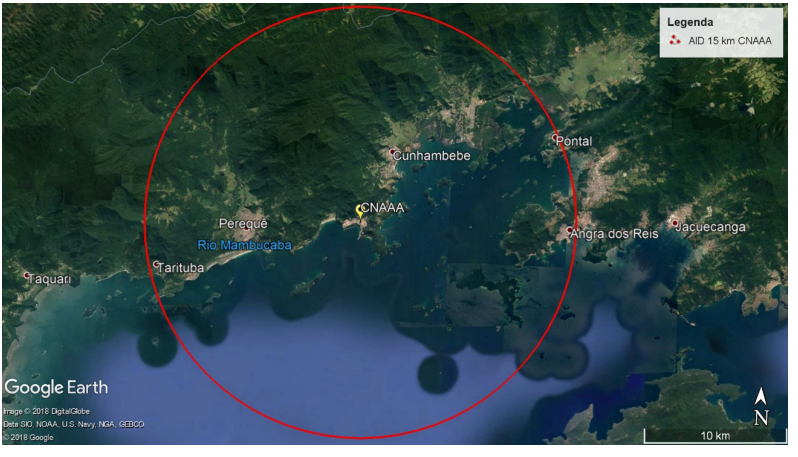
Metodologia

Recorte espacial e temporal

Para o caso brasileiro, o recorte espacial será a Área de Influência Direta (AID) da CNAAA (Figura 1). Esta área é definida como o espaço passível de alterações nos meios físico, biótico e/ou socioeconômico, decorrentes da implantação e/ou operação das usinas nucleares (MRS, 2005) e corresponde a um círculo de raio igual a 15 km com centro na CNAAA (Natrontec, 1998). Estudos ambientais sobre a Central Nuclear definiram a AID a partir de características técnicas das usinas e do Plano de Emergência da CNAAA; de características físicas do local, como, por exemplo, bacias hidrográficas, planaltimetria e meteorologia; de possíveis interferências sobre as comunidades humanas do entorno; e da legislação ambiental (MRS, 2005).

Consideraremos a AID como um espaço que vem se transformando a partir da implantação da CNAAA, evento que, por sua vez, determina a criação de um lugar. Devemos ressaltar que, apesar de todas as justificativas técnicas utilizadas para delimitar a AID, ainda assim essa delimitação é, sob alguns aspectos, arbitrária (por exemplo, quando corta um bairro ao meio). Nesses casos, nossas análises podem ser expandidas para área adjacentes, de modo a evitar distorções.

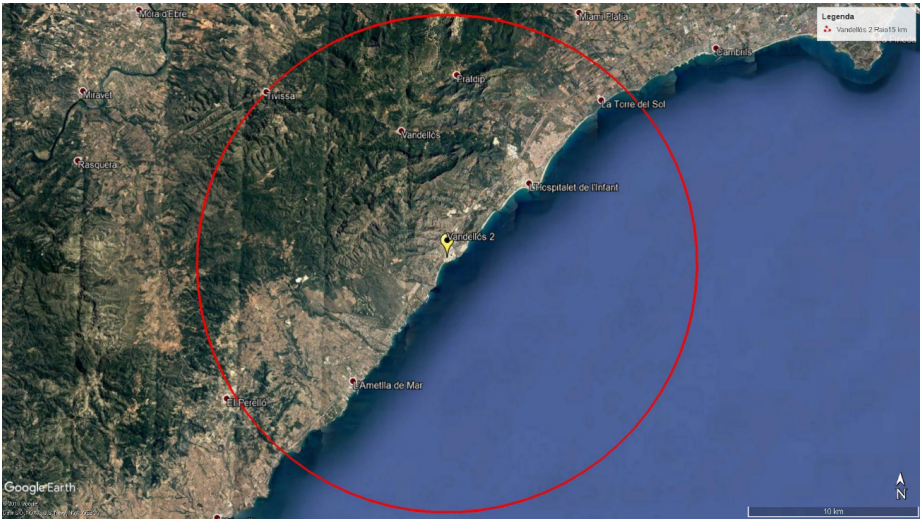
Figura 1. Área de Influência Direta (AID) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), abrangendo parte dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, litoral do estado do Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: Dos autores.

Uma vez que Vandellós 2 possui o mesmo tipo de reator (PWR) que as usinas de Angra 1 e Angra 2 (IAEA, 2018; 2019); ambas as centrais nucleares estão em regiões com relevo similar, ocupando áreas planas entre maciços montanhosos e a linha de costa (CSN, 1999; MRS, 2005); e que parte das zonas de planejamento de emergência externa das duas centrais possui o mesmo tamanho (Disposiciones, 2009; Rio de Janeiro, 2013), também consideramos como recorte espacial para o caso espanhol uma área delimitada por uma circunferência de raio 15 km. Nesse caso, entretanto, centro da circunferência é Vandellós 2 (Figura 2).

Figura 2. Recorte espacial para as análises relativas à Central Nuclear de Vandellós, abrangendo parte dos municípios de L'Amettla del Mar, Tivisa, Vandellós y Hospitalet del Infante e Pratdip, na província de Tarragona, Espanha.



Fonte: Dos autores.

Considerados Brasil e Espanha, nosso recorte temporal se estende de 1967, quando foi autorizada a instalação de Vandellós 1 em Tarragona, a mais antiga usina entre as duas centrais, até 2019, último ano contemplado no levantamento de dados sobre os empreendimentos.

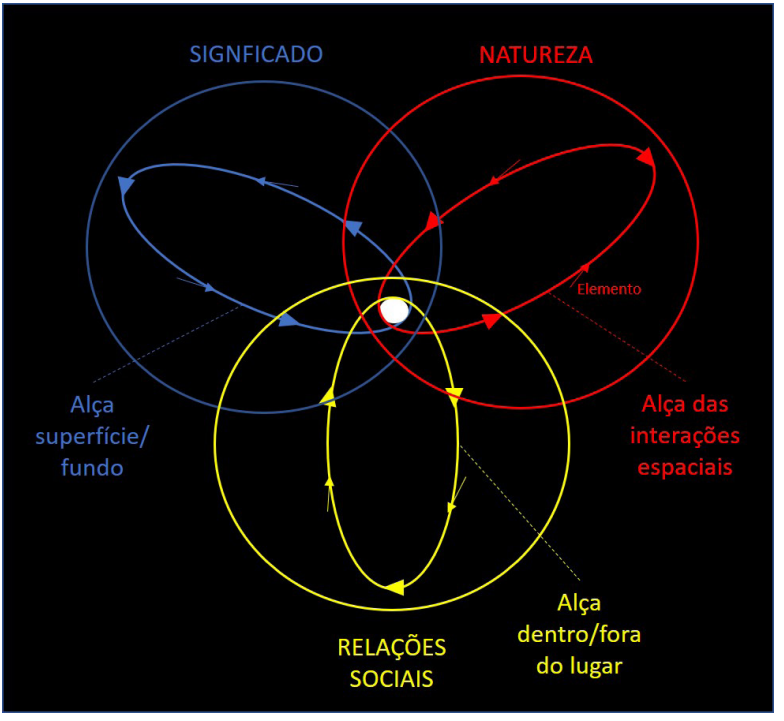
Teoria relacional dos três domínios

Na obra *Homo geographicus*, Robert Sack (1997) propôs uma teoria relacional sobre o lugar e suas conexões com o espaço. De acordo com esta teoria, o lugar/ser, encontra-se na interseção de três domínios: a natureza, as relações sociais e o significado. O primeiro domínio representa não apenas o ambiente (natural ou construído) que nos cerca, como também nosso próprio corpo, com todos os seus complexos processos biológicos, físicos e químicos. Já o segundo domínio define os privilégios e responsabilidades que nós temos em relação aos outros, os quais determinam papéis sociais e normas de conduta que ajudam e limitam nossas ações. Por fim, o terceiro domínio é onde ocorre a gênese dos pensamentos, que, por sua vez, norteiam as relações sociais e nossa construção da natureza. O autor sintetiza a relação dialética entre lugar e ser da seguinte forma: "Lugares restringem e permitem nossas ações e nossas ações constroem e mantém lugares" (Sack, 1997, p. 13).

Nesse contexto, todo lugar é formado, em diferentes proporções, por elementos dos três domínios. Quanto maior for o número de elementos de cada domínio em um dado lugar, mais denso (*thick*) ele é. Inversamente, quanto menor for o número destes elementos, mais rarefeito (*thin*) é o lugar. Isto significa dizer que lugares que possuem múltiplos usos e significados são mais densos, ao passo que lugares que possuem usos e significados específicos são mais rarefeitos. Geralmente, à medida que vai ocorrendo uma rarefação dos lugares, aumenta a necessidade de circulação das pessoas, pois cada lugar supre apenas parcialmente as diversas necessidades de cada um. Esse fluxo forma uma rede cujos nós são os lugares. É importante ressaltar que os conjuntos de elementos que formam um lugar variam ao longo do tempo, tornando os lugares dinâmicos (Sack, 1997).

O lugar atua, então, como um agente causal que atrai elementos dos três domínios, os emaranha, os altera e os libera. Essa dinâmica forma um circuito com três alças, cada uma delas associada a um domínio. Apesar desta associação, as alças criam fluxos que atravessam os domínios, possibilitando a interação entre elementos de domínios distintos (Sack, 1997). A representação gráfica desta teoria do lugar é dada na Figura 3.

Figura 3. Representação gráfica da teoria relacional do lugar (círculo branco) formado por três domínios.



Fonte: Adaptado de Sack (1997).

A alça dentro/fora do lugar está associada ao domínio das relações sociais e determina as regras daquele lugar, isto é, o que é socialmente permitido e proibido fazer ali; o que o lugar inclui e o que ele exclui. A alça da interação espacial está associada ao domínio da natureza e é a responsável por conectar espacialmente pessoas, objetos (naturais ou construídos), relações sociais e significados, de maneira a formar um lugar. Sem a interação espacial não há lugar, há apenas pessoas e objetos no espaço, afetados pela distância. Contudo, podem existir interações espaciais que não envolvem pessoas, porque as primeiras são também uma propriedade da natureza. Mudanças nas interações espaciais podem afetar as regras do lugar e vice-versa. Por fim, associada ao domínio do significado, temos a alça superfície/fundo ou aparência/realidade, através da qual os elementos dos demais domínios são conceitualizados e simbolicamente representados. Na medida em que as interações espaciais e as regras do lugar organizam nosso mundo, formando paisagens, o questionamento acerca da

veracidade das paisagens é feito por meio da superfície/fundo. É através desta alça que nos perguntamos se aquilo que vemos corresponde ao real ou se o real está sob a superfície aparente; ela é fruto, portanto, de uma consciência acerca dos outros domínios (Sack, 1997).

No presente trabalho, a CNAAA e Vandellós 2 serão consideradas como lugares que transformam o espaço (neste caso, especificamente, os círculos com raio de 15 km) ao seu redor.

Modalidade de pesquisa

Este trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental (*sensu* Severino 2016), para identificar documentos legais e outros elementos que podem ter contribuído para a construção dos lugares CNAAA e Vandellós 2. A espacialização dos dados levantados foi feita por meio do *software* Google Earth Pro (Google, 2018).

Transformações espaciais relacionadas à instalação de centrais nucleares

O caso brasileiro

Em 13 de julho de 1970, o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE)[1] autorizou a instalação da Usina de Angra 1, a primeira unidade da CNAAA (Eletronuclear, sem data). Este ato administrativo pode ser considerado o marco de criação de um lugar, na medida em que apenas oito dias após autorização do DNAEE, a Presidência da República baixou um decreto permitindo a desapropriação de terras e benfeitorias em Itaorna visando à instalação de uma central nuclear em Angra dos Reis (Brasil, 1970). Ao permitir a desapropriação e determinar a instalação da CNAAA, o governo federal estava alterando as interações espaciais existentes em Itaorna e seus arredores, bem como as regras do que era permitido e proibido naquele lugar, ativando assim alças dos domínios da natureza e das relações sociais, respectivamente.

Ainda na primeira metade da década de 1970, outros dois decretos presidenciais complementaram a desapropriação e consolidaram uma área total de aproximadamente 9 km² ao redor de Itaorna (Brasil, 1973; Eletronuclear, 2012). Dentro dessa área, a central nuclear propriamente dita ocupa pouco

menos de 1,5 km². Posteriormente, mais três decretos acrescentaram às propriedades da empresa estatal responsável pela CNAAA[2] um terreno com cerca de 4 km², no distrito de Tarituba, município de Paraty, onde seria construída uma segunda vila residencial para funcionários da CNAAA, em adição à vila existente em Praia Brava, local adjacente à Itaorna (Brasil, 1976, 1977, 1978; Eletronuclear, 2012).

Além dos decretos de desapropriação, outros dois elementos do domínio das relações sociais foram fundamentais na regulação das interações espaciais e, consequentemente, na construção da CNAAA enquanto lugar: a Resolução CNEN 09/69 e o Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro (PEE/RJ). O primeiro elemento é uma normativa da Comissão Nacional de Nuclear (Cnen) cuja finalidade é especificar os critérios para escolha de locais para a instalação de reatores de potência. No contexto deste estudo, dois conceitos dessa normativa merecem destaque. São eles:

> Área de exclusão – é a área pertencente ao patrimônio da concessionária, que circunda o reator. Nesta área ela tem autoridade para determinar todas as atividades, inclusive, remoção de pessoal (Brasil, 1969, p. 3).
> Zona de Baixa População é a área pouco habitada adjacente à área de exclusão. O número total de habitantes deve permitir a existência de medidas protetoras a serem tomadas em caso de acidente grave. (...) Baixa população corresponde a um número total e a uma distribuição dos habitantes, conjugados, dentro da área considerada, tal que, dadas as vias de comunicação existentes na mesma, seja possível planejar e executar sua evacuação, ou instruí-los a tomar abrigo, dentro de um certo intervalo de tempo a partir do início de um acidente grave. (Brasil, 1969, p. 4)

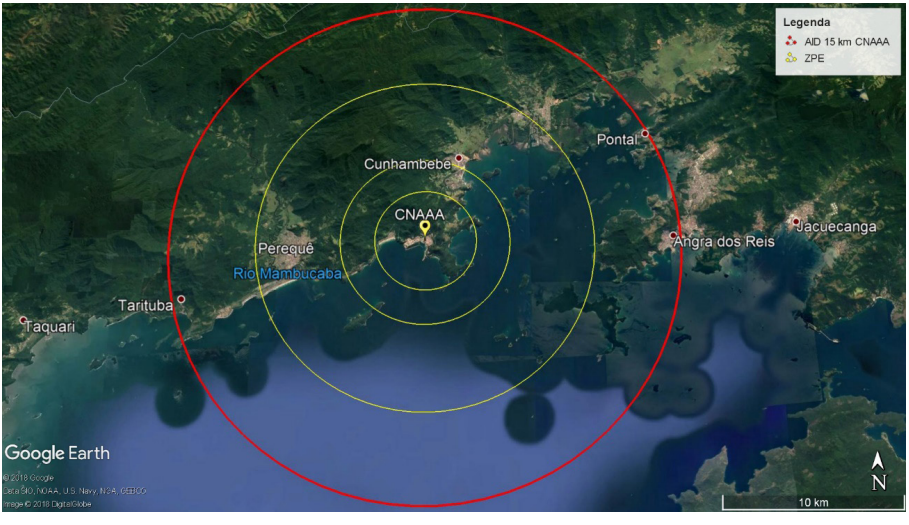
No caso da CNAAA, a área de exclusão corresponde a somente parte da área de propriedade da Eletronuclear em Angra dos Reis, mais especificamente à Enseada de Itaorna e os terrenos adjacentes, à montante da Rodovia BR-101. Já a zona de baixa população corresponde a uma área circular com raio de 3,5 km (Eletronuclear, 2015).

Por sua vez, o PEE/RJ baseia-se em recomendações da CNEN, conta com a participação de diversos órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal,

e visa a facilitar a implementação de medidas de proteção em caso de acidente nuclear. No Plano são definidas quatro Zonas de Planejamento de Emergência (ZPE), as quais são compostas por coroas circulares centradas na Unidade 1 da CNAAA e com raios de 3, 5, 10 e 15 km, respectivamente (Figura 4). A evacuação preventiva da população como medida de proteção é considerada eficaz apenas nas ZPE-3 km e ZPE-5 km. Nas ZPE-10 km e 15 km, a recomendação, ao menos em curto prazo, é que a população se mantenha abrigada em caso de acidente (Rio de Janeiro, 2013). Cabe ressaltar que há grande sobreposição entre a zona de baixa população e a ZPE-3 km e que há total sobreposição entre os limites da ZPE-15 km e a AID da CNAAA.

Portanto, nessa porção mais central do lugar CNAAA, o que é socialmente permitido e proibido fazer sofre influência direta dos dois elementos supracitados. Contudo, a contribuição do domínio da natureza e da alça das interações espaciais não podem ser desconsideradas para se compreender a ocupação dessa porção central do lugar.

Figura 4. Zonas de planejamento de emergência (ZPE) do Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro para caso de emergência nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA). As ZPE possuem raios de 3, 5, 10 e 15 km, sendo esta última equivalente à Área de Influência Direta (AID) da CNAAA.

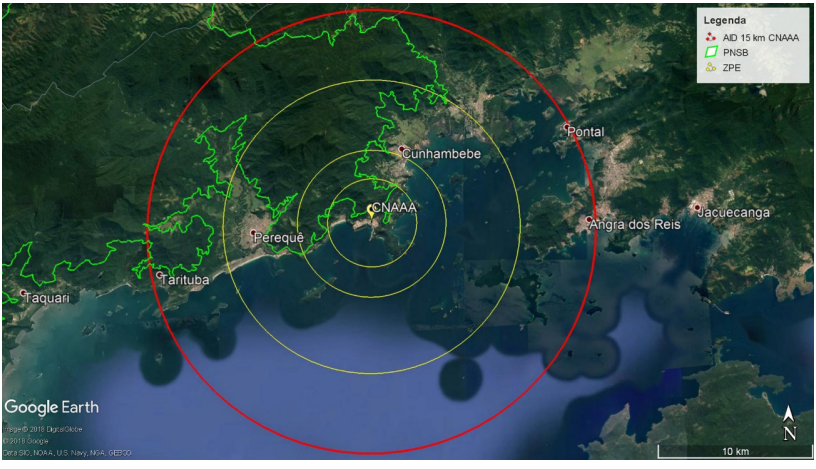


Fonte: Dos autores.

Analisando-se imagens de satélite e os mapas geomorfológico e de declividade (Anexos A e B), constata-se que cerca de metade da área delimitada pela ZPE-5 km engloba a plataforma continental e suas águas costeiras. Já na metade composta por terras emersas, a geomorfologia da maior parte do terreno corresponde a degraus escarpados com vertentes muito íngremes e a declividade predominante está na faixa entre 10° e 30° (MRS, 2005). Uma vez que na área delimitada pelas ZPE-5 km e 10 km os bairros mais populosos, Parque Mambucaba e Frade (IBGE, 2011), estão localizados em planícies fluviomarinhas e/ou fluviais, com declividade predominante na faixa entre 0° a 10° (MRS, 2005), sugere-se que o relevo é um elemento importante na organização da porção central do lugar da CNAAA. É possível, inclusive, que este elemento tenha contribuído para determinar a zona de baixa população. Esta contribuição seria um exemplo de contato entre as alças da interação espacial e dentro/fora do lugar.

Por fim, os decretos presidenciais que criaram o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB (Brasil, 1971) e a Estação Ecológica de Tamoios – Esec Tamoios (Brasil, 1990) são mais dois elementos do domínio das relações sociais que merecem destaque na organização do espaço e das interações espaciais na AID da CNAAA. Parte considerável das terras emersas contidas nas ZPE-3 km, 5 km e 10 km estão dentro dos limites legais do PNSB (Figura 5). O fato de o Parque ter sido criado apenas um ano após a autorização para a instalação da CNAAA e de seus limites apresentarem tamanha sobreposição com a AID sugere que a criação desta unidade de conservação (UC) poderia ter outros objetivos além de atender "a uma demanda crescente de alguns segmentos da sociedade brasileira envolvidos com a questão ambiental", conforme mencionado no Plano de Manejo do PNSB (Ibama, 2001, p. A5.140). É possível que a criação de uma unidade de proteção integral com limites tão próximos à CNAAA também tivesse como objetivo restringir uma futura ocupação da AID. Embora nos históricos de criação do Parque consultados não tenhamos encontrado menções a este possível objetivo (Drummond, 1997; Ibama, 2001), sugere-se uma pesquisa bibliográfica e documental mais detalhada sobre este tema.

Figura 5. Limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) em relação às Zonas de Planejamento de Zonas de planejamento de emergência (ZPE) para caso de emergência nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA). As ZPE possuem raios de 3, 5, 10 e 15 km, sendo esta última equivalente à Área de Influência Direta (AID) da CNAAA.



Fonte: Dos autores.

Por outro lado, embora a criação da Esec Tamoios tenha ocorrido 20 anos após o início da instalação da CNAAA em Itaorna (Brasil, 1990), a relação entre a UC e o empreendimento é inequívoca, pois o Decreto nº 84.973/80 determinou que usinas nucleares deveriam ser localizadas em áreas delimitadas como estação ecológica. Essa colocalização permitiria o acompanhamento preciso das características do ambiente, uma vez que estudos e avaliações ambientais pormenorizados para a localização e funcionamento de usinas nucleares fariam parte das atividades desenvolvidas em uma estação ecológica (Brasil, 1980). A Esec Tamoios foi criada então como uma UC marinha, abrangendo 29 ilhotes, ilhas, lajes e rochedos da Baía da Ilha Grande,[3] nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, situados a diferentes distâncias da CNAAA. É possível que a escolha de uma estação ecológica marinha para o entorno da Central Nuclear se deva a três fatores:

(i) em condições normais de operação, o principal impacto da CNAAA sobre os meios físico e biótico ocorre no ambiente marinho, devido à liberação de efluente aquecido no Saco Piraquara de Fora (MRS, 2005);

(ii) já existia uma UC de proteção integral, o PNSB, rodeando a CNAAA no continente;

(iii) as restrições de uso impostas por uma estação ecológica, por exemplo a proibição de visitação (Brasil, 2000), poderiam ser inviáveis na porção continental da região que abriga a CNAAA.

Por ser uma UC marinha, os impactos fundiários da criação da Esec Tamoios são consideravelmente menores do que as desapropriações e restrições de uso do solo impostas pela criação da CNAAA e do PNSB. No entanto, a criação de uma UC marinha gerou outro tipo de conflito: ela impediu que pescadores artesanais acessassem e usassem alguns importantes pontos de pesca. Considerando apenas comunidades de pescadores artesanais presentes na AID da CNAAA (Tarituba, Perequê, Mambucaba, Frade e Vila Velha), a análise dos dados de Begossi e colaboradores (2009) revela que sete importantes pontos de pesca foram perdidos após a criação da Esec Tamoios (Figura 6). Estes autores observaram ainda uma tendência gradual de abandono da pesca pelos pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande cuja sobrevivência passou a depender cada vez mais de outras atividades. Esta tendência é mais clara em áreas mais urbanizadas, como Angra dos Reis, e é possível que a perda de pontos de pesca devido à criação de unidades de conservação contribua para intensificar esse abandono.

Figura 6. Pontos de pesca artesanal (marcadores rosas) inviabilizados pela criação da Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios). Foram considerados apenas os pontos e as comunidades de pescadores artesanais localizados dentro da Área de Influência Direta (AID) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) ou cortados por ela.

Fonte: Dos autores.

Deste modo, toda a complexa dinâmica socioespacial relacionada às UC soma-se aos elementos específicos das atividades da geração de energia termonuclear (área de exclusão e ZPE, por exemplo), alimentando as alças das interações espaciais e do que é socialmente permitido e proibido na AID da CNAAA. Não é possível compreender a CNAAA enquanto lugar sem levar em consideração todas estas relações. A Figura 7 sobrepõe as representações espaciais dos elementos das alças do circuito causal do lugar CNAAA citados até o momento.

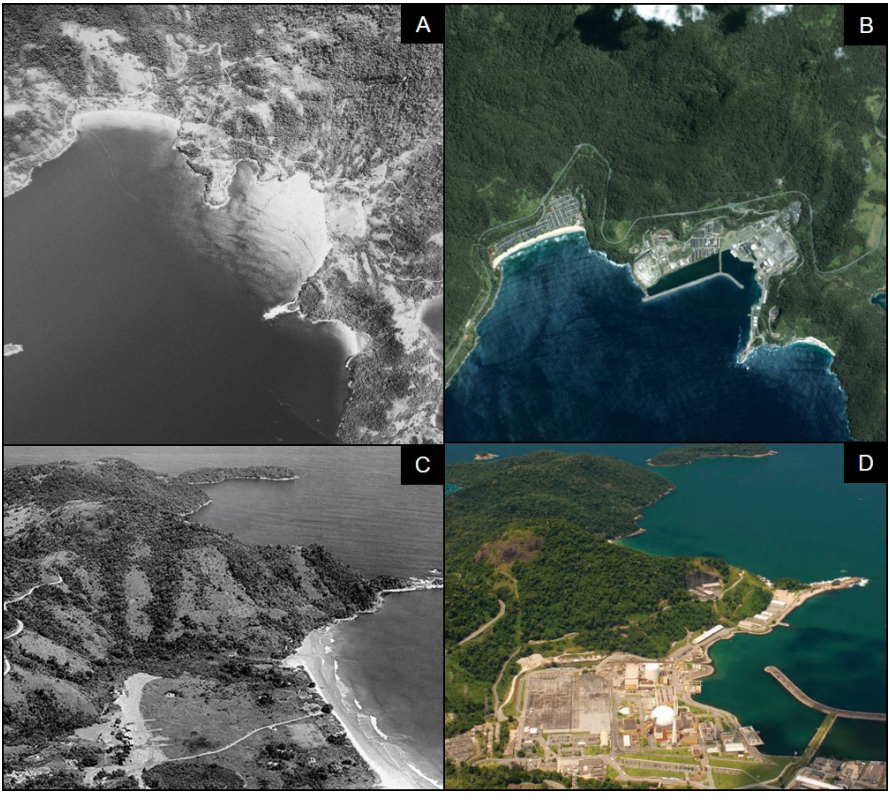
Figura 7. Sobreposição dos limites das Zonas de Planejamento de Zonas de planejamento de emergência (ZPE) para caso de emergência nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), da Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios) e do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB). As ZPE possuem raios de 3, 5, 10 e 15 km, sendo esta última equivalente à Área de Influência Direta (AID) da CNAAA.

Fonte: Dos autores.

Uma vez que o circuito causal dos três domínios que estruturam o lugar CNAAA e o espaço de sua AID impõe uma série de restrições socioespaciais (por exemplo, no uso do solo), um ponto a ser trabalhado em futuros estudos são as implicações destas restrições para o domínio da natureza. Uma breve comparação entre fotografias, aerofotografias e imagens de satélite sugere que entre as décadas de 1970 e de 2000 houve recuperação da cobertura florestal na área de exclusão da CNAAA (Figura 8).

Até que ponto isto também ocorreu em outras porções da AID é uma interessante questão de pesquisa, que deve ser acompanhada pela análise dos possíveis processos de recuperação das comunidades de fauna e flora nativas da região.

Figura 8. Comparação da cobertura florestal em locais na área de exclusão da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto entre as décadas de 1970 (A e C) e 2000 (B e D).



Fonte: Acervo da Eletronuclear.

O caso espanhol

Em 21 de abril de 1969, a Junta de Energía Nuclear (JEN), então órgão regulador das atividades nucleares na Espanha, emitiu a autorização prévia para a instalação da Central Nuclear de Vandellós 1 (CSN, 1999). Este ato administrativo é um elemento

do domínio das relações sociais e pode ser considerado o marco de criação de um lugar, pois seus desdobramentos viriam a impactar, por exemplo, o uso do solo e o modo de vida de comunidades próximas.

De acordo com Rubio-Varas e colaboradores (2018), durante a construção e os primeiros anos de operação de Vandellós 1, o empreendedor, as autoridades e a população local demonstraram sinais de satisfação e orgulho pela usina. Contudo, nesse mesmo período, pescadores do município vizinho de L'Ametlla de Mar se opuseram ao empreendimento por acreditar que ele poderia impactar os recursos marinhos e, consequentemente, seu modo de vida. O incêndio que levou ao fechamento definitivo de Vandellós 1 em 1990 ampliou a oposição das comunidades vizinhas ao funcionamento das centrais nucleares de Vandellós, mas isso não chegou a afetar a unidade 2, cuja operação se estende até os dias de hoje (Subirats, 2018). Castellnou (2000) resume os impactos da indústria nuclear sobre Vandellós ao afirmar que os empreendimentos transformaram um povoado agrícola em industrial.

Outro elemento do domínio das relações sociais fundamental nas interações espaciais e, consequentemente, na construção de Vandellós 2 enquanto lugar é o Plano de Emergência Nuclear Externo às Centrais Nucleares de Ascó e Vandellós – Penta, que conta com a participação de diversos órgãos e entes dos governos central, regional, provincial e municipal (Disposiciones, 2009). O Penta define uma zona sob controle do empreendedor (Zona 0), a qual é conceitualmente análoga à zona de exclusão da normativa brasileira e corresponde a um círculo com raio de 750 m ao redor do edifício do reator de Vandellós 2. Esse plano define também uma Zona de Medidas de Proteção Urgentes (Zona I), análoga às ZPE da CNAAA, cujo objetivo é reduzir a exposição direta da população à atmosfera e ao solo contaminados pela passagem de uma eventual nuvem radioativa. As medidas previstas nessa zona compreendem confinamento, profilaxia radiológica (ingestão de iodo) e evacuação. A Zona I divide-se ainda em três subzonas, compostas por coroas circulares com raios de 3 km, 5 km e 10 km, denominadas Subzonas IA, IB e IC, respectivamente (Figura 9).

Figura 9. Zonas do Plano de Emergência Nuclear Externo às Centrais Nucleares de Ascó e Vandellós (Tarragona). Os raios das circunferências da Zona I possuem 3, 5 e 10 km, respectivamente.

Fonte: Dos autores.

O Penta, enquanto elemento da alça dentro/fora do lugar criado por Vandellós 2 irá interagir com elementos da alça das interações espaciais, afetando, por exemplo, o uso e a ocupação do solo. Analisando-se imagens de satélites e mapas geológicos, de elevação e de declividade (Vandellós, 2012), constata-se que cerca de metade da área da circunferência de 15 km ao redor da central nuclear engloba a plataforma continental e suas águas costeiras. Já na outra metade da circunferência, composta por terras emersas, do setor Oeste ao Norte-Nordeste, passando pelo Norte, predominam as formações montanhosas da Cordilheira Pré-litorânea da Catalunha. Trata-se de um trecho com declividade predominante na faixa de 20° a 30°, o que restringe consideravelmente as possibilidades de ocupação humana. Na diagonal composta pelos setores Sudoeste e Nordeste, incluindo o sítio da central nuclear, predominam as planícies fluvioaluviais da Depressão Costeira Catalã. Nessa região de baixas declividades (6°), encontra-se o maior adensamento populacional da área estudada (Vandellós, 2012). Assim como no caso brasileiro, o relevo parece contribuir para a redução da concentração populacional ao redor da central nuclear, atuando de forma sinérgica ao Penta.

O decreto da Presidência da Catalunha que aprovou o Plano de Espaços de Interesse Natural (Catalunya, 1993) é outro elemento do domínio das relações sociais

estreitamente vinculado a elementos do domínio da natureza (p.ex. geologia, relevo e biodiversidade), que afeta a organização do espaço e as interações espaciais ao redor de Vandellós 2. Esse Plano estabeleceu sete espaços naturais protegidos cujas áreas se sobrepõem total ou parcialmente à circunferência de raio 15 km e às Zonas 0 e I do Penta (Figura 10). Desses espaços, três são costeiros (Cap de Santes Creus de Litoral Meridional Tarragoní, Delta de l'Ebre e La Rojala – Platja del Torn) e quatro são terrestres (Muntanyes de Tivissa-Vandellòs, La Plana de Sant Jordí, Serra de Llaberia e Tossal de Montagut).

O Plano também restringe as atividades e os projetos a serem desenvolvidos nos espaços de interesse natural, condicionando-os a uma avaliação prévia de impacto ambiental. Esse aspecto soma-se às restrições de uso e ocupação do solo já existentes na área em função da central nuclear e representa o enlace das alças dentro/fora do lugar e das interações espaciais.

Figura 10. Limites dos Espaços Naturais Protegidos da Catalunha em relação às Zonas do Plano de Emergência Nuclear Externo às Centrais Nucleares de Ascó e Vandellós (Tarragona). Os raios das circunferências da Zona I possuem 3, 5 e 10 km, respectivamente.

Fonte: Dos autores.

As alças das interações espaciais e dentro/fora do lugar também interagem no enlace dos respectivos elementos: beleza cênica das paisagens ao redor de Vandellós 2 e Plano Estratégico de Turismo da Catalunha – PETC (THR, [2017]). Esse Plano tem entre seus objetivos um crescimento racional[4] do setor turístico em toda a região autônoma catalã e destaca as cidades, os povoados e o Delta de l'Ebre como atrativos turísticos de Tarragona. Gonzalvo e colaboradores (2018) acrescentam a Central Nuclear de Vandellós 1, atualmente desativada e em fase de descomissionamento, à lista de atrativos turísticos tarraconenses, por considerá-la um marco da história industrial recente espanhola que deve permanecer compondo a paisagem local. Se por um lado o turismo pode ser uma alternativa para geração de emprego e renda no município (Castellnou, 2000), por outro a presença da Central Nuclear de Vandellós 2 impõe desafios ao aumento no fluxo de pessoas, devido às restrições espaciais geradas pelo empreendimento, as quais se materializam, por exemplo, por meio do Penta.

***

Nesta análise preliminar, a teoria relacional dos três domínios revelou-se uma ferramenta útil compreender a estruturação dos lugares construídos por centrais nucleares e os respectivos espaços de suas áreas de influência. Embora a CNAAA e Vandellós 2 estejam em contextos geográficos específicos, notam-se semelhanças entre eles. Com base no conceito de paisagens energéticas, podemos inferir que essas semelhanças sejam resultantes dos requisitos para instalação e operação de usinas nucleares, bem como da influência desses empreendimentos sobre a paisagem.

Considerando apenas os domínios da natureza e das relações sociais discutidos ao longo deste trabalho, sugere-se que as centrais nucleares criaram lugares densos, com alças compostas por muitos elementos. Para uma compreensão mais ampla desses lugares, é necessário ampliar a análise dos domínios já abordados, além de incluir a análise do domínio do significado e da alça superfície/fundo, pois a literatura indica que centrais nucleares têm considerável força simbólica nas suas áreas de influência, o que também afeta a estruturação dos lugares construídos por esse tipo de empreendimento.

Notas

1 Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1990, o Dnaee, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, foi o órgão responsável pela supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade no Brasil. Com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 1996, as responsabilidades do Dnaee foram transferidas para este novo órgão (Aneel, s.d.).
2 Furnas Centrais Elétricas S.A. foi a empresa estatal responsável pela construção da CNAAA e por sua operação até meados da década de 1990. Em 1997, foi criada a Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), que passou a ser a responsável pela operação da CNAAA e pela construção de novas usinas nucleares no Brasil.
3 Além da área insular propriamente dita, também integra a Esec Tamoios o entorno marinho e os parcéis dentro de um raio de 1 km de extensão ao redor de cada ilha, ilhote laje e rochedo (Brasil, 1990).
4 Nossa tradução livre para o termo catalão é *creixement savi*.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Histórico da Aneel* – Linha do Tempo. s.d. Disponível em http://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset_publisher/zXQREz8EVlZ6/content/historico-da-aneel/pop_up?_101_INSTANCE_zXQREz8EVlZ6_viewMode=print&_101_INSTANCE_zXQREz8EVlZ6_languageId=pt_BR. Acesso em 29 dez. 2018.

AGUIAR, A. P.; CHIARELLO, A. G.; MENDES, S. L.; MATOS, E. N. Os Corredores Central e da Serra do Mar na Mata Atlântica brasileira. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. (Org.). *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.* São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/ Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

ALIENDE-URTASUN, A.; LUQUIN, A.; GARRIDO, J. J. Nuclear fission technology in Spain: history and social concerns. *Public Understanding of Science*, v. 26, n. 3, p. 307-324, 2017.

BEGOSSI, A.; LOPES, P. F.; OLIVEIRA, L. E. C.; NAKANO, H. *Síntese baseada no relatório do diagnóstico socioambiental das comunidades de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande (RJ)*. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. *Normas para escolha de locais para instalação de reatores de potência.* Resolução CNEN nº 09/69. Disponível em http://appasp.cnen.gov.br/seguranca/normas/pdf/Nrm168.pdf. Acesso em 1º maio 2018.

_____. Ministério de Minas e Energia. *Plano nacional de energia 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007a.

_____. *Matriz energética nacional 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007b.

_____. *Decreto nº 66.932, de 21 de julho de 1970.* Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66932-21-julho-1970-408613-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 23 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68172.htm. Acesso em 30 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 71.965, de 21 de março de 1973.* Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=494605&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB. Acesso em 23 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 77.057, de 20 de janeiro de 1976*. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77057-20-janeiro-1976-425903-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 24 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 80.791, de 22 de novembro de 1977.* Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80791-22-novembro-1977-429858-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 24 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 82.092, de 8 de agosto de 1978.* Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82092-8-agosto-1978-431273-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 24 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D84973.htm. Acesso em 18 dez. 2018.

_____. *Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98864.htm. Acesso em Acesso em 30 dez. 2018.

_____. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 30 dez. 2018.

CASTELLNOU, J. Vandellós, the future of a municipality without NPP. In: EUROPEAN CONFERENCE: LOCAL DEMOCRACIES AND NUCLEAR POWER PLANTS, 1. 2000, Bruxelas. *Conference Proceedings* (...). Espanha: GMF, 2000, p. 221-229.

CATALUNYA. Presidència de la Generalitat. Decreto nº 328/1992, de 14 de diciembre, por el que se aprueba el Plan de espacios de interés natural. *Diario oficial de la Generalitat de Catalunya*, n. 1714, 1 mar. 1993, Presidència de la Generalitat, p. 1544-1552.

CATALUNYA. Departament de Terrotori i Sostenibilitat. *La planificació estratégica dels espais naturals protegits de Catalunya*. 2015. Disponível em http://xarxanet.org/sites/default/files/gene_planificacio_estrategica_espais_naturals.pdf. Acesso em 18 set. 2019.

CONSEJO DE SEGURIDAD NUCLEAR – CSN. *Las centrales nucleares españolas*. 2. ed. Colección Informes Técnicos 3. 1999.

DISPOSICIONES generales. *Boletín Oficial del Estado*, n. 271, sec. I, p. 94293-94361, 10 nov. 2009.

DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.

ELETROBRAS; ELETRONUCLEAR. *Angra 1* – Informações gerais/Histórico/Dados básicos. Disponível em http://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Informacoes-de-Angra-1.aspx. Acesso em 23 dez. 2018.

_____. *Área ocupada na propriedade da Eletrobras Eletronuclear em Angra dos Reis e Paraty – RJ*. Rio de Janeiro: Eletronuclear, 2012.

_____. *Final safety analysis report*: Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto Unit 1. *Rev. 37*. Rio de Janeiro: Eletronuclear, 2015.

EMPRESA NACIONAL DE RESIDUOS RADIACTIVOS S.A. (ENRESA). *Memorial del desmantelamiento: 1998-2003 Central Nuclear Vandellós I*. Madri: Enresa, 2007.

ESPEJO-MARÍN, C. La producción de electricidad de origen nuclear en España. *Boletín de la A.G.E.,* v. 33, p. 65-77, 2002.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica*: *período 2015-2016*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2017.

GAYE, A. Access to energy and human development. Human Development Report 2007/2008. *Human Development Report Office Occasional Papers*, v. 25, p. 1-22, 2007.

GONZALVO, C.; RÓDENAS, J. F.; ZUAZNABAR, G. Centrales nucleares y patrimonio: el caso de la Central Nuclear de Vandellòs-I (Tarragona). *Patrimonio y Desarrollo*, v. 23, p. 1-23, dez. 2018.

GOOGLE. *Google Earth Pro*. Versão 7.3.2.5495 (64-bit). [S.l.]: Google LLC, 2018.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY – IAEA. *Brazil*. 2019. Disponível em https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/Brazil/Brazil.htm. Acesso em 20 nov. 2018.

_____. *Spain.* 2018. Disponível em https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/Spain/Spain.htm. Acesso em 9 set. 2018.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. *Key world energy statistics*. 2017. Disponível em http://www.iea.org/statistics/. Acesso em 21 abr. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico*. Tabela 1552 – População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade. 2011. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552. Acesso em 29 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina.* 2001. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html. Acesso em 30 dez. 2018.

JOHNSTONE, P. Exploring nuclear geographies: from uranium mining to waste facility. In: SOLOMON, B.D.; CALVERT, K.E. (Org.). *Handbook on the geographies of energy.* Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2017, p. 72-87.

KASSENOVA, T. *Brazil's nuclear kaleidoscope*: *an evolving identity*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2014.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. – MRS. *Estudo de impacto ambiental – EIA da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto*. 2005. Disponível em http://www.eletronuclear.gov.br/hotsites/eia/index.html. Acesso em 1º maio 2018.

NATRONTEC ESTUDOS E ENGENHARIA DE PROCESSOS LTDA. *Relatório de impacto ambiental (Rima) Usina de Angra 2.* 1998. Disponível em http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Licenciamento/RIMAdeAngra2.aspx. Acesso em 1º maio 2018;

PASQUALETTI, M.; STREMKE, S. Energy landscapes in a crowded world: a first typology of origins and expressions. *Energy and Social Science*, v. 36, p. 94-105, 2018.

PATTI, C. *Origins and Evolution of the Brazilian Nuclear Program (1947-2011).* FGV CPDOC, Centro de Relações internacionais. 2012. Disponível em http://ri.fgv.br/node/991. Acesso em 30 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil. *Plano de emergência externo do Estado do Rio de Janeiro (PEE/RJ)*. 2013. Disponível em http://defesacivil.rj.gov.br/cestgen-plano-de-emergencia-externo/#p=1. Acesso em 7 jul. 2019.

RUBIO-VARAS, M.M.; DE LA TORRE, J.; ESPLUGA, J.; PRESAS I PUIG, A. *WP2 Spain: short country report*. Barcelona: UPF, 2018. Disponível em http://www.honest2020.eu/sites/default/files/deliverables_24/ES.pdf. Acesso em 23 nov. 2019.

SACK, R. D. *Homo geographicus*: *a framework for action, awareness, and moral concern*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1997.

SANCHÉZ-VÁSQUEZ, L. *La legitimación de la energía nuclear en España: el fórum atómico español (1962-1979).* 2010. Tese (Doutorado em Paz, Conflitos e Democracia). Instituto de la Paz y los Conflitos, Universidad de Granada, Granada, España, 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

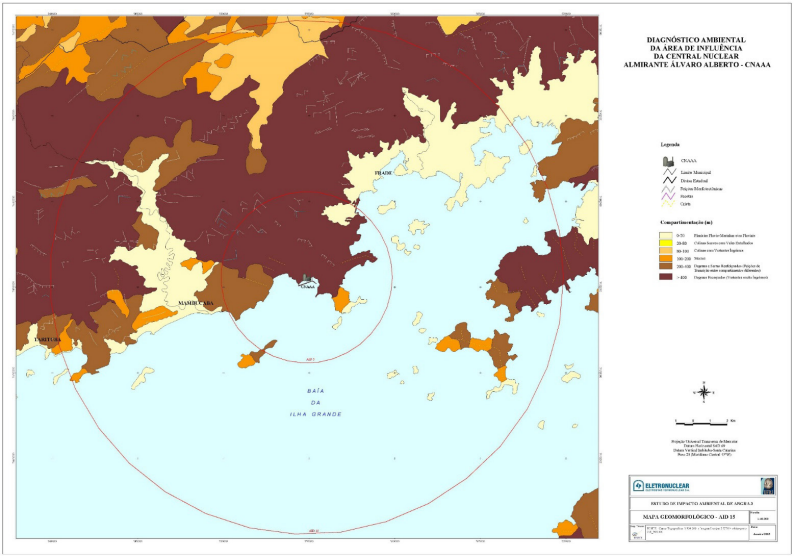
SMIL, V. Science, energy, ethics, and civilization. In: CHIAO, R. Y. et al. (Org.). *Visions of Discovery: New light on physics, cosmology, and consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 709-729.

SUBIRATS, E.N. Vandellós: historia de dos centrales. *El Salto Diario*, 21 maio 2018. Disponível em https://www.elsaltodiario.com/desconexion-nuclear/vandellos-historia-de-dos-centrales#. Acesso em 23 nov. 2019.

THR. *Pla estratègic de turisme de Catalunya*. V. I-II, [2017]. Disponível em http://empresa.gencat.cat/web/.content/20_-_turisme/coneixement_i_planificacio/documents/arxius/Pla-estrategic-de-turisme-de-Catalunya-2018-2022.pdf. Acesso em 24 nov. 2019.

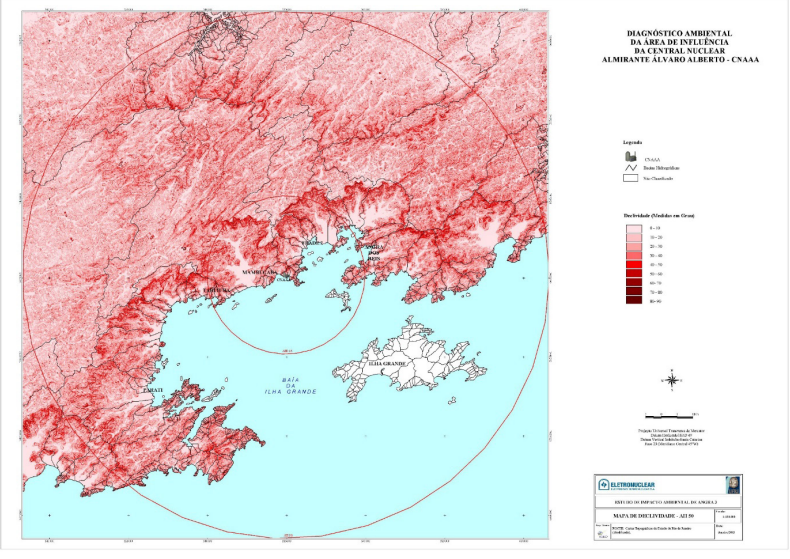
VANDÉLLOS. Ajuntament de Vandellòs i L'hospitalet de L'infant. *Pla d'ordenació urbanística municipal,* v. XIII, Estudi de risc geològic, 2012. Disponível em http://www.vandellos-hospitalet.org/poum/doc/aprovacio_def/VOLUMS/13_Volum_XIII_Estudi_de_Risc_Geologic.pdf. Acesso em 18 set. 2019.

Anexo A. Mapa Geomorfológico – AID 15.



Fonte: MRS (2005).

Anexo B. Mapa de declividade – AII 50.



Fonte: MRS (2005).

CAPÍTULO 3

La cartografía turístisca participativa como instrumento para develar silencios cartográficos: caso cuenca media del río Pacuare, Turrialba, Costa Rica

Meylin Alvarado Sánchez
Glaucio José Marafon
Universidad Estatal de Rio de Janeiro (UERJ)

Las iniciativas de Turismo Rural en Costa Rica, han surgido como complemento económico a las actividades tradicionales en los espacios rurales, ya sea la agricultura, la ganadería o la pesca. Las mismas enfrentan diferentes limitaciones para la gestión de su actividad, entre estas destaca la omisión de información sobre sus territorios en la cartografía turística oficial, donde se destacan únicamente de las principales ciudades, las zonas turísticas costeras y las áreas protegidas, silenciando cartográficamente a las comunidades rurales del interior y por ende su patrimonio territorial impidiéndoles representar sus potencialidades desde un punto de vista espacial y a la vez hacer incidencia política, que les facilite la atracción inversión a sus espacios.

A estas comunidades silenciadas en la cartografía oficial, Santos (1999), las denomina como "espacios opacos" (Santos, 1999, p. 194), indicando que, por esta situación las mismas carecen de densidad técnica, y quedan al margen de las propuestas de inversión pública y privada, en relación con los espacios luminosos que atraen capital, tecnología y actividades económicas.

Para solventar esta limitación cartográfica, algunas comunidades rurales han recibido acompañamiento de las universidades estatales, entre ellas la Universidad Nacional de Costa Rica (UNA), por medio del Programa de Estudios Turísticos Territoriales (PETT), de la Escuela de Ciencias Geográficas, que como aporte a la gestión del turismo rural comunitario, ha diseñado e implementado la metodología denominada, "Diseño de Cartografía Turística Participativa", para el mapeo de los

diferentes elementos del sistema turístico local y el posterior diseño de productos turísticos de las comunidades metas de sus proyectos de extensión universitaria.

Por lo tanto, el objetivo de este artículo es presentar la aplicación de dicha metodología, en la develación de los silencios cartográficos del mapa turístico oficial de Costa Rica, específicamente en los espacios opacos de las comunidades en la cuenca media del río Pacuare, en Turrialba Costa Rica.

La representación cartográfica como una forma de comunicación e inclusión de espacios opacos

La cartografía puede ser utilizada como una forma de comunicación, de transmisión de conocimiento y hasta una forma de poder; ya sea para la guerra, para la propaganda política, la delimitación de fronteras, la conservación del orden público o el control de los recursos (Harley, 2009). Cuando esta se aplica de forma participativa y colectiva, por un grupo de personas, no especialistas en el tema, con interés de construir información integral sobre un territorio, se le denomina Cartografía Social. Para Montoya (2009), esta es considerada una propuesta conceptual y metodológica novedosa, utilizando instrumento técnicos y vivenciales, donde se construyen conocimiento mediante la transcripción de las experiencias de los lugares no nombrados, donde los miembros de la comunidad analizan colectivamente los problemas sociales, en un esfuerzo por comprenderlos y solucionarlos

El Fida (2010), dice que la cartografía participativa es uno de los principales métodos participativos que han sido adoptados, adaptados y aplicados en los proyectos de desarrollo comunitario, ha sido el más difundido y se encuentra en aumento a nivel mundial utilizando diferentes términos entre los que destaca, el de la cartografía participativa, la cual puede definirse como "un proceso de levantamiento de mapas que trata de hacer visible la asociación entre la tierra y las comunidades locales empleando el lenguaje, comprendido y reconocido comúnmente de la cartografía" (Fida, 2009, p. 6).

Por su parte Rodríguez (2011), la define como un recurso metodológico implementado para facilitar a los miembros de una comunidad, las técnicas para graficar visualmente la percepción, sobre su territorio y entorno socioambiental, con el objeto de hacer propuestas de planificación y desarrollo local desde su realidad inmediata. Además, permite presentar información espacial a distintas escalas, con información

detallada como infraestructura, acontecimientos sociales e históricos, distribución de recursos naturales y culturales, convirtiéndose en una manera distinta de comprender el paisaje y de empoderamiento al permitir a las comunidades representarse espacialmente a sí mismas.

También el Fida (2009), define los siguientes criterios para aplicar este tipo de cartografía: se planean en torno a un objetivo común con aportaciones de toda una comunidad en un proceso abierto e incluyente, se presenta la información pertinente e importante para las necesidades de la comunidad y no se rigen por las convenciones cartográficas oficiales aunque para que resulten útiles a los grupos ajenos a la comunidad cuanto más cerca sigan las convenciones establecidas mayor será la probabilidad de que se consideren instrumentos eficaces.

Por lo tanto, la cartografía participativa ha sido empleada para crear diferentes mapas temáticos, entre ellos mapas turísticos, donde se ubican los recursos turísticos, la oferta, lo productos turísticos y las diferentes variables relacionadas con esta actividad, presentes en las comunidades locales, con el fin de dar a conocer la información y el potencial que no aparece en la cartografía turística oficial.

Entendiendo por cartografía turística o cartografía del turismo, a la rama de la Cartografía Temática dedicada al tratamiento de los elementos que componen las actividades turísticas. Según Burda y Martinelli (2014), esta da a conocer los servicios turísticos que están disponibles en un espacio geográfico determinado, muestra las atracciones turísticas, las rutas turísticas que se pueden recorrer, además proporciona opciones para el conocimiento y la planificación del turismo en el territorio, mediante los mapas turísticos.

Los mapas turísticos, como cualquier mapa temático o imagen o material visual, rara vez se leen a profundidad, como formas de conocimiento socialmente construidos. Para esto Harley (2009), dice que es necesario el estudio de sus características geográficas, porque como imágenes ligadas a contextos históricos precisos, no es frecuente que se destaquen del discurso geográfico en el que se han insertado. Para esto el autor plantea la siguiente pregunta ¿Qué podemos hacer para que los mapas "hablen" de los mundos sociales del pasado?, refiriéndose a ese contexto que les dio origen.

Como respuesta a estos cuestionamientos, Harley (2009), dice que los mapas se pueden considerar como la familia más amplia de las imágenes, y desde la Iconología se puede identificar que los mismos están cargados de juicio de valor, por lo que no

deben ser percibidas como levantamientos inertes de paisajes morfológicos o como reflexiones pasivas del mundo de los objetos.

Por su parte Rose (2001), presenta algunos procedimientos para la interpretación composicional y análisis del contenido de materiales visuales, dentro de los que se pueden incluir esos contextos geográficos de los mapas. Aquí se mencionan dos de estos, como son la técnica del El Buen Ojo o composición de Interpretación y El Análisis de Contenido:

- El Buen Ojo: La visualización de imágenes utilizando la composición de interpretación, funciona como una especie de conocedor visual (Connoisseurship Visual), que implica la adquisición de una amplia experiencia de primera mano de las imágenes, para asignar al trabajo de artistas y escuelas, la identificación de estilos y el establecimiento de fuentes e influencias para juzgar su calidad y su lugar en el canon, donde se observan las imágenes, con el fin de entender su significancia. Una de las críticas que se hace a esta forma de analizar imágenes es que presta más atención a su modo de composición y descuida la forma en que se produce y se interpreta por las prácticas sociales. Además, que tampoco fomenta la discusión de la producción de una imagen o la forma en que se puede utilizar e interpretada por diversos espectadores y finalmente porque esta no permite una reflexión que tiene en cuenta la particularidad de cualquier interpretación.
- Análisis de Contenido: Esta técnica se basa en contar la frecuencia de ciertos elementos visuales en una muestra claramente definida de imágenes, y luego analizar esas frecuencias cuantitativa y cualitativamente, además ofrece directrices que pueden ser útiles para abordar un gran número de imágenes de una manera coherente y hacer inferencias reproducibles y válidas a partir de datos del contexto de las imágenes. En esta metodología el punto clave a recordar, es que las imágenes deben ser reducidas a una serie de partes componentes que pueden ser escritas de una manera que tiene alguna significación analítica. Es decir, los códigos utilizados deben depender de una conexión teórica entre la imagen y el contexto cultural más amplio en el que se hace su significado. Por lo que implica decisiones sobre significado y significancia. A diferencia de la anterior metodología esta si permite interpretar el significado cultural de las imágenes.

Estas dos técnicas, para el análisis de mapas temáticos, no se deben tomar como formulas rígidas separadas, más bien se pueden complementar y tomar de ellas lo que más convenga al objetivo de cada investigador. Al respecto, Lois (2015), hace referencia a una publicación de Rose (2012), indicando que el autor aboga por la formulación de nuevos métodos críticos para el análisis de imágenes, que busquen la hibridez y la combinación "ad hoc" de diferentes herramientas y no a la implementación de una fórmula cuadrada o rígida, que funcione como norma para todas las imágenes.

Refiriéndose específicamente a ese análisis, interpretación o lectura de mapas, Harley (2009), hace un aporte, señalando los siguientes aspectos presentes en algunos mapas y que se pueden interpretar:

- Desde las perspectivas teóricas: donde se distinguen los cánones de la crítica cartográfica tradicional y su cadena de oposiciones binarias entre mapas "verdadero y falso", "exacta e inexacta", "objetiva y subjetiva", "literales y simbólica", basada en la" integridad científica "o marcado por una" deformación ideológica ". Señala tres puntos de vista de la detección de ciertos contornos ideológicos más específicos de mapas. Los mapas como una forma de lenguaje o más bien como una "literatura de mapas " que permita también a hacer preguntas acerca de la evolución de los usuarios de los mapas. Un segundo punto de vista teórico se ha extraído desde la iconología. estableciendo una correlación entre los niveles de interpretación para la pintura y las que son identificables en los mapas, para identificar un nivel de significación más profundo, de su entorno. Y finalmente una tercera perspectiva se extrae de la sociología del conocimiento, denominada conocimiento cartográfico.
- Los contextos políticos de los mapas: en cualquier estudio iconológico es sólo gracias al contexto que se puede discernir correctamente el significado y sus influencias. El contexto puede definirse como las circunstancias en que se hicieron y utilizaron los mapas (estructura física, social, acontecimientos, identidad), estos detalles están en revelar no sólo las razones que apoyan los eventos cartográficos, sino también los efectos que los mapas tuvieron y la carga de información que expresan en términos humanos.
- El contenido de los mapas en el ejercicio del poder, los cartógrafos y los historiadores de los mapas saben que los mapas tienen una tendencia a las distorsiones

o variaciones con relación a la realidad, estas son evidentes en los mapas que representan distorsiones intencionales como las siguientes:

a. Distorsiones intencionales de los contenidos de los mapas: Estos pueden ser con fines políticos, como adaptando proyecciones individuales, manipulando las escalas, aumentando la topografía, utilizando colores fuertes, entre otros.
b. Distorsiones inconscientes: el proceso sutil por el cual los valores de la sociedad que produce mapas influencian en su contenido, mediante estructuras ocultas como la geometría de los mapas, *los silencios* en los contenidos de los mapas, las tendencias a la clasificación en la representación cartográfica o jerarquías.
c. El silencio de los mapas: se refiere a los mensajes políticos ocultos que ejercen influencia social, tanto por sus omisiones como por los elementos que representan su valor. Los matices políticos de estos silencios son tan poderosos que a veces es difícil de explicar simplemente usando factores históricos o técnicos.

Dentro de esos contextos geográficos de los mapas, se encuentran los silencios cartográficos, establecidos por diversas razones ya sean políticas, militares, religiosas o hasta comerciales y es por medio de la cartografía participativa, que estos pueden ser develados. Montoya (2007), indica que esta nueva cartografía basada en el saber social, sobre el espacio geográfico, deberá hacer frente a las distorsiones u ocultamiento desde el punto de vista del cartógrafo, enfocándose en la reflexión sobre el lugar de enunciación y la posición en el entramado de fuerzas que pugnan por el control del territorio. Lo que exige que esta herramienta social, sea reconocida como un instrumento que no solamente da a conocer la realidad, sino que además se combina con otras formas de acciones participativas, que pueden transformarla en un instrumento de planificación del territorio y de incidencia política pública.

Por su parte el PETT, propone la metodología Diseño de Cartografía Turística Participativa, para identificar el potencial turístico de las comunidades rurales, la cual se implementa mediante talleres participativos, para realizar el mapeo del inventario de los recursos turísticos locales. Alvarado, et al (2018), indican que hay muchas formas de realizar los mapas participativos, pero en este caso se utilizan mapas a escala, hojas blancas, lápices, hojas de trabajo (como los Instrumentos o fichas de

inventario), donde se deben indicar las principales características del recurso, nombre, categoría, accesibilidad, condiciones, mejoras a realizar y algunas observaciones de este, para crear la base de datos de cada recurso.

Para obtener el mapeo participativo, se deben seguir los siguientes pasos:

- Elaboración de mapas participativos:
    a. Reunir a los participantes de cada comunidad y se le entrega los mapas a escala, para que ubiquen la comunidad en estos o en las hojas blancas.
    b. Hacer una caracterización de la comunidad, un poco de historia sobre su nombre y rasgos sobresalientes
    c. Ubicar los recursos turísticos de la comunidad, infraestructura comunal, caminos, servicios comunales y oferta turística.
    d. Cada recurso ubicado debe ser identificando con un número y color, el cuál asociaran con la hoja de trabajo que se les entrega (anexo 1).
    e. Para cada recurso deben completar la información que se les solicita en la hoja de trabajo adjunta.
    f. Al finalizar se presentan los mapas de cada grupo y se hace una discusión final sobre la actividad.

Para la clasificación de los recursos turísticos por categoría, (Naturaleza, Realización, Técnica Científica, Culturales y Acontecimiento Programados) se utiliza la clasificación de la Organización es Estados Americanos (OEA, 1983).

- Transcripción del mapa participativo a la cartografía oficial, mediante los SIG, lo que se llama en este caso, mapa final. Esta consiste en identificar y trasladar lo representado en los mapas participativo, en el espacio geográfico mediante fotografías áreas o imágenes satelitales. De la siguiente forma:
    a. La definición de las fotografías aéreas o imágenes satelitales que se van a utilizar, así como el software de Sistemas de Información Geográfica (SIG).
    b. Seguidamente se debe observar los hitos o aspectos representativos, o hacer una lectura del mapa realizado por los participantes, a partir de elementos que sean más representativos y a su vez fácil de ubicar en las fotografías aéreas, así como también en algunos casos es necesario recolectar puntos de Sistema de Posicionamiento Global (GPS) de los hitos o elementos.

c. Como tercer paso, se digitalizan todo lo datos que se encuentran en el mapa participativo tanto puntos, líneas y polígonos y transcribir con exactitud a las fotografías aéreas.

d. La validación de la información del mapa final, esto se hace mediante tres formas, la primera es la comparación con la información del mapa participativo con la cartográfica oficial del país, lo cual permiten determinar si los datos de percepción trazados en el mapa está acorde con la realidad, la segunda y muy importante forma de validar es mediante la visita de campo para corroborar los resultado que se generó en el mapa, aprobar con los autores del mapa final y se revisa a detalle para comprobar si los datos corresponde a la información que transmitieron.

e. Cómo último paso, es la devolución de los mapas a las comunidades locales, que son los que le darán utilidad.

Para Alvarado, et al. (2018), en la implementación de esta metodología participativa, se requiere de la existencia de la organización local, el apoyo y el interés de los líderes comunales, porque son estos los que conocen su espacio y cada uno de los recursos con los que cuentan, además son los que tienen las facilidades para aplicar instrumentos, realizar los diversos recorridos de campo y dar información de utilidad y realizar los diferentes mapas.

Análisis de los silencios cartográficos o espacios opacos de la cartografía turística oficial de Costa Rica

El siguiente apartado muestra el análisis de la cartografía turística oficial de Costa Rica, donde se identifican los silencios cartográficos o espacios opacos, además se muestra el caso de la cuenca media media del río Pacuare, en Turrialba, donde por medio de la cartografía participativa, se logra develar esos silencios.

- Información del Mapa Turístico de Costa Rica

El mapa 1, corresponde al mapa turístico oficial de Costa Rica, emitido por el ente rector de esta actividad, el Instituto Costarricense de Turismo (ICT, 2002), en este se muestran los principales atractivos naturales del país (playas, volcanes, montañas y áreas protegidas), las principales ciudades, centros poblados, las vías de acceso, infraestructura y servicios públicos y privados.

Mediante el cual, el ICT logra dar a conocer el principal producto turístico del país, basado en los recursos naturales (playas y las áreas protegidas), a modo de promocionarlos turísticamente, dejando de lado otros aspectos culturales del territorio, coincidiendo con las políticas de desarrollo del país, que apunta hacia el crecimiento turístico convencional de "sol y playa", siguiendo un modelo de desarrollo económico neoliberal, que privilegia a las inversiones transnacionales, de grandes hoteles en los principales destinos turísticos costeros, especialmente el litoral del Pacífico Norte.

El Pacífico Norte, es la zona costera de mayor desarrollo turístico en el país, específicamente en el Golfo de Papagayo, donde se ubica el principal Polo de Desarrollo Turístico Papagayo, según Cajiao (2011), este polo se originó de un estudio del Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE) en el que se analizó el potencial turístico de Centroamérica. Es administrado por el ICT y declarado de utilidad pública y de conveniencia nacional, lo cual justifica las grandes inversiones de económicas en este. A la actualidad cuenta con 21 concesionario, con hoteles de 5 estrellas y hasta 300 habitaciones, entre los que destacan las cadenas de hoteleros internacionales como Four Seasons, Hilton, Occidental, Allegro y Windham entre otros.

Por tal razón en el mapa 1, aparecen todas las playas con sus respectivos nombres, tanto en el litoral Caribe, como en el litoral Pacífico, mostrándose una concentración de estas especialmente en el Pacífico Norte, reconocido como una de las zonas con mayor potencial turístico del segmento de "sol y playa". Los turistas de este segmento que ingresan al país son en su mayoría de Estados Unidos de América (EE. UU). Según Prad (2002) En el año 2002, el país recibió más de un millón de turistas (1,113,359), provenientes en su mayoría de los EE.UU (el 38%), de Centroamérica (el 29%) y de Europa (el 14%).

De acuerdo a los informes estadísticos del ICT (2020, online), [1] este número de visitantes ha crecido en gran manera, para el 2019, se reportó el ingreso de 3 139 008 de turistas y de igual forma, la mayoría venía de Norteamérica (EEUU y Canadá), correspondiente a un 53%, de América Central, llegó un 22,25% y un 16% venía de Europa y de Suramérica únicamente llegó un 6,23%, el restante porcentaje se distribuyen entre los visitantes del Caribe, Asia y el Pacífico y Oriente Medio.

Otro segmento al que apunta este mapa del ICT, es la del ecoturismo o turismo de naturaleza, que consiste en la vista a áreas protegida, por lo mismo este destaca las áreas de protección del país, (polígonos de color verde) que se concentran al interior, en las zonas montañosa. Surgiendo un gran efecto a través de los años, el informe del Estado la Nación (2019), dice que los principales atractivos turísticos del país siguen siendo los recursos naturales, hecho que se refleja en un aumento en las visitas a las Áreas Silvestres Protegidas (ASP), cuyo número de vistas pasó de 720.514 en el año 2000 a 2.142.580 en el año 2018.

Áreas que también han aumentado con el paso de los años, para agosto del 2019, el Sistema Nacional de Áreas de Conservación (Sinac, 2019, online), [2] ya registraba para Costa Rica un 28, 08% del territorio nacional cubierto por ASP (un 25.46 % en el área continental y un 2.62 %, en el área marina) bajo diferentes categorías de manejo (Parques Nacionales, Reservas Forestales, Zonas Protectoras, Reservas Biológicas, Refugios Nacionales de Vida Silvestres, Humedales, Monumentos Naturales, Reservas Marinas y Áreas Marinas de Manejo)

El mapa en mención, con esto destaca los esfuerzos que realiza el país, en pro de la conservación y el manejo sostenible de los recursos naturales., convirtiéndolo también en un destino turístico seguro y rico en bellezas naturales, lo que le permitió establecer desde 1996 una "marca" al nivel internacional "Costa Rica sin Ingredientes Artificiales", que le permitió hacer sus campañas internacionales, esta fue sustituida en el 2013 por la "marca" "Esencial Costa Rica" por lo que se considera que la mayor contribución del Estado al sector turístico en los últimos años ha sido sus esfuerzos por concentrarse en la imagen externa de paz y sostenibilidad ambiental del país. (Prad, 2002), como factor diferenciador del producto turístico costarricense.

Mapa 1. Mapa Turístico Oficial de Costa Rica.

Fuente: Instituto de Turismo de Costa Rica, 2002.

Silencios Cartográficos del Mapa Turístico de Costa Rica

Este mapa al tener como objetivo informar sobre el turismo de Sol y Playa y el Ecoturismo o Turismo de Naturaleza, presenta muchos silencios cartográficos, especialmente al interior o centro del país, en las zonas fronterizas, en las zonas cercanas a las áreas protegidas, que por lo general son zonas montañosas, también al interior del golfo de Nicoya, donde se ubican las comunidades de pescadores. Siendo este un mapa turístico, excluye los proyectos de turismo rural comunitario que se ubican en estos espacios, dejando de lado el potencial turístico de los mismos. En el caso en estudio, la Cuenca Media del Río Pacuare, se muestra en el mapa como un espacio oculto o silencio cartográfico, con un círculo rojo.

El papel de la cartografía participativa en la identificación de los espacios opacos la cartografía turística tradicional de Costa Rica

En estas zonas excluidas de la cartografía turística oficial (espacios opacos) en la cuenca media del río Pacuare, sus pobladores han buscado alternativas para dar a conocer

su potencial turístico, incursionando en proyectos de turismo rural comunitario, mediante diferentes iniciativas. Como una forma de gestionar su actividad, realizaron el inventario de los recursos turísticos, haciendo una relación del turismo con el espacio geográfico y a partir de sus diferentes componentes físicos se determinan las características de los recursos y atractivos y la evaluación de estos con el fin de identificar su potencial.

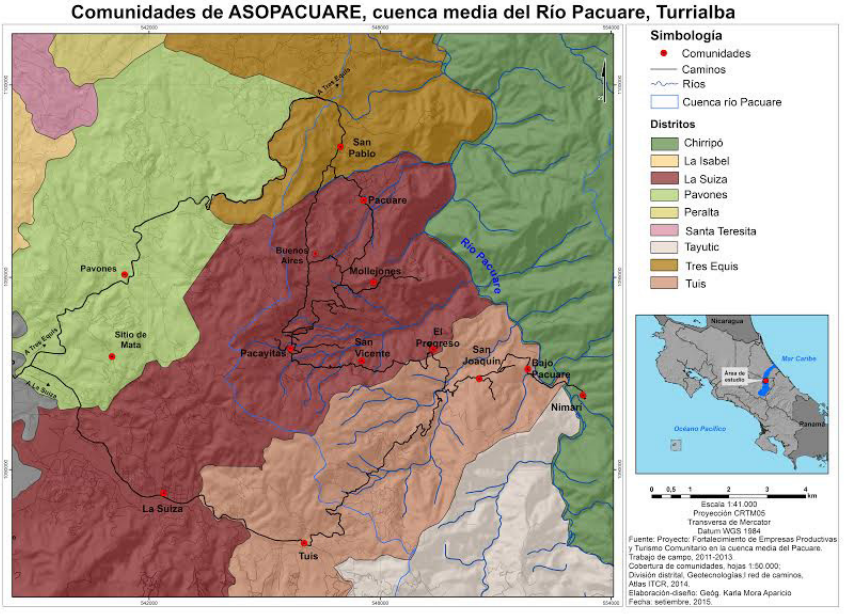
Esta información se presentó en mapas participativos, para dar a conocer la información que se oculta en el mapa 1. Para tal efecto los líderes comunales contaron con el apoyo del Programa del Estudios Turísticos Territoriales (PETT) de la Escuela de Ciencias Geográficas de la Universidad Nacional de Costa Rica. La Figura 1, muestra la fotografía donde uno de los líderes comunitarios indígenas muestra el mapa participativo elaborado en los talleres comunales, mediante la metodología de cartografía turística participativa.

Figura 1. Líder de la comunidad indígena Nimari Ñak, muestra el mapa participativo elaborado por ellos.

Fuente: Proyecto de Empresas Productivas y Turismo Comunitario en la Cuenca Media del Pacuare, PETT, UNA (2016).

Los mapas 2, 3 y 4, son el resultado de traducir dichos mapas a los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en el mapa 3, este se muestra la ubicación general del área de estudio, cada una de las comunidades, los ríos, las principales rutas de acceso a estas, los caminos internos y la conectividad entre las mismas, el relieve y la división política administrativa, Información que no aparecen en el mapa turístico del país, presentado por el ICT.

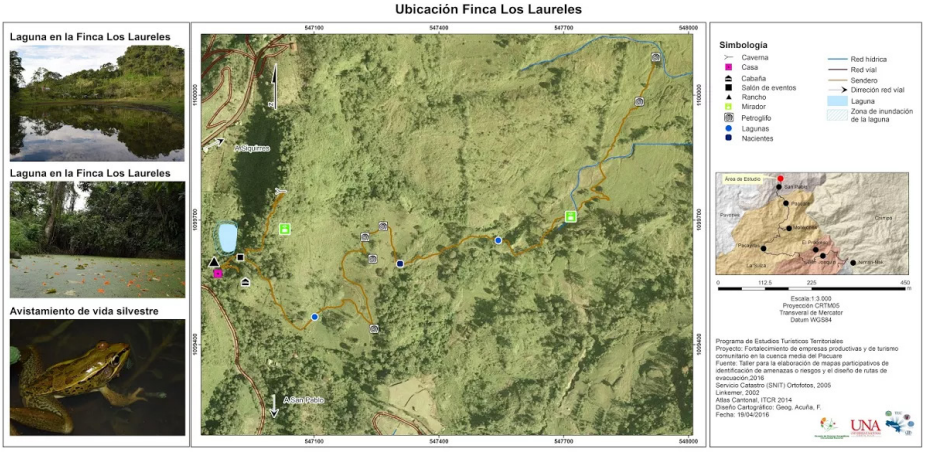
Mapa 2. Comunidades de la Cuenca Media del río Pacuare, excluidas del Mapa Turístico de Costa Rica.



Fuente: Proyecto Fortalecimiento de Empresas Productivas en la Cuenca Media del Río Pacuare, PETT, UNA (2015).

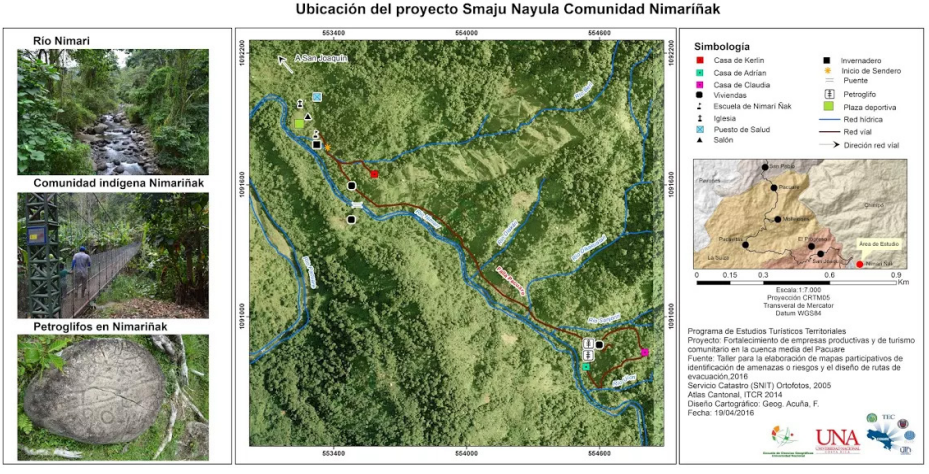
En este caso se muestran únicamente los mapas turísticos participativos de dos iniciativas, de la cuenca del Pacuare, el de la Finca los Laureles y el del proyecto de la comunidad indígena Nimari Ñak. (mapas 3 y 4), complementado el inventario de recursos y atractivos turísticos (naturales y culturales) con la oferta turística e información de rutas y senderos, infraestructura y servicios públicos de las comunidades, como la red vial. Además de fotografías de los recursos presente en cada una de las iniciativas, se utilizó como base la ortofoto 2005, donde se puede identificar las zonas boscosas, la red hídrica y el relieve.

Mapa 3. Mapa turístico de Finca los Laureles, en la Comunidad de San Pablo, Cuenca Media del Rio Pacuare.



Fuente: Proyecto Fortalecimiento de Empresas Productivas y Turismo Comunitario en la Cuenca Media del Pacuare, PETT, UNA (2015).

Mapa 4. Mapa turístico de la Comunidad Indígena Nimari Ñak, en la Cuenca Media del Río Pacuare.



Fuente: Proyecto de Empresas Productivas y Turismo Comunitario en la Cuenca Media del Pacuare, PETT, UNA (2015).

Potencialidades y limitaciones de la cartografía participativa en la gestión del turismo en espacios opacos de la cartografía oficial

Al utilizar la cartografía participativa para develar los espacios opacos del mapa turístico oficial de Costa Rica, se identifican las siguientes potencialidades y limitaciones.

- Potencialidades.

Al Identificar de manera participativa los recursos y atractivos turísticos existentes en las comunidades, se puede valorar el patrimonio turístico desde otra perspectiva generando vínculos dentro de la comunidad que permiten el empoderamiento local y valoración de estos.

También permite la ubicación de los recursos turísticos locales, facilitando acciones de diagnóstico, planificación y ordenación el territorio, porque permite visualizar los servicios disponibles, planificar el uso de los recursos y las formas de intervención, además de representar la disponibilidad de los mismos e incidencia política.

Asimismo, los mapas obtenidos mediante esta herramienta permiten diseñar propuestas concretas de productos turísticos diferenciados para cada comunidad, porque se sustentan en las realidades de cada una.

Al contar las iniciativas con la cartografía local puede promocionar sus diferentes productos turísticos y toda la información espacial de los mismos, que pueden dar a conocer a sus visitantes.

Al planearse estos en torno a un objetivo común con aportaciones de toda una comunidad, se convierte en un proceso abierto e incluyente.

Esta información queda en en las universidades, que al ser trasladas a los SIG, pueden ser actualizadas en el momento que lo requieran, además de generar datos estadísticos de la dinámica turística de las comunidades y también puede crearse otra cartografía a partir de esta, como mapas de zonificaciones turísticas.

- Limitaciones

Los proyectos que conllevan la elaboración de cartografía participativa deben surgir de necesidades sentidas por la comunidad, porque en caso contrario no habrá empoderamientos de estos y el proceso de elaboración no será sostenible y podrían dar resultados erróneos en los mapas finales.

El mapa resultado de este tipo cartografía en Costa Rica, no forman parte de la cartografía oficial del ICT, por lo que su promoción va a depender de los

interesados (emprendimientos privados y organizaciones de base comunitaria) y no del gobierno central.

Al traducir estos mapas a los SIG y presentarse como la cartografía convencional, las personas de las comunidades pueden confundirse si este se vuelve muy técnico.

Es posible que en algunos casos no exista la relación adecuada entre los facilitadores y la comunidad, interfiriendo en el resultado de los mapas.

Es riesgoso que las comunidades den a conocer recursos que en realidad son sagrados para su cultura y que deberían permanecer ocultos para el resguardo de los mismos.

También es arriesgado que esta información cartográfica sea del conocimiento de a personas ajenas a los proyectos y se interesen en ese potencial turístico local y opten por ofrecer comprar las propiedades de los locales y estos accedan.

***

Los mapas, como símbolos culturales se pueden interpretar como una forma de discurso político, religioso y económico, descodificándolos espacialmente. Porque son estos un lenguaje de poder, al estar los medios de producción cartográfica pública o comercial controlados por los grupos dominantes

Para el análisis o descodificación de los mapas, se presentan diferentes técnicas o herramientas, por diferentes autores, por lo que es posible combinar las mismas y ajustarlas de acuerdo a las necesidades de investigación y no implementar una fórmula rígida, que funcione como norma para todas las imágenes

El contenido de los mapas oficiales de Costa Rica, corresponde al contexto en que se produjeron, como el modelo desarrollo turístico neoliberal, enfocado a un turismo de sol y playa, complementado con el ecoturismo bajo la marca de un país verde, dejando de lado el turismo rural comunitario que no genera divisas significativas para el país, pero si para las comunidades locales..

El Diseño de Mapas Participativos Comunitarios, permiten develar el potencial turístico de las comunidades excluidas del turismo tradicional, al ser una herramienta que permite integrar a las comunidades con su entorno geográfico.

Para la aplicación de esta metodología es necesario la existencia de la organización comunal, el apoyo y el interés de los líderes comunales, porque son estos los que realmente conocen su espacio y cada uno de los rincones del mismo y pueden aportar en la

aplicación de instrumentos, realizar trabajo de campo e interactuar con cualquier otro habitante de la comunidad que pueda brindar información de utilidad para la investigación.

La aplicación de estas metodologías participativas tiene muchas potencialidades, pero también presenta muchas limitaciones, que deben ser consideras en los procesos de elaboración de los mapas participativos.

Notas

1 Disponible en https://www.ict.go.cr/es/estadisticas/cifras-turisticas.html.
2 Disponible en http://www.sinac.go.cr/ES/asp/PublishingImages/Mapa%20ASP%202019.jpg.

Referencias bibliográficas

ALVARADO, M. Guía Didáctica: Cartografía para Guías de Turismo, Diseño de Productos y rutas Turísticas Alternativas para el Mejoramiento del Nivel de Vida de las Comunidades Locales. *El Caso del Golfo de Nicoya*, Escuela de Ciencias Geográficas, UNA. Heredia Costa Rica, 2009.

ALVARADO, M.; MIRANDA, P.; FLORES, M.; MORA, K. *El papel de la cartografía participativa en la gestión del turismo rural comunitario, caso de la Comunidad Indígena, Nimarí Ñac, Cuenca Media del Río Pacuare, Turrialba, Costa Rica. En Turismo en los entornos rurales teorías y experiencias*. Universidad Autónoma de San Luís, Potosí, México, 2018.

BURDA, N.; MARTINELLI, M. Cartografia do Turismo: a elaboração de roteiros turísticos do patrimônio cultural da Lapa. *Revista Geografia*, Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFMG, jan.- jun., v. 10, n. 1, Minas Gerais, 2014.

CAJIAO, V. Aspectos Legales del Polo Turístico Golfo de Papagayo, Guanacaste, Costa Rica. *Revista de Biologia Tropical*, n. 60 (6), p. 225-230, apr., 2012. Disponível em *https://www.researchgate.net/journal/0034-7744_Revista_de_biologia_tropical*.

FIDA. *Buenas prácticas en cartografía participativa*. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 2009.

_____. *El enfoque adaptativo del FIDA relativo a la cartografía participativa. Diseño y ejecución de proyectos de cartografía participativa*. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 2010.

HARLEY, B. *Mapas, Saber e Poder*. Publicado en Confins [Online], 5, 2009.

ICT – Instituto Costarricense de Turismo. *Informes Estadísticos*. Disponible en http://www.ict.go.cr/es/estadisticas/informes-estadisticos.html. Accesado el 20 de marzo del 2020.

LOIS, C. El mapa, los mapas. Propuestas metodológicas para abordar la pluralidad y la inestabilidad de la imagen cartográfica. *Geograficando*, 11 (1), 2015. Recuperado de: http://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Geov11n01a02.

SINAC – *Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Áreas Silvestres Protegidas de Costa Rica*. Disponible en http://www.sinac.go.cr/ES/asp/PublishingImages/Mapa%20ASP%202019.jpg. Accesado el 24 de agosto del 2019.

MONTOYA, V. El mapa de lo invisible. Silencios y Gramática del Poder en la Cartografía. Universidad de Antioquia. *Revista Universitas Humanística*, n. 63, enero-junio, 2006, Bogotá – Colombia.

MONTOYA, V. La Cartografía Social Como Instrumento para Otras Geografías. In: Universo Socioespaciales Procedencias y Destinos. Universidad de Antioquia, Colombia: Siglo del Hombre, 2009.

PRAD, L. *Logros y Retos del Turismo Costarricense*. INCAE, Business School, Costa Rica, 2002.

RODRÍGUEZ, E. *Los mapas participativos-comunitarios en la planificación del desarrollo local*. Instituto Pedagógico de Maracay. Venezuela: Universidad Pedagógica Libertador, 2011.

ROSE, G. *On the need to ask how, exactly, is geography "visual"?* Londres, 2003.
ROSE, G. *Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*. Londres, 2011.
SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CAPÍTULO 4

O projeto "Porto Maravilha" no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona, representações e produção a serviço do capital

Alvaro Ferreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ); CNPq
Horacio Pizzolante
Mateus Viriato
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Inserido no contexto da globalização, o processo de metropolização do espaço sinaliza um momento histórico específico do desenvolvimento territorial da cidade do Rio de Janeiro, marcado por profundas transformações nas formas e conteúdos da urbe carioca. Como observado em outras metrópoles do mundo, tais mudanças vão além da morfologia da paisagem e nos apontam as novas conjunturas político-econômicas e determinações sociais da produção do espaço urbano. Esta metrópole, demasiadamente transformada, se apresenta sob um novo jogo desigual de poderes, caracterizado por múltiplas tensões entre as práticas de dominação e de apropriação. Sob essa condição metropolitana, a espacialidade das práticas sociais se redefine a partir de outras maneiras de conceber, perceber e vivenciar o espaço nas grandes cidades.

Tendo em vista a metrópole carioca e suas transformações contemporâneas, observamos que a reorientação das políticas do Estado em função das determinações econômicas do mercado imobiliário-financeiro culminou na elaboração de novas diretrizes governamentais, expressas sob uma lógica privatista do controle e de desenvolvimento territorial. Sob esta perspectiva, em virtude da racionalidade estratégica e mercadológica dos grupos que planejam e ordenam o território, os projetos de revitalização dos lugares da cidade tornaram-se uma tendência a ser reproduzida:

foram realizadas, na última década, grandes obras e reformas de incrível magnitude midiática.

As obras na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro e suas imediações, parte integrante do projeto denominado Porto Maravilha, adquiriram uma grandiosidade nunca antes imaginada, incorporando cada vez maiores somas de investimento. Sob a orientação das parcerias público-privadas, de evidente cunho neoliberal, observamos que as estratégias políticas do Estado se articulam às estratégias econômicas do capital financeiro-imobiliário, erguendo variados entraves territoriais para muitos dos usos e apropriações possíveis do espaço. Assim sendo, uma série de restrições se impõe à realização plena da vida social, de modo que, a todo o momento, o público e o privado se contrapõem e se condicionam de forma desigual na metrópole carioca.

Na esfera da vida cotidiana, a agravante instabilidade das condições de vida faz parecer que não há nada de permanente na cidade carioca, a não ser a mudança. Todos os seus elementos se encontram em redesenho constante: paisagens e dinâmicas que no passado julgávamos ser duradouras (ou até imutáveis) dão lugar a novos contornos e práticas progressivamente mais efêmeras do que antes. Porém, se o pulsar desta metrópole funda seu ritmo sob o império da transitoriedade, devemos reconhecer que estas transições também se ancoram em determinadas continuidades. O novo não tomou por completo o que lhe precedia, pelo oposto, em certos aspectos intensificou fluxos e tendências pré-existentes no espaço urbano, que ao invés de sucumbirem com a reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, são hoje reproduzidos a partir de novas significações e contextos.

Destacaremos, no presente capítulo, que muito do que tem sido proposto e, atualmente, posto em prática no Projeto Porto Maravilha foi inspirado nas transformações realizadas em Barcelona principalmente no último quartil do século XX. Nesse sentido, podemos pensar as reformas urbanas destas cidades de acordo com a tríade dos processos materialização, substrução e projeção, desenvolvida em trabalhos anteriores (Ferreira, 2017, 2019). Esta ferramenta analítica nos permite compreender a produção alienadora do espaço e da vida cotidiana, somando ao estudo das representações e dos jogos de poder a análise das construções da materialidade e da(s) ideologia(s) vividas, percebidas e concebidas. Para tanto, é indispensável o distanciamento temporal proporcionado pelo presente momento histórico, uma vez

que projetos vieram (ou não) a se materializar, alterando o substrato e abrindo possibilidade para novas projeções.

Representações e temporalidades na produção do espaço

A noção de produção do espaço, conforme proposta pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1974), é processual e se dá de forma concomitante, ininterrupta e desigual nas mais variadas dimensões e escalas da realidade. Este entendimento possibilita a análise do conteúdo que transcende as formas aparentes ao enfocar os processos sociais que dão origem e explicam a morfologia do espaço. Deste modo, a teoria permite desvendar como o sistema de ações e o sistema de objetos interagem, complementam-se e, simultaneamente, tensionam-se e, assim, interpretar os objetos com poder de agência sobre as ações (Santos, 1996). Iluminando então as intencionalidades por trás das aparências ao elucidar os sujeitos sociais que produzem o espaço e as mediações que tornam o processo real.

Partindo de tal noção, é possível compreender como o espaço é produzido a partir de intencionalidades díspares. O espaço não é neutro, mas permeado por ideologias, por relações de poder, pela política. Nele, materializam-se as interações e as lutas entre os grupos sociais e seus projetos de mundo. Esta é a condição social do espaço, do espaço como produto-produtor das práticas da sociedade, ou ainda, como condição, meio e produto da reprodução da sociedade (Carlos, 1994, 2019). Diante disso, o espaço não é apenas o resultado das práticas humanas interagindo com a natureza, mas se faz determinante desde o princípio desta relação, interferindo de forma direta nos mais variados níveis da vida social, seja na disposição material das trocas da sociedade ou na elaboração de suas mentalidades, leis e identidades. Sendo assim, o próprio indivíduo se insere como sujeito social ao produzir o espaço que lhe produz.

Nesse sentido, é importante notar que este movimento de produção espacial se apresenta num sentido multidimensional e dialético, sob a complexa relação materialidade-imaterialidade. Refere-se tanto à realização material de objetos técnicos, quanto à construção de imaginários, normas e comportamentos espacializados de acordo com uma dada lógica e em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Sobre isso, Lefebvre (1974) ressalta que o espaço não se resume a sua realidade objetiva, pois é também demasiadamente subjetivo, carrega

simbolismos e representações poderosas, que são determinantes nos modos de ser e agir dos sujeitos sociais.

Logo, o processo de produção do espaço incorpora as diferentes conjunturas e situações da vida cotidiana, âmbito no qual se verifica, de forma ambígua e contraditória, os movimentos de dominação e apropriação; submissão e subversão; sujeição e insurgência; controle e resistência; repetição e devir; banalização e criatividade da vida – que, cada vez mais, é homogeneizada, fragmentada e hierarquizada em ritmos acelerados. Envolve atores e agentes com intencionalidades conflitantes, mas que, em muitos casos, sob a lógica globalizante e homogeneizante do capital, projetam desejos semelhantes e que vêm a se materializar de formas distintas, de acordo com os jogos de poder, com as associações e interações (nessa dimensão da ação é que é possível falar de substrução) em cada lugar.

Desta maneira, a análise desta produção envolve múltiplas dimensões e momentos interconectados da realidade espacial, que podem ser captados ao intelecto através das valiosas tríades dialéticas de Lefebvre. É justamente com inspiração neste pensamento triádico que propusemos, em trabalhos anteriores, a tríade analítica materialização-substrução-projeção (Ferreira, 2017, 2019). Consideramos que esta seja de extrema valia para a análise da produção do espaço, em um âmbito geral, assim como a produção alienadora das cidades no presente momento histórico. Portanto, permite-nos traçar semelhanças e diferenças entre os projetos olímpicos das cidades de Barcelona e Rio de Janeiro, em especial no que diz respeito à reestruturação urbana de suas regiões portuárias.

Antes de progredirmos com a análise da referida tríade, é imperativo que sejam ressaltados alguns aspectos gerais que dizem respeito a ela – aspectos estes que também funcionam para as tríades propostas por Henri Lefebvre, com as quais esta visa a dialogar. Primeiramente, não há qualquer relação de hierarquia entre os elementos da tríade, assim como não há um termo que não esteja em interação com os outros dois: somente podemos falar em sobredeterminação interna (entre os termos que formam as tríades) ou externa (entre a tríades), jamais em gradação. Somado a isto, é preciso saber que trabalhamos, assim como Henri Lefebvre, com a realidade atual (presente), com a herança inscrita no espaço (passado) e com o possível (futuro): nossa visão está aberta a múltiplas temporalidades, que coexistem em um mesmo momento histórico e, naturalmente, em um mesmo espaço. Ou seja, as tríades funcionam como

ferramentas que foram desenvolvidas para desembaraçar a realidade e auxiliar a análise de determinadas dimensões e escalas.

Ao pensarmos no espaço, conforme ele se dispõe diante de nós, no momento presente da vida cotidiana, estamos refletindo sobre a dimensão da materialização. Referimo-nos, neste primeiro momento, ao espaço produzido, *lócus* da produção e reprodução da vida. Tratamos, aqui, das formas e das paisagens, isto é, da materialidade espacial tal como ela se apresenta hoje (aqui e agora). A partir deste primeiro termo podemos nos indagar como o espaço é organizado e como se dá a sua produção nos tempos atuais, ou ainda, como ele é concebido, percebido e vivenciado pelos variados segmentos da sociedade.

Não obstante, se o espaço é produto e também produtor de relações sociais que nele ocorrem, isto nos induz a afirmar que este jamais poderia expressar neutralidade. A produção social do espaço evidencia seu caráter político-ideológico, assim como as tensões que dão dinamismo ao processo, pois os diferentes grupos sociais que produzem o espaço o fazem de acordo com práticas, discursos e intenções específicas (e muitas vezes ocultas). Portanto, em sua complexidade, o processo de produção espacial envolve uma geometria social muito desigual dos sujeitos que produzem o espaço, com poderes assimétricos e que se manifestam a partir de diferentes escalas e sentidos de ação.

Diante disso, torna-se possível analisar as práticas espaciais dos grupos sociais que desempenham distintos papéis na produção do espaço e assumem diferentes caminhos enquanto sujeitos sociais, constituindo-se seja como atores ou agentes.[1] Tanto o ator quanto o agente se situam no plano da ação, mas são vários os traços que os distinguem no contexto da vida cotidiana. Os atores estão ligados à certa posição de protagonismo nos jogos de poder e têm como premissa a construção de estratégias de ação, com relativa autonomia e capacidade reflexiva na manipulação de seus atos. Por isso, suas práticas constroem encadeamentos sociopolíticos e se manifestam com grande impacto na produção do espaço urbano-metropolitano. Já os agentes se situam em conjunturas nas quais não estão "no controle", pois estão alienados em relação à definição dos rumos de suas próprias tragédias cotidianas. Sob estes termos, o agente age de maneira ordinária (está sempre sob a tutela da ordem) e participa da produção do espaço de acordo com as formas e dispositivos que já estão postos e preestabelecidos para a ação.

No entanto, é pertinente ressaltar que no decorrer dos momentos e situações do cotidiano, esta distinção entre atores e agentes não é tão simplória e nem tampouco permanente. A condição de ator ou agente é transitória e por vezes ambígua, pois se coloca sempre em função de um contexto de ação, ou seja, em relação às circunstâncias espaciais nas quais agimos. Tendo em vista tais apontamentos, dependendo da conjuntura espacial em que se insere, nem que seja por um curto espaço de tempo, um ator pode se comportar como agente e um agente pode se tornar um ator.[2]

Logo, esta diferenciação entre atores e agentes está diretamente associada à teoria dos momentos de Henri Lefebvre, pois só se aproxima do real quando consideramos a multiplicidade e as nuances de cada conjuntura e situação social. Sob estes termos, a posição social de cada sujeito é (até certo ponto) volátil e a variação dos papéis sociais se dá de acordo com a variação dos espaços-tempo do cotidiano. Deste modo, a distinção entre atores e agentes corresponde a uma estrutura construída historicamente – o que nos remete à noção de substrução –, mas a cada momento pode variar substancialmente, dependendo das condições específicas de cada espaço. Assim, tais papéis sociais variam de acordo com as condições espaciais e temporais desiguais da sociedade na qual nos vemos atuando e exercendo nosso poder de ação.

Seguindo este raciocínio, ao afirmarmos que o espaço é produzido nas incessantes associações, colaborações, embates e enfrentamentos que ao longo do tempo se manifestam entre os atores e agentes sociais (seja em relação às tensões entre Estado e Capital ou mesmo entre classes sociais, por exemplo) estamos evidenciando a dimensão da substrução, segundo elemento da tríade. Na vida cotidiana, as relações de dominação e apropriação espacial carregam consigo um substrato histórico e não podem ser explicadas apenas com base no período atual, pois elas são construídas e reconstruídas desde períodos pretéritos. Ora, todo espaço tem uma história a ser contada, capaz de explicar muitos dos processos e dinâmicas do presente.

Desse modo, a substrução refere-se às pontes e articulações construídas entre os diferentes grupos sociais até o momento presente, assim como as representações que estes absorvem e carregam consigo. Isto porque as representações que fazem parte do imaginário social sempre dissimulam seus objetivos reais (portanto, são falsas no que apontam e dizem), mas são verdadeiras quanto àquilo que sustentam (Lefebvre, 2006, p. 58). Segundo Moura (2009), as representações que se impõem nas disputas pela produção do espaço constroem-se mediante intencionalidades que se

sobressaem perante a heterogeneidade de atores e agentes, obscurecendo interesses e desvirtuando o sentido de determinadas práticas espaciais em nome do sucesso de seus projetos.

Já o terceiro termo da tríade – a projeção – enfatiza a dimensão do devir espacial, isto é, do espaço enquanto projeto. O que nos aponta para a análise dos planos, tendências, aberturas e possibilidades existentes no movimento geral de produção do espaço. Ao longo deste capítulo, iremos expor os projetos que nos levaram à constituição do estado de coisas atual, tanto em Barcelona (e seu modelo) quanto no Rio de Janeiro, o que corresponde à noção de projeção, uma vez que esta aponta para o futuro, mas evidentemente o que define o projeto é a história construída no passado e a experiência do presente vivido.

Pois bem, a produção social do espaço no presente momento histórico do capitalismo gera, por vezes, formas-conteúdo (materializações) muito específicas, variando de acordo com o substrato (o que está por trás do que se apresenta) de cada lugar. A cidade pode ser considerada uma dessas formas, pois é um produto social e histórico, portanto, espacial. Diante disso, surge a importância da análise do espaço urbano, que não é sinônimo de cidade, sua forma. Portanto, a análise não pode limitar-se às mudanças nas formas urbanas, mas deve englobar também as funções e estruturas, envolvendo o espaço e as relações sociais que nele ocorrem e que o produzem. Daí a relevância da tríade analítica materialização, substrução e projeção para analisar as reformas urbanas das cidades de Barcelona e do Rio de Janeiro em décadas recentes, considerando, sobretudo, o poder dos discursos e representações que promoveram tais projetos.

Apesar de todas as diferenças espaço-temporais, veremos que é possível traçarmos muitas similaridades entre as transformações de ambas as metrópoles, em especial sobre os movimentos de revitalização das suas zonas portuárias. Primeiramente, tanto anteriormente em Barcelona quanto posteriormente no Rio de Janeiro, nota-se que a construção do imaginário sobre uma cidade-modelo (global e modernizada) e a reprodução do discurso sobre as mudanças necessárias para alavancar este *status* de cidade (diga-se uma "cidade de Primeiro Mundo") advém de um poder simbólico oriundo de interesses e práticas de persuasão que se sobrepõem perante a diversidade social. Como salienta Moura (2009), a construção do imaginário enquanto representação, mais que uma simples linguagem, constitui-se em condição de conquista

de uma relação de dominação. Por isso, a fixação de novos valores e ideologias em relação ao espaço da cidade está diretamente relacionada com a lógica da ordem dominante, sendo, portanto, um instrumento necessário à legitimação e ao reforço do poder.

Nesse sentido, o pacote ideológico da "cidade-modelo" tornou-se inquestionável e difundido (mas também muito previsível), em um movimento em que ambas as cidades foram transformadas em uma marca nacional e internacional da modernidade urbana. Sobre este tema, Moura (2009) afirma que esta imagem dominante de cidade, que se reproduz de forma acrítica, é sustentada por um discurso supostamente racional e neutro, numa linguagem tecnocrática, simplificadora e redutora dos conflitos cotidianos e da dimensão política da produção do espaço. Um discurso repleto de menções ao otimismo na leitura da cidade, que enaltece o papel dos "gestores urbanos" e até mesmo dos grandes empresários, que juntos são os únicos "capazes de desenhar cenários positivos e plausíveis, que a população possa abraçar com objetividade" (Moura, 2009).

Logo, a construção da imagem hegemônica sobre a cidade-modelo revelou-se um elemento fundamental para a sustentação dos referidos projetos, como uma verdadeira estratégia de dominação sobre o imaginário social. É interessante perceber que esta representação hegemônica sobre a cidade também se constrói como uma parte extremamente significativa do senso comum, visto que é organizada a partir de padrões que ultrapassam as clivagens entre os segmentos sociais, através de mecanismos de cooptação capazes de instaurar o (aparente) consenso. Afirma Moura (2009, p. 232):

> A imagem urbana construída transforma o imaginário da cidade instalando, no nível da consciência social, o desejo de uma "nova cidade", que se sustenta na veiculação de uma paisagem urbana articulada com um novo imaginário social. (...) São valorizadas propriedades privadas, recriados espaços públicos e favorecido seu uso a partir de investimentos voltados para "educar" o citadino para que frequente esses "novos" ambientes urbanos e seja um pilar importante do projeto. É como se cada inovação urbana fosse um novo produto lançado ao mercado consumidor. O projeto de "lançamento" de cada "novo produto" costuma ser minuciosamente planificado. Em função disso, há ampla adesão social em torno da imagem construí-

da, decorrente do processo de recepção de mensagens-síntese veiculadas por uma eficiente articulação de mídia e pela reprodução acrítica do discurso dominante, influenciando hábitos, especialmente da classe média, que fortemente adere aos novos padrões de vida coletiva que lhes são apresentados.

Na atualidade, diante dos avanços e inovações nas tecnologias de comunicação e informação, as imagens virtuais tornam-se progressivamente mais próximas do mundo "real". Se a paisagem se caracteriza por aquilo que já existe, pela materialização das formas e processos, então essas imagens virtuais, ao serem incorporadas à configuração da paisagem, influenciam diretamente nossa percepção sobre a realidade: um jogo entre real e virtual; passado, presente e futuro; materialidade, substrato e projeções. Estas imagens virtuais, meticulosamente projetadas sobre uma paisagem às vezes tão familiar para um grupo social, acaba por introjetar nos agentes a sensação de que isso já está dado, um dado que se transformou em paisagem. Dessa maneira, ao reproduzirem simbólica e parcialmente as relações da sociedade, os atores hegemônicos da sociedade acabam produzindo, pelo exercício do poder, uma realidade virtual, mas que se apresenta como verdadeira.

Se a paisagem se constitui, tal como afirmava Milton Santos (1996), como um conjunto de objetos reais-concretos que integra obras e produtos de tempos passados e presentes, a introjeção de uma imagem virtual na paisagem transforma um objeto, que existe em projeto, em "real", visto que já está posto na paisagem. Não obstante, seguindo os passos de Augustin Berque (2012), ao pensar a paisagem como marca e matriz, percebemos que o uso da tecnologia digital na representação da paisagem reforça aquilo que estamos chamando de imagem virtual transformada em paisagem. Uma dupla dimensão, a paisagem é marca, porque expressa a sociedade, e é matriz porque influencia nossos esquemas de percepção, de concepção e de ação. Por isso, quando a imagem virtual é transformada em paisagem, as formas virtuais são introjetadas na paisagem através de recursos de edição e design que simulam o real, alterando até mesmo o significado da projeção, uma vez que esta assume características de materialização, apesar de estar apenas no imaginário social. Podemos observar claramente o uso deste artifício no Projeto Porto Maravilha (Figuras 1 e 2), o qual foi inspirado no "Modelo Barcelona".

Figura 1. O projeto do Museu do Amanhã. Foto computadorizada mostra o projeto para o Centro do Rio após a construção do Museu do Amanhã: a imagem virtual transformada em paisagem (publicada e veiculada pela prefeitura em 2012) influencia os processos de materialização, substrução e projeção.

Fonte: Disponível em http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/museu-do-amanha.html. Acesso em 7 mar. 2012.

Figura 2. Praça Mauá com e sem o Viaduto da Perimetral.

Fonte: Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/.

O "Modelo Barcelona" e o Projeto Porto Maravilha

Partimos do entendimento de que a metropolização do espaço se expressa como uma verdadeira metamorfose espacial (Lencioni, 2017). Compreende novas determinações tanto no plano físico-material, a partir da emergência de novas formas e de refuncionalização para formas antigas, quanto no plano das representações espaciais, por meio de novos conteúdos que permeiam as relações entre os grupos sociais. Isto significa dizer que as transformações contemporâneas na produção das cidades traduzem mudanças mais profundas na estrutura do sistema capitalista e anunciam uma nova lógica espacial. Deste modo, a reestruturação produtiva interage com o momento atual das cidades, redesenhando suas paisagens e reconfigurando a organização da sociedade.

De forma geral, o processo de metropolização marca a passagem de uma economia baseada na indústria para outra em que há o predomínio das atividades ligadas aos serviços e comércio. Conforme Milton Santos (1993, p.103), "a metrópole informacional assenta-se sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole". De fato, neste período de transição metropolitana, a grande cidade se converte em um centro de consumo, inovação e controle, isto é, em um lugar de produção de serviços antes que de bens, onde se engendram as mais recentes estratégias de reprodução do capital financeiro-imobiliário.

Entretanto, é importante notar que as cidades também estão mudando porque atualiza-se o *modus operandi* de planejar e gerir o espaço. Ana Fani Alessandri Carlos (2005) afirma que o movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro traz como consequência a necessidade da produção de espaços capazes de recriar suas condições de realização. Desse modo, são elaborados planos e projetos de reinserção econômica para as cidades, nos quais diversas delas têm seus territórios estrategicamente reestruturados pelos governantes locais em vista da atual dinâmica da economia global. Neste quadro, sob o discurso do planejamento estratégico, prefeitos, governadores e empresários integram suas estratégias de controle territorial por meio de um novo modelo de gestão urbana, no qual os imperativos da produtividade e competitividade se tornam focos norteadores de gestores inspirados em racionalidades provenientes da administração de empresas.

Considerando esta trama, Carlos Vainer (2000) compreende que o planejamento territorial baseado no urbanismo clássico-moderno cede espaço ao planejamento neoliberal, no qual reina o pragmatismo político, e a produtividade do espaço é a meta-final. Dessa forma, o autor expõe o atual cenário do *city-marketing* em que as elites locais das grandes cidades competem entre si para atrair capitais, tecnologia, indústrias, serviços e mão de obra qualificada. Além disso, os governos se orientam por medidas empreendedoras ao invés de administrativas, através de "investimentos" materiais no espaço e na produção planejada do consenso social sobre o próprio modelo de desenvolvimento que reproduz (Vainer, 2000). Referimo-nos, portanto, às transformações das políticas de ordenamento territorial do Estado, que passam a ter como característica a orientação pelo e para o mercado.

Desse modo, a ordem global se impõe nos diversos locais da era urbana-metropolitana, seja através de normas, modas, discursos, ideologias ou mesmo por meio da violência bruta e do poderio bélico. Esta ordem dominante e globalizada dominou o tempo e o espaço das cidades, apropriando-se de suas imagens e símbolos, esculpindo a ordem local e atribuindo a ela outros ritmos. Assim se confirma a atual dinâmica de dominação territorial da cidade contemporânea, que se desvela não apenas num sentido objetivo do ordenamento materialmente circunscrito no espaço, mas também na garantia da ordem através da reprodução estratégica de um conjunto de normas, símbolos, valores e ideologias elementares à lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Se fosse possível definir em poucas palavras no que se baseou a transformação realizada em Barcelona, talvez pudéssemos apontar dois eixos importantes; quais sejam, a criação de espaços públicos (inicialmente com foco bastante local) e as grandes operações urbanísticas (nesse caso operando em uma escala bem maior) ligadas a grandes eventos, como por exemplo as Olimpíadas de 1992 e o Fórum de las Culturas, realizado em 2004. De alguma forma, não se tratou apenas de transformações materiais, associou-se tais mudanças a uma nova imagem da cidade: uma cidade moderna e dinâmica. Houve grandes transformações que vão desde a escala local a grande escala, tendo como exemplo a área do centro histórico, a Vila Olímpica, Poblenou – tradicional bairro industrial que tem sido transformado no denominado 22@, local planejado para abrigar um distrito para empresas de alta tecnologia e comunicações (obviamente acompanhado de rede hoteleira, centros comerciais e de convenções), a área do Fórum de las Culturas, a criação de vários museus e centros culturais, além de novos espaços de consumo. A partir disso, é construída uma nova imagem de Barcelona como centro cultural, comercial e turístico.

Barcelona, sem dúvida, não foi a primeira cidade a fazer uma grande transformação em sua zona portuária, contudo talvez tenha sido a primeira a produzir um discurso de mudança que tenha contagiado boa parte da população e da mídia de forma tão contundente. Por isso, foi decisivo para o sucesso dos Jogos Olímpicos enquanto evento e, sobretudo, no respectivo impacto urbano que deixou de herança, o fato de terem sido assumidos por todos como os jogos da cidade e para a cidade. Talvez isso tenha sido crucial para a projeção publicitária que Barcelona teve internacionalmente, contribuindo para que outras cidades quisessem repetir esse caminho. O problema não vislumbrado teria sido o fato de que essa trajetória tem origem numa história construída através do tempo e não factível de reprodução com os mesmos resultados. Não estamos afirmando que o projeto realizado em Barcelona quando sediou as Olimpíadas foi perfeito ou que não houve problemas, estamos apenas apontando para o risco da criação de um "Modelo Barcelona". Entretanto, objetivamos tratar, de forma resumida, das transformações propostas e das (não) realizadas para a zona portuária do Rio de Janeiro, assim não nos aprofundaremos nas mudanças ocorridas em Barcelona.

Na cidade brasileira, vários prefeitos falaram da necessidade de realização de projetos para a zona portuária carioca, contudo com muita falácia e pouca ação nada se fez por aquela área da cidade. De fato, a conteinerização contribuiu para a obsolescência de inúmeros armazéns, que sem uso e muitas vezes abandonados foram se degradando.

Através dos anos foi-se construindo um discurso de que era necessário fazer um uso moderno para a velha zona portuária, um uso que resgatasse o contato do carioca com o mar, tão marcante na época do nascimento da cidade; discurso semelhante ao construído em Barcelona no que se refere a mediterraneidade: surge então o projeto Porto Maravilha.

Em meados de 2009 foi realizada uma cerimônia no Píer Mauá, centro do Rio de Janeiro, que contou com a presença do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-governador Sérgio Cabral e do ex-prefeito Eduardo Paes, em que foram assinados os acordos que deram andamento, oficialmente, ao projeto. A presença das três esferas de governo – que se repetiu nas cerimônias para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e para as Olimpíadas de 2016, por exemplo – objetivava reforçar a união em torno do mesmo objetivo: a projeção da cidade do Rio de Janeiro como cidade global, sob os moldes do "Modelo Barcelona". Esse alinhamento mostrou-se importante, visto que a situação fundiária da zona portuária englobava as três instâncias de governo.

Na primeira fase do Projeto Porto Maravilha, a Praça Mauá foi reurbanizada e ampliada até a beira-mar, juntamente com a reurbanização das principais vias de acesso (Avenida Rodrigues Alves e Rua Sacadura Cabral). Após a desapropriação por decreto, o Palacete Dom João VI, também na Praça Mauá, transformou-se no Museu de Arte do Rio (MAR) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. A parceria público-privada foi mais uma vez utilizada para a implementação do Museu do Amanhã, destinado a exposições interativas, com enfoque no tema da relação do Homem com o planeta. Uma estratégia econômica que vai ao encontro de um momento em que se fala em aquecimento global, em efeito estufa.

Segundo o projeto original, o Píer Mauá seria transformado, recebendo quiosques, chafarizes, pérgulas, anfiteatro e um espaço multiuso, transformando-se em mais um parque para a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, pouco

antes de serem iniciadas, as obras do futuro parque no Píer Mauá foram alteradas pela prefeitura da cidade. Seguindo o "Modelo Barcelona", o projeto anterior deu lugar "a um equipamento público desenhado por um arquiteto de renome internacional", nas palavras do prefeito à época. O arquiteto escolhido para a criação foi o espanhol Santiago Calatrava, que se destaca pelos projetos de extrema leveza que se remete a animais. Sendo assim, o Museu do Amanhã (Figura 3), que se localizaria nos Armazéns 5 e 6 (cedidos pela Companhia Docas) e no prédio da Polinter, passou para o Píer Mauá, tendo sido inaugurado em dezembro de 2017. Acreditava o antigo alcaide que o projeto tornar-se-ia um marco da Terceira Cúpula da Terra (Rio+20) – evento que aconteceu no Rio, no final de 2012, e que teve como objetivo o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta (seja lá o que ele entenda por essa expressão!). Vale lembrar que o arquiteto espanhol foi o responsável pelo projeto da Gare do Oriente, em Lisboa; esse complexo, que engloba estações de metrô, ônibus e um centro comercial, foi construído para a Expo '98 Lisboa. O desejo do prefeito carioca vai ao encontro dessa máxima que vê esses grandes projetos arquitetônicos de grande monumentalidade como alavancadores de investimentos para as cidades. Fica evidente, também, que o prefeito procurava aproveitar-se da sequência de eventos que movimentaram a cidade ao longo dos anos de sua gestão: Jogos Mundiais Militares, em 2011; Terceira Cúpula da Terra (a Rio+20), em 2012; Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016.

A prefeitura compreendia que o Museu de Arte do Rio (MAR) juntamente com o Museu do Amanhã – com custos de quase R$ 300 milhões, o dobro do previsto inicialmente – poderiam servir como "âncoras culturais" da iniciativa. Ao se afirmar que os dois museus seriam realizados em parceria com a iniciativa privada significa dizer que as obras foram realizadas com recursos públicos do Ministério do Turismo e da Prefeitura, já o conceito, a elaboração e a implantação ficaram a cargo da Fundação Roberto Marinho. O convite teria sido feito, segundo o secretário-geral da fundação, devido ao histórico de projetos realizados, como os museus do Futebol e da Língua Portuguesa, em parceria com o governo de São Paulo.

Figura 3. Praça Mauá e Museu do Amanhã vistos a partir do Museu de Arte do Rio: obras finalizadas.

Fonte: Reprodução/Facebook.

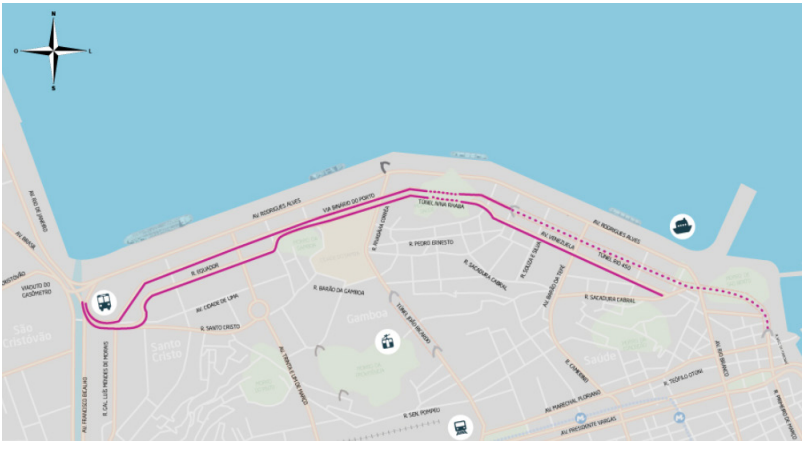
Neste contexto, muito do patrimônio construído, infelizmente, exposto à lógica do capital, desapareceu. Principalmente porque essa expressão ou "patrimônio arquitetônico" remete a edificações "com assinatura" ou de caráter monumental, com uma carga simbólica e remetimento ao passado que leva a uma significação histórica indiscutível. No entanto, o que foge dessa característica leva, muitas vezes, a pessoa comum a não se incomodar com a derrubada de "prédios velhos e sem uso" (expressão usada por vários moradores da cidade ao se referirem aos antigos galpões e fábricas da zona portuária).

Se grandes obras não têm recebido o devido cuidado, que dizer daquelas menos emblemáticas? Aliás, ao contrário do que deveria, os valores históricos dos imóveis são vistos pelos proprietários, promotores imobiliários e administração pública como empecilhos para a realização de seus projetos; o que aponta para o risco de perda de uma parte de nossa história. As construções localizadas em toda a zona central estiveram e ainda estão sujeitas a esse risco.

Diga-se, ainda, que era também proposta do antigo prefeito carioca a transferência da Câmara de Vereadores – que há quase cem anos ocupa o Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro – para a zona portuária. O Palácio passaria a abrigar o Museu Histórico da Cidade, mas este projeto desandou quando Marcelo Crivella assumiu o comando do município e abandonou por completo esta ideia.

Acreditamos que os maiores problemas recairão sobre a população mais pobre que reside nos bairros da zona portuária; o que em princípio pode parecer contraditório, visto que no projeto da Prefeitura havia lugar para construção de habitações. O que nos impressiona é a maneira segundo a qual a prefeitura angariou verba para dar sequência à segunda fase do projeto. O antigo alcaide cumpriu a sua meta de demolir o trecho do Elevado da Perimetral que ia do Mosteiro de São Bento (próximo à Praça Mauá) até o armazém seis do Cais do Porto, construindo em seu lugar dois "mergulhões", ou seja, passagens subterrâneas: os túneis Rio 450 e Prefeito Marcello Alencar (Figuras 4 e 5). Os recursos para a obra vieram do lançamento no mercado – por uma empresa municipal criada através de um projeto de lei – de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac), os quais seriam títulos que dariam aos empreendedores direitos de construção gerados pelas modificações na legislação urbanística da área.

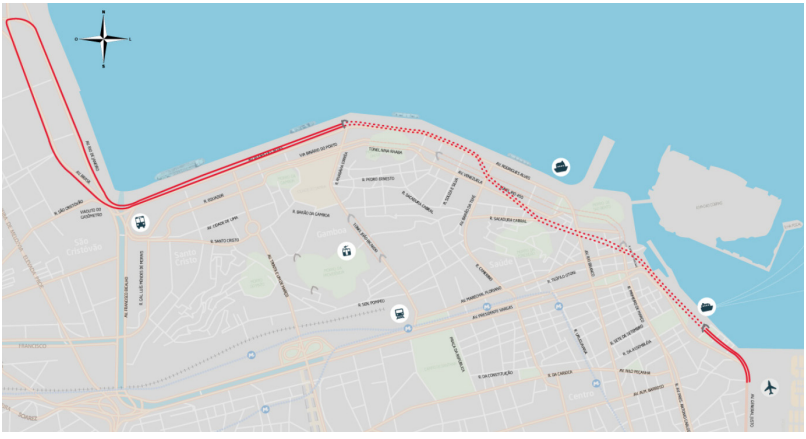
Figura 4. Túnel Rio 450. Possui 1.480m de extensão e vai da Rua Primeiro de Março (em frente ao Mosteiro de São Bento) até a altura da rua Antônio Lage.



Fonte: Disponível em https://www.portomaravilha.com.br/via_binario.

A prefeitura acenou com a revisão da legislação nos bairros da Gamboa, Saúde, Cidade Nova, Caju e da zona da Leopoldina, apresentando no projeto áreas de uso residencial, comercial, misto e de habitação social. Assim, ao adquirir os Cepac os interessados poderiam utilizar-se do potencial de construção gerado pelas alterações, dentre elas, por exemplo, a alteração que permite a construção de prédios de até 50 pavimentos. O dinheiro auferido com a venda dos certificados, segundo representantes da prefeitura, financiaria parte das obras de revitalização do Porto do Rio e, dentre elas, a demolição do elevado da Perimetral e a construção dos túneis.

Figura 5. Túnel Prefeito Marcelo Alencar. Possui 3.382m de extensão, ligando a Avenida Rodrigues Alves ao Aterro do Flamengo (próximo ao Aeroporto Santos Dumont).



Fonte: Disponível em https://www.portomaravilha.com.br/viaexpressa.

O próprio ex-prefeito Eduardo Paes apresentou o projeto dos Cepac, em que constava a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou de um consórcio público envolvendo Município, Estado e União, e que receberia os terrenos das três esferas de poder localizados na zona portuária. Após a modificação da legislação urbanística, essa sociedade negociaria no mercado os Cepac. O dinheiro gerado pela negociação financiou as obras de infraestrutura urbana (tais como a recuperação e criação de ruas, além de obras de urbanização e implantação de ciclovias, de ampliação das redes de água e esgoto, energia elétrica, gás e telecomunicações) em uma área de cinco milhões de metros quadrados no entorno do porto. O investimento destinou-se à adequação da área para atrair escritórios e empresas.

Podemos observar, dez anos depois, que muito do que foi projetado não se materializou, como a expansão em larga escala de atividades de negócio para a região portuária. Diferentemente do que ocorreu em Barcelona (projeto que mais influenciou o antigo alcaide), as melhorias na infraestrutura urbana, para usufruto dos habitantes e usadores da cidade, são consideravelmente menores. Já não se pode dizer o mesmo do lucro das empresas agraciadas com contratos de parceria público-privada na região.

Assim, é possível imaginar que os investidores esperados pelo governo somente interessar-se-iam pelo investimento nos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) se vislumbrassem um retorno financeiro apropriado. Nada mais lógico! E é justamente essa lógica que nos faz acreditar que a mudança na legislação urbanística da zona portuária atendeu aos interesses dos possíveis investidores e não da população mais necessitada. Aliás, no material divulgado acerca do projeto Porto Maravilha, vemos uma área destinada à implantação de habitações sociais do Programa Minha Casa, Minha Vida, entretanto aquela já é uma área habitada por moradores de baixa renda, que se encontram nos bairros de Gamboa e Santo Cristo – e pior: o projeto de habitação não foi consolidado. Em outras áreas da zona portuária e adjacências – com extensão bem maior – em que estão previstos usos residenciais ou misto (residencial e comércio), não há previsão de habitações sociais.

São tais constatações que nos levam a acreditar que os interesses dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários, além dos setores de comércio, têm sido privilegiados em detrimento das necessidades da população de mais baixa renda. Tantos projetos, tanto dinheiro comprometido, prefeito e governador afirmando o que seria melhor para a cidade, no entanto aqueles que deveriam ser ouvidos – os moradores dessas áreas e os moradores da cidade como um todo – não têm voz. A cidade do Rio de Janeiro teve desde sempre uma história de grandes transformações, que frequentemente foram decididas autoritariamente pelas instâncias governamentais, pelos especialistas e fortemente influenciadas pelos proprietários fundiários e pelas grandes construtoras. Pelo que estamos vendo, a história torna a repetir-se; até quando?

Considerações finais… ou vivendo a cidade-mercadoria

O movimento de reprodução da cidade contemporânea se realiza a partir de processos, estratégias e formas que possibilitam a continuidade da reprodução do capital

(Carlos, 2017). Isto é, a partir da produção do espaço os grupos sociais dominantes da cidade garantem uma lógica territorial capaz de reproduzir as condições necessárias para a própria reprodução do capital. Este movimento ressalta a evidente integração entre a esfera do político e do econômico na cidade contemporânea e aponta para a percepção da própria "cidade como negócio", concebida a partir de um urbanismo de negócios que se reduz à relação negocial entre poderes privatistas (Carlos, 2015).

Sob este diagnóstico, torna-se evidente o processo de mercadificação da cidade, ao constatar a condição fragmentada do espaço tornado mercadoria, que assim como as outras, deve ser valorizada, reproduzida, vendida, consumida e descartada (ou ainda reciclada, através dos movimentos de "revitalização"). Neste mesmo sentido, diversos autores trabalham a ideia de "cidade-mercadoria", sinalizando um modelo de cidade no qual a cidadania e a participação popular sucumbem frente às estratégias do Estado e da elite empresário-comercial ligado ao capital financeiro internacional (Carlos, 2015). Interesses e estratégias que, uma vez integrados, orientam os indivíduos a se comportarem como meros consumidores do espaço concebido como valor de troca e não como cidadãos portadores de direitos de uso do espaço vivido.

A produção bem-sucedida da imagem urbana, como vimos, se constitui como grande contribuição ao empresariamento urbano na atual economia globalizada (Moura, 2009). Pois além de ser "incontestável" internamente, a reforma do Porto Maravilha no Rio de Janeiro também conquistou um grau de visibilidade internacional até então inimaginável, projetando-se no espaço de disputa e de oportunidades deste mundo financeirizado das grandes cidades. Por isso, a construção de uma "cidade-modelo" é, por si, uma estratégia de "internacionalidade", em grande parte iniciada pelo "Modelo Barcelona". Neste quadro, as sucessivas adaptações ao modelo visam a capacitar a cidade para a competição interurbana, tornando-a atrativa ao capital que busca se localizar e se reproduzir de forma acentuada.

Assim, a vida cotidiana na metrópole carioca se homogeneíza, fragmenta e hierarquiza de múltiplas maneiras, todas elas vinculadas ao ordenamento estratégico do Estado e aos estímulos e representações da ordem econômica vigente. Nesse sentido, estamos falando da homogeneização-fragmentação-hierarquização não apenas da cidade, enquanto base material das ações sociopolíticas, mas do próprio cidadão e suas referências espaço-temporais.

Notas

1 É interessante reforçar que esta é uma distinção operacional para estudar as escalas e sentidos da ação no cotidiano. Uma escolha teórico-metodológica que tem como horizonte a dimensão da ação social, do agir em sociedade. Visto que há inúmeras possibilidades de ações, de acordo com os vários sujeitos da cidade – desde aqueles que sujeitam até os que estão sujeitados – a conceituação ator-agente ajuda a demarcar as diferentes maneiras de construção da ação social. Maneiras de agir muito desiguais, mas que constantemente entram em choque social (tanto no sentido de se complementar, quanto no de se opor) nas desventuras da vida cotidiana. Assim, tal como pontua Ribeiro (2005), a constituição de sujeitos plenos na definição de seus futuros está diretamente relacionada à condição espacial de outros que não conseguem desenvolver todas as suas potencialidades de agir.
2 É possível observar um aprofundamento desse debate acerca de atores, agentes e sujeitos em Ferreira (2013).

Referências bibliográficas

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução da cidade como "negócio". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. et al. (Orgs). *A cidade como negócio.* São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

_____. A imagem virtual transformada em paisagem: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro et al. (Orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.* Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro et al. (Orgs.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. *Ateliê Geográfico*, Goiânia-GO, v. 13, n. 1, p. 35-43, abr. 2019.

_____. A luta pela "verdadeira democracia" na produção do espaço: por outro projeto de sociedade. In: FERREIRA, Alvaro et al. (Orgs.). *Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia".* Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política.* Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *La presencia y la ausencia: contribuición a la teoría de las representaciones.* México: FCE, 2006.

_____. *La production de l'espace.* Paris: Anthropos, 1974.

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOURA, Rosa. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES. Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPÍTULO 5

Globalismo, soberania ambiental e hipocrisia "ambientalista"

Rodrigo Penna-Firme
Cláudia Della Piazza Grossi
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

O desejo de se estabelecer um governo ou império global remonta a séculos antes de Cristo. Todos os grandes tiranos do mundo de que se tem notícia ao menos pensaram nessa hipótese, de Alexandre, o Grande, a Napoleão, de Stalin a Hitler.[1] Contudo, pode-se dizer que é apenas a partir da segunda metade do século XX que a dimensão ambiental entra decisivamente na arena do jogo de dominação internacional, passando a fazer parte do centro dos discursos e das preocupações mundiais. No presente século, as questões ambientais, tidas como globais, têm sido usadas como justificativa para o avanço do pensamento imperialista-globalista.

Os meios utilizados na evolução desse projeto são sofisticados e sutis, mas também tenebrosos e nefastos. A lógica que relaciona a demarcação de problemas e suas soluções é relativamente simples. Imagine que só existissem problemas ambientais locais e regionais – que são, de fato, a vasta maioria dos casos. Haveria justificativa para se incorporar o discurso ambientalista nos debates da ONU ou nos Fóruns Econômicos Mundiais? Se problemas ambientais globais não existissem (ou se não fossem discursivamente fabricados), qual seria a desculpa e/ou a motivação para o estabelecimento de uma governança global dos recursos naturais? Problemas globais requerem governança global, este é o "nexo" da engrenagem.

Na luta por poder, de um ponto de vista político-ecológico – disputas por territórios e seus recursos naturais –, tanto faz se problemas ambientais globais existem ou não, se são sérios ou nem tão graves assim. Para fins de tomada de decisão e controle, importa apenas que sejam capazes de persuadir e adotar justificativas palatáveis (não aversivas), aquelas que agradam aos olhos e ouvidos da opinião pública e ainda

oferecem boas oportunidades aos experts. O pulo do gato é criar medo global. Para que a estratégia funcione, é preciso construir casos/problemas terríveis que abram precedentes para a intervenção daqueles que podem "nos salvar" de nós mesmos. Isso é essencial ao globalismo ambiental da Nova Ordem (Eco)mundial.

Nesse sentido, a cooperação internacional pode não fornecer os fundamentos para a implantação de projetos totalitários, visto que a via da cooperação pressupõe a participação de Estados-nação: autônomos e soberanos, possuidores de culturas, histórias, com capacidades, interesses e características extremamente singulares e, muitas vezes, conflitantes entre si. É evidente que soberanias nacionais são o maior obstáculo à aplicação de regras universais de uso e acesso a recursos naturais, como as que vêm sendo debatidas e elaboradas por agências multilaterais há quatro décadas.

Tendo em vista esse contexto geopolítico, cooperação internacional passa a ser apenas um manto, uma "fase simulacro" para a formação de blocos continentais, que, por sua vez, deverão ser subordinados aos centros de decisão de um governo global hierárquico, multiescalar e policêntrico, mas, ainda assim, (eco)totalitário.

Em 1992, a ONU formou uma Comissão de Governança Global.[2] Após alguns anos de consultas a líderes mundiais, filósofos e futurólogos, a Comissão produziu um relatório intitulado *Our Global Neighborhood*[3] (Nossa Vizinhança Global). Nele existem muitas recomendações controversas, verdadeiras afrontas às soberanias nacionais e às liberdades individuais, que passaram a nortear tratados multilaterais que surgiram após esse período. O relatório argumenta que a gestão "eficaz e equitativa" dos problemas sociais, econômicos e ambientais do mundo requer uma abordagem sistêmica, de longo prazo e global, guiada pelo princípio do desenvolvimento sustentável, face aos crescentes perigos ecológicos dos tempos atuais – no caso, a década de 1990. Ou seja, aplicar o olhar sistêmico, "universal", "holístico", seria então uma prioridade entre as tarefas da governança global.

O documento evita o termo "governo global". No seu lugar, adota "governança global". Artifícios linguísticos como este, ao substituir "governo" por "governança", são incapazes de esconder o objetivo real. Qual o sentido de se falar em governança global sem um governo global, ao menos no que tange o monitoramento do que se faz com os recursos naturais planetários? Seus autores estavam convictos de que cabe às Nações Unidas desempenhar um papel central na liderança em direção à governança global.

É bom lembrar que, apesar das objeções legítimas que fazemos ao globalismo da ONU, a própria Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), firmada pelo Brasil e dezenas de países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, reconhecia (ao menos no papel) a soberania dos países sobre seus recursos genéticos – bem como o direito de cada país determinar, pela legislação nacional, o regime de acesso aos recursos e de repartição de benefícios de sua biodiversidade. O Brasil foi o primeiro país a assinar o texto da Convenção, tendo-o ratificado em 1994.

Ao longo das últimas quatro décadas, diversos esforços globalistas-ambientalistas fracassaram ao buscar respaldo científico e apelo popular duradouros. Isso se deu, entre outros motivos, porque o alcance dos problemas elencados no passado era predominantemente local, regional e, quando muito, de escala continental. Ainda não havia uma ameaça (real ou imaginária) que fosse suficientemente global e inescapavelmente de origem humana. Os problemas de menor alcance espacial eram, para citar alguns mais conhecidos, a "primavera nuclear", o pânico em relação ao DDT, a chuva ácida e o "buraco" na camada de ozônio. Eram problemas reais, contudo, em grande medida, usados para fins políticos. Até hoje, nenhum deles se provou como a grande ameaça à vida na Terra.

Somente após os anos 1990 é que se consolidou, entre pesquisadores e a população em geral (com muito apoio da mídia catastrofista), a hipótese do aquecimento global antropogênico, assim como a ameaça global resultante da perda "em massa" da biodiversidade do planeta. Em comum, todos os danos do passado e do presente colocam os seres humanos como a causa principal – portanto, o alvo do controle. Os globalistas-burocratas da ONU, por exemplo, conjecturam, de longa data, meios de reduzir a população mundial, ao fomentarem programas dissimulados que chamam de "planejamento familiar" e "direitos reprodutivos das mulheres". Para os terráqueos que insistem em permanecer no planeta, oferecem diretrizes "inocentes e bem-intencionadas" para uma vida próspera e feliz, desde que *ecofriendly*. As cartilhas do desenvolvimento sustentável,[4] que almejam a formação do bom cidadão (eco)global, e que são elaboradas pelos profetas do apocalipse ambiental, versam sobre o que devemos comer, como nos deslocar, onde morar e assim por diante. E, pasmem, a benevolência é tamanha que sugerem até quais causas ambientais e sociais devemos abraçar. Quanto altruísmo!

Como se não bastasse a ingerência sobre hábitos culturais, comportamentos individuais e controle sobre os corpos, ainda nos inculcam direta ou subliminarmente que, com exceção de comunidades indígenas e "tradicionais", não sabemos cuidar da natureza, da "casa" nem tão "comum" assim. Pior ainda se somos habitantes de cidades do "terceiro mundo", do *Global South* ou dos "países em desenvolvimento" (todos sinônimos). Neste caso, representamos o ápice da degradação ambiental.

A comunidade internacional está segura de que precisamos de tutela ambiental. Aliás, como país em desenvolvimento, somos cada vez mais rechaçados, na medida em que escolhemos caminhos de desenvolvimento similares aos que possibilitaram progresso científico-tecnológico e muitas riquezas aos nossos críticos externos. Segundo essa visão hipócrita, o "Planeta-Mãe-Terra-Gaia" não suportaria mais gente (como eles) vivendo bem e comendo do bom e do melhor.

Enquanto discursos (eco)cêntricos e (eco)apocalípticos se tornam hegemônicos, e são promulgados em alguns países com base no princípio da precaução, o cenário vai se tornando absolutamente tenebroso para as soberanias nacionais, em especial, de países como o Brasil, que detém incalculável capital natural. Acionado por esse princípio – arbitrário e calcado em base científica questionável –, a ocorrência de qualquer evento ambiental, econômico ou cultural pode levar a "comunidade internacional" a classificá-lo como risco (real ou imaginário) à "casa comum". Nessas circunstâncias, conforme ressaltamos, ser real ou imaginário, não importa. Esse caminho, já aberto, poderá servir de álibi para crescentes e permanentes ingerências internacionais, por exemplo, sobre o território brasileiro e os recursos, insumos e produtos aqui produzidos, sejam eles *commodities* agrícolas, minérios, plantas medicinais, florestas inteiras, ou, até mesmo, atividades como o ecoturismo.

Apesar dos benefícios reais da conservação da natureza – desde que sob bases nacionais soberanas –, fica claro que o aparato (eco)ideológico acadêmico e midiático dominante serve primordialmente aos interesses internacionais, que, por meio dele, ampliam legitimidade para controlar recursos naturais e "mentes" ambientalistas pelo mundo. É impressionante o número de acadêmicos brasileiros que apoiam agendas progressistas-globalistas, sendo simultaneamente militantes de assuntos "do momento", que incluem estudos "descoloniais", "virada ontológica indígena", "direitos da natureza", "decrescimento" e assim por diante. Esses, que se autoproclamam membros de uma "casta superior", "intelectual não entreguista", são os mesmos que

adotam discursos que promovem agendas globalistas-entreguistas, antinacionalistas e antipatriotas. Conscientes ou não, abraçam calorosamente a retórica do colonialismo contemporâneo ou o (neo)colonialismo das elites globais. Ao contrário do que imaginam, caminham contra a libertação efetiva das amarras coloniais do passado. Enfim, se toda essa lógica prevalecer, com ou sem o apoio dos "intelectuais", cooptados ou não, qualquer nação que "usurpar" do que as elites econômicas e políticas mundiais elegeram como "bens comuns" será vigiada e punida.

Sinais do globalismo

Existem inúmeras evidências de que estamos caminhando para um sistema de governança global da economia, da cultura, da sociedade e, como estamos alertando, das questões ambientais. A quantidade e profundidade de depoimentos, discursos, escritos e casos que demonstram o planejamento sistemático de uma nova ordem mundial é inegável e assombrosa.[5] Grande parte das estratégias geopolíticas documentadas em relatórios, tratados e acordos internacionais, que envolvem globalismo na esfera ambiental e econômica, já foi exposta em obras definitivas sobre o tema.[6]

É crucial reconhecer que planos de ação globais não advêm apenas de órgãos do sistema das Nações Unidas. Entidades e agências multilaterais gestadas na União Europeia e nos Estados Unidos, assim como lideranças políticas e religiosas, vêm encampando posições que estimulam aspectos preocupantes do globalismo como, por exemplo, o *green grabbing*, ou a tomada de terras para finalidades "verdes". O termo refere-se a todo e qualquer processo de apropriação de territórios para fins ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável (Fairhead et al., 2013). É um perverso sistema pelo qual "credenciais verdes" e discursos sobre desenvolvimento sustentável são utilizados para justificar a apropriação de terras, seja para produzir alimentos, biocombustíveis, sequestro de carbono, conservação da natureza, ecoturismo ou quaisquer outros fins que se "justifiquem como benefícios nobres e altruístas".

Um tipo especial, e ainda mais brutal, de "apropriação por credenciais verdes" é a tentativa de internacionalização de porções do planeta considerados "chave" para a segurança global. É nesse contexto que podemos compreender as críticas exacerbadas e, na maioria das vezes, infundadas que o agronegócio brasileiro vem recebendo da "comunidade internacional" e de certos "ambientalistas" em solo brasileiro.

É escandaloso constatar que, entre 2003 e 2018, apesar da existência de problemas ambientais similares ou piores do que os da atualidade, a imprensa (eco)sensacionalista, nacional e internacional, não alardeou de forma tão sistemática quanto o faz no momento. Coincidência? A não ser que a "Mãe-Terra" ainda não tivesse parido alguns seres iluminados, ou adolescentes amedrontados, ricos e mimados, petulantes, desinformados e manipulados como a jovem Greta.

Um exemplo clássico do ambientalismo radical, que deverá entrar para os livros (sérios) de história do Brasil, é a retomada das acusações acerca das queimadas na Amazônia "nunca antes registradas". Há décadas, a mensagem que chega aos ouvidos das pessoas pelo mundo é de que a Amazônia está em chamas. Aliás, foi esse o nome de um filme de 1994,[7] em inglês com legendas em português, baseado na história de Chico Mendes e sua luta para combater o desmatamento de seringais e a "Floresta em Chamas". Ainda que retrate eventos reais em soberbas atuações,[8] no desdobrar da Eco-92, como era de se esperar, o roteiro serviu a propósitos muito mais sensacionalistas e globalistas do que nacionalistas e realistas – um esforço cinematográfico para criar um (eco)herói internacional, cujo destino foi dramaticamente interrompido pelo capitalismo "à la brasileira".

Desde então, as notícias sobre as queimadas na Amazônia carecem de isenção e interpretações técnicas a partir de bases sólidas, amplamente disponíveis nos circuitos científicos nacionais e internacionais (a Nasa, por exemplo, disponibiliza séries temporais de dados sobre focos de calor, entre outras fontes). Nesse sentido, algumas inverdades ou o mero desconhecimento precisam ser desfeitos. Em primeiro lugar, a enorme maioria das queimadas (ou focos de calor) detectadas por satélites na Amazônia Legal ocorre em áreas de fronteira, já previamente abertas (desmatadas), em locais onde predominam vegetação secundária inicial e pastos "sujos". Essas não são áreas conservadas, com floresta "em pé".

Além disso, circula a informação de que "incêndios" são eventos recentes na região, quando sabemos que existem evidências da queima de vegetação há milênios, feitos por grupos ameríndios em tempos pré-colombianos. Soma-se a isso o fato de que, em passado recente, anterior ao período de 2018 e 2020, há registros de incêndios muito piores, geralmente associados a eventos de seca extrema (atípica), ocasionada pelo fenômeno do *El Niño*. Nessas condições, o solo fica mais seco que o normal, de modo que as raízes das árvores não conseguem se "abastecer" e alcançar o lençol

freático. Quando combinado ao mau uso do fogo, em regiões agrícolas (ou mesmo em roças indígenas), pode deflagrar incêndios que, em geral, são de baixa magnitude.

Normalmente, quando florestas "em pé" na Amazônia pegam fogo, este é um fogo rasteiro, que raramente atinge as copas das árvores. As áreas afetadas são quase sempre locais onde há coleta seletiva de madeiras nobres. Esse processo cria pequenas clareiras e "trilhas" na mata. Como ressaltado, períodos de extrema seca, combinados com uso inadequado do fogo para "limpar" terrenos e plantios comerciais ou de subsistência (sem aceiros), podem levar a esse tipo de incêndio.

Reiterando, quando florestas mais maduras (antigas), em bom estado de conservação, queimam, o fogo se propaga apenas junto ao solo, de modo que nem mesmo os sensores de satélite mais avançados conseguem detectar. Isso acontece porque a quantidade de água no interior das plantas e do solo, ainda que mais seco que o normal, impede que o fogo se alastre. Ou seja, são impactos ambientais reais, pois esse fogo rasteiro afeta muitas árvores e pequenos animais; contudo, não podem ser contabilizados por satélites. Florestas tropicais úmidas, como a amazônica, simplesmente não pegam fogo facilmente.[9]

Mas a situação das queimadas nas áreas com vegetação mais baixa e alterada está piorando? Antes de responder, vale relembrar um exemplo histórico da reputação ruim que vem sendo construída sobre o estado da floresta amazônica – além do que foi mundialmente divulgado pela Eco-92 e propagandeado em "filmes por encomenda" –; no ano de 1999, um amigo do primeiro autor viajou para uma pequena aldeia na Espanha. Chegando lá, adivinhe qual foi a primeira pergunta que moradores locais fizeram? "Como está o fogo na Amazônia?". Interessante é que o primeiro a perguntar era produtor rural de oliveiras para extração de azeite. Sua fazenda, com cerca de 20 hectares, assim como as áreas do entorno, bastante degradadas, não possuíam sequer um "pé" de árvore ou arbusto nativo, além das oliveiras.

Sobre isso, vale ressaltar que os europeus, apesar de sua longa trajetória como civilização, iniciaram efetivamente ações sistemáticas para recuperar suas florestas em um passado muitíssimo recente, comparado à sua história. Em comunicado do ano de 2019, contendo um plano para apoiar a recuperação das florestas no mundo, a Comissão Europeia informa que "as florestas na UE cresceram: de 1990 a 2015, a cobertura florestal aumentou em uma área do tamanho da Grécia, graças a programas de florestamento e reflorestamento e regeneração natural".[10]

O referido documento, movido pelos Objetivos do Milênio e metas de desenvolvimento sustentável, além do próprio "bem-sucedido exemplo", cita as causas do desflorestamento global, sendo a principal o avanço das fronteiras agrícolas, seguida pelo desenvolvimento urbano e da infraestrutura, mineração, entre outras, que, "coincidentemente", foram os fatores que levaram a Europa ao "nível de vida" que têm seus cidadãos hoje. Também relaciona, com base em "modelagem científica", os anos de extinção das florestas úmidas primárias e estabelece objetivos e possíveis ações para apoiar a reversão dos cenários catastróficos que apresentam. Ou seja, o célebre discurso: "Estragamos o que é nosso, mas crescemos muito, enriquecemos e, agora que recuperamos nossas mazelas, não queremos que os outros façam o mesmo". Simples assim?

Isso evidencia cada vez mais que a indústria de propaganda anti-Brasil, que move campanhas do tipo "a Amazônia está em chamas" ou "a Amazônia é de todos nós", não são alimentadas apenas por preocupações legítimas sobre o futuro do planeta, como nos alardeiam diariamente. Elas são também o reflexo da degradação ambiental e consequente escassez de recursos naturais e em países desenvolvidos e da posterior tentativa de controlar o acesso sobre esses mesmos recursos nos países que ainda os possuem em abundância.

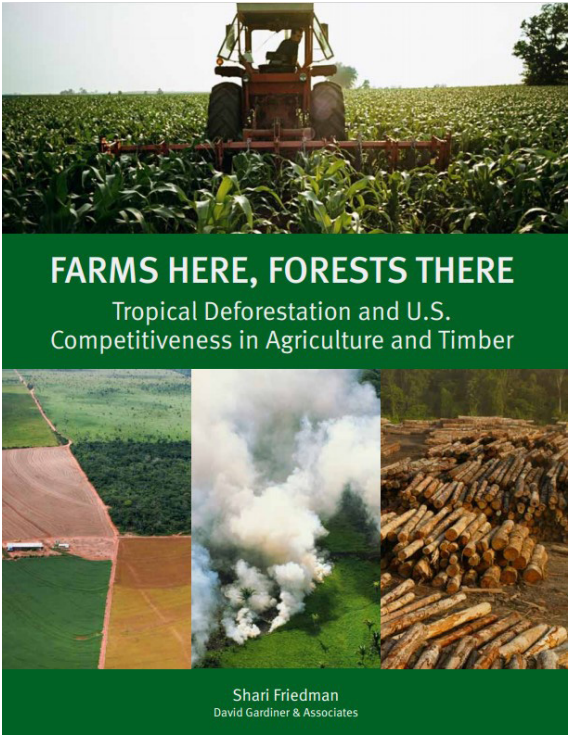
Além de falácias e exageros, o Brasil é bombardeado por declarações, ameaças de boicotes e embargo aos produtos do agronegócio. Lembramos, brevemente, que o Mercosul firmou acordo comercial histórico com a União Europeia, após mais de 20 anos de negociações. No entanto, líderes de países como a França e a Alemanha permanecem chantageando e criticando produtos do agronegócio brasileiro, alegando que são "ecologicamente insustentáveis", por conta de desmatamentos e queimadas fora de controle.

A recordar, Macron "twittou" fotos de incêndios de quatro anos atrás, afirmando serem atuais. Também fez declarações de que retiraria a França do acordo com o Mercosul, caso o Brasil abandonasse o Acordo (climático) de Paris. A chegada maciça de produtos do agronegócio brasileiro às "prateleiras" da comunidade europeia, acontecimento previsto para aumentar gradativamente ao longo dos próximos anos, com preços altamente competitivos, pode gerar "quebra-quebra" de muitos produtores locais da França: Seria esta uma das motivações, protecionistas, que explicam o pânico e as acusações exacerbadas e até infundadas do governo francês?

Também é o caso de determinados produtores norte-americanos, que produziram estudo e campanha denominada "Fazendas aqui e florestas lá" (Figura 1), cuja ênfase estratégica está em fomentar a conservação de florestas em países onde o agronegócio pujante, como o brasileiro, pode atrapalhar os Estados Unidos nos mercados globais de soja, óleos vegetais, carnes e madeira. Dentre várias passagens que merecem destaque no documento, selecionamos a seguinte, que indica claramente que "parar o desmatamento de florestas tropicais será benéfico para a competitividade dos agricultores americanos":

Regardless, stopping tropical deforestation is a win for US agriculture's competitiveness as well as ending the debate on corn's role in indirect land use. (Dwayne Siekman, da Ohio Corn Growers Association, p. 13)

Figura 1. Capa do relatório/campanha "Fazendas aqui, florestas lá", que reúne diversas associações de agricultores e produtores rurais dos Estados Unidos, "clamando" pela redução dos desmatamentos em florestas tropicais.



Fonte: Disponível em http://assets.usw.org/our-union/pulp-paper-forestry/farms-here-forests-there-report-5-26-10.pdf. Acesso em 4 nov. 2020.

Além do que vimos acima, é de se destacar o enorme interesse comercial de investidores "verdes", acionistas de corporações multinacionais, lobistas "filantropos" e governos, como os da França, Alemanha, Noruega, Dinamarca, China e Estados Unidos, para que o Brasil torne-se, de uma vez por todas, um gigantesco mercado consumidor de novas tecnologias "verdes", que incluem energia eólica, painéis fotovoltaicos, carros elétricos, entre outros. Um dos motivos é que, assim como celulares, aparelhos de TV etc., essas novas tecnologias são atreladas a milhares de patentes que, por sua vez, geram dividendos bilionários por venda direta e *royalties* de propriedade intelectual aos países-sede (nações ricas e desenvolvidas), que logicamente propagandeiam "soluções" tecnológicas via mercados "verdes". Mas até que ponto não se trata da velha estratégia marqueteira de criar problemas para nos vender a "solução"? Afinal, mesmo potencialmente vantajosas em algumas circunstâncias, essas tecnologias não substituem ainda o uso de combustíveis fósseis, muito menos podem ser consideradas ecologicamente limpas e socialmente justas. O polêmico jornalista Michael Moore retrata esta faceta no documentário *Planet of the Humans*, discorrendo sobre "leaders who have taken us down the wrong road — selling out the green movement to wealthy interests and corporate America".[11] Fato é que: sem pânico ambiental, esses mercados perderão força.

Internacionalização da Amazônia

É corriqueiro, no meio acadêmico e nas rodas de conversa informais, assumir que o tema da internacionalização da Amazônia não passe de mais uma inócua e antiga teoria da conspiração. No entanto, qualquer analista mediano deveria saber que se trata de uma realidade que incomoda o Brasil há décadas. As Forças Armadas brasileiras, por exemplo, na sua tarefa de vigiar as fronteiras e assegurar a defesa do território nacional, sabem, na prática e por meio do seu aparato de inteligência, que a temática da internacionalização da Amazônia, além do acesso indevido por agentes externos à nossa biodiversidade e seu conhecimento associado, é problema enfrentado diariamente. Negar essa realidade, a não ser por falta de conhecimento ou informação, é atitude, no mínimo, irresponsável. Em conversa exclusiva com um alto oficial das Forças Armadas,[12] foi-nos transmitido o seguinte depoimento acerca da questão:

A Amazônia suscita preocupação das Forças Armadas há muito tempo. A geopolítica da Amazônia, cujos pensadores são militares do Exército, tem sido objeto de estudo constante das Forças Armadas. O cerne da questão, num mundo onde a retórica que se vende tem por trás muitos interesses, muito dinheiro envolvido… Basta você entender que as terras indígenas na Região Norte do país são localizadas em áreas que estudos geológicos mostram a presença de muitos metais preciosos e raros (…) Para quem não conhece a Amazônia, vende-se a ideia de que ela está acabando. As notícias que se escutam fora do Brasil é de que Amazônia praticamente não existe mais. Só que o tamanho é tão abissal, é um negócio tão gigantesco (...) Eu voava horas e horas, sem ver nenhuma casinha, só mato, mato, mato. Até brincávamos entre nós que como alguém poderia ter certeza de que não existiam mais os dinossauros na terra: algum poderia estar escondido por ali, já que ninguém foi naqueles lugares. (…) o território é gigantesco, desafiador (…) muito difícil alguém se manter ali, por isso o Brasil tem sido bastante negligente em manter uma proteção efetiva das fronteiras, manter a bandeira (…) por diversas vezes, eu levava médicos para tribos isoladas… não foi uma, nem duas, nem três vezes que tivemos a dificuldade adicional de não conseguirmos atender porque havia uma, duas, três ONGs fazendo a cabeça das pessoas do lugar de que nós (o Estado brasileiro) não poderíamos estar ali para que eles tivessem domínio exclusivo. Nesses lugares totalmente isolados, havia antenas imensas passando dados, sabe-se lá de que, fazendo os estudos que quisessem, ninguém sabe ao certo do que se tratava. Isso certamente se multiplicou ao longo dos anos. Durante esse período, era até ostensivo o que estava acontecendo, com a quantidade de estrangeiros na Amazônia. Todos os locais que nós íamos (…) era comum chegar numa cidade pequena e não ter lugar nos "hotéis", porque estava cheio de estrangeiros. Tudo isso mostrava claramente que as ONGs não estão pensando na população, em ajudar. Estavam ali para estudar e repassar o que têm para seus governos (…) Um grande temor que nós temos é que, para se ter um Estado independente, o que é necessário? Precisa de um território delimitado, uma população ou povo comungando valores similares, língua e um governo próprio. Nos governos passados, grande parte da Amazônia foi demarcada, nós demos território. Veja só, a gente até já chama "povos indígenas", e isso não é por acaso. Quando você percebe que as ONGs estrangeiras chamam de povo os yanomami é para dar exatamente esta noção: um povo com as mesmas ideias, a mesma língua, a mesma etnia. Criou-se um povo, agora falta o quê, um governo próprio?

Com essa política indigenista maluca que temos, nós plantamos os ovos da serpente! Basta o quê, uma motivação mundial, países conjuntamente achando que o Brasil vai destruir a Amazônia. Dizer que o Brasil vai acabar com o "pulmão do mundo", que você sabe melhor que eu, é uma grande mentira. Já que eles vão acabar com tudo, por um "bem maior" para a humanidade, nós vamos libertar esses "povos", aí vai ter o país yanomami dentro do Brasil e, o país não sei de quê… aí acabou, vão repartir a Amazônia. Hoje, o fulcro nos estudos de geopolítica da Amazônia se faz nas escolas de alto nível das Forças Armadas. Todos esses estudos são voltados para esse problema, a cortina de fumaça, por um bem maior, por algo que a humanidade acha que precisa senão a humanidade vai acabar. Por que a Amazônia é importante para o mundo iremos perdê-la? O que as Forças Armadas têm feito? O Exército muito mais. Nas Forças Armadas, foi onde melhor se captou esse movimento e entendimento e melhor se preparou. Nos últimos anos, vários batalhões foram fechados no Sul do Brasil e levados para a Amazônia. O exército tem brigada em Tefé, batalhões espalhados por toda a Cabeça do Cachorro. Em todas as cidades que têm um pouco mais de estrutura, o Exército colocou um batalhão, distribuiu pelotões de fronteira. Também melhoraram os navios patrulha. Isso tudo obviamente não nos garante soberania, de certa forma serve como poder de dissuasão. Muitos radares foram instalados para ter um controle melhor do espaço aéreo e assim está sendo feito. Tenho certeza absoluta de que essa guerra mundial de narrativas nos atacando não é com intenção de ajudar, pensando no índio, nos bichinhos... É uma difamação mentirosa para no futuro fazer cumprir esse plano (…) é muito difícil para o Brasil efetivamente conseguir manter patrulhamento, porque a Amazônia é um mundo, é gigantesca. Eu voava de helicóptero dias para passar de um lado a outro. Esse descontrole, a falta de capacidade logística e financeira, para poder mostrar a bandeira nacional como tem que ser mostrada, o tempo todo, é uma das nossas fraquezas, um flanco que está sendo muito explorado pelos inimigos. Sejam aqueles que atuam nas comunidades roubando conhecimentos, fazendo cabeça, ou biopirataria, seja abrindo essa narrativa de que a gente não cuida da Amazônia. É um assunto difícil, muito complexo.

Além do depoimento acima, de quem conhece o problema "por dentro", poderíamos acrescentar muitos outros. Contudo, vamos nos deter apenas a mais um de grande significado histórico, apesar de esquecido. Aziz Ab'Saber (1924-2012) foi um

dos gigantes intelectuais da Geografia brasileira e mundial, que se debruçou, entre vários outros temas, sobre a questão da internacionalização da Amazônia. Ab'Saber notou com lucidez a realidade do problema. Em 2011, numa entrevista à TV Cultura,[13] o geógrafo declarou:

> Nós temos tido, nesses últimos anos, um processo de "autodesnacionalização", o que é muito grave, e enquanto isso, os países do primeiro mundo, se tornaram mais nacionais do que a gente possa imaginar. Estados Unidos, a França, a Inglaterra, e os dias que correm mostram uma espécie de emergência da xenofobia, um grande espírito nacional. Agora, para nós, eles exigem que não tenhamos nenhum espírito nacionalista. E os governos brasileiros aceitam essa posição (…) mais uma palavrinha sobre os mapas que estão sendo apresentados na Europa e nos Estados Unidos, dividindo o Brasil e a Amazônia. O que é uma intenção contra a soberania do Brasil no seu território. Eu sou intransigente. Eu só admiro os brasileiros que defendem a soberania do seu país (...) Esse fato de previamente apresentarem para as criancinhas dessas distantes localidades um mapa dividindo o Brasil e a Amazônia é absolutamente uma coisa que todos os brasileiros têm que reagir.[14]

É razoável pensarmos que ter a "titularidade" da floresta amazônica e declarar ao mundo que a "Amazônia, em território nacional, é dos brasileiros" constitui-se, cada vez mais, numa grave ameaça aos interesses globalistas, para os quais esse "privilégio" não é merecido. Na realidade, acenam-nos a cada dia que Amazônia brasileira é uma distorção que precisa ser corrigida pela "comunidade internacional". Por fim, reiteramos as palavras de um trecho da famosa resposta do ex-senador da república, Cristovam Buarque, em 2000, quando questionado, durante um debate nos Estados Unidos, sobre o que pensava a respeito da internacionalização da Amazônia, sob a ótica de um humanista, não de um brasileiro.

> Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas a França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um País. Não faz muito, um milionário japonês, decidiu enterrar com ele, um quadro de um gran-

de mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a Humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA.[15]

A Amazônia Transnacional e a Usaid

Apesar de pouco conhecida e divulgada, uma emblemática tentativa de internacionalização da Amazônia brasileira (e dos demais países amazônicos) foi o projeto "Iniciativa para Conservação da Amazônia (ICBA)", elaborado pela *United States Agency for International Development* (Usaid).

Em 2006, alegando a total incompetência dos países amazônicos em gerenciar seus territórios e seus valiosos recursos e visando a "colocar ordem no caos", a Usaid propunha o implemento de uma dissimulada cooperação transnacional. O escopo da ICBA elencava objetivos, princípios, mecanismos de implementação, financiamentos, prazos e resultados esperados, além de propor o desenvolvimento de parcerias para consolidar ações e agregar conhecimento sobre questões relacionadas a populações indígenas e comunidades tradicionais (incluindo capacitação de lideranças), monitoramento e fiscalização do uso e da ocupação do solo, avaliação de impactos de empreendimentos, cogestão de áreas protegidas, planejamento econômico, incluindo a gestão de mecanismos de mercado para a conservação, entre outras. Para tal, os países amazônicos delegariam à Usaid a priorização de atividades e investimentos, assim como a assinatura de contratos e acordos suplementares de cooperação nos mais diversos níveis. Naturalmente, a agência norte-americana seria a gestora do projeto e aportaria um montante aproximado de 50 milhões de dólares, de acordo com um cronograma de desembolsos por ela estabelecido. Os trâmites do projeto seriam

supranacionais e suas ações transfronteiriças se desenvolveriam por meio de consórcios entre diversas ONGs e entidades selecionadas pela Usaid.

Pesquisadores como Souza e De Paula[16] analisaram a iniciativa, ressaltando a clareza de seus princípios de conservação:

> No entendimento da ICBA, a conservação é um processo inerentemente social baseado nas decisões humanas múltiplas e complexas e nas ações empreendidas por indivíduos e grupos nas florestas e vias hidrográficas amazônicas, em órgãos do governo, em escritórios não governamentais e comerciais, bem como outros locais e contextos nos países da Bacia Amazônica e no mundo inteiro. (Usaid, 2006, *apud* Souza e De Paula, 2008)

Os autores concluem que o "colonialismo, assim, ganha nova forma sem perder o velho conteúdo. E ele se rejuvenesce e legitima sob a aparência de uma 'cooperação virtuosa e necessária' e de um desenvolvimentismo supostamente verde e democrático". O artigo elaborado por eles, em 2008, denuncia as premissas da ICBA na região da tríplice fronteira (departamento de Madre de Dios/Perú, estado do Acre/Brasil e departamento de Pando/Bolívia – Região "MAP") e as ações em curso.

O que mais impressiona nesse episódio é sua característica atemporal, pois o mesmo discurso, sempre com nova roupagem, tem o valor intrínseco de envolver os mais diferentes públicos: o princípio basilar da soberania dos estados não tem valor algum quando se trata do "futuro da humanidade" que jaz, sobretudo, na floresta amazônica. Os demais ecossistemas globais são absolutamente irrelevantes no cenário de preservação da raça humana.

A ICBA não foi bem recebida pelo governo brasileiro e tratativas para adequar a cooperação à soberania nacional se deram nos anos posteriores, distanciando-se do impacto inicialmente almejado, mas ainda assim rendendo frutos, em especial, na Região MAP.

***

Por que não vemos circular nas "manchetes de jornal", mundo afora, avaliações sérias sobre o provável destino da segunda maior floresta tropical do planeta, situada na bacia do Rio Congo, abrangendo nove países da África? Ela não importa ao resto

do mundo? Será que a lembrança do recente passado colonialista europeu sobre o continente africano causa arrepio, culpa, remorso e, portanto, silêncio sobre a destruição das florestas do Congo?

Será que aliviam as críticas ao desmatamento das florestas da Malásia e da indonésia, que são vorazmente convertidas em plantações de "óleo de palma" para biodiesel, por medo de retaliação islâmica? Por que não lembram que, apesar dos erros, dos desmatamentos ilegais, o Brasil ainda mantém 65% da vegetação nativa, enquanto os críticos externos lembram da natureza nas pinturas em galerias de museus? Por que não mencionam que 80% da Amazônia Legal está "em pé"?

Talvez todas sejam perguntas retóricas, pois sabemos boa parte das respostas. Em nenhum momento argumentamos que pessoas do mundo inteiro não estejam legitimamente preocupadas e sensíveis às questões ambientais, com o destino das florestas, dos recifes de coral, das plantas e animais ameaçados de extinção. Tudo isso é verdade: Estão preocupadas, e isso é importante, não é óbvio? Uma das questões que tentamos responder, ainda que parcialmente, é: Por que os holofotes internacionais permanecem sobre a floresta amazônica e, em especial, para o Brasil?

Argumentamos que a resposta está atrelada a interesses escusos, de agendas globalistas-progressistas-neocolonialistas. Mostramos que tentativas de denegrir o agronegócio e avançar a "gestão internacional" sobre a Amazônia são facetas desse fenômeno hediondo e complexo. Mas, felizmente, o brasileiro está acordando, apesar da censura e ainda que lentamente. A autoeducação, por meio do bom uso das redes sociais e da internet, está permitindo essa virada informacional, sem precedentes. "A mentira tem perna curta", expressão popular, começa a surtir efeito na área ambiental. O Brasil, como nação, já não anda mais de "cabeça baixa", oprimido pelo "complexo de cachorro vira-lata".

É preciso reconhecer que somos uma nação cheia de problemas ambientais e sociais, mas estamos fazendo progresso e tomando consciência de que nossa maior riqueza (e não é pouca) está exatamente no uso racional (e nacional) da natureza. Afinal, somos "especialistas" em transformar ameaças em oportunidades, problemas em soluções, reinventando-nos constantemente com os insumos que temos disponíveis. Aqueles que quiserem se juntar a nós nessa trajetória, rumo ao futuro, serão bem-vindos, mas deixem que "tomemos conta do nosso próprio nariz". Precisamos

cuidar e usar a natureza, que é nossa, porque a União Europeia, a China ou a ONU não farão isso por nós – como vimos; se fizerem, o preço será alto demais.

Ainda que, para alguns, o ambientalismo (eco)cêntrico seja uma espécie de religião, não seria muita ingenuidade e/ou hipocrisia acreditar que a preocupação internacional em relação ao meio ambiente brasileiro seja motivada pelo "amor às árvores e aos passarinhos", ou mesmo ao esforço de se evitar um (eco)apocalipse climático-ambiental?

Como nação brasileira, obviamente participantes e dependentes de um mundo globalizado, precisamos sair do jugo ambientalista-globalista. A esperança não se resume aqui, mas passa pelo ressurgimento do patriotismo não xenofóbico e não hiperprotecionista. Se precisarmos de ajuda dos "sábios" do exterior, continuaremos solicitando sem orgulho, imaturidade e irresponsabilidade. Mas, seja lá como for, precisamos assegurar, acima de tudo, além de conservarmos a natureza, que as decisões sobre como usar e acessar recursos naturais em território nacional caibam somente ao povo brasileiro e seus representantes legais.

Notas

1 Para Jiménez (2005), "o relativismo moral se traduz no vale-tudo. (...) O ser humano nasceu para ser livre e independente, porém o sistema foi criado pelos donos do mundo para que sejamos dependentes e escravos dele".
2 Dewar (1995) analisa os trabalhos da Comissão, entre outros eventos/documentos que relaciona em sua obra.
3 Un Commission on Global Governance, 1995.
4 Norteadas pelo documento-mãe *Our Common Future* (*Nosso Futuro Comum*), resultante do Relatório Brundtland, publicado em 1987, que define o termo desenvolvimento sustentável e estabelece diretrizes para que as necessidades presentes sejam supridas sem comprometer as das futuras gerações. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em 4 nov. 2020.
5 No livro *Introdução à nova ordem mundial*, Costa (2019) reproduziu dezenas de trechos de escritos, discursos e depoimentos de líderes políticos, pensadores, banqueiros, filantropos e burocratas de organismos internacionais como a ONU, expressando desejos e estratégias para que um governo global seja instaurado e controlado por elites mundiais.
6 Entre elas, *O império ecológico, ou a subversão da ecologia pelo globalism* (Bernardin, 2015) e *Apocalypse Never: Why Environmental Alarmism Hurts Us All* (Shellenberger, 2020).
7 Título original: *The Burning Season*; em português: *Amazônia em chamas.* Filme norte-americano, de 1994, dirigido pelo diretor John Frankenheimer. Disponível em https://youtube.com/watch?v=-DI6mhtMgr_o. Acesso em 4 nov. 2020.
8 O filme conta com elenco de primeira linha, como Raul Julia, Sonia Braga, Edward James Olmos, entre outros, galgando alguns Globos de Ouro em 1995.
9 Durante oito anos, o primeiro autor pesquisou, por meio de trabalhos de campo e ampla investigação bibliográfica, impactos de incêndios florestais na Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. Inclusive publicou resultados de sua dissertação de mestrado sobre o tema em artigos e capítulos acadêmicos. Ver: Penna-Firme, Rodrigo (2003). Outros especialistas têm trabalhos relevantes sobre a temática, citando,

entre outros autores, Mark A. Cochrane (2003) *Fire science for rainforests*, e Daniel Nepstad (2019) *Amazon fires: what we know and what we can do*.

10 Tradução dos autores do documento da Comissão Europeia: *Stepping up EU Action to Protect and Restore the World's Forests* (Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions), 2019.

11 O documentário *Planet of the Humans*, dirigido por Jeff Gibbs e apresentado pelo jornalista Michael Moore, retrata, entre outros aspectos, os danos ambientais causados pelas novas tecnologias "verdes". Notem que ativistas ambientais radicais estão tentando "derrubar" o documentário de plataformas como o YouTube. Disponível em https://youtube.com/watch?v=Zk11vI-7czE. Acesso em 4 nov. 2020.

12 Oficial superior das Forças Armadas, que serviu oito anos na Amazônia, tendo comandado uma Organização Militar na região.

13 Entrevista de Antônio Abujamra com Aziz Ab'Saber, em 2011, na TV Cultura. Disponível, em 2 blocos, em https://youtube.com/watch?v=Th50fYHOvVA e https://youtube.com/watch?v=RVkc-QK2rR2I. Acesso em 4 nov. 2020.

14 Transcrição dos autores.

15 Artigo lançado inicialmente, em 2000, pelos jornais *O Globo* e *Correio Brasiliense*; publicado mais tarde (2002) pelo autor na *Revista Diálogo Educacional.*

16 Os pesquisadores avaliaram a ICBA e expuseram suas análises, em 2008, no artigo "Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): 'Cooperação Internacional' e/ou 'Ecoimperialismo'?"

Referências bibliográficas

BERNARDIN, Pascal. *O Império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo*. Trad. Diogo Chiuso e Felipe Lesage. Campinas: Vide Editorial, 2015.

BUARQUE, Cristovam. A internacionalização do mundo. *Revista Diálogo Educacional* – v. 3, n. 5, p. 107-108, jan./abr. 2002.

COCHRANE, Mark A. Fire science for rainforests. *Nature*, v. 421, 27, feb. 2003.

COSTA, Alexandre. *Introdução à nova ordem mundial.* 2. ed. Campinas: Vide Editorial, 2019.

DEWAR, Elaine. *Cloak if Green: the links between key environmental groups, government and big business.* 1995. Trad. Yára Nogueira Muller, Gildo Magalhães, Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. *Stepping up EU Action to Protect and Restore the World's Forests (Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions).* Brussels, 2019. Disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52019DC0352. Acesso em 25 out. 2020.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian (Ed.). *Green Grabbing: A New Appropriation of Nature.* London and New York: Routledge, 2013.

FRIEDMAN, Shari. *Farms Here, Forests There. Tropical Deforestation and U.S. Competitiveness in Agriculture and Timber.* 2010. Disponível em http://assets.usw.org/our-union/pulp-paper-forestry/farms-here-forests-there-report-5-26-10.pdf. Acesso em 4 nov. 2020.

JIMÉNEZ, Cristina M. *Os donos do mundo.* Campinas: Vide Editorial, 2020.

NEPSTAD, Daniel. *Amazon fires: what we know and what we can do.* Disponível em https://earthinnovation.org/2019/08/amazon-fires-what-we-know-and-what-we-can-do/. Acesso em 4 nov. 2020.

PENNA-FIRME, Rodrigo. *Funcionalidade ecológica da Mata Atlântica no Maciço da Pedra Branca.* Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais (UFRRJ), 2003.

_____. Mercados "verdes" e a apropriação de terras para finalidades de conservação da natureza. *Ciência Geográfica,* Bauru, XIX, v. XIX-(1): jan.-dez. 2015.

SHELLENBERGER, Michael. *Apocalypse Never: Why Environmental Alarmism Hurts Us All.* Harper, U.S.A.; Illustrated edition (June 30, 2020).

SOUZA, Israel P. D.; DE PAULA, Elder A. *Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): "cooperação internacional" e/ou "ecoimperialismo"?*, 2008. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-571-280-20080509114537.pdf. Acesso em 6 out. 2020.

UN COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.* Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em 4 nov. 2020.

UN COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. *Our Global Neighborhood – The report of the UN Commission on Global Governance.* Oxford University Press, U.S.A.; 1st Edition, feb. 1995.

USAID. Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica. Documento conceitual, 2006. In: SOUZA, Israel P. D.; DE PAULA, Elder A. *Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): "cooperação internacional" e/ou "ecoimperialismo"?* 2008. Disponível http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-571-280-20080509114537.pdf. Acesso em 6 out. 2020.

_____. *Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica. Desenhos, atividades propostas e resultados esperados.* 2007.

Sites

https://youtube.com/watch?v=DI6mhtMgr_o. Acesso em 4 nov. 2020.
https://youtube.com/watch?v=RVkcQK2rR2I. Acesso em 4 nov. 2020.
https://youtube.com/watch?v=Th50fYHOvVA. Acesso em 4 nov. 2020.
https://youtube.com/watch?v=Zk11vI-7czE. Acesso em 4 nov. 2020.

CAPÍTULO 6

A política de formação de professores no Brasil: impactos do programa de bolsas de iniciação à docência

Rejane Rodrigues
Luana Correia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

O reconhecimento da importância das políticas de formação de professores para a escola básica tem levado a acalorados debates que reintroduziram o tema na agenda pública brasileira. Apesar do amplo leque de fatores que podem ser relacionados à melhoria da educação básica, a função do professor é, de modo geral, considerada essencial ao processo ensino-aprendizagem, consolidando-se a ideia de que este exerce papel fundamental na melhoria dos índices de escolaridade e, por consequência, colabora para o desenvolvimento socioeconômico de um país.

Como temos demonstrado em nossas pesquisa,[1] nas últimas décadas, no Brasil, o imaginário consolidado sobre a profissão docente tem sido aquele que percebe a atividade do magistério básico como de menor importância face a outras profissões de maior prestígio social. Baixos salários, limitada oferta de postos de trabalho, desvalorização profissional, precárias condições infraestruturais das escolas, susceptibilidade à violência discente, dentre outros aspectos estão na base deste imaginário, nem sempre compatíveis com a realidade da profissão. Estes constructos têm colaborado para o crescente desinteresse pelo magistério, resultando na redução da oferta de profissionais (mais evidente em algumas áreas, como física e química) e na mudança do perfil do graduando que opta pela carreira docente.

Tais condições apontaram para a necessidade urgente de implementação de políticas públicas/educacionais voltadas à formação e valorização da carreira docente, com impactos na organização dos cursos superiores destinados à formação de professores, ao longo das últimas décadas. Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Formação de Professores estabeleceram-se como marcos regulatórios norteadores de um conjunto de ações desenhadas com fins a garantir uma formação docente de qualidade e mais adequada aos objetivos de melhoria da educação básica no Brasil.

Considerado este contexto, nos propomos no presente artigo a refletir acerca das mudanças operadas a partir das políticas de formação docente no Brasil, dando-se ênfase à análise do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, o Pibid, principal iniciativa do governo brasileiro no que se refere a formação de professores para atuar na educação básica. Embora ainda existam muitas questões a serem analisadas no campo da formação de professores no Brasil, no âmbito deste trabalho apresentaremos uma análise das tendências mais recentes em termos da formação do profissional do magistério básico no Brasil e do Pibid, uma política pública recentemente implementada no país com importantes impactos sobre a formação de professores. Nosso objetivo neste capítulo é analisar o desenho atual das políticas de formação de professores no Brasil, em particular do Pibid, tomando esta experiência como capaz de indicar algumas pistas para mudanças necessárias no processo formativo que restabeleçam o importante lugar da escola e de seus professores na direção da formação de cidadãos críticos, ativos e participativos capazes de colaborar na construção de uma sociedade mais justa.

Nossa metodologia foi baseada na análise documental das legislações e das diretrizes que orientam a formação docente no Brasil. Mais especificamente, com o intuito de aproximar o leitor do alcance destas políticas, analisamos os resultados obtidos a partir da implementação do Pibid Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, com recurso a atividades desenvolvidas nas unidades escolares parceiras e relatos das experiência dos bolsistas de iniciação à docência, dos professores coordenadores e supervisores e dos estudantes das escolas envolvidos no Programa. A partir destes registros acreditamos ser possível identificar que a referida política promoveu uma maior aproximação da Universidade com a escola pública, promovendo a troca de saberes entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo formativo.

O capítulo está organizado em três partes. Na primeira apresentamos uma contextualização da formação de professores no Brasil, sobretudo a partir da

implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, uma vez que a referida lei representa um marco nos processos que orientam a formação de professores no nosso país. Na segunda, apresentamos o principal programa voltado à formação de professores para a escola básica no Brasil, o Pibid. E, por fim, analisamos o Projeto Institucional do Pibid/PUC-Rio, em especial, o plano de trabalho que orienta a formação de professores de Geografia, os relatos de experiências dos bolsistas envolvidos no Programa, e os projetos e as atividades de maior impacto promovidas pelo Pibid Geografia da PUC-Rio.

O Marco Regulatório na Formação de Professores no Brasil

O debate acerca da formação de professores no Brasil para atuar na educação básica intensificou-se nas últimas duas décadas, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que passou a orientar as políticas educacionais de forma a melhorar a qualidade da educação em nosso país. Com a LDB tornou-se obrigatório ao professor da educação básica[2] possuir título de ensino superior em curso de licenciatura[3] na área disciplinar específica (presencial ou a distância).

A Declaração do Direito à Educação, particularmente detalhada no terceiro capítulo da Constituição Federal de 1988, representou um salto significativo nos debates acerca das questões educacionais, seus problemas e perspectivas. Neste cenário, o professor passou a ser apontado como um dos principais agentes de mudança para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, estimulando a criação e a implementação de políticas públicas voltadas à formação de professores para a educação básica.

A busca pela melhoria da qualidade da educação brasileira ensejava, portanto, a necessidade de formulação de políticas voltadas à formação do professor, considerado o seu papel essencial para o sucesso escolar. Neste sentido, a LDB representou um importante marco no processo de formação de professores, pois deu destaque à qualidade dos processos formativos, estabelecendo novos critérios no que se refere ao nível e ao lócus de formação docente.

> A aprovação da nova LDB (Lei 9.394/ 96), que, superando a polêmica relativa ao nível de formação – médio ou superior –, elevou a formação do professor das séries iniciais ao nível superior, estabelecendo que ela se daria em universidades e em institutos superiores de educação, nas licenciaturas e em cursos normais superiores. Os tradicionais cursos normais de nível médio foram apenas admitidos como formação mínima e por um período transitório. (Tanuri, 2000, p. 61)

O cenário encontrado pela Lei de 1996 no âmbito da formação de professores para os anos iniciais da escolaridade era marcado pelo grande número de professores formados em instituições de nível médio concentradas na região Nordeste do país e pela enorme defasagem entre a demanda por profissionais do magistério e o número de licenciandos em cursos superiores.

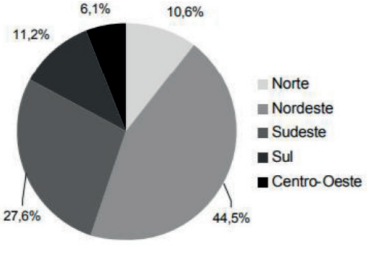
Tabela 1. Magistério de nível médio: número de escolas, matrículas e concluintes, 1991-2002.

Variável	Total			Pública		
	1991	1996	2002 (2)	1991	1996	2002 (2)
Escola	5.130	5.550	2.641	3.605	4.302	2.050
Matrícula	640.770	851.570	368.006	524.158	756.746	331.086
Concluinte	139.556	173.359	124.776	97.984	147.456	108.544

Fonte: Inep, 2003.

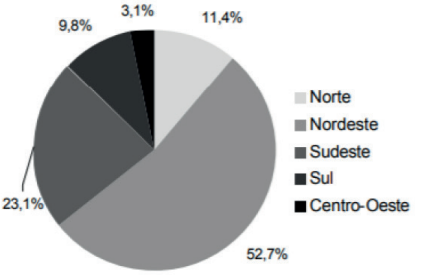
Sob efeito da LDB, o número de escolas, matrículas e concluintes em instituições de nível médio que formam professores (curso normal e médio profissionalizante com habilitação em magistério) sofreu redução a partir de 2002 (Tabela 1), permanecendo concentrados na região Nordeste (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1. Magistério de nível médio: distribuição das escolas por região, 2002.



Fonte: Inep, 2003.

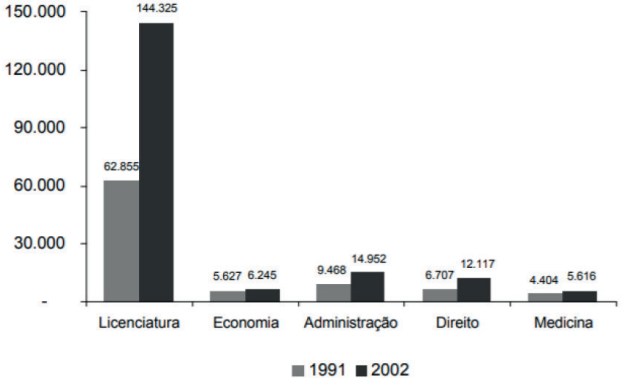
Gráfico 2. Magistério de nível médio: distribuição das matrículas por região, 2002.



Fonte: Inep, 2003.

Por sua vez, ao longo da década de 1990, constatou-se que os cursos de graduação que oferecem licenciatura foram aqueles que apresentaram o maior crescimento no número de ingressantes – aumento de 90% no número de matrículas entre 1991/2002 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Educação Superior: número de matrículas em instituições públicas, 1991-2002.



Fonte: Inep, 2003.

Apesar da ampliação da formação do professor em instituições de nível superior, deve-se ressaltar que se manteve a defasagem em termos da demanda por docentes, mais preocupante em algumas licenciaturas (Tabela 2).

Tabela 2. Demanda estimada de docentes com relação ao número de licenciados por disciplina, 1990-2010.

Disciplina	Demanda Estimada para 2002			Número de Licenciados	
	Ensino Médio	Ensino Fund. 5ª a 8ª série	Total	1990-2001	2002-2010[1]
Língua Portuguesa	47.027	95.152	142.179	52.829	221.981
Matemática	35.270	71.364	106.634	55.334	162.741
Biologia	23.514	95.152	55.231	53.294	126.488
Física	23.514	(Ciências)	55.231	7.216	14.247
Química	23.514		55.231	13.559	25.397
Língua Estrangeira	11.757	47.576	59.333	38.410	219.617
Educação Física	11.757	47.576	59.333	76.666	84.916
Educação Artística	11.757	23.788	35.545	31.464	12.400
História	23.514	47.576	71.089	74.666	102.602
Geografia	23.514	47.576	71.089	53.509	89.121

Fonte: Inep, 2003 (dados estimados).

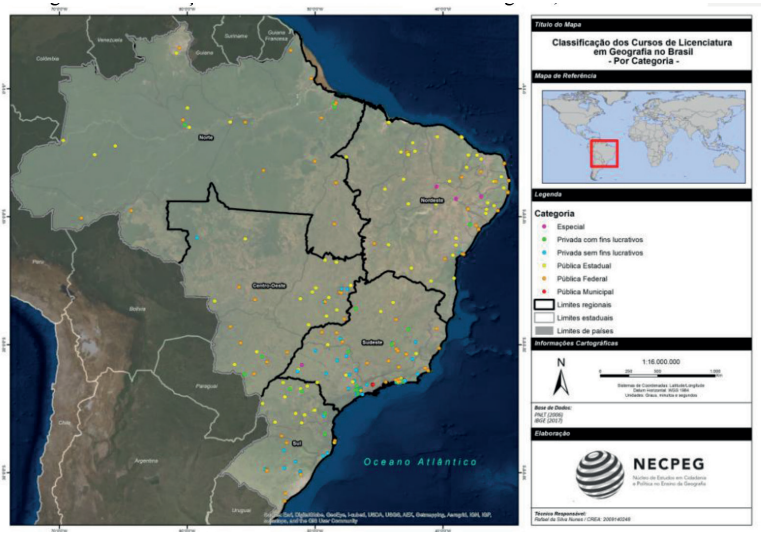
A este cenário apresentado deve-se acrescentar que para além do grande número de professores que não possuía curso superior havia aqueles que o possuíam, mas não haviam obtido o título da licenciatura ou atuavam fora da área de sua formação.

Dentre as principais medidas adotadas pela LDB, foi estabelecido que os professores deveriam ser habilitados com nível superior, estimulando, desta maneira, o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas à formação docente.

> Em conformidade com o artigo 62 do texto original da Lei nº 9.394/96, "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal". (Brasil, 1996)

Sob efeito desta lei, registrou-se o aumento na procura por cursos de licenciatura, presenciais e a distância. Em 2000, o Inep registrava 836.100 matrículas nos cursos para o magistério superior e, em 2005, esse número alcançou 1.200.000. Nas regiões Norte e Nordeste, este número praticamente dobrou entre 2000 e 2010, passando de 50.500 para 97.500 matrículas no Norte e 177.800 para 237.400 matrículas no Nordeste (Inep, 2015). No caso específico da licenciatura em Geografia, em 2016 eram ofertados 238 cursos, presenciais e à distância, que embora ainda bastante concentrados, abrangiam todas as cinco regiões do país (Figura 1).

Figura 1. Distribuição dos cursos de licenciatura em Geografia, 2016.



Fonte: Elaborada por Nunes (2019).

Apesar da ampliação na oferta de cursos de licenciatura e no número de matrículas e concluintes com ensino superior para o magistério, algumas lacunas se mantiveram na formação do professor no Brasil, levando à implementação da Política Nacional de Formação de Professores instituída pelo Decreto federal nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Sua principal finalidade foi organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a criação de cursos presenciais e a distância, voltados preferencialmente para aqueles docentes em exercício sem o nível superior de formação (Brasil, 2009). A despeito de seu foco na formação de professores, esta política se reveste de enorme importância para os fins mais gerais quanto à melhoria da escola básica no Brasil, apesar de algumas dificuldades.

> A concepção geral dessa política é ousada, tanto pelas rupturas que poderia propiciar com relação a velhas estruturas formativas nas instituições de ensino superior, especialmente as públicas, como pelas dimensões que assume e pelo grande aparato virtual que foi montado para apoiar sua implementação. Essa Política, no entanto, não tocou as questões tão essenciais ligadas à estrutura dos cursos de licenciatura, suas diretrizes e conteúdos curriculares. Também vem apresentando algumas dificuldades de percurso, com problemas na articulação entre órgãos do nível federal,

com as universidades para pôr em ação seus projetos e com as políticas próprias de estados e municípios no gozo de sua autonomia. (Gatti, 2013, p. 60)

No âmbito da Política Nacional de Formação de Professores, foram implementados alguns programas condutores dos objetivos mais gerais da formação de professores no Brasil: o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Residência Pedagógica.

O Parfor compreende um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), em cooperação com as secretarias de educação de Estados e Municípios e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para ministrar cursos superiores a professores que atuam em escolas públicas, mas que não atendem aos requisitos estabelecidos pela LDB. Apesar de seu reconhecido potencial para a regularização da situação dos professores em exercício, alguns estudos apontam para a necessidade de adequação das ações vinculadas a este Programa: problemas de gestão organizacional e financeira; organização curricular baseada em disciplinas tradicionais, sem inovação e com estrutura inadequadas aos seus propósitos, como desconsideração das experiências de trabalho dos estudantes, sobrecarga de disciplinas e desarticulação entre teoria e prática; grande evasão, levando a um excesso de vagas ociosas.

Por sua vez, a UAB volta-se para as potencialidades do ensino a distância (EaD) para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Este sistema integrado por instituições públicas de ensino superior destina-se ao desenvolvimento de um amplo sistema nacional de educação superior a distância. A UAB deve contemplar o previsto na Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, quanto às diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Apesar do crescimento acelerado no número de matrículas em licenciaturas à distância no Brasil, no âmbito deste trabalho as licenciaturas EaD não serão consideradas tendo em vista que o Pibid, programa objeto principal da nossa análise, não inclui as licenciaturas a distância.

Por fim, o Pibid tem por objetivo principal incentivar a formação de professores, em especial, a formação inicial, por meio da inserção de estudantes de licenciatura no contexto das escolas públicas da educação básica. Na segunda parte deste trabalho este Programa será apresentado mais detalhadamente. A partir do ano de 2018, as

ações no campo da formação inicial de professores passaram a ser divididas entre o Pibid e a Residência Pedagógica.[4]

Mais recentemente, o marco legal no campo da formação de professores foi complementado pela Resolução nº 2, de 13 de maio de 2016, a qual define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior para funcionários da educação básica. A Resolução nº 2/2016, em fase de implementação, estabelece que os cursos de licenciatura, voltados à formação de professores para a escola básica, devem ser organizados com um mínimo de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo 400 horas de prática como componente curricular e 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado na área de formação e atuação na educação básica, 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes e as 2.200 horas restantes destinadas às atividades formativas.

Além destes marcos legais, são obrigatórios para a formação do professor da escola básica o estabelecido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), – obrigatoriedade da disciplina Libras e incorporação da temática da educação inclusiva nas ementas/programas das disciplinas – e pela Lei nº11.465/2008 – ensino das temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Apesar da importância do marco legal apresentado, nossa atenção se volta mais especificamente para o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), cujos impactos sobre a formação de professores e o processo ensino-aprendizagem têm se destacado na avaliação de diferentes segmentos da sociedade mais ou menos atentos à realidade da escola básica.

Possibilidades para a formação de professores no Brasil a partir do Pibid

O Pibid e a Residência Pedagógica se inserem, como demonstrado, no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, voltada à formação inicial e continuada de profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. Esta política segue o proposto por teóricos da educação que põem em relevo questões centrais à formação de professores e à melhoria da qualidade da educação escolar no Brasil. Em suas análises dão destaque à preocupação central com a formação de uma cultura profissional a qual deve ser construída

no contato com experiências vividas no espaço escolar. Destacam-se neste processo as importantes contribuições do professor em exercício para a realização dos percursos formativos que orientam a formação de professores, como proposto por Nóvoa (2009, p. 31): "A formação de professores deve se passar para 'dentro' da profissão, isto é, deve basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens".

> É evidente que a Universidade tem um papel importante a desempenhar na formação de professores. Por razões de prestígio, de sustentação científica e de produção cultural. Mas a bagagem essencial de um professor adquire-se na escola, através da experiência e da reflexão sobre a experiência. Esta reflexão não surge do nada, por uma espécie de geração espontânea. Tem regras e métodos próprios. (Nóvoa, 2003, p. 5).

Torna-se essencial, portanto, buscar caminhos alternativos para o reposicionamento da escola e dos professores em seu papel central na sociedade atual.

> Os professores são os mobilizadores da educação escolar e a escola é hoje a instituição social basilar na instrução e formação para a vida civil, porta para outras formações e para a construção continuada da democracia e a luta pelos direitos humanos. Sua atuação coloca-se, assim, entre a exclusão social e a transformação. Então, a formação inicial dos professores é crucial, sem deixar de lado o papel relevante da formação continuada em suas vidas profissionais. (Gatti, 2013, p. 59)

Deve-se, contudo, ressaltar que no Brasil, a formação de professores assume contornos mais complexos, sobretudo quando as políticas são destinadas à formação de professores que irão atuar na educação básica, em especial, no ensino público. Isso se deve ao fato de que a educação pública brasileira está comumente associada a fracos índices de desempenho escolar, à precariedade da infraestrutura, à escassez ou mau uso de recursos financeiros, à desvalorização do trabalho docente, dentre outros aspectos.

Soma-se a este cenário, o desinteresse crescente pela carreira do magistério com efeitos sobre o déficit de profissionais, especialmente para disciplinas como física e química como já demonstrado, cujas aulas vêm sendo ministradas por professores com habilitação noutro campo disciplinar ou, até mesmo, por profissionais que não conseguem ocupação em sua área de formação (engenheiros, economistas, arquitetos etc.).[5]

Face a estes inúmeros desafios vividos no âmbito da educação pública no Brasil, uma série de medidas institucionais vem sendo propostas na esfera federal levando à formulação e implementação de políticas públicas para a escola básica, aí incluídas aquelas voltadas à formação de professores.

Para além destas questões, chamamos a atenção para a estrutura do estágio supervisionado,[6] obrigatório na formação dos professores em nível superior no Brasil, cujos limites vêm sendo apontados por vários autores (Correia, 2018; Fazolo, 2015).

Inserido neste contexto, o Ministério da Educação criou, em 2007, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Este Programa, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação docente em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica em todo o território nacional. Para tal são concedidas bolsas a graduandos de cursos de licenciatura (bolsistas de iniciação à docência),[7] a professores da escola básica (professor supervisor) e a professores das Instituições de Ensino Superior (coordenadores de área e coordenador institucional).

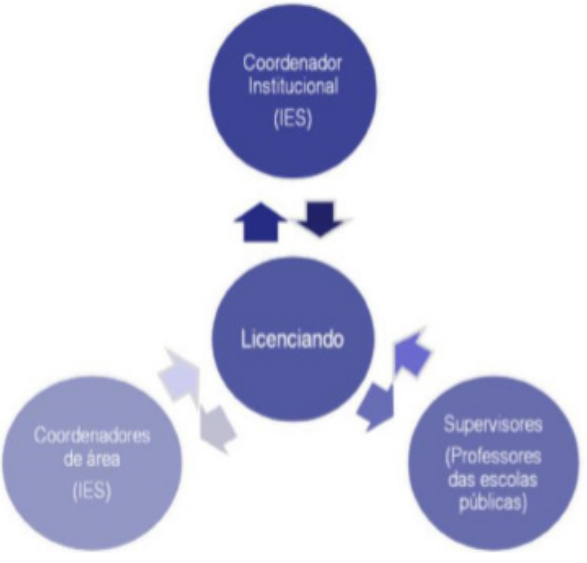
De acordo com o art. 3º do Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, são objetivos do Programa: 1. incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; 2. contribuir para a valorização do magistério; 3. elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; 4. inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; 5. incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; 6. contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

A primeira chamada pública do Pibid ocorreu através da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, sendo, portanto, uma ação conjunta do Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação Superior, Sesu, a Capes e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao ser lançado, a prioridade de

atendimento do Pibid era o ensino médio e as disciplinas de física, química, biologia e matemática, onde era registrada a maior carência de professores. Com os primeiros resultados positivos, o Programa passou, a partir de 2009, a atender a toda a Educação Básica, incluindo a educação de jovens e adultos, de indígenas, do campo e de quilombolas. São as IES participantes em diálogo com as redes de ensino quem define os seguimentos e disciplinas a serem atendidos (Brasil, 2013).

Os projetos organizados pelas Instituições de Nível Superior e submetidos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, devem, portanto, considerar como princípio básico a inserção dos licenciandos no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola (Capes, 2014). As ações que orientam o Pibid são pautadas em pressupostos teórico-metodológicos que buscam articular teoria-prática, universidade-escola e formadores-formandos, ampliando assim o diálogo dos diferentes saberes que envolvem a formação docente. Esta articulação deve funcionar como promotora de impactos positivos tanto nos cursos de formação como nas escolas onde são desenvolvidas as ações do Programa (figura 2).

Figura 2. Estrutura do Pibid.



Fonte: Relatório de Gestão 2009-2011 (DEB/Capes).

No âmbito deste Programa destacam-se, portanto: a antecipação do vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública; a articulação entre a Universidade, a escola e os sistemas estaduais e municipais de ensino; o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica; e a melhoria do ensino em escolas públicas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) inferior à média nacional.[8]

Experiências na formação de professores de Geografia com o Pibid PUC-Rio

No primeiro edital do Pibid, publicado em 12 de dezembro de 2007, somente as instituições federais de ensino superior e os centros federais de educação tecnológica puderam submeter as propostas de projetos de iniciação à docência. A partir da publicação do Edital nº 11/2012, as IES comunitárias foram habilitadas a participar do Programa. Neste mesmo ano, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) submeteu seu projeto institucional, aprovado pela Capes. Deste projeto participavam todas os cursos de licenciatura existentes à época na PUC-Rio: Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Letras-Português, Letras-Inglês. O projeto submetido à Capes pela PUC-Rio no âmbito do edital Pibid/2013 foi também aprovado, não tendo sido possível à época incluir o mais novo curso de licenciatura em Biologia, o qual somente estaria apto a integrar o Programa a partir do edital 2018.

Em 2018, a Capes reformulou o Pibid, estabelecendo dentre outras mudanças a possibilidade de organização das disciplinas por Núcleos, um limite máximo de períodos/créditos cursados e a participação de licenciandos na modalidade de voluntário. O Pibid foi reorganizado para atuar diretamente na formação inicial do licenciando, funcionando como o primeiro contato do futuro professor com a escola. O Programa Residência Pedagógica complementaria esta formação, recebendo licenciandos dos últimos períodos do curso.

Face as mudanças no edital Pibid 2018, a licenciatura em Geografia passou a integrar um Núcleo juntamente com as Ciências Sociais. Esta e outras mudanças refletiram as políticas de ajuste fiscal implementadas a partir de 2015 pelo Governo Federal, afetando várias atividades de interesse público dentre elas a educação. Para se ter uma ideia, entre 2015/2016, os cortes orçamentários resultaram no cancelamento de 45 mil bolsas do Pibid a nível nacional e no enxugamento do edital 2018.

Ao longo de sua existência, 2012 a 2020, o Pibid PUC-Rio preparou 405 licenciandos e envolveu 43 professores supervisores e 30 coordenadores de área (Tabela 3), além dos coordenadores institucional e de gestão (função extinta no edital 2018).

Tabela 3. Licenciandos da PUC-Rio no Pibid, 2012, 2013 e 2018.

Edital Pibid	Bolsistas de Iniciação à Docência	Professor Supervisor	Coordenador de Área
2012	41	7	7
2013	247	25	12
2018	117	11	11

Ao longo deste período, um total de 29 escolas, da rede pública municipal e estadual,[9] atuaram como parceiras do Pibid PUC-Rio. As escolas parceiras foram selecionadas de acordo o nível de desempenho (Ideb) e sua localização próxima à PUC-Rio. As escolas parceiras apresentaram resultados em termos do Ideb abaixo da meta estabelecida para o município no período 2015-2017. Apesar de as escolas parceiras se concentrarem na Zona Sul do município do Rio de Janeiro, a de maior renda média, deve-se destacar que a maioria dos alunos das escolas da rede pública reside em áreas de favela.

A licenciatura em Geografia teve importante participação, sobretudo se considerarmos o número de alunos matriculados no curso ao longo deste período (Tabela 4). Deve-se destacar que com os cortes orçamentários ocorridos e as mudanças no edital 2018, esta participação se viu reduzida nos últimos dois anos.

Tabela 4. Participação dos estudantes da licenciatura em Geografia no Pibid PUC-Rio.

Edital	**Bolsistas**	**Nº alunos matriculados na licenciatura**	**Relação bolsista/ alunos matriculados**
2012	5	57	5/57
2013	46	47	9
2018	23*	81	23/81

* incluindo os voluntários

Após sete anos de experiências e reflexões acumuladas no e a partir do Programa por docentes e discentes,[10] a avaliação é, de modo geral, bastante positiva quanto ao

impacto desta política pública na formação de professores e de seus efeitos para a valorização da profissão docente e a melhoria da educação básica.

> A oportunidade de implementar o Pibid na PUC-Rio reiterou as crenças e os valores da nossa Universidade no que diz respeito à formação de professores, corroborou nossas convicções, encorajou e estimulou nossa conduta habitual. O Programa, ao trazer para os debates da sala de aula na Universidade a realidade e o cotidiano escolares, propicia um engajamento concreto, eficaz e positivo de todos os participantes, viabilizando a transferência e a troca de experiências entre Universidade e Escola. (Salomão et al., 2017, p. 16)

Dentre seus principais efeitos, destacamos a maior aproximação da Universidade à escola pública de nível básico, ampliando o fluxo de conhecimento teórico e prático entre as diferentes instituições de ensino com efeitos sobre a melhoria da qualidade da formação dos futuros professores.

> No Pibid eu tive a oportunidade, pela primeira vez, de ver licenciandos animados e orgulhosos com a futura profissão. Até mesmo os graduandos que tinham a licenciatura como segunda opção, ou falta de opção, passaram a admitir que o magistério pode lhes trazer prazer profissional. O resultado é o crescente interesse e envolvimento, através de pesquisas, participação em eventos, pelas questões que afetam a escola, direta ou indiretamente. Este me parece ser o maior ganho do Pibid: o olhar interessado, atento e "carinhoso" para a realidade de crianças e adolescentes que podem encontrar no saber geográfico um importante aliado na transformação da realidade social. (Coordenadora de área do Subprojeto de Geografia do Pibid/PUC-Rio)

No campo específico da formação de professores de Geografia, o Pibid/PUC-Rio estabeleceu em seu Plano de Trabalho um conjunto de ações norteadoras: observação e análise crítica das aulas ministradas pelos professores supervisores, bem como dos aspectos que envolvem o contexto escolar; exercício das que envolvem a prática docente, tais como a elaboração de planos de aula, planejamento bimestral e instrumentos de avaliação; produção de material didático-pedagógicos voltados à aprendizagem da Geografia na educação básica; inserção de novos assuntos de interesse da Geografia; planejamento e realização de trabalhos de campo, voltados ao desenvolvimento do

"olhar geográfico" dos jovens em idade escolar; produção de pesquisas e artigos acadêmicos sobre ensino-aprendizagem da Geografia escolar; e socialização dos resultados das atividades desenvolvidas em eventos acadêmicos.

O desenvolvimento das ações norteadoras foi realizado, sempre sob orientação e supervisionamento de professores da educação básica (supervisores) e por professores do Departamento de Geografia da PUC-Rio (coordenadores de área).

> O Pibid, para mim, é uma das melhores experiências que os alunos da graduação podem ter, na licenciatura. Todo esse convívio da sala de aula, te prepara muito mais que apenas as aulas de estágio. A autonomia que você consegue ao dar aula, controlar a turma, isso já dá uma experiência de sala de aula que poucos têm acesso. (Bolsista de iniciação à docência do Subprojeto de Geografia do Pibid/PUC-Rio)

Para além do desenvolvimento de uma cultura profissional, a avaliação dos resultados alcançados aponta para a consolidação de saberes e conhecimentos que orientam as práticas docentes desta disciplina. Como destacado por Schulman (2005), se, por um lado, existem conhecimentos de base para a formação docente – conhecimento didático do conteúdo, conhecimento dos alunos, conhecimento dos contextos educativos e conhecimento dos objetivos, finalidades e dos valores educativos – por outro, não se pode perder de vista os saberes de referência do campo disciplinar.

> Ele [o professor] precisa saber Geografia. Mas, o que significa isso? Obviamente não se trata de saber todo o conteúdo produzido por essa ciência. Trata-se de saber pensar pela Geografia, de usar as referências desse campo para analisar o mundo e seus problemas, o que implica formar um pensamento geográfico por meio do conhecimento da produção geográfica ao longo da história e na atualidade, dos modos dessa produção e de seus resultados mais relevantes. O domínio pleno da Geografia é condição básica, pois, de uma formação docente de qualidade... Mas não é suficiente. (Cavalcanti, 2017, p. 102)

Segundo a autora, o maior desafio consiste em articular os conteúdos geográficos com as estratégias metodológicas para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva com qualidade, sendo essencial, no percurso formativo, a articulação

entre "os conhecimentos específicos da ciência geográfica com outros tipos de conhecimentos, saberes e linguagens" (Cavalcanti. 2017, p. 103).

Cavalcanti dá destaque ainda à condição pós-moderna, marcada pelos diferentes modos de comunicação e produção da informação, e atenta para o uso das tecnologias no espaço escolar.

> A tecnologia e todas as possibilidades de potenciar as ações com seu auxílio são referências para a formação e é positivo que sejam exploradas, com criticidade e competência, articulando de modo seguro essas linguagens com as finalidades educativas, com suas possibilidades de contribuir para o desenvolvimento dos alunos do ponto de vista geográfico. Essa é já uma recomendação recorrente para a escola básica; então, os cursos de formação devem estar de igual modo, coerentes com essa demanda, explorando essa linguagem. E os professores que tem uma boa formação cultural, que conhecem e têm sensibilidade para entender e valorizar diferentes expressões culturais na música, na poesia, na pintura, na dança, e outras, articulando com artefatos tecnológicos disponíveis, sem preconceitos e estereótipos, têm mais chance de dialogar com seus alunos, portadores e produtores de múltiplas culturas. (Cavalcanti, 2017, p. 103)

Algumas das experiências concretas realizadas pelos integrantes do Pibid Geografia são indicativas das possibilidades que se apresentam para a prática docente, considerados os pressupostos da interdisciplinaridade, do trabalho em equipe, da aprendizagem significativa e da atenção ao poder do conhecimento (Rodrigues, 2017).

No ano de 2015, os bolsistas do Pibid Geografia participaram ativamente do projeto denominado Dia das Diversidades organizado por professores, direção e coordenação de uma das escolas parceiras do Programa. Dentre as atividades desenvolvidas foram realizadas oficinas de arte, improviso, música e outros estímulos artísticos. Este projeto proporcionou aos bolsistas a realização de atividades mobilizadoras do espaço escolar (Figura 3) e a sua integração com os conteúdos desenvolvidos pelos professores de outras disciplinas escolares. Destacamos essa atividade, pelo seu caráter interdisciplinar, fundamental para que os alunos desenvolvam uma experiência de aprendizagem mais significativa.

Figura 3. Atividades realizadas no evento Dia das Diversidades.

Fonte: Acervo Pibid/PUC-Rio.

A metodologia de trabalhos de campo, considerada essencial na construção do conhecimento geográfico, vem sendo, também, objeto de análise e de experimentação pelos integrantes do Pibid Geografia, tendo sido realizados diversos trabalhos de campo com objetivos variados. Cabe destacar que a realização de tais atividades foi facilitada pela localização das escolas parceiras em área próxima a pontos de interesse geográfico da cidade, a exemplo do Jardim Botânico (Figura 4).

Figura 4. Trabalho de campo realizado em 2015 no Jardim Botânico do Rio de Janeiro com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Acervo Pibid/PUC-Rio.

Dados os limites deste trabalho, não nos foi possível maior detalhamento sobre as atividades desenvolvidas e seus impactos mais diretos na formação dos futuros professores e sobre a realidade da escola e de seus estudantes. As impressões destes estudantes podem, contudo, ajudar o leitor a compreender a importância deste Programa, o Pibid, para a transformação da realidade da escola básica no Brasil.

> Eu não imaginava, não levei fé. Pensei que seria só um pessoal que ia ficar lá sentado, mas até hoje eu me lembro de uma das aulas que o bolsista deu... Ele fez a turma inteira levantar-se, ele mostrou para gente meio que na prática. E a gente aprendeu de um jeito muito mais fácil do que num texto que os professores ficam escrevendo no quadro. Eles ensinaram de uma forma simples, divertida e todo mundo entendeu. E eu acho que todo o Ensino Médio e todo o Ensino Fundamental deveriam ter esse tipo de ensino, um ensino na prática, eu posso dizer assim, um ensino que faça você pensar diferente. (Aluna do Ensino Fundamental, 2017)

***

Neste cenário, ainda que restrito de políticas públicas educacionais, consideramos que os objetivos e as ações que orientam a formação de professores no Brasil, em especial do Pibid, têm fortalecido o regime de colaboração entre as diferentes esferas do governo brasileiro, fortalecendo a cooperação e reforçando as responsabilidades das escolas da educação básica e das IES no que se refere a valorização do trabalho docente e a qualidade do ensino no nosso país.

Além disso, ao inserir os bolsistas de iniciação à docência no contexto das escolas públicas, o Pibid tem possibilitado a troca de conhecimentos e saberes entre os professores das diferentes instituições de ensino, o que denota o caráter colaborativo do Programa.

A troca de conhecimentos e saberes entre os diferentes sujeitos envolvidos no Subprojeto de Geografia do Pibid/PUC-Rio tem contribuído para o desenvolvimento de estratégias metodológicas empregadas no processo de ensino-aprendizagem da Geografia escolar, proporcionando aos estudantes, experiências de aprendizagens mais significativas.

Muitos desafios ainda se colocam no campo da formação de professores, sobretudo quando considerado o impacto deste processo sobre a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, podendo-se indicar a necessidade de integração entre as áreas disciplinares no campo da formação de professores, a exemplo do que ocorre na Espanha e noutros países.

Notas

1 Pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino da Geografia, NECPEG, da PUC-Rio.

2 No Brasil, a educação básica é organizada em etapas, que levam em consideração diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, compreendendo assim: I. a Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos; II. o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e dos 4 (quatro) anos finais; III. o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (anos). Estas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para alguns pontos como atraso na matrícula e/ou no percurso escolar, repetência retenção, retorno de quem havia abandonado os estudos, estudantes como deficiência, jovens e adultos, adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

3 Os profissionais com título de bacharel poderão, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/1997, por meio de programas especiais de formação pedagógica, obter a permissão necessária para ministrar aulas na escola básica.

4 O Programa Residência Pedagógica, edital nº 6, de 2018, se constitui como um projeto alternativo aos estágios supervisionados, tendo como objetivo principal o fortalecimento da formação de professores no campo da prática pedagógica em sua relação com a teoria. Podem participar da Residência Pedagógica graduandos matriculados a partir do 5º período do curso ou que tenham cumprido 50% dos créditos. Uma importante distinção com relação ao estágio supervisionado, diz respeito à ênfase na prática profissional e na coleta e análise de dados e diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem, além do pagamento de bolsa ao professor da rede pública. Distintamente do Pibid que se concentra na ambientação, na apropriação, em estudos de caso reais e no acompanhamento pedagógico, a Residência Pedagógica está voltada para a ressignificação do estágio supervisionado através da implementação, ensaios e exercício profissional, supervisão qualificada dos docentes das redes, ação didática em toda a sua dimensão e complexidade. Tendo em vista seu curto período de existência, o Programa não foi objeto de análise neste artigo.

5 Tal situação deve se agravar a partir da implementação do Banco Nacional Comum Curricular (BNCC), que amplia a possibilidade de atuação de profissionais não licenciados, através do reconhecimento do "notório saber".

6 O estágio supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, estabelecendo-se a necessidade de cumprimento de 400 horas de observação e de participação em escolas da rede pública e/ou privada de ensino básico. Distingue-se do Pibid, fundamentalmente pelo menor número de horas cumpridas na escola e pela inexistência de bolsas de estágio, além de outras normas específicas do Pibid, com resultados bastante diferenciados em termos da articulação do licenciando com o professor regente, de seu envolvimento nas atividades da escola e, portanto, no seu processo formativo como futuro docente.

7 A partir do edital Pibid 2018, foi incluída a modalidade de voluntário. Em cada grupo de 20 licenciandos integrantes do Pibid, 4 não recebem bolsa, atuando no regime de voluntariado.

8 Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é a principal ferramenta para avaliar a qualidade da educação básica no Brasil. Este indicador analisa o fluxo escolar e as médias de desempenho dos alunos em português e matemática, obtidos por meio da Prova Brasil.

9 A rede pública do Rio de Janeiro está atualmente organizada de acordo com as disposições previstas na LDB nº 9.394/96, na qual o Ensino Médio encontra-se sob a responsabilidade do governo estadual, através da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), enquanto o Ensino Fundamental está sob a responsabilidade do município, por meio da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ).

10 Além dos relatórios institucionais entregues à Capes, as atividades e impactos do Pibid foram analisados por vários integrantes e ex-integrantes do Pibid PUC-Rio: Correia (2016); Silva (2016); Silva; Rodrigues (2017, v. 1, p. 65-80). Além de vários trabalhos apresentados pelos bolsistas de iniciação à docência em eventos acadêmicos.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Decreto Federal nº 6.755*. Política Nacional de Formação de Professores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em 15 set. 2017.

_____. *Lei nº 9.394/96.* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 14 set. 2019.

_____. Capes. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB). *Relatório de Gestão 2009-2013*. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br. Acesso em 18 mai. 2017.

CAVALCANTI, Lana S. O trabalho do professor de Geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. In: ROQUE, V. de O. et al. (Org.). *Conhecimentos da geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica.* Belo Horizonte: IGC, 2017, p.100-123.

CORREIA, Luana Ferreira. *O Pibid/PUC-Rio no Cenário das Políticas Públicas Educacionais: experiências de impacto na formação de professores de Geografia para a educação básica.* Dissertação de Mestrado. PGE, PUC-Rio, 2018.

FAZOLO, Eliane. O estágio curricular obrigatório e o Pibid: entre semelhanças e diferenças. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (Orgs.). *O estágio curricular obrigatório e o Pibid: entre semelhanças e diferenças.* Fortaleza: UECE, 2015.

GATTI. Bernadete A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.

INEP. *Censo da educação superior 2015.* Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em 4 out. 2019.

_____. Estatísticas dos professores no Brasil, 2003. Disponível em http://www.sbfisica.org.br/arquivos/estatisticas_professores_INEP_2003. Acesso em 8 nov. 2019.

NÓVOA, Antonio. *Novas disposições dos professores: a escola como lugar da formação.* Adaptação de uma conferência proferida no II Congresso de Educação do Marista de Salvador (Bahia, Brasil), jul. 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-. Acesso em 6 fev. 2017.

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araujo. Aprendizagem significativa, educação, política e cidadania ativa: perspectivas para o ensino da geografia no Brasil. XI *Congresso da Geografia Portuguesa: as dimensões e a responsabilidade social da geografia*, 2017, Porto. Livro de Atas. Porto: AGP/Universidade do Porto, v. 1, p. 267-272, 2017.

SALOMÃO, Maria Rita P.; CARVALHO, Ana Paula S; RODRIGUES, Rejane. C. A. *Experiências na formação de professores: cinco anos do Pibid/PUC-Rio*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2017.

SILVA, João Luiz de Figueiredo. Questões para iluminar os caminhos da licenciatura e do ensino-aprendizagem da geografia. *Revista Educação Geográfica em Foco*, [S.1], v.1, n. 1, dec.1969. ISSN 2526-6276. Disponível em https://goo.gl/ynzumK. Acesso em 3 fev. 2018.

SCHULMAN, Lee S. Conocimento y ensenanza: fundamentos de la nueva reforma. *Revista curriculum y formación del professorado*, Universidad de Granada, v. 2, n. 9, p. 1-30, 2005. Disponível em http://www.ugr.es/~recfpro/rev92ART1.pdf. Acesso em 15 abr. 2018.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação,* n. 14, p. 61-88, mai.-ago. 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar).

CAPÍTULO 7

El fin del glacis defensivo europeo y el resurgimiento de Eurasia

Clemente Herrero Fabregat
Universidad Autonoma de Madrid

El final de la Segunda Guerra Mundial supuso una reorganización geopolítica de Europa y la aparición de dos grandes bloques políticos reflejo de las dos grandes potencias mundiales: Estados Unidos y la URSS. El continente se convirtió en dos glacis defensivos, uno estadounidense y otro soviético, estás áreas de influencia pactadas en Yalta siguieron en el tablero internacional hasta la desintegración de la Unión Soviética al inicio de la última década del siglo XX. La descomposición soviética supuso otro reajuste geopolítico básicamente en Europa Central, Oriental y Asía central con la recuperación de un espacio: Eurasia, cuya delimitación es algo imprecisa, pero de gran importancia geopolítica. Dicho espacio pretende articularse mediante instituciones y proyectos, entre ellos vamos a analizar tres: la Unión Económica Euroasiática, la Nueva Ruta de la Seda, y los Corredores Energéticos que abastecen de petróleo y gas natural fundamentalmente al continente europeo.

La constitución del glacis defensivo europeo

El concepto de glacis[1] tiene diferentes interpretaciones tanto en la arquitectura militar como en geomorfología; en geopolítica se refiere a un área de seguridad que tienen los estados fuera de su territorio frente a los estados vecinos. Estás zonas de seguridad a lo largo de la historia han dado lugar a que las naciones litorales tiendan a ocupar glacis defensivos en la área frontal vecina. Este es el caso de las posesiones del norte de África que tuvo Castilla desde la Edad Media, o el Sahara español hasta 1975, que era una zona de seguridad en el continente africano respecto a las Islas Canarias. Cómo apunta Vicens Vives, Venecia obtuvo en el siglo XV dos glacis defensivos: la *terra ferma* y la península de Istria.

Se dan, por tanto, diferentes tipos de glacis: continentales, marcas fronterizas, y ultramarinos. Además del glacis veneciano, la marca hispánica se puede considerar como un glacis defensivo continental del Imperio Carolingio. Entre los glacis defensivos ultramarinos hay que destacar el intento de Inglaterra de dominar plazas litorales de Francia (Calais, Dunquerque). Japón halló en Corea su glacis defensivo. China ha luchado por obtener dos glacis de seguridad: Corea del Norte y Vietnam[2] (Vicens Vives, 1972, p. 149).

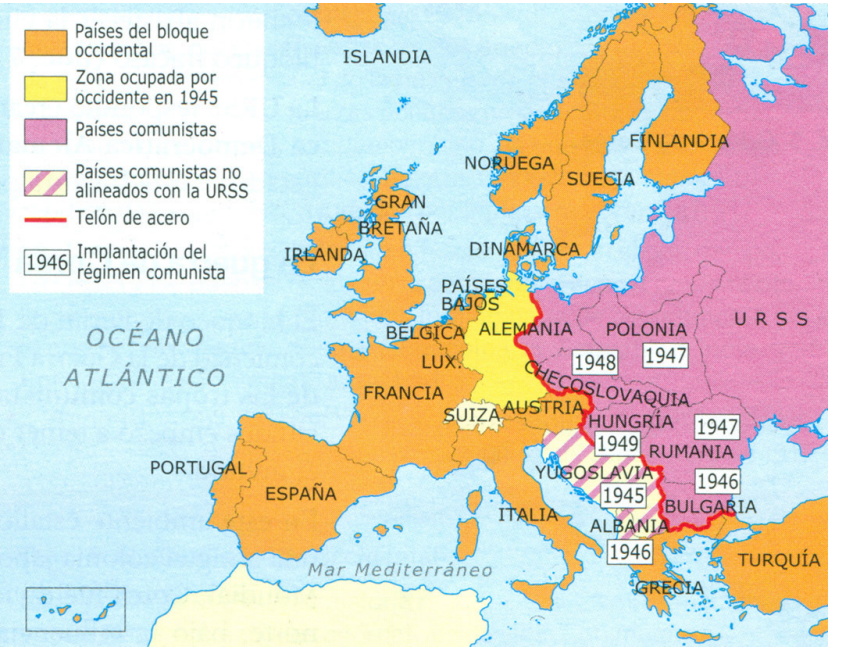
Por tanto, sí entendemos como glacis defensivo una zona de influencia de una gran potencia dominada militarmente pero con relativa autonomía política, podemos interpretar que después de la Segunda Guerra Mundial Europa se convirtió en un glacis defensivo. La llamada Europa Occidental, con la presencia de la Otan y posteriormente con el Mercado Común Europeo, que evolucionaría a la Unión Europea, constituyó el glacis de EE. UU. El glacis de la Unión Soviética estuvo constituido por los llamados países del bloque del Este, dominados militarmente por el Pacto de Varsovia y dirigidos económicamente por el Consejo de Ayuda Mutua Económica (Comecon). La situación se mantuvo prácticamente hasta los años 90 del siglo XX, cuando la desintegración de la URSS dio lugar a un nuevo mapa geopolítico que supuso un avance oriental de las instituciones militares y económicas occidentales.

Este reparto de zonas de influencia se estableció en los tratados de Yalta (febrero de 1945) y de Potsdam (julio-agosto de 1945), dejándose a las dos grandes potencias libertad para establecer los acuerdos que deseasen en sus respectivas zonas de influencia. El compromiso fue respetado escrupulosamente por ambas partes desde 1945 hasta 1990. El tratado de Yalta, según Wallerstein[3] (2007), tenía tres codicilos poco conocidos y vinculados con los intereses económicos de EE UU. El primero estaba relacionado con el funcionamiento de la economía-mundo, mediante el cual los soviéticos y su área de influencia no pedirían ni recibirían ayuda estadounidense para su reconstrucción y se encerrarían en una especie de caparazón casi autárquico. Con esto EE UU dedicaba su ayuda a Europa occidental y a Japón, que se constituyeron en sus mercados preferentes. El segundo codicilo se refería al terreno ideológico: la lucha entre los mundos llamados comunista y libre permitió establecer sobre ambos un firme control interno: en Occidente prevalecieron el anticomunismo y el *macartismo,* nombre que viene del senador republicano Joseph Raymond McCarthy, que en los años 50 inició un proceso conocido como la "caza de brujas" contra los

posibles izquierdistas infiltrados en la administración estadounidense. En el Este se inició un sangriento proceso de purgas llevadas a cabo por Stalin. Lo que realmente se controlaba era la izquierda, entendida como todos los elementos que querían cuestionar radicalmente el orden mundial existente.

El tercer codicilo propugnaba que no se permitiera que nada en el mundo extra europeo cuestionara la Gran Paz Estadounidense en Europa y su soporte institucional: la doctrina de contención de Yalta. Las dos partes se comprometieron a estos principios y los respetaron.

Figura 1. Europa se constituyó en un glacis defensivo de EEUU y la URSS. El llamado "telón de acero" fue el límite entre ambos.



Fuente: Disponible en http://joseantoniomora.50webs.com/images/europa1949.jpg.

El glacis defensivo soviético

Entre 1947 y 1948 se formó el glacis defensivo de la URSS en Europa Oriental, estableciéndose débiles democracias para imponerse paulatinamente los partidos comunistas (Bulgaria, Rumania, Hungría, Polonia) o se dio un golpe de estado donde las estructuras democráticas estaban más arraigadas caso de Checoslovaquia.

En Polonia, nación por la que se declaró la Segunda Guerra Mundial, se formó un gobierno provisional, con participación de diversas fuerzas políticas, estimulándose el enfrentamiento con el conservador partido campesino. La política de injerencia de la URSS consiguió unir a comunistas y socialistas, y desarrollar una campaña de descrédito y persecución contra los partidos que no estaban en su área de influencia. En enero de 1947 se celebraron elecciones en las que el partido comunista se hizo paulatinamente con los resortes del poder. Churchill declaró en un discurso en los Comunes que "su destino parece ser una tragedia sin límites, y nosotros, que fuimos a la guerra, todos mal preparados por ella, vemos con dolor el extraño desenlace de nuestros intentos".

En Checoslovaquia se repitió el esquema anterior al conflicto bélico: sí se inició su desaparición con los acuerdos de Múnich de 1938 para entrar en el dominio de Berlín, el golpe de Praga de 1948 supuso la entrada en la órbita de Moscú. En ambos casos el presidente de la república fue Edvard Beneš que se enfrentó a dos dictadores: Hitler y Stalin, que con sus amenazas y fuerza bruta se impusieron. La negativa soviética a permitir que el país se beneficiase del Plan Marshall creó tensiones entre los partidos políticos; los comunistas aprovecharon para dar un golpe de estado, que se consumó en febrero de 1948, perdiéndose la última democracia que quedaba en Europa del Este. Por segunda vez en una década cayó en una terrible dictadura: en 1938 en la nacionalsocialista y en 1948 en la estaliniana.

Hungría, Bulgaria y Rumanía, que fueron aliadas del eje durante la Segunda Guerra Mundial, entraron paulatinamente en el área de influencia soviética. El ejército rojo ocupó Hungría, las elecciones celebradas en noviembre de 1945 dieron lugar a un gobierno de coalición entre el partido de los pequeños propietarios y el partido comunista, que se hizo con el poder en 1948, declarándose la República Popular de Hungría. Al finalizar la guerra mundial las tropas rusas invadieron Rumanía y Bulgaria, entrando en una fase de inestabilidad ambos países. Fue derrocado el mariscal y dictador rumano Antonescu y después de la abdicación de Miguel I se proclamó en 1947 la República Socialista de Rumanía. El gobierno búlgaro ante el avance ruso buscó acuerdos con los aliados occidentales, sin embargo la Unión Soviética declaró la guerra a Bulgaria proclamándose la República Popular de Bulgaria en septiembre de 1946.

Todo es proceso de expansión soviética culminó con el bloqueo de Berlín debido a que Alemania, después de perdida la guerra, se dividió en cuatro zonas gobernadas

por cuatro comandantes militares: inglés, francés, americano y ruso. Ante las dificultades de abastecimiento, los occidentales decidieron fusionar sus zonas y firmaron en Londres (1947) varios acuerdos que establecían una moneda – el nuevo marco – y planteaban la constitución de un solo estado. Stalin calificó este hecho de violación de los acuerdos de Yalta y Postdam; en represalia, en junio de 1948 comenzó el bloqueo de la ciudad,[4] que duraría hasta mayo de 1949. Para su abastecimiento los aliados establecieron un puente aéreo con vuelos que fueron más de 900 diarios. Llegaron a Berlín por vía aérea 13.000 toneladas de carbón además de alimentos y productos de todo género. Todo este proceso aceleró la división de Alemania en dos estados. Los occidentales convocaron una Asamblea de parlamentos de las regiones autónomas, (*länder*); los rusos constituyeron el Consejo del Pueblo Alemán. Así se llegó a la formación de la República Federal Alemana en el Oeste, con capital en Bonn, y la República Democrática Alemana, con capital en Berlín oriental. La crisis berlinesa precipitó la formación de dos bloques militares: la OTAN y El Pacto de Varsovia. En agosto de 1961 el problema berlinés se agudizó con la construcción, por parte de Alemania Oriental, de un muro que dividió a la ciudad en dos hasta que cayó casi treinta años después, en el otoño de 1989.

El instrumento militar que empleó la Unión Soviética para cohesionar militarmente su glacis defensivo fue el Pacto de Varsovia firmado en 1955, formado por Albania, Bulgaria, Checoslovaquia, Hungría, Polonia, República Democrática Alemana, Rumanía y la URSS. Curiosamente la OTAN se constituyó en 1949, el retraso en seis años de la formación del bloque militar dirigido por los soviéticos se debió en aquel momento a la relativa debilidad militar de la URSS en comparación con la gran potencia militar estadounidense, además la Unión Soviética tardó algunos años en incorporarse a la carrera nuclear.

A nivel económico se estableció el COMECON (*Council for Mutual Economic Assistance*), organización fundada en 1949, con sede en Moscú, cuyo objeto era el desarrollo económico y la integración de los países socialistas, aunque los miembros del mismos superaban el área europea abarcando países de América Latina, África y Asia.

Pero no todo fue un movimiento expansivo soviético: en junio de 1948 se produjo el cisma yugoslavo. El mariscal Tito criticaba el sistema económico de la URSS calificándolo de capitalismo de Estado, buscando su propia vía al socialismo autogestionario. Fue condenado por la Oficina de Información de los Partidos Comunistas y Obreros

(Kominform) Además pretendía establecer una "federación balcánica" contra los criterios de Stalin. Yugoslavia fue sometida a bloqueo, y los países de régimen comunista rompieron toda relación con ella, mientras los occidentales se apresuraban a ofrecerle ayuda.

En otro orden de cosas, al sur de los Balcanes, Grecia era la única nación que no había caído en la órbita soviética, ya que el acuerdo anglo-ruso de octubre de 1944 la dejaba bajo el control militar británico tras la derrota de Alemania e Italia. No obstante, los grupos de la resistencia se negaban a reconocer la monarquía. Unas elecciones supervisadas por británicos y franceses en mayo de 1946 dieron el triunfo a los monárquicos; los comunistas no lo aceptaron y comenzó una guerra civil, que perdieron.

Glacis defensivo de Estados Unidos

Estados Unidos se convirtió en el gendarme de Europa Occidental, transformando a la misma en su glacis defensivo frente a la amenaza militar de la Unión Soviética. Utilizó dos instrumentos, uno económico, el Plan Marsall y otro militar la OTAN al igual que en el glacis soviético se estableció el COMECON y el Pacto de Varsovia. Su política europea pretendía crear un nuevo circuito económico capitalista cuyas bases hay que encontrar en la Conferencia de Breton Woods, que se realizó en el complejo el complejo hotelero Mount Washington, localidad de Bretton Woods (Nueva Hampsire, Estados Unidos) entre el 1 y 22 de julio de 1944. Dicha conferencia estableció un nuevo orden económico mundial. El objetivo era la refundación del capitalismo, que había sufrido fuertes crisis estructurales. Se hacía necesario definir nuevas reglas en las relaciones económicas y comerciales entre los países, que se plasmaron en a la creación del Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI), que tenían como objetivo establecer normas para regular la economía mundial. Se había previsto la constitución de un tercer organismo económico mundial, la Organización Internacional de Comercio (OIC), pero no se aprobó hasta 1995, fecha en que se constituyó la Organización Mundial del Comercio (OMC).

Establecidas las normas de funcionamiento del capitalismo mundial, se inició por parte de Estados Unidos la reconstrucción económica europea llevándose a cabo a través del *European Recovery Program*, denominación oficial del Plan Marshall (1948-1952), que tomó como nombre el del Secretario de Estado que lo diseñó, George Marshall. Se dedicaron más de 12.000 millones de dólares para reconstruir fábricas, recrear sistemas de mercados operativos con monedas estables, y asegurar el

empleo en unas democracias burguesas. Todo esto estaba en función de la necesidad de la economía estadounidense de crear un sector importante de consumidores extranjeros para sus empresas. Así constituían un espacio económico bajo su influencia. De esta forma Washington se convertía en el motor de las democracias frente a la URSS, que no participó ni dejo participar a los países de su órbita, razón por la cual se dio el mencionado golpe de estado de Checoslovaquia en 1948, cuando pretendió participar en dicho plan. El resultado fue que todas las grandes decisiones políticas de la vida internacional en el mundo occidental, se tomaban en Washington, con el asentimiento y el apoyo total de un grupo de estados-clientes poderosos. El único obstáculo serio era la URSS, que perseguía objetivos políticos muy diferentes e incluso opuestos a Estados Unidos. La Unión Soviética era el centro político del movimiento comunista, y estaba dedicada, si no a la revolución mundial, sí a su penetración en la zona oriental europea y en los países del Tercer Mundo.

El segundo instrumento para afianzar el glacis defensivo estadounidense fue el militar con la firma en Washington (1949) de la Alianza del Atlántico Norte con representantes de doce naciones: Estados Unidos, Canadá, Gran Bretaña, Francia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Islandia, Portugal e Italia. En 1951 se incorporaron a la alianza Grecia y Turquía, y en 1955 la República Federal de Alemania. La OTAN se creó como una alianza militar defensiva para promover la estabilidad y seguridad en el área del Atlántico Norte frente a una posible agresión de los soviéticos, se nombró comandante en jefe al general norteamericano Dwight Eisenhower.

Dinámica interna de los glacis defensivos: respeto a los codicilos de Yalta

Una vez establecidos estos dos bloques en Europa, los dos colosos mantuvieron su área de influencia prácticamente hasta la desintegración de la URSS. Surgieron problemas puntuales en los que cada una de las dos superpotencias se abstuvo de intervenir en el área de influencia de la otra, siguiendo los codicilos de Yalta como sucedió en las revueltas polacas y húngaras de 1956 y en la checoslovaca de 1968. Las protestas de Poznań de 1956 fueron las primeras de varias protestas masivas llevadas a cabo por el *pueblo polaco* contra el gobierno comunista de la *República Popular de Polonia*. Las manifestaciones de obreros que pedían mejores condiciones comenzaron el *28 de junio de 1956* en las fábricas Cegielski de *Poznań* y debieron hacer frente a

una *represión* violenta. La Revolución húngara de 1956 fue un movimiento *revolucionario* espontáneo de alcance nacional contra el gobierno de la *República Popular de Hungría* y sus políticas impuestas desde la *Unión Soviética*, que duró desde el *23 de octubre* hasta el *10 de noviembre de 1956.*

Una de la revueltas más importantes fue la llamada "primavera de Praga", que terminó el 20 de agosto de 1968 con la invasión de Checoslovaquia por las tropas del Pacto de Varsovia. Se intentó llevar a cabo una transformación de las estructuras comunistas en un breve período que comenzó en enero de 1968. El líder, Alexander Dubček, proponía un socialismo con rostro humano; en realidad no se pretendía la completa destrucción del viejo régimen. Pero para los soviéticos significaba una indisciplina, es decir, una amenaza a su hegemonía sobre los otros estados de Europa del Este sometidos a gobiernos de partidos comunistas. Era la política de la URSS: reforzar a los regímenes leales dentro su glacis defensivo, y para ello, si era necesario, se usaba la fuerza militar. Esa forma de proceder fue conocida como la Doctrina Brézhnev, llamada por el líder soviético Leonid Brézhnev, quien fue el primero en declararla públicamente.

Esta doctrina continuó aplicándose hasta que fue remplazada por la llamada Doctrina Sinatra, que representa el objetivo que el gobierno soviético de Mijaíl Gorbachov utilizó para permitir a los componentes del Pacto de Varsovia determinar sus propios asuntos internos y su propia evolución política. El curioso nombre procede de la canción *My Way* ("A mi manera"), popularizada por Frank Sinatra.

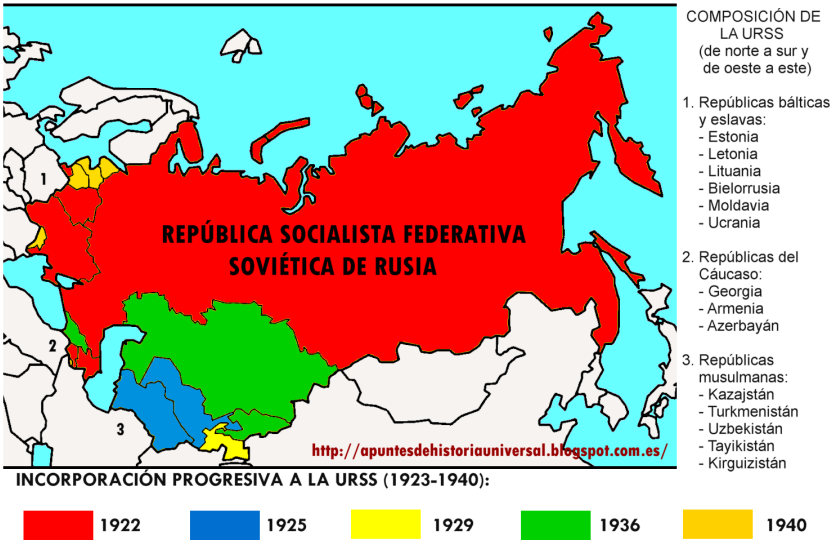
Hay que destacar dos hechos que ocurrieron en los últimos años de la década de los ochenta, uno de gran importancia y otro relativamente anecdótico, que coadyuvaron a la desintegración de la URSS. En 1986 la explosión en Ucrania del reactor 4 de Chernobil provocó la muerte inmediata de treinta personas. La estructura destruida ardió durante 10 días, contaminando 142.000 kilómetros cuadrados. Fue el peor accidente nuclear que ha conocido el mundo. La lluvia radiactiva, 400 veces superior a la radiactividad liberada en Hiroshima, expulsó a más de 300.000 personas de sus hogares y desencadenó una epidemia infantil de cáncer de tiroides. Con los años, las pérdidas económicas reflejadas en gastos sanitarios, limpieza de las instalaciones, indemnizaciones superan los cientos de miles de millones de euros. Al principio se guardo un silencio intentando disimular la catástrofe, cuando las noticias llegaron al publico contribuyeron a la desintegración de la Unión Soviética.

En el mes de mayo de 1987 se produjo una crisis por un incidente increíble: un joven de Alemania Occidental, Mathias Rust, de 19 años, logró volar en una avioneta Cessna 172 hasta Moscú. Desde Finlandia atravesó las fronteras soviéticas sin ser detectado y aterrizó en la Plaza Roja. Se limitó a volar a muy baja altura sobre la vía del tren que llevaba a la ciudad y así evitó los radares. La hazaña dejó en evidencia a la cúpula militar soviética, en la que Gorbachov hizo grandes cambios.

Desintegración de la URSS

La desintegración de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas, en la década de los 90, es el hecho decisivo que generó un reajuste geopolítico en Europa y la pérdida del glacis defensivo occidental de la URSS, dicha entidad se constituyó en 1924, tras la caída de los zares y la guerra civil subsiguiente. La Unión Soviética heredó prácticamente todo el imperio zarista y más tarde añadiría a sus dominios las repúblicas bálticas: Estonia, Letonia y Lituania. Como puede observarse en el mapa siguiente, en el inmenso país se distinguían varias grandes áreas geopolíticas que estaban formadas por las repúblicas eslavas, rusas, caucásicas y musulmanas.

Figura 2. Mapa de la formación de la URSS.



Fuente: Disponible en http://apuntesdehistoriauniversal.blogspot.com/2014/09/la-revolucion-rusa-la--guerra-civil-y-la.html.

Las repúblicas federadas eran 15 y las repúblicas autónomas dependientes de la federación rusa, 20. En total, 35 entidades con culturas, lenguas, religión y etnias diferentes. Su territorio era de 22.402.200 kilómetros cuadrados y tenía una población total (1991) de 293.047.571 habitantes. Su funcionamiento económico se basaba en la supresión de todas las relaciones de mercado entre las repúblicas, con un centralismo dirigido por Moscú estructurado por los planes quinquenales. Si a ello se añade el desarrollo, desde el fin de la Segunda Guerra Mundial, de una enorme industria militar pensada para un posible enfrentamiento con el mundo occidental, básicamente Estados Unidos, esfuerzo que llevó al abandono otros sectores productivos como el de la alimentación, hallaremos la base que desencadenó la desintegración de tan vasto territorio además de otros hechos de rango menor que hemos mencionado.

Ante el caduco y centralista sistema económico Mijaíl Gorbachov, elegido Secretario General del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS) en 1985, puso en marcha un amplio plan de reformas económicas, *perestroika*, para intentar salir de una crisis que azotaba a la URSS. Su objetivo era mantener el sistema socialista pero dándole un cierto espíritu de empresa e innovación. El plan consistía en lograr el desarrollo de las autonomías locales acompañada de una liberalización económica. Empezaron a fomentarse muy lentamente las empresas privadas y las sociedades conjuntas con un número limitado de compañías extranjeras. La autonomía de las republicas fue potenciando unas economías celulares que lentamente fueron desarrollando un espíritu secesionista. La lentitud de Moscú en desmantelar las estructuras de gestión centralizada y el empeoramiento de la economía originaron, según Xavier Martínez,[5] las primeras desavenencias de las distintas repúblicas con el centro. Esa fue la causa de que un gran número de repúblicas autónomas proclamasen su soberanía cimentada en los recursos, en muchos casos petrolíferos, existentes en sus territorios, con el objeto de sacar el máximo provecho mediante acuerdos directos con naciones y compañías extranjeras.

Como afirma Carlos Taibo[6] en su libro *Historia de la Unión Soviética*, el renacimiento de las creencias religiosas operó en muchos lugares – en el Báltico y en Ucrania, pero también en el Cáucaso y en Asia Central – como un estímulo para el despertar de los movimientos nacionalistas, que llevaban décadas oprimidas por el centralismo de Moscú. En diciembre de 1986, hubo en Asia central una primera manifestación de masas de la URSS en Alma-Ata, la mayor ciudad de Kazajistán.

Fueron, efectivamente, los musulmanes de Asia central los primeros en poner de manifiesto sus diferencias culturales. Pronto les siguieron en el Báltico, donde las manifestaciones nacionalistas mezclaban al principio el apoyo a la *perestroika* y el deseo de una mayor autonomía económica y política. Pero la explosión violenta de los conflictos tuvo otro escenario: el Cáucaso, donde los armenios empezaron a exigir la incorporación a su territorio de la república de Alto Karabaj.

Estes eventos se potenciaron con la *glasnost*, una política de apertura y transparencia informativa que permitía cierta crítica hacia el sistema. Las elecciones de junio de 1988, a pesar de no ser democráticas, no dieron el triunfo completo al PCUS, y se formó una minoría de reformadores entre los que se encontraba Borís Yeltsin.

En las elecciones a consejos locales y republicanos de 1990 se produjo un triunfo generalizado de las opciones nacionalistas, el federalismo de la URSS empezaba a dejar de ser teórico, prueba de ello es que poco después, entre marzo y mayo, Lituania, Estonia y Letonia proclamaron su independencia. La mayoría de los nuevos gobiernos republicanos emprendieron una serie reformas que se dirigieron al establecimiento de una economía de mercado. Así se produjo una sucesión de declaraciones de soberanía en los parlamentos en junio de 1990: todos coincidían en dejar de contribuir al presupuesto federal. En abril de 1991, el Soviet Supremo declaró que sólo había recaudado la cuarta parte de 1o previsto, ya que las repúblicas habían pagado menos o dejado de pagar a Moscú. Este dato, a pocos meses de la desaparición de la Unión Soviética, muestra el nivel de desunión al que había llegado un estado tan centralizado económicamente unos años antes.

Ante esta situación, Gorbachov reaccionó proponiendo un nuevo Tratado de la Unión para reemplazar al Tratado de Creación de la URSS de 1924, y sustituirla por una nueva entidad que se llamaría Unión de Repúblicas Soviéticas Soberanas; era el último intento para salvar el estado soviético. La firma del tratado estaba programada para el 20 de agosto de 1991, pero el día anterior se produjo un golpe de estado, urdido por los altos cargos del PCUS para boicotear el autogobierno de las repúblicas. El golpe fracasó debido a la pasividad de altos dirigentes militares y a la actitud del presidente de la federación rusa, Borís Yeltsin, quien proclamó la primacía de las leyes e instituciones rusas.

El 8 de diciembre de 1991, los presidentes de la Federación Rusa, Ucrania y Bielorrusia firmaron en Minsk el acta fundacional de una Comunidad de Estados

Independientes y anunciaron la desaparición de la URSS, adhiriéndose Armenia, Azerbaiyán, Moldavia, Kazajistán y las cuatro repúblicas de Asia Central. Tan sólo Georgia, sumida en su propia guerra civil, decidió mantenerse fuera. Así que el 25 de diciembre de 1991 Mijaíl Gorbachov dimitió de todos sus cargos y la bandera soviética fue arriada del Kremlin. La Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas había dejado de existir. Comenzaba un nuevo orden territorial mundial. El espacio geopolítico de la URSS se desintegró tal como muestra el mapa siguiente.

Figura 3. Nuevo espacio geopolítico de la antigua URSS. Obsérvese como el bloque del Pacto de Varsovia es denominado antiguo glacis soviético.

Fuente: Disponible en http://acontecimientosdelaguerrafria.blogspot.com/2009/09/mapa-de-desintegracion-de-la-urss.html.

Paralelamente a este proceso, en las relaciones internacionales se iniciaron las negociaciones para la reducción de armamento. También se retiraron las tropas soviéticas de Afganistán. Gorbachov recibió en Moscú al presidente estadounidense Ronald

Reagan. Se redujo la influencia de la URSS en los países del Este europeo y del Tercer Mundo, y se establecieron relaciones con la OTAN y la Comunidad Europea. En diciembre de 1988, en su discurso ante las Naciones Unidas, Gorbachov declaró que el Kremlin no interferiría en los asuntos internos de otros países. En julio de 1989, ante el Consejo de Europa, afirmó que la filosofía del concepto de "Casa Común Europea" excluía toda posibilidad de recurrir a la fuerza o a la amenaza militar.

Como consecuencia de esta política, el glacis defensivo de la URSS, constituido por los países pertenecientes al Pacto de Varsovia, se fue disolviendo. En los países llamados "satélites de Moscú" comenzaron procesos de democratización que culminaron entre los años 1989 y 1990. Polonia celebró sus primeras elecciones libres en junio de 1989, con el triunfo de Solidaridad; Hungría hizo lo mismo en marzo de 1990 con la victoria del Foro Democrático; Rumanía en mayo de 1990, y ganó el Frente de Salvación; Bulgaria, al mes siguiente.

En los Balcanes se inició un proceso de descomposición en 1989 que comenzó en Eslovenia y Croacia. Ambas repúblicas votaron las enmiendas de la Constitución que recogían su derecho a separarse de Yugoslavia. En abril de 1990 eslovenos y croatas celebraron sus primeras elecciones libres. En noviembre hicieron lo mismo la república yugoslava de Macedonia y la de Bosnia-Herzegovina, y en diciembre Serbia y Montenegro. Albania aprobó el 14 de noviembre de 1990 una nueva ley electoral y la reforma de la Constitución.

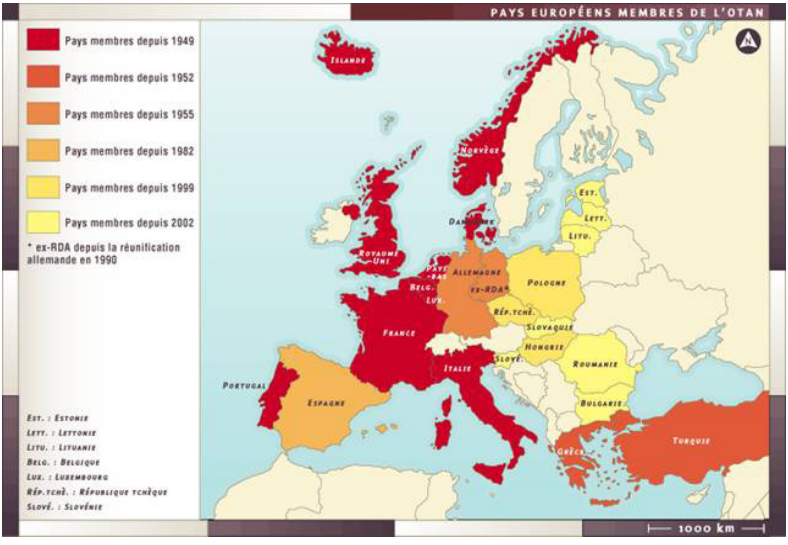
Las elecciones en la Alemania del Este dieron la victoria a los conservadores mientras que los comunistas sufrían una dura derrota; eso permitió la reunificación alemana. Todo este proceso supuso un cambio radical en el mapa político europeo posibilitando un avance posterior de la OTAN y de la Unión Europea sobre el antiguo glacis soviético.

Avance oriental de la OTAN

Desintegrada la URSS y desaparecido su glacis defensivo constituido por los llamados países del este que estaban bajo la tutela del Pacto de Varsovia se dio, en la década de los noventa, un avance de la OTAN. Algunos de los países integrantes de la desmembrada Unión Soviética actualmente sufren presiones debido a su situación geopolítica, pero sobre todo a aspectos relacionados con la energía: son productores

de petróleo y gas natural, o por sus territorios pasan corredores energéticos. Este es el caso de Ucrania y de Georgia.

Figura 4. Avance de la OTAN sobre el glacis defensivo de la antigua URSS. Bielorrusia y Ucrania son dos naciones que se encuentran entre los países pertenecientes a la Alianza Atlántica y la Federación Rusa.



Fuente: Disponible en http://www.uajournals.com/cisdejournal/journal/5/4.pdf.

Paulatinamente se integraron en la OTAN: Estonia, Letonia, Lituania, Polonia, la República Checa, Eslovaquia, Eslovenia, Hungría, Bulgaria y Rumanía. Quedaban dos estados "colchón" que habían pertenecido a la URSS: Bielorrusia y Ucrania. Un hecho clave en ese avance fue la cumbre de la organización armada celebrada en Bucarest en abril de 2008. Allí se aceptó el ingreso sin fecha de Ucrania y Georgia. Con esto la organización militar superaba el antiguo glacis defensivo soviético y se expandía en dos antiguas repúblicas de la Unión Soviética, lo que significaba un problema de seguridad para la Federación Rusa.

Si bien en un principio Rusia se abrió a la cooperación con Europa Occidental y Estados Unidos en detrimento de sus vínculos con la Comunidad de Estados Independientes (CEI), su postura empezó a cambiar ante la integración de países orientales europeos en la OTAN, junto con el despliegue del sistema de defensa antimisiles en Europa. Las bases establecidas en Turquia (Kurecik), Rumanía (Deveselu), y Polonia

(Redzikowo), son la gota que colma el vaso de la paciencia de Rusia, que considera estos hechos como una amenaza inaceptable a su seguridad, dando impulso al giro iniciado en el cambio de siglo, en el que los líderes rusos encabezados por Putin, se afianzan en la idea de que como gran potencia deben forjar sus propios proyectos de integración. El Kremlin comenzó a cambiar las prioridades de su política exterior, empeñándose de nuevo en el restablecimiento de la influencia rusa en el espacio postsoviético. Putin se concentrará en el *proyecto euroasiático*, que es visto cada vez más como un intento político ruso de recuperar el control geopolítico del espacio post-soviético.[7]

La reacción rusa ante este avance de la OTAN fue apoyar, en Georgia, a las repúblicas separatistas de Osetia del Sur y Abjasia, y en Ucrania apoyar al líder pro-ruso Yanukovich. El problema de Ucrania merece una mención específica. Es el segundo estado más extenso de Europa después de Rusia, con una superficie de 603.550 km². Presenta una dualidad geográfica y cultural, el centro y oeste del país está poblado por ucranianos, la región de Donbass en el este, que abarca las provincias de *Donetsk* y *Lugansk*, es una zona de gran riqueza minera e industrial, habitada por rusos. Esta dualidad lingüística y cultural es un factor de la crisis actual, que se explica por dos hechos: el avance de la OTAN sobre la Federación Rusa, y la importancia para la misma de Sebastopol en la península de Crimea.

Hasta cierto punto Ucrania se había mantenido al margen ante el avance occidental. Esta neutralidad empezó a romperse a partir del año 2000, debido a que en alguna de las antiguas repúblicas de la URSS comenzó una serie de revueltas pacíficas que recibieron el nombre de "revoluciones de colores". Aunque los medios occidentales pretendieron que estos levantamientos eran espontáneos, en realidad eran el resultado de una vasta planificación de EEUU y sus aliados: dominado ya el antiguo glacis defensivo soviético, se trataba ahora de empezar a controlar las antiguas repúblicas de la URSS. Este hecho fue analizado por la revista *Herodote* (nº 129, 2008), que dedicó un número monográfico a las Stratégies américaines aux marches de la Russie. Destaca en el mismo un artículo dedicado a la "revolución naranja" del especialista en Relaciones Internacionales Viatcheslav Avioutskii.

La "revolución naranja" (2004) de Ucrania se llevó a cabo por el impulso de Julia Timoshenko y Víktor Yushchenko prooccidentales. Al presidente Víktor Yanukovic se le presionó para firmar un convenio que establecía una zona de libre comercio entre la UE y Ucrania, pero era muy desfavorable: abría el mercado ucraniano a los productos

europeos y entreabría el mercado europeo a los productos ucranianos, la mayor parte de los cuales no son competitivos en el mercado occidental. De esta forma Ucrania sufría todas las desventajas de esta liberalización del comercio con la UE. Paralelamente se presionaba para que ingresase en la OTAN, según lo acordado en Bucarest en 2008. Ante la negativa de Yanúkovich a firmar estos acuerdos comenzó una serie de movimientos en Kiev, centralizados en la plaza Maidán, en los que intervinieron políticos estadounidenses. Estas revueltas terminaron con la caída de Yanukovich (2014) lo que permitió a los militantes de la extrema derecha ucraniana, ultranacionalista, fascista y neonazi, formar parte del nuevo Gobierno de Ucrania, cuyas primeras medidas fueron la derogación de la ley sobre las bases de la política lingüística del estado, que anulaban la cooficialidad del ruso y el ucraniano. Además se mostró la disposición a entrar en la OTAN. Con esto se rompía el equilibrio establecido

La reacción inmediata de la mayoritaria población rusa de la península de Crimea, república autónoma que en 1964 Nikita Jruschov cedió a Ucrania, fue convocar un referéndum el 16 de marzo de 2014 para incorporarse a la Federación Rusa. Votó a favor más de un 90%. El 19 de marzo se aprobó el tratado de anexión de Crimea. Sebastopol[8] era y es la base de la armada rusa en el mar Negro, única salida al Mediterráneo. *Posteriormente, en mayo de 2014 y en la región de Donetsk, de idioma y cultura rusos, se realizó otro referéndum para separarse de Ucrania. Se pronunció a favor de la escisión un* 89% de los votantes.

Todos estos hechos son fruto del avance de la OTAN, no solamente sobre el antiguo glacis defensivo soviético sino sobre países limítrofes con la Federación Rusa que habían pertenecido a la URRSS. Este avance es incompatible con los principios de equilibrio europeo que rigen las relaciones internacionales desde la Paz de Westfalia (1648).

El resurgimiento de Eurasia

La desintegración de la Unión Soviética además de poner fin a su glacis defensivo trajo consigo un nuevo mapa geopolítico de Europa con un avance progresivo de la OTAN y la Unión Europea hacia los países del Este. La Unión de Repúblicas Socialista Soviéticas, más que una unión federal era un inmenso imperio heredado de los zares y gobernado con un fuerte centralismo desde Moscú, este hecho impedía una fluida relación entre Europa y Asia ya que la URSS se situaba entre ambas. Por esta razón al desintegrarse ésta surgió un nuevo espacio geopolítico: Eurasia. A ello hay

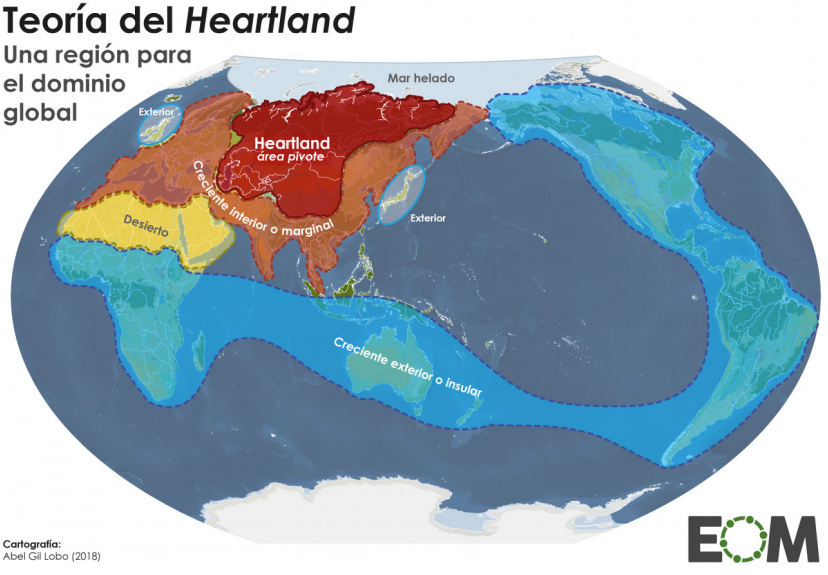
que añadir que tras el avance de la OTAN sobre el antiguo glacis soviético e incluso el intento de integrar a dos antiguas, repúblicas de la URSS, cómo freno a esta expansión se constituyó en 2015 la Unión Económica Euroasiática

Antecedentes

El concepto de espacio euroasiático ya había aparecido más o menos indirectamente a principios del siglo XX[9] cuando se dividió el mundo en zonas de influencia: Panregione: Panamérica dirigida por Estados Unidos; Euroafrica bajo la dirección de Alemania; Panrusia dirigida por Moscú y Panasia con Japón como país líder.

Más cercana a la idea de Eurasia fue la teoría de Mackinder que en 1904 publicó un ensayo titulado *Geographical vot of History* (El eje geográfico de la Historia), destacando la importancia de lo que denominó la "Isla Mundial" o Área Pivote representada por Asia Central y Europa Oriental donde está enclavado el corazón del mundo, afirmando que quien controlase el corazón continental controlaría el "cinturón interior", zona que comprendía el resto de la Europa y Asia continental, y quien controlase ese cinturón interior probablemente acabase controlando el "cinturón exterior", que venía a ser el resto del mundo.

Figura 5. El mundo según Mackinder.



Fuente: Disponible en https://elordenmundial.com/teoria-heartland-conquista-del-mund

Distinguía: al norte del área pivote el mar helado, al sur se sitúa el creciente interior que comprende Europa central, atlántica y mediterránea y Asia Monzónica. El desierto abarca África desértica septentrional. Las tierras del creciente exterior o insular: América del Norte, América del sur, Australia, además del centro y sur de África.

La región pivote poseía recursos minerales, energéticos y agrarios, y una completa red de ferrocarriles. Esta zona conectaría dos potencias que amenazaban el dominio global inglés: Rusia y Alemania, la mayor preocupación del geógrafo británico era una alianza entre estas dos potencias Para contrarrestar esa superioridad geoestratégica propuso crear unos estados tapón *(buffer states)* que dividirían Europa en dos y que tendrían salida a los mares Báltico, Adriático y Negro y servirían para separar físicamente Alemania de Rusia. Dentro de esta estrategia, los Estados más expuestos a la agresión prusiana eran: Polonia y Bohemia.[10]

La constitución de la URSS supuso una paralización del espacio euroasiático, que resurge a partir de los años 90 tal como se ha estudiado desde diferentes perspectivas y autores en el libro coordinado por Francisco Veiga y Andrés Mourenza, *El retorno de Eurasia, 1991-2011*. El término Eurasia resulta impreciso, y tiene un significado según quien lo emplee, como ha indicado Nicolás de Pedro. En Europa Occidental se suele excluir a Japón, India y Oriente Medio. En Rusia está asociado a su hegemonía después de la desintegración de la URSS basado en un tercer continente diferenciado de Europa y Asia, a veces tiene una influencia del neo-euroasianismo ultranacionalista de Aleksandr Dugin. Incluso se puede hablar de un euroasianismo de Kazajístan basado en la teoría de la etnogénesis euroasiática de Lev N. Gumilev, que apoyó los movimientos nacionales de tártaros, kazajos, mongoles, etc. Kazajistán por su situación geográfica puede considerarse el centro de Eurasia.[11] Por tanto, la idea de Eurasia se basa más en un juego de interacciones dinámico que en una acotación geográfica cerrada. Tras el concepto de Eurasia debe de existir alguna forma de relación entre Europa y Asia (Veiga, 2012, p. 425).

Eurasia puede convertirse en un gran escenario geopolítico que altere el actual orden mundial, en este sentido se convierte en un espacio en el que dos grandes potencias: la Federación Rusa y China intentan articular el mismo con dos proyectos que se están llevando a cabo: la Unión Económica Euroasiática, la Nueva Ruta

de la Seda. A ello hay que añadir un espacio bastante consolidado: los corredores energéticos euroasiáticos.

La Unión Económica Euroasiática

Ante el avance la Unión Europea y de la OTAN hacia el Este se buscó por una parte de las ex repúblicas soviéticas un contrapeso a través de diferentes acuerdos y grupos para recuperar el protagonismo que tuvo Rusia en el escenario político internacional durante la llamada Guerra Fría. En un principio se constituyó la Comunidad de Estados Independientes (1991), pero la gran aportación provino de grupos como los BRICS, y organizaciones como la Organización de Cooperación de Shanghái (1996) o la Unión Euroasiática (1994), y la Comunidad Económica Euroasiática (2000); el desarrollo de estas dos última dio como fruto a la actual Unión Económica Euroasiática (EAEU). En mayo de 2014 los Presidentes de Rusia, Bielorrusia y Kazajistán firmaron el Tratado de creación de la Unión Económica Euroasiática como alternativa a la Unión Europea, que entró en vigor el 1 de enero de 2015, a él se adhirieron Armenia y Kirguistán. Su extensión es más de 20,3 millones de kilómetros cuadrados, aproximadamente el 15 % de la superficie terrestre, y la población supera los 181 millones de habitantes. El objetivo básico es establecer un mercado único basado en cuatro libertades: circulación de bienes, capitales, servicios y personas.

Además, esta alianza aboga por una mayor cooperación y solidaridad entre los países miembros, sobre todo en situaciones de emergencia o crisis en las que el bienestar de las personas no esté garantizado. Igualmente la Unión se constituye como una plataforma para dirimir disputas y conflictos que puedan surgir entre los países miembros a través del diálogo.

Si la Federación Rusa constituye junto con Bielorrusia el cerebro organizador de la Unión, son dos de las republicas centro-asiáticas, Kazajistán y Kirguistán, las que adquieren gran importancia por su posición el cruce de caminos de diferentes civilizaciones y culturas. Ya durante el siglo XIX se dio el Gran Juego, que hace referencia a la rivalidad entre el Imperio Ruso y el Británico debido a que cada potencia quería contener a la otra en todo este conjunto de gran valor geopolítico. Posteriormente con la incorporación de las cinco repúblicas a la Unión Soviética y la desintegración de la misma, se da el que Rashid (2001) denomina el nuevo Gran Juego en el que

participan las grandes potencias (Rusia, China y Estados Unidos), los países vecinos (Paquistán, Afganistán y Turquía), los mismos estados de Asia Central, y las compañías petrolíferas. Todas potencias compiten entre sí en una zona que geopolíticamente se ha constituido en una importante región por su posición central, además de ser un núcleo de comunicación entre diferentes civilizaciones y tener una gran riqueza energética y minera.

Los cinco integrantes de la Unión tienes un gran poder económico: *Bielorrusia, Rusia* en Europa y *Armenia* en Caucaso. En Asia Central *Kazajistán* y *Kirgistán*. Estas dos naciones, formadas a partir de la desmembración de la URSS están situadas en las grandes estepas centroasiáticas que forman parte de la extensa cuenca endorreica de Asia central, cuya tierra es demasiado seca o accidentada para la agricultura, necesitando el agua de los países que se encuentran en las estribaciones del Himalaya para el riego de sus campos. Por su composición geológica aparecen en las grandes cuencas sedimentarias yacimientos de hidrocarburos (petróleo y gas). Se integran en el conjunto de gran riqueza energética del mar Caspio constituido por Kazajistán, Turkmenistán, Uzbekistán y Azerbaiyán, ésta última nación en el Cáucaso, que es una zona muy importante a nivel energético.

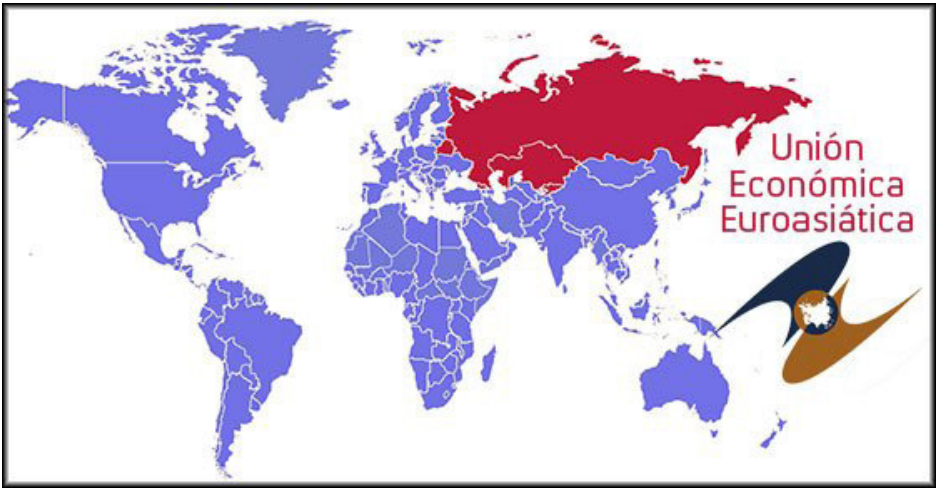
Kazajistán es rico en gas natural, petróleo, carbón, energía eléctrica, uranio, pudiéndose convertir en una superpotencia energética. Además, es el principal productor de remolacha azucarera y girasol del mundo, siendo uno de los grandes productores de centeno, cebada, avena y patatas. A esto hay que añadir que tiene una compleja y completa red ferroviaria y está desarrollando autopistas.

Kirguistán está asentada en las estribaciones del Himalaya junto a Tayikistán, país eminentemente agrícola que depende del deshielo de primavera por lo que disponen de grandes excedentes de agua, lo que le permite la construcción de presas. Esta situación es considerada por el resto de las naciones de la región como parte de un plan para afianzar aún más el control que tienen sobre el caudal de los ríos, y de esta manera poder destinar cada vez más cantidad de agua para la producción de energía hidroeléctrica en detrimento de su uso para el riego de cultivos. Este hecho plantea, como ha analizado Pérez Martin[12] en un estudio sobre la *Geoeconomía de Asia Central*, un factor de desequilibrio en la región, ya que estas dos naciones ante la falta de recursos tecnológicos para acometer los nuevos proyectos han buscado ayuda externa, Rusia es el país que tiene una

mayor presencia en los nuevos proyectos tayikos y kirguizos, ocupando un lugar muy secundario China e Irán.

Las características geográficas de la región han supuesto que históricamente los países centroasiáticos se hallen relativamente aislados de las grandes rutas transoceánicas por donde transcurre la mayor parte del comercio mundial, dependiendo de sus países vecinos para acceder a dicho comercio. El país que mejor conecta con Rusia y Europa es Kazajistán, que a través de las actuales redes de carreteras y ferrocarriles construidas durante la época soviética, que por esta razón llevan dirección norte-sur, enlaza con el denominado Corredor Siberiano que une a la Rusia Europea con la Rusia asiática. Conecta con China a través de la Puerta de Zungaria.

Figura 6. Países que constituyen la Unión Económica Euroasiática.



Fuente: Disponible en https://es.dreamstime.com/stock-de-ilustraci%C3%B3n-uni%C3%B3n-econ%C3%B3mica-eurasi%C3%A1tic a-image50446603.

La estructura institucional que rige la EAEU es muy parecida a la de la Unión Europea: comisión Económica Euroasiática, que procede de las instituciones anteriores, con sede en Moscú, Banco de Desarrollo Euroasiático, con sede en Almaty (Kazajistán), Corte de Justicia con sede en Minsk (Bielorrusia).

Por parte de Occidente se ha criticado su poca eficacia y notables insuficiencias institucionales; se han resaltado los problemas para el desarrollo de un

mercado único. A lo que se añaden aspectos de fondo que se vienen arrastrando de forma endémica como la corrupción, la inflexibilidad burocrática, la conexión entre negocios y élites políticas, la monopolización de industrias estratégicas y la prioridad otorgada a grandes proyectos monopolísticos, resaltándose los siguientes problemas estructurales:

– Rusia es acusada de dominar económicamente esta Unión, intentando seguir orientando las economías de estos Estados hacia Moscú, su liderazgo en asuntos económicos y financieros se ha mostrado débil y se ha agravado con la imposición a Rusia de sanciones económicas tras la anexión en Crimea en 2014 y su intervención en la guerra de Ucrania.

– Las instituciones de los Estados miembros necesitan una puesta al día; el proteccionismo nacional y la preferencia de lo bilateral sobre lo regional de los Estados miembros es una realidad.

– El retraso tecnológico y la diversificación económica de los Estados de la Unión que es limitada.

– Existe una cierta visión negativa de Rusia que existe entre la gente más joven de los Estados de Asia Central, que ve en Rusia a la antigua opresora que intenta restaurar el pasado de la Unión Soviética[13] (Nieto, 2017, p. 24).

Un problema puede ser que el control ruso puede ir languideciendo por la evolución geopolítica de la zona y la aparición del gigante chino, que hace valer su poderío económico inyectando una verdadera fortuna en inversiones sin parangón en la región, como las ligadas a la construcción de oleoductos, o las que se deriven, aún pendientes de dilucidar, de la incorporación de Asia Central a la iniciativa El Cinturón Económico de la Ruta de la Seda, que puede ser un factor que altere este proyecto de integración económica.

La nueva ruta de la seda

Desde el siglo I antes de Cristo hubo una red de rutas comerciales denominadas la Ruta de la Seda para traer seda y otros productos desde China a Europa. Actualmente el Presidente chino XI Jinping propuso en 2013 una iniciativa: One Belt One Road, un cinturón, una ruta (OBOR) que conecte comercialmente Europa con China. Se basaría en una red de ferrocarriles que transitarán por Kazajistán para llegar a China, además existirán conexiones que conectarán otros países de Asia Central y Oriente

Medio con este eje ferroviario; se construirán autopistas potenciándose los corredores terrestres frente a los tradicionales corredores marítimos, lo que puede suponer una profunda transformación del paisaje económico euroasiático, que conllevarían un cambio geopolítico de grandes dimensiones. Este proyecto pretende fortalecer la cooperación entre la Organización de Cooperación de Shanghai y la Unión Económica Euroasiática. La base financiera para implementarlo es el Banco Asiático de Inversiones e Infraestructuras. El proyecto afecta 60 países, al 75% de las reservas energéticas conocidas en el mundo, al 70% de la población mundial y generaría el 55% del PIB mundial. Para los países beneficiarios, las ventajas son también obvias. Asia necesitará cerca de 1,7 billones de dólares (1,5 billones de euros) en inversiones en infraestructuras hasta 2030 para mantener su crecimiento, según el Banco Asiático de Desarrollo.

Aprovechando el actual trazado ferroviario llegó hasta Teheran en febrero del 2016 un primer tren de transporte de mercancías desde Yiwu, un importante centro de producción chino. El trayecto de 10.399 kilómetros, que transita por Kazajistán y Turkmenistán, se realizó en 14 días, 30 menos que el viaje por mar.

Figura 7. La red ferroviaria de la Nueva Ruta de la Seda.

Fuente: Disponible en https://www.abc.es/economia/abci-nueva-ruta-seda-discurre-sobre-railes-201804150155_noticia.html.

En España en 2018 llegó a Madrid un tren procedente también de Yiwu después de recorrer 13.052 kilómetros, ocho países, cinco sistema aduaneros; tardó 16 días. Se trata de un convoy de hasta 40 contenedores – más de medio kilómetro de longitud –, que exporta jamones, aceite, vino productos industriales y bienes de lujo, e importa productos mayoritariamente tecnológicos y de "bazar". No obstante, en ese mismo año el gobierno español afirmó que no pensaba suscribir la nueva ruta de la seda*, pero no* descarta participar en proyectos concretos, pero rehúsa suscribir globalmente una iniciativa que divide a Europa y a la que se opone Estados Unidos

Conseguido este objetivo el segundo espacio sobre el que se implementara el proyecto es América Latina, África y Oriente Medio mediante una ruta marítima, prácticamente controlada por el estado chino. Esta implica la instalación de bases militares y puertos comerciales al océano índico y pacífico.

Evidentemente este proyecto representa un desafío de China a la hegemonía de Estados Unidos, y más específicamente al orden global dominado por Washington. El plan ha adquirido una importancia estratégica ante la actual guerra comercial. La Federación Rusa en un principio receló de este proyecto por su preocupación por los objetivos territoriales de China. La decisión de China para dejar de depender del petrodólar, introduciendo el "Petro-yuan con respaldo de oro podría causar una crisis en los mercados de la energía[14] (Christoff, 2018). Esto supondría un hundimiento paulatino del dólar, tal como sucedió antes de la segunda guerra del golfo, cuando Irak cambió el dólar por el euro en las transacciones petrolíferas, cambio que supuso en muy pocos años el segundo conflicto bélico en la zona.

Se pretende, por tanto, reducir el uso del dólar estadounidense en países involucrados en la Nueva Ruta de la Seda y que cumplan con el formato OPEP+.[15] Este hecho, eliminando el dólar en las transacciones financieras entre países involucrados en el comercio del petróleo y gas natural, supondrá el progresivo abandono del dólar como resultado de acuerdos que cada vez lo ignoran más como moneda de transacción" (Pieraccini, 2019).

Para la Subdirectora del Consejo Europeo de Relaciones Exteriores Vessela Tcherneva Europa puede y debe involucrarse con la Unión Euroasiática y con la Ruta de la Seda, utilizando la influencia que le otorga su mercado, su *soft power* y su

experiencia para moldear estos proyectos o incluso absorberlos. Mantenerse fuera de ellos u oponerse fomentaría la cooperación entre dos potencias que, de otro modo, solo las separaría.

Para equilibrar el avance hacia el oeste de China la UE tiene interés en mantener la competición entre Rusia y China en Eurasia. Para poder hacerlo, la Unión necesita buscar un espacio y un papel en Eurasia. Los países de la región valoran el acceso al mercado europeo y miran hacia Europa para protegerles del control ruso y, en menor medida, chino. De forma más prosaica, el conocimiento y la experiencia de la UE son muy valiosos en Asia Central, estos países comprenden que tanto la Unión Euroasiática como la Ruta de la Seda se beneficiarían de instituciones más responsables, fronteras mejor controladas y menos corrupción; la experiencia europea sería esencial para lograr estos objetivos. Incluso los líderes más corruptos de estos países, que han ignorado las reglas para aumentar su poder y sus fortunas, comprenden que su valor disminuye cuando son las partes más débiles de una negociación. La UE debería utilizar esta ventaja (Tcherneva, 2018)

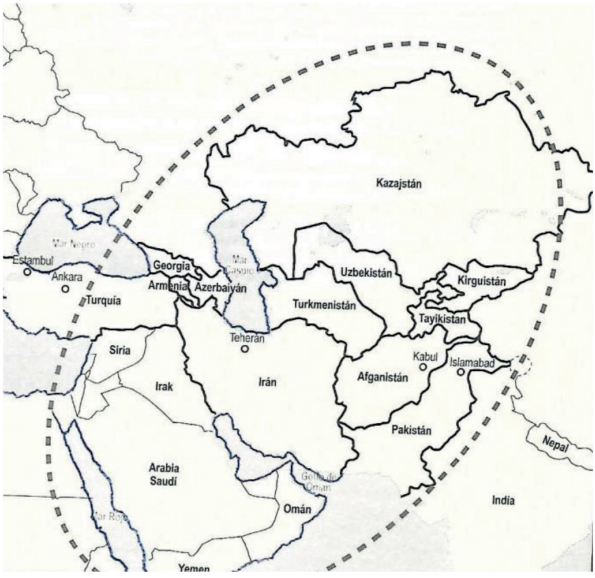
Los corredores energéticos

Una tercera área en el espacio euroasiático que está bastante articulada es la que corresponde a los corredores energéticos. El control de los grandes núcleos productores de petroleo y gas, y de los corredores que parten de Asía Central, Caúcaso, Irán e Irak, es una de las principales causas de la inestabilidad geopolítica. Tres son las grandes zonas productoras de gas natural y petróleo: las repúblicas de Asia central, la zona del Golfo, y Siria. De las repúblicas centro-asiáticas parten corredores energéticos con tres direcciones: hacia el este a China, al sur hacía la India pasando por Afganistan, y hacia el oeste a Europa pasando por el Caucaso, Mar Negro y Grecia.

Para la ONU, la actual subregión de Asia Central, importante núcleo productor de hidrocarburos, la componen cinco repúblicas ex-soviéticas: Kazajistán, Turkmenistán, Uzbekistán, Kirguizistán y Tayikistán.

Estas zonas productoras de hidrocarburos coinciden con lo que Zbigniew Brzezinski, politólogo estadounidense y consejero de Seguridad Nacional de Jimmy Carter denomina "óvalo de la violencia". Tres son sus características: alta producción de hidrocarburos, islamismo radical, y potencial nuclear iraní, que hacen del área una zona de gran inestabilidad.

Figura 8. Óvalo de la violencia según Zbigniew Brzezinski.



Fuente: Veiga-Mourerenza, p. 9.

En este óvalo se han dado diversos conflictos bélicos, unos por razones político-religiosas y otros, los más, estan relacionados por la posesión y transporte de los hidrocarburos, vamos a analizar éstos últimos por las repercusiones que han tenido y tienen, se van a mencionar tres.

El primero que ha dado gran instabilidad a la zona del Golfo Pérsico fue la guerra (1980-1988) entre Irak e Irán, laico el primero hasta la caída de Saddam, y el segundo fundamentalista radical, chiita. Se enfrentaron por las pretensiones de Irak de anexionarse la región petrolífera en la que se unen los ríos Tigris y Éufrates, el *Shatt al-Arab*. A este conflicto bélico le sucedió la primera guerra del Golfo (1990), determinada por la invasión de Kuwait por parte de Irak. Se constituyó una coalición autorizada por las Naciones Unidas, compuesta por 34 países y liderada por Estados Unidos. El segundo conflicto (2003) se realizó como una guerra preventiva por parte de EEUU acusando a la potencia iraquí de tener armas de destrucción masiva, que no se encontraron. Por esta razón se preguntaba Paul Harris, colaborador del *Yellow Times*: ¿El ataque de EE UU se realizó realmente contra Irak? Según este periodista dicho ataque no fue contra Irak, fue contra Europa. La causa hay que encontrarla en el comercio del petróleo ya

que se debió a un hecho monetario: el 6 de noviembre de 2000 Irak cambió el dólar por el euro para hacer sus transacciones petrolíferas. El cambio aumentó el valor del euro y menguó el del dólar: a partir de ahí, la depreciación constante del dólar respecto del euro significó que Irak obtuvo buenas ganancias al cambiar sus reservas y su divisa para comerciar. Si esta medida era adoptada por la OPEP se crearía un desastre económico en los EEUU ya que sí el dólar se desplomase, sería el derrumbe de la economía estadounidense. Los fondos extranjeros en dólares saldrían atropelladamente del mercado de valores estadounidense y de los bancos, convirtiéndose en la moneda base para la economía mundial, y era algo que EE UU no podía permitir. De esta forma la invasión aliada, básicamente estadounidense, de Irak habría buscado asegurar el control de los campos petrolíferos, revertir su precio de euros a dólares, incrementar la producción, forzar con ello la bajada de los precios y avisar a cualquier productor de petróleo que pretendiera pasarse al euro de lo que le podría ocurrir. EI objetivo real de la invasión a Irak habría sido mantener el dólar como la moneda petrolera mundial.

El segundo conflicto bélico se debió al trazado del gaseoducto Trans-Afganistán que partiendo de Turkmenistán llevaba la dirección norte sur, cruzaba Afganistán y Pakistán llegando hasta la India, d*ebía ponerse en funcionamiento en 2017*. Su paso por el país afgano planteó problemas cuando los talibán tomaron el poder después de la retirada soviética de 1989 de Afganistán, ya que se negaban a que pasase por su territorio.

El asilo que Afganistán concedió a Osama Bin Laden provocó, tras los atentados del 11 de septiembre de 2001, una invasión estadounidense: que comenzó en octubre y terminó ese mismo año con un triunfo militar pero no político. EE UU fue apoyado por la ONU y otros países de Europa Occidental. Se llegó a creer por parte de un sector de analistas que la guerra de Afganistán estuvo motivada por intereses estratégicos ya que un nuevo acuerdo sobre el gasoducto se firmó el 27 de diciembre 2002 por los líderes de Turkmenistán, Afganistán y Pakistán. El 24 de abril de 2008, Pakistán, India y Afganistán firmaron un acuerdo marco para comprar gas natural de Turkmenistán. El 16 de mayo de 2012, el Parlamento afgano aprobó el acuerdo sobre el gasoducto. Afganistán tendrá el derecho de utilizar gas y ganará alrededor de 400 millones de dólares por año en los derechos de tránsito. El trazado del nuevo corredor energético estaba asegurado después de la derrota de los Talibán.

El tercer conflicto bélico en lo que Brzezinski denomina el óvalo de la violencia es la guerra de Siria que hay que situar en el entramado de los corredores energéticos que

proceden de las republicas centrales asiáticas, del Cáucaso y del Golfo Pérsico (Irán e Irak). El petróleo fue descubierto a mediados del siglo XIX en Bakú (Azerbaiyán) y era exportado desde el propio yacimiento por tuberías hacia el puerto de Batumi en el mar Negro. Con la *perestroika* y la desintegración de la Unión Soviética se dio el fin de la hegemonía rusa paralela a una presencia cada vez más fuerte de las potencias occidentales. En toda esta zona las grandes compañías petrolíferas pretenden la construcción del Gasoducto Transcaspiano, que permitiría conectar Turkmenistán con Azerbaiyán e incorporar la producción de los yacimientos del Caspio. Este objetivo no es compartido por Moscú ya que su principal cliente es Europa, que podría dejar de serlo tras la construcción de ese corredor energético. Kazajistán, que además es el segundo país con mayores reservas de uranio del mundo, es considerado el estado dominante, siendo miembro de diversas organizaciones internacionales, entre ellas las Naciones Unidas.

Para el transporte de los hidrocarburos hubo dos proyectos[16] de grandes corredores antagónicos: el Nabucco, controlado por la Unión Europea y EEUU, y el South Stream controlados por Rusia. Han sido sustituidos por el Gasoducto Trans--Anatolio (TANAP) que enlaza con el Transadriático (TAP), y los controlados por los rusos por el gaseoducto *Turkish Stream*.

Figura 9. Proyecto de corredores energéticos. Destacaban dos: el Nabucco sustituido actualmente por el TAP y el South Stream. Sustituido actualmente por el Turkish Stream, de capital estadounidense y ruso respectivamente.

Fuente: Disponible en http://datadipuy.com/el-poder-del-gas-natural/.

A esto hay que añadir el convenio firmado en 2011 por Irán, Irak y Siria, para el transporte de gas natural desde el yacimiento de South Pars – North Dome, ubicado en Golfo Pérsico, que se encuentra en los territorios de la República Islámica de Irán y es probablemente el mayor depósito de gas natural del mundo. Estos países acordaron la construcción de un gasoducto de 6.000 km que llevaría el gas del yacimiento iraní hasta las costas del Mediterráneo Oriental en Siria, varios ramales alimentarían el corredor principal con gas libanés y sirio extraídos de sus propios yacimientos.

Ante esta situación existen dos opciones que son la clave en el actual conflicto bélico: una que el gas del cinturón de Irán, Irak, Siria y el Líbano alimente los corredores rusos, otra que alimente los corredores de capital estadounidense. De ahí el interés de EEUU, Israel y Turquía en invadir Siria, y la defensa a ultranza de la misma de Rusia, China, Irán y Hezbola en el Líbano.

Figura 10. Recorrido del gaseoducto desde Irán, Irak, Siria y el Líbano.

Fuente: Disponible en https://kaosenlared.net/siria-la-rapina-energetica-y-la-reconfiguracion-geografica-de-medio-oriente/.

Por tanto, la situación es la siguiente: si los hidrocarburos de Irán se unen en un futuro a los gasoductos que han reemplazado *South Stream*, Rusia se convertiría en la principal potencia energética en gas natural del mundo, *Gazprom* probablemente se convertiría en la empresa más grande del planeta, y los países por los que pasa su

gasoducto se verían beneficiados económicamente. Sin embargo, si Estados Unidos consiguiera invadir Siria y quedarse con el gas, pronto el Líbano sería también invadido, y el gas de ambos países se conectaría con los corredores bajo dominio estadounidense por lo que EEUU se convertiría en una gran potencia energética. De esta forma una vez invadida Siria posteriormente se invadiría Irán. Por supuesto Israel tendría el suministro asegurado gracias a su conexión con el corredor controlado por capital estadounidense y los beneficios económicos para los israelís gracias a la venta de su gas a Europa serían enormes.

Es indiscutible que los países occidentales, como EE UU, apoyan a los rebeldes sirios, que fueron financiados por los estadounidenses a través de Arabia Saudí y Turquía a lo largo de todo el 2012. En cambio, Rusia vende 2.700 millones de euros en armas al régimen sirio, y Moscú tiene un papel clave en la modernización de la aviación del país y de su sistema de defensa antiaérea. Por otro lado, Siria nunca ha estado sometida a EEUU, su situación geopolítica es de alto valor estratégico, puesto que es una zona de tránsito entre Oriente Medio y Europa. A ello hay que añadir la existencia de dos bases navales rusas en Siria, téngase en cuenta que la actual Federación Rusa no tiene salida a mares de aguas cálidas, por ello hay que resaltar la importancia que tiene la base naval de Sebastopol en la Península de Crimea, la transcendencia geopolítico de los estrechos en Turquía, y el valor relativo del oblast de Kaliningrado en Lituania.

A esto se une el hecho de que en la propia Siria se ha descubierto hace pocos años un yacimiento de gas en Qara, cerca de Homs, que contaría con las mayores reservas sirias, de ahí la importancia que tuvo la recuperación total de la ciudad por parte de las tropas gubernamentales a finales de 2017.

Pero no solo es el gas la causa del acoso a Siria: lo que está en juego es el control total de la región de Oriente Medio. Estados Unidos, desde hace años –al menos desde que apoyó a la dinastía y dictadura Saud en Arabia, y luego cuando intentó derrocar a Nasser, apoyando a los Hermanos Musulmanes–, apostó por el extremismo islámico, que combatía el desarrollo y progreso de aquella región, y lo sometía a los intereses occidentales. Un ejemplo de este apoyo fue el dado a Osama Bin Laden. La Primavera Árabe, por ejemplo, ha sido en gran medida un plan para colocar al islamismo templado en gobiernos que se estaban convirtiendo en algo inestables e inseguros para los intereses del poder estadounidense, dominado por las grandes

corporaciones económicas. El objetivo, pues, era hacerse con el control total de los países de Oriente Medio y también del norte de África, pero la deriva hacia el islamismo radical ha cambiado la posición de los estadounidenses.

Siria, como Libia, se salía y se sale del estándar y canon pensado por los líderes norteamericanos. Libia cuidaba especialmente a su población, tenía el mayor nivel de vida de África y no obedecía las órdenes dictadas por los poderosos dirigentes estadounidenses. Éstos saben que si destruyen al gobierno actual sirio y colocan uno títere islamista tienen el camino preparado para conquistar todo Oriente Medio. El siguiente paso sería Irán, y una vez controlada la región se pasaría al acoso y sometimiento de Rusia y China.

Notas

1 En arquitectura militar un glacis es una pendiente suave y despejada que precede al *foso* de una *fortaleza*, y que está dominada por los *baluartes* y otras *fortificaciones*. En geomorfología es una rampa suave al píe de la montaña de materiales relativamente blandos.
2 Vicens Vives (1950).
3 Wallerstein (2007).
4 La ciudad de Berlín se encontraba en plena zona soviética y su administración estaba dividida en dos áreas: la occidental, bajo la dominación de los aliados occidentales, y la oriental, controlada por los soviéticos.
5 Martinez Edo (1993).
6 Taibo (2010).
7 Nieto (2017).
8 Carlos Taibo recoge en su libro *Rusia frente a Ucrania* que determinados círculos de Moscú afirmaban que Sebastopol disfrutaba en 1954 de un status especial que la hacía depender directamente del Presidium del Sovier Supremo, p. 107.
9 El geógrafo y naturalista español Juan Dantín Cereceda escribió en 1923 dentro de la colección Geografía Moderna un tomo dedicado a Eurasia en la Editorial Calpe de Madrid.
10 Gonzalez Tule (2018).
11 Pedro (2016).
12 Perez Martin (2009).
13 Nieto (2017, p. 24).
14 Kurapovna (2018). "Rusia, China y al geopolítica de la ruta de la seda" Tags, Economía global Historia MundialGlobal Economy World History.
Disponivel en https://translate.google.com/translate?hl=es&sl=en&u=https://mises.org/profile/marcia-christoff-kurapovna&prev=search.
15 La OPEP+ es un alianza de los países productores de petróleo para regularizar la producción.
16 Otro corredor situado al norte de Europa es el Nord Stream que abastece de petróleo y gas a gran parte de Europa. Ha contado con la participación económica y el apoyo de Alemania. Conecta Alemania y Rusia a través del Mar Báltico y constituye la principal fuente de suministros energéticos hacia Europa, vendiendo la empresa rusa Gazprom el 41% del consumo de gas europeo. La principal fuente de gas natural para el gasoducto Nord Stream es el Campo de Yuzhno-Russkoye en la Rusia ártica.

Referencias bibliográficas

AVIOUTSKII, Viatcheslav. La Révolution orange en tant que phénomène géopolitique. *Herodote*, nº. 129, 2008.

BREMER, Juan José. *Tiempos de guerra y paz*. México: Taurus, 2010.

CHRISTOFF KURAPOVNA, Marcia. *Rusia, China y al geopolítica de la ruta de la seda Tags, Economía global Historia Mundial Global Economy World History.* 2018. Disponible en https://translate.google.com/translate?hl=es&sl=en&u=https://mises.org/profile/marcia=-christoff-kurapovna&prev-search.

CLAUDIN, Carmen. El derrumbamiento del sistema soviético: un análisis político. *Anuario internacional CIDOB*, 1992.

GONZÁLEZ, Mónica. El mito del nuevo orden mundial. *Revista de Relaciones Internacionales*, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Unam, nº. 68, 1995.

GONZALEZ TULE, Luis. Organización del espacio global en la Geopolítica clásica: una mirada desde la Geopolítica crítica. *Revista de Relaciones Internacionales*. Estrategia y Seguridad, v. 13, nº. 1, 2018.

HERRERO FABREGAT, Clemente. Educación para la paz en el mundo geopolítico actual. In: *Relações Internacionais. Polaridades. Novos /Velhos temas emergentes*. São Paulo: Capes – Universidade Estadual Paulista, 2010.

_____. Aproximación a la geopolítica orgánica, cibernética y cognitiva. *Brazilian Journal of International Relations*, v.3, p. 391- 418, 2014.

_____. *El mundo hace crac.* Málaga: Ultima Línea, 2017.

LACOSTE, Yves. Perestroika et geopolitiques. *Herodote,* nº. 54-55, 1989.

_____. *Geopolítica. La larga historia del presente*. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.

MARTINEZ EDO, Xavier. De la desintegración de la URRS a la recomposición del espacio ex soviético. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº. 17, 1993.

PEDRO, Nicolas de. Eurasia emergente y evanescente. Identidades y rivalidades geopolíticas en Asia Central. *Notes internacionals*. CIDOB, nº 154, 2016.

PIERACCINI, Federico. Desafiando la hegemonía del dólar: Rusia y China están conteniendo los intentos de Estados Unidos para reformar el orden mundial. Ceprid, 2019. Disponible en https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article2399.

NIETO, María Isabel. Rusia y el espacio euroasiático: su influencia en Asia central. *Revista Unisci*, nº. 45, octubre, p. 9-40, 2017, Universidad Complutense de Madrid.

PARTAL, Vicent. *La revolta nacionalista a l' URSS.* Valencia: Ed. Tres i Quatre, 1991.

PEREZ MARTIN, Miguel Ángel. La geoeconomía de Asia Central y el "Gran Juego" de los recursos naturales: agua, petróleo, gas, uranio y corredores de transporte (DT). *Real Instituto Elcano*. Madrid, 2009. Recuperado el 15 de 2015. Disponible en http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/asia-pacifico/dt59-2009.

POWASKI, Ronald. *La guerra fría, Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991*. Barcelona: Memoria Crítica, 2000.

RASHID, Ahmed. *Los Taliban. El Islam, el petróleo y el nuevo Gran Juego en Asía Central*. Barcelona: Península, 2001.

ROCHA PINO, Manuel de Jesús. El cinturón económico de la ruta de la seda. *Revista de Relaciones nternacion ales de la AM*, nº. 126, 2016.

RUIZ DE ELVIRA, Mariló-Pelanda Carlos. *Europa se reencuentra. La difícil transición del Este al Oeste*. Madrid: El País-Aguilar, 1991.

SAPIR, Jacques. Les implications stratégiques de la décomposition de l'URSS. *Hérodote*, nº. 64, 1992.

TAIBO, Carlos. *Historia de la Unión Soviética 1919-1991*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

_____. *Rusia frente a Ucrania. Imperios, publos, energía.* Madrid: La Catarata, 2014.

TCHERNEVA, Vessela. Entre la Unión Euroasiática y la Ruta de la Seda. *Estudios de Política Exterior*, nº. 173, 2018. Disponible en https://www.politicaexterior.com/articulos/politica-exterior/entre-la-union-euroasiatica-y-la-ruta-de-la-seda/.

URJEWICZ, Charles. EI resurgimiento de los nacionalismos en la Unión Soviética y Europa del Este. *Anuario Internacional CIDOB*, 1991.

_____. De l'URSS a la CEI: Ie debut ou *la* fin de la Russie*?*. *Herodote,* nº. 64, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Universalismo europeo. El discurso del poder.* Madrid: Siglo XXI, 2007.

_____. *Geopolítica y Geocultura. Ensayo sobre el moderno sistema mundial*. Barcelona: Kairós, 2007.

VEIGA, Francis-Mourerenza Andrés (Coord). *El retorno de Eurasia (1991-2011)*. Barcelona: Ediciones Península, 2012.

VICENS VIVES, Jaime. *España Geopolítica del Estado y del Imperio*. Barcelona: Editorial Yunque, 1940.

_____. *Tratado General de Geopolítica. El factor geográfico y el proceso histórico*. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1950.

CAPÍTULO 8

Entre el recelo y el desconocimiento. Las relaciones hispano-brasileñas durante la crisis cubana de 1895-1898

Agustín Sánchez Andrés
Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo

La crisis cubana y el viraje de la diplomacia española en América Latina

El mantenimiento de la soberanía española sobre Cuba y Puerto Rico tras la independencia del resto del Imperio español condicionó la política española hacia el continente americano durante los dos últimos tercios del siglo XIX. El difícil anclaje de las colonias antillanas – en las que subsistía la esclavitud – en el Estado-Nación liberal español provocó que un sector de la oligarquía criolla tratara de sustraer estas islas al control de la metrópoli durante la segunda mitad de la centuria. En una primera etapa, la sacrocracia cubana buscó la anexión de la isla a los Estados Unidos como un medio para ver garantizados sus intereses comerciales y el mantenimiento de la esclavitud. El fracaso de las expediciones anexionistas dirigidas por Narciso López entre 1848 y 1851 y la posterior abolición de la esclavitud en los Estados Unidos, tras la Guerra de Secesión, acabaron llevando a un sector de las élites criollas a articular un proyecto independentista. El fracaso de los intentos de reforma del régimen colonial en el ocaso del período isabelino y la profunda crisis atravesada por la metrópoli durante el Sexenio Revolucionario crearon las condiciones para un levantamiento independentista generalizado. La derrota de los independentistas cubanos en la Guerra de los Diez Años (1868-1878) y en la llamada Guerra Chiquita (1879-1880) mantuvo a Cuba y Puerto Rico bajo el control español, pero no resolvió el problema creado por la emergencia de una incipiente conciencia nacional y por la existencia de un desigual marco de relaciones entre la metrópoli y sus colonias antillanas. La abolición gradual

de la esclavitud entre 1880 y 1886 y la creciente dependencia económica de la isla de los Estados Unidos pusieron fin a cualquier interés que las élites criollas pudieran tener por seguir bajo el dominio español. Esta situación, unida a la creciente amenaza representada por los Estados Unidos, determinó que la cuestión de Cuba gravitara sobre las relaciones de España con los países latinoamericanos durante el último cuarto del siglo XIX.

El inicio de un nuevo levantamiento independentista en Cuba en febrero de 1895 obligó a adaptarse a la nueva situación a la diplomacia española en Latinoamérica y movió al gobierno conservador de Antonio Cánovas, que llegó al poder en marzo, a desarrollar una estrategia común hacia el conjunto de la región. Las líneas generales de la nueva política española estaban contenidas en la circular enviada por el ministro de Estado, Carlos Manuel de O'Donnell, duque de Tetuán, a la totalidad de las legaciones latinoamericanas el 11 de octubre de 1895, matizada de manera más extensa por otra circular del 7 de diciembre de 1895.

Ambas órdenes creaban el marco genérico para la acción de la diplomacia española en América Latina durante la crisis cubana. La primera establecía las bases para que la legación española en los Estados Unidos coordinara las actividades del conjunto de representaciones hispanas en el continente americano.[1] La circular de diciembre respondía, por su parte, a la inquietud del ministro español en Uruguay, Ramiro Gil, en relación con la actitud que la legación en Montevideo debía adoptar en torno a la cuestión cubana.[2] Ello llevó al Ministerio de Estado a establecer las líneas generales de la diplomacia española en Latinoamérica a fin de reglar el comportamiento de todas sus legaciones en la región. Las directrices del Ministerio de Estado estaban orientadas, en primer lugar, a impedir que ninguna república latinoamericana reconociera la beligerancia de los independentistas cubanos, como había sucedido durante la Guerra de los Diez Años, y solo en un segundo plano a evitar que las actividades del exilio cubano en América Latina llegaran a constituir un peligro para la seguridad de Cuba y puerto Rico.

El duque de Tetuán realizaba con este fin un extenso análisis de las diferentes situaciones que los representantes españoles tendrían probablemente que afrontar. El Ministerio de Estado señalaba a sus representantes en el continente que su respuesta debía estar determinada tanto por el tipo de actividad desarrollada por los activistas cubanos, como por el tratamiento dado a ésta por la legislación local:

> La primera consideración que debe tener presente para determinar su línea de conducta ante los trabajos y manifestaciones separatistas es la mayor o menor legalidad con que se lleven a cabo según las leyes de ese país. Puede ocurrir que dichas leyes, inspiradas en principios exageradamente liberales, no consientan intervención del Poder ejecutivo para poner coto a manifestaciones, publicaciones y toda clase de propaganda, y puede ocurrir, por el contrario, que las disposiciones legales den campo para que intervenga directamente el gobierno. En el primer caso, la acción diplomática debe ser muy escasa y no traspasar jamás el carácter confidencial y oficioso, en el segundo los medios de acción serán mucho más extensos (...) Distinguirá V. S. las manifestaciones y trabajos filibusteros realizados por simples particulares de aquellos que pueden llevar a cabo corporaciones o individuos más o menos íntimamente ligados con la entidad gobierno; en la primera hipótesis procederá con prudente cautela y ejercitará solamente la vía confidencial y oficiosa y en la segunda, según su importancia, podrá llegar hasta la protesta, dando inmediata cuenta a este Ministerio.[3]

Las dos circulares reflejaban la actitud precavida adoptada por la diplomacia española, decidida a evitar las complicaciones internacionales que se habían suscitado con algunas repúblicas americanas durante la primera crisis cubana. Con este objetivo en mente, se ponía especial énfasis en recomendar a sus representantes en el continente que mantuvieran un perfil bajo y actuaran con suma discreción, así como que utilizaran la vía oficiosa siempre que fuera posible. Se ordenaba asimismo que consultaran previamente con Madrid cualquier medida que pudiera poner en peligro las relaciones con los Estados ante los que estaban acreditados. El duque de Tetuán trataba de evitar con ello que la nueva crisis cubana entorpeciera el proceso de normalización de las relaciones con las repúblicas americanas iniciado una década antes a raíz de la llegada de Segismundo Moret a la cartera de Estado.

Las relaciones hispano-brasileñas se plegaron desde un principio a las nuevas directrices. Tanto el cónsul en Río de Janeiro y encargado interino de negocios, José de Romero, como posteriormente el nuevo ministro plenipotenciario, José Llavería y Hertzberg, se esforzaron por lograr la colaboración de las autoridades brasileñas por medio de gestiones casi siempre confidenciales y evitar de este modo los continuos incidentes que habían enturbiado las relaciones con Brasil durante la Guerra de los Diez Años.

Unas relaciones distantes

España reconoció la independencia del Brasil en diciembre de 1834, dos años antes que la de México, la primera de las antiguas colonias españolas en ser reconocida por su antigua metrópoli. Las relaciones bilaterales se caracterizaron sin embargo desde un principio por el mutuo desinterés, derivado del escaso peso de los vínculos políticos, comerciales y culturales entre ambos países.[4] La estancia del diplomático y literato español Juan Valera al frente de la legación española en Río de Janeiro, entre 1851 y 1853, permitió difundir en España algunos aspectos de la vida en la corte carioca de Pedro II y facilitó un mejor conocimiento de la poesía brasileña por parte de los círculos literarios madrileños a raíz de la publicación por Valera de *De la poesía del Brasil. Genio y figura*.[5] Este acercamiento no llegaría, sin embargo, a fructificar, como pone de manifiesto la tardía traducción al español de la obra de Machado de Asís y su aún más tardía difusión en España ya entrado el siglo XX (Domínguez, 2010, p. 68-69).

La Guerra del Pacífico tensó momentáneamente las relaciones entre ambos gobiernos a raíz de la preocupación brasileña por el creciente intervencionismo europeo en la región, que le había llevado a romper relaciones con Gran Bretaña en 1863. El gobierno brasileño, que había ofrecido inicialmente su mediación, declaró su neutralidad en el conflicto que entre 1864 y 1866 enfrentó a España con una coalición sudamericana integrada por Chile, Perú, Ecuador y Bolivia, pero condenó el bombardeo de Valparaíso por la escuadra española y condicionó el mantenimiento de su neutralidad a que los buques de guerra españoles que hacían escala en Río de Janeiro no continuaran su viaje al Pacífico (Oliveira, 1997, p. 383-384). El estallido de la Guerra de la Triple Alianza evitó finalmente que el gobierno brasileño pudiera adoptar alguna medida más agresiva hacia Madrid.

El desarrollo de la primera guerra de independencia de Cuba entre 1868 y 1878 no contribuyó a mejorar las relaciones entre los dos países a causa de la simpatía de amplios sectores de la sociedad brasileña por la causa cubana y de la tolerancia del gobierno imperial hacia las actividades de las sociedades creadas por el exilio cubano. El final de la Guerra de los Diez Años puso fin a estas fricciones, al tiempo que el inicio de la masiva emigración española a Brasil en la década de 1880 incrementó las relaciones migratorias y comerciales entre los dos países. La visita del emperador

Pedro II a Madrid en 1887 contribuyó a mejorar las relaciones entre los dos países, coincidiendo con el acercamiento hacia Latinoamérica impulsado por Práxedes M. Sagasta (Pino, 2007, p. 81).

En este contexto, el gobierno español trató de evitar que la caída del régimen imperial en 1889, celebrada por los círculos republicanos españoles, pudiera llegar a afectar a las relaciones bilaterales. Estas se vieron puestas a prueba además por el levantamiento de la armada brasileña y el subsiguiente bloqueo de Río de Janeiro y, sobre todo, por el estallido de la Revolución Federalista en los estados meridionales de Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná entre 1893 y 1895. La existencia de un gran número de inmigrantes peninsulares en los estados rebeldes, que en algunos casos se vieron implicados en el movimiento revolucionario maragato, y la dureza de la represión practicada por las fuerzas expedicionarias federales al mando del general Hipólito Pinto multiplicaron las reclamaciones de los ciudadanos españoles en Brasil (Brancato, 1985, p. 25-38).

Esta situación colocó al gobierno liberal español ante el dilema de presionar a las autoridades brasileñas para exigir que respetaran las vidas y propiedades de los inmigrantes españoles en el sur de Brasil, como habían hecho las restantes potencias europeas, o adoptar una actitud más pasiva, limitándose a gestionar de manera confidencial las reclamaciones de los damnificados por la represión de la Revolución Federalista que no estuvieran directamente implicados en la insurrección. Esto último suponía aceptar la posición del gobierno del mariscal Floriano Vieira Peixoto, que sostenía que las autoridades federales no eran responsables de los daños sufridos por los residentes extranjeros en el país a causa de levantamientos internos.

El encargado de negocios español, Romero, propugnaba la segunda opción, en sus instrucciones a Francisco Alsina, vicecónsul en Pelotas.[6] Su posición contemporizadora fue aprobada por el ejecutivo de Sagasta, ya que esta política sentaba un valioso precedente para que la diplomacia española pudiera reclamar la reciprocidad de las autoridades brasileñas en el caso de un nuevo estallido revolucionario en Cuba. Por otra parte, el acercamiento a Brasil, en un momento en el que las relaciones brasileñas con las potencias europeas atravesaban una etapa de marcada tensión, permitía al gobierno liberal español redimensionar su papel en la región e incluso plantear la posibilidad de ofrecer al gobierno de Río una mediación que pusiera fin a la creciente tensión con las potencias europeas (Love, 1971; Rodrigues, 1995). Si bien, la

mediación no se materializó, esta política permitió a la diplomacia española conseguir que las autoridades brasileñas se comprometiesen a resolver las reclamaciones presentadas por los inmigrantes españoles afectados por el movimiento revolucionario y expresase a Madrid su satisfacción por la actitud de respetuoso distanciamiento que había mostrado durante la represión de la revuelta.[7]

El gobierno de Prudente de Morais y la cuestión de Cuba

El respaldo español a las autoridades federales durante la Revolución Federalista favoreció la neutralidad brasileña tras el estallido de una nueva revuelta independentista en Cuba en febrero de 1895. El gobierno presidido por el paulista Prudente José de Morais Barros, que había accedido al poder en noviembre de 1894, manifestó a Romero que su administración estaba decidida a seguir una política de estricta neutralidad frente a lo que consideraba un asunto interno de España.[8]

Ello no significaba que la decisión oficial fuera compartida por importantes sectores de la sociedad brasileña que simpatizaban con la lucha de los rebeldes cubanos. La escasa importancia de la colonia cubana en Brasil, determinó que la defensa de la independencia de Cuba fuera abanderada por los grupos más radicales de la oposición republicana, los denominados jacobinos, dirigidos por el diputado Timoteo Costa.

La decisión de Prudente de Morais no despejó del todo la preocupación española ante el creciente acercamiento del Brasil republicano a los Estados Unidos. Este se puso de manifiesto con la designación en 1893 del presidente estadounidense Grover C. Cleveland como mediador de las disputas limítrofes entre Brasil y Argentina. El laudo arbitral proclamado en febrero de 1895 fue enteramente favorable a Brasil, al establecer la frontera en los ríos Pepiry-Guazú y San Antonio. Las reiteradas declaraciones de las autoridades brasileñas a favor de la Doctrina Monroe, la fundación de una ciudad en Paraná con el nombre del mandatario norteamericano y el inicio de la erección de un monumento a James Monroe en Río de Janeiro en 1994, se enmarcaban en este acercamiento, incentivado por los recientes problemas de Brasil con varias potencias europeas (Abranches, 1915; Calmon, 1943).

Estos hechos no pasaron desapercibidos para la prensa europea. Los periódicos españoles, en particular, manifestaron su preocupación por que pudieran presagiar el inminente reconocimiento de la beligerancia cubana por parte de las autoridades

brasileñas, si España no lograba acabar pronto con la insurrección. Ello llevó al duque de Tetuán a preguntar a Romero una y otra vez sobre la sinceridad de la posición oficial brasileña, al tiempo que recomendaba a éste la máxima prudencia a fin de evitar cualquier conflicto con las autoridades brasileñas.[9]

La diplomacia española estaba particularmente inquieta por el creciente activismo del numeroso colectivo español en Brasil. El recuerdo reciente de la extrema dureza de la represión practicada por las tropas federales para suprimir la Revolución Federalista persuadió a la mayoría de la inmigración española de la conveniencia de evitar manifestaciones de patriotismo exaltado con motivo de la Guerra de Cuba, similares a las que se producían por entonces en los países del Río de la Plata (Pérez, 1998; García, 1998; Andrés, 2016).

Pese a ello, un reducido grupo de peninsulares comenzó en el verano de 1895 a crear un clima de agitación nacionalista para tratar de movilizar al resto del colectivo español en Brasil. Este grupo estaba dirigido por varios comerciantes y profesionistas acaudalados de Río de Janeiro. Desde las páginas del periódico *La Unión Española* emprendió una campaña, acompañada del envío de gran número de telegramas al Ministerio de Estado, en la que aseguraba que más de 4.000 españoles se habían inscrito en los distintos consulados españoles en Brasil para marchar a Cuba como voluntarios a luchar contra los insurrectos mambises. La campaña de *La Unión Española* produjo cierto grado de excitación en el seno del colectivo migratorio español en la capital carioca.

Estas noticias fueron recogidas por la prensa madrileña, lo que dio lugar a un primer enfrentamiento entre este grupo de prohombres peninsulares y el encargado de negocios de España, que se vio obligado a desmentir públicamente las noticias de la prensa hispana en Río de Janeiro y asegurar que los voluntarios inscritos en la totalidad de la república sudamericana no llegaban al número de cien.[10] Esto no impidió que la campaña iniciada por la Unión Española promoviera el alistamiento de varios cientos de indigentes españoles que, a partir de 1895, comenzaron a ser recogidos por los buques que trasladaban a Cuba a los voluntarios procedentes del Río de la Plata y que hacían escala en Río de Janeiro. Esta situación provocó un lento goteo de inmigrantes españoles provenientes del sur y del interior hacia Río de Janeiro, provocado en gran parte por la crisis económica que afectaba entonces a los estados de Rio Grande do Sul, Parahiba, Minas Gerais e incluso al interior de Sao Paulo.[11]

La concentración de cientos de españoles en situación miserable en los muelles de Río de Janeiro redobló la preocupación de Romero, que temía que pudieran producirse fricciones con la población local. La inquietud del encargado de negocios español se incrementó debido a las simpatías de un sector de la sociedad carioca por los independentistas cubanos.

A diferencia de la colonia española, la inmigración cubana en Brasil estaba compuesta por menos de un centenar de personas, la mayoría de escasos recursos y concentrados en Río de Janeiro (Palma, 1932, p. 114).Ello hizo que su proselitismo en pro de la independencia de Cuba fuera muy limitado. Pese a ello, la causa cubana encontró desde un principio el respaldo de los sectores más radicales del republicanismo, identificados con las reformas impulsadas por el mariscal Peixoto y conocidos como los *jacobinos* (Habner, 1967). Una parte de la prensa carioca asumió una actitud parecida, en este sentido los diarios *O Paiz* y *Ciudade do Rio* iniciaron una suscripción pública a favor de los rebeldes cubanos, al tiempo que criticaban la política represiva seguida por las autoridades españolas de la isla y reclamaban la concesión de la independencia a las Antillas.[12]

La simpatía de amplios sectores de la sociedad carioca por la lucha de los mambises llevó a los jacobinos a incorporar a su programa político el reconocimiento de la beligerancia cubana, creando comités políticos en varios estados del país para promover suscripciones y donativos destinados a los revolucionarios antillanos. El principal club florianista, la União Brasileira, se manifestó abiertamente a favor de la independencia de Cuba y en octubre de 1895 dirigió una proclama al resto de los gobiernos latinoamericanos instándolos a reconocer la beligerancia de los separatistas cubanos (Hahner, 1976).[13]

La tolerancia del gobierno de Morais hacia estas actividades desesperó al representante español. Romero reclamó sin éxito en repetidas ocasiones a las autoridades cariocas que pusieran fin a los ataques de la prensa brasileña contra España y que prohibieran las colectas destinadas a la Delegación del Gobierno Provisional de la República de Cuba en Nueva York. El gobierno brasileño respondió al encargado de negocios español que carecía de atribuciones para contener los ataques de la prensa a España o para prohibir los actos organizados por particulares a favor de la independencia cubana. Las gestiones de Romero lograron, no obstante, que el ejecutivo brasileño reiterara a la legación a principios de octubre que la presión popular no

alteraría en lo más mínimo la posición del gobierno hacia la Guerra de Cuba, considerada como un asunto interno de España.[14] Un posicionamiento en el que seguramente pesó la actitud adoptada por España, a su vez, durante la recién suprimida Revolución Federalista.

La neutralidad brasileña era, en definitiva, lo que interesaba al gobierno español, que rápidamente hizo suya la posición del gobierno brasileño. Un mes más tarde ordenó a Romero que no volviera a protestar oficialmente por las actividades proselitistas a favor de la causa cubana y que se limitara únicamente a gestiones oficiosas, ayudando con ello a disminuir la presión de la opinión pública sobre el ejecutivo de Morais.[15] Paralelamente, el duque de Tetuán ordenó a Romero en diciembre de 1895 que dejara de publicar desmentidos oficiales de las noticias favorables a los insurrectos cubanos publicadas en la prensa carioca, ya que ello daba lugar a polémicas periodísticas que servían de propaganda a la causa cubana.[16]

Las nuevas instrucciones del Ministerio de Estado llevaron a Romero a subvencionar la aparición de un nuevo diario dirigido a la colectividad española en Brasil, la *Gazeta de España*, de cuya edición en Río se hicieron cargo dos conocidos abogados peninsulares. El nuevo periódico surgía como portavoz oficioso de la legación española en Brasil, con el fin declarado de tratar de neutralizar las simpatías de la prensa brasileña hacia la revolución cubana.[17]

La decisión de Romero fue respaldada por el duque de Tetuán, que autorizó a su representante en Río de Janeiro para utilizar los fondos destinados a publicar en la prensa local noticias favorables a España. La aparición de la *Gazeta de España* privó sin embargo de dichos recursos –que en realidad constituían una subvención encubierta– a los dos principales periódicos españoles en Brasil: *La Iberia* y *La Unión Española*. Ello acentuó la hostilidad de ambos diarios contra Romero, a quien acusaban de no oponerse con firmeza a las actividades proselitistas de los partidarios de la independencia de Cuba. La virulencia de los ataques de ambos diarios contra la legación durante los primeros meses de 1896, impulsó a Romero a pedir a Madrid que le autorizara para solicitar a Morais la expulsión del director de *La Unión Española*.

El Ministerio de Estado aprobó esta medida, pero decidió condicionar su aplicación a lo que decidiera el nuevo ministro de España en Brasil, cuya llegada a la capital carioca estaba prevista para junio de ese mismo año.[18] En efecto, los problemas planteados por la colonia hispana en Brasil hacían imperativo el nombramiento de un

nuevo ministro plenipotenciario para la legación española en Río de Janeiro, vacante desde hacía casi dos años. Con este fin, el duque de Tetuán nombraba el 14 de mayo a José de Llavería como ministro plenipotenciario de España en Brasil, encomendándole mantener la neutralidad brasileña hacia la cuestión cubana.[19]

Mientras se producía su llegada, Romero tuvo que lidiar con el problema representado por la exaltación de los sectores más radicalizados del colectivo español en Brasil. La firmeza del encargado de negocios *ad interim* respondía al temor de que éstos pudieran causar incidentes que pusieran en peligro la neutralidad del gobierno brasileño en la cuestión de Cuba. La estrategia de Romero se reveló acertada y en los siguientes meses el ejecutivo de Morais multiplicó sus gestos hacia España. En marzo, el ministro de Relaciones Exteriores, Augusto de Carlvalho, ordenó a sus cónsules en el extranjero que sometieran a la previa autorización del ejecutivo cualquier envío de armas a Brasil, para evitar que fueran desviadas a Cuba.[20] Poco después, el representante español lograba la destitución del vicecónsul brasileño en Fernandina a causa de sus vínculos con el exilio cubano en Tampa.[21] Finalmente, el ministro de Relaciones Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, aseguró a Romero "que el gobierno no reconocería la beligerancia hasta que la situación de los insurrectos fuera conforme a los principios del Derecho Internacional", lo que entre otras cosas implicaba el control por éstos de alguna ciudad importante, lo que estaba lejos de suceder.[22]

La cooperación de las autoridades brasileñas fue puesta a prueba el 25 de mayo de 1896, tras la presentación en el Congreso de una propuesta de ley para reconocer la beligerancia de los independentistas cubanos. La proposición fue presentada por el diputado Timoteo Costa, perteneciente a la minoría radical de la Cámara, y contaba con el apoyo de otros trece congresistas:

> A Câmara dos Deputados bem julgando dos esforços do povo do Cuba em pról da sua libertade e independencia desde 1868, confia nos sentimentos americanos do governo da República Brazileira para esperar que ñao se demore o acto reconhecendo beligerantes áquelles cidadaos.[23]

El ejecutivo brasileño no se vio sorprendido por el planteamiento de la cuestión de la beligerancia en el Congreso, ya que la prensa radical llevaba anticipándola desde hacía varias semanas. Informado de las intenciones de los diputados jacobinos,

Morais había telegrafiado días antes a su representante en Buenos Aires para informarse confidencialmente sobre la posición del gobierno argentino y conocía de primera mano la oposición del ejecutivo de José Evaristo Uriburu a dicho reconocimiento.[24] Ello acabó probablemente por decidir al dirigente paulista a oponerse a la propuesta de Costa. En el curso del debate que tuvo lugar en el Congreso, el portavoz de la mayoría parlamentaria, Belisario de Souza, rechazó la propuesta de Costa, al tiempo que defendía la posición gubernamental de considerar la cuestión de Cuba como un asunto interno español, recordando al resto de los diputados la actitud respetuosa de España durante la Revolución Federalista.[25]

El nuevo ministro de España arribó a Río de Janeiro a tiempo de asistir a los debates celebrados en el Congreso de Brasil en torno al reconocimiento de la beligerancia cubana. La preocupación de Llavería se vio incrementada además por la llegada a Petrópolis del general Jacinto R. Pachano, comisionado por el gobierno venezolano para proponer a Brasil una alianza conjunta contra cualquier acción hostil de Inglaterra. La inquietud del ministro español se vio acentuada cuando el representante chileno le confirmó que Pachano traía la misión de gestionar la celebración de un congreso americano "para tratar asuntos mutuos bajo un criterio de prevención recelosa hacia Europa, contando con los Estados Unidos".[26]

El panorama comenzó a aclararse cuando el gobierno brasileño rechazó ambas propuestas, al tiempo que los representantes de Argentina y Chile en Brasil confirmaban a Llavería que sus respectivos gobiernos se opondrían igualmente a la celebración de un congreso americano bajo la supervisión de Washington.[27] El representante español pudo asimismo informar a Madrid del giro de la prensa conservadora hacia la cuestión cubana que, como el prestigioso *Diario de Pernambuco*, era favorable en general a la independencia de Cuba, pero opuesta a que el Congreso reconociera la beligerancia y partidaria de que, si ese era el caso, el ejecutivo no debía hacer caso de dicha recomendación. Ello, unido a las reiteradas garantías de Carvalho de que el gobierno brasileño no reconocería la beligerancia cubana, permitía a Llavería predecir que la propuesta de Costa no saldría adelante.[28]

Dificultades y tensiones durante el gobierno interino de Manuel Vitorino

La retirada de Prudente de Morais por problemas de salud y su sustitución por el vicepresidente, el bahiano Manuel Vitorino Pereira, en noviembre de 1896, coincidió

con la visita a Brasil del delegado de la Junta de Nueva York en el Río de la Plata y Brasil, Francisco de Veiga. Ello incrementó el activismo de los partidarios de la causa de Cuba en Brasil. Llavería logró que Veiga no fuera recibido por ningún miembro del gobierno y consiguió que las autoridades de Río de Janeiro cancelaran una obra teatral a favor de la independencia de Cuba, pero el masivo recibimiento tributado por la población carioca al delegado cubano a su llegada a la capital puso de manifiesto la popularidad de la causa cubana.[29]

Estos acontecimientos alarmaron a Llavería, quien no podía ignorar la pertenencia del presidente interino al ala disidente del Partido Republicano Federal (PRF), que constituía la base del movimiento florianista, el mismo que hasta ese momento había impulsado la campaña a favor de la independencia de Cuba. Ello llevó al ministro español a solicitar una entrevista con el nuevo ministro de Relaciones Exteriores, Dionisio Cerqueira, quien garantizó al representante español que el ejecutivo mantendría la política del anterior gabinete hacia Cuba, negándose a reconocer la beligerancia de los insurrectos cubanos.[30]

Sin embargo, el 15 de diciembre tuvo lugar en Río de Janeiro una multitudinaria manifestación, al conocerse la muerte del caudillo cubano Antonio Maceo en un encuentro con las tropas españolas. La manifestación reunió en la capital carioca a una multitud de cerca de 5.000 personas, según el propio Llavería. El éxito animó a los manifestantes a marchar al día siguiente hasta el palacio de Itamaraty para entregar a Manuel Vitorino un documento en el que se solicitaba el reconocimiento de la beligerancia de los rebeldes cubanos. Una comisión de los organizadores de la protesta, encabezada por un fiscal del Tribunal Supremo, fue incluso recibida por el presidente en funciones de la República, quien se comprometió a dar una respuesta tras consultar con su Consejo de Ministros.[31]

Los incidentes del 15 y 16 de diciembre incrementaron la alarma de Llavería, ya de por sí preocupado por la sintonía del nuevo gabinete con los sectores jacobinos del PRF. La inacción de la policía frente a las agresiones sufridas por un grupo de españoles, que trataban a su vez de organizar una contramanifestación, pareció confirmar los temores del representante español de que el nuevo gobierno se apartaría de la cautelosa política hacia Cuba seguida por Prudente de Morais.

Llavería, quien había tratado infructuosamente de ser recibido por Cerqueira la tarde del 16, logró entrevistarse con el ministro de Relaciones Exteriores al día siguiente. El

general Cerqueira restó importancia a los hechos y aseguró al representante hispano que el presidente en funciones no había hecho más que contemporizar con los manifestantes. Cerqueira lamentó en nombre del gobierno los gritos contra España proferidos durante la manifestación y reiteró que, pese a la agitación popular creada por los jacobinos, el gobierno no estaba dispuesto a reconocer la beligerancia de los rebeldes cubanos.[32] Una semana después, el ministro de Relaciones Exteriores comunicó a Llavería que el gobierno había decidido no responder a la petición entregada días antes por la comisión.[33]

El gobierno canovista aceptó con alivio las explicaciones brasileñas y aprobó la conducta prudente seguida por Llavería. El temor a que Manuel Vitorino acabara por ceder a la presión de los sectores más radicales del PRF y reconociera la beligerancia cubana, provocando de este modo una reacción en cadena que arrastrara a otros gobiernos latinoamericanos, llevó al Ministerio de Estado a adoptar una posición sumamente contemporizadora.

El incremento de la represión en Cuba tras la llegada del nuevo capitán general, Valeriano Weyler, no contribuyó precisamente a mejorar la imagen de España entre amplios sectores de la opinión pública brasileña. La política represiva puesta en práctica por España no llegó a provocar una oleada de refugiados cubanos hacia Brasil, como sucedió en el caso de otros países latinoamericanos, pero la forzada salida de la isla de muchos simpatizantes de la insurrección sirvió a la rapacidad y falta de escrúpulos de algunos contratistas, como el puertorriqueño Francisco Cepeda, quien envió contingentes de cubanos a las plantaciones de azúcar de Pará, donde fueron sometidos a duras condiciones de trabajo, con la connivencia del vicecónsul español en Belém. Llavería denunció esta situación a las autoridades españolas y brasileñas e hizo lo posible para desalentar cualquier movimiento migratorio de cubanos a Brasil.[34]

La cuestión de Cuba sería pronto desplazada del debate político brasileño por el problema de Canudos. El fracaso de las autoridades bahianas para poner fin a la rebelión milenarista del Sertão en enero de 1897 sería utilizado por el ejecutivo federal para presentar al movimiento socio-religioso dirigido por Antonio Conselheiro como una conspiración monarquista contra las instituciones republicanas. En medio de la creciente división del PRF y de la presión de los militares florianistas, el gobierno en funciones de Antonio Vitorino preparó una expedición militar contra Canudos, tratando de utilizar el aplastamiento de la supuesta conspiración monarquista para reforzar su legitimidad y perpetuarse en el poder (Cava, 1968).[35]

En este contexto, las principales fricciones hispano-brasileñas durante los primeros meses de 1897 fueron originadas por la actitud dilatoria del gobierno brasileño hacia las reclamaciones presentadas por los inmigrantes españoles durante la Revolución Federalista. El problema se acentuó cuando el gobierno brasileño suscribió un acuerdo con Italia, que otorgaba un trato preferente a la resolución de las reclamaciones presentadas por los ciudadanos italianos afectados por dicho conflicto. Este acuerdo fue posible gracias al previo despliegue intimidatorio de la Regia Marina en aguas brasileñas. Tras hacerse público el tratado, Llavería se entrevistó con Cerqueira para reclamar las mismas condiciones para sus conciudadanos. El ministro de Relaciones Exteriores se negó a ello, lo que llevó al representante español a solicitar instrucciones a Madrid.[36]

El gobierno de Cánovas juzgó que esta discriminación afectaba gravemente a las relaciones bilaterales, pero consideró inviable realizar una demostración naval similar a la italiana mientras el país afrontaba una dura guerra colonial en Cuba. El duque de Tetuán se limitó, por lo tanto, a ordenar a Llavería que presentara una protesta formal ante el gobierno brasileño y que al mismo tiempo tratara de consensuar una acción conjunta con las restantes naciones discriminadas por el reciente acuerdo ítalo-brasileño:

> Las circunstancias que atraviesa España no permiten acudir a las medidas coercitivas que aparentemente son las únicas que atiende ese gobierno en materia de reclamaciones (...) ni en estos momentos en que por razones de alta política ya conocidas de V. S. nos interesa en grado sumo evitar el más leve rozamiento o pretexto de desavenencia con las repúblicas americanas, parece oportuno recurrir a otros medios menos violentos, pero siempre desagradables para aquel contra quien se dirigen como sería el celebrar un acuerdo con los diversos gobiernos interesados en recabar una resolución justa e idéntica de las reclamaciones pendientes.[37]

El gobierno español no andaba descaminado, ya que los problemas de delimitación de la frontera brasileña con las colonias de Francia e Inglaterra en la Guayana habían incrementado las tensiones entre Brasil y ambas potencias europeas (Rodrigues y Seitenfus, 1995, p. 224-228). El dos de marzo el tercer cuerpo expedicionario enviado contra Canudos era derrotado lo que provocaría una histeria antimonárquica

en el país. No obstante, el inesperado regreso de Prudente de Morais a la presidencia el 4 de marzo de 1897 volvería a reconducir las relaciones entre España y Brasil a un clima de entendimiento.

La neutralidad ambigua de Brasil durante la Guerra Hispano-Norteamericana

Los problemas internos y externos afrontados por el régimen brasileño facilitaron el entendimiento hispano-brasileño. De manera un tanto paradójica, la visita a Brasil de un nuevo delegado de la Junta Revolucionaria de Nueva York, Arístides Agüero, proporcionó la oportunidad para destensar las relaciones bilaterales.

Agüero llegó a Río de Janeiro el 5 de julio como primera escala de una gira proselitista por varios países latinoamericanos. El nuevo delegado cubano fue recibido nuevamente con grandes muestras de entusiasmo popular. Su visita dio pie a que varios diputados senadores y radicales del PRF refrendaran su apoyo a la lucha del pueblo cubano. Para disgusto de Llavería, Agüero logró además ser recibido por la mayoría de los representantes latinoamericanos acreditados en Río de Janeiro.[38]

Prudente de Morais, cada vez más enfrentado a la oposición florianista, tuvo entonces un gesto favorable a España, al rechazar la petición de Agüero de ser recibido por el presidente para entregarle en mano una carta de Tomás Estrada Palma y prohibir que el delegado cubano fuera recibido por ningún otro miembro de su gabinete. El gobierno brasileño reiteró a Llavería, al mismo tiempo, que la presión popular no haría variar su política de considerar la crisis cubana como un asunto interno de España. Por instrucciones del propio Prudente de Morais, el ejecutivo emitió además una circular prohibiendo terminantemente a los funcionarios públicos asistir al mitin organizado el 20 de julio por Agüero en el Club dos Reporters.[39]

Llavería, por su parte, trató sin mucho éxito de mantener apaciguado al turbulento colectivo español de Río de Janeiro. La visita de Agüero había exacerbado el grado de excitación patriótica de los sectores más exaltados de la colonia hispana. La indignación de dichos sectores se desbordó dos días más tarde durante la conferencia ofrecida por el delegado cubano en el Club de la União Comercial. Los enfrentamientos a tiros y pedradas entre grupos de españoles y partidarios de Cuba provocaron varios heridos y motivaron la detención por la policía carioca de varios provocadores peninsulares.[40]

Estos incidentes provocaron una nueva entrevista entre Llavería y Cerqueira, en la que el ministro español solicitó la expulsión de Agüero. El ministro de Relaciones Exteriores rehusó, aduciendo que la legislación brasileña permitía al delegado cubano hacer proselitismo, siempre que no atacara directamente a España. No obstante, el ejecutivo transmitió a los organizadores de la visita de Agüero – encabezados por José do Patrocinio, el director del principal periódico jacobino, *Ciudade do Rio* – su preocupación por los incidentes que pudiera provocar la celebración de nuevos actos multitudinarios a favor de la independencia de Cuba. Sus indicaciones no fueron atendidas por los sectores florianistas, que se habían adueñado de las calles tras el retorno de Prudente de Morais, creando un clima de agitación antigubernamental. Las autoridades fueron entonces más allá y prohibieron directamente un nuevo mitin de Agüero convocado en la plaza de San Francisco.[41] La actitud del gobierno de Morais dio al traste con los proyectos de Agüero, quien el 23 de septiembre abandonó Río de Janeiro para dirigirse a Montevideo.[42]

El éxito de la cuarta expedición militar contra Canudos, que terminó con la destrucción de la población y la masacre de los conselhistas contribuyó a reforzar al gobierno de Prudente de Morais. El frustrado intento de asesinato del presidente, en un atentado en el que resultó muerto el general Carlos Machado Bittencourt, ministro de la Guerra, permitió al gobierno decretar el estado de sitio en Río de Janeiro y Niterói y desarticular a la oposición florianista que había estado detrás del intento. El dominio de las calles pasó entonces de los jacobinos a los sectores más conservadores del PRF que apoyaban al gobierno. El gobierno arrestó por sospechas de complicidad en el atentado a parlamentarios como Pinheiro Machado o el periodista Alcindo Guanabara, que habían destacado entre los promotores del reconocimiento de la beligerancia cubana (Mota; López, 2009).

El nuevo clima político puso fin al activismo de los sectores jacobinos favorables a la causa cubana, lo que facilitó considerablemente la labor de la legación española en Río de Janeiro. Ni siquiera el estallido de la Guerra Hispano-Norteamericana en abril de 1898 movió al gobierno brasileño a modificar su negativa al reconocimiento de la beligerancia de los insurrectos cubanos.

Como en otros países latinoamericanos, el conflicto hispano-norteamericano generó una cierta corriente de simpatía hacia España, sobre todo entre los sectores más conservadores de la sociedad. La legación española percibió este sentimiento y

no dejó de promoverlo mediante una hábil campaña de prensa, en la que curiosamente encontró el apoyo de algunos de los periódicos que más se habían distinguido anteriormente en la defensa de la causa cubana, como el diario *O Paiz*.[43] El resultado de este proceso fue la ruptura del anterior consenso existente en la sociedad brasileña en torno a la cuestión cubana y – como informaba con satisfacción el representante español en sus informes a Madrid – la polarización de la misma, "una parte a nuestro favor y otra en contra nuestra".[44] Esta opinión parece refrendada por la recepción por el consulado español en Río de Janeiro de varios cientos de solicitudes para ir a luchar como voluntarios en las filas españolas, pero a diferencia de 1896 ahora se trataba tanto de españoles como de brasileños, pertenecientes sobre todo en este último caso a "familias de respetable posición social".[45]

El gobierno brasileño, por su parte, adoptó una actitud de "rigurosa neutralidad" hacia la Guerra Hispano-Norteamericana pese a su evidente acercamiento diplomático a los Estados Unidos. A diferencia de la mayoría de los países latinoamericanos, que contemplaron con preocupación la intervención estadounidense en Cuba, el ejecutivo brasileño no ocultó desde un principio su simpatía por la potencia emergente.

La declaración de neutralidad no impidió, por lo tanto, que el gobierno de Prudente de Morais tuviera varios gestos amistosos hacia la administración estadounidense durante el conflicto. En los meses previos a la guerra, el gobierno brasileño ya había accedido a vender a los Estados Unidos los cruceros protegidos *Amazonas* y *Abreu*, que la casa *Amstrong* estaba construyendo en Inglaterra por encargo de aquel (Vega, 1990, p. 86). Pocos días antes de que estallara el conflicto, el ejecutivo brasileño traspasó igualmente a Washington el transporte militar *Nitheroy*. Declarada la guerra, permitió que esta última embarcación permaneciera anclada en Río de Janeiro, atendiendo una petición del Departamento de Estado, que temía que pudiera ser apresada por buques de guerra españoles. Ello era contrario al Derecho Internacional, como no dejó de denunciar reiteradamente la legación española, a cargo para entonces de Luis Pastor, encargado de negocios *ad interim* tras la retirada de Llavería. Pese a ello, las autoridades brasileñas permitieron con diversos pretextos que el *Nitheroy* permaneciera en aguas brasileñas hasta la llegada de los cruceros norteamericanos *Oregon* y *Marietta*, enviados a escoltarlo y a frustrar cualquier ataque español contra mercantes estadounidenses en el litoral brasileño.[46] Para entonces, los

rumores difundidos por la prensa brasileña en torno a un supuesto plan de la armada española para interceptar las comunicaciones entre los Estados Unidos y Sudamérica habían alarmado a las principales compañías exportadoras de café, que cancelaron los fletes en buques norteamericanos.[47]

Ésta resultó finalmente la única afectación para Brasil de la breve Guerra Hispano-Norteamericana. La rápida victoria estadounidense evitó que el conflicto pudiera acabar afectando a las relaciones entre Brasil y España, al tiempo que contribuía a cimentar la alianza estratégica entre Río de Janeiro y Washington, formalizada pocos años después a partir de la llegada del barón de Río Branco al Ministerio de Relaciones Exteriores (Hirst, 2005, p. 3-5; Picupero, 2016, v. II, p. 335-360).

La pérdida de Cuba y Puerto Rico puso fin a la secular presencia española en el continente americano. Ello hizo que las relaciones hispano-brasileñas dejaran de gravitar en el futuro en torno a los factores geopolíticos que las habían condicionado hasta ese momento. Más allá de algunos diferendos menores entre los dos países en torno a la república fantasma de Cumani (Brancato, 1986), las relaciones discurrirían en las siguientes décadas por otros derroteros, caracterizados por un creciente, aunque modesto, incremento de los intercambios comerciales – en parte como resultado de la pérdida de Cuba por España – y por las ocasionales fricciones provocadas por la creciente inmigración española a Brasil (Pino, 2007, p. 82-83).

Notas

1 "Circular del Ministerio de Estado a los representantes españoles en América", 11 de octubre de, en Archivo Histórico Nacional (en adelante AHN), Estado, leg. 2896.
2 Gil a Ministerio de Estado, 16 de octubre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2896.
3 "Circular del Ministerio de Estado a los representantes españoles en América", 7 de diciembre de 1895, en Archivo Histórico Nacional, Estado, leg. 2896.
4 Las negociaciones que condujeron al reconocimiento español del Imperio Brasileño pueden seguirse en Moreira (1977).
5 Sobre la estancia de Valera en Brasil, *vide* Valverde (1995).
6 Romero a Alsina, 8 de agosto de 1893, en AHN, Estado, leg. 2331.
7 Romero a Estado, 16 de mayo de 1894, en AHN, Estado, leg. 2904.
8 Informe de la Sección de Política de América del Ministerio de Estado sobre la actitud de las repúblicas americanas en la cuestión de Cuba, 1896, en AHN, Estado, leg. 2904. Sobre el ascenso de los paulistas al poder, *vide* June E. Habner, The Paulistas Rise to Power: A Civilian Group Ends Military Rule, en *Hispanic Historical Review*, v. 47, n. 1, p. 145-165, 1967.
9 Ministerio de Estado a Romero, 12 de agosto y 18 de octubre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
10 Romero a Ministerio de Estado, 19 de junio de 1895, en AHN, Estado, leg. 2900.
11 Romero a Ministerio de Estado, 16 de octubre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
12 Romero a Ministerio de Estado, 10 de septiembre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.

13 La proclama puede encontrarse en Romero a Ministerio de Estado, 28 de octubre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
14 Romero a Ministerio de Estado, 11 de octubre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
15 Romero a Ministerio de Estado, 15 de noviembre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
16 Romero a Ministerio de Estado, 18 de diciembre de 1895, en AHN, Estado, leg. 2894.
17 Romero a Ministerio de Estado, 10 de enero de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
18 Romero a Ministerio de Estado, 11 de febrero de 1896 e Informe de la Sección Política del Ministerio de Estado, 12 de mayo de 1896, ambos en AHN, Estado, leg. 2900.
19 Tetuán a Llavería, 14 de mayo de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
20 Romero a Ministerio de Estado, 21 de marzo de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
21 Informe de la Sección de Política de América del Ministerio de Estado sobre la actitud de las repúblicas americanas en la cuestión de Cuba, 1896, en AHN, Estado, leg. 2904.
22 Romero a Ministerio de Estado, 1 de mayo de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
23 *Ciudade do Rio*, 26 de mayo de 1896.
24 Llavería a Ministerio de Estado, 19 de octubre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900. Sobre la política argentina hacia la crisis cubana, *vid.* Sánchez Andrés, *op. cit.*, p. 13-44.
25 Romero a Ministerio de Estado, 4 de junio de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
26 Llavería a Ministerio de Estado, 18 de junio de 1896, en AHN, Estado, leg. 1419.
27 Llavería a Ministerio de Estado, 18 de junio de 1896, en AHN, Estado, leg. 1419.
28 Llavería a Ministerio de Estado, 24 de junio de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
29 Llavería a Ministerio de Estado, 30 de noviembre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
30 Llavería a Ministerio de Estado, 10 de diciembre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
31 Llavería a Ministerio de Estado, 18 de diciembre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
32 Telegrama de Llavería a Ministerio de Estado, 17 de diciembre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
33 Llavería a Ministerio de Estado, 30 de diciembre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
34 Llavería a Ministerio de Estado, 19 de octubre de 1896, en AHN, Estado, leg. 2900.
35 Sobre la Guerra del Sertão sigue siendo válido el trabajo clásico del corresponsal de guerra de la cuarta y última expedición contra Canudos, Cunha (1902).
36 Llavería a Ministerio de Estado, 9 de marzo de 1897, en AHN, Estado, leg. 1419.
37 Tetuán a Llavería, 7 de abril de 1897, en AHN, Estado, leg. 2331.
38 Llavería a Ministerio de Estado, 6 y 21 de julio de 1897, en AHN, Estado, leg. 2903.
39 Llavería a Ministerio de Estado, 20 de julio de 1897, en AHN, Estado, leg. 2903.
40 *Gazeta de España*, 21 de julio de 1897.
41 Llavería a Ministerio de Estado, 31 de julio de 1897, en AHN, Estado, leg. 2903.
42 Llavería a Ministerio de Estado, 23 de septiembre de 1897, en AHN, Estado, leg. 2903.
43 Llavería a Ministerio de Estado, 19 de marzo de 1898, en AHN, Estado, leg. 2904.
44 Llavería a Ministerio de Estado, 29 de marzo de 1898, en AHN, Estado, leg. 2904.
45 Pastor a Ministerio de Estado, 16 de abril de 1898, en AHN, Estado, leg. 2904.
46 Pastor a Ministerio de Estado, 21 de abril de 1898, en AHN, Estado, leg. 2904.
47 Pastor a Ministerio de Estado, 8 de marzo de 1898, en AHN, Estado, leg. 2904. Para ese momento los Estados Unidos eran ya el principal mercado para el café brasileño, vide Ferreira (1970).

Referencias bibliográficas

ABRANCHES, Dushee de. Brazil and the Monroe. *Doctrine*. Río de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

ANDRÉS, Agustín Sánchez. Diplomacia, hispanismo y exaltación patriótica: la política española hacia Argentina y Uruguay durante la crisis cubana, 1895-1898, en Legajos. *Boletín del Archivo Histórico de la Nación*, n. 10, p. 13-45, 2016.

BRANCATO, Sandra María Lubisco. A Espanha e a implementação da República do Brasil, reações entre os políticos espanhóis. *Estudos Iberoamericanos*, v. 6, 1985.

_____. Estado livre de Counani: una cuestión diplomática entre España y Brasil en el comienzo del siglo XX. *Estudos Iberoamericanos*, n. 7, p. 39-68, 1986.

CALMON, Pedro. *Brasil e América. Historia de uma política*. Río de Janeiro: José Olimpyo Editora, 1943.

CAVA, Ralph Della. Brazilian Messianism and National Institution: A reappraisal of Canudos and Jaseiro. *Hispanic American Historical Review*, v. 48, n. 3, p. 402-420, 1968.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Laemmert, 1902.

DOMÍNGUEZ, Carlos Espinoza. Andanzas póstumas: Machado de Asís en español. *Caracol*, n. 1, 2010.

FERREIRA, Héctor. *Historia político-económica e industrial do Brasil*. São Paulo: Compañía Editora Nacional, 1970.

GARCÍA, Ignacio. Voluntarios españoles del Río de la Plata en la Guerra de Cuba. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 577-578, p. 113-128, 1998.

HABNER, June E. The Paulistas Rise to Power: A Civilian Group Ends Military Rule. *Hispanic Historical Review*, v. 47, n. 1, p. 145-165, 1967.

_____. Jacobinos versus Galegos. *Journal of Inter American Studies and World Affairs*, v. 18, n. 2, p. 125-154, 1976.

HIRST, Mónica. *The United States and Brazil. A Long Road of Unmet Expectations*. Nueva York: Routledge, 2005.

KLEIN, Herbert S. *La inmigración española en Brasil, siglos XIX y XX*. Gijón: Archivo de Indianos, 1996.

LOVE, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1822-1930*. Stanford: Universidad de Stanford, 1971.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. *Espanha e Brasil: problemas de relacionamento, 1822-1834*. Montevidéu: Editorial Porto Alegre, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme; LÓPEZ, Adriana. *Historia de Brasil: una interpretación*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2009.

OLIVEIRA, José M. Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil*. Brasilia: Senado Federal, v. I, 1997.

PALMA, Valdés. *La revolución de 1895 según la correspondencia de la Delegación Cubana en Nueva York*. La Habana: Editorial Habanera, v. III, 1932.

PÉREZ, María E. El 98 español visto del Uruguay. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 577-578, p. 129-140, 1998.

PICUPERO, Rubens. La política exterior de la Primera República (1989-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Coord.). *Pensamiento diplomático brasileño. Formuladores y agentes de la política exterior (1750-1964)*. Brasilia: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, v. II, p. 335-360.

PINO, Bruno Ayllón. *Las relaciones hispano-brasileñas: de la mutua irrelevancia a la asociación estratégica, 1945-2005.* Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007.

RODRIGUES, José Honorio; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Una historia diplomática do Brasil (1531-1945)*. Río de Janeiro: Civilização Brasileña, 1995.

SOUZA, José de. La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera. In: ALBORNOZ, Nicolás Sánchez de (comp.). *Españoles hacia América Latina, la emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza, 1988.

VALVERDE, Concha Piñero. *Juan Valera en Brasil. Un encuentro pionero*. Sevilla: Quäsyeditorial, 1995.

VEGA, Antonio de la. Programas y efectivos navales españoles y norteamericanos (1865-1898). *Cuadernos del Instituto de Historia y Cultura Naval*, n. 8, p. 86, 1990.

CAPÍTULO 9

La presencia del mundo iberoamericano en los libros de textos escolares españoles. Análisis comparativo entre los libros de texto de La Loe (2006) y los libros de texto de La Lomce (2013)

María Montserrat Pastor Blázquez
Universidad Autónoma de Madrid

No cabe duda que reflexionar sobre cómo acercamos el mundo iberoamericano a nuestra sociedad, debería ser una prioridad. Y todavía lo es más, cómo lo hacemos desde la edad escolar. Cuál es la primera visión que tienen nuestros estudiantes, de las conexiones entre América y la península, sin duda, condiciona enormemente su posterior concepción de las mismas.

Y ese primer contacto, se lo otorga, el contenido presente en los libros de texto escolares.

Todos los libros de texto escolares españoles coinciden en iniciar el apartado correspondiente a la Edad Moderna con el descubrimiento de América: una gran carabela y Cristóbal Colón dan el pistoletazo de lo que denominan las bases de una nueva historia y una nueva sociedad, que desmontará las estructuras medievales y asentarán las bases de la nueva modernidad.

Pero si los inicios de la Edad Moderna se ligan al descubrimiento de América (1492), serán precisamente las Independencias Americanas (1810-1824) las que cierren definitivamente las estructuras del antiguo régimen, para dar paso al asentamiento del liberalismo que definirán las bases de la edad contemporánea.

De ahí la relación tan íntima que presentan la Edad Moderna y el mundo iberoamericano en los libros de textos escolares españoles. Precisamente este mismo año, tuvimos la ocasión de señalarlo en la comunicación que presentamos con el título

Contrastes de la presencia de la Edad Moderna en los libros de texto de Secundaria.[1] Y en un año, en el que, además, estamos conmemorando los 500 años, de los inicios de lo que fue la primera circunnavegación terrestre, iniciada en el año 1519 con la expedición de Magallanes-Elcano, y finalizando con la llegada de éste último, tres años después, en 1522, al puerto de partida, Sanlúcar de Barrameda.

Pasamos, a continuación, a analizar cuál es la presencia del mundo iberoamericano en los libros de textos, durante la educación obligatoria, del sistema educativo español, que comprende las etapas de la Educación Primaria (6-12 años) y la Educación Secundaria Obligatoria (12-16 años).

La presencia del mundo iberoamericano en los libros de texto escolares de Educación Primaria (estudiantes de 6-12 años)

Comenzaremos nuestro recorrido, analizando el contenido presente en los libros de texto tras la llegada de la LOE (Ley Orgánica de Educación) del 2006. Serán libros de texto escolares elaborados, mayoritariamente, entre el periodo del 2006 al 2012, y que, por tanto, reflejarán la visiones de mundo iberoamericano, a comienzos del siglo XXI.

La LOE (2006) reforma la ley educativa anterior, la LOGSE (Ley Orgánica de Ordenación General del Sistema Educativo), de 1990,[2] aunque mantiene muchos elementos comunes y, entre ellos, es la pervivencia del área de *Conocimiento del Medio Natural, Social y Cultural*, en la que se presentan los contenidos de las Ciencias Sociales y las Ciencias Naturales de manera conjunta, para que sean trabajados de manera interdisciplinar. Mientras que el área del CMNSC de la LOGSE se componía de 10 bloques de contenido (El ser humano y la salud; el paisaje; el medio físico; los seres vivios; materiales y sus propiedades; población y actividades humanas; máquinas y aparatos; organización social; medios de comunicación y transporte, y cambios y paisajes históricos), el área del CMNSC de la LOE se reestructuraba en 7 bloques de contenido (El entorno y su conservación; la diversidad de los seres vivos; la salud y el desarrollo personal; personas, culturas y organización social; cambios en el tiempo; materia y energía, y objetos, máquinas y tecnología) pero manteniendo el mismo nivel de conocimientos.

Al ser un área conjunto de conocimientos naturales y sociales, provocará que los libros de textos, de *Conocimiento de Medio* tengan que hacer frente a un elevado

número de conocimientos, y, por consiguiente, no profundicen en los mismos, cómo hubiera sido necesario.

Si observamos libros de textos escolares, anteriores al 2013, procedentes del sistema educativo LOE (2006), la presencia de hechos históricos, relativos a la Edad Moderna, estan ya presentes en el libro de 2º de Educación Primaria, para alumnos de 7/8 años, en donde en el Tema 14 Historias y Recuerdos, a través de un apartado denominado "Recuerdos de tiempos pasados", nos encontramos con un texto sobre "El descubrimiento de América".[3] A partir del texto, se presentan dos preguntas a contestar: ¿Quién fue el descubridor de América? y ¿En qué año se descubrió América? para pasar, a continuación, a que los alumnos expliquen por qué el descubrimiento de América es importante para todos (*Conocimiento del medio*. Comunidad de Madrid. Proyecto Un paso más. 2º primaria. Editorial Santillana, p. 156). Si nos detuviéramos a analizar las respuestas ofrecidas por los estudiantes de estas edades, puede que nos sorprendieramos. Baste un ejemplo, cuando un alumno señala que es importante el descubrimiento de América para todos "*porque podemos comer distintas comidas".*

No mucho más encontramos en el libro de 3º de Educación Primaria, que destinado a alumnos de 8/9 años, pues en el Tema 14 La historia de mi localidad, en el apartado denominado "Ayer y hoy de pueblos y ciudades", se señala que:

> Hace 500 años, las ciudades recobraron su importancia. Los nobles y los comerciantes se establecieron en ellas y construyeron bellos y lujosos palacios. En las ciudades de la costa se ampliaron los puertos para favorecer el comercio. En esta época se hicieron grandes descubrimientos geográficos, como el descubrimiento de América. Allí se crearon nuevas ciudades. (*Conocimiento del Medio*, p. 194)

De esta forma, tan escueta, queda recogida la presencia de la Historia Moderna que, de nuevo, está ligada al descubrimiento de América.

Siguiendo el libro de 4º de Educación Primaria, destinado a alumnos de 9/10 años, en el Tema 14 Hace cientos de años, se introduce con punto 2. Aclarar las ideas, con la pregunta ¿siempre hemos conocido todo el planeta? A lo que se precisa: "Las personas que vivieron hace 500 años pensaban que el mundo era más pequeño de lo que realmente es. Sin embargo, los exploradores de aquella época descubrieron

nuevos territorios, nuevas gentes y nuevas costumbres. Por ejemplo, Cristóbal Colón descubrió el continente americano" (p. 193), y en donde en el apartado La vida hace 500 años, se le dedica unos párrafos a los descubrimientos de nuevos territorios:

> En esta época se utilizaron aparatos que favorecieron el desarrollo de la navegación y permitieron descubrir nuevos territorios. En 1492, Cristóbal Colón descubrió América. A partir de ese momento se conocieron nuevas plantas, nuevas costumbres… Además, mucha gente se enriqueció con el oro y la plata que desde allí se traían. Los viajes de Colón abrieron el camino a otras expediciones. Por ejemplo, unos años más tarde, Juan Sebastián Elcano consiguió dar la primera vuelta al mundo. (p. 194)

Texto que se complementa con los 3 elementos que favorecieron la navegación: el astrolabio, que marcaba la posición de los astros, la brújula que indicaba el norte y el compás que ayudaba a medir las distancias en los mapas. De ahí que se presentaran los 3 elementos encima de un mapa de la época (*Typus Orbis Terrarum*). A ello se añade un dibujo con un modelo de la carabela que se inventó hace unos 500 años, en donde se señala que era un barco muy seguro pues permitía la navegación en cualquier época del año y era capaz de resistir las tempestades y los ataques de los piratas (p. 195). Ante esta información se les ofrece una serie de preguntas ¿Causas que favorecieron el descubrimiento de nuevas tierras? Y ¿consecuencias del descubrimiento de nuevas tierras?, a las que se ofrecían una serie de respuestas: se perfeccionaron los mapas, se inventaron aparatos que favorecieron la navegación, se conocieron nuevas plantas, se inventaron barcos más seguros y rápidos y muchas personas se enriquecieron con el oro y la plata que llegaba de América. Para acabar el tema, con una serie de preguntas sobre la vida de Cristóbal Colón y Juan Sebastián Elcano: ¿dónde nacieron?, ¿Qué profesión tenían? Y ¿Qué cosas importantes realizaron? Y un pequeño resumen: "La vida hace 500 años: hace 500 años, las ciudades recuperaron su importancia y el comercio y la navegación alcanzaron gran desarrollo. En esta época, se descubrieron nuevos territorios y muchos artistas realizaron importantes obras de arte" (C*onocimiento del Medio*, p. 197).

Con el texto de esta editorial, los estudiantes de 9/10 años, siguen relacionando el descubrimiento de América con los inicios de un nuevo mundo, hace 500 años y amplían sus conocimientos, incorporándoles cartografía y elementos que favorecieron la navegación, así como el conocimiento de otras expediciones que, aunque

solo está representada por Elcano, omitiendo al portugués Magallanes, les ponen en contacto con los avances marítimos y la invención de nuevos barcos, así como lo que los nuevos territorios ofrecieron, sea en el conocimiento de la botánica, con nuevas plantas, así como la llegada de los metales preciosos.

En el libro de 5º de Educación Primaria, para ser trabajado por alumnos de 10/11 años, ya aparece el Tema 14, con el enunciado de "La Edad Moderna y la Edad Contemporánea" y en cuya portada aparecen las maquetas de 4 naves, para reflejar cómo han ido cambiando los barcos desde la época de los descubrimientos: la Carabela *Pinta* (siglo XV) "una de las carabelas con las que Colón llegó por primera vez a América. La carabela era un barco de vela, es decir, de los que necesitaban la fuerza del viento para desplazarse. No utilizaba remos, como otros barcos antiguos; así había más espacio para guardar provisiones en las bodegas y para realizar viajes más largos", la Fragata *Lealtad* (siglo XVIII), el Remolcador a vapor *Cavite Viejo* (siglo XIX) y el *Hespérides*, buque actual de investigación (p. 178) y, nos presenta también un eje cronológico y una pintura, que comienza, de igual manera, en 1492 cuando Cristóbal Colón llegó a América, hecho que marca el comienzo de la Edad moderna, y en donde nos informan que:

> Durante la Edad Moderna, los cambios sucedían de forma más lenta que en la Edad Contemporánea. Así Cristóbal Colón tardó dos meses en llegar desde España a América, mientras que hoy en día los avances tecnológicos y los modernos transportes nos permiten hacer el mismo viaje en tan sólo unas horas. (p. 179)

En este curso, se incide de especial manera, en los territorios del Imperio Español:

> A principios de la Edad Moderna, España tenía posesiones en casi todo el mundo. Los ejércitos españoles conquistaron en esta época las Islas Canarias, gran parte de América, las Islas Filipinas, en el sur de Asia y varios territorios pequeños en África. Además, los reyes heredaron territorios en el centro y sur de Europa. Sin embargo, la mayoría de ellos ya no pertenecían a España al final de la Edad Moderna, contenido que se ve acompañado de un Mapa de los territorios del Imperio hispánico: "Los Reyes Católicos iniciaron la conquista de América. Sus sucesores, Carlos I y Felipe II llegaron a tener posesiones en cinco continentes. Por ello, se dice que dirigieron un imperio universal". (*Conocimiento de Medio*, p. 180)

En este curso, se les introduce en algunos de los reinados (Reyes Católicos, Carlos V, Felipe II…), así como en el concepto de Imperio Español, a través del conjunto de territorios que llegaron a integrar a sus posesiones, por tanto, se introduce el término "conquista".

En el último curso de Educación Primaria, el libro de texto de 6º de primaria, destinado a alumnos de 11/12 años, le dedica el Tema 13 a la Edad Moderna, con un grabado en la portada que muestra a las naves Santa María, Pinta y Niña cómo parten a mando de Colón desde Huelva en 1492, acompañado con un texto titulado "América, un nuevo continente"[4] y en donde nos informan que "el descubrimiento de América marcó el comienzo de la Edad Moderna. En sus inicios el Imperio Hispánico abarcaba un vasto territorio repartido por Europa, América, Asia y África. Más tarde, los problemas políticos y económicos provocaron la ruptura del Imperio" (p. 170-171), e ilustrado con una pintura en donde Cristóbal Colón prepara su viaje antes de partir.

Cuando se hace alusión al "Imperio Hispánico", se hace referencia al reinado de los Reyes Católicos, El Imperio de Carlos I y el Imperio de Felipe II, es decir, al siglo XVI. Respecto al reinado de los Reyes Católicos se incide en que:

> En 1492 conquistaron Granada, el último reino musulmán de la Península, y financiaron la expedición de Cristóbal Colón, un marino italiano que buscaba una nueva ruta para llegar hasta Asia. En su viaje, antes de llegar a Asia, Colón descubrió el continente americano, que fue conquistado por la Corona de Castilla (p. 172).

Respecto al Imperio de Carlos I, solo se indica que en 1516 accedió al trono y gobernó un gran Imperio, sin hacer ninguna referencia más a América. En el apartado del Imperio de Felipe II, por el contrario, se indica que:

> En 1556 comenzó el reinado de Felipe II, el sucesor de Carlos I. Gobernaba un vasto imperio formado por los territorios de la Península, algunos en el sur de Italia, los Países Bajos y las posesiones castellanas en América y en Asia. Durante su reinado, subieron los precios de algunos productos y disminuyó la cantidad de oro y plata que llegaba desde América. Por ello, la población se empobreció (p. 173).

Texto acompañado de un Mapa del Imperio Hispánico, que marca las posesiones de Carlos I, posesiones de Felipe II y posesiones de ambos monarcas.

Por contrapartida, en el apartado denominado *La fragmentación del Imperio Hispánico*, identificándose con el siglo XVII y XVIII, la única información que se muestra es la siguiente: "Las guerras del siglo XVI fueron largas y muy costosas. Por ello, en el siglo XVII, el imperio hispánico se debilitó y comenzó a fragmentarse" (C*onocimiento de Medio*, p. 174).

De esta manera, los estudiantes que finalizaron la Educación Primaria, con 12 años, podemos comprobar que a través del texto que aparece en la Editorial Santillana, con el "Proyecto Un paso más", acabaron con una pobreza de contenido muy elevado respecto al mundo iberoamericano. Se reflexiona exclusivamente sobre la concepción y representación de la tierra en la Edad Moderna, con apoyo cartográfico, se presenta la relación con América, en términos de descubrimiento y conquista, resaltando la figura de Cristóbal Colón y el año 1492, en beneficio del Imperio hispánico, que iniciado con los Reyes Católicos y ampliado en el siglo XVI con los reinados de Carlos I y Felipe II, sustancialmente se enriquece con la incorporación de nuevos y extensos territorios que, suponen la llegada del oro y la plata de América, todo ello producto de los grandes avances en la navegación. Y finaliza el discurso, simplemente indicando que la fragmentación del Imperio hispánico a partir del siglo XVII, provocará que la mayoría de estos territorios ya no pertenezcan a España al final de la Edad Moderna.

Por consiguiente, a partir de este momento, desaparece la existencia de la vida en el continente americano. América deja de existir para los estudiantes de primaria.

Se mantienen, a inicios del siglo XXI, no solo concepciones "eurocéntricas" – puestas de manifiesto con las representaciones cartográficas de Mercator –, en donde Europa es el centro terrestre, sino más bien, concepciones *hispanocéntricas*, ya que ni siquiera podemos hablar de i*berocéntricas*, puesto que Portugal no ha aparecido en ninguna página de estos seis cursos escolares.

Por tanto, podemos indicar que a los libros de textos elaborados entre los años 2006 y 2012 – a la sombra de la LOE –, les hacía falta innovación conceptual, metodológica y actitudinal en la enseñanza/aprendizaje de las relaciones iberoamericanas para la etapa de Educación Primaria.

Si analizamos los libros de texto, destinados a Educación Primaria, emanados de la LOMCE (Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa) del 2013, el primer cambio significativo que encontramos es que desaparece el área de *Conocimiento del Medio Natural, Social y Cultural*, puesto que se separan sus conocimientos en dos asignaturas, *Ciencias Naturales*[5] y *Ciencias Sociales*. La asignatura *Ciencias Sociales*, estará compuesta por cuatro bloques de contenidos: 1. Contenidos Comunes, 2. Geografía: el mundo en el que vivimos, 3. Vivir en sociedad y 4. Historia: la Huella en el Tiempo.

En cuanto al desarrollo del contenido de la Historia, la diferencia fundamental, es que a partir del 2013, siguiendo las pautas de la LOMCE, no se dan contenidos de Historia hasta el 3º curso, en donde se comienza con las Medidas y Periodos en la Historia, Convenciones de datación de tiempo histórico, Fuentes históricas y el Patrimonio histórico, cultural y artístico. Al 4º curso, se le designa trabajar el periodo de la Prehistoria y la Historia Antigua, y no será hasta el 5º curso, cuando se les designe el estudio de la Edad Media y la *Edad Moderna*, para finalmente acabar el 6º curso, trabajando la Edad Contemporánea.

Continuando con el espíritu de la LOMCE, los contenidos se centran solo en Historia de España: "En Educación Primaria no se trata de que los alumnos sean capaces de analizar y juzgar hechos históricos o comportamientos humanos. Se trata, fundamentalmente, de que, a través del conocimiento de los hechos más relevantes de la Historia de España, los alumnos sean capaces de adquirir un sistema de referencia espacial y temporal en el que situar lo que vayan aprendiendo en estudios superiores" BOCM (Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, viernes, 25 de julio de 2014).

Es decir, hasta 5º curso de educación primaria, los alumnos con 10/11 años no entran en contacto con los hechos históricos de la Edad Moderna, y por ende, con el mundo iberoamericano.

El libro de texto Ciencias Sociales, de la Editorial Edebé Talentia, de 5º de Primaria, del 2014, estructura sus unidades, a través de 6 apartados: 1) Tareas integradas, 2) Contenidos, 3) Una vuelta por el mundo, 4) rutina de pensamiento, 5) repasamos/para terminar, 6) Competencias/inteligencias múltiples. El tema 8 es el dedicado a la Edad Moderna, y en ella, seguimos encontramos los mismos tópicos, que en libros de texto, editados antes del 2013. Comienza el tema, en la portada, con el apartado de Tarea integradas, dedicada a los "Alimentos de América", y en donde se propone una

investigación, para informarse sobre los alimentos originarios de América y pasar a exponer a la clase, las recetas que han preparado en grupos, cuyo ingrediente fundamental sea un alimentos originarios de América (p. 125). Para pasar, a continuación, a exponer el contenido, que respecto al mundo iberoamericano, exclusivamente, se centra en el descubrimiento de América –que sigue considerando el inicio de la Edad Moderna–, ligado a los descubrimientos geográficos, posible a los avances científicos y técnicos (brújulas, cartografía…), que favorecieron los progresos en la navegación, y a los territorios americanos integrantes del Imperio Hispánico, fruto de la colonización con el nacimiento de los Virreinatos de Nueva España y de Perú. Por tanto, escaso contenido, y escasa reflexión crítica, por cuanto, no existe ninguna referencia a "los efectos de la conquista española". A ello, se suma, la presencia de una cartografía muy básica, con solo 2 mapas sobre "el primer viaje de Colón (p. 127) y el Imperio Hispánico (p. 129). Por último, reseñar cómo pasamos del mapa de América, con la configuración de los Virreinatos de Nueva España y de Perú, para finalizar el libro de texto, pocas páginas después, con un pequeño anexo cartográfico, en el que se incorpora un mapa político en la actualidad, con los países actuales.

En cuanto a los libros de texto Ciencias Sociales, de 6º de Primaria, dedicada a la Edad Contemporánea, la presencia del mundo iberamericano, sigue siendo insignificante, como se constata en el libro de texto de la Editorial Anaya, Aprender es crecer, del 2015. El tema 8 dedicado a la España en el siglo XIX, en el apartado de El reinado de Fernando VII (1814-1833), sólo se hace esta brevísima alusión; "Durante su reinado, la mayor parte de las colonias americanas aprovecharon la debilidad de la monarquía para independizarse gracias a los libertadores, como Simón Bolívar y José San Martín" (p. 101). Y finaliza el recorrido a la España del siglo XIX, con el apartado La regencia de María Cristina (1885-1902), indicando: "La crisis del 98 se produjo cuando en 1898, a consecuencia de la guerra con Estados Unidos, se perdieron las últimas colonias de ultramar: Cuba, Puerto Rico y Filipinas. Este hecho se consideró el fin del último resto del imperio español, y dio lugar a una gran conmoción y a un clima de pesimismo general en el país" (p. 103). Sin ninguna referencia cartográfica a los procesos de independencia americana.

De nada sirve que, entre los objetivos de la LOMCE, para la asignatura de *Ciencias Sociales* –denominación de *Conocimiento del Medio* en la LOE, que integraba las Ciencias Sociales y las Ciencias Naturales –, se propugne:

> Conocer y apreciar los valores y las normas de convivencia, aprender a obrar de acuerdo con ellas, prepararse para el ejercicio activo de la ciudadanía respetando y defendiendo los derechos humanos, así como el pluralismo propio de una sociedad democrática. Conocer, comprender y respetar las diferencias culturales y personales, la igualdad de derechos y oportunidades para todas las personas y la no discriminación de personas con discapacidad… (BOCM, Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, viernes, 25 de julio de 2014)

Si luego se reduce el contenido de la Edad Moderna, a repeticiones de tópicos hispanocéntricos, que, en nada, favorecen la sensibilización y concienciación de las relaciones del mundo iberoamericano.

La presencia del mundo iberoamericano en los libros de texto de Educación Secundaria (estudiantes de 12 a 16 años)

Preguntémonos ahora, cómo es la presencia del mundo iberoamericano en los libros de texto escolares, en la Educación Secundaria Obligatoria (ESO), es decir, para los estudiantes comprendidos entre los 12 y los 16 años.

Y comencemos analizando los libros de texto emanados de la LOE (2006). Para ello, trabajaremos con los libros de *Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, de la Comunidad de Madrid, de la Editorial SM, elaborados en el 2009.

La presencia de los contenidos de la Edad Moderna y, por tanto, el primer contacto con el mundo iberoamericano, se centran en el libro de texto de 2º curso de la ESO, dividido en tres bloques: Bloque I Población y Sociedad, Bloque II El Mundo Medieval y Bloque III La Edad Moderna. Y en el libro de texto de 4º curso de la ESO dividido en cuatro bloques: Bloque I La Sociedad Liberal, Bloque II La Sociedad de Masas, Bloque III El Mundo tras la Guerra y Bloque IV La Sociedad Postindustrial, encontraremos el desarrollo de las Independencias Americanas.

En el libro de 2º curso de la ESO, dirigido para estudiantes de 13/14 años, comienza el Tema 10 con el título Los orígenes de la Edad Moderna, con un dibujo de las tres carabelas y Cristóbal Colón, indicando que "el éxito de Colón se debió a que estaba profundamente equivocado en cuanto a la situación geográfica de Catay (China) y Cipango (Japón) y preguntando por qué América no se llama Colombia, como sería lógico, puesto que fue Cristóbal Colón quien la descubrió para los europeos"

(p. 185). Este tema 10, a su vez, se divide en 6 apartados: la Europa a finales del siglo XV, La España de los Reyes Católicos, Los Grandes Descubrimientos, el reparto y exploración del Nuevo Mundo, la América precolombina y el Renacimiento y Humanismo. En el apartado de la Europa a finales del siglo XV, se señala que:

> En la Edad Moderna se inició la gran expansión geográfica y comercial de Europa, pues los grandes descubrimientos científicos y geográficos, abrieron a los europeos a nuevos mundos y nuevas posibilidades. Las mejoras en el arte de la navegación, base de los grandes descubrimientos geográficos (p. 186). En cuanto al apartado de La España de los Reyes Católicos: unión y política, se señala que los intereses de Castilla se dirigieron hacia tres frentes: la ruta de exportación de la lana, a través de los puertos del Cantábrico hasta Flandes, poner fin a la Reconquista, con la toma de Granada y su expansión por el Atlántico, pues después de llegar a un acuerdo con Portugal, Castilla se reservaba los derechos sobre las Islas Canarias, cuya ocupación se completó hacia 1500 (p. 188).

Por primera vez, aparece la presencia de Portugal, en su relación con el Atlántico y América.

En cuanto al apartado de la España de los Reyes Católicos: regencias y legado, entre las herencias que dejaron, *se incluía en la Corona de Castilla, los territorios incorporados a lo largo de la Edad Media y otras más recientes, como Navarra, Granada, Canarias y las plazas norteafricanas, además de las tierras americanas descubiertas* (p. 191). Otro apartado se dedica a los grandes descubrimientos, que comienza señalando que:

> A finales del siglo XV, el mundo conocido por los europeos se amplió de forma espectacular gracias a los viajes de exploración de portugueses y castellanos. Ambos buscaban una nueva ruta hacia Asia. Los portugueses la encontraron rodeando África; los castellanos no lo lograron, pero ese fracaso motivó el descubrimiento de América. Incluyendo los factores que explican los grandes descubrimientos: a) los avances técnicos, como la carabela, y los instrumentos básicos de navegación, como astrolabios, brújulas y cartas de navegación, b) las razones económicas, puesto que Europa necesitaba el oro de África y las especias de Asia, que se había reducido desde la expansión del Imperio Otomano en Oriente, c) el impulso ideológico, para portugueses y castellanos, que acababan de terminar el proceso

de Reconquista, con la posibilidad de extender la fe cristiana, así como d)el desarrollo del sistema pre-capitalista, ya que se había difundido el uso de créditos y préstamos para financiar las expediciones, así como de seguros que garantizaban la inversión realizada (p. 192).

Completan el apartado dedicado a los grandes descubrimientos, indicando los descubrimientos portugueses, desde las expediciones navales iniciadas por el príncipe Enrique el Navegante (1394-1460), quién fundó una escuela de navegación en el sur de Portugal, para pasar a centrarse, con mayor profundidad, en el Proyecto y viaje de Colón:

> A mediados de la década de 1480, un marino, probablemente genovés, llamado Cristóbal Colón, comenzó a recorrer las cortes de Castilla y Portugal con un extraño proyecto: llegar a Oriente desde Occidente. Era un viaje audaz, porque suponía adentrarse en el Atlántico sin más ayuda que los instrumentos de navegación y sin la seguridad de una costa cercana. Portugal rechazó la idea y, en principio, los Reyes Católicos también. Colón no se dio por vencido. Siguió a la corte allá donde iba y buscó amigos y aliados. Finalmente, los Reyes Católicos financiaron el viaje, prometiéndole a Colón el título de almirante y el 10% de los beneficios. El acuerdo se conoce como las Capitulaciones de Santa Fe (1492). La expedición partió del puerto de Palos de la Frontera (Huelva) el 3 de agosto de 1492. La formaban tres navíos –dos carabelas, la Pinta y la Niña, y una nao, la Santa María- y casi cien hombres. Entre ellos, expertos marineros como los hermanos Pinzón, y un cartógrafo, Juan de la Cosa. Después de una escala en Canarias, se adentraron en el Atlántico. Tras navegar hacia Occidente durante varias semanas, en la madrugada del 12 de octubre divisaron tierra. Habían llegado a las islas Bahamas, concretamente a la isla de Guanahaní, a la que llamaron San Salvador. De allí pasaron a las Antillas. Colón tomó posesión de estas tierras en nombre de la reina Isabel y de Castilla. Tras un accidentado viaje de regreso, Colón, convencido de haber llegado a Cipango (Japón), fue recibido por los reyes en Barcelona (p. 193).

Acompañando al texto un grabado de Cristóbal Colón, a su llegada a la Isla de Guanahaní, un cuadro de actividades con 4 preguntas: ¿qué factores coincidieron para hacer posibles los grandes descubrimientos geográficos?, ¿cuáles fueron los principales descubrimientos portugueses?, ¿en qué consistía el proyecto de Cristóbal Colón? ¿por

qué resultaba tan arriesgado? Y ¿qué fueron las Capitulaciones de Santa Fe?, para finalizar la reflexión, con un cuadro haciendo referencia a los errores de Colón:

Colón estaba en lo cierto cuando daba por seguro que la Tierra era redonda, pero manejaba cálculos básicos que estaban equivocados. Creía que el globo terráqueo era más pequeño de lo que es en realidad y, además, pensaba que Asia era mucho mayor, por lo que imaginaba que las costas orientales de Asia estaban mucho más cerca de las costas occidentales de Europa (p. 193).

Hasta este momento, se ha centrado el libro de texto, en poner en contacto al estudiante de 13/14 años, con las causas de porqué fue posible poner en marcha expediciones de esa envergadura, a través de los grandes descubrimientos, la puesta en marcha del proyecto de Colón, con sus errores de cálculo, con su interpretación de la concepción terrestre hasta ese momento, y la llegada a tierras americanas el 10 de octubre de 1492 y su posterior regreso, primero arribando a Bayona el 28 de febrero y luego a Lisboa el 4 de marzo de 1493, para finalmente ser recibido por los Reyes Católicos en Barcelona.

Un elemento interesante, es llamar la atención, de la notable intuición que presentaba Colón, al concebir en su proyecto que la tierra era redonda, al pretender llegar a Oriente por Occidente, cuando por aquel entonces, todavía imperaba la concepción ptolemaica geocéntrica y plana de la tierra.

El apartado del reparto y exploración del nuevo mundo, se desarrolla en el libro de texto, a partir de tres ámbitos:

a) el Tratado de Tordesillas:

> Antes de 1492, Castilla y Portugal se habían enfrentado por el dominio de las tierras por descubrir en la costa de África, al sur de las Islas Canarias. Este enfrentamiento se había ido resolviendo mediante tratados. El descubrimiento de Colón volvió a abrir el debate. Finalmente, por el Tratado de Tordesillas, firmado en 1494, con la aprobación del Papa, quedaron delimitadas las zonas de influencia de cada reino. Una línea de demarcación trazada a 370 leguas al oeste de las islas de Cabo Verde dividía el mundo en dos zonas. La occidental se asignaba a los castellanos, y la oriental, a los portugueses; este tratado hizo posible la colonización de Brasil por estos últimos.

Acompaña al texto, un mapa indicando que el Tratado de Tordesillas otorgó a Portugal el derecho de colonizar Brasil.

b) la exploración de Nuevo Mundo:

> Colón realizó otros tres viajes, en los que descubrió las Antillas Mayores y Menores, e incluso la costa de Centroamérica. Nada le hizo dudar respecto a su idea inicial de que se encontraba en el oriente de Asia. Otros navegantes organizaron los llamados "viajes menores", que poco a poco, fueron confirmando la idea de que Colón había descubierto tierras que no pertenecían a Asia: el florentino Américo Vespucio viajó por la costa de América del Sur y demostró la evidencia. En su honor, un cartógrafo alemán bautizó esos nuevos territorios como América. No obstante, los castellanos siguieron buscando el camino hacia la India rodeando el imponente obstáculo que les había sorprendido: el continente americano. En 1513, Núñez de Balboa cruzó el istmo de Panamá y descubrió el océano Pacífico. Las expediciones para rodear el continente por el sur no tuvieron éxito hasta después de la muerte de los Reyes Católicos, en 1519, Fernando de Magallanes logró doblar el estrecho que, en la actualidad, lleva su nombre. (p. 194)

Acompaña al texto, un grabado de Américo Vespucio y un mapa con la división decidida en el Tratado de Tordesillas y los viajes posteriores de Colón, Núñez de Balboa y Magallanes, en el último ámbito, se desarrolla los inicios de la colonización:

> El error de Colón estuvo en el origen del nombre de las nuevas tierras, que pasaron a ser conocidas como Indias Occidentales, utilizando posteriormente para definir el conjunto de las posesiones castellanas en América y Asia (éstas últimas llamadas Orientales). Además, a sus habitantes se les llamó indios o indígenas. Ya en la época de los Reyes Católicos, se inició la obra de colonización del territorio descubierto, para lo cual utilizaron instrumentos heredados de la época de la Reconquista. Los más extendidos fueron: los repartimientos, que consistían en la asignación de tierras a los colonos llegados desde Europa y la encomienda, por lo que se encomendaba o entregaba al colono un número determinado de indios que debían trabajar para él y a los que tenían que evangelizar. El sistema ocasionó abusos desde el principio. Los colonos que se arriesgaron a viajar y establecerse en territorios desconocidos

> buscaron un beneficio inmediato, ocupando tierras sin ningún derecho y explotando a los indígenas que vivían en ellas. En el año 1511, un fraile dominico llamado Antón Montesinos pronunció un célebre sermón en la isla de La Española en el que denunciaba los excesos que se estaban cometiendo con los indios. La respuesta airada de los colonos no consiguió que ni él ni la orden a la que pertenecía se retractasen de lo dicho. Al año siguiente, Fernando el Católico dictó las llamadas Leyes de Burgos, que pretendían regularizar la ocupación. Pero estas leyes fueron ineficaces, ya que eran de difícil aplicación debido a la distancia entre la Península y América y a la codicia de los encomenderos. Además, se establecía que, antes de proceder a la conquista, debería efectuarse el requerimiento. Esto consistía en leer a los indios un documento en el que se les exigía que aceptasen ser súbditos de Castilla. Si no accedían (lo que no podían hacer aunque quisieran, ya que no entendían el idioma en el que era leído), se consideraba que la conquista por medio de la violencia era legítima. (p. 195)

Acompaña el texto con un dibujo sobre cómo los repartimientos y las encomiendas incentivaban la explotación de los indígenas, así como un texto del Sermón de fray Antón Montesinos, recogido por B. de las Casas en *Historia de la Indias*. Finalizaba la reflexión con las siguientes preguntas: ¿quiénes firmaron el Tratado de Tordesillas? ¿qué se acordó en él? ¿qué fueron los llamados "viajes menores y a qué conclusiones condujeron? ¿por qué se llamó América al nuevo continente? ¿por qué los españoles lo conocieron como las Indias Occidentales? ¿quién descubrió el océano Pacífico? ¿qué importancia tuvo su descubrimiento? ¿qué fueron los repartimientos y las encomiendas? ¿Quién fue el primero en denunciarlos? ¿Qué era el requerimiento? ¿por qué no era útil? ¿en el texto de Montesinos, a quién se dirige, qué acusaciones hace?

> En esta ocasión, es interesante el mapa presentado sobre los límites pactados en el Tratado de Tordesillas, así como reflejar que el proceso de colonización no fue idílico, al presentar los abusos ocasionados por la forma planteada, a través de los repartimientos y las encomiendas. Sensibilizar, con las palabras de Montesinos y ponerlas en el contexto de la época, suponen incorporar fuentes primarias, que ayudan a reflexionar con mayor profundidad. Por otro lado, llamar "viajes menores" a las gestas logradas por Américo Vespucio o Juan Núñez de Balboa, nos parece del todo desproporcionado e

inexacto. Además, hubiera sido recomendable hacer alusión a otros tratados firmados con anterioridad que ayudarían a entender con más claridad el Tratado de Tordesillas (1494), como puede ser su antecesor, el Tratado de Alcaçovas de 1479 y ratificado en 1480 en Toledo, en donde los Reyes Católicos y el rey Alfonso V de Portugal y su hijo, el príncipe Juan, entre otras cuestiones, se reparten los territorios del océano Atlántico entre Portugal y Castilla. Portugal mantuvo el control sobre sus posesiones de Guinea, Elmina, Madeira, las Azores, Flores y Cabo Verde y se le reconoce la exclusividad de la conquista del Reino de Fez, y a Castilla se le reconoció la soberanía sobre las Islas Canarias. No menos importante fue el reconocimiento a favor de Portugal, del impuesto del "quinto real", percibido en los puertos castellanos. Cuestión de suma importancia para poder después, encontrar la forma de legitimar Colón el descubrimiento de las tierras americanas, a favor de Castilla.

Especial relevancia es el apartado dedicado a la América Precolombina, en donde se precisa que Colón no había descubierto un continente deshabitado:

En este vastísimo territorio se habían desarrollado, a lo largo de los siglos, civilizaciones muy variadas, algunas de gran nivel cultural. En Mesoamérica – nombre con el que se conoce México y América Central – destacaron dos de estas culturas, la maya y la azteca; en América del Sur, concretamente en la región de los Andes, apareció la inca. Los mayas se establecieron en los territorios de la península de Yucatán, Guatemala, Honduras y Belice. Su momento de esplendor histórico se sitúa entre los siglos VII y XIV, y entre sus restos arqueológicos destaca la ciudad de Chichén Itzá. Practicaron una religión politeísta, cuya deidad más importante era Quetzalcoatl, creador de la vida. Su escritura jerogríflica, de más de setecientos signos, y un complejo sistema de medición del tiempo, así como sus restos arquitectónicos y escultóricos, son los síntomas más elocuentes de su gran desarrollo cultural. Los calendarios mayas revelan un alto nivel de conocimientos astronómicos y matemáticos. El ámbito del Imperio azteca se correspondía aproximadamente con el del México actual. Este pueblo logró su máxima expansión y autoridad entre los siglos XV y XVI, hasta la llegada de los españoles. Su capital, construida sobre un lago, se llamaba Tenochtitlan, la actual ciudad de México. De su religión politeísta destaca el dios Huitzilopochtli, identificado con el Sol. De su alto grado de civilización han quedado muestras de arquitectura y escultura. También elaboraron calendarios. Su sistema

de escritura era pictográfico, es decir, cada símbolo recogía una idea. En realidad, muchos de sus códices son "relatos dibujados" más que textos escritos. La tradición mítica atribuye a Manco Cápac la fundación de Imperio Inca, que se impuso en gran parte del área de los Andes y con centro en el actual Perú. Su autoridad llegaba desde Ecuador hasta Chile, abarcando territorios de Bolivia y la selva amazónica. La capital del Imperio era la ciudad de Cuzco. La máxima autoridad era el Inca, al que se atribuía origen divino y al que se creía descendiente del Sol. Su poder era absoluto. Según las narraciones legendarias, su período de esplendor se remontaría al siglo XIII, pero es posible que haya que situarlo con más fiabilidad en el siglo XV. Cuando Colón llegó a América por primera vez, el Imperio inca había alcanzado su máxima extensión y estaba dirigido por el que se consideraba el más poderoso de los incas, Túpac Inca Yupanqui. Un territorio tan extenso geográficamente hizo que fuera difícil gobernarlo con eficacia, surgiendo pronto las luchas por el poder y provocando su desmembramiento final. La religión de los incas era politeísta, basada en el culto al Sol, al que denominaron Inti. Pero, por encima de esta divinidad se encontraba Viracocha, que era el dios creador que había transmitido a los hombres los conocimientos de la agricultura y la artesanía. Esta idea de la existencia de una divinidad que crea a los hombres y además que transmite los conocimientos básicos para la supervivencia parece que fue común a muchas culturas precolombinas. (p. 196-197)

Acompañado de una fotografía de las Ruinas mayas de Palenque, la piedra del Sol como calendario azteca de finales del siglo XV y las Ruinas de Machu Pichu, ciudad sagrada por los incas, completado con un texto sobre la cultura incaica, en donde se incide en la existencia de una lengua común, como es el quechua, que todavía hoy es hablada por millones de personas en la región, y que presenta una interesante actividad literaria de transmisión oral y el desarrollo, en el terreno artístico, de una importante arquitectura, tanto de tipo religioso como obras de infraestructura, en las que destaca la prioridad que se le daba a lo útil.

De esta manera, por primera vez, se les presenta a los estudiantes, con 13/14 años, la existencia de una América, antes de la llegada de Cristóbal Colón, con la culturas mayas, aztecas e incas. Su estudio se diseña a través de unos patrones comunes: sus construcciones de ciudades monumentales, la jerarquización de sus sociedades, su economía agrícola ligada a sus elaboradas religiones y sus aportaciones en el ámbito cultural y científico. Todo ello, completado con un excelente mapa con las

principales culturas precolombinas, que ayuda a los estudiantes a situar geográficamente las diferentes culturas (p. 270).

La duda que nos queda, es si hubiera sido más interesante presentar primero cuál era la situación de América antes de la llegada de Colón, y no cómo en la relación temporal que se presenta en el libro de texto de la editorial SM. Ello, es reflejo de la continuación de la tendencia hispanocéntrica, en donde el contenido del mundo iberoamericano, gira entorno a la historia de España: primero llega Colón, se descubre América y conocemos la américa precolombina.

Se completa el tema 10 sobre los orígenes de la Edad Moderna, con un texto, en un apartado denominado "crónicas históricas", sobre el "conocimiento del mundo":

> La mayor parte de los europeos que vivían a finales del siglo XV no había visto un mapa en toda su vida. Su conocimiento del mundo se reducía a su entorno más inmediato. Incluso los monarcas que se esforzaban por asegurar su autoridad sobre un territorio, muchas veces desconocían cuáles eran los límites exactos del mismo. El desconocimiento era aún mayor cuando se trataba del ámbito mundial. La Geografía no era materia de estudio en ninguna universidad europea y los eruditos seguían confiando en descripciones formuladas en la Antigüedad, como, por ejemplo, la del griego Ptolomeo, cuyo mapa, que databa del siglo II, fue aceptado hasta muy entrado el siglo XV. Para Ptolomeo, el océano Índico era un mar cerrado, lo que hacía que rodear África resultase imposible. A mediados del siglo XV empezó a ganar crédito la teoría de otro geógrafo griego, Estrabón, que consideraba que África sí podía ser rodeada por mar, aunque asignaba al continente dimensiones mucho menores de las reales. A medida que los portugueses fueron avanzando en su exploración de la costa africana, se fijaron los auténticos contornos del continente. Con el descubrimiento de un nuevo continente por Cristóbal Colón, y a partir de las expediciones que siguieron a los viajes del almirante, el ámbito del mundo conocido se amplió de manera extraordinaria. A mediados del siglo XVI, los mapas elaborados por Mercator merecían por primera vez con propiedad la calificación de "Mapamundi". (p. 201)

Y se incorpora un interesante mapa dibujado en 1490, para que los estudiantes expliquen que descubrimientos geográficos se reflejan en él y cuáles no se reflejan.

En el Tema 11 con el título El Siglo XVI: la Hegemonía Hispánica, se desarrolla a través de 6 grandes apartados: la división religiosa de Europa, Carlos I, Felipe II, Conquista y Colonización del Nuevo Mundo – "informando que el Inca Atahualpa pagó por su rescate a Pizarro una habitación llena de oro que medía unos cinco metros de ancho, siete de largo y casi tres de alto, pero, a pesar de ello, fue ejecutado" (p. 205) –, el Renacimiento pleno y Madrid: de los Reyes Católicos a Felipe II.

En el apartado referente a Carlos I, se indica que "tal vez la única cuestión resuelta que dejó a su heredero fue el sometimiento de la Corona de Castilla a la voluntad de su rey o que le dio la seguridad de poder disponer de su riqueza, muy aumentada por el oro y la plata que empezaba a llegar en grandes cantidades de América" (p. 209).

En el apartado dedicado a la Conquista y Colonización del Nuevo Mundo, se plasma lo realizado en época de Carlos V y Felipe II:

> A principios del siglo XVI, Castilla había completado la primera fase de la conquista de América con la ocupación de las Antillas. Durante el reinado de Carlos I, se conquistaron los grandes imperios azteca e inca. Más tarde, se establecieron rutas entre América y el este de Asia a través del Pacífico. Cuando, en 1581, Felipe II, anexionó Portugal y todas sus posesiones en África, Asia y Brasil, había creado el Imperio más extenso que jamás haya existido. (p. 212)

Se desarrolla a través de tres aspectos: los grandes episodios conquistadores, la primera vuelta al mundo y el proceso de colonización. En cuanto a los grandes episodios conquistadores, se centran en la conquista de México y la conquista de Perú:

> La conquista de México fue realizada por Hernán Cortés en 1521, tras deponer al último emperador azteca, Moctezuma. La conquista de Perú fue obra de Francisco de Pizarro, que en 1533 mandó ejecutar al inca Atahualpa y conquistó su capital, Cuzco. Una de las grandes incógnitas que se presentan a los estudiosos de la época es cómo dos imperios tan poderosos pudieron ser derribados con tanta facilidad: a) la explicación de la rápida rendición de los imperios puede estar en la coincidencia de una serie de factores: la superioridad técnica de los españoles, que poseían armas de fuego desconocidas por los indígenas. Parece que fueron decisivos también los caballos y perros de presa que usaban los atacantes y que aterrorizaban a los enemigos. Sin embargo, no es una explicación suficiente, pues los indios contaban con

una enorme superioridad numérica, b) los problemas internos de ambos imperios, que se habían construido sobre la opresión de otros pueblos y entre cuyos mandos había fuertes enfrentamientos por el poder, c) determinadas creencias supersticiosas arraigadas entre estos pueblos indígenas y sus gobernantes, según los cuales, los españoles serían los transmisores de un castigo divino. Las epidemias que llegaron con los conquistadores parecieron ser una confirmación de esos temores. (p. 212)

Al texto, se le acompaña con una fotografía de la estatua ecuestre de Pizarro en Trujillo (Cáceres, su ciudad natal), un texto sobre el saqueo de México, de F. de Alva Ixtlilxochitl, de la *Relación del reino de Texcoco*, y de un interesante mapa sobre la unión de los imperios españoles y portugueses:

Los tlaxcaltecas y otras naciones que no estaban bien con los aztecas se vengaron de ellos muy cruelmente y les saquearon cuanto tenían… (…) Duró el cerco de México ochenta días. Murieron más de treinta mil hombres, de los más de doscientos mil que apoyaban a los españoles. De los aztecas murieron más de doscientos cuarenta mil… (…) Ese día, después de haber saqueado la ciudad, tomaron los españoles para sí el oro y la plata.

En cuanto a la primera vuelta al mundo, se centra en señalar que:

El portugués Fernando de Magallanes propuso a Carlos V una expedición para buscar el camino hacia Asia por Occidente, más allá de América. En 1519, cinco navíos emprendieron el viaje. Navegando hacia el sur de América, Magallanes descubrió un paso hacia el Pacífico: el estrecho que en la actualidad lleva su nombre. Tras cruzar el Pacífico, llegaron a las islas Marianas y a las Filipinas, nombradas así en honor a Felipe II. Magallanes murió allí y Juan Sebastián Elcano tomó el mando de la expedición. Continuando la navegación hacia Occidente por el sur de África, la única nave superviviente, la Victoria, llegó a Sanlúcar de Barrameda (Cádiz) en 1522. El viaje demostraba la esfericidad de la Tierra e iniciaba la presencia española en el Pacífico. Quedaba también definitivamente probado que América era un continente distinto de Asia. (p. 213)

En el libro de texto se describen los pasos de la expedición y los logros obtenidos por Magallanes y Elcano.

En cuanto al proceso de colonización, efectuado durante el siglo XVI, se señala:

> Después de Colón, las empresas de descubrimiento o conquista pasaron a ser iniciativas privadas. Era necesaria la autorización del monarca, pero la inversión y el riesgo eran de los exploradores. De la Corona dependía la administración de los nuevos territorios. En el siglo XVI, se hizo la primera división del territorio en dos virreinatos: Nueva España y Perú. Al frente de cada uno de ellos se situó un virrey o representante del monarca. La cuestión de la legitimidad de la conquista siguió siendo tema de polémica. Bartolomé de las Casas continuó la obra de Montesinos denunciando la explotación de los indígenas. Carlos V publicó las "Nuevas Leyes de Indias", que extinguían las encomiendas y prohibían la esclavitud de los indígenas. Pero la necesidad de mano de obra acabó justificando otras formas de explotación, como la mita o trabajo obligatorio en las minas. El contacto con los europeos resultó catastrófico para los indios. A finales del siglo XVI, la población indígena se había reducido a su cuarta parte. En algunos lugares como en las Antillas había desaparecido totalmente. Especialmente devastadoras fueron las epidemias de viruela, sarampión, difteria y tifus. (p. 213)

Completa el contenido, con un texto sobre Los Trece de la Fama, que se acompaña con un grabado de la entrevista de Pizarro con el inca Atahualpa:

> La conquista de Perú fue un claro ejemplo de empresa privada de conquista, ya que fue llevada a cabo por Hernando de Luque, Pizarro y Almagro, que unieron sus capitales para financiar una expedición hacia tierras desconocidas. La expedición partió desde Panamá y sus primeros intentos fueron un fracaso: tal fue así, que Almagro regresó a por refuerzos y Pizarro se quedó al mando de una docena de hombres. Se les conoce como Los Trece de la Fama. Recompuesta la expedición, aprovecharon la guerra civil inca, que enfrentaba a Atahualpa y a su hermano Huáscar, para conquistar el imperio.

De esta manera, se centran en el siglo XVI, en reflejar qué factores explicaron la rápida victoria de los españoles sobre los territorios de los imperios de México y Perú, así como de la organización y gobierno que implantaron Hernán Cortes y Pizarro. Se refleja, de igual manera, el cuestionamiento de dicho proceso, así como los efectos

más negativos para los indianos, denunciados por Bartolomé de las Casas, continuador de la obra de fray Antón Montesinos.

Finaliza el Tema 11 con un texto, para que el estudiante analice las causas y las consecuencias de un proceso histórico, relacionado con las cuatro causas más decisivas de la subida que experimentaron los precios, primero en España y luego en el resto de Europa:

> Como consecuencia de la conquista de América llegaron a España grandes cantidades de oro y plata. Eso suponía mayor dinero en circulación para gastar. Los comerciantes podían subir los precios de sus productos sin peligro de dejar de venderlos, pues había más compradores que disponían de una mayor cantidad de dinero. En un principio, los metales preciosos, procedían del saqueo de los tesoros indios; después de la explotación de las minas. Esta explotación minera fue la base de la colonización de los nuevos territorios americanos. En cambio, al principio, tuvo menos importancia la explotación de la agricultura. Por eso, el abastecimiento de alimentos se tuvo que hacer desde España. Al crecer la demanda de productos agrícolas, los vendedores podían subir el precio de los mismos. Además, quienes se arriesgaron en las peligrosas empresas de conquista se enriquecieron enormemente y quisieron poseer aquellos productos de lujo a los que no habían tenido acceso cuando eran pobres. Este crecimiento de la demanda de productos de lujo supuso el aumento de los precios de estos productos. Por último, los reyes españoles se reservaban el llamado "quinto real", la quinta parte de todo el oro y la plata que llegaba de América para hacer frente a sus crecientes gastos bélicos y burocráticos. Aunque crecían los ingresos de la Corona, también aumentaban sus gastos. La Corona gastaba más de lo que ingresaba, o que también contribuyó a que subiesen los precios. (p. 218)

La información del texto, se complementaba con un grabado del Puerto de Sevilla en el siglo XVII.

Este texto incide en la conexión de los sistemas implantados en los nuevos territorios americanos, con las consecuencias que se derivan en el acontecer de la vida en la península.

En el Tema 12, dedicado a la Crisis del siglo XVII, se desarrolla a través de 6 apartados: a) el mundo del siglo XVII, b) la crisis del siglo XVII, c) los inicios de

la hegemonía francesa, d) absolutismo y parlamentarismo, e) el arte barroco y f) el nacimiento de la ciencia moderna.

Un apartado muy interesante es el dedicado al mundo del siglo XVII, pues por primera vez, los estudiantes se sitúan ante imperios, que no fueran ni europeos ni americanos. Comienza este apartado, cómo el siglo XVII camina hacia una civilización mundial:

> En el siglo XVII, por primera vez en la historia, una civilización, la europea, dominaba las rutas marítimas que unían todos los océanos y continentes, y tenía establecidos contactos con las demás culturas del planeta. Los europeos sabían cómo pasar del Atlántico Sur al Índico y el Pacífico, y cómo navegar por esos océanos. Algunos navegantes se aventuraron incluso por el Ártico en busca de un paso que comunicara el Atlántico con el Pacífico por el noreste (bordeando el norte de Asía) o en por el noroeste (por el norte de América): pero su búsqueda fue en vano, los hielos impidieron la navegación por esas rutas hasta que, dos siglos después, se inventaron los rompehielos. Encontramos otras civilizaciones: en torno al Mediterráneo, la principal potencia musulmana era el Imperio Otomano. Al este, se extendían otros dos grandes imperios islámicos: Persia y el Imperio Mogol de la India. China, gobernaba por la dinastía manchú, vivía un período de aislamiento. Solo algunos comerciantes y misioneros europeos se establecieron en los principales puertos. Algo parecido sucedió a Japón, aunque allí, las autoridades, desconfiando de las intenciones de los europeos, terminaron por expulsar a os misiones y perseguir el cristianismo. (p. 224)

Ilustrando el texto, se plasma un mapa señalando cómo los europeos dominaban todas las rutas marítimas, así como una imagen de El Taj Mahal, ejemplo de una construcción del Imperio Mogol de la India, así como un grabado de Pekín, reflejando como la capital de Imperio chino, seguía siendo la ciudad más poblada del mundo.

Se cierra el apartado dedicado al mundo del siglo XVII, mostrando los Imperios Europeos:

> El principal imperio europeo era el hispánico, que se extendía por casi toda América, desde el sur del actual Estados Unidos hasta el extremo meridional del continente, e incluía varios archipiélagos del Pacífico y las Islas Filipinas, en Asia. Además, hasta 1640, a

estos inmensos territorios se añadieron los portugueses, que incluían Brasil y numerosos enclaves comerciales en la costa africana y en Asia (puertos en las costas de Persia, India, China e Indonesia). Pero, en 1640, Portugal se independizó de la Corona española, y con él todas las posesiones coloniales. Los holandeses y los ingleses aprovecharon las guerras que mantuvieron contra la Monarquía Hispánica para apoderarse de territorios en ultramar; de esta manera, los holandeses se hicieron con parte de los dominios portugueses en América, África y Asia, mientras que los franceses y los ingleses también establecieron colonias en el Caribe, en Norteamérica y en la India. Casi todas las potencias europeas estaban presentes en el Caribe. Ingleses, franceses, holandeses y hasta suecos y daneses establecieron enclaves en sus islas y costas, disputando a los españoles la explotación de aquellas tierras tan ricas. En ellas se introdujeron cultivos de plantación, como la caña de azúcar o el café. Entretanto, se construía un gran imperio terrestre a caballo entre Europa y Asia; a lo largo del siglo XVII, los rusos exploraron y colonizaron Siberia, hasta alcanzar la frontera con China y el océano Pacífico. (p. 225)

Muy interesante es el mapa que reflejan las posesiones europeas (españolas, francesas, inglesas, holandesas y portuguesas) en la segunda mitad del siglo XVII.

Para reflejar la crisis del siglo XVII, se centran primero en analizar las crisis y transformaciones que conllevaron:

Las razones de estas transformaciones fueron varias: por un lado, las referidas al cambio climático, que provocó un descenso de las temperaturas, y con ellas la disminución de la producción agrícola, extendiéndose las hambrunas y el descontento, que dio lugar a un ambiente general de inseguridad y violencia. Y por otro, el ciclo económico, que se había iniciado en el siglo XVI con una fase de expansión dio paso un segundo periodo de crisis, que se dejó sentir de forma distinta en toda Europa. Una de las consecuencias más importantes fue el desplazamiento del área de influencia del continente hacia el norte y el oeste, cuyas ciudades pasaron a ser las más ricas y pobladas. Amsterdam, Estocolmo, Londres y París sustituyeron a Lisboa, Sevilla y Nápoles. En el siglo XVII, el Atlántico desplazó al Mediterráneo como espacio estratégico y comercial y, desde el punto de vista político, la hegemonía hispánica cedió el paso a la francesa, al tiempo que se sentaban las bases del poderío inglés y aparecían nuevas potencias en el Norte, como los Países Bajos, Suecia o Rusia. (p. 226)

Texto ilustrado con un mapa sobre el desplazamiento del área de influencia en el continente europeo, así como un grabado de Londres de finales del siglo XVII, quién se convirtió en una de las ciudades más pobladas de Europa y en un centro financiero de primera categoría.

De esta manera, se coaliga parte de la crisis iniciada en Europa, en especial, con el desplazamiento del área de influencia desde el sur del continente europeo, hacia ciudades del norte y el oeste, con el desplazamiento del Mediterráneo hacia el Atlántico, como espacio estratégico y comercial que, a su vez, va a empezar a estar controlado por estos territorios europeos –Holanda, Inglaterra y Francia- que empiezan hacer sombra a los territorios españoles y portugueses. El dominio de los territorios americanos, al igual que asiáticos y africanos, vienen a definir unas nuevas relaciones de poder en Europa.

Así se desarrolla un nuevo pensamiento económico "el mercantilismo", que el libro de texto, le dedica un recuadro para resaltar su contenido:

> La base de esta doctrina afirma que la riqueza consiste en la acumulación de metales preciosos. Por tanto, los gobiernos tenían que hacer lo posible para atesorar monedas e impedir que el oro saliera del país. Para conseguir el objetivo, había que tomar una serie de medidas: incrementar la exportación de mercancías y dificultar las importaciones mediante aranceles, intervenir en la producción, y controlar el comercio mediante monopolios, y fomentar la construcción de carreteras y canales para favorecer el comercio entre las regiones. (p. 227)

A ello, le suma las nuevas formas económicas y sociales, implantados en los Países Bajos e Inglaterra:

> Estos países construyeron un imperio colonial que estaba en manos de compañías comerciales a las que los reyes concedieron el monopolio del comercio. Se las llamaba Compañías de Indias Orientales (de Asia) u Occidentales (de América) y su capital provenía de inversores privados; además del comercio, incluían entre sus actividades la agricultura de plantación, la trata de esclavos y la piratería. En lugar de ocupar extensos territorios continentales, como era el caso del Imperio hispánico en América, los ingleses y los holandeses preferían instalarse en enclaves costeros o islas, y solo asentaban colonias de población en lugares de clima templado, como Norteamérica. (p. 227)

También el estilo artístico europeo, el Barroco, nacido en Roma, como un arte de propaganda de la Contrarreforma, se extendió no solo por la Europa católica y protestante, sino también a la América española y portuguesa.

Por tanto, las tierras americanas siguen ligadas a las europeas, asumiendo cánones estéticos y adaptándolas a los diferentes territorios americanos, donde se mezcló con las tradiciones indígenas, produciendo obras de gran originalidad, como la que se muestra en la fotografía de la Catedral de *México* (p. 248).

En cuanto al nacimiento de la ciencia moderna, si ya vital fue la aportación en el siglo XVI de Copérnico, con la teoría heliocéntrica, en el siglo XVII se suman las aportaciones de las nuevas leyes -órbitas elípticas- de Kepler, las observaciones –con los satélites de Júpiter- de Galileo y la Ley de Gravitación Universal de Newton.

Finaliza el tema 12, dedicándole el apartado de Crónicas Históricas a la "Esclavitud en América y el comercio triangular:

> En muchas zonas del Nuevo Mundo, como en el Caribe, Brasil o Norteamérica, la escasez o la extinción de la población indígena dejó a los colonos europeos sin mano de obra suficiente para explotar estos territorios. Tras medidas infructuosas, como emplear presidiarios blancos, se optó por una solución cruel: recurrir al empleo de esclavos traídos de África. Comenzaba así un comercio triangular a través del Atlántico que durante siglos enriqueció a Europa, destruyó África y produjo en América sociedades mixtas. Los barcos negreros partían de los puertos europeos cargados de armas de fuego, tejidos o alcohol y se dirigían a los fuertes que portugueses, holandeses, franceses e ingleses habían construido en la costa africana. En esos establecimientos, los europeos vendían sus mercancías a los jefes tribales a cambio de esclavos que habían sido capturados por la fuerza en expediciones de saqueo al interior. Estos esclavos eran subidos a bordo, encadenados, rumbo a las colonias. Las embarcaciones estaban preparadas para aprovechar la totalidad del espacio. Los esclavos estaban acostados, apenas se les alimentaba y sus condiciones de higiene eran pésimas. Si alguno enfermaba, se le arrojaba por la borda para evitar contagios. A los que sobrevivían a la travesía les esperaba una vida de trabajo forzado en las plantaciones. Gracias a ese duro trabajo de los esclavos era posible exportar a Europa productos muy apreciados (como azúcar, café, algodón o tabaco) que proporcionaban riqueza a los países que se dedicaban a tan vergonzosa trata. (p. 237)

Con este texto, no solo se plasman contenidos, sino se intenta sensibilizar en los estudiantes, de los procesos que los europeos pusieron en marcha, para sacar el mayor rendimiento posible al descubrimiento de las nuevas tierras, siendo muchos de ellos, contrarios al más elemental ejercicio de igualdad y respecto entre los seres humanos.

Finaliza el libro de 2º de la ESO, de la Editorial SM, con el Tema 13 dedicado a la Monarquía Hispánica en el siglo XVII, que se desarrolla a través de 4 apartados: a) un siglo de contrastes, b) América Hispana en el siglo XVII, c) el Siglo de Oro Español y d) Madrid en el siglo XVII y en donde se inicia en la portada la siguiente reflexión; "Hacia 1600, la ciudad más poblada de la Monarquía española –y una de las mayores del mundo- era Potosí, en la actual Bolivia, construida sobre una gran mina de plata. De ahí surge la expresión "esto vale un Potosí" (p. 241).

Ah hacer referencia sobre la crisis demográfica y económica en el siglo XVII, además de las frecuentes epidemias, se señalan como otros factores:

> También contribuyeron al retroceso, la expulsión de los moriscos, las guerras y la emigración a América. La agricultura y la ganadería acusaron la disminución de la mano de obra. La excepción fueron la cornisa Cantábrica y Galicia, donde la introducción de nuevos cultivos de origen americano, como el maíz, permitió el aumento demográfico y económico. (p. 242)

Así, por un lado, las tierras americanas recibían población hispana y, por otro, se cultivaban en el norte de la península ibérica, productos procedentes de América, como el maíz. De igual manera, para describir el reinado de Felipe IV y su intento de devolver – junto al valido Conde Duque de Olivares, a la Monarquía Hispánica el prestigio que había gozado en el siglo XVI:

> Requería intervenir en todas las guerras europeas, cuya política exterior estaba financiada casi en su totalidad por los impuestos recaudados en Castilla. La riqueza de América hizo posible que esta situación se mantuviera largo tiempo, pero ya no bastaba con la plata americana, y la crisis hacia la carga insostenible para los castellanos. (p. 244)

Pero el apartado más interesante es el dedicado a la América Hispana en el siglo XVII, trabajado en dos ámbitos: el imperio americano y la sociedad de castas. En cuanto el imperio americano:

> Tras la incorporación de Portugal en 1580, los dominios de la Monarquía Hispánica comprendían prácticamente todas las tierras colonizadas por los europeos en América a comienzos del siglo XVII. Sin embargo, el enfrentamiento con países de gran poderío naval, como Holanda e Inglaterra, hizo que muy pronto las guerras europeas tuvieran repercusiones al otro lado del Atlántico. Los holandeses arrebataron a Portugal algunas zonas de Brasil y ocuparon varias islas del Caribe. Los ingleses, en 1655, conquistaron la isla de Jamaica. Más adelante, se dejó en manos de los franceses una parte de la isla de la Española. A pesar de las pérdidas, se consiguió mantener la gran mayoría de los territorios americanos. Para los reyes hispanos, los virreinatos americanos eran sobre todo una fuente de metales preciosos. En el siglo XVII, la plata americana, extraída en México y Perú, y transportada hasta Sevilla en la flota de Indias, era un ingreso fundamental para la Hacienda Real. (p. 246)

Se complementa el texto, con un mapa de los Imperios coloniales – ocupado por Holanda, colonias holandesas, colonias y establecimientos británicos, colonias y establecimientos franceses, reducciones jesuíticas – en América, así como un grabado en donde se indica que dos veces al año, la flota de Indias transportaba las riquezas de América hasta España, por ello, un gran número de barcos navegaban juntos para protegerse de los ataques piratas.

Respecto a la definición de la organización social, de los territorios americanos, en castas se indica lo siguiente:

> La sociedad de los virreinatos españoles en América se distinguía por la diversidad étnica y por la importancia que se concedía a ese factor. Indios, europeos y africanos, y un sinnúmero de mezclas entre ellos, convivían en una sociedad de castas que establecía claras diferencias entre ellos: la casta superior estaba formada por la población de origen europeo, que se dividía a su vez en dos grandes grupos: los peninsulares, es decir, las personas que habían llegado desde la Península Ibérica, y los criollos, descendientes de peninsulares pero nacidos en América. Los cargos más importantes de la Administración y de la Iglesia estaban en manos de los peninsulares, lo que provocaba el descontento de los criollos. En cualquier caso, ambos grupos solo constituían el 1% de la población americana, y mantenían una posición social muy superior a la de los restantes grupos sociales. En el siguiente eslabón estaba formado por la población mestiza y mulata, en

la que se mezclaba la sangre europea con la indígena o la africana, o estas dos entre sí, o bien las tres en distintos grados. Cada mezcla tenía una denominación muy diferente y ocupaba un puesto distinto a la escala social, tanto más privilegiado cuanto mayor fuera el componente europeo. Los indios vivían en una situación de sometimiento. En 1600 suponían más del 95% de la población, pero su número no paraba de disminuir, ya que, aunque Las Leyes de Indias protegían a los indios de la esclavitud, en la práctica los indios eran encomendados y repartidos entre los colonos europeos; en realidad, repartimientos y encomiendas enmascaraban el trabajo forzado. En los sitios donde la población indígena se había extinguido, se la sustituyó con esclavos de origen africano, que pronto fueron mayoría en algunas zonas del Caribe. (p. 247)

El texto se complementa con un dibujo de una familia americana, en donde se indica que la sociedad de castas clasificaba a las personas según su origen.

Y para concluir la reflexión sobre la América Hispana en el siglo XVII, se incorpora un texto dedicado a Piratas del Caribe:

Desde mediados del siglo XVI y hasta el XVIII, el Caribe fue el mar de los piratas. Existían dos tipos de navegantes que asaltaban barcos y puertos: los corsarios, que actuaban por cuenta de un Gobierno que les ofrecía un permiso o "patente de corso" para que atacaran a sus enemigos. En el caso del Caribe español, solían trabajar para Inglaterra, Francia y Holanda. El más famoso de los corsarios fue el inglés Francis Drake. En el otro grupo estaban los filibusteros o bucaneros, considerados como simples bandidos que actuaban por su cuenta en el mar. El pirata más famoso de esa época fue Morgan – cuyo rostro aparece en un grabado –, que llegó a tomar la ciudad de Panamá. La isla de la Tortuga, situada cerca de las costas de Haití, fue durante muchos años el refugio de los piratas que acosaban a los barcos españoles. En la isla no existía más ley que la de los piratas. (p. 247)

El Tema 13, finaliza, con un reportaje, que con el título "Aprendo a… realizar un trabajo de grupo sobre las influencias culturales entre países", con la vinculación entre la península y los territorios americanos:

La mayoría de los países latinoamericanos comparten siglos de historia común con España. Además, hasta bien entrado el siglo XX, muchos de los emigrantes que

salían de España para buscar una vida mejor escogían un país de Latinoamérica. Desde hace años, la dirección del flujo migratorio se ha invertido, y hoy existe en nuestro país una creciente comunidad de origen latinoamericano. En tantos siglos, las influencias, en ambos sentidos, han modelado la sociedad y la cultura, produciendo una mezcla en la que muchas veces resulta difícil distinguir lo que es propio y lo que es ajeno. ¿Te imaginas la cocina española sin patatas, tomates o pimientos? Todos estos productos vinieron de América, como lo hicieron también el chocolate, el tabaco o el pavo. Para estudiar las influencias culturales entre distintos países, podemos centrarnos en temas muy diversos, desde los nombres de las ciudades o las regiones, hasta las fiestas y costumbres de los países, incluso la cocina, los viajes o el arte. En este caso, nos decidimos por un estudio sobre la toponimia americana de origen español, es decir, los nombres de las poblaciones de América que reproducen los de lugares de España. (p. 252)

El resultado del trabajo de toda la clase será un "mapa" con la toponimia hispanoamericana que repite toponimia española: Córdoba (Arg./Col./Méx.), Sevilla (Col.), Granada (Col./Nic.), Jaén (Per.), Mérida (Méx./Ven.), Trujillo (Ven./Per./Hon.), Santiago (Chi./Arg./Cub./R.Dom./Méx.), Pontevedra (Arg.), Toledo (Bra./Col./Bol.), Guadalajara (Méx.), Cuenca (Ecu.), Cartagena (Col./Chi.), Madrid (Col.), Valladolid (Méx.), Salamanca (Méx./Chi.), Zamora (Ecu./Méx.), León (Nic.), Segovia (Col.), La Rioja (Arg.), Durango (Méx.), Santander (Col.), Valencia (Ven.), Zaragoza (Méx.), Barcelona (Ven.), Pamplona (Col.) y Oviedo (Florida, Estados Unidos). "Además, se pueden añadir a la investigación, qué personajes históricos viajaron a América, migraciones de habitantes de la península a América y de americanos a la península, edificios construidos por personas que volvieron de América, recetas de cocina que usan ingredientes americanos". (p. 253).

Con esta actividad, se les anima a los estudiantes a acercarse e interactuar con los territorios americanos, sobrepasando los contenidos meramente políticos, para incorporar otras cuestiones interdisciplinares culturales: geográficos, cartográficos, toponímicos, gastronómicos, arquitectónicos, demográficos…

El libro de texto de 2º de la ESO, finaliza con el cierre del Bloque III (La Edad Moderna), con el descubrimiento del Pacífico:

Tan pronto como se tuvo la seguridad de que América era un nuevo continente y que, por tanto, seguía pendiente el descubrimiento de un camino por el oeste hacia las islas de las especias, se despertó un gran interés por encontrar la vía de comunicación que permitiera el acceso a las codiciadas mercancías. Los portugueses, que ya habían establecido la comunicación con el foco de distribución de las especias a través del Índico, consideraban el asunto resuelto. Pero los españoles mantenían sus esperanzas, amparados en que los términos del Tratado de Tordesillas no estaban nada claros, debido al desconocimiento de la realidad geográfica. En 1513, Núñez de Balboa, atravesando el istmo de Panamá, descubrió un nuevo mar. Lo bautizó como los Mares del Sur por la dirección que había seguido su expedición recorriendo el istmo. Magallanes encontró la forma de pasar a ese nuevo mar bordeando el continente americano por el sur, y lo rebautizó como el Pacífico por el comportamiento de sus aguas durante la travesía. A partir de ese momento, comenzaron las exploraciones españolas por el inmenso océano que cubre un tercio de la superficie terrestre. Su objetivo principal no fue la ocupación de islas, tema en el que chocaron con los portugueses, aunque lograron el establecimiento permanente en las Filipinas. El mayor éxito fue el hallazgo de la ruta que permitía el regreso desde Asia a América aprovechando los vientos y las corrientes. Esa ruta fue descubierta por Andrés de Urdaneta en 1564 y consiguió la creación de una comunicación fija, la del Galeón de Manila. Una vez al año, en el mes de julio, salía del puerto de Cavite un galeón cargado de mercancías que llegaba a México siete meses después. Realizar el viaje suponía aprovechar las corrientes que subían hasta Japón para desde allí, navegando hacia el este, llegar al norte de América y bajar después hasta Acapulco. El regreso duraba solo tres meses, porque las condiciones eran más favorables. De igual manera, Álvaro de Mendaña era un navegante español que como adelantado llevó a cabo dos expediciones al Pacífico, descubriendo las Islas Salomón (1568) y las Islas Marquesas (1595) y Miguel López de Legazpi, participó en las conquistas de las Filipinas -con la fundación en 1571 de Manila- y Las Marianas. En el siglo XVII, el protagonismo de las navegaciones por el Pacífico pasó a los holandeses. Buscaban un nuevo continente de cuya existencia se hablaba, pero que nadie había logrado encontrar. Entre 1642 y 1643, Abel Janssen Tasman –quién le dio el nombre a la Isla de Tasmania-dio la primera vuelta a Australia, comprobando que era una isla de dimensiones continentales. (p. 256)

Qué conclusiones podemos sacar, de la formación que recibieron los estudiantes de 13/14 años, al trabajar este libro de texto de 2º de la ESO de la Editorial SM, del año 2009.

En primer lugar, que reciben conocimientos de las relaciones entre la península y los territorios americanos, de manera cronológica, desde finales del siglo XV (los inicios de la Edad Moderna a través de los grandes descubrimientos, el reparto y explotación del Nuevo Mundo y la América Precolombina), siguiendo por el siglo XVI (con la conquista y colonización del Nuevo Mundo a través de los reinados de Carlos I y Felipe II), para finalizar, primero a través del conocimiento del Mundo en el siglo XVII (con el conocimiento de otros imperios que no fueran ni europeos ni americanos: los tres imperios musulmanes – el imperio otomano, Persia y el Imperio Mogol de la India –, y siguiendo con el conocimiento de los Imperios Europeos, comenzando con el Imperio Hispánico, para proseguir con el holandés, el de Inglaterra, el francés, hasta llegar a señalar los territorios suecos y daneses, y la ruta continental, uniendo Europa con Asia, a través de las conquistas de Rusia), y las causas de la crisis del siglo XVII, a partir de los cambios en los factores climáticos así como en los factores económicos y políticos implantados por las nuevas áreas de influencias de los países del norte y oeste europeo, los Países Bajos e Inglaterra, con la creación de las Compañías Comerciales de las Indias, que sientan las bases de un nuevo pensamiento económico, como es el Mercantilismo, identificando la riqueza con la acumulación de metales preciosos y la implantación de un sistema proteccionista, para finalizar con el conocimiento de la Monarquía Hispánica del XVII (con el conocimiento de la América Hispana en el XVII, describiendo el imperio hispano americano y los otros imperios coloniales, así como la sociedad de castas implantadas en los virreinatos.

En segundo lugar, que el libro de texto, aporta una interesante cartografía, que acompaña al texto presentado a lo largo de sus páginas, así como de citas de textos de autores de la época.

En tercer lugar, que introduce actividades interdisciplinares para la comprensión del conocimiento en su conjunto en varias ocasiones, destacando, entre otras actividades, el análisis de las cuatro causas –y su relación con la situación en la realidad de los territorios americanos–, más decisivas, en la subida de los precios; el análisis de las influencias culturales entre los países, entre la península y América, con el análisis interdisciplinar de elementos geográficos, toponímicos, artísticos…, y por último,

presentar el análisis del descubrimiento del Pacífico, que recorre temporalmente desde finales del XV hasta el siglo XVII.

Y, por último, destaca también la escasa visión crítica que se plantea en el proceso del descubrimiento y colonización del territorio americano – por la influencia "*hispanocéntrica*" del relato, que se reduce a presentar las voces críticas de Fray Antón Montesinos y Fray Bartolomé de las Casas, las consecuencias negativas para los indianos de la implantación de los repartimientos y las encomiendas, así como un texto dedicado a la esclavitud en América y el comercio triangular.

Una vez analizado el libro de 2º curso de la ESO (13/14 años), de la Editorial SM, cuyo eje cronológico, cómo hemos observado, se centra en presentar el territorio americano desde su descubrimiento y colonización – finales del siglo XV –, hasta su desarrollo a lo largo de los siglos XVI y XVII, continuamos su análisis, a través del libro de 4º curso de la ESO, dirigido a estudiantes de 15/16 años.

El libro de 4º curso de la ESO, *Ciencias Sociales: Historia,* de la Editorial SM (2011), se estructura en IV Bloques: Bloques I La sociedad liberal, Bloque II La sociedad de masas, Bloque III El mundo tras la guerra y Bloque IV La sociedad postindustrial. Los estudiantes, de 13/14 años se reencontraban, de nuevo, con el mundo iberoamericano, en especial, a lo largo del Bloque I La sociedad liberal.

El Bloque I, La sociedad liberal, a su vez, se divide en 5 temas. En el Tema 1, sobre El Antiguo Régimen, cuando se hace referencia al comercio y las finanzas, se presenta un mapamundi con las rutas comerciales y el comercio triangular, así como los centros financieros, las zonas metalúrgicas y textiles en el siglo XVIII (p. 15). Resulta curioso, pues el alumnado se había quedado dos años antes, con el libro de texto de 2º curso, con la situación de los territorios americanos en el siglo XVII y, de repente, tiene que analizar las rutas comerciales mundiales, sobre un mapa del continente americano bastante diferente al que había dejado años atrás, puesto que tenía conocimiento sobre el origen y constitución del Virreinato de Nueva España – a través de la figura de Hernán Cortés- y el Virreinato de Perú –a través de la figura de Pizarro –, pero en cambio, no puede descifrar cómo se ha originado el Virreinato de Nueva Granada y el Virreinato de Río de la Plata.

De igual manera, ocurre cuando se trabaja en el Tema 2, la Revolución Industrial, ya que al tratar el impacto de la revolución industrial y en concreto, los movimientos migratorios, se señala:

> La industrialización y la revolución de los transportes generaron importantes movimientos migratorios, que fueron de dos tipos: éxodo rural, en los países industrializados millones de campesinos se trasladaron a las ciudades, lo que provocó un gran crecimiento urbano y las migraciones transoceánicas, millones de europeos emigraron a territorios ultramarinos, principalmente a Estados Unidos y a las colonias británicas de África, India y Oceanía. (p. 33)

Texto que se complementa con un mapa dedicado a las migraciones en el siglo XIX, en donde en el continente americano aparecen los nombres de Alaska, Canadá y Estados Unidos, indias occidentales, América del Sur, Brasil y Argentina. De nuevo, choca, como pueden presentarse mapas en donde ya se han producido las independencias en el territorio americano –con Argentina, Brasil–, sin haberlas trabajado previamente el alumnado.

De especial relevancia tiene la presentación del Tema 3, Liberalismo y Nacionalismo, en donde al trabajar en el apartado: "El antecedente de Estados Unidos", ya se indica: "La independencia de Estados Unidos tuvo un papel esencial como inspiradora de otros procesos libertadores. De hecho, algunos de sus protagonistas participaron activamente en la Revolución Francesa, y los líderes de la emancipación latinoamericana tomaron a Jefferson o Washington como referentes" (p. 48). Para la sublevación de las colonias británicas, señalan 3 causas esencialmente:

> a) difusión de las ideas ilustradas y liberales que planteaban la existencia de derechos y libertades ciudadanos, la soberanía nacional y la división de poderes. Con ellas, se ponían las bases ideológicas de la Revolución, b) aumento de tributos sobre los colonos, que gravaban los documentos oficiales, el té, el vidrio y otros productos y c) restricciones a las actividades comerciales de las colonias, para defender los intereses económicos británicos. (p. 48)

Y tras el motín del té en Boston (1773), y la consiguiente represión británica, afloraron los sentimientos nacionales de la colonias, lo que dio origen a la "Declaración de Independencia", con la "Declaración de los Derechos del Hombre", del 4 de julio de 1776, redactada por Thomas Jefferson, que condujo a la guerra contra los británicos. Para pasar a continuación, a presentar el proceso de la Guerra de Independencia de las 13 colonias americanas que, tras firmar el Tratado de Versalles en

1783, Gran Bretaña[6] reconocía la independencia del nuevo estado y la aprobación de una Constitución en el año 1787, que establecía un sistema federal y liberal con separación de poderes, principios fundamentales del liberalismo, para finalizar, señalando: "En 1788, los representantes de los colonos eligieron como primer presidente del nuevo país a George Washington, que había alcanzado gran prestigio durante la guerra de liberación" (p. 49). Finaliza este apartado, analizando el impacto de la independencia de Estados Unidos:

> La repercusión de la revolución americana fue enorme pues fue el origen de la difusión de las demandas de libertad por el resto de América y por Europa: a) significó el triunfo de las ideas de la ilustración y del liberalismo sobre las arbitrariedades del despotismo, b) tuvo gran influencia sobre la inmediata Revolución Francesa, que se inspiró en muchos ideales de la independencia estadounidense y c) como primera rebelión anticolonial, fue un ejemplo para la posterior emancipación de la América Latina del dominio español. (p. 49)

Es interesante cómo se coaligan y relacionan, en el libro de texto, dedicado a estudiantes de 15/16 años, las aportaciones del pensamiento ilustrado del XVIII, con el comienzo de los procesos de independencia americano y francesa, y su consiguiente repercusión, en el primer tercio del XIX, en las independencias americanas hispanas, para derribar los principios del Antiguo Régimen y asentar los cimientos del Estado Liberal.

Será en el Tema 4 "España en el siglo XIX", donde se plasme La Independencia de América. Un tema que se desarrolla a partir de 6 apartados: a) la crisis del Antiguo Régimen, b) la resistencia absolutista, c) la independencia americana, d) la construcción del Estado Liberal, e) el sexenio democrático y f) la Restauración borbónica.

El apartado dedicado a la Independencia de América es relativamente pequeño, pues se zanja todo el conflicto a partir de dos cuestiones: por un lado, el análisis de las causas de la emancipación y, por el otro, el desarrollo del proceso.

En cuanto a las causas de la emancipación de los territorios americanos, se indica:

> En los primeros años del siglo XIX se produjo un movimiento independentista en las posesiones españolas en América que provocó la emancipación de Latinoamérica y dio origen a un nutrido grupo de nuevos países. Las causas que contribuyeron a ello fueron las siguientes: -el descontento de los criollos, excluidos de la dirección

de los territorios americanos, y a los que desde España se les imponían fuertes tributos y restricciones económicas, comerciales y políticas, -la creciente autonomía económica, debida a la debilidad española en el siglo XVII, que había provocado la intensificación de las relaciones comerciales entre las colonias y otras potencias europeas, -la difusión de las ideas ilustradas y liberales, que hacían cada vez más populares los principios de libertad, derechos ciudadanos e igualdad, difundidos por la Revolución Francesa, -el ejemplo de las colonias inglesas de Norteamérica, que tras su sublevación contra Gran Bretaña habían fundado Estados Unidos y -el vacío de poder producido en España en 1808 tras la invasión napoleónica, lo que favoreció las aspiraciones independentistas de los criollos. (p. 74)

Texto que se complementa con un mapa de "América en el siglo XVIII: posesiones españolas, posesiones portuguesas – Virreinato de Brasil – y otras posesiones europeas – colonias británicas, colonias francesas y colonias holandesas" –, en donde los estudiantes pueden observar la presencia en el mapa de los diferentes virreinatos españoles ya presentes en el siglo XVIII: Virreinato de Nueva España, Virreinato de Nueva Granada, Virreinato de Perú y el Virreinato de Río de la Plata. Se les plantea a los estudiantes como actividad, que consulten un atlas político e indiquen qué países actuales formaban parte de los Virreinatos del Río de la Plata, Nueva Granada y de Brasil. Además del mapa de América en el siglo XVIII, se presenta un texto de Simón Bolívar, sobre la Independencia de Venezuela, firmado en Caracas, el 5 de julio de 1811.[7]

Cómo podemos observar, para un estudiante español, que acabe su educación secundaria obligatoria, a los 16 años, y no continúe con los estudios de Bachillerato –de 16 a 18 años–, no va a recibir más información sobre el punto de partida del proceso de emancipación, que las cinco causas señaladas en el texto. Como ya habíamos indicado con anterioridad, había dejado con el libro de texto de 2º curso de la ESO, la configuración en el territorio americano de los dos Virreinatos, de Nueva España y del Perú, y ahora, se encuentra, en el libro de 4º curso de la ESO, con un mapa de las posesiones españolas en América, en donde están ya constituidos los cuatro Virreinatos. Además, aparece el texto de Simón Bolívar, de 1811, en donde para poder entender los estudiantes de dónde proceden y se originan sus ideas, no aparece ninguna información, en donde se fundamente su educación ilustrada europea, con sus contactos británicos, y norteamericanos.

En cuanto al apartado sobre el "desarrollo del proceso", se indica:

> La Guerra de la Independencia contra Francia provocó en América la formación de Juntas que, al igual que en España, rechazaron a José Bonaparte. Pero pronto estas Juntas, dirigidas por criollos, se inclinaron hacia posiciones independentistas. En Venezuela Simón Bolívar y en el Virreinato de la Plata San Martín lideraron la revuelta contra el dominio español. El retorno a España de Fernando VII propició la reacción española, que logró controlar la situación temporalmente. Pero el rechazo a la monarquía absoluta y las ansias independentistas generaron desde 1816 la extensión del movimiento independentista. En México, tras una primera revuelta indigenista liderada por el cura Miguel Hidalgo, el proceso culminó en el año 1821, cuando Agustín Itúrbide consiguió la independencia y se proclamó emperador. En el año 1823 una sublevación encabezada por los generales Santa Ana y Guerrero proclamó la república. Ese mismo año se independizaron las Provincias Unidas de Centroamérica -El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica y Guatemala en 1839-. En el Río de la Plata, Paraguay se independizó en 1811 y Argentina en 1816. Desde allí, el general San Martín cruzó los Andes y derrotó en Maipú a las tropas realistas, logrando la independencia de Chile en 1818. Uruguay consiguió independizarse en 1828. En nueva Granada, Simón Bolívar derrotó a los españoles en Boyacá (1819) alcanzando la independencia Venezuela 1823, Colombia 1819 y Ecuador 1822, que constituyeron la denominada Gran Colombia. Perú fue el último reducto del dominio español, aunque finalmente fue liberado tras la victoria de Sucre en Ayacucho en 1824. (p. 75)

El texto sobre el desarrollo del proceso de independencia, se complementa con un mapa sobre la "emancipación americana", con los Estados y fecha de declaración de independencia, así como las campañas militares más importantes de San Martín y Bolívar, y se interroga a los estudiantes sobre ¿qué tres grandes confederaciones se crearon en América tras la emancipación? Y ¿qué países actuales las formaban?. Se acompaña también de un grabado sobre la batalla de Ayacucho, en donde se indica que significó el final de la presencia española en la América continental y se finaliza el apartado sobre la Independencia de América, con una serie de Actividades. Por un lado, para Sintetizar sobre: -las causas de la independencia de las posesiones españolas

en América, -¿quiénes fueron los principales líderes de la emancipación de la América española? E indicar qué realizó cada uno de ellos, y -que expliquen cómo fue el proceso independentista de México, para pasar posteriormente, para que Razonen sobre: – ¿quiénes eran los criollos? ¿crees que la independencia de Latinoamérica fue también una revolución social? ¿por qué?, y – que investiguen en la web qué sistemas políticos se implantaron en América tras la Independencia.

Es muy complicado, que el alumnado a los 15/16 años pueda adquirir un conocimiento adecuado sobre el proceso de independencia de los territorios americanos, con la poca información que se les presenta, y centrándose exclusivamente en los líderes más destacados, así como las batallas más significativas. Solamente puede originar, un aprendizaje memorístico, sin desarrollar ninguna relación actitudinal y de empatía con los territorios americanos y la realidad vivida en esos momentos en el territorio español.

No se volverá a hacer referencia a los territorios americanos, hasta que, en el apartado sobre la Restauración borbónica, se haga referencia a la crisis de fin de siglo, que llevará al final del imperio colonial, con la pérdida de Cuba, Puerto Rico y Filipinas. El texto del libro de texto se centra, en especial, sobre la Guerra de Cuba:

> El principal problema de esta época fue la Guerra de Cuba, que había vuelto a estallar en 1895 como consecuencia de las aspiraciones independentistas de la isla, que contaba ya con el apoyo de los Estados Unidos. La firma del Tratado de París, en diciembre de 1989, supuso la pérdida de Cuba, Filipinas y Puerto Rico. Esta derrota provocó un gran impacto en la opinión pública española. Se conoce como el desastre del 98 y abrió un periodo de debate crítico contra la Restauración y contra el atraso del país. Estas críticas dieron lugar al movimiento del regeneracionismo, que pretendía la modernización y democratización de España. (p. 81)

La última alusión que se hace en el libro de texto a América durante el siglo XIX, es al tratar en el Tema 5 sobre la economía y sociedad en la España, con respecto a la evolución de la población y, en concreto, sobre las migraciones exteriores, incorporando al texto un mapa sobre las oleadas migratorias a Iberoamérica a finales del siglo XIX:

> Durante el siglo XIX también se intensificó el proceso migratorio hacia el exterior, principalmente hacia América. Muchos españoles optaron por "hacer las Américas" en busca de mejores condiciones de vida. Dicha corriente se vio favorecida por el bajo nivel de vida existente en España, las necesidades de mano de obra de los nuevos países y las relaciones de parentesco con residentes en el continente americano. Por regiones, los emigrantes procedían de Galicia, Canarias, Asturias y Cantabria, mientras que los países de acogido fueron sobre todo Cuba, Argentina, Brasil, México y Uruguay. (p. 91)

El alumno se enfrenta ya con un mapa actual del territorio americano, sin haber realizado un proceso de transición entre el paso del proceso de emancipación de los territorios americanos y la configuración que se presenta a finales del XIX.

Entrando en la historia del siglo XX, tenemos que esperar al Bloque III dedicado a analizar el mundo tras la guerra, para encontrarnos con el Tema 10 Un mundo Bipolar, en plena Guerra Fría, la crisis de los misiles, relacionado con la isla de Cuba:

> En 1959 triunfó en Cuba la revolución de Fidel Castro. Estados Unidos impuso un boicot económico a la isla y apoyó los intentos contrarrevolucionarios. Ello provocó un acercamiento a Cuba a la Unión Soviética, que instaló en la isla rampas de lanzamiento de misiles. En el año 1962, el presidente norteamericano Kennedy decretó el bloqueo aéreo y naval de la isla para impedir la llegada de armamento soviético, y durante unos días las dos superpotencias estuvieron al borde del enfrentamiento. Finalmente, los soviéticos se retiraron a cambio del compromiso estadounidense de no invadir Cuba. Asimismo, se estableció el llamado "teléfono rojo", que ponía en contacto directo a los máximos líderes de la Unión Soviética y de Estados Unidos. (p. 205)

El estudiante de 4º curso de la ESO, ha trabajado hasta este momento, toda la primera mitad del siglo XX, sin recibir ninguna referencia sobre el desarrollo de la vida y la política de los territorios americanos. Si desde el siglo XV hasta el siglo XIX, la historia del mundo iberoamericano estaba en relación con los intereses e historia de España, a partir de la segunda mitad del siglo XX, estará relacionada con los intereses norteamericanos o soviéticos, en el contexto de la Guerra Fría y la política de Bloques.

Y por eso, no es de extrañar que, al analizar la expansión del comunismo, se le dedique un apartado a El comunismo en América Latina, prestando especial atención, de nuevo, al proceso de la revolución cubana, completando el texto, una pequeña biografía sobre Ernesto Che Guevara:[8]

> En el año 1959 se produjo el triunfo de la revolución en Cuba. Las tropas lideradas por Fidel Castro derrocaron al dictador Fulgencio Batista. Inmediatamente, el gobierno estadounidense mostró su hostilidad al régimen castrista. Como consecuencia, Cuba inició un viraje hacia posturas comunistas y buscó una alianza con la Unión Soviética. El triunfo de la revolución cubana sirvió de plataforma para la expansión de movimientos izquierdistas en América Latina. En un clima de radicalismo juvenil, el comunismo se mezcló con teorías de reivindicación indígena y con planteamientos religiosos progresistas. La expansión del comunismo fue especialmente intensa en Centroamérica. En El Salvador, el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) libró una guerra civil contras las fuerzas gubernamentales entre 1970 y 1992. En Guatemala también hubo una sangrienta guerra civil en la que las tropas del Gobierno, apoyadas por la CIA, llevaron a cabo un cruento genocidio la población indígena. En Nicaragua, la guerrilla del Frente Sandinista derrocó a la dictadura de Anastasio Somoza en el año 1979. (p. 215)

La última referencia que se haga en el libro de texto, sobre los territorios americanos, hará alusión, a la reactivación de la Guerra Fría y, en relación, con la política intervencionista estadounidense:

> Tras el trauma social que produjo la derrota en Vietnam y la humillación provocada por la crisis de los rehenes de Irán, el ascenso de Reagan también vino acompañado de un cambio en el discurso político, tendente a recuperar el prestigio internacional. Este planteamiento impulsó la intervención de Estados Unidos en numerosos conflictos internacionales. Así hay que interpretar el apoyo a Sadam Husein en la guerra contra Irán o a favor de los muyahidines afganos. En América financió a la guerrilla contrarrevolucionaria, la Contra, en Nicaragua para acabar con el Gobierno Sandinista, y apoyó a los gobiernos ultraderechistas de Guatemala y El Salvador con el fin de derrocar a las guerrillas izquierdistas. En el año 1983 invadió la pequeña isla de Granada, en el Caribe. (p. 267)

Por consiguiente, se presentan los contenidos en el libro de texto, básicamente "informativos", sin una reflexión que genere un pensamiento crítico, exceptuando un texto donde se cuestiona la actuación norteamericana en Centroamérica:

> Estados Unidos respaldo una actividad contraguerrillera. En El Salvador y en Guatemala actuaban diferentes grupos guerrilleros. Estados Unidos envió apoyo militar y logístico a los gobiernos de los respectivos países y se formaron "escuadrones de la muerte", grupos paramilitares de extrema derecha que sembraron el pánico entre la población indígena y entre los sospechosos de colaborar con las guerrillas. Estas acciones conllevaron gravísimas violaciones de los derechos humanos que incluso han sido catalogadas como genocidios. (p. 267)

Continúa girando la temática de los territorios americanos, sobre los intereses de la política norteamericana a lo largo del siglo XX. Y ya no aparece a lo largo de las páginas, ninguna cuestión que haga referencia a Brasil, por ende, al mundo iberoamericano.

Si comparamos los libros de texto, en concreto el analizado en estas páginas, de la Editorial SM, nacidos a la luz de la LOE del 2006 – de 2º y 4º de la ESO –, con los libros de texto, a partir del 2013, procedentes de la nueva ley de educación, de la LOMCE, no encontramos importantes novedades respecto a los contenidos presentes, que plasmarán las editoriales en los respectivos libros de texto.

La Ley Orgánica 8/2013, de 9 de diciembre, para la Mejora de la Calidad Educativa, modificó el artículo 6 de la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación, para definir el Currículo. Y, en especial, uno de los pilares centrales de la reforma educativa, descansa sobre una nueva configuración del currículo de Educación Secundaria Obligatoria y Bachillerato.

Una de las ideas fundamentales para entender la nueva orientación que propone el Real Decreto, para la enseñanza y, por ende, también en el aprendizaje/enseñanza de las Ciencias Sociales y de la Historia, es un currículo basado en el "aprendizaje por competencias", que, a su vez, implica poner en marcha una "verdadera innovación metodológica".

Se adopta la denominación de las competencias clave definidas por la Unión Europea. Se considera que «las competencias clave son aquellas que todas las personas

precisan para su realización y desarrollo personal, así como para la ciudadanía activa, la inclusión social y el empleo». Se identifican siete competencias clave esenciales para el bienestar de las sociedades europeas, el crecimiento económico y la innovación, y se describen los conocimientos, las capacidades y las actitudes esenciales vinculadas a cada una de ellas. Son las siguientes: Comunicación lingüística, Competencia matemática y competencias básicas en ciencia y tecnología, Competencia digital, Aprender a aprender, Competencias sociales y cívicas, Sentido de iniciativa y espíritu emprendedor y Conciencia y expresiones culturales.

Dentro de estas siete competencias, encontramos dos competencias específicas en el marco de las Ciencias Sociales y, por ende, de la Historia e Historia Moderna: "Competencias sociales y cívicas" y "Conciencia y expresiones culturales". En cambio, ya encontramos una primera contradicción de la que debemos ser conscientes, pues se indica que se potenciará el desarrollo de las competencias Comunicación lingüística, Competencia matemática y competencias básicas en ciencia y tecnología pero, a su vez, en el Capítulo II, en el Artículo 10, en los Principios generales, se señala que la finalidad de la Educación Secundaria Obligatoria consiste en lograr que los alumnos y alumnas adquieran los elementos básicos de la cultura, especialmente en sus aspectos humanístico, artístico, científico y tecnológico; desarrollar y consolidar en ellos hábitos de estudio y de trabajo; prepararles para su incorporación a estudios posteriores y para su inserción laboral y formarles para el ejercicio de sus derechos y obligaciones en la vida como ciudadanos. En definitiva, los principios fundamentales de la Educación Secundaria y del Bachillerato, descansan en gran medida, en las dos competencias sociales.

Para lograr este proceso de cambio curricular es preciso favorecer una visión interdisciplinar

Entre los objetivos de la Educación Secundaria Obligatoria, centrados en las Ciencias Sociales, se desarrollarán capacidades que les permitan: -Concebir el conocimiento científico como un saber integrado, que se estructura en distintas disciplinas, así como conocer y aplicar los métodos para identificar los problemas en los diversos campos del conocimiento y de la experiencia, -Conocer, valorar y respetar los aspectos básicos de la cultura y la historia propias y de los demás, así como el patrimonio artístico y cultural, -Apreciar la creación artística y comprender el lenguaje

de las distintas manifestaciones artísticas, utilizando diversos medios de expresión y representación.

En la asignatura de *Ciencias Sociales, Geografía e Historia* de 2º de la ESO, los contenidos de Historia Moderna y, por consiguiente, del mundo iberoamericano, están presentes en el Bloque 3: La Edad Moderna: el Renacimiento y el Humanismo; su alcance posterior. El arte Renacentista Los descubrimientos geográficos: Castilla y Portugal. Conquista y colonización de América. Las monarquías modernas. La unión dinástica de Castilla y Aragón. Los Austrias y sus políticas: Carlos V y Felipe II. Las "guerras de religión", las reformas protestantes y la contrarreforma católica. El siglo XVII en Europa. Las monarquías autoritarias, parlamentarias y absolutas. La Guerra de los Treinta Años. Los Austrias y sus políticas: Felipe III, Felipe IV y Carlos II. El arte Barroco. Principales manifestaciones de la cultura de los siglos XVI y XVII.

En la asignatura *Ciencias Sociales, Geografía e Historia* de 4º de la ESO, los Contenidos de Historia Moderna se desarrollan en 2 Bloques**:** Bloque 1. El siglo XVIII en Europa hasta 1789. Contenidos**:** El siglo XVIII en Europa: del feudalismo al absolutismo y el parlamentarismo de las minorías. Francia, Inglaterra, España. El arte y la ciencia en Europa en los siglos XVII y XVIII. Las revoluciones burguesas en el siglo XVIII. La revolución francesa. Las Revoluciones liberales y la Restauración en el siglo XIX en Europa y América: procesos unificadores e independentistas. Los nacionalismos. Y en el Bloque 2. La Era de las Revoluciones liberales. Contenidos**:** Las revoluciones burguesas en el siglo XVIII. La revolución francesa. Las Revoluciones liberales y la Restauración en el siglo XIX en Europa y América: procesos unificadores e independentistas. Los nacionalismos.

Respecto a los contenidos de Historia Moderna, en la Educación Secundaria, presentes en el Real Decreto, a través de los epígrafes señalados con anterioridad, no se evidencia una gran renovación en la formulación de contenidos respecto a etapas educativas anteriores. Ya, en los manuales escolares precedentes, estaban presentes de esta manera, muchos de estos contenidos.

Se constata la importancia no solo de la adquisición de contenidos, a través de verbos conceptuales como conocer, comprender y entender, sino fundamentalmente, de desarrollar habilidades de procedimientos, que le lleven a saber relacionar, analizar, identificar, sopesar, explicar, distinguir, describir, comprobar y reconocer. Pero hay que señalar una segunda contradicción importante, puesto que si un elemento

fundamental de la renovación de la educación secundaria, consiste en un aprendizaje por competencias que proyecte metodologías innovadoras, significativas, activas e interdisciplinares, se evidencia una ausencia de estas metodologías, ligadas a metodologías basadas en: la observación directa, la transposición de conocimientos a situaciones y realidades de la vida cotidiana, el estudio de casos, la resolución de problemas... y otras actuaciones que, verdaderamente, permitan al alumno la aplicación de los conocimientos aprendidos con la participación activa en prácticas sociales. En definitiva, se echan de menos estrategias de enseñanza/ aprendizaje que estén ancladas y basadas en la realidad en la que viven. Si ya Freinet acuñaba el término de "Geografía Viva", nosotros defendemos la necesidad de trasponerlo al resto de los ámbitos de las Ciencias Sociales, y en especial, de la Historia (Pastor, p. 183).

Además, se constata la escasa presencia de verbos actitudinales, en donde solo aparece "apreciar" que, de nuevo, choca con la relevancia que se otorga en los Objetivos del Real Decreto, de "valorar y respetar los aspectos básicos de la cultura".

En cambio, hay que resaltar, en la Lomce, la incorporación del Bloque 10. La relación entre el pasado, el presente y el futuro a través de la Historia y la Geografía, con el Contenido**:** La relación entre el pasado, el presente y el futuro a través de la Historia y la Geografía, que implica la incorporación de la dialéctica temporal entre el pasado-presente y futuro–, tan relevante para un verdadero conocimiento histórico. Reconocer, como muy bien se indica en los Criterios de evaluación, que el pasado "no está muerto y enterrado", sino que determina o influye en el presente y en los diferentes posibles futuros y en los distintos espacios. El reto importante, de los libros de texto, será saber aplicarlo, en el ámbito de la Historia Moderna y no centrarlo solo en el ámbito de la Historia Contemporánea.

Hay que destacar, en este nuevo enfoque, el proyecto tan interesante que presenta la Editorial Anaya, del año 2015, para Madrid, en el libro de texto de 3º de la ESO *Geografía e Historia*, con el proyecto educativo "Aprender es crecer en conexión", dirigido a estudiantes de 14/15 años. En sus tres primeras unidades se trabajan el contenido histórico y, por tanto, reflejado el mundo iberoamericano: Unidad 1: El inicio de la Edad Moderna. Los siglos XV y XVI. Unidad 2: El inicio de la Edad Moderna en España y América y la Unidad 3: El siglo XVII en Europa y en España.

El cambio sustancial, de este libro de texto de Anaya, del 2015 –ya dentro del marco legislativo de la LOMCE–, respecto al libro de texto de SM, del 2011,

se centra, no tanto en aspectos conceptuales y de contenidos, sino más bien, en las nuevas aportaciones metodológicas, con el fin de desarrollar y alcanzar las competencias adecuadas.

Por ello, al inicio de cada unidad, se vincula su contenido a una nueva forma de aprendizaje. La Unidad 1: El inicio de la Edad Moderna, se vincula con el epígrafe "*Inicia un nuevo aprendizaje*", con esta declaración de intenciones:

> Esta primera unidad de Historia está centrada en los siglos XV y XVI y en los cambios (políticos, económicos, sociales, culturales y artísticos) ocurridos en estos siglos en relación a la Edad Media. Tras su estudio, distinguirás diferentes modos de periodización histórica, comprenderás la importancia de los descubrimientos geográficos protagonizados por los castellanos y los portugueses, y valorarás sus consecuencias. También te permitirá conocer las obras y el legado de artistas, humanistas y científicos de la época. (p. 12)

La Unidad 2: El inicio de la Edad Moderna en España y América, se vincula el Inicio de un nuevo aprendizaje com:

> Esta unidad está centrada en el estudio de los reinados de los Reyes Católicos, Carlos I y Felipe II. Algunos acontecimientos europeos y mundiales ocurridos durante sus reinados ya los conoces de la unidad anterior, aunque ahora los estudiarás desde un punto de vista diferente. Otros son específicos de España, de ahí que le dediquemos una atención especial. Entre estos últimos destacan la conquista y colonización de América **y** sus consecuencias; la expansión de Castilla y Aragón por el mundo; y el inicio del llamado "Siglo de Oro" de la cultura y el arte españoles. (p. 38)

La Unidad 3: El siglo XVII en Europa y en España, el epígrafe de Inicia un nuevo aprendizaje queda definido de la siguiente manera:

> Esta unidad la dedicaremos a conocer las políticas internas y las relaciones exteriores del siglo XVII en Europa. Entre otras cuestiones**,** analizaremos las relaciones entre los reinos europeos; las diferencias entre las monarquías absoluta y parlamentarias; y la evolución histórica y las políticas desarrolladas en España por los llamados

> Austrias menores. También estudiaremos la revolución científica y las obras más significativas del arte Barroco. (p. 66)

Como se puede observar, los contenidos y conceptos permanecen iguales a los que ya eran trabajados en libros de texto, enmarcados en la LOE, pero ahora se reduce el texto escrito, dando mayor fuerza a los recursos visuales, para establecer una mayor innovación metodológica a la hora de trabajarlos, incorporando procedimientos, como: "distinguir diferentes modos de periodización histórica", "comprender", "analizar", "reconocer diferencias entre", e "interiorizar el proceso de evolución histórica.

Ligado a la apertura de la unidad con el "Inicia un nuevo aprendizaje", las primeras tareas de cada unida se titulan "*Juega con el Tiempo*" o "*Juega con el Espacio*", según traten sobre geografía o sobre historia.

Y todo ello, íntimamente relacionado con las competencias, incluyendo en cada apartado trabajado en la unidad correspondiente, el epígrafe "*Avanza en competencias*", que incluirá aspectos como: "comprender la realidad histórica", "organizar la información", "manejar información temporal", "comprender informaciones", "trabajar con mapas", "participar en el aprendizaje", "practicar valores democráticos", "desarrollar planes personales", "adquirir vocabulario", "trabajar con textos y gráficos", "trabajar con textos e imágenes", "valorar aportaciones culturales", "conocer el arte", "analizar estilos y obras", "planificar trabajos", "relacionar informaciones", "utilizar la información", "comprender textos", "producir textos coherentes", "comprensión, expresión y TIC", "plantearse preguntas", "obtener información", "usar vocabulario", y "ser creativo y emprendedor".

Unido a "Avanza en competencias", se incorporan "*Informes Gráficos*", que contienen tareas competenciales que buscan el desarrollo de la "comprensión, la expresión y las TIC".

Entre las innovaciones metodológicas, podemos citar la incorporación de estudios de *Ejes Cronológicos* como, por ejemplo, el correspondiente para plasmar los descubrimientos portugueses (1460-1500), las Expediciones Castellanas (1480-1522) y la conquista de América (1519-1540), en donde se les enseña a los estudiantes a comentar un eje cronológico, pero, además, se les indica como existen actualmente

app que permiten hacer líneas del tiempo interactivas, como *Dipity, Tiemtoast, SimileTimeline, Rememble o Timerime* (p. 35).

Otro cambio importante, que se realiza en el libro de texto de la editorial Anaya, es la introducción de una interesante *Cartografía comparativa*, que requiere al estudiante que desarrolle habilidades de reflexión y relación. Ya hemos indicado más arriba, como una de las competencias fundamentales que desarrolla la editorial Anaya es "trabajar con mapas". Entre la Cartografía incorporada, podemos citar, por ejemplo, los que aparecen en la página 15 sobre los "Cambios mundiales-ampliación del mundo y grandes imperios coloniales", en donde se les arenga a que comparen el mapa 1 con el mundo conocido por los europeos a principios de la Edad Moderna con el Mapa 2 que reflejan los imperios coloniales de España y Portugal, o la cartografía de la página 16 sobre las viejas y nuevas rutas, con el mapa A que muestran las tradicionales rutas asiáticas y de Constantinopla, y el mapa B con las nuevas rutas abiertas por los castellanos viajando hacia el oeste y los portugueses bordeando la costa de África, así como la fascinante cartografía, de la página 19, sobre los "Viajes del Descubrimiento": primero con el "Descubrimiento de América", en donde se indica cómo Colón conocía el mapa de Toscanelli, y según este mapa (A) solo 12000 km separaban Lisboa del sureste de Asia y por ese motivo cuando en su primer viaje Colón llegó a la isla de San Salvador, creyó encontrarse en la isla de Cipango (Japón) y luego el mapa donde se reflejan los "Principales viajes de portugueses y castellanos". Citar también la cartografía relativa al "Comercio Transoceánico en el siglo XVI" de la página 23, donde quedan reflejada la ruta del Mediterráneo, mercaderes musulmanes, mercaderes portugueses y mercaderes españoles, a través de la ruta de las especias, la de los metales, la de los esclavos y la del Pacífico. En cuanto a la Conquista de América, resultan muy interesante la cartografía relativa a las "Etapas esenciales de la conquista" (p. 47), donde se pone de manifiesto la conquista de México, la conquista de Perú, la búsqueda de El Dorado, las Expediciones en el sur y en el norte, las Antillas y en Brasil y la "Tierra firme", además de ampliar dos mapas relativos a los aztecas y los incas. Respecto a la colonización y organización de América, se incorpora un mapa sobre los "Territorios ocupados y Virreinatos" (p. 48), comparando los pueblos originarios con los territorios ocupados por España, Portugal, Gran Bretaña, Francia y Países Bajos, así como la cartografía sobre el "Comercio y la Carrera de Indias" (p. 49), con las rutas del comercio interior y las rutas del comercio internacional y

de cabotaje. Por último, se incorpora un mapa sobre el "Comercio y las compañías privilegiadas" (p. 73), con las principales rutas comerciales del siglo XVII (ruta española, ruta portuguesa, ruta holandesa, ruta inglesa, ruta turca y ruta de la seda).

Otra de las innovaciones metodológicas dignas de mencionar, es la incorporación de las "*Comparaciones en Historia*", para establecer sus relaciones, diferencias o semejanzas. Comparar mapas históricos, comparar líneas de tiempo paralelas, así como "*comparar cuadros resumen*". Un ejemplo significativo es el cuadro comparativo que aparece en la página 62, para comparar las culturas precolombinas: aztecas, mayas e incas, a través de diferentes aspectos como su localización, la organización política, su economía, la sociedad, su religión, su cultura y su arte.

Terminan las unidades didácticas, con un apartado denominado "*Técnicas y Comprueba tu aprendizaje y tus competencias*". En las páginas de Técnicas se busca en iniciar al estudiante en destrezas y procedimientos básicos de geografía, historia y ciencias sociales. Para comprobar la progresión en la aplicación de las competencias básicas, puede citarse, la incorporación de un texto sobre "Españoles por el Pacífico",[9] un mapa con las rutas por los territorios que bordean el Océano Pacífico, así como un grabado de Andrés de Urdaneta (p. 65). A partir de estos recursos, se les presenta al alumnado cuatro preguntas: 1.- El texto trata sobre el Pacífico, el mayor océano de la Tierra. Después de leerlo con detenimiento, contesta a estas preguntas: a)¿quién le puso el nombre actual y por qué motivo se adentró en él?, b)cuando se bautizó con ese nombre, ¿cuántos años hacía que se había descubierto?, c)¿con qué otros nombres se conoció en esta época histórica?. 2.- En el texto se menciona el "tornaviaje", ¿quién hizo el primero y en qué consistía?. Elige la respuesta correcta: a)fue la primera vuelta al mundo, se realizó en 1522, y traía la plata de América, b) Andrés de Urdaneta, quien en 1565 atravesó el Pacífico en sentido Oeste-Este. 3.- El Galeón de Manila se convirtió en la gran ruta marítima de la época: a)¿qué ciudades y qué continentes unía?, b)¿durante cuántos años estuvo en funcionamiento?, c)¿por qué el viaje de vuelta tardaba un mes más que el de ida? Ayúdate del mapa para contestar, d)¿qué productos transportaban los galeones en el viaje de ida?. 4.- Redacta diez líneas explicando la importancia del comercio marítimo entre Europa y América en el siglo XVI. Incluye también sus consecuencias principales.

De esta manera, la innovación metodológica viene acompañada de una gran variedad de recursos y fuentes utilizadas. Además, de las fuentes cartográficas – de las

anteriormente comentadas, podemos incluir como otro ejemplo más, la incorporación del *Atlas portugués* de Diego Homen de 1565 –, encontramos fuentes pictóricas, escultóricas, arquitectónicas – como las catedrales barrocas de México, Cuzco y Lima –, arqueológicas – como las construcciones aztecas, mayas e incas- demográficas, literarias, objetos de la vida cotidiana – como instrumentos náuticos, vestimenta, como la indumentaria de los conquistadores, transportes, como la carabela, símbolo de la nueva embarcación, vivienda y costumbres de un poblado indio…

Una innovación metodológica y de recursos y fuentes utilizadas, que evidencian una clara evolución en el pensamiento de las escuelas historiográficas históricas, geográficas y artísticas, incorporando las tendencias, presentes a partir de los últimos años del siglo XX, como el reflejo de la Historia de las Mentalidades y de la Vida Cotidiana.

Por último, señalar como el cambio epistemológico y metodológico, en torno a las Ciencias Sociales, presente en los libros de texto escolares, publicados a partir del 2013, viene acompañado de igual manera, con un *mayor posicionamiento actitudinal*. El desarrollo de valores y actitudes, en el estudio del mundo iberoamericano, también está presente en el libro de 3º de la ESO de la Editorial Anaya. Un ejemplo muy evidente, lo encontramos cuando se trabaja el contenido referente a la Encomienda, derechos indígenas e interpretaciones de la obra de España en América. No se presenta como un apartado más, sino a través de un Informe Gráfico, en donde, una vez presentado de manera muy general la información sobre qué era la encomienda o "repartimiento de indios" y en qué consistía el funcionamiento de ese sistema, se introducen dos apartados muy interesantes. Uno de ellos consiste en presentar la "denuncia de la explotación indígena y Nuevas Leyes", con textos de Fray Antonio Montesinos y Fray Bartolomé de las Casas. Pero introducen además, otra apartado, en donde se introducen las "Interpretaciones sobre la conquista y la colonización de América", tanto de opiniones negativas, dando lugar a lo que se conoce como "leyenda negra" basada en la política que España aplicó en América, como de opiniones positivas, quienes consideran que la labor llevada a cabo por España en América tiene más cosas a favor que en contra, todo ello acompañado por un gravado perteneciente a un "*Detalle de la reducción de los indígenas de Paraca y Pantasma*" (p. 51).

***

Como ya hemos indicado a lo largo de estas páginas, la presencia de la realidad iberoamericana en los libros de textos escolares españoles es mínima, no solo en la etapa de Educación Primaria, de 6 a 12 años, sino también, y ello es más grave por las consecuencias que se derivan, en la etapa de Educación Secundaria Obligatoria ESO, en alumnado de 12 a 16 años. Por tanto, la escasa presencia que hay en las aulas escolares de dicha realidad, explica – motivado en gran parte, por el gran desconocimiento –, el desafecto emocional que tiene nuestro alumnado sobre la situación del mundo iberoamericano. Desafecto que, podríamos extender a otros espacios, como es a la realidad europea, asiática o africana.

Hay poco contenido, a nivel conceptual y de conocimientos, tanto en los libros de texto escolares, editados bajo la Ley General de Educación (LOE) del 2006 como de los libros de texto escolares editados en el contexto de la Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa (LOMCE) del 2013. Poco contenido, centrados todos ellos, en repetir tópicos y momentos concretos, comenzando con el descubrimiento de América – no hay libro de texto escolar que no incorpore el grabado de las carabelas de Cristóbal Colón llegando a tierras americanas en 1492, como el símbolo para el inicio de la Edad Moderna, junto con la Toma de Constantinopla en 1453 –, y finalizando con el proceso de las independencias americanas, entre 1814-1824/1898, en donde se introduce el grabado de los principales libertadores: Bolívar, San Martín, Iturbide… La presencia del mundo iberoamericano, en las páginas de los libros de textos escolares españoles, finaliza en el siglo XIX. Más allá de esa coordenada temporal, América deja de existir, a no ser por cuestiones muy puntuales y concretas, como son, por ejemplo, la revolución cubana de 1959 o los movimientos guerrilleros de Nicaragua, Guatemala y El Salvador. Por tanto, como ya habíamos indicado en páginas anteriores, se trabaja toda la primera mitad del siglo XX, sin presentar ninguna referencia sobre el desarrollo de la vida y la política de los territorios americanos y, además, si desde el siglo XV hasta el siglo XIX, la historia del mundo iberoamericano estaba en relación con los intereses de la historia de España, a partir de la segunda mitad del siglo XX, girará en torno a los intereses norteamericanos o soviéticos, en el contexto de la Guerra Fría y la política de Bloques.

Otra de las características fundamentales, es la excesiva visión no solo eurocéntrica, sino más bien, hispanocéntrica, en la que se presentan los conocimientos. Baste con recordar, como en la elección temporal, se presenta primero el descubrimiento

de América por parte de los españoles, para pasar, a continuación, a presentar las culturas precolombinas.

La verdadera innovación llega, en los textos escolares de la ESO, editados a partir del 2013, referente a las cuestiones metodológicas – fundamentadas en competencias –, que suponen un enriquecimiento en la presencia de recursos y fuentes utilizadas.

En definitiva, ello implica que, en los libros de texto escolares, publicados a partir del 2013, presenten un mayor grado de sensibilización y espíritu crítico –de respeto, estima, valoración…–, respecto al proceso de colonización y conquista de las tierras americanas.

Aunque, queda mucho trabajo e innovación, para mejorar la enseñanza/aprendizaje en las aulas de los centros escolares españoles, y, por consiguiente, formar de manera adecuada al alumnado, sobre la realidad del mundo iberoamericano.

Notas

1 Comunicación presentada, junto al doctorando José Manuel Gómez Contreras y la profesora de Didáctica de las Ciencias Sociales, de la Universidad Complutense de Madrid, Gemma Muñoz, al III Congreso Nacional "La Historia Moderna y la Enseñanza Secundaria", celebrado en Granada, del 28 al 30 de marzo del 2019.

2 Entre la LOGSE (1990) y la LOE (2006), ambas leyes educativas elaboradas por gobiernos del PSOE, la primera durante el gobierno de Felipe González y la segunda durante el gobierno de José Luis Rodríguez Zapatero, se elaboró la LOCE (Ley Orgánica de Calidad de la Educación) del 2002 durante el gobierno de José Mª Aznar, pero al perder las elecciones el PP en el 2004, la LOCE nunca llegó a estar vigente en el sistema educativo español. E inmediatamente, el gobierno de Rodríguez Zapatero aprobó en el 2006 la LOE, que intentaría mejorar la anterior ley socialista de educación, la LOGSE.

3 Texto: "El día 12 de octubre de 1492 fue un día muy importante en la historia de España y en la historia del mundo. Ese día, un experto navegante llamado, Cristóbal Colon, con un pequeño grupo de personas, desembarcó en América por primera vez. Colón había organizado el viaje con tres barcos buscando una nueva forma de llegar por mar a la India. Pero Colón llegó a América. Y es que, por aquel entonces, no se sabía que existía América al otro lado del océano atlántico. En la actualidad, el 12 de octubre es una fiesta nacional en recuerdo del descubrimiento de América".

4 Texto: "En el siglo XV, la mayoría de las personas creían que la Tierra era plana. Cristóbal Colón, un marino de origen genovés, estaba convencido, en cambio, de que la Tierra era redonda. Para demostrarlo, pretendía partir de la península Ibérica y navegar hacia el oeste hasta llegar a Asia, un continente que los europeos llamaban entonces las Indias. La teoría de Colón era cierta, pero el cálculo que hizo de las distancias no era correcto. Por ello, el 12 de octubre de 1492, en su camino hacia las Indias, se encontró con un nuevo continente: América. Sin embargo, Cristóbal Colón confundió la isla de Cuba con Japón. Nunca reconoció haber descubierto un nuevo continente, sino que murió convencido de haber llegado a Asia. Por ello, llamó indios a los habitantes de las islas que descubrió. Unos años más tarde, dos marinos italianos, Giovanni Caboto y Americo Vespucio, navegaron hacia el norte y el sur de estas tierras y constataton que su forma y sus costas no eran como las de Asia. Demostraron de esta manera que aquellas tierras eran un nuevo y aún desconocido continente" (p. 171).

5 La asignatura *Ciencias Naturales,* estará compuesta por cinco bloques de contenidos: 1. Iniciación a la actividad científica, 2. El ser humano y la salud, 3. Los seres vivos, 4. Materia y energía y 5. La tecnología, objetos y máquinas.

6 También hay que señalar como se pasa del libro de texto de 2º curso de la ESO a referirse a Inglaterra, a encontrarnos, de repente, en el libro de texto de 4º curso de la ESO, a la denominación de Gran Bretaña, sin que previamente se haya hecho referencia a la incorporación de Irlanda a principios del siglo XIX, en 1801, pasando a constituirse la Gran Bretaña.

7 La Independencia de Venezuela. "En el nombre de Dios Todopoderoso. Nosotros los representantes de las Provincias (...) que forman la Confederación Americana de Venezuela en el continente meridional, reunidos en Congreso y considerando la plena y absoluta posesión de nuestros derechos que recobramos justa y legítimamente desde el diez y nueve de abril de 1810, en consecuencia de la jornada de Bayona y la ocupación del trono español, por la conquista y sucesión de otra nueva dinastía constituida sin nuestro consentimiento; queremos, antes de usar de los derechos de que nos tuvo privados la fuerza por más de tres siglos y nos ha restituido el orden político de los acontecimientos humanos, patentizar al universo las razones que han emanado de estos mismos acontecimientos y autorizan el libre uso que vamos a hacer de nuestra soberanía (...), impelidos por la conducta hostil y desnaturalizada de los gobiernos de España, que nos ha relevado del juramento condicional con que hemos sido llamados a la augusta representación que ejercemos (...), a nombre y con la voluntad y autoridad que tenemos del virtuoso pueblo de Venezuela, declaramos solemnemente al mundo que sus Provincias Unidas son y deben ser desde hoy, de hecho y de derecho, Estados libres soberanos e independientes y que están absueltos de toda sumisión, dependencia de la Corona de España o de los que se dicen o dijeren sus apoderados o representantes (...)". Simón Bolívar, Caracas, cinco de julio de 1811 (p. 74).

8 El libro de texto le dedica a Ernesto *Che* Guevara, las siguientes palabras: "Durante la década de los años sesenta, la figura de Ernesto Che Guevara simbolizó la expansión del comunismo por todo el mundo. De origen argentino, participó activamente en el triunfo de la revolución en Cuba, e incluso pasó a formar parte del Gobierno de Castro. Su concepción internacionalista de la revolución lo llevó a organizar guerrillas comunistas en Centroamérica, e incluso a trasladarse a combatir a la República Democrática del Congo con intención de expandir la revolución en el continente africano. Con el mismo propósito, organizó una guerrilla en Bolivia, donde fue ejecutado en 1967" (p. 215).

9 Españoles por el Pacífico: "No es habitual bajar a la playa y meterse al agua con una armadura, un estandarte y acompañado de un notario y un sacerdote cantando el *tedeum,* pero Vasco Núñez de Balboa lo hizo el 29 de septiembre de 1513 para tomar posesión en nombre de la corona de Castilla del que llamó Mar del Sur. Aquel aventurero del Renacimiento acababa de descubrir el Pacífico, nombre con el que lo bautizó en 1520 Fernando de Magallanes cuya expedición acabaría dando la primera vuelta al mundo. Uno de los mayores problemas que tuvieron las primeras expediciones era que no podían volver por el Pacífico. Los vientos, las corrientes y las temperaturas les arrastraban una y otra vez hacia el oeste Hubo que esperar hasta 1565, cuando el fraile Andrés de Urdaneta encontró el camino del "tornaviaje" subiendo hacia el norte y aprovechando la corriente japonesa de KuroShivo hasta alcanzar Acapulco, en México el 8 de octubre de aquel año. Sea como fuere se acababa de abrir la vía que utilizaría durante 250 años el Galeón de Manila, una de las rutas marítimas comerciales más antiguas, largas y duraderas de la historia mundial. "Llevaba la plata desde México y traía la seda de Oriente: fue el verdadero príncipe del Pacífico", dice el historiador Hugh Thomas, quien subraya cómo a partir de 1570 este océano se convirtió en un auténtico "lago español". El Galeón invertía tres meses en llegar a Manila, mientras que a la vuelta tardaba un mes más. Modificado a partir de http://www.agenciasinc.es". (Geografía e Historia. 3 ESO. Anaya, 2015, p. 65).

Referencias bibliográficas

BOCM, Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, viernes, 25 de julio de 2014.

Ciencias Sociales, Geografía e Historia, de la Comunidad de Madrid, 2º ESO, Editorial SM, 2009.

Ciencias Sociales: Historia, 4º ESO, Editorial SM, 2011.

Ciencias Sociales, 5º Primaria, Editorial Edebé Talentia, 2014.

Ciencias Sociales, 6º Primaria, Comunidad de Madrid. Aprender es Crecer, Editorial Anaya, 2015.

Conocimiento del medio. Comunidad de Madrid. Proyecto Un paso más. 2º primaria. Editorial Santillana, 2004.

Conocimiento del Medio. Comunidad de Madrid. Proyecto Un paso más. 3º primaria. Editorial Santillana 2005.

C*onocimiento de Medio*. Comunidad de Madrid. Proyecto Un Paso Más. 4º Primaria. Editorial Santillana, 2005.

C*onocimiento de Medio*. Comunidad de Madrid. Proyecto Un Paso Más. 5º Primaria. Editorial Santillana, 2006.

C*onocimiento de Medio*. Comunidad de Madrid. Proyecto Un Paso Más. 6º Primaria. Editorial Santillana, 2007.

Geografía e Historia, para Madrid. Proyecto Educativo "Aprender es crecer en conexión", 3º ESO. Editorial Anaya, 2015.

LOE, Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación.

LOMCE, Ley Orgánica 8/2013, de 9 de diciembre, para la Mejora de la Calidad Educativa.

PASTOR BLÁZQUEZ, María Montserrat. Estrategias y métodos didácticos para la enseñanza/aprendizaje de las Ciencias Sociales. Capítulo 6. In: DOMÍNGUEZ GARRIDO, María Concepción. *Didáctica de las Ciencias Sociales*. Madrid: Pearson Prentice Hall, p. 147-203, 2004.

CAPÍTULO 10

El precio del deber. Narrativa y práctica yihadista en el SXXI

Carlos Braverman
Instituto Campos Abiertos

Un tema geopolítico, relevante en Europa actual, es el accionar del yihadismo, tema que lo abordaremos desde distintos ángulos. Aportaré sobre la lucha antiyihadista desde la óptica de mi país, desde la perspectiva israelí de los hechos. El yihadismo no es un actor nuevo ni portador de prácticas novedosas en el escenario geopolítico, sí en cambio, su peso y particular presencia como proyección tanto en occidente, Medio Oriente y África. Su narrativa y prácticas discursivas no sólo tomaron para sí los avances y adelantos tecnológicos del SXXI, sino que su implicación con éstas generó que sus blancos estatales e institucionales tuvieran en muchos casos que responder con actos inéditos, que llegan también a dejar de lado las convenciones internacionales sobre conflictos bélicos. El yihadismo tomó para sí la práctica de lo que entendemos como Guerra de Cuarta Generación, una práctica bélica asimétrica de combate. En este caso el yihadismo se presenta como un actor no estatal y transnacional que actúa con metodologías que dejan de lado todo parámetro convencional relativo a las acciones bélicas. Un punto relevante, es la acción sobre civiles, ciudadanos de los estados donde ejercen sus acciones y misiones, todos conocemos la metodología de actos suicidas y sus consecuencias inmediatas y mediatas en las sociedades afectadas. El Estado de los países donde sus ciudadanos son atacados por el yihadismo debe asumir la carga, tiene sobre sí la responsabilidad mayor de la misma en los actos de terror, en accionar contra los agentes terroristas y frente a los hechos provocados por ellos y posibles repeticiones de los mismos. En tanto Estados, tienen la función primordial de defender a sus ciudadanos.

Perspectiva de la Guerra Asimétrica y ética de los Estados Democráticos

De esta forma el yihadismo puede llegar a obligar a los estados a desarrollar respuestas que también es posible que quiebren la observancia de las convenciones internacionales de guerra. Sin duda surge el dilema moral de las formas adecuadas de accionar contra el yihadismo, ya sea en los términos de prevención, contención o represión. Es fácil para el Estado deslizarse en la deriva autoritaria, en cuanto a controles y ordenamientos jurídicos que limiten, controlen o cercenen derechos civiles de la población en general o segmentos de la misma. En función, por supuesto de prevención, contención y defensa de posibles actos de terror. Pero el tema más crucial en la ecuación es la proporcionalidad del acto estatal, el dilema moral que implican los daños colaterales en términos de vidas de ciudadanos civiles ante una operación anti yihadista. Más difícil de evaluar es actuar midiendo el daño colateral inmediato versus el hipotético daño posterior si no se actúa. Hace muchísimos años atrás entrevisté a un oficial israelí de alto rango en temas de seguridad nacional para la confección de un trabajo, terminada la entrevista continuamos conversando más informalmente y le pregunté sobre este último punto, tema siempre muy discutido y que roza con el criterio yo creo equivocado, que el militar es un profesional sin sensibilidad frente a este escenario.

Le pregunté muy directamente si es plenamente consciente sobre el dilema moral que ocacionan los eventuales daños colaterales en la las guerras asimétricas, su respuesta es difícil de olvidar: "Nunca se le debe preguntar a un soldado si conoce el precio de la guerra en esas circunstancias, lamentablemente en el momento en que se debe actuar se actúa y crea, me dijo, genera un profundo dolor saber el precio que tienen pagar ciudadanos no combatientes". Comentó luego los distintos escenarios burocráticos que interfieren en su disciplina profesional y la tensión que el equipo operativo debe enfrentar entre las realidades militares concretas y las necesidades del estamento político nacional e internacional. El final de ese encuentro nunca lo olvidaré y haremos un recorrido en base a la apreciación del General con el que mantuve aquella entrevista. En este trabajo abordaremos conceptos sobre el yihadismo, la guerra de cuarta generación ejecutada por éste, la operatividad para contrarrestarlo, los aspectos éticos de ésta, el rol del Estado fundamentalmente en lo ético y la defensa de los derechos humanos y civiles en la misma.[1]

Los principales atentados yihadistas en Europa fueron:

- 11 marzo de 2004 – 191 muertos y más de 1.600 heridos en Madrid, atentados que se atribuyeron las Brigadas Abu Hafs al Masri, vinculadas a Al Qaeda.
- 7 julio de 2005 – 56 muertos – incluidos cuatro terroristas – y 700 heridos en Londres, ataques reivindicados por Al Qaeda.
- 12 diciembre de 2010 – La explosión de un coche bomba en Estocolmo causó heridas leves a dos personas.
- 18 julio de 2012 – Nueve personas murieron, siete de ellas turistas israelíes, en un atentado en el aeropuerto de Burgas, en el este de Bulgaria.
- 22 mayo de 2013 – Dos hombres mataron con un machete a un soldado en Londres al grito de "Alá es grande".
- 7 enero de 2015 – Doce personas murieron en el asalto a la redacción del semanario "Charlie Hebdo", en París.
- 8 enero de 2015 – Una policía municipal murió en un tiroteo cerca de la Puerta de Châtillon, en París.
- 9 enero de 2015 – Otras siete personas murieron en Francia, cuatro de ellas rehenes que permanecían en el supermercado "Hyper Cacher" de París y las otras tres eran los hermanos Kouachi, autores del tiroteo en la revista Charlie Hebdo y el asaltante del establecimiento comercial.
- 14 febrero de 2015 – Dos personas murieron y cinco resultaron heridas en dos ataques cometidos por un presunto yihadista en un centro cultural de Copenhague donde se debatía sobre blasfemia e islam.
- 13 noviembre de 2015 – Varios atentados casi simultáneos en París dejaron 130 muertos – 89 en la sala de fiestas Bataclán – y más de 300 heridos.
- 22 marzo de 2016 – Dos atentados yihadistas contra el aeropuerto y la línea de metro de Bruselas causaron 32 muertos (sin contar a los tres terroristas suicidas) y 300 heridos.
- 13 de junio de 2016 – Dos policías fueron asesinados a unos 50 kilómetros al noroeste de París, a manos de un yihadista francés actuó en nombre del Estado Islámico.
- 14 de julio de 2016 – El tunecino Mohamed Lahouaiej Bouhlel arrolló con un camión a las personas que estaban en el principal paseo de Niza durante la Fiesta Nacional de Francia y causó 84 muertos y más de un centenar de heridos.

– 19 diciembre de 2016 – Doce personas murieron y decenas resultaron heridas en un mercadillo navideño en Berlín, arrolladas por un camión conducido deliberadamente contra la multitud.
– 22 marzo de 2017 – Un hombre mató a cinco personas – entre ellas un policía – y causó 31 heridos, antes de ser abatido por la Policía, en un ataque terrorista islamista frente al Parlamento Británico, en Londres, donde arrolló a decenas de personas con un todoterreno.
– 7 abril 2017 – Dos personas murieron y varios viandantes resultaron heridos al ser atropellados por una camioneta en Drottninggatan, la principal calle peatonal de Estocolmo.
– 20 abril de 2017 – Un policía murió en un tiroteo perpetrado en la Avenida de los Campos Elíseos de París por un individuo abatido posteriormente por la policía. El Estado Islámico asumió a las pocas horas la autoria del ataque.

Cifras y dimensión del accionar de yihad global*

Entre el año 2000 y 2018 las víctimas europeas en total asciendem a 1868 víctimas mortales. Pero el terror yihadista es global, los datos del Departamento de Estado estadounidense indican que unas 20.800 personas – sin incluir a los perpetradores – murieron en 2015, víctimas de ataques terroristas islámicos en todo el mundo. Durante 2016, los recuentos informales cifran los atentados islámicos en más de 2.400 repartidos por 59 países con unas 21.000 víctimas mortales. En 2017, el terrorismo de corte yihadista asesinó a más de 13.000 personas en todo el mundo. Según refleja el Anuario del Terrorismo Yihadista realizado por el Observatorio Internacional de Estudios sobre Terrorismo, en 2018 se registraron al menos 10.598 muertos en 1.571 atentados ejecutados en 37 países diferentes. Estos ataques se concentran principalmente en el centro y sur de Asia, en la región del Medio Oriente y el norte de África. Entre 2000 y 2014 más de 72.000 personas murieron en estos atentados, 63.000 en países donde el Islam es la religión mayoritaria. El 87% de los atentados perpetrados por organizaciones terroristas islamistas entre 2000 y 2014 se produjeron en países donde la mayoría de la población es musulmana, según los datos de Global Terrorism Database. En 2019, hay cifras terribles. En 2019 ya 5.199 personas han fallecido en 757 atentados yihadistas producidos en los primeros seis meses del año, siendo

* Datos y cifras, fuente: Observatorio Internacional de Estudios sobre Terrorismo – OIET.

Afganistán el principal epicentro de los ataques según el Observatorio Internacional de Estudios sobre Terrorismo. Se entiende por atentados terroristas los actos violentos que tienen: (1) un objetivo político, ideológico, económico, religioso o social, (2) que busquen intimidar o coaccionar a una mayor audiencia, (3) estén fuera de los preceptos del Derecho Internacional Humanitario (DIH).

Caracterización del accionar de la yihad. Su choque con Occidente

La mitad de los ataques de organizaciones islamistas se llevaron a cabo en países que han sufrido graves conflictos bélicos como Irak (27%), Afganistán (15%) y Pakistán (9%). En estos tres países la religión musulmana representa a más de un 96% de la población según datos del Pew Research Center. En una situación diferente, Europa también sufre el flagelo como países de Oriente Medio y Asia Central, esto ocurre intensamente durante las dos últimas décadas. Sólo 1% 0 2 % de los atentados fueron perpetrados en Europa Occidental, pero Europa es a mi entender para la yihad, lo "Otro" por excelencia. Es lo que más abominan y detestan, es el poder imperial dentro de la narrativa yihadista, que extirpó su más preciada esencia, contaminando su historia y principios. Atacar Europa es golpear en el centro del imperio según su narrativa, es castigar al apóstata y hereje. Pero Europa representa algo más, las potencias occidentales entre ellas europeas, han utilizado durante más de un siglo a los extremistas islámicos (no hablamos todavía de yihadismo) para combatir en los países musulmanes a las fuerzas políticas seculares opuestas a sus intereses geoestratégicos y económicos, pese a que esos extremistas eran aún mucho más hostiles a Occidente.

El islam se utilizó también como arma contra los partidos marxistas y comunistas en esos países. El gobierno británico utilizó[2] a lo largo del siglo XX a los extremistas islámicos para promover sus objetivos internacionales y mantener su capacidad de injerencia en la política nacional o exterior de países claves en el mundo postcolonial a través de su uso como fuerzas de choque para desestabilizar gobiernos, promover golpes de Estado, eliminar líderes incómodos o para apuntalar Gobiernos amigos, como detalla el historiador Mark Curtis en su libro "Secret Affairs". Este autor en su obra sostiene que durante años, a los grupos islamistas violentos se les permitió establecerse en Gran Bretaña, utilizando el país como base para llevar a cabo ataques en el extranjero. Esto fue tolerado en la creencia de que no hostigarían al país donde vivían y que, mientras

estaban localizados, el servicio de seguridad podría infiltrarse en ellos. Pero mezquita tras mezquita fue tomada por intimidación por parte de los fundamentalistas. Los musulmanes no radicalizados y menos aún partidarios del yihadismo padecieron estas circunstancias. Incluso había un nombre para este alojamiento amoral: el "pacto de seguridad". Ahora sabemos que los yihadistas no fueron controlados y que las agencias de seguridad no lograron infiltrarse en las células terroristas mientras tuvieron la oportunidad. El papel desempeñado por los funcionarios en el crecimiento del terrorismo en Gran Bretaña es un asunto relativamente de pequeña escala, comparado con lo que sucedió en otros países. Los sucesivos gobiernos del Reino Unido habían nutrido y promovido a los extremistas por razones de Realpolitik a menudo a un costo terrible para la población de esos países. Mark Curtis, en su libro "La colusión británica con el Islam radical", traza este enlace. Señala cómo los grupos musulmanes reaccionarios y violentos se utilizaron contra los nacionalistas seculares en la época del imperio y luego continuaron respaldando los intereses del Reino Unido y Occidente.

Estas hipótesis y afirmaciones tienen fundamento, si observamos la escasa eficacia demostrada por la inteligencia de las potencias europeas frente a los atentados en su territorio, fundamentalmente en su prevención y contención. Pero existe un hecho más crítico, que es no reconocer o ya no poder actuar frente a una realidad incontestable, la progresiva implantación del salafismo en los barrios de la inmigración musulmana – promovida por Arabia Saudí y Catar – donde se creó una tupida red social de protección en la que los yihadistas europeos pueden moverse sin riesgo de ser denunciados, como demostró Salah Abdeslam en Bruselas durante los cuatro meses posteriores al atentado de París en noviembre de 2015 antes de ser finalmente detenido. Los servicios de inteligencia británicos reconocieron tener identificados a 23.000 islamistas radicales en el país. Esos mismos círculos sociales de ayuda a los yihadistas existen en Francia, Bélgica, Alemania y España, como han revelado los sucesivos atentados y complots desarticulados, las redes de envío de combatientes a Siria y las numerosas mezquitas clausuradas por vínculos terroristas.

Los atentados yihadistas se multiplican desde el inicio del siglo XXI. Historia del islamismo radical y diferencia con el concepto de yihad

La yihad nace del islam, por lo cual, hablar de ella conlleva adentrarse en un mundo – el islámico – volátil y profundamente etéreo. El islam, lejos de ser monolítico,

ha rechazado, desde su creación, la imposición de una jerarquía religiosa única. Es, pues, una religión que ha cultivado su tradición a través del debate interno. La yihad, término ampliamente discutido en la literatura islámica por su complejidad, ha sido parte intrínseca de estos debates internos en el mundo islámico. Ello incide a entender que la yihad sea un nombre de difícil análisis semántico y que su contenido varíe según las diferentes interpretaciones coránicas que se puedan dar en el islam. Waleed Saleh Alkhalifa, profesor de lengua y literatura árabe en la Universidad Autónoma de Madrid, nacido en Irak, define la yihad como: "el esfuerzo en la vía de Dios, puede ser esfuerzo moral, económico o físico". C. Carcenac, especialista en Historia de las religiones y profesora de la Universidad de Vic, añade, continuando con la definición anterior, que: "se trata de una lucha, exigida a cada musulmán, que pasa por un esfuerzo de predicación y persuasión, que no excluye el uso de las armas, con vistas a propagar la fe verdadera". Matthew S. Gordon, profesor de Historia en la Universidad de Miami especializado en el mundo islámico, afirma que yihad se entiende como "luchar en el nombre de (o en defensa de) la fe". Con el ejemplo de estos tres autores, estudiosos del islam, observamos cómo, pese a la dificultad inicial para definir yihad, existe una unanimidad intelectual en delimitar – o simplificar – el término como un deber, un esfuerzo, de los musulmanes de luchar contra todo aquello que pueda corromper la palabra de Dios. En la tradición musulmana, la yihad adopta dos vertientes: la yihad mayor y la yihad menor. Por yihad mayor entendemos el esfuerzo diario en resistir el mal y la inmoralidad, es decir, en dominar las propias pasiones y mejorar como musulmán; es la lucha por la purificación del alma. La yihad menor, en cambio, hace referencia a la lucha de carácter externo, al deber de los musulmanes de actuar, inclusive con fuerza, si se percibe que el islam está amenazado. Es en esta segunda acepción en la cual solemos ubicar la yihad, a la que definimos coloquialmente como guerra santa. Sobre la conveniencia o no de equiparar la yihad con la guerra santa existe un largo debate del cual nos mantendremos al margen.

En definitiva, observamos cómo la yihad se presta a dos significados que pueden crear múltiples interpretaciones, desde una visión interior, mística del Islam, hasta la violencia que representa, hoy en día, el fundamentalismo islámico, que da lugar – en su vertiente más extrema – a los grupos yihadistas. Precisamente es el nacimiento y desarrollo del fundamentalismo islámico la cuestión que analizaré a continuación. ¿De qué doctrina islámica derivan los actuales grupos yihadistas? ¿Cuál es el espejo

histórico en el que se inspiran para desarrollar una idea radical del islam? ¿Qué interpretación hacen del concepto de la yihad? Para tal aspiración, debemos retroceder, en primer lugar, al nacimiento del derecho islámico y a las escuelas islámicas que surgieron de él. Tras la muerte del cuarto y último califa ortodoxo (éstos fueron los cuatro primeros califas que sucedieron al Profeta), se hizo necesaria la fijación de un derecho islámico para guiar la vida de los fieles. En la actualidad, sobreviven cuatro escuelas jurídicas en el islamismo sunita, cada una de las cuales recoge dos fuentes principales: el Corán, el libro sagrado de los musulmanes y la Sunna, que nos remite a las actuaciones y predicaciones de Mahoma. Entre las escuelas jurídicas, que se desarrollaron entre el siglo VIII y IX, debemos prestar especial atención a la hanbalista, fundada por Ibn Hanbal, pues es la escuela que interpreta el Corán y la Sunna de una forma más literal y estricta, siendo, aún a día de hoy, una referencia para el Islam más radical. Es decir, es la escuela islámica que recoge una acepción más inflexible y, por consiguiente, radical, de la yihad. Con la escuela hanbalista se inaugura, por otra parte, la tendencia salafista dentro del Islam.

a) Salafismo

El salafismo ("salaf", antiguo) es un conjunto de ideas que abogan por el retorno al modelo de vida de los antepasados, es decir, a los compañeros del Profeta y las dos siguientes generaciones. No creen en la razón sino en la aplicación rigurosa de los textos sagrados, el Corán y la Sunna. Repudian, por otra parte, a aquellos que visitan tumbas o mausoleos para rezar a muertos o santos, pues Dios (Alá) es el único que debe ser adorado. Ibn Taymiyya será en la Edad Media – concretamente en el siglo XIV –, el continuador de la doctrina hanbalista. Coetáneo de una época turbia en el mundo islámico, el cual debía hacer frente a las cruzadas cristianas en Oriente Próximo y a las invasiones mongoles, rescatamos de su reflexión religiosa la importancia que le otorga a la yihad, la cual sitúa a la altura de los cinco pilares del Islam. La yihad, en este caso entendida como "la lucha contra el infiel" – yihad menores, para Ibn Taymiyya, una base de la sumisión a Dios y una función del musulmán. Según el autor, la lucha está, por lo tanto, al servicio de la religión y la política, dos conceptos que deben transitar unidos para el éxito del islam. Esta idea es de suma importancia para entender el islamismo contemporáneo. Su plática belicosa y radical estará presente en el discurso del fundamentalismo islámico del siglo XX. Pero antes, debemos detenernos en el wahabismo.

b) Wahabismo

Muhammad Abd al-Wahab, fundador del wahabismo en el siglo XVIII, resucitó los ideales de Ibn Taymiyya, recrudeciendo, por otra parte, las exigencias para el cumplimiento de las obligaciones religiosas y la oposición al culto de los santos, argumentando que los que veneraban a éstos, eran politeístas y blasfemos. En este sentido asistimos a una gradación radical desde los postulados del siglo IX de Ibn Hanbal, pasando por la crítica radical de Ibn Taymiyya y culminando con la acción violenta que defiende al-Wahab. La conducta de los musulmanes no debía sobrepasar la de los primeros califas ortodoxos, por lo que Al-Wahab prohibía el tabaco, los amuletos, los anillos y condenaba que los fieles se levantaran de su sitio para recibir y saludar a otros, pues solo Dios merecía tal gesto. Es imprescindible agregar que el wahabismo, como doctrina del islam, ha recibido múltiples críticas dentro de sectores islámicos. Como recoge Abdelwahab Meddeb, historiador, poeta y profesor tunecino, "la mediocridad y la ilegitimidad doctrinal de Ibn Al-Wahab han estado denunciadas en diferentes ocasiones. [Ibn al-Wahab] es más copista que creador. Las páginas que ennegreció confirman su obediencia hanbalista estricta", que ahora son bien conocidas como la cartacterización del wahabismo, ¿dónde radica su importancia como creencia influyente en el fundamentalismo contemporáneo? Desde el nacimiento del wahabismo, esta creencia islámica ha contado con el absoluto apoyo de la dinastía Al-Saud.

En 1932, tras aproximadamente dos siglos de lucha wahabista-saudita contra el imperio otomano en la península Arábiga, se creó el actual estado saudita en nombre de la ideología wahabista, la cual se aclamó como la doctrina oficial de Arabia Saudí. El posterior expansionismo del wahabismo no se entiende sin la fortuna que conllevó la explotación petrolera. Arabia Saudí, aliado de Estados Unidos y la OTAN, se permitió el lujo de trasplantar el wahabismo a países vecinos árabes donde la escuela salafista-wahabista, y por ende, la escuela hanbalista, era minoritaria, utilizando los recursos económicos que el petróleo le proporcionó, para la extensión de su doctrina religiosa a través de los medios de comunicación y la enseñanza. Llegados a este punto, es necesario exponer dos reflexiones: en primer lugar, resaltar, como nos enseña la historia, que la corriente salafista que se inicia con Ibn Hanbal, continúa con Ibn Taymiyya y culmina con el wahabismo. Antes de la construcción de Arabia Saudí, ésta era una opción minoritaria dentro del Islam mundial. En segundo lugar,

afirmar que el wahabismo no explica, por sí mismo, el nacimiento del fundamentalismo islámico y de los grupos yihadistas actuales, pese a que, evidentemente, influye ideológicamente de forma evidente. Debemos agregar, pues, el desarrollo de nuevas corrientes islámicas que emergieron en el mundo islámico en el siglo XX.

c) Islam radical y Yihadismo

La fórmula de Olivier Roy es bien conocida: el yihadismo no resulta "de una radicalización del Islam, sino de una islamización del radicalismo". Dice: " Hay una radicalización del Islam, es obvio (...). Entonces, ¿por qué distingo entre los dos? Porque la radicalización yihadista, en mi opinión, no es la consecuencia mecánica de la radicalización religiosa".

Gilles Kepel[2] da primacía a la dimensión religiosa e ideológica del yihadismo. Pero no excluye otros factores explicativos. Por ejemplo menciona "un área del yihadismo universal donde se entrelazan la delincuencia social, el pasado colonial, el desencanto político y la exacerbación islámica". Como señala uno de sus antiguos estudiantes de doctorado: "En esta controversia entre Kepel y Roy,[3] todo se trata del orden de prioridad. Si propones la islamización del radicalismo, relativizarás el debate sobre la naturaleza del Islam. Plantea el problema desde un punto de vista político y social. Por otro lado, si insiste en el predominio de la religión en las motivaciones de los yihadistas, entonces aborda el tema de la relación del Islam con el mundo occidental, con la modernidad etc.".

¿Qué es la yihad global?: Al Qaeda y Estado Islámico

Al Qaeda y el Estado Islámico tienen profundas diferencias[4,5] amén de las rivalidades de poder e influencia entre estamentos que los sustentan. La primera entidad formada por dirigencia de cuadros cultos y de clase acomodada, difiere del nivel más popular de los cuadros del EI, pero los une la lucha armada o violenta, patrocinada por un conjunto de organizaciones. El Daesh estuvo formado antes de su derrota, por grupos armados o individuos que tenían como objetivo final el establecimiento de un Estado Islámico global, al que denominaron el Califato. En el Califato, la única ley es la Ley Islámica o Sharía en su versión más estricta y fundamentalista. Sólo a través de esta última están convencidos que se alcanzará aquel objetivo. La yihad violenta implica el derrocamiento de los regímenes islámicos no afines a sus posiciones o apóstatas y el control de los territorios occidentales para expandir a través de ellos el

Califato. El origen del Movimiento de la yihad global se remonta a la década de 1960 con la obra de Sayyid Qutb, que marca sus bases ideológicas. Los nuevos activistas consideraban que para recuperar el esplendor del Islam debían tomar el poder en los países islámicos y el medio para conseguirlo era la lucha armada contra aquellos a los que consideraban apóstatas. Al Qaeda por el contrario entendía y sigue sosteniendo otra perspectiva, una mirada contraria, vencer primero a occidente. Los regímenes musulmanes resistieron los ataques de los radicales y consiguieron desmantelar la mayoría de las organizaciones yihadistas con el apoyo de los países occidentales. La gestación de Al Qaeda se produjo durante el conflicto de Afganistán con la invasión de la extinta URSS, cuando jóvenes voluntarios musulmanes de todo el mundo se alistaron en las filas de los muyahidines afganos. En este contexto nació Al Qaeda bajo la dirección de Ayman Al Zawahiri y Osama Ben Laden.

Supuestos básicos de Al Qaeda

Al Qaeda apoyó a las guerrillas de Somalia en 1993 y perpetró los atentados contra el personal civil de las embajadas norteamericanas en Kenia y Tanzania en 1996. Osama Bin Laden publicó una fatua titulada Declaración de guerra contra los norteamericanos ocupantes de los lugares sagrados, consagró así la vía para el yihadismo global centrada en golpear a los Estados Unidos y a sus aliados occidentales.

El sustento ideológico de la misma es el llamado salafismo combatiente, que encuentra su inspiración en la conceptualización de la idea del enemigo lejano (los regímenes occidentales) y del enemigo próximo (los falsos musulmanes y los falsos regímenes), y que parte de la afirmación axiomática de que la reforma religiosa, política y social sólo se puede producir a través de la yihad entendida como lucha armada. El fin es un estado islámico basado en el ejemplo histórico de organización política y religiosa del Califato. La respuesta de EEUU, con el apoyo de los países occidentales, destruyó la base organizativa de Al Qaeda en Afganistán y casi acabó con su organización táctica y operacional a nivel internacional. No obstante, el debilitamiento de la organización militar dio paso al fortalecimiento de la ideología salafista yihadista. El yihadismo es una estructura mutante, versátil, que adopta la forma que más le conviene en cada momento para el logro de sus fines. En todo caso, se podrían establecer algunos parámetros comunes. El yihadismo, hasta el año 2014, estuvo liderado de manera absoluta por Al Qaeda Central con capacidad de definir la

ideología y los objetivos estratégicos del movimiento. Luego, el liderazgo fue desplazado por el Estado Islámico en el primer nivel, ya que esta organización no obedecía las indicaciones de Al Qaeda ni le reconocía fidelidad. Con la implicación del Estado Islámico en la guerra civil de Siria y la proclamación del Califato en junio de 2014, las directrices estratégicas que se establecieron, debían ser profesadas por los seguidores repartidos por todo el mundo. Surge de esta forma el relato yihadista de carácter global; supervisan las organizaciones regionales del planeta que abrazan la ideología yihadista y desde la perspectiva operacional establecen los objetivos a atacar mediante la comunicación de amenazas. El Estado Islámico fue un Califato Islámico con Abu Bakr al-Bagdadi como líder político y religioso. ISIS pasó a llamarse Estado Islámico, una afrenta a todos los estados árabes que nunca lo han reconocido. Usar ese término sería como concederles una legitimidad que no tienen. Los que se oponen a llamar a este grupo "Estado Islámico" argumentan que ni se trata de un Estado, ni es islámico. Las autoridades islámicas de Egipto pidieron a los medios que se llamase QSIS, por las siglas en inglés de Separatistas de Al Qaeda en Irak y Siria.

El término Daesh tuvo más éxito en esos países por su intención peyorativa. Es el acrónimo en árabe de Al Dawla al-Islamyia Irak Wa'al Sham. El Gobierno iraquí, que ha sufrido varias derrotas ante los yihadistas, suele emplear ese nombre. Surgen entonces patrones de conducta y modus operandi para las células extendidas por distintos países, facilitan el contacto entre grupos e individuos yihadistas y proporcionan medios y recursos económicos para grupos. El segundo nivel se corresponde con organizaciones regionales que han adoptado la ideología y han establecido alianzas con Al Qaeda Central o el Estado Islámico. Comienzan así, a responder a la imagen del grupo militar tradicional con forma piramidal y jerárquica y con división de funciones claras que se concretan en la realización de acciones contra los objetivos marcados por la yihad global, el establecimiento en occidente de un apoyo operativo y táctico a las redes de base e individuales, y la creación de aparatos de propaganda a imagen de las organizaciones de primer nivel para poder difundir sus atentados.

Para la ejecución de las acciones terroristas por los líderes del Movimiento de la Yihad Global, están habilitadas las redes de base y el terrorismo individual, en cuyo diseño y formulación participó el ciudadano sirio español Mustafá Setmarian Nasar, quien dio forma a la llamada resistencia islámica global a finales del 2004, la cual defendía que el movimiento yihadista debía adoptar dos tipos de combate: tácticas

de guerra convencional y tácticas de combate asimétrico como son la guerra de guerrillas o el terrorismo en distintos escenarios. Una cosa es clara, el fenómeno de red de redes, de nodos, la semi o lisamente horizontalidad, la porosidad de sus estructuras hacen difícil la acción contraterrorista. Al punto que la inteligencia y la infiltración suelen no ser suficientes. Los distintos tipos de células, las activas, semi activas, dormidas y los llamados "lobos solitarios" complican el trabajo.

El yihadismo conoce una sola práctica, que es la violencia y sus convicciones son irreductibles, ya que la muerte no persuade, es por el contrario, el camino a ser Mártir de la fe. Acá es donde el punto de la Guerra de Cuarta Generación entra en juego y sus avatares éticos, tanto de los insurgentes como de los agentes estatales, que nos llaman a la reflexión. La excelencia de la inteligencia en este escenario, es una exigencia vital para una acción militar y política eficaz. La guerra tradicional y la de cuarta generación se entrecruzan, todo conforma un conjunto conocido como guerras híbridas, ya que el enemigo tiene una base territorial.

Implicancias éticas en la lucha contra insurgente y terrorista

Desde el 11-S y la Guerra contra el Terrror declarada por Bush, como de la Patriot Act en USA[6] mucho se habló de las implicancias éticas de la represión a los agentes no estatales, al yihadismo, en función de las severas medidas que debían adoptar los Estados para toda la población. Es difícil establecer el límite de lo ético y del poder totalitario del Estado en estas circunstancias, es un reto combatir a enemigos que nutren sus cuadros en comunidades que conviven en nuestros países y sociedades, que están con nosotros y algún miembro escuche prédicas de radicalización y opte por incorporarse a la yihad. Es fácil que la influencia mediática lleve a la islamofobia, para el Estado es difícil no extralimitar sus funciones de seguridad y orden relativas a sus ciudadanos. Es brutal pensar en vulnerar sus derechos civiles y humanos, afrontando el Dilema Moral de examinarnos constantemente, en pensar hasta dónde es posible avanzar contra este terrorismo, o desde dónde sabemos que avanzamos vulnerando a sabiendas que evitamos el mal mayor, que es desproteger a los ciudadanos de bien, veamos este item. Se presenta un dilema moral cuando es necesario elegir el mal menor o cuando se trata de un medio punible a nivel ético pero que persigue un objetivo altruista o bondadoso. Los dilemas morales también se conocen en lenguaje coloquial como dilemas éticos. Esto se debe a que

la ética es la disciplina filosófica que se encarga de sistematizar los conceptos del mal y el bien, definiendo de modo racional cuáles son las acciones malas y cuáles las buenas. La moral, por su parte, está formada por aquellas normas que rigen la conducta de los individuos en una comunidad específica. La ética, en definitiva, atañe a principios generales, mientras que la moral se concentra en un contexto determinado, siempre con relación al bien y el mal. Las distintas posibilidades, de una u otra forma, pueden producir una situación censurable desde el punto de vista ético. Entonces un dilema moral es una narración breve en la que se plantea una situación problemática que presenta un conflicto de valores, ya que el problema moral que exponen tiene varias soluciones posibles que entran en conflicto unas con otras. Esta dificultad para elegir una conducta obliga a un razonamiento moral sobre los valores que están en juego, exigiendo una reflexión sobre el grado de importancia que damos a nuestros valores.

La guerra de cuarta generación, encuadre dentro del Derecho de Guerra y Derecho Internacional

El Derecho de Guerra es la parte del Derecho Internacional que trata de las relaciones entre los Estados que se encuentran en estado formal de guerra o llevando a cabo hostilidades reales en una guerra no declarada; constituye un vasto cuerpo de normas consuetudinarias y establecidas en los tratados. Si bien muchas de las normas sobre la manera de hacer la guerra pertenecen al más antiguo corpus iuris gentium, el Derecho de Guerra, en su forma actual es, principalmente, un resultado de los hechos y experiencias del siglo XIX. Entre el siglo XIX y la primera mitad del XX este Derecho ha seguido un proceso de codificación parcial por medio de diversos instrumentos, en especial las Convenciones de Ginebra y de La Haya. Toda guerra es perversa porque viola el mandamiento de la ética natural: "no matarás". Las cuestiones como la autodefensa, la intervención humanitaria y la lucha contra el terrorismo están siempre en el centro del debate. Dentro de una política realista, una "intervención humanitaria" limitada es teóricamente justificable si cumple dos condiciones: a) que no la decida ningún país por su cuenta, sino la comunidad de las naciones (ONU) y que respete dos principios básicos (ius in bello): b) la inmunidad de la población civil y la adecuación de los medios (no pueden causar más daños que beneficios). En las condiciones actuales toda guerra representa un riesgo altísimo, pues disponemos de

una máquina de muerte capaz de destruir la humanidad y la biosfera y la Guerra de Cuarta Generación lleva a actores no estatales y al Estado a violar estas convenciones y circunstancias.

Definición de guerra de cuarta generación

Nos eximiremos de extendernos en este apartado que entendemos es ya muy conocido, nos basta un breve resumen para complementar nuestro desarrollo sobre el yihadismo. Llamamos "guerra de cuarta generación" a un tipo de conflicto que incluye varias disputas que, de forma separada, se han ido librando a lo largo de los siglos o a lo largo de los últimos años. En esta perspectiva sobre la forma de hacer la guerra se incluyen, en un sólo conflicto, usos como la guerra convencional (dos ejércitos enfrentados entre sí), la guerra de guerrillas, la guerra asimétrica, la ciberguerra, el terrorismo de estado o la guerra de baja intensidad). También se incluyen la propaganda (información, contrainformación, fake news), la guerra económica, política o estados de violencia civil callejera. Un ejemplo de este tipo de guerra podría ser la llevada a cabo por y contra el grupo terrorista Daesh o Al Qaeda, ya que tiene su parte de guerra convencional (en los frentes iraquí y sirio), propagandística (acciones online, al igual que algunos ciberataques cometidos por el entonces llamado Cibercalifato) y terrorista, con acciones cometidas por civiles contra civiles.

El agente no estatal presenta una estructura descentralizada y autónoma

Es lo que se conoce por células, como en el caso de los ataques terroristas provocados por el Estado Islámico y también Al Qaeda, los cuales son llevados a cabo por individuos solos, o bien por pequeñas células con poca o nula conexión entre ellas, de forma que cuando una cae, no afecta a las demás. De igual forma, el proceso de globalización, ha llevado a la construcción de espacios transnacionales, cuyos fenómenos han desbordado los límites territoriales de cualquier país (Jessop, 2003), afectando no sólo las esferas políticas y sociales, sino también las condiciones de seguridad. Por esta razón, y dependiendo de los motivos por las cuales se genera determinado tipo de conducta, se va a promover la consolidación de redes constituidas por actores no estatales, con capacidad de acción en el ámbito local, regional e incluso global, como lo es el caso de Al Qaeda, siendo ésta una fuente importante de vulnerabilidad para

las entidades estatales. Los escenarios no reconocen límites y son difíciles de prever así como las contenciones y respuestas del Estado, no menos sucede con los yihadistas en relación a sus tácticas y definiciones estratégicas. La cooperación internacional es la mejor vía para poder hacer frente de forma efectiva a una amenaza a la que ya no puede responderse desde una óptica exclusivamente nacional. En este sentido, las principales organizaciones internacionales han ido asumiendo la lucha contra el terrorismo como una de sus tareas fundamentales.

Marco de las Naciones Unidas

En el marco de la Asamblea General, los Estados miembros han ido impulsando iniciativas, coordinando acciones y adoptando resoluciones para luchar de una manera más eficaz contra el terrorismo. Entre los avances logrados, se destaca sin duda, la aprobación en 2006 de la Estrategia Global de las Naciones Unidas contra el Terrorismo, estrategia que se fundamenta en cuatro pilares: hacer frente a las condiciones que propician la propagación del terrorismo; impulsar medidas para prevenir y combatir el terrorismo; aumentar la capacidad de los Estados para prevenir el terrorismo y luchar contra él; y asegurar el respeto de los derechos humanos para todos y el imperio de la ley en la lucha contra el terrorismo.

Foro global contra el terrorismo

En septiembre de 2011 un grupo de 30 Estados y la Unión Europea, con la participación de las Naciones Unidas, decidieron crear el Foro Global contra el Terrorismo (Global Counter Terrorism Forum, GCTF), como una entidad informal con fines prácticos para el debate, el análisis, el intercambio de recomendaciones y buenas prácticas, la identificación de prioridades y la movilización de recursos para la prestación de asistencias técnicas en materia de lucha contra el terrorismo.

Marco de la Unión Europea

Ante esa amenaza yihadista, la UE aprobó en 2005 su Estrategia de Lucha contra el Terrorismo, basada en cuatro pilares fundamentales: prevenir, proteger, perseguir y responder. La UE cuenta igualmente con una Estrategia para combatir la radicalización y el reclutamiento de terroristas, que incide en el pilar de la prevención: Directiva de la UE contra el Terrorismo.

En 2017 el director del Programa sobre Terrorismo Global en el Real Instituto Elcano, Fernando Reinares, catedrático de Ciencia Política y Estudios de Seguridad en la Universidad Rey Juan Carlos, afirmó, que ante la amenaza yihadista: "la Unión Europea (UE), en conjunto, no ha respondido, ni dentro ni fuera de nuestras fronteras, del modo ágil y certero que hubiese sido deseable". Dijo también:[7] "En estos momentos, hay dos focos principales de amenaza terrorista", uno situado en Oriente Medio y otro en el área que conforman Magreb y Sahel". Agregó que, "hay un evidente desafío", derivado "del eventual retorno a sus países europeos de origen de una parte de quienes en los últimos años se han convertido en combatientes terroristas extranjeros" y "de los procesos de radicalización yihadista que se continúan produciendo en el seno de nuestras sociedades". En su opinión, "además de la necesaria revisión que requieren nuestras medidas antiterroristas, es necesario desarrollar con éxito las iniciativas de prevención de la radicalización y de desradicalización".

Seguridad nacional

La seguridad nacional no atañe meramente a la posesión de instrumentos de guerra, a parámetros militares. Discutiblemente, pese a proyectar fuerza en el plano externo, un país puede presentar severas fracturas en el plano doméstico. Éstas, de no ser remediadas a tiempo, pueden conducir a un escenario de desintegración política que poco tiene que ver con el uso de la fuerza militar. Lo más importante de la seguridad nacional es preservar la construcción de la nación. Europa, en relación a la lucha anti yihadista no parece ser realista ni tener un plan claro. Yendo a su argumento principal, Schueftan (General israelí) desarrolló el criterio de abordar la seguridad nacional, acentuando fundamentalmente el principio de preservar la esencia del país, como un Estado democrático y una sociedad abierta. Su perspectiva es doctrina en Israel relativa a este irem. La seguridad nacional es preservar la identidad en términos existenciales frente a amenazas inminentes como reales in situ, conservando la democracia y la sociedad abierta, así queda implícita la importancia de proyectar la fortaleza adecuada mediante el poder de la disuasión militar. En Israel se desarrolló esta proposición extensamente siendo doctrina militar ética de nuestra seguridad. En 2018 el Pleno de Estrasburgo aprobó el informe de recomendaciones a los países de la Unión para reforzar, ampliar y mejorar la coordinación y actuación contra la amenaza terrorista creciente. Uno de los datos más inquietantes es la conclusión de

que la amenaza ya no procede del exterior, de terroristas que viajan a la UE para cometer atentados, sino que los potenciales "combatientes" de la yihad ya residen en el seno de la Unión. Una realidad que convive con un mapa de protección y seguridad marcado por el descontrol, la falta de actuación coordinada entre países y una cierta "relajación" detectada en la aplicación de medidas anteriormente propuestas y que muchos Estados miembros o han ignorado o han aplicado de modo irregular e insuficiente. El número de yihadistas radicalizados en Europa se estima en entre 50.000 y 70.000, según el informe. También se asegura que la amenaza ha cambiado en su forma. Se cita como nuevos riesgos los ataques de ciberterrorismo o de empleo de armas de destrucción masiva, como el uso de materiales "químicos, biológicos, radiológicos o nucleares", ante lo que urge a un mayor control en la coerción de este tipo de productos potencialmente peligrosos.

La lista de recomendaciones es amplia y abarca desde el marco meramente institucional hasta lo referido a la radicalización creciente en algunos lugares de Europa, la cooperación e intercambio de información, el refuerzo de las fronteras exteriores, la protección de infraestructuras sensibles, la financiación del terrorismo, el tráfico de armas y explosivos o la necesidad de mejorar y protocolizar la atención a las víctimas del terrorismo en toda Europa. Se reclama en las recomendaciones a todos los Estados europeos que identifiquen clérigos extremistas que prediquen el odio y que tengan a una evaluación periódica de posibles agitadors. Incluso se invita a facilitarles formación teológica "que respete plenamente la democracia, el Estado de derecho y los Derechos Humanos. El autor del presente artículo coincide con las críticas de los propios organismos oficiales europeos, el accionar falla, tiene carencias por no delimitar con precisión variables como seguridad nacional e inteligentcia en lo que hace al yihadismo, aparte de una opinable coordinación de las acciones en la guerra de cuarta generación o híbrida, cuyo motivo principal es la falta de marco claro para la acción de inteligencia. Esto conjuntamente con la existencia de una legislación que coacciona bastante el trabajo y accionar de la inteligencia y seguridad nacional de los estados.

Perspectiva israeli: Asa Kasher ética del Estado y lucha contra el terrorismo

Asa Kasher es profesor de Ética Profesional y Filosofía de la Práctica en la Universidad de Tel Aviv, además de asesor académico y profesor en la Escuela de Defensa

Nacional de las Fuerzas de Defensa de Israel. Es el autor de ética militar de las FDI. Su libro académico, Ética Militar (1996), ganó un premio nacional de literatura militar. Entre sus actividades militares se encuentran la preparación del primer Código de Ética de las FDI de 1994. Ética militar de la lucha contra el terrorismo: principios de las Fueszas de Defensa de Israel (FDI). Asa Kasher presentó los principios que constituyen una nueva doctrina dentro de la esfera de la Ética Militar: la doctrina de la guerra justa de la lucha contra el terrorismo. La doctrina ha sido desarrollada por un equipo que coordinó en la Escuela de Defensa Nacional de las Fuerza de Defensas de Israel (FDI). Sin embargo, el trabajo se ha realizado en los niveles generales de consideraciones morales, éticas y legales que deberían guiar a un estado democrático cuando se enfrenta a actividades terroristas cometidas contra sus ciudadanos. En consecuencia, los principios propuestos están destinados a ser justificados y prácticamente aplicables en cualquier circunstancia, están destinados a ser universales en el sentido de que la justificación de ninguno de ellos se basa en una coyuntura particular.

Principios de la lucha contra el terrorismo según Asa Kasher

Kasher parte del concepto que el derecho de legítima defensa se invoca a nivel de las relaciones internacionales, pero el concepto del deber de legítima defensa es válido también a nivel de las relaciones intranacionales. Es deber de un estado democrático proteger a sus ciudadanos contra todo peligro mortal que puedan enfrentar. Este es un componente esencial del deber del Estado democrático, es decir, de mantener la infraestructura de la vida de libertad y significado de los ciudadanos, preservando las instituciones democráticas y las sociedades abiertas. La idea del deber de autodefensa representa una extensión importante del conjunto de valores, normas y leyes que rigen la guerra en un estado democrático y su sociedad. Aunque la guerra y el terrorismo aparentemente tienen lugar en el ámbito de las relaciones internacionales, en realidad tienen elementos esenciales que juegan un papel en el espacio de las relaciones domésticas entre gobiernos y ciudadanos. Otro pilar de la ética militar en las democracias para combatir el terrorismo, es el deber de respetar la dignidad humana. En pocas palabras, respetar la dignidad humana significa:

(a) manifestar una actitud positiva especial hacia las personas: nunca se trata a las personas para el propio beneficio de las acciones militares o de inteligencia, como si fueran simplemente sus instrumentos

(b) manifestar esta actitud hacia las personas en cuanto personas, sin importar quiénes sean

(c) respetar la esencia de la identidad cívica al limitar la actividad que afecta a los individuos al restringir sus libertades, en estos casos se debe justificar de manera convincente dadas las circunstancias. La declaración de derechos de las democracias restringe el poder de limitar las libertades.

En los estados democráticos, la dignidad humana no solo se respeta, sino que también se protege por una variedad de medios, que incluyen leyes, agencias ejecutivas, políticas, militares y decisiones judiciales. Estos pilares están destinados a aplicarse juntos en todas las circunstancias de autodefensa, pues son los que establecen los fines de la defensa efectiva de las personas y su estado aún en circunstancias de riesgo colectivo. A su vez delimitan el principio que agrega restricciones impuestas a los medios utilizados en la búsqueda de los fines de seguridad y defensa. En términos generales, este último concepto requiere esfuerzos infatigables para disminuir o aliviar las calamidades de la guerra. Asa Kasher siempre se maneja con el dilema moral, la pregunta gira permanentemente si es moralmente bueno un acto malo que prevenga uno peor, si es válido el ataque a blancos para estratégicamente evitar males mayores. Hay condiciones que Kasher elaboró para tener respuestas y actuar en las circunstancias precisas evaluando el peligro real y potencial. Tal vez ahí estriba la diferencia con circunstancias similares en Europa donde las autoridades están en conocimiento de la presencia y presunto posible accionar de los radicalizados, ya sea por una doctrina no adecuada o una estructura jurídica muy benevolente. En reumen Kasher apela a la proporcionalidad, distinguir entre agentes del terror y población civil, preservar la democracia, integridad y dignidad humana, reducir daños colaterales y actuar con rigor mientras se preserva la sociedad abierta y los valores de la democracia liberal. Todo acto militar y actividad de lucha contra el terrorismo debe realizarse profesionalmente, es decir que debe estar justificada por motivos exclusivamente militares, lo que implica que la defensa puede desarrollarse sobre blancos altamente potenciales y no sólo basado en el hecho concreto y real presente. Los nuevos escenarios al que nos reta el yihadismo son velar para que el público no solo no esté aterrorizado, sino que también apoye la lucha de las agencias de defensa del estado. En el marco de un estado democrático, sólo algunos de esos objetivos pueden ser cumplidos por los militares regulares, las agencias de seguridad e inteligencia tiene un rol muy relevante.

La doctrina del mal menor

Kasher se basa en la La Doctrina del Mal Menor que define como moralmente válida la elección de aquella opción que genera daño en un entorno en el cual no es posible garantizar la beneficencia y se está obligado a actuar. De este modo se reconoce la opción con mal menor como el mayor bien posible. Es importante que el profesional tenga muy claros sus argumentos al acogerse a esta doctrina de tal forma que, de ser necesario, pueda sustentar su actuación ante el escrutinio público. El principio del mal menor se utiliza cuando se debe decidir entre dos alternativas y ambas conducen a situaciones donde el bien alcanzado no es ideal. En esta situación, la doctrina del mal menor propone que es válido éticamente elegir aquella alternativa que produzca la mayor cantidad posible de resultados positivos, es decir, el mayor bien posible. Esta alternativa entones contendría la menor cantidad de mal en la elección. Las condiciones indispensables para que se pueda aplicar esta doctrina son:[8]

1. El agente (en este caso, el profesional) está obligado a actuar y tomar la decisión.
2. Hay dos o más alternativas únicamente y ninguna de ellas cumple las condiciones ideales. Este punto supone que el profesional ha descartado juiciosamente otras posibles acciones que cumplan las condiciones mínimas.

La principal misión de la Dirección de Inteligencia Militar es proveer al gobierno y a las FDI con alertas y advertencias de inteligencia. El seguimiento del crecimiento de las organizaciones terroristas requiere una exhaustiva recopilación de inteligencia compuesta por varios campos: media, inteligencia visual y electrónica. La información de inteligencia proviene de una variedad de fuentes y es procesada por la Dirección de Inteligencia para crear una evaluación actualizada de la situación. Estos medios permiten una recolección, procesamiento y difusión más amplio y eficiente para distintos propósitos.

Las tareas en la Dirección de Inteligencia Militar de Israel son:

- Traducción de información: los traductores no sólo deben traducir textos de un idioma a otro, sino que también deben ser selectivos en las traducciones basadas en la información que reciben.
- Análisis de imágenes aéreas: esto implica interpretar las fotografías tomadas por la información aérea y convertirlas en mapas.

- Técnicos en electrónica: establecimiento de sistemas de verificación, fabricación de tarjetas electrónicas, construcción de terminales informáticas seguras, etc.

Hay que destacar la Unidad 8200[9] que es una unidad del Cuerpo de Inteligencia israelí, perteneciente a las FDI responsable de recopilar inteligencia de señal (SIGINT) y descifrado de código. Las publicaciones militares incluyen referencias a la Unidad 8200 como la Unidad Central de Recolección del Cuerpo de Inteligencia y a veces se la denomina Unidad Nacional Israelí SIGINT (ISNU). Está subordinada a Aman, la dirección de inteligencia militar.

Unidad 8200 rol y perspectiva

La unidad está compuesta por alrededor de 5000 efecticos siendo la Unidad 81 una élite interna. Subordinada a la Unidad 8200 está la Unidad Hatzav responsable de recopilar la inteligencia OSINT. La unidad monitorea y recolecta información relacionada con la inteligencia militar de televisión, radio, periódicos e internet. La traducción de varios elementos representa parte de lo que se denomina "inteligencia básica", que es recogida por las unidades. Según los informes de los medios, la unidad proporciona más de la mitad de la información general de inteligencia para la comunidad de inteligencia israelí. La unidad 8200 funciona como una incubadora tecnológica donde se forman los futuros directivos de las start-ups de seguridad de Israel. Primero, se realiza una búsqueda de talentos en las escuelas secundarias del país para luego incorporarlos a la unidad donde se aprovecha la más avanzada tecnología SIGINT (Inteligencia de señales), utilizan técnicas sofisticadas de ingeniería de datos y conciben tecnologías altamente avanzadas. Es el caso de la NSO empresa privada que generó Pegasus, el programa que puede recopilar enormes cantidades de datos antes inaccesibles desde los teléfonos celulares de manera remota y sin dejar rastro, llamadas, mensajes de texto, correos, contactos, ubicaciones y cualquier información. Los satélites Ofeq, son otro ejemplo: pueden observar en forma infrarroja y precisa actividades determinadas y relativas a agentes terroristas. La resolución del Ofeq 5 por ej: llega a 8 dm. La órbita de este a oeste del Ofeq con una inclinación de 36 grados está optimizada para obtener una cobertura máxima durante el día del Medio Oriente. Los satélites Ofeq dan aproximadamente una media docena de vueltas durante las horas del día sobre Israel y sus países vecinos, mientras que los satélites espías de Rusia y Estados Unidos sólo logran pasar una ó dos veces al día, debido a

sus órbitas con mayor inclinación. Esta cobertura optimizada se degrada luego de un tiempo, aunque sin embargo permite mantener una excelente cobertura del Medio Oriente. El Ofeq 11 también es un satélite militar secreto de reconocimiento óptico, construido por IAI (Israel Aircraft Industries) usando, supuestamente, el bus Opsat 3000. Su masa se desconoce, pero debe rondar los 400 kg. El Ofeq 11 es el primer ejemplar de una nueva familia de satélites espías ópticos, rompiendo así con la anterior familia Ofeq. Se especula con que el Ofeq 11 está equipado con un telescopio de 70 centímetros de diámetro capaz de obtener imágenes de 0,5 metros de resolución desde una órbita de 600 kilómetros de altura.

Claves del desarrollo tecnológico de la Seguridad Nacional israelí

El tema es claro, la estructura de seguridad e inteligencia se basa en una asociación entre el Estado, universidad, ejército y sector privado para desarrollar la misma. Existen opiniones que no aceptan la participación privada en seguridad, pero se demuestra que un honesto control político puede permitir su desarrollo. En Israel hay 400 empresas, sólo en temas de ciberseguridad facturan alrededor de 5.800 millones de euros. Otros desarrollos tecnológicos de inteligencia son:[10]

- TA9 IntSight – Hub de Inteligencia e Investigación. IntSight es una plataforma potente y versátil de análisis de datos que permite a los especialistas en inteligencia y a los organismos de imposición de la ley obtener valiosas conclusiones de los datos masivos recogidos.
- GeoMatrix – Sistema de Geolocalización de Inteligencia – El GeoMatrix es un sistema de localización celular de base SS7 que proporciona la capacidad de localizar, rastrear y manipular a cualquier abonado celular.
- Echo – Sistema Virtual de SIGINT Global – Echo es un sistema de Sigint estratégico que proporciona a los organismos de inteligencia y de imposición de la ley amplia y variada información remota y discreta acerca de usuarios de Internet
- Vegas – Sistema de Intercepción ISP virtual. Vegas es un sistema de intercepción estratégica en línea que brinda capacidades remotas y discretas para intervenir redes focalizadas en diferentes locaciones, independientemente del Proveedor de Servicios de Internet (ISP) Piranha – Captador IMSI 2G, 3G y 4G.

El Piranha captura identificadores de teléfonos móviles, los manipula y genera las bases para obtener inteligencia y ejecutar análisis inteligentes.

– Optimus – Solución OSINT integral. Optimus permite ejecutar acciones de colección y cosecha en gran escala en sitios de Internet, sitios de noticias, redes sociales, blogs e internet oscura ("dark web"). Optimus permite asimismo la gestión de avatares virtuales con fines de HUMINT que facilita el ingreso a redes cerradas y foros.

Tecnología y derecho civil a la privacidad

Asegura el General de Brigada (Ret.)Yossi Kuperwasser Director del Proyecto sobre Desarrollos Regionales del Medio Oriente en el Centro Jerusalén y anteriormente Director General del Ministerio de Asuntos Estratégicos de Israel y jefe de la División de Investigación de Inteligencia Militar de las FDI: la necesidad de tener acceso a toda información en la lucha contra el terrorismo es obvia, en Israel y las empresas israelíes han desarrollado herramientas para asegurar este acceso, mientras que en Occidente este tema sigue sin resolverse. El enfoque israelí es muy claro; proteger la vida es más importante que proteger la privacidad y los términos de uso de ciertas tecnologías (éste es otro tema de ética militar, seguridad e inteligencia en el escenario actual). Además de localizar de esta manera las amenazas y frustrar los ataques, la lucha contra el terrorismo en Internet también requiere de un esfuerzo decidido para impedir el uso de los medios de comunicación sociales para difundir la incitación al terrorismo. Israel lidera el esfuerzo internacional en este sentido y busca la cooperación de otras democracias liberales y de los mega-consorcios que controlan la mayoría de las actividades en Internet. Mientras tanto, Israel ha adoptado una nueva ley que le permite limitar la utilización de Internet para incitar.

Preguntas sobre la UE y la lucha contra el yihadismo

También la Unión Europea en 2003 encomendó al Grupo de Personalidades (GoP en su acrónimo en inglés) definir las líneas estratégicas del "Programa Europeo de Investigación en Seguridad" (ERSP). La pregunta sobre por qué Europa muestra vulnerabilidad al yihadismo en parte ya la desorrollamos en otros apartados. Lo cierto es que cuenta con legislación y mecanismos de seguridad e inteligencia apropiados, pero ya observamos la opinión de especialistas europeos que consideran que es in-

suficiente y que no termina de resolver lo político y societario que permita mayor seguridad al margen de lo estrictamente militar. Para concluir, creo personalmente en función de mi experiencia en Israel, que el intercambio de información de inteligencia en términos bilaterales de Estado a Estado realizado en Europa en detrimento del multilateral no ofrece un buen resultado. Lo importante es que Europa confíe sólo en ella, nuestra cultura político militar se basó desde los orígenes en esta premisa más allá de las relaciones inter, multi o bilaterales en términos políticos- militares.

***

Siguiendo a Asa Kasher en condiciones de inteligencia incierta siempre un curso de acción es preferible a otro si el peor resultado posible del primero es menos malo que el peor resultado posible del segundo. En muchas oportunidades creo que la inteligencia y acción militar y también política se empantanó en otras latitudes en este punto. Creo que la respuesta que me dio el General en la entrevista que comenté al principio de este artículo es más que clara, el militar sabe el precio de la guerra como combatiente y es tan sensible como consciente de los actos que debe operar como de sus consecuencias humanas. Hay en su profesión una amplia formación en los valores constitucionales y la defensa de la sociedad abierta. Existen hoy nuevos Teatros de Operaciones, nuevos escenarios en la guerra contra el yihadismo donde los campos de batalla están situados donde vivimos y caminamos todos los días. Nos obligan a saber que los militares saben el precio de la guerra. Todos, no sólo los militares, sabemos en estos tiempos más sobre el precio de esta guerra contra el yihadismo, ya que convivimos con ella consuetudinaria y globalmente.

Notas

1. Basado en criterios de Ética Militar de Kasher Asa, tema que desarrollamos.
2. Ignacio Fuente Cobo ieee.es Instituto Español de Estudios Estratégico Al Qaeda frente a Daesh dos estrategias antagonistas y un mismo objetivo 6 de junio 2018.
3. Gilles Kepel Islam: la batalla de Europa. El País de Madrid. 3 de noviembre de 2004.
4. Kepel vs Roy: Arguing About Islam and Radicalization. Why the Roy vs. Kepel argument matters for Central Asia. The Diplomat. 14 july 2016.
5. Las 10 claves del fracaso de Europa con el terrorismo yihadista. Radio Intereconomía 18 de mayo 2017.
6. Ignacio Fuente Cobo ieee.es Insntituto Español de Estudios Estratégico Al qaeda frente a Daesh dos estrategias antagonistas y un mismo objetivo 6 de junio 2018.
7. La dinámica transnacional del Terrorismo Yihadista: Globalización Estructural y Atomización Operativa Alfonso Merlos García Universidad Complutense de Madrid.

8. El papel del Estado en las Guerras de cuarta Generación Bajo la óptica dela experiencia dinámica Adrián Ansede Taboada 14 de junio de 2016.
9. Inteligencia Militar impulsa la alta tecnología. The Guardian. 16.08.2013. Por Matthew Kalman.
10. Inteligencia de fuentes abiertas (Open Source Intelligence, OSINT): se trata de aquella que es pública y está disponible para cualquier usuario con acceso a Internet. Inteligencia de fuentes humanas (Human Intelligence, Humint) – Inteligencia de Señales (Signal intelligence, Sigint): consiste en la obtención de información por medio del estudio de las ondas electromagnéticas. Inteligencia geoespacial (Geospatial intelligence, Geoint): información o inteligencia de la actividad humana en la tierra producto de la explotación y análisis de imágenes e información geoespacial.

Referencias bibliográficas

AGGARWAL, Neil Krishan. *Mental Health in the War on Terror: Culture, Science, and Statecraft*. New York: Columbia University Press, 2015.

ALKHATEEB, Firas. *Lost Islamic History: Reclaiming Muslim Civilisation from the Past.* 1st Edition. Hurst, 2014.

AVITAL, Gideon. *A Panoramic View of War and Collective Memory In a thought-provoking book*. Jerusalem/Tel-Aviv: Schocken Publishing House, 2013.

BERGEN, Peter L. *The Longest War: The Enduring Conflict between America and Al-Qaeda.* Free Press, 2011.

BURKE, Jason. *Al-Qaeda: The True Story of Radical Islam Paperback.* I.B. Tauris, 2004.

CREVELD, Martin van. *The Changing Face of War: Combat from the Marne to Iraq.* Presidio Press, 2008.

CURTIS, Mark. *Secret Affairs: Britain's Collusion with Radical Islam.* Serpent's Tail, 2010.

DUNLAP Jr.; CHARLES J. The Limits of Fourth-Generation Warfare. *Marine Corps Gazette*, jul., 89, 7, p. 39, 2005.

EILAM, Ehud. *Israel's Future Wars: Military and Political Aspects*. Westphalia Press, 2016.

FIELD, Chris. *The canon and four generations of warfare.* Army, 2016. Disponível em: https://www.army.gov.au/ article

FREILICH, Chuck. *Israeli National Security: A New Strategy for an Era of Change*. Oxford University Press, 2018.

FRIEDMAN, Matti. *Pumpkinflowers: A Soldier's Story*. Paperback, 2017.

GERGES, Fawaz A. *ISIS: A History*. Kindle Edition. Princeton University Press, 2017.

KARP, Regina (Ed.). *Global Insurgency and the Future of Armed Conflict*. Routledge, 2007.

KASHER, Asa. *Military Ethics*. Tel Aviv: Ministry of Defense, 1996. [Hebrew; won the national prize for military literature]

_____. *17 Conversations with Asa Kasher*. Tel Aviv: Kinneret, Zmora-Bitan, 2005. [Hebrew]

_____; YADLIN, Amos. Military ethics of fighting terror. *Philosophia,* 34 (1), p. 75-84, 2006.

LIND, William S. *The Four Generations of Modern War.* Kindle Edition. Castalia House, 2014.

NACOS, Brigitte. *Terrorism and Counterterrorism 5th Edition*. Routledge, 2016.

CAPÍTULO 11

Cambios geopolíticos, paises emergentes (Brics) y la cuestión del subimperialismo – desde mirada húngara

István Szilágyi
Universidad de Pécs, Facultad de Ciencias, Instituto de Geografía y Ciencias de la Tierra

En la década de ochenta y noventa del siglo pasado tuvieron lugar los cambios geopolíticos fundamentales e históricos en el mundo. En las tres regiones semiperiféricas del mundo: Europa del Sur, América Latina y Europa Central y Oriental fracasaron los distintos tipos de dictaduras autoritarias y burocráticas. Surgieron y pasaron a primer plano de la política mundial los paises emergentes, en particularemente el grupo de los paises de Brics (Brasil, Rúsia, India, China y Africa del Sur). En América Latina se terminó la época de los Estados de Excepción y se inició el proceso de democratización y el establecimiento de los sistemas políticos democráticos híbridos.

En distintas partes del mundo nacieron y renacieron las integraciones regionales de nuevo tipo (Mercosur, Unasur, CAN, Apec, Organización de Cooperación de Sanghái, la Unión Económica Euroasiática, etc.).Cambiaron las relaciones internacionales.Terminó el mundo bipolar y se inició el proceso de la construcción del mundo multipolar**.**

Simultaneamente con estos procesos y fenómenos mencionados ha sido reconsiderado en los últimos años el concepto del subimperialismo, elaborado por Ruy Mauro Marini en la década del 70.

Plantea la cuestión: ¿que vigencia y que actualidad tiene el concepto y el pensamiento de Ruy Mauro Marini en nuestros días? Y entenderse este concepto para describir e interpretar los procesos y fenómenos de medio siglo después y a pesar de que hoy en día ya se trata de Brasil como una potencia o poder emergente que ocupa el séptimo lugar en la jerarquía mundial de los paises, surge la cuestión:¿como se

puede caracterizar a Brasil? ¿Es un subimperialismo y/o una gran potencia? El ensayo se trata de estas cuestiones teóricas.

Antes de respondernos a las cuestiones mencionadas tenemos que examinar las caracteristicas de las dictaduras latinoamericanas introducidas y establecidas durante los años de los sesenta y setenta en el siglo veinte y de las estratégias y de los distintos modelos de modernización prevalecidos en América Latina durante las últimas setenta años.

El nuovo militarismo y el Estado de Excepción en América Latina

Durante los últimos setenta años en el continente latinoamericano se agudizaron las contradicciones de la crisis estructural de la economía, de la política y de la sociedad. Se agotó el modelo de sustitución de importaciones. Se presentaron las distintas estrategias, tentativas y respuestas dadas de las distintas fuerzas políticas, corrientes, alianzas y Gobiernos para salir de la crisis estructural y de la dependencia económica y del subdesarrollo del hemisferio y para ajustarse al centro del sistema económico mundial. Con la intervención militar de la Fuerzas Armadas brasileñas de 1 de abril de 1964 en el continente *comenzó la época del nuevo golpismo o nuevo militarismo.*

¿Cuales son los rasgos y caracteristicos más peculiares y más importantes del nuevo militarismo y en qué se diferencia de los régimenes del caudillismo tradicional? El principal rasgo caracteristico del nuevo militarismo es que la dictadura unipersonal del caudillo del golpe de Estado tradicional (o pronunciamiento) fue reemplazado y sustituido por la intervención institucional de las Fuerzas Armadas. El Ejército asumió el poder con la intención de reorganización y refundación total de la sociedad, estableciendo las condiciones de un nuevo modo de acumulación de capital y de modernización.

El Estado de Excepción es una forma de Estado capitalista, que surgió durante el estadio monopolcapitalista transnacional del mundo globalizado a consecuencia de determinada crisis económica y político-ideológica. Según las características o particulares de esta crisis y la etapa histórica en que se dé sus efectos se concretan en las *distintas formas de régimen de excepción:* bonapartismo, fascismo y dictaduras militares (progresivas y regresivas); formas que se dan siempre *combinadas* bajo el predominio de una de ellas.

El concepto de Estado de Excepción explicado y expuesto fue elaborado por Nicos Poulantzas (1976a; 1976b; 1979) durante las décadas de sesenta y setenta del siglo pasado. Y como era adaptable y aplicable para los procesos llevados a cabo en distintas circunstancias históricas y regiones del mundo semiperiférico, rápidamente se difundió entre los investigadores de ciencias sociales e historiadores.

En el caso de Estado de Excepción *la subsidiaridad estatal aplicada en el terreno económico compagina y se relaciona con la omnipotencia estatal prevaleciente en el terreno político.* Es decir durante la existencia y el funcionamiento del Estado de Excepción se ocurre la aplicación de la política económica neoliberal, el modelo neoliberal en la economia.[1]

¿Como se puede resumir las funciones del Estado de Excepción los cuales se presentaron en el periodo del mundo bipolar y en la época de la Guerra Fría?

Podemos distinguir de cinco funciones primordiales.

a. Opresora interna y externa especial (manejo de crisis, salvación y estabilización global del sistema existente);
b. Modernizadora y refundadora del sistema económico, asegurando las condiciones generales del nuevo modo de acumulación capital;
c. Reorganizadora de la hegemonia del bloque dominante, redistribuyendo las fuentes, posiciones y los cargos a favor de las empresas nacionales asociadas a las empresas transnacionales y multinacionales;
d. Ideológica (Suministrar, elaborar e introducir nuevas ideas y valores en la sociedad);
e. Redefinidora de la política nacional y de la cohesión nacional.

Ambos lados (internos y externos) de las funciones mencionadas se fundieron y se compenetran.

Es decir el "efecto externo", las empresas transnacionales interiorizadas y la oligarquía nacional asociada y subordinada, la élite militar y los círculos supremos de la tecnoburocracia civil formaban el bloque dominante de los Estados de Excepción en America Latina.

Los líderes de los Estados de Excepción de América Latina se tratan de sus régimenes como sistemas modernizantes. ¿Pero que entendemos por la modernización y que tipo de modernización representan estas dictaduras?

Los distintos modelos de modernización y las estrategias históricas alternativas

La modernización significa la creación de las estructuras con capacidad de adaptación orgánica y caracteriza la cohesión y la diferenciación entre los elementos del sistema. Al mismo tiempo la modernización significa la disminución de las tensiones socio-económicas y el subdesarrollo y la renovación de la democracia política también. La modernización *es un resultado y un proceso* también.

Explicando nuestro concepto de modernización utilizamos y desarrollamos el modelo o esquema del funcionalismo estructural de *AGIL* de Talcott Parsons, el cual se basa en coherencia de cuatro subsistemas sociales (económico-*A*daptación, político-*G*oal attainment, jurídico – *I*ntegración e cultural – *L*atent maintence pattern). La hipótesis básica de paradigma del sociólogo norteamericano, es que cada sistema, para sobrevivir y desarrollarse, debe ser capaz de resolver cuatro clases de problemas funcionales:

A = Adaptation (función adaptativa)

G = Goal Attainment (logro de objetivos)

I = Integration (función integradora)

L = Latency (mantenimiento del modelo latente)

Cuadro 1. Modelo de AGIL.

A **Sistema Económíco**	**G** **Sistema Político**
I **Sistema de Normas (derecho)**	**L** **Sistema de Valores (cultura)**

Nosotros incorporamos al modelo de Parsons el quinto elemento, el quinto factor y este es el Sistema de Bienestar/Seguridad Social- SBS).

Cuadro 2. Modelo de AGILS.

A **Sistema Económico**	**G** **Sistema Político**
I **Sistema de Normas (derecho)**	**L** **Sistema de Valores (cultura)**
S **Sistema de Bienestar Social** (Sistema de Seguridad Social)	

Así se distingue *de tres modelos de modernización*: *el alemán o nórdico, o bismarkiano, el anglosajón y el latino.*[2] Los modelos de anglosajón y de alemán representan los tipos de acertado o exitoso de la modernización. Al contrario el modelo latino o latino corregido es el tipo de la modernización fracasada.[3]

En vez del modelo de la modernización latina, Barrington Moore junior en su libro *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Hardmondsworth, Penguin, Boston, publicado en 1966 y diez años más tarde apareció en Portugal también (*As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.* São Paulo: Martin Fontes, 1975) elaboró y diseñó el concepto y la teoría de la *Modernización conservadora.*

La base de su concepto forma el examen del desenvolvimento capitalista y de la revolución burguesa de Japón y Alemania divergentes de las vías y desarrollo del capitalismo clásico.

De acuerdo con Barrington Moore, en las sociedades contemporáneas hubo por lo menos tres formas de transición a la modernidad. La primera significa *la revolución burguesa democrática* que rompió radicalmente con las relaciones económicas y políticas preindustriales y construyó la sociedad capitalista y el sistema político democrático. Este caracteriza el desarrollo de Inglaterra, Francia y los Estados Unidos. En estos casos las capas sociales interesadas en la modernización capitalista dispusieron de bastante fuerza para efectuar las transformaciones necesarias sin compromisos y pudieron acabar con el régimen anciano.

La segunda ruta del desarollo capitalista caracterizó la debilidad relativa de las fuerzas sociales interesadas en la modernización burguesa. Por eso la revolución burguesa democrática fracasó, derrotó. Las fuerzas sociales interesadas en el cambio económico, político y social profundo se obligaron a contraer compromisos con los distintos grupos de la oligarquía terrateniente.

Y estas transacciones impiden la realización de las transformaciones necesarias de la modernización consecuente.

Esta *revolución por arriba* tiene como resultado *la modernización conservadora* introduciendo politicamente los régimenes autoritarios hasta la entrada del fascismo. Este proceso caracteriza el desenvolvimiento de Japón y Alemania. Pero esta solución y esta ruta representan los Estados de Excepción de América Latina también, cuales institucionalizan el sistema del capitalismo dependiente en la región.

Cuadro 3. Modelo corregido y aumentado de la Modernización Conservadora.

Ruta de la Democracia Occidental	Revolución Burguesa	Capitalismo con Democracia	La revolución puritana, Revolución Francesa y la Guerra Civil America	Inglaterra Francia EEUU
Ruta del Autoritarismo y Fascismo	Revolución Conservadora	Capitalista y Reaccionaria	No hubo oleada revolucionaria, Revoluciones desde arriba	Alemania Japón
Ruta del Comunismo Revoluciones Campesinas		Dictadura del "proletariado"	Revoluciones desde abajo= el campesino	Rusia China

La tercera vía de la sociedad preindustrial hacía la modernización económica, política y social representan las revoluciones campesinas de la ruta comunista de Rusia y China. Estos régimenes dictatoriales en vez de seguimento de los modelos del Occidente, representan el modelo de easternización o modelo de Oriente. Pero como las enseñanzas de la Unión Soviética, de China y de los paises de Europa del Este demuestran, la recepción y la aplicación mecánica y forzosa de los experimentos soviéticos y chineses tienen como consecuencia Estados fallidos e históricamente se comprobó de callejón sin salida. Resumiendo, interpretando y aumentando el modelo de Barrington Moore lo podemos esquematizar y diseñar en el cuadro 3 de la pasada página.

En el caso del modelo de Barrington Moore tenemos que subrayar por fin que la modernización conservadora vincula estrechamente con un tipo de régimen político predominante, o sea, la política acaba por ser el elemento fundamental en el proceso de cambio social.

¿Y qué tipo de modelo de modernización representan los Estados de Excepción latinoamericanos?

El fracaso de los regímenes militares y dictatoriales latinoamericanos y del "ajuste ortodoxo y neoliberal" de los ochenta que postró al hemisferio en una situación de estancamiento en la llamada "década pérdida para el desarrollo", sin resolverlos desequilibrios que estaba llamado a superar, obligó al replanteamiento de las estrategias de reforma.

A pesar de esto, *la dimensión fundacional de los Estados de Excepción no puede ser negada. Frente a la modernización democrática los Estados de Excepción latinoamericanos* representan el prototipo y la mezcla de *"la modernización de tipo bismarkiana" y de "la modernización conservadora"* aplicada con (parcial) éxito varias veces en los últimos 150 años.

La modernización, la creación de las estructuras con capacidad de adaptación orgánica, requiere, sin duda alguna, la concentración de fuerzas. Sin embargo, después de cierto punto tanto la presión externa, como la interna (estatal), tiene un efecto contrario. Lo mismo pasó en los casos de las dictaduras militares latinoamericanos también

Por fin quisieramos subrayar que la satisfacción de las demandas y exigencias de los grupos y de las clases sociales bajas, la diminución del desequilibrio social, la merma de la diferencia de la renta entre las clases sociales, la liquidación de la extrema pobreza y la exclusión social y e*l establecimiento del sistema político democrático también forma parte orgánica del proceso de modernización. Además de los avances parciales a medias de la economía, éste es el terreno donde los límites de los régimenes militares son más evidentes.* Después de la caída de las dictaduras militares y autoritarias de América Latina, *a partir de la segunda mitad de los anos ochenta* se terminó el periodo del modelo neoliberal y por parte del bloque del poder y de los Estados Unidos fue imprescindible anunciar y lanzar *una nueva estrategia de desarrollo.*

La nueva estrategia fue anunciada en noviembre de 1989, y consistía en diez medidas de política económica que abarcaban desde la disciplina fiscal hasta la liberalización comercial y financiera[4] se le bautizó como *el Consenso de Washington* a partir del famoso artículo de John Williamson (1990).

El Consenso de Washington fue una versión corregida y una continuación directa del modelo neoliberal instaurado y aplicado durante los Gobiernos militares. No era adecuado para resolver los problemas del subdesarrollo, del desequilibrio, de la desigualdad social y del ajuste.

Por eso después de diez años paso la corrección y ampliación del programa y fue anunciado El nuevo proyecto de Consenso de Washington. "Es obvio que se necesitan reformas", escribe Ramón Casilda Béjar, pero no deben constituirse como un fin en sí mismas, sino como un medio para poder lograr un desarrollo basado en la competitividad y en la equidad.

A modo de conclusión, podemos decir que las amplias reformas económicas derivadas del Consenso de Washington, aplicadas en los países de América Latina durante la década de los 90, advierten hoy una "sensación generalizada de insatisfacción entre la población, y los actores sociales" y se impone la búsqueda de opciones que garanticen un mayor crecimiento, sustentable y con equidad. La principal razón de esta desilusión reside en que la distribución de los ingresos y las oportunidades han empeorado y al hecho de que existe un significativo potencial de inestabilidad, como lo demuestran las crisis sucesivas (Béjar, 2004, p. 36-37).

Por eso al contrario del Consenso de Washington extendido ya está estructurado y plasmado la estrategía alternatíva de los paises latinoamericanos.

Los elementos posibles de una estrategía alternativa continental

"La historia económica de América Latina – suma Arturo Guillén – puede resumirse como la larga lucha emprendida por las distintas clases y grupos sociales que han integrado sus sociedades, en cada fase de su desarrollo, por "construir" un proyecto de autodeterminación nacional, en el marco de la economía – mundo capitalista, que les permita salir del subdesarrollo y alcanzar niveles superiores de progreso social."[5]

Y como ni el modelo neoliberal, ni el modelo ofrecido por el Consenso de Washington y su versión extendido cambiaron definitivamente el subdesarrollo del continente latinoamericano, por eso *es urgente construir y aplicar una estrategia alternativa de desarrollo. No basta con resistir ante la globalización neoliberal, ni conformarse con las demandas espontáneas que levanta el movimiento al termundialista*. Se requiere de una estrategia alternativa de desarrollo orientada a recuperar el crecimiento, elevar los niveles de empleo, satisfacer las necesidades básicas de la población y eliminar la pobreza extrema, el hambre y la desigualdad social.

¿Cuales son las condiciones y elementos internacionales y continentales de esta estrategia alternativa? ¿Cuales son los retos de la modernización endogena latinoamericana?

Antes que nada tenemos que subrayar que después de 1990 cambió y transformó radicalmente el sistema de las relaciones internacionales. Desapareció el mundo bipolar y a partir de 2000 *el mundo turno en multi-e interpolar***.** En efecto, durante las tres últimas décadas del siglo XX. Tres diferentes regiones semiperiféricas del mundo emprendieron – una tras otra – sendos procesos de democratización

que derribaron, respectivamente, los regímenes dictatoriales y autoritarios en el sur de Europa, en América Latina y en Europa Central y Oriental. Las democracias nuevas nacidas y establecidas contribuyeron al cambio de las relaciones internacionales también.

A pesar de que los Estados Unidos mantenió y conservó su posición como única superpotencia, perdió una parte de su peso y su influencia. Se presentaron como actores independientes en la escena de la política y económica mundial la Unión Europea y los paises de BRICS. Especialmente aumentó el rol y la influencia de Rusia y de China.[6] De tal manera aumentó el espacio de acción de los paises de América Latina. Se fortalecieron los esfurzos de la cooperación entre las integraciones regionales e interregionales.[7] Y esta tendencia significa cuatro cosas: en primer lugar significa la renovación y la reanudación de la actividad de las integraciones regionales fundadadas antes del nacimiento y de la caida de los regimenes militares y en parte congeladas durante la epoca del dominio de las dictaduras militares.[8] En segundo lugar significa que las repúblicas democráticas latinoamericanas creaban nuevas integraciones regionales de nuevos tipos de gran peso e importancia (Mercosur (1991), Alianza Bolívariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos / Alba-TCR (2004); Petrocaribe (2005), Unasur[9] (2007) etc.); en tercer lugar significa el establecimiento de la cooperación eficaz entre las "viejas" (Comunidad Andina) y "nuevas" integraciones regionales; y por fin significa el establecimiento de la alianza estratégica entre los paises y las organizaciones regionales latinoamericanos y la Unión Europea[10] y con otras integraciones interregionales, como son el Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico – APEC y la Alianza del Pacífico – AP.[11]

Aumentó el rol continental e intercontinental de Brasil y creció el papel de las empresas transnacionales latinoamericanas (multilatinas) en el continente, Europa y en el mundo entero.[12]

En vez de la modernización conservadora nació la posibilidad de encaminar la modernización democratica.

A pesar de que todavía falta un conceptuoso, detalladamente elaborado, aceptado y aplicado proyecto continental en el hemisferio, América Latina dejó de ser patio trasero de los Estados Unidos.[13]

La vigencia y la actualidad del pensamiento de Ruy Mauro Marini

Y ahora podríamos intentar dar las respuestas a la pregunta: ¿Qué vigencia tienen los pensamientos de Ruy Mauro Marini en nuestros días? ¿O sea cuales son las más importantes aportaciones de Ruy Mauro Marini a la teoría política latinoamericana e internacional?

Según Carlos Eduardo Martins (2013, p. 31) "La obra de Ruy Mauro Marini es una de las más importantes y originales del pensamiento social y del marxismo en el siglo XX. Muy difundido en América Latina". Dejando aparte la alusión al marxismo, podríamos destacar sus principales aportes a la teoría del capitalismo dependiente, como nociones: superexplotación, subimperialismo, Estado de contrainsurgencia y Estado de cuarto poder.

Carlos Eduardo Martins (2013, p. 32-33) añade la siguiente:

> La obra de Marini desarrolla cuatro temas de gran relevancia. En primer lugar, la economía política de la dependencia, que a partir de la década de 1990 se convierte en economía política de la globalización. El segundo gran tema es el análisis del modelo político latinoamericano. El tercero es el socialismo como movimiento político y experiencia estatal y civilizatoria, que tiene presencia destacada en su obra. El cuarto es el pensamiento latinoamericano, cuyas principales corrientes él sistematiza y analiza durante la década de 1990, considerando la tarea de su revisión crítica para atender los desafíos del siglo XXI.

Adrian Sotelo Valencia (2017, p. 30) tratando de la vigencia del pensamiento de Ruy Mauro Marini argumenta que "El pensamiento de Ruy Mauro Marini,... sigue siendo vigente en el siglo XXI a causa de que las condiciones que el descubrió en torno a la dialéctica de la dependencia (superexplotación del trabajo, intercambio desigual, subimperialismo y Estado del Cuarto poder) se mantienen en el contorno de la economía capitalista mundial".

Raul Zibechi subraya la importancia de los efectos y de los intentos de la expansión económica y política brasileña prevalecida a partir del golpe de Estado de 1964 del nuevo militarismo en Brasil. Estos esfuerzos caracterizaban las actividades de la nueva e hibrída democracia brasileña durante los Gobiernos democráticos de Fernando Henrique Cardoso hasta Lula y Dilma Russef también.Y por estas

aspiraciones “imperialistas” y hegemónicas de Brasil, “Diante da ofensiva do capital e do Estado brasileiro na região sul-americana,não é estranho que um conceito como “subimperialismo” volte a aparecer nos debates politicos e estudos académicos.Três décadas depois da publicação do celébre texto de Ruy Mauro Marini (1977, p. 1-20), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo,* o conceito ganha atualidade novamente.

Nos últimos anos, vários trabalhos discutiram o tema e os meios de comunicação adotaram o termo “subimperialismo”, inclusive “imperialismo” com certa frequência. A ascensão do Brasil pode ser uma das razões desse interesse renovado.Os conflictos mantidos por grandes empresas brasileiras em paises vizinhos pequenos[14] (Petrobras na Bolívia, Odebrecht no Equador, entre outros), evidenciaram o papel do Brasil na região (Zibechi, 2018, p. 32).

¿Y porque son importantes estudiar y repensar hoy en día, entre las cicunstancias del mundo multipolar e interdependiente, los pensamientos de Ruy Mauro Marini? Porque las obras del autor brasileño se ocupan de aquellos problemas cuales se presentaron hace sesenta años y no han resuelto hoy en día tampoco.

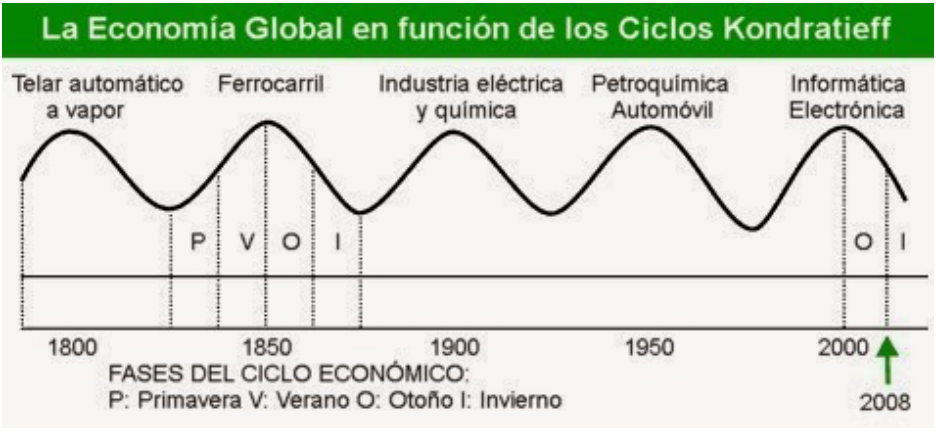
Los fenómenos economico-sociales y las cuestiones teóricas del subdesarrollo, como son la dependencia,la desigualdad social, la relación de centro y perifería,la superexplotación de los paises subdesarrollados no han desaparecidos y no han resueltos, sino hoy en día son vivos también.Todos estos problemas están arraigados en el desarrollo y en el cambio del capitalismo contemporaneo.En la década de los años sesenta y setenta del siglo pasado la superación del subdesarrollo de parte de los paises latinoamericanos surgió como una alternativa y una oportunidad posible y viable a través de los cambios históricos, revolucionarios y radicales. Las transformaciones mencionadas y anheladas, la erradicación y la superación de las injusticias sociales y desigualdades económicas y sociales entre las circunstancias y condiciones del mundo bipolar solo hubieran sido posibles con la introducción de los cambios radicales, con la lucha aguda y frontal.

Los hechos y los problemas cuales han requerido soluciones surgieron en la base de los ciclos de Kondratieff. Las ondas de Kondratieff, también llamadas ciclos largos de la actividad económica, son descritas como fluctuaciones cíclicas de largo plazo, con forma sinusoidal, de la moderna economía mundial capitalista. La duración de cada onda o ciclo largo varía entre 47 y 60 años, durante los cuales se alternan un

período de alto crecimiento, en el cual las coyunturas de prosperidad son más marcadas y duraderas, y un período de crecimiento relativamente lento, en el cual las crisis son más fuertes y las depresiones más prolongadas.Kondrátieff identificó tres fases en el ciclo: expansión, estancamiento y recesión. Más común hoy en día es la división en cuatro períodos, con un punto de inflexión (colapso) entre la primera y segunda fase. Según concepto de Kondratieff el fin de un ciclo al mismo tiempo significa el inicio de una nueva onda e un nuevo impulsor de la economía economía,un nuevo tipo de la acumulación capitalista mundial y un nuevo periodo del desarrollo del capitalismo también. Y a partir de los años noventa del siglo pasado esta nueva fase fue el estadio monopolcapitalista transnacional del mundo globalizado.

Ahora ya modificando las ondas originales de los ciclos de Kondratieff y extienderon su vigencia hasta el siglo XXI., hasta la época espacial, hasta la era de informática y electrónica y nanotecnología también.

Cuadro 4. La Economía Global en función de los Ciclos Konfratieff.



Fuente: Disponible en https://es.wikipedia.org/wiki/Onda_Kondratiev. Aceso: 2019.

Y durante la década de los años sesenta y setenta del siglo pasado enfrente de la dominación absoluta del nuevo sistema economico mundial tomó medidas y nació entre las circunstancias de determinada crisis el concepto desarrollista de CEPAL, dirigido elaborado y representado por Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Raul Prebisch y Osvaldo Sunkel. Para estos nuevos desafíos contestó la teoría de lumpendesarrollo de Andre Gunder Frank (1973) y el concepto de Theotonio dos Santos

(1978), que diseñó y acentuó qe para los paises latinoamericanos solo existe la alternative de fascismo o de socialismo, o sea ellos solo pueden elegir entre los dos polos, los dos sistemas politicos y los dos modos de acumulación de capital. Y a las cuestiones mencionadas reaccionaron y respondieron tales obras de Ruy Mauro Marini (1971) como son: *Sudesarrollo y revolución, Dialéctica de la dependencia* (1973), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977), *Estado y crisis en Brasil* (1977), *América Latina: dependência e integração* (1992) y América Latina, dependencia y globalización (2015). Examinando los problemas y los dilemas del *subdesarrollo latinamericano, Ruy Mauro Marini los explica con las razones históricas y económicas*. El autor brasileño considera que el continente latinoamericano forma parte integrante y orgánica del sistema de la económía mundial.Su desarrollo es inseparable de los cambios acaecidos de la economía mundial. La historia del subdesarrollo latinoamericano – escribe – es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial. Su estudio es indispensable para quien desee comprender la situación a la que se enfrenta actualmente este sistema y las perspectivas que se le abren. Inversamente, sólo la comprensión segura de la evolución y de los mecanismos que caracterizan a la economía capitalista mundial proporciona el marco adecuado para ubicar y analizar la problemática de América Latina. América Latina surge como tal al incorporarse al sistema capitalista en formación, es decir, cuando la expansión mercantilista europea del siglo XVI. La decadencia de los países ibéricos, que se posesionaron primero de los territorios americanos, engendra en éstos situaciones conflictivas, resultantes de los avances que sobre ellos intentan las demás potencias europeas. Mas es Inglaterra, mediante la dominación que acaba por imponer a Portugal y España, la que predomina finalmente en el control y en la explotación de los mismos.

En el curso de los tres primeros cuartos del siglo XIX, y concomitantemente a la afirmación definitiva del capitalismo industrial en Europa, sobre todo en Inglaterra, la región latinoamericana es llamada a una participación más activa en el mercado mundial, ya como productora de materias primas, ya como consumidora de una parte de la producción liviana europea. La ruptura del monopolio colonial ibérico se impone entonces como una necesidad, desencadenando el proceso de la independencia política, cuyo ciclo queda prácticamente terminado al final del primer cuarto de siglo, dando como resultado las fronteras nacionales que,por lo general,rigen todavía en nuestros días" (Marini, 1971).

A partir de la conquista de la independencia, los paises latinoamericanos luchan por la independencia económica, por la liberación de la vinculación de tipo colonial y por el desarrollo economico autónomo.

Pero la situación es que durante ciento y cincuenta años solo cambió la dependencia económica relativa continental de las grandes potencias y dominantes correspondientes y actuales.Y como consecuencia natural de esta situación se presentaron las distintas formas de la superexplotación del trabajo, la expropiación de la plusvalía y la conservación y el mantenimiento de la dependencia de hemisferio.

Al mismo tiempo el discurso de Marini (1992) articula dialécticamente la vinculación de dependencia con el imperialismo sin romper su unidad: "Para la teoría de la dependencia, – podemos leer – en la medida en que uno y otra son fruto del desarrollo del capitalismo mundial *el imperialismo no es algo externo a la dependencia*. Al contrario, el imperialismo permea toda la economía y la sociedad dependientes, representando un factor constitutivo de sus estructuras socioeconómicas, de su Estado, de su cultura. Asumir esa perspectiva de análisis abre nuevas perspectivas a los estudios históricos y sociológicos en América Latina".

Mientras que *subraya que la economía mundial es la misma que desarrolla y forma de modo jerarquizada*. La integración de los paises latinoamericanos al mercado mundial caracteriza el intercambio desigual y la división del trabajo es desigual también. La industrialización y el desarrollo económico de ellos depende de la formación y del giro de la division internacional del trabajo (Marini, 1973).

Marini (1973, p. 120-121) analiza las formas, la importancia y la característica de la subordinación económica también. Y menciona que: "En efecto, a medida que el mercado mundial alcanza formas más desarrolladas, el uso de la violencia política y militar para explotar a las naciones débiles se vuelve superfluo, y la explotación internacional puede descansar progresivamente en la reproducción de relaciones económicas que perpetúan y amplifican el atraso y la debilidad de esas naciones... El desarrollo de las relaciones mercantiles sienta las bases para que una mejor aplicación de la ley del valor tenga lugar".

En vez de las naciones industrializadas podríamos usar y aplicar la noción paises desarrollados también.

"La industrialización latinoamericana – continua Marini (1973, p. 144-145) – corresponde así a una nueva división internacional del trabajo, en cuyo marco se

transfieren a los países dependientes etapas inferiores de la producción industrial (obsérvese que la siderurgia, que era un signo distintivo de la economía industrial clásica, se ha generalizado a tal punto que países como Brasil ya exportan acero), reservándose a los centros imperialistas las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras y la industria electrónica pesada en general, la explotación de nuevas fuentes de energía, como la de origen nuclear, etc.) y el monopolio de la tecnología correspondiente. Yendo aún más lejos, se pueden distinguir en la economía internacional escalones en los que se van reubicando no sólo los nuevos países industriales, sino también los más antiguos... *Lo que tenemos es una nueva jerarquización de la economía capitalista mundial, cuya base es la redefinición de la división internacional del trabajo acaecida en el curso de los últimos 50 años"* destacando por mí.

Durante las últimas seis décadas algunos paises latinoamericanos y asiáticos – como ya hemos mencionado antes – generalmente los paises de BRICS – alcanzaron un desarrollo economico relevante y espectacular y se convirtieron en los paises desarrollados, utilizando la fuerza y la ventaja de las integraciones regionales e interregionales también. Sus empresas transnacionales se presentaron en el mercado mundial y ejercen gran influencia e impacto economico, político e ideológico a sus vecinos también.Pertenece a estos grupos de paises Brasil también.

> La exportación de manufacturas, tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios, se ha convertido entonces en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. Desde los proyectos de integración económica regional y subregional hasta el diseño de políticas agresivas de competencia internacional, se asiste en toda América Latina a la resurrección del modelo de la vieja economía exportadora. En los últimos años, la expresión acentuada de esas tendencias en Brasil nos ha llevado a hablar de un *subimperialismo***.** No pretendemos retomar aquí el tema, ya que la caracterización del subimperialismo va más allá de la simple economía, y no es posible tratar el tema si no se recurre también a la sociología y a la política. Nos limitaremos a indicar que el subimperialismo, en su dimensión más amplia, no es un fenómeno específicamente brasileño ni corresponde a una anomalía en la evolución del capitalismo dependiente. Es cierto que las condiciones propias de la economía brasileña le han permitido llevar lejos su industrialización y crear incluso una industria pesada, así como las condiciones que

caracterizan a su sociedad política, cuyas contradicciones han dado origen a un Estado militarista de tipo prusiano, dieron lugar en Brasil al subimperialismo. (Marini, 1973, p. 148-149)

Alcanzando el grado del cierto nivel del desarrollo económico se presenta un pais que podríamos calificar como subimperialismo o una gran potencia emergente. Este pais ya tiene interesés propios y espacio de movimiento propio. Su ambición es convertirse en gran potencia. Actua como organizador de las integraciones regionales y subregionales. En una palabra querría conquistar, construir y establecer su zona de influencia. Y a partir del golpe de Estado de abril de 1964 brasileño, o sea a partir de subir al poder de la dictadura modernizante del nuevo militarismo brasileño, en la region sudamericana Brasil se comporta como un gran potencia y como el subimperialismo.

En la década de los años setenta del siglo pasado fue elaborado el concepto o modelo de jerarquía mundial en la Universidad de Georgtown con la colaboración de la Escuela Superior de Guerra Brasileña. Esta era aquella época cuando Ruy Mauro Marini conceptualizó su tésis sobre el subimperialismo.

Este modelo mencionado examinaba y contenía distintos elementos, indicadores y factores. Resumiendolos podemos recibir la influencia, el rol y el peso de un país o de un poder en el mundo.

A base de esto sostenía el general y geopolítico brasileño Carlos de Meira Mattos que en 1977 Brasil ocupaba en el sexto/séptimo lugar en la jerarquía de las paises del mundo.[15]

"O poder é definido pelo General como "a capacidade de alguém impor sua vontade sobre outrem", tanto psicológica como fisicamente, e este conceito é ampliado para incluir uma cuidadosa contribuição das possibilidades do poder brasileiro em relação ao de outros grandes estados. – subraya Phil Kelly en su ensayo en el libro homenaje a Carlos de Meira Mattos – A avaliação do poder nacional relativo é feita por Meira Mattos utilizando a seguinte formula:

$$Pp = (C+E+ M) \times (S+W+P)$$

Onde:

P= poder perceptível dos Estados

C= massa crítica – população e território
E= capacidade econômica
M= capacidade militar
S= conceito estratégico adotado por um estado
W= vontade nacional
P= capacidade para persuadir ou convencer

Preenchidos os dados, o Brasil aparece em 6º lugar como potência mundial, atrás da União Soviética, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França e China. Considerado o conjunto conceito estratégico – vontade nacional – capacidade persuasiva, o Brasil se coloca em segundo lugar, passando para o oitavo se computado apenas o primeiro grupo de indicadores, principalmente em virtude de sua relativamente baixa força econômica. Meira Mattos (2007, p. 22) sustenta que sua nação é "uma potência emergente" que, como a China, apresenta as melhores chances de atingir o status de grande pôtencia, perdendo apenas para as duas superpotencias".

A primera vez, Meira Mattos llama la atención a la importancia de la introducción y el establecimiento y de la necesidad de un sistema politico democratic también.

Marini (1977, p. 14) en su ensayo: *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* defendiendo el contenido de la noción subimperialismo, escribe lo siguiente:

Hemos definido, en otra oportunidad, al *subimperialismo* como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional.

Y – como ya hemos mencionado – este nivel económíco y tipo de poder politico representa la dictadura de nuevo militarismo brasileño que se organizó en la forma de Estado de Excepción y lo que nosotros definimos como una dictadura modernizante (Szilágyi, 2018, p. 168-186).

> A partir de allí, la dinámica del desarrollo del sub-imperialismo brasileño asume un doble juego de (a) la configuración regional de la forma del Estado dependiente suramericano como expresión de la expansión sub-imperialista del capital de Brasil y (b) la necesidad de articular las condiciones materiales para el desenvolvimiento de la valorización de ese capital a escala regional. (Féliz, 2018, p. 630-637)

Muy importante subrayar que en este caso la rivalización y la contradicción de intereses con el gran poder dirigente impide la cooperación loyal entre los actores y cambia el anterior rol conservador del sistema prevalecido durante el mundo bipolar. Y la situación y la posición transformada contribuye al establecimiento y al desarrollo de la estructura y al contorno del establecimiento del mundo multipolar.

***

En los años sesenta y setenta del siglo pasado el subimperialismo se presenta en la forma del Estado de Excepción del nuevo militarismo. A partir del derrocamiento y del fracaso de estos regimenes, los Estados contrainsurgentes – denominación de Ruy Mauro Marini – toman forma de la postdemocracia híbrida y al mismo tiempo intentan a realizar el cuarto modelo de modernización descrito por medio de nuestros, rechazando la modernización neolibreral, o sea el consenso de Washington original y el consenso de Washinton extendido y corregido también. Pero la permanencia de los enclaves autoritarios y heredados, la desigualdad social y la corrupción del nivel de sistéma destruyen la eficacía de estos planes, programas, proyectos, ambiciones y esfuerzos de las democracias heridas[16] y obstaculizan la realización de los sueños y de las posibilidades de los paises subimperialistas.

Además que eso es ya una otra historia, podríamos acentuar las vigencia y la actualidad de los pensamientos de Ruy Mauro Marini entre las circunstancias del mundo multipolar e interdependiente también.

Notas

1 “El péndulo binario entre Estado y mercado se volcó desde entonces hacia el mercado. La era del fundamentalismo mercadocéntrico comenzó en 1975 en Chile, cuando los llamados “Chicago Boys” fueron puestos a cargo de la política económica del gobierno militar. Se confirmó después con los gobiernos de Reagan en EEUU y Thatcher en Gran Bretaña, y se propagó al mundo entero. En su expresión internacional, la concepción mercadocéntrica se apoya en – y promueve – la globalización,

tanto en cuanto fenómeno objetivo real como sobre todo, en su dimensión normativa de propuesta ideológico" (Sunkel, 2007, p. 473).
2 Sobre los tres modelos de modernización vease más detalladamente: Espina (2007) e Szilágyi (2016).
3 Vease más detalladamente Szilágyi (2017).
4 El consenso como originalmente lo indica Williamson incluía diez amplios grupos de recomendaciones políticas relativamente específicas:
1.- *Disciplina en la política fiscal*, enfocándose en evitar grandes déficits fiscales en relación con el Producto Interior Bruto; 2.-*Redirección del gasto público* en subsidios ("especialmente de subsidios indiscriminados") hacia una mayor inversión en los puntos claves para el desarrollo, servicios favorables para los pobres como la educación primaria, la atención primaria de salud e infraestructura; 3.- *Reforma tributaria*, ampliando la base tributaria y adopción de tipos impositivos marginales moderados; 4.-*Tasa de intereses* que sean determinadas por el mercado y positivas (pero moderadas) en términos reales; 5.-*Tipos de cambio* competitivos; 6.- *Liberación del comercio*: liberación de las importaciones, con un particular énfasis en la eliminación de las restricciones cuantitativas (licencias, etc.); cualquier protección comercial deberá tener aranceles bajos y relativamente uniformes; 7.- *Liberalización de las barreras a la inversión extranjera directa*; 8.- *Privatización* de las empresas estatales; 9.- *Desregulación*: abolición de regulaciones que impidan acceso al mercado o restrinjan la competencia, excepto las que estén justificadas por razones de seguridad, protección del medio ambiente y al consumidor y una supervisión prudencial de entidades financieras; 10.- *Seguridad jurídica para los derechos de propiedad*.
5 GUILLÉN, Arturo. *Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas en América Latina, p.* 29, 30 y 32. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311505340.A_GUILLEN3.pdf.
6 Vease más detalladamente: Cepal (2012).
7 Las integraciones interregionales de "nuevo tipo" son: La Comunidad Iberoamericana de Naciones, fundada en 1991 y A Comunidade dos Paises de Língua Portuguese, creada en 1996.
8 Estas fueron las siguientes: La Asosiación de Libre Comercio -1960/ALADI-1980; Pacto Andina – Comunidad Andina de Naciones/Can-1969; Caricom- 1973.
9 Vease más detalladamente: Cienfuegos y Sanahuja (2010).
10 Vease más detalladamente: Szilágyi (2014, p. 625-639). Disponível em http://www.editoraletra1.com/anais-congeo/index.html.
11 A través de APEC y de AP los paises participantes latinoamericanos vinculan a Rusía y a la Organización de Cooperación de Sanghái y a otros paises asiaticos y europeos.
12 Vease más detalladamente: Santisa (2012).
13 A pesar de que los Estados Unidos hace grandes esfuerzos para conservar y aumentar su influencia económica y política a través de la creación tales integraciones económicas regionales como son el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (1994) y La Alianza del Pacífico (2012).
14 Vease más detalladamente: Mariano Féliz (2018, p. 625-637).
15 Vease mas detalladamente: Mattos (1975).
16 Vease mas detalladamente: Carmona (2019).

Referencias bibliográficas

CARMONA, Álvaro Soto (Coord.). *La democracia herida. La tormenta perfecta.* Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2019.

CEPAL. *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global.* Naciones Unidas – Santiago de Chile, 2012.

CIENFUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José Antonio (Eds.). *Una región en construcción. Unasur y la integración en América del Sur.* Barcelona: Fundació Cidob, 2010.

ESPINA, Álvaro. *Modernización y Estado de Bienestar en España.* Fundación Carolina. Madrid: Editores S. A., 2007.

FÉLIZ, Mariano. El subimperialismo brasileño y la integración regional latinoamericana. In: MONTERO, Manuel Alcántara Mercedes García; LÓPEZ, Francisco Sánchez. (Coords). *Estudios Políticos.*

Memoría del 56. Congreso internacional de Americanistas. Universidad de Salamanca, 2018, p. 625-637.

FRANK, Andre Gunder. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Sudesarrollo y revolución*. Siglo Veintiuno. México: Editores SA., 1971.

_____. *Dialéctica de la dependencia.* México: ERA, 1973.

_____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos,* n. 13, México: ERA, julio-septiembre 1977, p. 76-84.

_____. La acumulación capitalista mundial yel subimperialismo. *Cuadernos Políticos,* n. 12, México: ERA, abril-junio, 1977, p. 1-20.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Urgente, 1992.

_____. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO, Siglo XXI Editores, S.A., 2015.

MARTINS, Carlos Eduardo. El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales. *Argumentos,* v. 26, n. 72, mayo-julio, 2013, p. 31.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil – geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

KELLY, Philip. O pensamento geopolítico do General Meira Mattos. In: *O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra*. ESG. Rio de Janeiro, 2007, p. 22.

SZILÁGYI, István. La Unión Europea y América Latina: una alianza estratégica birregional. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografía Política*, *Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas*. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: Rebageo, 2014, p. 625-639. Disponível em http://www.editoraletra1.com/anais-congeo/index.html.

_____. Modelos de modernizacion y cambios geopoliticos en America Latina. *Cuadernos Iberoamericanos*, Moscu, Universidad MGIMO, n. 4 (14), p. 68-76, 2016.

_____. El nuevo golpismo. El Estado de Excepción y los modelos de modernización en América Latina. *Intellèctus,* ano XVI, n. 1, p. 69-85. 2017. Disponível em http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus.

_____. De la dictadura modernizante hasta la posdemocraía hibrida. Las experiencias y las consecuencias de las políticas económicas aplicadas en Brasil. *Relaciones Internacionales: 56º Congreso Internacional de Americanistas* / Manuel Alcántara, Mercedes García Montero y Francisco Sánchez López (Coord.). Universidad de Salamanca, 2018, p. 168-186.

POULANZTAS, Nicos. *Fascismo y dictadura*. Madrid: Editores S. A., 1976a.

_____. *La crisis de las dictaduras: Portugal, Grecia, España.* Madrid: Siglo XXI Editores S.A., 1976b.

_____. *Estado, poder y socialismo.* Madrid: Editores S. A., 1979.

SANTISA, Javier. *La década de las multilatinas*. Madrid: Siglo XXI de España – Fundación Carolina Economía, 2012.

SANTOS, Theotonio dos. *Fascismo o socialismo*. *El nuevo caracter de la dependencia y el dilema latinoamericano.* México: Editorial Edicol, 1978.

SUNKEL, Osvaldo. En busca del desarrollo perdido. In: VIDAL, Gregorio; GUILLÉN R., Arturo. *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado.* 2007.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform (A que se refiere Washington por reforma política). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened? (El reajuste latinoamericano: ¿Qué tanto ha sucedido?)* (en inglés). Washington D. C.: Instituto de Economía Internacional, 1990. Consultado el 3 de julio de 2015.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Vigencia del pensamiento de Ruy Mauro Marini y la Teoría Dependencia. *Textos&Contextos,* Porto Alegre, v. 16, n. 1, enero-julio 2017, p. 30.

ZIBECHI, Raúl. Brasil potência. Entre integração regional e um novo imperialismo. 2. ed. *Revista.* Rio de Janeiro, 2018, p. 32.

CAPÍTULO 12

La política de Hungría hacia América Latina y el Caribe

Gyula Horváth
Universidad de Kaposvár
Domingo Lilón
Universidad de Pécs

América Latina y el Caribe, así como Europa Central y Oriental son, en varios aspectos, regiones periféricas. Cuando durante la Guerra Fría, el Centro y el Este de Europa era conocida como "Europa del Este", los latinoamericanistas de esta "Europa del Este" apelaban a la similitud de ambas regiones como zonas periféricas para explicar una mejor comprensión de los problemas que afectan a América Latina y el Caribe. En otras palabras, a un latinoamericanista húngaro le era más fácil entender los problemas y procesos latinoamericanos y caribeños gracias a esa semejanza que compartían como áreas periféricas.

Sin embargo, América Latina y el Caribe no ha representado nunca un área de especial interés para la política exterior de Hungría. Ni durante el periodo de la República Popular de Hungría, ni en la actual Hungría como miembro de la Unión Europea. Naturalmente, Hungría ha mantenido relaciones diplomáticas con casi todos los países del área, relaciones que, en lo logístico, no en las relaciones en sí mismas, en las últimas décadas han tenido sus altibajos, en parte debido al cierre de representaciones diplomáticas húngaras, por ejemplo, en Colombia, Perú, Uruguay. No obstante, y a pesar de ésto, Hungría mantiene buenas relaciones con América Latina y el Caribe gracias al clima político existente entre ellos, a los asuntos comunes que atañen a ambas partes, a su participación en diferentes foros internacionales y, no menos importante, a la existencia de una relativa gran comunidad húngara en Argentina, Brasil y Venezuela, entre otros. Durante un largo periodo de su historia reciente, Hungría mantuvo una activa relación con Cuba cuando ambos compartían

sistemas políticos semejantes. No obstante las buenas relaciones políticas, diplomáticas y culturales, las actividades económicas entre Hungría y América Latina y el Caribe han sido siempre muy modestas.

En el siguiente ensayo analizaremos la política de Hungría hacia América Latina y el Caribe tomando como punto de partida las siguientes cuestiones:

1) en un contexto global, el lugar de América Latina y el Caribe en la política exterior de Hungría;
2) los países, o grupos de países en los cuales se concentran más estas relaciones;
3) las directrices, los instrumentos y los sujetos de dichas relaciones;
4) la participación de la Hungría comunitaria en la formación de la política exterior de la UE hacia América Latina y el Caribe.

Desde el punto de vista cronológico, el periodo a tratar parte desde:

1) las relaciones de la República Popular de Hungría durante las cuales el elemento ideológico-político tenía predominancia y estas relaciones se enmarcaban más bien con Cuba;
2) las relaciones de Hungría con América Latina y el Caribe a partir de la década de los ochenta del siglo XX cuando la llamada Europa del Este y América Latina y el Caribe recorrían paralelamente sus transiciones a la democracia y unos años más tarde, durante la década de los noventa del siglo XX, ambas regiones competían por la atracción de capitales, principalmente europeos;
3) las relaciones de la nueva Hungría, esta vez ya como miembro de la UE.

Las relaciones y la política de la Hungría "popular" con América Latina y el Caribe

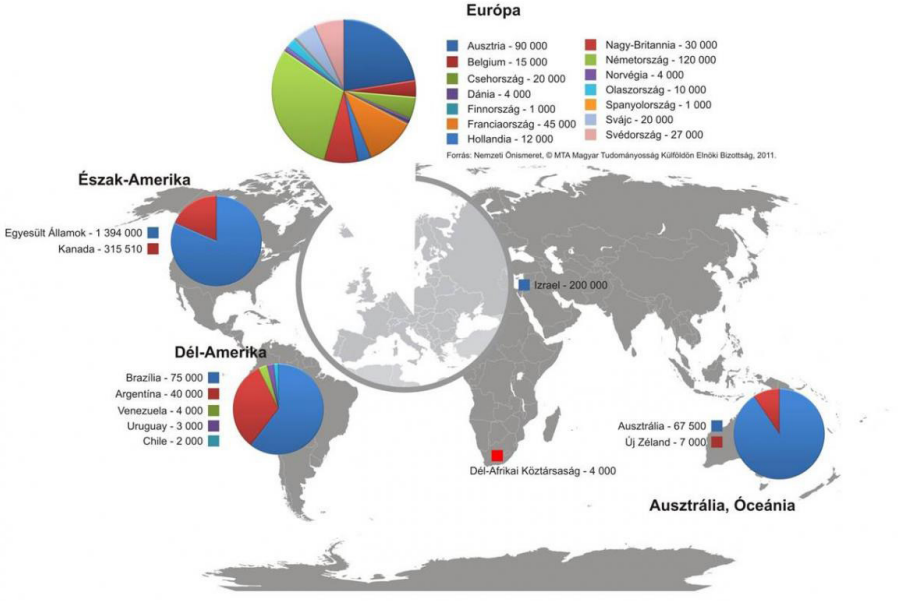
El siglo XX fue un siglo de mucha agitación para Hungría y, entre ello, sus relaciones con América Latina y el Caribe. Agitado, porque el inicio de este siglo marcaría para siempre la política exterior de país.

Hungría, como miembro del Imperio Austro-Húngaro participó en la I Guerra Mundial como parte de las llamadas Potencias centrales, perdiendo la guerra y con ella más de una tercera parte de su territorio y la mitad de su población,[1] hechos que la han marcado hasta el día de hoy ya que uno de los pilares de la política exterior húngara es su relación con los húngaros que viven fuera del país (menos de tres

millones repartidos, principalmente, en los países vecinos: Rumania, Serbia, Croacia, Eslovenia, Austria, Eslovaquia y Ucrania).

El intento por recuperar esos territorios perdidos por el Tratado de Trianon de 1920 influiría en gran medida en la participación de Hungría al lado de las Potencias del Eje (Alemania, Italia, Japón) durante la II Guerra Mundial. Los resultados los conocemos. Hungría, de nuevo, se encuentra en el bando de los perdedores, es ocupada por el Ejército Rojo y bajo su presencia se constituye la República Popular de Hungría.

Figura 1. La diáspora húngara.



Fuente: Disponible en https://www.korosiprogram.hu/diaszpora. Aceso en 15 set. 2019.

Naturalmente, estas relaciones de Hungría con América Latina y el Caribe a partir de la segunda mitad del siglo XX no son unilaterales. Entonces se inicia la Guerra Fría y tanto Hungría como la mayor parte de América Latina y el Caribe pasan a formar parte de la política de alianzas político-militares que caractarizaron este periodo, tal cual objetos que fueron de esta política. A saber, Hungría pasa a formar parte del Pacto de Varsovia dirigido por la entonces Unión Soviética, mientras que América Latina y el Caribe pasa a alinearse tras los EE UU, principalmente después de la

firma del Tratado de Río como organismo de carácter político-militar. Estos nuevos cambios en las relaciones internacionales influirán de gran manera en las relaciones de Hungría con los países de la región.

Los pilares de la política exterior de la República Popular de Hungría eran similares a los de todo el bloque comunista, entre cuyos principios destacaban la solidaridad con los pueblos por su liberación, la lucha contra el colonialismo y el neocolonialismo, la autodeterminación de los pueblos, etc. Dentro de este contexto de política exterior se enmarcaban las relaciones de la Hungría de entonces con Cuba tras la revolución en el país caribeño. Pero a pesar de la afinidad política de sus regímenes, estas relaciones no estuvieron exentas de contradicciones. Un buen ejemplo de ello es el ensayo del catedrático húngaro Ádám Anderle "Cien años de guerra por Martí". Al respecto escribe: "A principios de la década de los 70, cuando los partidos comunistas de los países socialistas europeos de entonces vivían uno de los períodos de enemistad – y discusiones ideológicas regularmente repetidas – en cuanto a sus relaciones con Cuba, el Partido Socialista Obrero Húngaro (en adelante, PSOH), deseando comprender la esencia de los conflictos con los "camaradas" cubanos, encargó unas amplias investigaciones sobre Cuba". El material de estas investigaciones se publicó en una edición "cerrada" del Posh, en cuatro tomos. Una de las preguntas planteadas en este trabajo era: ¿Quién es José Martí, a quien los cubanos, entre ellos el mismo Fidel Castro, hacen referencia con tanta frecuencia? Las sospechas de los partidos comunistas europeos eran obvias: "¿Puede ser realmente "marxista-leninista" un partido comunista que alude a los pensamientos e ideas de la obra de José Martí con más intensidad y frecuencia que a los "clásicos" del marxismo-leninismo? En esta investigación de carácter colectivo, yo recibí la tarea de aportar informaciones sobre la obra política de Martí. [...] con esta tarea, para mí obligatoria, pudimos cerrar el período "infantil" de la crítica literaria húngara, utilizando la fórmula de Salvador Bueno, científico cubano que habló sobre Martí como "el Petőfi cubano", destacando su muerte heroica (sic) en el campo de batalla como motivo común de la vida de los dos poetas" (Anderle, 2005, p. 135-136). Para entender ésto hay que saber que en las antiguas democracias "populares" de la Europa del Este, el verdadero poder descansaba en los órganos y los dirigentes de los partidos comunistas.

En cuanto a las relaciones económicas entre la República Popular de Hungría y Cuba, éstas tuvieron su inicio unos meses antes del establecimiento de las relaciones

diplomáticas entre ambos países, establecidas en diciembre de 1960. Ya en septiembre de 1960, Cuba y Hungría suscribieron acuerdos en materia de comercio exterior, cooperación científico-técnica, etc. Hay que destacar que estas relaciones económicas no alcanzaron grandes niveles, incluso en 1972 cuando Cuba ingresa al Consejo de Ayuda Mutua Económica (Came), la organización económica que dirigía las relaciones comerciales de los países comunistas y que perduró desde 1949 hasta 1991. El intercambio comercial era muy desigual: mientras Hungría exportaba maquinarias o medicamentos, Cuba lo hacía con azúcar, rubro que llegó a ocupar el 80% de sus exportaciones.

En este periodo hay un paréntisis a destacar: las relaciones de la República Popular de Hungría con Argentina. Las relaciones de Hungría con Argentina son una de las relaciones más antiguas del país con algún Estado latinoamericano. Estas relaciones se remontan ya a 1870 durante la Monarquía Austro-Húngara cuando fue firmado "el primer Tratado de Comercio, Amistad y Navegación" entre ambos países. Las relaciones de Argentina con la República Popular de Hungría se remontan a 1949, siendo éstas elevadas a nivel de representación diplomática en 1964. Naturalmente, y por motivos políticos, estas relaciones eran más de carácter económico y comercial que político-diplomático (Llairó; Siepe, 1977). De esta manera, Argentina vendía a Hungría algodón, cueros, lanas, etc., mientras que Hungría vendía a Argentina trenes Diessel-Ganz, material de telecomucaciones, etc. "En el período 1948-1952, hasta el convenio con la URSS (1958 – los autores), el comercio argentino-húngaro era el segundo en importancia con los países del área socialista, luego del comercio argentino-checoslovaco".[2] Todo ésto, según Gentile, debido a que "la doctrina de la Tercera Posición, elaborada por Juan Domingo Perón y vigente hasta 1955 sustentaba esta decisión de aproximarse al Este partiendo de intereses y valores claramente occidentales".[3]

La transición a la democracia: las relaciones de la nueva Hungría con América Latina y el Caribe

A partir de la década de los ochenta del siglo XX se da un cambio político en ambas regiones, Europa Central y Oriental y América Latina y el Caribe: el paso de la dictadura a la democracia. En el caso de la llamada "Europa del Este", este cambio significó también una profunda transformación económica, puesto que había que

hacer grandes reformas en la estructura de la economía de estos países. Y estos cambios influyeron notablemente en las relaciones y la política de Hungría hacia América Latina y el Caribe.

En este periodo surge también en América Latina y el Caribe la cuestión de cómo iban a influir los cambios político-económicos ocurridos en Europa Central y Oriental en las relaciones de los primeros con la Unión Europea. Se cuestionaba, principalmente, los efectos de la amplicación de la Unión Europea hacia el Este en las relaciones euro-latinoamericanas. Desde el punto de vista económico y comercial ésto daba inicio a una competencia por la captación de inversiones y capitales.

Muchos han sido los foros en los que se debatió esta cuestión, asimismo como lo publicado al respecto en su momento.[4] La cuestión principal giraba en torno al papel de América Latina y el Caribe en la recepción de capitales e inversiones europeas, así como su rol en una Europa ampliada a 27 miembros: "América Latina, pola súa banda, inmersa tamén nun proceso de reestruturación económica, de privatizacións e apertura de mercados, percibía como competidores directos aos países do leste tanto nas exportacións cara á UE como na atracción dos investimentos estranxeiros directos. En canto ao comercio entre ambas áreas, a estrutura das exportacións latinoamericanas a Europa do Leste se concentraba nalgúns poucos produtos, case todos agrícolas básicos e minerais, a diferenza das importacións dende esa zoa, que eran moito máis diversificadas" – escribe María Elisa Gentile (2007, p. 83).

A partir de la década de los noventa del siglo XX, Hungría mantiene sus relaciones diplomáticas, políticas económicas y culturales con países latinoamericanos y caribeños, aunque "en los últimos año se le prestara una relativa poca atención. [...] Nuestras relaciones políticas están exentas de problemas, pero son de una intensidad baja" – explica el documento del Ministerio de Relaciones Exteriores de Hungría *Las relaciones de Hungría con los países de América Latina*,[5] a pesar de reconocer la importancia que reviste América Latina y el Caribe para la Unión Europea.

La entonces poca intensidad de la política húngara hacia América Latina y el Caribe se explica en los tres pilares que movían a la nueva Hungría democrática en materia de política exterior: 1) su interés por ingresar en la OTAN, objetivo logrado en 1999, 2) su interés de adhesión a la Unión Europea, también alcanzado en 2004 y 3) las relaciones con la hungaridad fuera del territorio húngaro, la diáspora húngara, pero limitadas estas relaciones a los países vecinos. Esos eran los puntos de política

exterior a lograr, en detrimento de otros, por ejemplo, las relaciones con América Latina y el Caribe en donde existe una amplia colonia húngara en países como Argentina, Brasil, Uruguay, Venezuela (cerca de 130,000 en América del Sur).[6]

En estas nuevas relaciones de Hungría con América Latina y el Caribe, Argentina, Brasil y México juegan el papel de socios principales.

Las visitas de altos representantes gubernamentales contribuyeron a profundizar las relaciones políticas y diplomáticas. En julio de 1992, la visita de Carlos Salinas de Gortari a Hungría lo convirtió en el primer mandatario mexicano que visitaba oficialmente el país. Por su parte, el primer presidente de la nueva Hungría, Árpád Göncz realizó en 1997 una gira por cuatro países de América Latina, Argentina, Brasil, México y Paraguay. En México sería su anfitrión el presidente Zedillo. Fernando Henrique Cardoso realizó una visita no oficial a Hungría en 1994. Por su parte, el entonces presidente chileno, Ricardo Lagos Escobar, realizó una visita oficial a Hungría en el 2002. Además de estos representantes gubernamentales, la visita de ministros y secretarios de Estado de ambas áreas ha sido constante y activa.

En el plano económico hubo también una gran mejora. Durante la década de los noventa del siglo XX, el intercambio comercial húngaro-latinoamericano disminuyó considerablemente, reactivándose poco a poco hasta llegar a mantenerse en unos 500-600 millones de dólares. Para el 2007 alcanzó la suma de los 689,9 millones de dólares, con una balanza favorable a Hungría (413,4 millones de dólares de exportación frente a los 276,5 millones de importación). En esta nueva situación predominó el papel de México y Brasil. El primero con un intercambio comercial de 323,1 millones de dólares (2007) y el segundo con 222,8 millones de dólares (2007). Ambos copaban, prácticamente, el comercio de Hungría con América Latina y el Caribe. En un modesto lugar medio se encontraba Argentina con unos 43,4 millones de dólares (2007). Tras su ingreso a la Unión Europea, Hungría tuvo que derogar acuerdos comerciales con 18 países latinoamericanos.

En este nuevo periodo de las relaciones húngaro-latinoamericanas la cooperación científico-técnica entre ellos disminuyó también debido a la falta de recursos. En igual situación se encontraban los intercambios culturales. Sin embargo, las relaciones húngaro-húngaro[7] tuvieron un gran paso cualitativo. Nos referimos a las nuevas relaciones de Hungría con la diáspora húngara en América Latina. Antes del cambio de sistema, estas relaciones eran lejanas y, unas que otras veces, de tirantez, lo

que era comprensible, tomando en consideración que una gran parte de esa diáspora húngara había emigrado del país, principalmente, después de la II Guerra Mundial. Muchos de ellos no se sentían (ni querían ser) representados por el Gobierno de la República Popular de Hungría. Con el establecimiento de la democracia, estas relaciones alcanzaron un nivel estable de entendimiento y cooperación.

No obstante, y como habíamos adelantado con anterioridad, debido a planes de austeridad, las representaciones diplomáticas y consulares húngaras en América Latina fueron reducidas notablemente. Las embajadas húngaras en Bogotá y Lima fueron cerradas, limitándose entonces a las embajadas en Brasilia, Buenos Aires, La Habana, Ciudad de México y Santiago de Chile, más un Consulado General en Sao Paulo. A partir de 2006 se estableció en Caracas la Oficina Regional de los Diplomáticos de la República de Hungría. Ante esta situación, el Ministerio de Relaciones Exteriores de Hungría impulsó la institución de Consulados Honorarios, existiendo entonces en 15 países de la región 27 cónsules honorarios de Hungría.

Las relaciones y la política de la Hungría comunitaria con América Latina

Tras su ingreso en la Unión Europea, en el 2004, Hungría empezó un nuevo proceso de relaciones y política exterior con América Latina y el Caribe, pero ya desde una perspectiva comunitaria, muy asimétrica, tal cual la expone Hugo Fanzio Vengoa (2006) en su ensayo *Unión Europea y América Latina: ¿Interacciones en lugar de relaciones?* Como país comunitario, Hungría tiene compromisos ante América Latina y el Caribe. De allí su participación en varios foros tales como las Cumbres Birregionales Unión Europea – América Latina y el Caribe.

Como miembro comunitario, Hungría ha participado en las cumbres birregionales UE-ALC a partir de la de 2004 en Guadalajara, México (2006 en Viena, 2008 en Lima, 2010 en Madrid, 2013 en Santiago de Chile, 2015 en Bruselas). Asimismo ha participado en los encuentros ministeriales entre la UE-Grupo de Río celebrado en el 2005 en Luxemburgo y en el 2007 en Santo Domingo, República Dominicana, entre otros.

Sin tener definida una política hacia América Latina, Hungría cumple los postulados de la política general de la UE hacia la región. De ello se hace eco la declaración húngara relativa a la cumbre birregional celebrada en Lima, Perú. En este documento

del Ministerio de Relaciones Exteriores de Hungría, además de contener los principios básicos que rigen las relaciones con América Latina y el Caribe, cuestiones globales como la lucha contra la pobreza, la desigualdad, el cambio climatológico y la cohesión social, la cuestión migratoria, etc., cuestiones a resolver de forma multilateral, reconoce el papel primordial que representa América Latina y el Caribe para la UE, primer inversor y segundo socio comercial. De forma particular acentuó la posibilidad brindada en Lima para el mantenimiento de contacto con los socios y colegas latinoamericanos, tomando en consideración la entonces futura presidencia de turno de la UE que dirigiría Hungría en el 2011.

Quizás la cuestión más delicada de la política exterior y las relaciones de la Hungría comunitaria con América Latina y el Caribe ha sido el caso de Cuba, país que Hungría no considera de primer orden en sus relaciones exteriores. En el caso de Cuba, como en cualquier otro caso de política exterior, el talón de Aquiles de la Unión Europea ha sido siempre la de mostrar esa diversidad de posiciones: desde las negociadoras hasta las radicales. Y para Hungría estas relaciones tienen un carácter especial y muy delicado. No hay que olvidar que unas décadas atrás formaban parte del mismo campo político, económico e ideológico.

Uno de los de mayor tensión fue cuando el Gobierno húngaro decidió acoger a 29 cubanos que estaban ubicados en Guantánamo en agosto del 2007. Este acto provocó una fuerte repulsa del Gobierno cubano en términos incluso no muy diplomáticos a lo cual el Gobierno húngaro respondió con una declaración, el 23 de agosto de 2007, de que "La política de Hungría respecto Cuba se desarrolla en armonía con la planteada por la Unión Europea [...] Parte de esta política es la de animar los procesos democráticos en Cuba [y que el Gobierno húngaro] mantendrá el diálogo bilateral con el gobierno de Cuba".[8] De igual manera se han deteriorado las relaciones económicas y comerciales, alcanzando níveles mínimos durante el periodo 1998-2002, no llegando a alcanzar el millón de dólares para 2004.

Las relaciones húngaro-brasileiras[9]

Como hemos destacado más arriba, las relaciones de Hungría con Brasil son de las más intensas. Brasil acoge la mayor cantidad de la diáspora húngara[10] en toda la América Latina y el Caribe (unos 75,000 según el Programa Csoma Sándor, el organismo encargado de la diáspora húngara).[11]

En el 2017, Brasil y Hungría celebraron el 90 aniversario del establecimiento de relaciones diplomáticas.[12] En estas nuevas condiciones y dentro del marco de "la apertura al Sur" de la política exterior del actual Gobierno húngaro, las relaciones entre ambos países se han reforzado enormemente. Cabe destacar que además de la Embajada de Hungría en Brasilia, Hungría tiene un Consulado General en São Paulo y consulados honoríficos en Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Río de Janeiro y Salvador.

Las relaciones económicas de ambos países son estables, con un balance comercial de 430 millones de dólares (2018), suma no muy grande teniendo en cuenta el potencial económico de Brasil. Aún así, esta suma representa un gran desarrollo respecto a las relaciones comerciales entre ambos países. Para Hungría, Brasil es el principal socio comercial en América del Sur.

Según estadísticas, durante el periodo 2010-2015 Hungría importó más de lo que exportó a Brasil. Hungría compró maquinarias, manufacturas.

Es importante destacar que entre 2010-2014 en Hungría no había prácticamente inversión de capitales. Por su parte, la inversión de capitales húngaros ascendía a unos 173 millones de euros (2014). Para 2013 funcionaban en Hungría unas 18 empresas brasileiras que contaban con unos 437 trabajadores. El mayor aumento económico entre ambos países lo representó para la época aquí tratada el turismo.[13]

Con miras a una mayor profundización de las relaciones económicas se creó la Comisión Mixta Económica Brasil-Hungría cuyo primera sesión tuvo lugar en octubre pasado (2019) durante la visita a Hungría que hiciera el ministro de RR EE de Brasil Ernesto Araújo. Hungría quiere ampliar las relaciones con Brasil a nivel bilateral y multilateral en el marco de la UE. De allí que Budapest celebrara el acuerdo alcanzado entre la UE y Mercosur. Por otro lado, Hungría prometió el apoyo a Brasil para que éste formara parte de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).

Desde el punto de vista cultural, académico, universitario, un gran aporte vino a representar el malogrado proyecto brasileiro "Ciencias sin Fronteras" iniciado en el 2011 bajo el Gobierno de Dilma Rousseff y eliminado en el 2016 bajo el Gobierno de Michel Temer. Según este proyecto, Brasil financiaba los estudios universitarios (Grado, Maestría, Doctorado) a unos 12,000 estudiantes en el extranjero. Unos 2,300 estudiantes brasileiros estudiaron en Hungría durante 2012-2015 y dentro

del programa "Ciencias sin Fronteras". De ellos, unos 800 estudiantes brasileiros cursaron estudios en la Universidad Técnica de Budapest. A partir de 2016 y dentro del marco de la "apertura hacia el Sur", el Gobierno húngaro estableció el programa *Stipendium Hungaricum* en el cual muchos estudiantes brasileiros gozan de una beca completa (matrícula gratis, alojamiento, estipendio y seguro social) y cursaron/cursan estudios en diferentes universidades húngaras. La mayor ilustración de esta relación académica, universitaria es la visita a Hungría que hicieron los representantes de 46 universidades brasileiras de la Brazilian Association of Rectors of State and Municipal Universities (Abruem) en junio de 2018.[14]

Un interesante ejemplo de esta colaboración académica lo representa el Lectorado de Lengua y Cultura Húngaras del Departamento de Lengua Orientais de la Universidad de São Paulo (USP). Este proyecto, financiado por la Fundação Pallas Athéné Domus Animae (Hungría) y por el Colégio dos Reitores Hungaros, y coordinado por la Universidad de Pécs, se ocupa de la difusión de la lengua y la cultura húngaras dentro de un marco universtario.[15] En principio es un plan piloto con miras a establecerlo en otro(s) país(es) donde exista una comunidad húngara (Argentina, por ejemplo).

***

Tras un nuevo escenario de las relaciones internacionales marcado por el fin de la Guerra Fría y la globalización, las relaciones entre la Hungría democrática con América Latina y el Caribe inició un nuevo curso. Esta nueva situación se caracterizó también por los intentos de ambas partes en pos de los procesos integratorios: Hungría hacia la Unión Europea hasta ser miembro, América Latina y el Caribe con más opciones tales como Mercosur, la Comunidad Andina de Naciones (CAN), Caribbean Community (Caricom), Unasur, Celac etc.

Sin embargo, al principio y de nuevo, América Latina y el Caribe no representaba una zona de prioridad en la política exterior de Hungría, no existiendo entonces una política definida húngara hacia la región. Una prueba de ello era la más que tímida representación diplomática en la región. Pero el problema no era sólo de Hungría, era un problema comunitario.

"A nadie se le oculta que para la Europa ampliada Latinoamérica no es un socio privilegiado. Solo un grupo de países de la 'vieja Europa' comunitaria mantiene

vínculos relevantes, pero su atención no es constante, como la ausencia de los primeros ministros británico e italiano y el presidente francés en este encuentro puso de manifiesto (Cumbre de Lima de 2008 – D.L.). En una Europa ensimismada tratando de digerir su ensanchamiento continuado y de reconducir una reforma institucional descarrilada, la asociación estratégica con América Latina y el Caribe queda en segundo o tercer plano."[16] Es difícil no estar de acuerdo con esta opinión de Anna Ayuso, coordinadora del Programa América Latina de la Fundación Cidob. O con la de Wolf Grabendorff cuando opina que "será necesario armonizar los intereses europeos" (Grabendorff, 2007, p. 39). Y en esta cuestión habrá que motivar a aquellos socios comunitarios como Hungría, que no sólo están lejos de América Latina y el Caribe, sino que así lo sienten también. La reapertura de embajadas húngaras en Bogotá, Quito, Lima, Santiago de Chile junto con las de Ciudad de México, La Habana, Brasilia y Buenos Aires dan las esperanzas de un gran giro en la política de Hungría hacia América Latina y el Caribe.

Notas

1 Desde una perspectiva comparada sobre la pérdida de territorio en la historia de México y Hungría véase Sánchez Andrés; Lilón (2008, p. 253-267).
2 GENTILE, María Elisa. *Argentina y Hungría: del mundo bipolar a los bloques regionales*, p. 2. Disponible en http://www.caeeco.com.ar/ensayos/arghunGentile.pdf. Aceso en 15 set. 2019.
3 *Ibidem*.
4 Cepal (2003; 2004); Ahijado Quintillán; Osuna Guerrero (1999a; 1999b); Duran Lima; Raúl Maldonado (2003)*;* Gill (1990); Risi (1998).
5 Disponible en http://www.kulugyminiszterium.hu.
6 Disponible en https://www.korosiprogram.hu/diaszpora. Aceso en 15 set. 2019.
7 Las relaciones húngaro-húngaro hace alusión a las relaciones de los gobiernos de Budapest respecto a las minorías húngaras en los países vecinos. En muchos de ellos, miembros u organizaciones de estas minorías están/han estado presente en varios gobiernos, por ejemplo, en Eslovaquia o Rumania.
8 Disponible en http://www.kulugyminiszterium.hu/kum/hu/bal/Aktualis/Szovivoi_nyilatkozatok/070823_kubai_biralatok.htm.
9 Sobre el tema, entre otros, Ferenc (2016).
10 El tema de la diáspora húngara en Brasil es uno de los temas más investigado y desarrollado en Hungría. Ha sido tema de investigación de tesinas de Licenciatura/Grado, Maestría y Doctorado, logrando los investigadores del tema desarrollar estancias de investigación en Brasil y pudiendo de esa forma hacer uso de fuentes húngaras y brasileiras. Para ello han contado con muchas fuentes de gran valor como los escritos de Lajos Boglár (1890-1945), autor de la obra *Magyar világ Brazili ában* (*El mundo húngaro en Brasil*), los de su hijo, el antropólogo Lajos Boglár (1929-2004), nacido en São Paulo y autor de una extensa obra, o las de Gábor Molnár (1908-1980), cazador, aventurero, escritor, autor de varias obras sobre su estancia en Brasil (1930-1932).
11 Disponible en https://www.korosiprogram.hu/diaszpora. Aceso en 15 set. 2019.
12 Disponible en http://www.itamaraty.gov.br/es/notas-a-la-prensa/17891-declaracion-conjunta-con-ocasion-de-los-90-anos-del-establecimiento-de-las-relaciones-diplomaticas-entre-brasil-y-hungria. Aceso en 15 set. 2019.

13 Disponible en http://www.ksh.hu/docs/hun/xftp/stattukor/mo_br_kapcs.pdf. Aceso en 15 set. 2019.
14 Disponible en https://www.bme.hu/hirek/20181002/Tovabb_erosodott_a_magyar_es_a_brazil_felsooktatas_egyuttmukodese. Aceso en 15 set. 2019.
15 Disponible en http://www.letrasorientais.fflch.usp.br/hungaro.
16 Anna AYUSO, Tras la cumbre de Lima ¿hacia donde camina la asociación estratégica entre la UE y América Latina?
http://www.cidob.org/es/publicaciones/opinion/america_latina/tras_la_cumbre_de_lima_hacia_donde_camina_la_asociacion_estrategica_entre_la_ue_y_america_latina. Aceso en 15 set. 2019.

Referencias bibliográficas

AHIJADO QUINTILLÁN, Manuel; OSUNA GUERRERO Rubén. *Unión Económica Y Monetaria Europea. La Ampliación Al Este I. Teoría De La Transición, Hechos Estilizados Y El Punto de Vista Comunitario*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999.

_____; _____. *Unión Económica Y Monetaria Europea. La Ampliación Al Este II. Europa Central Y Oriental, Países Bálticos, Chipre Y Turquía*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999b.

ANDERLE, Ádám. *Cien años de guerra por Martí. Modernización e identidad en América Latina*. Szeged, 2005.

AYUSO, Anna. *Tras la cumbre de Lima ¿hacia donde camina la asociación estratégica entre la UE y América Latina?* Disponible en http://www.cidob.org/es/publicaciones/opinion/america_latina/tras_la_cumbre_de_lima_hacia_donde_camina_la_asociacion_estrategica_entre_la_ue_y_america_latina.

CEPAL. *América Latina en la agenda de transformaciones estructurales de la Unión Europea.* División de Comercio Internacional y Financiamiento para el Desarrollo, Santiago de Chile, julio de 1999.

COMISION EUROPEA. *La Unión Europea, América Latina y el Caribe: una asociación estratégica,* Comunidades Europeas, Bélgica, 2004.

DURAN LIMA, José; MALDONADO, Raúl. *La ampliación de la Unión Europea hacia los países de Europa central y oriental: una evaluación preliminar del impacto para América Latina y el Caribe.* CEPAL, Santiago de Chile, deciembre de 2003.

FANZIO VENGOA, Hugo. *Unión Europea y América Latina: ¿Interacciones en lugar de relaciones?* OBREAL/EULARO specialist papers, Bogotá, 2006.

GENTILE, María Elisa. A Europa dos 27 e as súas implicacións para América Latina. *Tempo Exterior,* n. 14 (segunda época) – xaneiro/xuño 2007.

_____. *Argentina y Hungría: del mundo bipolar a los bloques regionales*, p. 2. Disponible en http://www.caeeco.com.ar/ensayos/arghunGentile.pdf . Aceso en 9 enero 2008.

GILL, Henry. Las implicancias económicas para América Latina y el Caribe de los cambios en Europa oriental. *Revista Capítulos del SELA*, n. 24, enero/marzo de 1990, Caracas, 1990. Disponible en http://www.kulugyminiszterium.hu y http://www.kulugyminiszterium.hu/kum/hu/bal/Aktualis/Szovivoi_nyilatkozatok/070823_kubai_biralatok.htm.

GRABENDORFF, Wolf. América Latina hacia 2020. Escenarios posibles y el papel de Alemania en la región. *Nueva Sociedad,* n. 210, julio-agosto de 2007.

LLAIRÓ, Montserrat; SIEPE, Raimundo. *Perón y las relaciones económicas con el Este 1946-1955*. Editores de América Latina, 1997.

PÁL, Ferenc (szerk.). *Hidak és áthallások. Tanulmányok a brazil-magyar kapcsolatok köréből (Puentes y diafonía. Ensayos sobre las relaciones húngaro-brasileiras)*. ELTE Eötvös, Budapest, 2016.

RISI, Marcelo. América Latina y Europa del Este: ¿Competidores por la simpatía de Europa occidental?*, Revista Desarrollo y Cooperación*, D y C, n. 2, marzo/abril 1998.

SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín; LILÓN, Domingo. Las pérdidas de territorio en México y Hungría: un estudio histórico comparado. *Iberoamericana Quinqueecclesiensis 6*, Pécs, Centro Iberoamericano, 2008, p. 253-267.

THÉESZ, Margarita. Estudio comparativo de los húngaros en México y Argentina. *Iberoamericana Quinqueecclesiensis 6*, Pécs, Centro Iberoamericano, 2008, p. 133-220.

CAPÍTULO 13

Novas aproximações do erro e do *transfer* negativo através de métodos da intercompreensão e do *language coaching* na aula de Língua Portuguesa.
Fundamentação teórica de uma investigação a longo prazo

Evelin Gabriella Hargitai
Universidade de Pécs, Instituto Camões

Neste capítulo encontram-se os pilares teórico-práticos que sustentam uma investigação a longo prazo (5 anos) no âmbito do ensino da Língua Portuguesa como língua estrangeira no ensino superior. O português é, muito frequentemente, a segunda ou terceira língua estrangeira no currículo dos alunos no contexto analisado, portanto os aprendentes já começam os seus estudos com uma série de experiências positivas ou negativas. Devido às tradições do ensino escolar em vários países, uma grande parte dos alunos tem receio do erro ou do *transfer* negativo e, sobretudo por causa da semelhança entre as línguas românicas, esses podem ocorrer frequentemente. A presente investigação analisa dois recursos da facilitação da aprendizagem da Língua Portuguesa que possam dar respostas ao tratamento dos erros na aula.

A investigação baseia-se nas frases de uma comunicação da União Europeia que podem ser aplicadas ao contexto universal:

> A aprendizagem das línguas é muitas vezes considerada uma disciplina difícil e um importante factor de insucesso escolar. É necessário tomar medidas para motivar os alunos e adaptar os métodos pedagógicos às suas necessidades. Importa explorar o valor do conhecimento passivo das línguas e desenvolver métodos adequados de aprendizagem das línguas, que garantam uma compreensão e uma comunicação básica entre as diferentes línguas.[1]

Objetivos e microcontexto

O presente estudo aborda dois métodos que, pela primeira vista, parecem muito diferentes: o *language coaching* e a chamada intercompreensão enquanto método didático. O comum entre os dois recursos é que ambos focam na facilitação da aprendizagem do aluno, na utilização dos conhecimentos prévios dele e na reflexão contínua durante o processo do ensino/aprendizagem. Por outras palavras, ambos os métodos fornecem uma fundamentação psicológica ao tema do ensino de línguas estrangeiras. A importância e a novidade dessa abordagem consistem na aproximação facilitadora da aprendizagem.

Os resultados da presente análise baseiam-se na observação da prática própria enquanto docente de Língua Portuguesa. Esta prática consiste sobretudo no ensino de alunos hispano- e italofalantes (de espanhol e italiano como língua estrangeira) no âmbito de cursos de língua portuguesa. Devido ao caráter opcional das disciplinas ensinadas por mim, vários alunos frequentam-nas com a motivação de começar de novo o contacto com uma língua estrangeira e tentar mais uma vez a aprendizagem. Por esses motivos, é preciso contar com vários tipos da angústia por parte dos aprendentes. Por outro lado, para vários, é a última oportunidade de obter um diploma de língua (necessária para obter o diploma universitário). Assim, a pressa pode causar-lhes stress. Assim, a tarefa do docente não é "apenas" o ensino, mas também a busca das fontes de motivação e de apoios neste processo cheio de desafios.

Macrocontexto da aprendizagem de línguas

As instituições de ensino (quer pertençam ao ensino básico, médio ou superior), através dos seus discursos institucionais, sustentam visões do mundo ligadas ao poder e à norma em hegemonia e essas perspetivas são transmitidas aos alunos/estudantes, na maior parte, em formas linguísticas. "Aprende-se" nas aulas o que é considerado normal, natural, geral e assim se constituem cidadãos. Portanto, a educação pode dar um contributo significativo à seleção (classificação) dos membros da sociedade e manter a desigualdade entre cidadãos, com base na norma construída pela mesma sociedade (Breen, 1999, p. 49).

Como é que a aula de língua, como tal, pode contribuir para a transmissão de valores? Dado que os tópicos das aulas de língua são estritamente relacionados com a vida quotidiana, além das relações interpessoais na sala de aula, os conteúdos podem

transmitir uma visão sobre um mundo ideal aos alunos. Além disso, dominar línguas estrangeiras é considerado uma vantagem do ponto de vista da cultura e das competências (cognitivas e sociais) da pessoa. Ou seja, apenas no caso das línguas mundiais e/ou predominantes, dado que as línguas são iguais apenas virtualmente. É quase um lugar comum que hoje em dia o plurilinguismo é imperioso. Na época da globalização, as fronteiras linguísticas não separam as pessoas e as culturas, e as políticas económicas têm tido cada vez mais relações com políticas linguísticas. Contudo, é preciso ter em consideração os valores diferentes das línguas no mercado linguístico simbólico.

> Other languages are necessary if we want an open global society. Languages are windows to other cultures and traditions, which in turn help us look at our own cultures with a more critical eye. The only use of English will turn other languages into provincial languages without influence and they will run the risk of becoming irrelevant. (Frath, 2010, p. 290-295)

Tove Skutnabb-Kangas, autor de várias obras fundamentais da sociolinguística, chama a atenção para o facto de a política e o ensino favorecerem o chamado bilinguismo de elite (em que uma pessoa aprende uma língua estrangeira voluntariamente, porque precisa dela para atingir uma posição social mais alta) enquanto o bilinguismo popular (desenvolvido em circunstâncias naturais de contacto linguístico, muitas vezes por causa de forças externas) se considera problema (Skutnabb-Kangas 1981, p. 97). Assim, a hierarquia das línguas mundiais, "grandes", "devoradoras" e as línguas minoritárias ou regionais é cada vez mais acentuada. As respostas, por sua vez, são muito variadas.

> Policy responses to multilingualism lie between two ends of a continuum of attitudes and approaches: on the one hand policy for the reduction of diversity [isto é, o uso de uma língua franca, nota da autora], on the other the promotion and maintenance of diversity. (Calvet, 1974; 2000)

A educação também estabiliza ou conserva este estado, porque favorece as línguas "grandes" (naturalmente, este grupo, em parte, varia-se conforme as tradições do país concreto). É preciso admitir que as línguas estrangeiras ensinadas nas escolas

podem/devem ser línguas "grandes", por motivos óbvios. Mas é útil refletir também no facto de que essas línguas não são apenas ensinadas/aprendidas por livre escolha, mas por forças/razões económicas também.

Assim, na época pós-moderna, os valores sociais e económicos penetram a aula de língua. O futuro contributo (económico) do jovem aluno para a sociedade (do bem-estar) é um critério-chave da escolarização eficaz (Breen, 1999, p. 54). Portanto, boa parte dos alunos estuda para poder ter acesso ao ensino técnico ou superior e obter um emprego bem remunerado e/ou considerado útil para a sociedade. A aprendizagem das línguas estrangeiras também (entre outras motivações mais pessoais) serve esse propósito. Boa metáfora do fenómeno é que, ao acesso do ensino superior, é preciso possuir algum comprovativo das competências linguísticas (por exemplo certificado de exame de língua), enquanto a maior parte das empresas, sobretudo as multinacionais, requer competências na prática.

Por todos os motivos acima descritos, a aprendizagem elite de línguas estrangeiras pode ser, além do prazer da descoberta de uma língua e cultura estrangeira, fonte de angústias também.

Motivação/facilitação na aula de língua

Nos finais do século XX e no início do século XXI, a sala de aula torna-se um espaço em que os conhecimentos de língua não são apenas acessíveis através do professor/docente. Diferentes recursos e materiais estão disponíveis para os alunos que tendem a descobrir estes com cada vez mais facilidade (Breen, 1999, p. 54-55). Esse fenómeno tem muitas vantagens, mas tem desvantagens ao mesmo tempo. Enquanto o docente é a (quase) única fonte dos conhecimentos, o aluno pode decidir muito facilmente (quase de uma forma binária) se os seus conhecimentos são suficientes/bons/corretos ou não (com base na nota obtida ou pela reação – elogio ou correção – por parte do professor). O novo sistema, em que os alunos obtêm informações linguísticas, bem como *feedback* sobre os conhecimentos, de todas as fontes, pode causar muita incerteza, muitas dúvidas, assim, angústia e conflitos internos também. Por isso, o docente tem um papel crucial na facilitação e na orientação dos alunos.

Assim, a sala de aula já é espaço de várias atividades cognitivas e psíquicas (Breen, 1999, p. 55), como:

- experimentação
- descobrimento de outras identidades
- reflexão
- brincar, jogo
- questionamento
- escolha
- reinvenção
- crítica
- negociação
- participação em novos discursos
- descoberta de novas tecnologias
- aceitação de incertezas
- descoberta de culturas locais e distantes
- tratamento de ambiguidades

O papel do docente na motivação do aluno

Tradicionalmente, a função do professor durante o processo do ensino/aprendizagem é a avaliação dos conhecimentos do aluno. Ou seja, do grau de aprendizagem do material ensinado nas aulas. Assim, o docente trona-se um juiz ou árbitro. Ele decide se os conhecimentos são corretos ou errados e avalia isso com uma nota numa escala de 4, 5, 10 – dependendo do país e das tradições escolares. O que é mais importante é que classifica (estigmatiza?) os alunos com as noções de *correto*, *errado*, *bom*, *mau* (Breen, 1999, p. 56).

Segundo uma visão mais moderna do processo de ensino/aprendizagem, o docente é um comentador de todas as manifestações verbais e não verbais dos alunos, bem como um *manager* do processo de aprendizagem. Ele acompanha os alunos, e em vez de usar dicotomias como bom-mau, analisa as produções deles. Quando dá incentivo, o professor transforma as emoções dos alunos em motivação para obter conhecimento.[2]

De acordo com Ellis (1997), a motivação da aprendizagem de uma língua estrangeira pode ter várias fontes, e assim é classificada como motivação instrumental, integrada, resultativa e intrínseca. A motivação instrumental incentiva a pessoa a ter sucesso (passar em exames, conseguir um bom emprego, obter uma bolsa de estudos

etc.). A motivação integrada busca domínio sobre a cultura, e problemas da realidade e da vida dos falantes da língua-alvo. A motivação resultativa é pela qual o bom resultado do esforço do aluno o impulsiona a atingir mais. A motivação intrínseca vem da personalidade do indivíduo: ele, quase automaticamente, faz tudo para o sucesso.

Várias vezes, o insucesso escolar do aluno não se deve a algum obstáculo mental ou cognitiva dele, mas à falta de motivação (intrínseca). Para incentivar o aluno, o docente deve usar métodos flexíveis e reagir de maneiras variadas à complexidade das necessidades dos alunos. Deste ponto de vista, o professor é o treinador ou *manager* do aluno. Esta ótica do ensino manifestou-se numa área nova de investigação e metodologia, que se chama *coaching* instrucional ou, especificamente para a aula de língua, *coaching*[3] linguístico [*language coaching*] (Baker; Showers, 1984). *Coaching* é "um processo de desenvolvimento humano que envolve uma interação estruturada e focalizada, bem como o uso de técnicas, ferramentas e estratégias apropriadas para promover mudanças desejáveis e sustentáveis para o benefício do *coachee*/pessoa que passa pelo processo de *coaching*" (Cox; Bachkirova; Clutterbuck apud Garcia da Cunha, 2014, p. 54). Isto é, *coaching* tem duas dimensões fundamentais: o diálogo e o método de facilitar *coachee*. O objetivo do *coaching* não é a transmissão de algum conteúdo, mas acompanhar o *coachee* no caminho do desenvolvimento a fim de que ele atinja os seus objetivos. Normalmente, o *coach* usa perguntas e simulações de situações, bem como visualização dos planos e dos obstáculos da pessoa. O *coach* nunca dá conselhos, "apenas" ajuda o *coachee* a atingir os seus objetivos.

O docente como *coach*

Como é que o professor pode ser *coach* no processo do ensino-aprendizagem? Naturalmente, não pode ter o papel de *coach* durante todo o processo, porque deve manter o papel original ou tradicional de transmitir conhecimentos e avaliá-los. Contudo, na sua tarefa de facilitador, deve ajudar os alunos a atingirem os seus objetivos. E para esse fim, *coaching* é um método ideal. O docente de língua poderá aprender os métodos do *coaching* linguístico [*language coaching*] breve e facilmente.

O *coaching* é um método ideal de gestão que mostra os caminhos de uma orientação mais eficaz dos alunos, permitindo explorar as suas potencialidades individuais (Garcia da Cunha, 2014, p. 56).

Comparando as diferentes funções:[4]

Docente de língua	***Coach* de língua**
transmite conhecimentos e informações	transmite conhecimentos e informações, adaptando-os ao nível do aluno
dá instruções sobre o modo de resolver algum exercício ou alguma tarefa	facilita o desenvolvimento de ideias sobre o modo de resolver algum exercício ou alguma tarefa
avalia a aprendizagem	avalia o processo de aprendizagem, reflete nas dificuldades do processo
a aprendizagem é baseada em manuais	a aprendizagem é baseada em interações
prioridade: resultado	prioridade: motivaçao
estatuto do docente: superior	estatuto do docente: igual, facilitador
foco: no material	foco: nas necessidades do aluno

Vê-se que as duas funções do docente não se excluem uma a outra: ele pode mudar de papel segundo os requisitos da situação.

Coaching na aula de língua

O *coaching* na aula de língua consiste na facilitação de aprendizagem e a motivação do aluno a estabelecer objetivos e atingi-los, bem como na reflexão contínua por ambas as partes.

Em que dificuldades psíquicas (medo, angústia, stress) é que o *language coaching* pode ajudar o aluno?

- experiências prévias negativas com línguas estrangeiras
- stress causado por situações interpessoais na aula
- medo de falar em público (sobretudo em língua estrangeira)
- medo de ter erros (de vocabulário, pronúncia ou gramaticais)
- medo do *transfer* negativo
- medo de exercícios criativos (porque o aluno pensa que não é criativo)
- angústias e stress gerais ligados a situações e interações escolares

Como é que o *coaching* é usado nas aulas?

É preciso planejar todo o processo de ensino/aprendizagem. O docente deve avaliar a situação, descobrir os problemas dos alunos, os obstáculos da aprendizagem ou da produção e interação orais e/ou escritas, através de conversação ou testes e outras atividades de diagnóstico. No plano de ação, é preciso estabelecer as estratégias de ensino/*coaching* e priorizar os conteúdos e objetivos do desenvolvimento. Depois,

o docente deve escolher métodos adequados ao desenvolvimento visado e monitorar constantemente o processo, dando reflexões aos alunos. O professor deve criar um ambiente de aula facilitadora em que se aceitam (mas naturalmente, no ponto conveniente, se corrigem) todos os tipos de erros (Soares de Souza; Pavinato Caetano, 2001, p. 19-20).

Como Moretto (2003, p. 118) escreve, o professor deve conhecer as competências associadas ao papel do mediador do processo de aprendizagem. (...) Não basta saber matemática [ou outras disciplinas], esta condição é necessária mas não suficiente". Como mediador o professor "levará o aluno a elaborar novas representações e, possivelmente, modificar tanto suas concepções anteriores como a linguagem para exteriorizar os conceitos ressignificados".

Intercompreensão em serviço do *transfer* positivo

Como já referi, segundo os princípios tradicionais do ensino, o docente é "detentor de todo o saber" (Capucho, 2004, p. 106) e a principal função dele é a transmissão de conhecimentos e a avaliação. Por isso, o erro ou o *transfer* negativo não são aceitos numa aula de língua. Contudo, os alunos de línguas da mesma família podem experienciar diariamente o *transfer* negativo por causa de semelhança das línguas dominadas por ele. Isto é, no caso da aprendizagem escolar de línguas estrangeiras acontece que a semelhança de línguas causa interferências e, consequentemente, desmotivação aos alunos. Se esse não é tolerado e o professor considera como erro "normal", o aluno pode ter angústias. É por isso que seria necessário incluir os métodos da intercompreensão na formação de formadores. "A implementação deste tipo de práticas encontra ainda algumas reticências por parte dos educadores e professores, que, por desconhecimento ou falta de motivação, se recusam a sair da sua 'zona de conforto" (Simões, 2008).

O contacto das línguas é uma realidade multissecular (Weinreich, 1953) e, é sobretudo no caso das línguas românicas que a mútua inteligibilidade se aproveita nas estratégicas comunicativas do quotidiano (Chavagne, 2009, p. 255-262). As necessidades linguísticas surgidas nos contactos transfronteiriços não apenas podem ser satisfeitas recorrendo ao bilinguismo ou ao uso de uma língua franca, mas também com o uso da língua própria (materna) dos interlocutores (Beerkens, 2010, p. 11). Esta prática existia já na Idade Média, na comunicação dos mosteiros em línguas

românicas recém-formadas (ainda próximas à variante oral, informal do latim vulgar tardio) (Teyssier, 2004). Mas esta proximidade (de diferentes graus) era aproveitada durante séculos por viajantes, comerciantes etc. (Blanche-Benveniste, 2008, p. 33-51). Até o surgimento dos Estados-Nação, esta era uma prática espontânea e natural,[5] e hoje em dia também se usa, de uma maneira automática, em várias situações informais, dado que possibilita uma comunicação eficaz e rápida no dia a dia (Vários, 2007, p. 16).

Como já referi, não só da proximidade linguística é que depende se uma língua B (melhor: um enunciado em língua B) é entendida pelo falante da língua A. Mas também das atitudes e ideologias linguísticas das pessoas em interação (Sallabank, 2010, p. 184-205). Essas, por sua vez, são provenientes de vários fatores socioeconómicos, culturais etc.

Por motivos linguísticos muito óbvios, as línguas românicas oferecem o melhor campo de estudo da intercompreensão. A intercompreensão como didática teve a sua origem na linguística contrastiva, mas mais tarde integrou-se no ensino das línguas e culturas e depois ramificou-se (Tavares; Ollivier, 2010, p. 5-7). É importante diferenciar a intercompreensão como capacidade ou fenómeno (1) natural, inerente e (2) adquirido (Bonvino, 2012). Também há quem diferencie o termo como (1) resultado de certas capacidades comunicativas, (2) estratégia discursiva e (3) competência (Capucho, 2004). É possível analisar a mútua inteligibilidade no caso de línguas pertencentes à mesma família e no caso de idiomas menos parecidas ou até não relacionadas um com o outro (Doyé, 2005; Bonvino, 2012; Zeevaert, 2007, p. 1).

Assim, a intercompreensão de línguas de origem comum pode (ou poderia) ser ensinada nas escolas e até poderia ser um recurso da minimização das angústias dos alunos perante o *transfer* negativo e o erro. A didatização da intercompreensão abre novos caminhos nos métodos do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e pode ser considerada da mesma forma uma área do *language coaching*, devido ao facto de também ser um método que aceita as características dos alunos e foca no reforço do lado positivo ("correto") das produções deles.

Intercompreensão em serviço da facilitação da aprendizagem

A compreensão mútua das línguas é um facto inerente na relação de duas (ou mais) línguas em questão. Isto é, tem sido considerado independente dos falantes ou da

situação concreta. Contudo, o grau da compreensão de uma língua estrangeira por parte de um falante não só depende da distância linguística entre a língua materna e a língua estrangeira, mas também é determinada por muitos fatores de natureza psíquica e social. Os alunos podem ter receio de usar uma língua mais conhecida por eles, porque podem considerá-la "cábula". Por isso, o docente tem o papel de facilitar a exploração da intercompreensão. Esta tem uma fundamentação psicológica (dado que se baseia nos conhecimentos prévios do utente) e valoriza as competências linguísticas maternas do falante (Doyé, 2005).

A intercompreensão tem importância cultural também, porque as línguas maternas se ligam a uma cultura (ou mais), enquanto as línguas francas, segundo ele, oferecem uma comunicação superficial, porque são tiradas do seu contexto cultural (Doyé, 2005). Filomena Capucho, uma das investigadoras mais importantes da intercompreensão como didática, também afirma que esta é "um instrumento eficaz na defesa da diversidade cultural e linguística". Tendo em conta todos os fatores acima mencionados, a intercompreensão pode ser uma alternativa válida (Capucho, 2010; Zeevaert, 2007) do uso da língua franca e da aprendizagem das línguas segundas e/ou estrangeiras. É preciso admitir que cada recurso comunicativo tem a sua importância e o seu lugar nas situações de contacto da humanidade, por isso é indispensável diferenciar entre as modalidades comunicativas e usar cada uma para o fim mais adequado.

O processo da ancoragem didática ainda não teve fim e a terminologia ou a definição do conceito também não são uniformes. Capucho resumiu todo o desenvolvimento da intercompreensão como área da didática das línguas:

> É, no entanto, no decorrer dos anos 90 que a noção se afirma no contexto da Didáctica das Línguas, frequentemente ligada ao desenvolvimento da investigação aplicada no quadro de Projectos de Cooperação Europeia. Assim, em 1991, inicia-se o projecto Eurom4, e o programa Galatea. Data também de 1991 o primeiro número da revista *Intercompreensão*, editado em Portugal pelo Instituto Politécnico de Santarém. Entre 1995 e 2003, desenvolvem-se ainda outros projectos (como Ariadna-Minerva, coordenado pela Universidade de Barcelona ou Galanet, na continuação dos princípios de Galatea) e publicam-se os resultados dos projectos pioneiros: Eurom4 em 1997, EuroCom, sob a direcção de Horst G. Klein et Tilbert D. Stegmann, em

> 1998, Galatea em 1999. Em Janeiro de 1997, um número especial da revista *Le Français dans le Monde*, coordenado por Claire-Blanche Benveniste e André Valli vem reforçar a legitimidade da noção. Pouco tempo depois, o Quadro Europeu Comum de Referência é editado, insistindo sobre alguns dos princípios base da didáctica da intercompreensão, nomeadamente a concepção de competências parciais. (...) Mais de vinte anos depois da entrada do conceito no discurso académico, contabilizam-se hoje mais de 50 projectos e iniciativas, e multiplicam-se as formações. (Capucho, 2010, p. 104)

Capucho escreve que a intercompreensão "ainda não constitui um conceito (re) conhecido e partilhado pela sociedade em geral" (Capucho, 2010; Zeevaert, 2007). É possível adicionar que nem a educação conhece bem os recursos comunicativos oferecidos por este método. A pluralidade das definições também mostra a posição ainda instável da intercompreensão como ramo da ciência dos contactos linguísticos e método didático.

Claire Blanche-Benveniste (1997, p. 5), um dos fundadores da intercompreensão como método didático definiu o conceito muito simplesmente: "comprendre les langues sans le parler". Capucho usa a seguinte definição: "o desenvolvimento da capacidade de coconstruir o sentido, no contexto do encontro entre línguas diferentes, e de fazer uso pragmático dessa capacidade numa situação comunicativa concreta" (Capucho, 2004). Mais simplesmente, cada utente usa a sua língua materna e compreende o outro sem estudos prévios ou grande esforço (Bonvino, 2012). A referida coconstrução do texto é a chave deste processo e é a área mais importante do desenvolvimento escolar também.

Didática da intercompreensão como forma do *coaching* linguístico

Um traço comum entre *language coaching* e intercompreensão é a coconstrução de significados e interpretações. Os alunos devem ter esforços para entender o outro e refletir no processo, e o professor tem de acompanhar o processo. Uma grande vantagem do recurso da intercompreensão é a rapidez e a eficácia da comunicação (Braunmüller, 2007, p. 25-48). Isso pode ser uma ajuda aos alunos que queiram exprimir alguma ideia complexa, mas por causa dos limites dos seus conhecimentos ativos, não são capazes de formular linguisticamente os seus pensamentos. Acontece

em várias aulas que os alunos começam uma produção oral mais complexa e, por causa do não conhecimento de algumas palavras, perdem a motivação. Neste caso, o professor pode permitir o uso de empréstimos de outras línguas da mesma origem. Naturalmente, mais tarde é preciso corrigir os erros causados pelo transfer negativo, mas deste modo os alunos podem ter sucessos. Esse método que se baseia na descoberta da língua, também fomenta as interações entre alunos e ensina a tentar compreender o outro. Assim, é uma maneira de desenvolver as capacidades interpessoais.

***

O ensino do século XXI é o das investigações e aplicações inter e transdisciplinares. Os dois recursos apresentados são dessa natureza: incentivam o pensamento complexo por parte do docente e do aluno. Já são elaborados vários programas didáticos (normalmente programas de multimédia) que servem para sensibilizar a esta complexidade. Existem programas como o*Eurom4* e o *Eurom5*, *Galatea* e *Galanet*, *EuroCom*, *Eu&I* ou o *Intercom* na área da intercompreensão (Capucho, 2004) e há formação de *Coaching* para professores de língua. Contudo, seria preciso criar associações e bases de dados para evitar a atomização dos conhecimentos recolhidos durante os projetos. Além disso, como Capucho chama a atenção, existe uma barreira intransponível entre a investigação e a prática escolar. Assim, são muito poucas as escolas que utilizem esses métodos. Falta a troca de experiências entre os especialistas teóricos e práticos (Capucho, 2004). Contudo, espera-se que no futuro se espalhem as abordagens construtivistas e interdisciplinares da aprendizagem (Santos, 2010, p. 29-46).

Notas

1 Disponível em http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52008DC0566&from=EN, 6.1.
2 Costa e Silva (2003, p. 2). Disponível em https://www.monografias.com/pt/trabalhos3/fatores-motivam-aprendizagem-lingua-inglesa/fatores-motivam-aprendizagem-lingua-inglesa.shtml.
3 A palavra *coach* é de origem húngara. Numa aldeia húngara chamada Kocs, surgiu, no século XV, um tipo de carruagem que se tornou famosa por toda a Europa e depois se espalhou por todo o mundo, junto com o seu nome *kocsi*, cf. *coche*, *coach*. No século XIX, apareceu o significado de "mentor, tutor" na Universidade de Oxford e depois foi adotado no desporto em sentido de "treinador". Cf. Garcia da Cunha, 2014, p. 54.
4 Paling (2014, p. 13).
5 Ao Estado-Nação liga-se o princípio de um país-uma língua. Cf. Bartha (1999).

Referências bibliográficas

BARTHA, Csilla. *A kétnyelvűség alapkérdései* [Questões básicas do bilinguismo]. Budapest: Nemzeti Tankönyvkiadó, 1999.

BEERKENS, Roos. *Receptive multilingualism as a language mode in the Dutch-German border area*. Waxmann Verlag: Münster, 2010.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Comment retrouver l'expérience des anciens voyageurs en terres de langues romanes? In: CONTI, Virginie – GRIN, François (eds.). *S'entendre entre langues voisines: vers l'intercompréhension.* Genève: Ed. Georg, 2008.

_____. L'intercompréhension: le cas des langues romanes. In: BLANCHE-BENVENISTE, Claire; VALLI, André. *Le français dans le monde, recherches et applications*, n. 11, p. 5, janvier 1997.

BRAUNMÜLLER, Kurt. Receptive Multilingualism in Northern Europe in the Middle Ages. In: THIJE, Jan D.; ZEEVAERT, Ludger (eds.). *Receptive multilingualism: Linguistic analyses, language policies and didactic concepts*. Hamburg: John Benjamins, 2007, p. 25-48.

BREEN, Michael P. Teaching Language in the Postmodern Classroom. In: RIBÉ, R. (ed.). *Developing Learner Autonomy in Foreign Language Learning.* Barcelona: University of Barcelona Press, 1999.

BONVINO, Elisabetta et al. (Eds.) *EURom5.* Hoepli: Milano, 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et colonialisme, petit traité de glottofagie.* Paris: Pagot, 1974.

_____. *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation.* Paris: Plon, 2000.

CAPUCHO, Filomena. Línguas e identidades culturais: da implicação de políticos e (socio)linguistas. In: DA SILVA, Fábio L.; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs). *A linguística que nos faz falhar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Ciência, ideologia, intervenção: a intercompreensão para além das utopias. *Synergies Europe* n. 5, p. 101-113, 2010.

_____. Intercompreensão – Por quê e como? – Contributos para uma fundamentação teórica na noção. *Redinter – Intercompreensão*, n. 1, p. 85-102, 2010.

CHAVAGNE, Jeanne-Pierre. Intercompréhension, dictionnaires numériques et traducteurs automatiques. In: ARAÚJO, Maria Helena et al. (eds.). *Intercompreensão em Línguas Românicas: conceitos, práticas, formação.* Universidade de Aveiro – CIDTFF – LALE, Aveiro, 2009, p. 255-262.

COSTA E SILVA, Elvira Livonete. *Fatores que motivam e desmotivam na aprendizagem da língua inglesa,* sem ano, 2. Disponível em https://www.monografias.com/pt/trabalhos3/fatores-motivam-aprendizagem-lingua-inglesa/fatores-motivam-aprendizagem-lingua-inglesa.shtml.

DOYÉ, Peter. *Intercomprehension. Guide for the development of language education policies in Europe: from linguistic diversity to plurilingual education.* Reference study, Council of Europe. Strasbourg, 2005.

ELLIS, Rod. *Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

GARCIA DA CUNHA, Alex. Coaching *instrucional: uma experiência promissora para a formação continuada em serviço de professores de línguas estrangeiras.* Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, 2014.

FRATH, Pierre. Should the world rely on english as a lingua franca. In: KÖKSAL; DINÇAY (eds.). *Conference Proceedings of the 6th International ELT Research Conference: Current Trends in SLA Research and Language Teaching*. Ankara: Nobel Yagin Dağitim, 2010.

MILROY, James. The consequences of standardisation in descriptive linguistics. In: BEX, Tony; WATTS, Richard J. (eds.). *Standard English: the widening debate.* Routlegde: London, 1999.

MORETTO, Vasco Pedro. *Construtivismo: a produção do conhecimento em aula*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PALING, Rachel Marie. The Differences between Language Teaching and Language Coaching. *Research Chronicler. International Multidisciplinary Research Journal,* 2014.

RIBBERT, Anne; THIJE, Jan D. Receptive multilingualism in Dutch-german intercultural team cooperation. In: THIJE, Jan D.; ZEEVAERT, Ludger (Eds.) *Receptive multilingualism: linguistic analyses, language policies and didactic concepts.* Hamburg: John Benjamins, 2007.

SALLABANK, Julia. Endangered language maintenance and revitalisation: the role of social networks. *Anthropological Linguistics,* 52 (3), p. 184-205, 2010.

SANTOS, Leonor. Defining intercomprehension: is a consensus essential? *Redinteer – Rede Europeia de Intercompreensão*, 2010, p. 29-46.

SIMÕES, Ana Raquel et al. Práticas educativas em intercompreensão: que caminhos? *Redinter – Rede Europeia de Intercompreensão*, 2008.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Bilingualism or not. The Education of Minorities*. Multilingual Matters, 1981.

_____. *Linguistic genocide in education – or worldwide diversity and human rights?* New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

SOARES DE SOUZA, Luana; PAVINATO CAETANO, Santa Inês (Orgs.). *Ensino de língua e literatura alternativas metodológicas*. Canoas: Editora Ulbra, 2001, II.

TAVARES, Clara Ferrão; OLLIVIER, Christian. Apresentação. *Redinter – Rede Europeia de Intercompreensão*, 1, 2010, p. 5-7.

TEYSSIER, Paul. *Comprendre les langues romanes. Du français à l'espagnol, au portugais, à l'italien & au roumain.* Paris: Chandeigne, 2004.

VÁRIOS (eds.). *Guide for the Development of Language Education Policies in Europe,* Council of Europe, Strasbourg, 2007a. Disponível em https://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Guide_niveau2_EN.asp.

VÁRIOS. *From linguistic diversity to plurilingual eduaction: Guide for the development of language education policies in Europe,* Strasbourg, Council of Europe, 2007b.

WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact: Findings and Problems.* New York: New York Linguistic Circle, 1953.

ZEEVAERT, Ludger; ten THIJE, Jan D. Introduction. In: ten THIJE, Jan D.; ZEEVAERT, Ludger (Eds.). *Receptive multilingualism: Linguistic analyses, language policies and didactic concepts.* Hamburg: John Benjamins, 2007.

CAPÍTULO 14

Panorâmica dos conflitos entre o Chile e a Bolívia nos séculos XIX-XXI

Máté Deák
Universidade de Pécs

Os Estados da América Latina ganharam soberania no século XIX após a dependência colonial da Espanha. O Chile – de facto – é independente desde 1810, mas o estado foi proclamado oficialmente no dia 12 de fevereiro de 1818. A Bolívia (naquela época designada por Alto Peru) ganhou a sua independência, tendo, naquele tempo, um território muito mais vasto do que agora. A perda territorial mais dolorosa deve-se à chamada guerra do Pacífico em que a Bolívia teve de ceder cerca de 1 milhão de quilómetros quadrados dos quais 120 mil entraram na posse do Chile.

O problema principal para a Bolívia não foi (e até hoje não é) o tamanho dos territórios perdidos, mas a perda da saída soberana para o mar. Atualmente na América do Sul há apenas dois estados sem acesso direto ao mar: a Bolívia e o Paraguai. Este facto trazia inconvenientes já no século XX no comércio e na economia, mas é ainda mais considerável no século XXI, quando causa perda de oportunidades na economia mundial.

O presente estudo, por uma questão de concisão, poderá refletir apenas nas questões controversas entre a Bolívia e o Chile, ou seja, em três destas. As raízes remontam à época prévia ao século XXI, mas são atuais até à atualidade. Estas questões são os conflitos territoriais entre a Bolívia e o Chile em relação às tentativas da recuperação da saída marítima (Antofagasta e Atacama), a discussão que se tornou famosa com o nome Silala ou Siloli e a "Guerra do Gás" (conflito do gás) em que o papel do Chile se limita à determinação do itinerário do gasoduto e à autorização deste. A "Guerra do Gás" como tal é consequência de uma série de acontecimentos

políticos internos. A abordagem de outras questões controversas políticas, geopolíticas e económicas e dos distúrbios entre os estados surgidos devido às diferenças dos regimes políticos não cabem na competência do autor.

A perda da saída para o mar e os seus efeitos na Bolívia do século XXI

A origem do problema remonta a tempos anteriores ao século XXI, nomeadamente à época da independência dos países. Neste conflito apareceu mais um país, o Peru que também acabou com perdas territoriais consideráveis a discussão que se tinha alargado a uma guerra.

A chamada guerra do Pacífico[1] que começou em 1879, causou uma transformação considerável do mapa da América do Sul.

O motivo primário da guerra foi que a Bolívia, em 1878, tencionou tributar, ilicitamente, uma empresa chilena (*Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, CSFA) que operava no território Antofagasta naquele tempo ainda pertencente a Bolívia. Esta tributação era contrária à Convenção de 1874[2] em que as duas partes tinham acordado de não impor novos impostos a pessoas privadas ou coletivas da Bolívia durante 25 anos. O debate resultou numa ação militar. No dia 14 de fevereiro de 1879, as tropas chilenas, em resposta ao passo boliviano, invadiram o porto de Antofogasta. O governo de Chile qualificou o passo como incumprimento da Convenção.

A guerra terminou em 1884. Contra o Peru, os actos militares terminaram em 1883 (Tratado de Ancón) e a relação dos dois países normalizou-se com a mediação dos EUA em 1929, no Tratado de Lima. O Chile continuou com a posse da região invadida chamada Arica. A Bolívia aceitou em 1884, com a assinatura do Tratado de Valparaíso, que tinha perdido toda a costa marítima. Esta entrou na posse do Chile, isto é, a Convenção da Paz e Amizade de 1904 deu toda a região Antofogasta ao Chile.[3] Como resultado das guerras, a Bolívia tornou-se país sem mar (*landlocked*), enquanto novos campos de salitre (Deák, 2007, p. 464) ficaram sob controlo do Chile que reforçou o seu estatuto perante os outros países (Harsányi, 2011, p. 257).

A tentativa da Bolívia de recuperar a saída marítima perdida, desde 1904 até hoje, determina as relações entre a Bolívia e o Chile. A literatura designa esta tentativa por Litígio da Fronteira de Atacama (*Atacama border dispute, Litigio de la Puna de Atacama)*. No século XX, surgiu a questão várias vezes, mas o primeiro passo das

negociações começou apenas em 1975. O então líder do Chile, Augusto Pinochet (Navarro, 2004, p. 52) e o seu governo deram uma proposta de solução em relação aos pedidos da Bolívia. De acordo com o plano, o rio Lluta teria constituído a nova fronteira no Norte, assim marcando um corredor estreito da Bolívia até ao mar, resolvendo o conflito secular na discussão de fronteiras entre os dois países. Contudo, o plano ter-se-ia realizado no território pertencente ao Peru, mas conforme ao Tratado de Ancón, o Chile, de modo unilateral, não poderia alienar regiões obtidas de Peru a terceiros. O então ditador do Peru, Francisco Morales-Bermúdez rejeitou o plano e sugeriu a marcação de uma zona comum (Arica) controlada pelos três países. Contudo, o Chile não aceitou a sugestão, referindo-se ao facto de a soberania dividida ser complicada e incontrolável na prática.

Em 2004, no 100º aniversário do Tratado da Paz e da Amizade, o pedido da Bolívia ganhou nova atenção. O presidente da Bolívia, Carlos Mesa, no âmbito do seu movimento "gás por mar" (que se baseava na quantia enorme de gás descoberto naquela época) começou um diálogo com o seu colega do Chile, Ricardo Lagos, perante o público da Organização dos Estados Americanos (*Organization of American States*, OAS). Lagos, no espírito da paz e em interesse do bom funcionamento do diálogo, sugeriu o reatamento das relações diplomáticas. Esta sugestão foi rejeitada categoricamente por Mesa perante os representantes dos Estados americanos. Provavelmente o motivo desse acto não era a procura de solução do problema, mas a tentativa de ganhar a atenção da comunidade internacional para o seu país e o apoio para a política interna, como remédio do decréscimo da sua popularidade. Nesse tempo já decorriam as lutas na política interna, por exemplo a guerra do gás, que abordaremos mais tarde.

A seguir à tomada de poder de Evo Morales em 2006, o novo presidente submeteu a questão até aquela época tratada como assunto bilateral, à apreciação do público mundial, por perspetivas de ganhar apoio a nível internacional. É importante salientar o aspecto de, no comércio global do século XXI, as matérias-primas serem de essencial importância. A Bolívia é rica em recursos minerais (minérios e petróleo bruto) (Navarro, 2004, p. 52) que, nesta situação, chegam ao mercado mundial, contudo este tem grande interesse nestes.

Em 2012, as negociações sobre a resolução da questão da fronteira foram suspensas entre o Chile e a Bolívia. Morales decidiu levar o caso perante o Tribunal da

Haia (ICJ), apesar de a Organização dos Estados Americanos já ter tomado uma decisão no assunto. De acordo com essa decisão, a discussão da fronteira deveria ser resolvida pelos dois países sem o envolvimento de terceiros, não sendo o conflito remediável pela comunidade. O processo começou a 24 de abril de 2013 que, surpreendentemente, não abordou a questão do pedido de alteração da fronteira. Isto é, a Bolívia apresentou o seu pedido em relação ao cumprimento das promessas do Chile dos anos 1950 e 1970, que nunca se tinham realizado.[4]

O processo jurídico teve fim nos finais de 2015 e concluiu-se com uma decisão final e transitada em julgado em outubro de 2018. Neste espírito, o Chile não tem obrigação a autorizar à Bolívia o uso da saída marítima. O Tribunal, ao mesmo tempo, delegou de volta o caso aos dois países, obrigando-os a tomar uma decisão comum (Szente-Varga, 2016, p. 13).[5]

O acordo ainda não veio à luz do dia. A questão continua aberta e excessivamente politizada[6], contudo, condiciona fortemente as relações bilaterais e divide as populações chilenas e bolivianas também.

A discussão da água de Silala/Siloli

Na Bolívia, a água constitui uma questão crucial, sobretudo desde a chamada guerra da água. A infraestrutura não conseguiu acompanhar o crescimento das grandes cidades, por isso o governo da Bolívia envolveu empresas multinacionais no seu desenvolvimento. A par do desenvolvimento, os preços do abastecimento de água subiram, impossibilitando o pagamento por parte dos habitantes. A escalação da tensão levou diretamente à guerra da água de Cochabamba (Wolf, 2007, p. 64).[7]

Não é de admirar que a Bolívia reage sensivelmente a cada perigo (quer seja real, quer seja percecionada) às suas reservas de água potável. Inclusivamente no caso do conflito da água (famosa pelo nome de Silala ou Siloli),[8] que tem fortes conotações políticas contra o Chile. A Bolívia tenciona aproveitar a oportunidade de ganhar uma posição mais estável na política interna, reforçar a sua capacidade de promover os seus próprios interesses contra o Chile e estar no foco da atenção constante a nível internacional. A questão da água potável é adequada a essas tentativas, porque, segundo várias fontes, um dos maiores desafios do século XXI será o acesso à água por parte da população mundial. O conflito de Silala, que se liga à reserva mais vulnerável da região,[9] chamou a atenção para a falta (ainda não surgida ou desta forma

nunca abordada) da regulamentação no direito de água e bacia. A importância desta questão vai para além dos problemas dos dois países.

A origem da discussão remonta ao início dos anos 1900, nomeadamente ao ano de 1908, quando a empresa chilena (*Antofagasta & Bolivia Railway Company, Ferrocarril de Antofagasta a Bolivia,* FCAB) construiu um canal para conduzir a água do rio Silala (com fonte na Bolívia) até ao lado chileno da fronteira. Em 1997, a Bolívia anulou os direitos de concessão referindo-se ao facto de a água não ter sido utilizada para os fins originais determinados no acordo. Em vez desse acordo, o país assinou um outro com a empresa boliviana DUCTEC SRL por 40 anos, no valor de 46,8 milhões de USD, assumindo o compromisso de criar uma base militar na região e comercializar a água do rio Silala como água potável engarrafada com o mote de "Beba a água do Silala para a soberania!".[10] Segundo o ponto de vista boliviano, o rio Silala como tal não existe, mas foi criado artificialmente, assim a água pertence à Bolívia. Sobre as restantes questões, é prestes a discutir apenas caso essas sejam relacionadas com a recuperação da saída marítima perdida. Segundo esse ponto de vista, a água pertence à Bolívia (Greco, 2017, p. 41),[11] assim o rio Silala não está sob regulamento internacional de água e bacias.

No entanto, os chilenos acham que o rio Silala existe e, independentemente da elaboração artificial de uma parte da sua bacia, correria de qualquer modo em direção ao Chile. A posição do país é que o rio, que ultrapassa a fronteira do Chile, está sujeito ao regulamento internacional de água e bacias.[12] Assim, o Chile acusa a Bolívia de violação das convenções internacionais com a alteração da direção da água e com o encerramento destas.

As questões surgidas na situação são, de vários pontos de vista, muito interessantes. Por um lado, a decisão depende muito do estatuto do rio Silala: se o consideram rio natural ou artificial, intrinsecamente existente ou não. Por outro lado, a discussão demonstrou que não há direito internacional para todos os casos, por exemplo não é clara a legislação referente às bacias e aos caudais dos rios artificiais. Atualmente, existem tentativas de determinar o estatuto do rio Silala através de métodos geológicos e históricos. Os sinais e os documentos históricos indicam que o Silala tinha ultrapassado a fronteira mais ou menos na linha da bacia artificial. Outro aspecto complicado da situação é que surgiu, como novo elemento na discussão em 2017 já muito politizada, a questão do direito humano ao acesso à água potável. A pedido

da Bolívia, a ONU reconheceu que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano.[13]

Além dos direitos humanos, direitos à água e bacia internacionais, a discussão da fronteira e a tentativa da recuperação da saída marítima perdida, o debate indicou outras questões importantes também. Silala é designado rio na literatura do assunto (bem como no presente estudo), contudo, na realidade, trata-se de um simples riacho, cujo caudal equivale a uma pequena parte do Amazonas (segundo as estimativas, é 0,000001% deste). Em outros continentes e países, rios muito mais grandes estão no foco de discussões. Basta pensar no Amazonas, no Nilo, no Eufrates ou no Danúbio. Assim se compreende bem a importância e o resultado do debate de Silala. Se uma água tão pequena causa um conflito tão grande, a situação jurídica das mais grandes será uma das tarefas mais importantes do direito internacional do século XXI.

O gás não se vende!

Na Bolívia, nos anos 1990 (e antes também) descobriram gás natural e isso levou a um dos seus maiores conflitos internos (além da guerra da água). O conflito ou guerra do gás da Bolívia cumulou-se em 2003, quando a repressão das perturbações por parte da polícia e do exército nacional, causaram 60 mortes (El Alto, Altiplano)[14] Os limites do presente estudo não permitem uma análise detalhada dos motivos da política interna, mas trata-se das violações dos direitos dos indígenas e da nacionalização do mercado de gás até esse período pertencente a proprietários internacionais. O conflito gerado levou à demissão do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. O seu sucessor, Carlos Mesa mandou proceder a uma votação em relação à nacionalização do gás no dia 18 de julho de 2004. O Congresso aprovou uma lei sobre o aumento dos *royalties* nacionais provindos da exploração do gás, mas a sociedade exigiu uma nacionalização completa. As perturbações e manifestações (e outras razões da política interna) causaram a demissão de Mesa. Evo Morales, político aimara ocupou a cadeira da presidência com o apoio significativo do povo, tendo 53,74% dos votos. A 1º de maio de 2006, assinou a lei sobre a nacionalização do gás (Shultz; Draper, 2009, p. 112).

O Chile tem papel duplo na história. Por um lado, tenciona comprar gás, porque precisa de materiais energéticos. Por outro lado, teria um papel importante na

transportação do gás ao mercado internacional, através da construção de um gasoduto até à costa marítima. Já durante a criação da nova empresa (*Pacific LNG*, que pertence ao britânico *BG Group* e *BP*, e ao espanhol *Repsol YPF*), surgiu que o gasoduto fosse construído possivelmente através do Chile, até ao porto de Iqnique. No entanto, este plano foi impedido pela resistência e manifestações da sociedade boliviana, devido à antipatia perante o Chile como "raptor do mar" e ao medo das empresas multinacionais. O povo tinha medo da repetição da exploração das fontes de matérias-primas e a saída do lucro. Ao mesmo tempo, a Bolívia não dispõe de capital suficiente para a exploração do gás mineral, por isso é obrigada a usar investimentos do estrangeiro.

O gás boliviano tem dois compradores, o Brasil e a Argentina. Cada país obtém o energético através de gasodutos (Marshall, 2018, p. 277). O total interesse da Bolívia seria a diversificação dos compradores, mas Morales não vendeu o gás ao Chile, aproveitou antes a situação para fins políticos, para mandar uma mensagem aos seus eleitores, mantendo o conflito entre os países como recurso do fortalecimento da identidade nacional. Como se lê nas paredes das casas em cidades e aldeias, "*El gas no se vende carajo!*" ("O gás não se vende!"). A Bolívia pode comercializar gás através do gasoduto boliviano-brasileiro existente desde 1994 (através da empresa *Yacimientos Petroliferos Fiscales de Bolivia*, [YPFB] privatizada em 1996) bem como através de outras empresas existentes no país, mas o gasoduto de Chile trar-lhe-ia grande lucro.

As questões controversas das relações dos dois países ainda não são resolvidas no século XXI e não se vê grande oportunidade da solução. O Chile é uma das economias mais estáveis da região, a Bolívia é um dos Estados mais ricos em matérias-primas e mais pobres ao mesmo tempo. Até à solução das discussões e ao alargamento da cooperação (e a uma mudança da política interna da Bolívia) provavelmente é preciso esperar mais.

Notas

1 Guerra do Pacífico (*War of the Pacific*) ou Guerra do Salitre (*Saltpeter War, Guerra del Salitre*) 1879-1884. Não se confunde com a guerra entre os EUA e o Japão na Segunda Guerra Mundial no Oceano Pacífico que também leva este nome na literatura (*War of the Pacific, Pacific War*).
2 *Boundary Treaty* (*Treaty of Sucre*), 1874. Tratado de fronteiras, Tratado de Sucre, acordo de fronteiras e comercial do Chile e da Bolívia. Prolongou o acordo de 1866.
3 Sater, 1996, p. 439.

4 Veltzé, 2014, p. 10.
5 Disponível em https://www.reuters.com/article/us-bolivia-chile-worldcourt/world-court-chile-not-forced-to-negotiate-over-bolivia-sea-access-idUSKCN1MB2YR. Acesso em 13 fev. 2019.
6 Szente-Varga, 2016, p. 13.
7 Disponível em https://netk.uni-nke.hu/hirek/2017/11/09/del-amerika-a-21-szazadban. Acesso em 13 fev. 2019.
8 Wolf, 2007, p. 64.
9 Mulligan, 2011, p. 595-606.
10 Disponível em https://www.internationalwaterlaw.org/blog/category/international-water-law/page/5/. Acesso em 14 fev. 2019.
11 Disponível em https://www.efe.com/efe/english/world/bolivia-files-charges-against-chile-with-icj-for-using-waters-of-the-silala/50000262-3735657. Acesso em 17 fev. 2019.
12 Disponível em https://www.efe.com/efe/english/world/chile-files-countersuit-with-icj-against-bolivia-over-silala-river/50000262-3899268. Acesso em 17 fev. 2019.
13 Greco, 2017, p. 41.
14 Disponível em https://nacla.org/news/2018/04/06/surprise-win-victims-bolivia%E2%80%99s-gas-war. Acesso em 14 fev. 2019.

Referências bibliográficas

ANDERLE, Ádám. Spanyol mozaik. *Tanulmányok a hispanista kutatások történetéből*. Kronosz Kiadó, Pécs, 2016.

_____. (Org.). *Latin-Amerika: A függetlenség útján*. Bicentenario, 1810-2010. Szeged, 2012.

BÁCS, Zoltán; HEGEDŰS, Barbara; RACS, Marianna; SOLTÉSZ, Béla; SZENTE-VARGA, Mónika. *Dél-Amerika a 21. században – társadalmi, gazdasági és politikai konfliktusok*. Dialóg Campus, Budapest, antes da publicação.

CSIZMADIA, Norbert. *Geopillanat. A 21. század megismerésének térképe*. L'Harmattan Kiadó, Budapest, 2016.

DEÁK, Péter (Org.). *Biztonságpolitikai kézikönyv*. Osiris Kiadó, Budapest, 2007.

DEVÉS-VALDEZ, Eduardo; CHÁVEZ, Roxana Forteza; CASTRO, Leonardo Jeffs. *Bolivia-Chile. Figuras Intelectuales Compartidas*. Colección Homenaje. Bolivia: Ediciones Udabol Santa Cruz, 2008.

DOMINGO, Lilón; DEÁK, Máté. *Encuentros Europa – Iberoamérica en un Mundo Globalizado*. Libro Homenaje al Prof. Dr. Ferenc Fischer en su 65 Aniversario. Centro Iberoamericano, Universidad de Pécs. Fakultás Kiadó, Pécs-Budapest, 2018.

GRECO, Robert. The Silala Dispute. Between International Water Law and the Human Right to Water. The Silala Waters dispute before the ICJ and the law on the use of international rivers for non-navigational purpos-es. In: *Questions of International Law*, QIL 39, 2017.

HARSÁNYI, Iván. *A félperiférián centrum felé. Spanyolország és Portugália a, hosszú 19. és a még hosszabb 20*. században. Publikon Kiadó, Pécs, 2011.

MARSHALL, Tim. *A földrajz fogságában. Tíz térkép, amely mindent elmond arról, amit tudni érdemes a globális politikai folyamatokról*. Park Könyvkiadó, Budapest, 2018.

MULLIGAN, Brendan. M.; ECKSTEIN, Gabriel. E. The Silala/Siloli Watershed: Dispute over the Most Vulnerable Basin in South America. *International Journal of Water Resources Development*, v. 27/3, 2011.

NAVARRO, Francesco. Historia Universal. América Latina, África y Asia en los siglos XIX y XX. *El Pais*, Editorial Salvat, Madrid, 2004.

SATER, William. War of the Pacific. In: *Encyclopedia of Latin American History and Culture*, v. 5, New York, Charles Scribner's Sons, 1996.

SHULTZ, Jim; DRAPER, Melissa Crane. *Dignity and Defiance: Stories from Bolivia's Challenge to Globalization*. University of California Press, Berkley, Los Angeles, London, 2009.
SZILÁGYI, István. *Geopolitika. Második, bővített kiadás*. Paigeo, Budapest, 2018.
SZENTE-VARGA, Mónika. Társadalmi és politikai tendenciák Bolíviában a XXI. században. In: *Biztonságpolitikai Szemle, Nemzet és Biztonság*, 2016/2.
VELTZÉ, Eduardo Rodríguez. Obligation to Negotiate Access to the Pacific Ocean (Bolivia v. Chile). Memorial of the Government of the Plurinational State of Bolivia. *International Court of Justice*. v. 1, 2014, április 17.
WOLF, Aaron T. (Org.). *Hydropolitical Vulnerability and Resilience Along International Waters: Latin America and the Caribbean*. Unep/Earthprint, 2007.

CAPÍTULO 15

O Jobbik, o islão e Bolívia

Norbert Pap
Universidade de Pécs, Faculdade de Ciências, Instituto de Geografia e Ciências da Terra
Viktor Glied
Universidade de Pécs, Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Políticas e Estudos Internacionais
Péter Reményi
Universidade de Pécs, Faculdade de Ciências, Instituto de Geografia e Ciências da Terra

O *Jobbik Magyarországért Mozgalom* ("Movimento por uma Hungria Melhor") é um dos partidos da nova geração da direita radical da Europa. Em muitos aspectos, semelhante aos outros partidos de extrema-direita do continente mas apresenta numerosas características que são únicas entre os partidos radicais da Europa. O *Jobbik* foi formado como partido em 2003 a partir de uma organização estudantil a *Jobboldali Ifjúsági Közösség* (Comunidade dos Jovens da Direita) e de outras organizações ligadas à direita. O partido, após uma construção dinâmica teve, em 2009, um dos seus primeiros sucessos nas eleições do Parlamento Europeu obtendo 14,77% dos votos. No ano a seguir o partido conseguiu 16,67% dos votos nas eleições legislativas tornando-se assim um elemento indispensável na política húngara.

A intensificação dos conflitos entre imigrantes e a maioria da população europeia e as ações terroristas de muçulmanos radicais, a partir da primeira década do presente século, em toda a Europa, deram início a um discurso profissional e social sobre imigração, coabitação, crise do multiculturalismo, segurança e o futuro da identidade do continente. Entretanto as forças políticas que queriam a limitação da imigração, uma coabitação mais regulada e que procuravam por reformas económicas, ganhavam importância e uma aceitação mais ampla por parte da sociedade. A consolidação dos partidos radicais e o crescimento da xenofobia são processos que

se amplificam e se validam mutuamente, os quais pelo efeito das crises e da elevada ocorrência de conflitos, colocam uma série de questões relacionadas com a religião, a identidade e a coabitação. Seguindo os debates e as posições na Europa Ocidental, podemos dizer que é abertamente proclamado, e não apenas da parte dos radicais, que os responsáveis pela escalada de conflitos são os imigrantes, que não podem ou não querem integrar-se, e a expansão do islão.

Na Hungria, a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, é principalmente o radical nacional Jobbik Magyarország Mozgalom que manifesta a exigência de mudanças radicais em questões da coabitação com a minoria cigana, da adesão à União Europeia ou da regulação da imigração. Examinando a ideologia do Jobbik e as manifestações políticas dos líderes do partido, há uma contradição interessante, já que o partido, de maneira única entre os partidos radicais europeus, nos anos anteriores tem definido uma política pro-islão. Será que isto teve uma razão? Será explicação suficiente que, como partido da Europa Centro Oriental com uma posição radicalmente anti-Israel, olhe para os muçulmanos como aliados naturais? Será que esta relação é baseada somente no antissemitismo ou podem existir interpretações mais profundas provenientes da identidade de sub-culturas e grupos tradicionais que estão na base do Jobbik e que querem ser resposta à exigência de uma interpretação específica de história? Na sequência das histórias ligadas a Jobbik, encontramos um episódio muito interessante da América do Sul que revela as contradições de suas relações com o islão: a história de Eduardo Rózsa Flores.

O presente estudo tenta responder às perguntas colocadas acima, inter-relacionando as convicções políticas do Jobbik com o contexto histórico muçulmano.

O arranque de Jobbik

A sociedade húngara defrontou-se com oito revoluções ou transições políticas em menos de uma centena de anos as quais foram também acompanhadas de mudanças ideológicas, uma vez que as autoridades atuais tentaram transformar a sociedade conforme aos seus ideais. Os conflitos profundamente enraizados, não chegaram a ser resolvidos, apenas exacerbados.

A última grande mudança foi a transição política de 1989-1990. De um dia para o outro passou-se de sociedade de "pleno emprego" para um milhão e meio de desempregados. Diminuiu o rendimento dos estratos sociais baixo e médio aumentando

rapidamente suas disparidades. Apareceu uma incerteza nunca experimentada no sistema comunista, um medo do futuro, o que fazia crescer a sensação de "ser perdedor" em amplos estratos da sociedade. Reapareceu a pobreza extrema agravada pelas crises e pelos cortes económicos. As forças políticas no poder governavam espontaneamente por falta de estratégias a longo prazo. Por isso, a Hungria que, no início dos anos 1990, era líder nas reformas, entre os países socialistas, ia perdendo as suas vantagens competitivas assistindo a um lento e gradual decréscimo do desenvolvimento económico e um aumento das desigualdades sociais. A retórica anticomunista, ao longo da transição política, foi a base mais importante da divisão entre a Esquerda e a Direita, desafiando gradualmente o limiar e os limites de tolerância da população, reavivando ideias há muito latentes do antissemitismo e do chauvinismo.

Os governos pós-transição aplicavam medidas de austeridade comunicando constantemente a gestão de crises. A atitude paternalista sobrevivia tanto como as práticas de prossecução de interesse. A procura de lacunas e o *lobbying* foi prática da vida cotidiana. Uma parte significativa da sociedade estava convicta que, na Hungria, as encomendas estatais seriam divididas pela negociação das elites. A corrupção fazia parte da política.

Podemos, portanto, declarar que os elementos de um clima social favorável para a extrema-direita estavam já presentes na sociedade ao longo dos anos que seguiram a transição política. Estas mudanças podiam claramente contribuir para a consolidação dos partidos que transmitiam mensagens de soluções políticas radicais. Surge de novo o antissemitismo recordando a retórica e simbolismo aplicados entre as duas guerras mundiais, o racismo (contra a minoria cigana) e a xenofobia. As pessoas com sensação de ameaça e perigo existencial eram e são até hoje sobretudo os perdedores da transição política. Entre essas pessoas encontramos mais vezes uma atitude anticiganos (*Csepeli – Örkény*, 1996).

É impossível falar do Jobbik sem mencionar o *Magyar Igazság és Élet Pártja* (Miép, Partido da Justiça e da Vida Húngara), uma organização nacional radical que se formou em 1993 separando-se do partido governamental. O Miép liderado pelo escritor István Csurka captou a atenção da povo com palavras-chave chauvinistas, nacionalistas e antissemitas que eram comuns na Hungria durante os anos 1930, mas ideologicamente apresentava uma atitude anti-UE com a promoção de valores nacionais e cristãos, pensamentos antiliberais, antidemocráticos e contraglobalização. A

ideia central do Miép era que alguns circuitos financeiros internacionais, comunistas, judeus e liberais queriam colonizar a Hungria de novo. O partido entrou no parlamento em 1998, mas perdeu o assento parlamentar em 2002 não atingindo o limite necessário de 5% dos votos. A derrota foi uma lição para o Jobbik que tinha sido formado em 1999 e era gerido por estudantes universitários dinâmicos. Os jovens queriam criar uma nova força política mais radical e capaz de alcançar um público mais vasto, o que além do excesso de retórica pudesse dar respostas às crises das estruturas existentes. O Jobbik foi formado como partido em 2003, e começou logo uma construção a nível nacional. Queriam construir uma rede que fosse capaz de mobilizar o eleitorado não apenas em Budapeste mas em todo o país.

Tabela 1. os resultados do MIÉP e do JOBBIK nas eleições legislativas.

MIÉP/Ano	**Proporção de votos**	**Número de mandatos**	**Papel no parlamento**
1994	1,59%	0	não entrou
1998	5,55%	14	oposição
2002	4,37%	0	não entrou
2006	2,20%	0	não entrou
Jobbik/Ano	**Proporção de votos**	**Número de mandatos**	**Papel no parlamento**
2006	2,20%	0	não entrou
2010	16,67%	47	oposição
2014[1]	20,69%	23	oposição
2018	19,06%	26	oposição

Fonte: Edição própria (valasztas.hu).

No ano 2006 deu-se início a uma crise política prolongada, o que trouxe também uma crise moral. A crise económica, que começou em 2008, nos Estados Unidos, teve um impacto fundamental na economia húngara já abrandada na altura. Consequentemente, a esmagadora maioria dos votantes queria mudanças, pelo que votou no partido *Fidesz* que parecia a única alternativa real e o qual obteve uma vitória estrondosa nas eleições de 2010 (Glied, 2014). O Jobbik, tendo ficado em terceiro lugar, entrou no Parlamento onde defendeu a problemática da população cigana (criminalidade dos ciganos) e outros assuntos que até aí eram tabu. Ao abandonarem a postura do politicamente correto e "finalmente" abordarem aberta e diretamente os problemas existentes, os radicais rapidamente ganharam popularidade, sobretudo

na Hungria oriental, e mais tarde, graças a uma construção consciente, até 2014, o Jobbik conseguiu consolidar-se em todo o país. Tanto que antes das eleições de 2014 o *Fidesz* também fez seus os assuntos do Jobbik e começou uma retórica mais crua.

A política do Jobbik foi baseada na desilusão e na revolta das pessoas. Revelava as contradições da política e procurava embalar tudo numa retórica nacional em que tinham lugar também a luta contra o capitalismo mundial, o antissemitismo político, o desejo de um estado forte e de ordem, a redução da criminalidade cigana, os protestos, a crítica das instituições existentes, e uma grande dose de cepticismo relativamente à UE. Tudo isto reforçado por uma atitude antielite e pela apresentação de alternativas, mesmo se antidemocráticas, ou com consequências antes impensáveis (por exemplo sair da UE). A maioria da sociedade simpatiza com a proteção dos terrenos húngaros, com a regulação das empresas multinacionais e com o reforço do apoio às empresas húngaras ao invés do capital estrangeiro. Nas eleições de 2014 o Jobbik alcançou 20,69% dos votos e ganhou 23 mandatos mas, por outro lado, não venceu em nenhum dos distritos eleitorais, o que foi um grande fracasso, para um partido que se estava a preparar para governar. Após 2014 a sua retórica ficou mais refinada: em vez de fazer referência, sem fim, à população cigana e judaica, iniciou uma comunicação política decidida e mais moderada. Podemos dizer que as temáticas permaneceram numa nova "embalagem", sendo comunicada de forma aceitável a camadas mais amplas da população. O dilema do partido era o quanto seria possível refinar a retórica sem perder os votantes fiéis e, ao mesmo tempo, aumentar o número de novos votantes de diferentes camadas da sociedade. O objetivo do programa da popularização do partido, liderado a partir do final de 2014 pelo presidente Gábor Vona, era conquistar os votantes das camadas moderadas e assim construir um partido que fosse capaz de mudar o governo. O Jobbik, embora não tendo perdido votantes nas eleições de 2018, não foi capaz de ampliar a sua base de eleitorado, mantendo por isso, de novo, papel de oposição. Em consequência do fracasso nas eleições, os líderes do partido renunciaram ao cargo e o Jobbik perdeu o seu papel dirigente na oposição.

Europa, o islão e o Jobbik

Hoje em dia a popularidade dos partidos extremos anti-imigrantes e anti-islão está a crescer na Europa. Estas forças políticas, além da xenofobia, definem conscientemen-

te as comunidades imigrantes como ameaças à existência das populações. Enquanto a opinião pública europeia tendencialmente opta pelo conflito, em vez de soluções cooperativas, as segundas e terceiras gerações dos imigrantes e as suas famílias já "fazem parte" das sociedades da Europa Ocidental. Mas não parte integrante (Csiki – Justh, 2010). Os partidos e movimentos de extrema-direita bem-sucedidos da Europa Ocidental, tais como a Frente Nacional, dirigido por Marine Le Pen em França, o Partido da Liberdade, austríaco, os partidos britânicos como o Partido Nacional e o Partido da Independência (Ukip), e o Partido Popular da Suíça que têm posições anti-UE e anti-imigração, o Partido da Liberdade de Geert Wilders na Holanda, movimento anti-islão, o Pegida centralizado em Dresda e o AfD na Alemanha, os anti-imigração Finlandeses Verdadeiros ou o neonazista Madrugada Dourada, da Grécia, querem reforçar as regras da imigração, reconsiderar a política de asilo, em vez do multiculturalismo e da integração, e melhorar a ordem e segurança pública. Mesmo se com diferentes formas e medidas, estão presentes nos programas de todos os partidos, a luta contra a expansão do islão manifestada sobretudo pela interrupção da construção de mesquitas, pela obrigação de aceitar as tradições e o sistema legal europeus e, em muitos casos, no requisito de que os imigrantes aprendam a língua do país de acolhimento.

A quarta geração de partidos radicais do Leste Europeu – se bem que tenham muitas semelhanças com as forças políticas da Europa Ocidental acima mencionadas – apresentam algumas diferenças nas suas bases ideológicas. Hoje em dia, na Europa Central e Oriental a imigração ainda não causa problemas visíveis na vida quotidiana. Não há grandes agrupamentos de imigrantes, e a população religiosa segue algum ramo do cristianismo, mantendo-se a cultura judaico-cristã como base da identidade cultural. Daí a relevância da retórica do contraditório, nacional e radical Jobbik, cujo líder, já deposto, olhava para o islão como a última esperança da humanidade. Na ideologia do Jobbik, mesmo se só ao nível da retórica, havia ideias bastante confusas. Junto com as linhas pagã proto-húngara, nacional e cristã, apareciam a espiritualidade, o esoterismo, discursos anti-UE, orientação pela Rússia e atitudes anti-imigração mas também pró-islão o que se manifestava, em primeiro lugar, para com o Irão e a Turquia. Em 2010, Gábor Vona, presidente do Jobbik explicou o seu ponto de vista em relação ao islão nas páginas da revista *Barikád*. Na sua opinião as mudanças negativas que se manifestaram no nascimento da ideologia do liberalismo, começaram

quando as ideias do Iluminismo ganharam espaço. Em consequência disso, o Oeste abandonou as suas tradições com a secularização da sua religião. Desta forma, Vona chegou a questionar valores liberais essenciais que fazem parte do conjunto de valores de toda a comunidade dos povos da Europa desde a proteção dos direitos humanos à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Na sua opinião, a esperança na escuridão da globalização e do (neo-)liberalismo é o islão. Por isso, o Jobbik distanciou-se dos partidos radicais anti-islão e introduziu uma nova política externa. Abriu-se ao Este, sobretudo em direção da China, da Índia, da Rússia, da Ásia Central e do mundo islão. Vona pronunciou-se várias vezes a favor de um estado independente da Palestina, falou da afinidade turco-húngara baseada no ancestral comum, Attila. O seu argumento era racional porque afirmava que só a tradição conservadora podia salvar as sociedades de consumo atuais da desconstrução, e como tal, a religião do islão dá a resposta. [2] Torna-se ainda mais clara, a alegação, se olharmos para uma entrevista feita com Vona em 2013: "O conflito real no mundo não está entre religiões, países e culturas mas entre comunidades que tentam manter as tradições e o liberalismo anti-tradicional e global. Se observarmos bem, é o mundo do islão que é capaz de resistir com mais força à ordem mundial de um polo só, liderada pelos Estados Unidos".[3]

É clara a opinião do Jobbik em relação a Israel. Os líderes do partido apoiaram várias vezes a construção de um estado autónomo dos palestinianos, e organizaram manifestações em 2012 e 2014, contra as operações militares de Gaza. Gábor Vona e outros políticos do Jobbik chamaram a Israel um estado agressor, racista e terrorista, o operador do maior campo de concentração do mundo na Faixa de Gaza. A política externa do Jobbik é determinada pela atração ao islão de Gábor Vona. O presidente destacou a importância da abertura oriental em vários discursos, em que favorecia as alianças com os poderes orientais, em vez dos ocidentais. No dia 23 de outubro – ainda como força política fora do Parlamento – pediu a Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irão para mandar observadores às eleições do Parlamento Europeu de 2009. O contacto tem raízes mais antigas uma vez que Vona já esteve no Iémen em 2003 e, por exemplo, em 2007, encontrou-se com o embaixador do Irão numa exposição onde estava presente Peter Lehmann, presidente da Associação Turan-Irão. O objetivo da exposição ia de encontro às ideias do Jobbik: aproximar os povos húngaro e persa, ligados pelo passado e pela herança cultural que têm em comum.[4]

Em abril de 2011, Gábor Vona anunciou o "plano Béla IV",[5] o qual se referia ao potencial económico da Rússia, da China, da Turquia, da Ásia Central, do mundo árabe e do Irão como instrumento para interromper a dependência internacional (limitadora da soberania) da União Europeia e das empresas multinacionais.[6] Além de criar um círculo de amigos húngaro-iraniano no Parlamento, emergiram relações institucionalizadas como associações culturais e geminação de cidades. Após 2010, vários conselhos liderados por presidentes do Jobbik trabalharam para a geminação de cidades com o Irão, como por exemplo Tiszavasvári, conhecida como a "capital" do Jobbik, foi cidade geminada de Ardabil do Irão, ou em 2012, Gyöngyöspata foi cidade geminada com a cidade de Qumm que tem um milhão de habitantes. Por outro lado, os políticos iranianos também procuram a oportunidade de estreitar relações com um importante encontro anual.

A consideração pelo Estado judeu é totalmente diferente na Europa Ocidental, graças à expansão muçulmana.[7] Nas eleições municipais de 2006, Filip DeWinter, líder da lista do partido Interesse Flamenga da extrema-direita em Antwerpen, reconheceu os judeus como cidadãos respeitadores da lei e aliados naturais na luta contra o islão radical. Vários líderes de partidos anti-islão da extrema-direita da Europa Ocidental veem Israel como um herói que defende a pátria dos terroristas islâmicos. Anders Behring Breivik, o assassino em massa norueguês, no seu estudo de 1.500 páginas, referia-se a Israel como aliado estratégico na luta europeia proposta contra o mundo muçulmano. No seu relatório queria dividir o controlo sobre Jerusalém entre judeus e cristãos.[8] Percebe-se que alguns dos partidos radicais renunciaram ao antissemitismo e deixaram de aceitar os discursos contra Israel da parte do Jobbik.

O antissemitismo e a ideia de afinidade com os povos orientais estão amplamente presentes na ideologia do Jobbik, mas ao mesmo tempo a forte relação com a religião muçulmana e com os estados muçulmanos divide os membros, põe em questão a coexistência dos compromissos nacional-cristã e pró-islão. Podia ler-se sobre uma relação confusa, no nível da comunicação renunciada, entre o Jobbik (ou os líderes do partido) e uma organização também nacional e radical, chamada Betyársereg.[9] Essa organização declarou-se como unidade irregular e proclamava abertamente que as ações de guerrilha, a produção de explosivos e os actos terroristas podiam aprender-se dos filmes de propaganda da Al-Qaida e do Estado

Islâmico. A questão importante é portanto como é que a política pró-islão e a atitude anti-islão que divide as sociedades europeias e também o próprio Jobbik, conseguem ir a par uma com a outra?

O islão e os húngaros

O imã Miklós Ahmed Kovács, vice-presidente da Magyar Iszlám Közösség (MIK, Comunidade Islâmica Húngara), anunciou uma fátua[10] contra as organizações de extrema-direita (Jobbik, Betyársereg, Hatvannégy Vármegye Mozgalom, Magyar Gárda) no verão de 2015. *"Religiosamente é haraam, ou seja, proibido a todos os muçulmanos neste país apoiar esses grupos e partidos, votar neles, participar do seu trabalho ou ajudá-los porque isso seria uma ação contra os muçulmanos."* A justificação desta proibição é que as referidas organizações não defenderam os muçulmanos, tendo aliás, feito parte de campanhas antirrefugiados. Nas partes mais interessantes do discurso do imã fala-se da antiga colaboração dos muçulmanos com o Jobbik, e com os movimentos Hatvannégy Vármegye, Magyar Gárda e Betyársereg: (anteriormente no texto) "muitos participantes desses círculos converteram-se ou já eram muçulmanos e apoiaram esses partidos". Destaca que "em 2010, muitos muçulmanos votaram no Jobbik, alguns entraram em organizações de autodefesa ou no partido". No discurso é mencionado, como motivo da ruptura, o comportamento antirrefugiados do Betyársereg, a ameaça aos muçulmanos refugiados e o facto de não diferenciarem os refugiados dos imigrantes e dos muçulmanos húngaros (os quais estão presentes e integrados na sociedade húngara, há cerca de mil anos e nunca fizeram parte de ações terroristas). Qual é o contexto precedente do presente conflito? Quem são os muçulmanos que faziam parte de movimentos nacionais radicais?

A comunidade muçulmana húngara hoje em dia tem uma estrutura etária jovem, os membros têm um nível de vida inferior à média húngara. Podemos encontrá-los predominantemente nas áreas do comércio, da restauração e da saúde. Não estão contentes com as suas condições de vida. Sentem uma atitude de rejeição de grande parte da sociedade. Entretanto, até à primavera de 2015, não tinham medo mas a campanha antirrefugiados redefiniu a sua relação com a maioria, o que foi verificado por inquéritos relacionados com a xenofobia. Estão concentrados em Budapeste mas não se observa uma segregação da comunidade.

Segundo algumas opiniões, o grau de secularização dos muçulmanos da Hungria está entre o da Europa Ocidental e o dos Balcãs (Csicsmann, 2011). Outras investigações destacam as diferenças na prática de religião entre os muçulmanos com raízes árabes e os de ascendentes dos Balcãs. Segundo a nossa experiência, o caso dos turcos é semelhante. Se bem que, na Hungria, ainda não tenham feito uma investigação integral do tema, podemos presumir que não é possível falarmos de um grupo homogéneo e que se podem encontrar grupos diferentes, tanto secularizados como conservadores.

Todos os líderes muçulmanos apoiam os esforços da integração social e destacam a importância da lealdade para com o Estado. A Magyarországi Muszlimok Egyháza (MME, Igreja dos muçulmanos da Hungria) mantém a distância dos partidos políticos enquanto Zoltán Bolek, líder da MIK sublinha a sua visão semelhante à dos democratas-cristãos. A Comunidade islâmica húngara apoiou o espírito cristão e os parágrafos da nova Constituição que foi introduzida em 2011. Mas na política diária, manteve uma relação forte com o Jobbik, até a 2015. A postura anti-Israel era um ponto em comum. Na política externa têm um papel importante na relação com os países do mundo Islâmico. Geralmente denunciaram a presença militar húngara no Iraque e no Afeganistão, no âmbito da Otan. Nos últimos anos, as visões de política externa do Jobbik e do MIK estavam muito próximas.

A MIK e a MME entraram em organizações europeias mas denunciaram a sua orientação liberal, e defenderam a unidade mundial do islão. Todas as organizações muçulmanas apoiaram a abertura oriental que caracterizava a política externa do governo húngaro em direção à Ásia (Csicsmann, 2011; Pap, 2013c). Contudo, alguns formularam reservas por causa das relações da MIK com regimes tão radicais como o do Sudão.

No seu discurso, Kovács mencionou a (mais ou menos constante) presença milenar dos muçulmanos na sociedade húngara. Quais são os ensinamentos dessa coabitação?

O primeiro encontro das tribos húngaras com o islão foi no Império Cazar durante a migração nas estepes do Leste Europeu. A população muçulmana composta por vários povos orientais, apoiando os poderes principais e mais tarde reais, resistia durante séculos aos esforços de assimilação da igreja. Com os novos fluxos migratórios provenientes do Leste, foram ainda capazes de renovar-se. As denominações

diferentes podem referir a origens étnicas diferentes (káliz, izmaelita, szerecsen, böszörmény). Os muçulmanos ocupavam papéis importantes na gestão financeira, na estrutura militar ou na guarda real. Não viviam numa massa homogénea mas estavam estabelecidos na propriedade real, segundo as suas posições. Com a extinção da casa real dos Árpádos, desaparecem as referências nas fontes históricas, a sua assimilação foi concluída no século XIV, encerrando assim uma época de coabitação de quinhentos anos.

Ao longo do domínio otomano (1541-1699), a parte central do país, um terço do território húngaro estava exposta à imigração de povos islamizados como eslavos meridionais e vlachs (romenos), provenientes maioritariamente dos Balcãs. O número de húngaros que se converteram ao islamismo foi baixo, conhecemos casos do século XVI. Os turcos estabelecidos eram poucos. Eram predominantes a presença e as relações bosníacas. Encontravam-se sobretudo nos castelos como pessoal militar ou nas cidades como agentes de organizações militares, administrativas e religiosas, para defender zonas de fronteira. A região fez parte do mundo cultural e intelectual do islão. Durante as guerras de liberdade, no final do século XVII, os muçulmanos fugiram, apenas alguns milhares optaram por ficar e batizar-se, estes assimilaram-se nas populações húngara e croata. As mesquitas e os *türbes* (mausoléus) transformaram-se em capelas e igrejas.

A época do domínio otomano deixou marcas injustificadamente negativas na memória histórica húngara. Este domínio foi menos destrutivo do que se pensa, e os soldados das tropas cristãs de libertação nem sempre se comportaram como cavalheiros nobres. Os refugiados das lutas contra Habsburg pela liberdade e as pessoas no exílio fugiram muitas vezes para terras turcas e lá receberam proteção. Assim, contraditoriamente, a relação com os turcos transformou-se, tornando-se parcialmente positiva.

Após a ocupação da Bósnia-Herzegovina em 1878, um baixo número de muçulmanos (bosníacos e turcos) estabeleceu-se na Hungria, mais tarde as mudanças legislativas começaram a permitir mais liberdade na prática religiosa. Os bosníacos integraram o exército e também profissões de venda a retalho. A política, que se opunha às outras comunidades de eslavos meridionais, apoiava a emancipação dos muçulmanos, o Parlamento aprovou os direitos da comunidade muçulmana em 1916. Nesse ano, o artigo nº 17 declarou o islão como religião autorizada e reconhecida.

Nos anos 1920, o número de muçulmanos diminuiu um terço, de acordo com o recenseamento de 1930, eram apenas 291 (Fazekas, 1996). Segundo Léderer (1989), no período entre as duas guerras mundiais, viviam na capital 300 turcos e 700 a 800 bosníacos muçulmanos. Embora de fontes diferentes, sabe-se com certeza que nos anos 1920 e 1930, os muçulmanos concentravam-se em Budapeste onde a comunidade bosníaca-húngara era liderada por Hilmi Husszein Durics enquanto a turca, por Abdul Latif, com alguma rivalização entre as duas comunidades. Durics entrou na Frente Nacional e estava à procura de uma boa relação com o primeiro ministro, Gyula Gömbös e com os círculos de extrema-direita. Nas suas aparições públicas fez gestos positivos às forças revisionistas, e a presença militar dos muçulmanos na defesa da fronteira ocidental em 1921 também lhe foi politicamente beneficiária.

Em 1931, a Paróquia Autónoma Islâmica de Budapeste, nomeada Gül Baba, foi fundada por Durics. A comunidade fez uma campanha de angariação de fundos com o objetivo de estabelecer um centro islâmico nas vizinhanças do *Türbe* de Gül Baba, em Buda. Afinal os esforços não trouxeram sucesso. Durics morreu em 1940 e o país foi forçado a entrar na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos perdedores. Após a guerra, o regime comunista estabelecido tornou a vida social dos muçulmanos impossível, e como consequência muitos dos turcos e bosníacos abandonaram o país.

Nas últimas horas do comunismo, estudantes provenientes de países árabes e muçulmanos húngaros começaram a organizar associações religiosas. As tendências que levaram até à situação atual começaram após a transição política, junto com a reorganização do quadro jurídico, com a maior liberdade de viajar e com o aumento da migração. Os muçulmanos estabelecidos chegaram predominantemente de países mais distantes do mundo islâmico, sobretudo de países árabes, da Turquia e da Ásia Central e Meridional. Um número mais inferior de pessoas chegou do Kosovo e, por causa das guerras, da Bósnia. Mesmo assim, o número de muçulmanos dos Balcãs é muito menor do que o de árabes ou de pessoas provenientes de outros territórios asiáticos. A proporção dos húngaros convertidos é significativo, cerca de 10%. Hoje em dia, o número de muçulmanos excede os 30 mil. A comunidade muçulmana está bastante dividida, nem as três maiores organizações conseguem integrar a maior parte dos muçulmanos da Hungria. A organização mais antiga (MIK) declara a continuidade com a paróquia nomeada de Gül Baba, qual existia entre as duas guerras

mundiais, e tem uma vida política relativamente ativa. O discurso de Kovács confirma a existência daquela rede complexa, antes nunca reconhecida, que ligava a MIK ao Jobbik e a outras organizações nacionais radicais. Possivelmente a ligação política direta (pelo menos temporariamente) acabou.

As bases históricas do turanismo e o islão

Os diferentes povos (orientais) de religião muçulmana tiveram um papel importante em algumas épocas na história da Hungria, e adicionaram a sua parte à riqueza da "mitologia nacional". Alguns destes mitos nacionais integram a cultura da maior parte da sociedade mas têm um papel ainda mais importante nas ideias de algumas subculturas políticas (agrupamentos nacionalistas, nacionais radicais).

Um elemento central dessa mitologia nacional é o facto histórico de – como já apresentámos – o povo húngaro ser um povo de origens orientais vindo da Ásia e que conseguiu preservar muito da cultura original e das influências culturais da estepe, sobretudo turca e iraniana. Existem diferentes interpretações possíveis e algumas afirmam que em alguns povos turcos e iranianos islâmicos podemos encontrar os nossos ancestrais. Uma dimensão sensível dessa questão é o debate ugro-turco ou seja a questão da origem da língua húngara. Para um linguista não há dúvidas sobre a origem ugro-fínica mas para um húngaro é uma grande experiência começar a estudar e falar turco. Existem estruturas, palavras e expressões semelhantes, e a aprendizagem pode ser fácil e rápida. O turco é uma língua aglutinante, tal como o húngaro, e podemos encontrar centenas de palavras com a mesma forma e com o mesmo significado nas duas línguas. Os sistemas da gramática também não estão muito distantes.

Os povos orientais (e sobretudo turcomanos) assimilados eram muçulmanos, pelo menos parcialmente. De uma posição permissiva, podemos assumir que uma parte significativa dos ancestrais medievais dos húngaros podia ser de religião muçulmana.

A principal questão da política nacional dos séculos XVI e XVII era se seria possível e razoável reunir o país eliminando o regime otomano sob domínio de Habsburg, com a ajuda de forças ocidentais e cristãs, ou, quebrando o poder da família de Habsburg com a ajuda dos turcos e muçulmanos, manter uma dependência não muito forte dos otomanos. A resposta foi dada a favor de Habsburg mas, até hoje, os debates ainda não terminaram. Durante os combates pela libertação do domínio

turco, Thököly lutava pela liberdade contra os Habsburgos, causando a estranha situação em que pelo menos tantos húngaros lutavam do lado muçulmano, contra os Habsburgos, como nas tropas cristãs. Os anos do domínio muçulmano ficaram idealizados na memória dos protestantes dos territórios libertados. Nessa época podiam praticar a sua religião enquanto o domínio Habsburg, no século XVIII, significava uma repressão secular. Os muçulmanos obtiveram papel determinante no início das lutas nacionais. Alguns anos mais tarde, começou uma guerra pela liberdade contra os Habsburgos (1703-1711) liderada por Ferenc Rákóczi. Após o fracasso da guerra, os emigrantes estabeleceram-se em Tekirdağ, na Turquia, perto de Istambul.

A consideração da época otomana é um dos assuntos em que não se formou um ponto de vista nacional universal mas existem várias interpretações: protestante e católica, *kuruc* e *labanc,*[11] nacional e europeia. Vemo-la como o maior dano no progresso da nação húngara, mas existe uma opinião (minoritária) que defende que se tratou de uma oportunidade perdida para a nação conseguir a sua liberdade e estar mais à frente no seu caminho.

Uma parte central da tradição nacional está ligada à revolução e à guerra pela liberdade de 1848 a 1849. Em 1849, líderes dessa guerra que foi perdida e numerosos soldados, entre os quais oficiais de altas patentes, fugiram para o Império Otomano onde lhes foi oferecido asilo bem como a possibilidade de alguns entrarem no exército turco e converterem-se ao islamismo.

A amizade com os turcos foi popular ao último terço do século XIX. O debate ugro-turco sobre a origem da língua húngara não era apenas uma questão científica, era mais um debate sobre a identidade e podemos dizer que até hoje não terminou definitivamente. Nas guerras dos Balcãs, tropas turcas fugiram para territórios húngaros em busca de asilo. Alguns anos mais tarde, na Primeira Guerra Mundial, em conjunto com as tropas húngaras lutaram turcos e bosníacos de religião muçulmana. Na Batalha de Dardanelos (Galípoli) oficiais húngaros ajudavam os turcos. A memória dessa amizade continua.

Em consequência desses acontecimentos e dessas ligações sentimentais, alguns grupos de húngaros mostravam empatia pelos povos orientais, sobretudo pelos turcos e também pela sua religião, de uma forma sem precedentes na Europa. É preciso refletir sobre o facto de que o romance mais famoso na Hungria é o *Egri csillagok* (*Estrelas de Eger*) o que descreve o cerco e os momentos antecedentes do mesmo ao

castelo de Eger em 1552, sendo por isso uma prova do interesse que sempre existiu pela época otomana. Um outro fenómeno especial é o Parque da Amizade Húngara e Turca em Szigetvár o que foi inaugurado em 1994, no aniversário dos 500 anos do nascimento do sultão Suleiman I, que morrera durante o cerco do castelo da mesma cidade. O parque chegou a ser expressão contraditória de paz e reconciliação.

Ágfalva e Szentlászló

Vale a pena explorar dois eventos militares do século XX, relacionados aos húngaros, no contexto da interpretação histórica que a liderança e os apoiantes do Jobbik queriam fazer aceitar. As mensagens que queriam transmitir para as pessoas atualmente, através dos acontecimentos, são particularmente interessantes e podem ajudar a perceber a atitude especial do Jobbik em relação ao islão. Esses eventos são a revolta da Hungria Ocidental (nomeadamente o combate de Ágfalva) em 1921 e a defesa de Szentlászló em 1991 aos quais os nacionais extremistas prestam homenagem e os média, ligados ao Jobbik, se referem frequentemente.

Após a queda da Monarquia Austro-Húngara de 1918 e após o Tratado de Trianon, inúmeros soldados e civis bosníacos ficaram na Hungria. A pessoa mais famosa e reconhecida dessa comunidade foi o líder religioso Hilmi Husszein Durics[12] que se mudou em 1920 de Viena para a Hungria onde, segundo a sua confissão, se juntou às forças irregulares de Prónay, também conhecidas como Rongyos Gárda (Guardas Esfarrapadas).[13] Na revolta de 1921 na Hungria Ocidental (Banato de Leitha) lutaram voluntariamente bosníacos, albaneses e turcos muçulmanos juntos com os húngaros. São mencionados por várias fontes da época e um dos comandantes, Viktor Mandersprach, também escreve nas suas memórias sobre a participação turca, bósnia e albanesa e sobre as suas unidades. Alguns são conhecidos por nome, local de nascimento e posição e em alguns casos até está marcada a profissão civil.[14] Uma parte eram vendedores de Budapest que tinham o seu negócio na zona da estação Nyugati, outra parte eram soldados dos Territórios Meridionais, desertados e fugidos para a Hungria. Não temos informação suficiente para dizer quantos seriam exatamente mas segundo algumas fontes podemos fazer uma estimativa entre 100 a 150 pessoas.

No dia 29 de agosto de 1921, os rebeldes, em número inferior, e dos quais uma parte muçulmanos voluntários, atacaram a unidade da força gendarmaria austríaca que estava em Ágfalva com 500 agentes à espera de tomar controlo sobre a cidade de

Sopron. Nos combates de Ágfalva lutava-se por controlo. As lutas terminaram no dia 8 de setembro com o desalojo das unidades austríacas. Nessa vitória foi reconhecido o importante papel dos experienciados soldados bosníacos e albaneses.

Mais tarde, esse evento ganhou grande importância. O esforço e o sangue derramado dos muçulmanos na luta pela nação húngara estabeleceu um certo prestígio e legitimação da sua comunidade na Hungria no período entre as duas guerras mundiais.

Outro acontecimento que importa explorar é a defesa de Szentlászló (Laslovo), uma povoação húngara, situada na atual Croácia. A defesa do antigo concelho húngaro, que durou 152 dias, em 1991, foi levada a cabo pelos habitantes húngaros, guardas croatas e voluntários das forças internacionais contra as tropas do JNA e as forças paramilitares sérvias de Arkan. Do lado da defesa debateu-se o jornalista húngaro-boliviano Eduardo Rózsa Flores, como voluntário das forças internacionais. Em honra do seu heroísmo foram-lhe oferecidas a cidadania croata e uma alta posição militar pelo estado croata. É também um facto amplamente conhecido que entre os voluntários lutaram, mais uma vez, muçulmanos. A importância deste local está no facto de, mais tarde, Rózsa Flores junto com outros companheiros, se ter convertido ao islamismo e ter sido editor do Jobbik.net. Foi eleito vice-presidente da Comunidade Muçulmana Húngara que se define herdeira da organização de Durics. Após a sua morte em 2009, foi reconhecido pela Comunidade como mártir.

A personagem de Eduardo Rózsa Flores surge como um elo de ligação interessante entre o islão húngaro e a América Latina. Flores nasceu na Bolívia, filho de pai de origem húngaro-judaica e de mãe catalã. Por causa das suas convicções comunistas, a família teve de mudar-se repetidas vezes. Depois de viverem no Chile e na Suécia, em 1975, foram para a Hungria. Eduardo, enquanto jovem, participou na Liga dos Jovens Comunistas, mais tarde entrou em contacto com a segurança do estado e durante algum tempo trabalhou como guarda fronteiriço. Na altura das transições políticas da Europa Central, parcialmente devido às suas experiências na Transilvânia e na Croácia, renunciou à ideologia comunista.[15] Foi jornalista (La Vanguardia, BBC etc.), trabalhava sobretudo como correspondente de relações externas e de guerra mas, na guerra da Croácia, participou ativamente na defesa de Szentlászló. Em 2003 converteu-se ao islamismo (de recordar que o seu pai era judeu e a sua mãe católica). Ao mesmo tempo, estabeleceu boas relações com a extrema-direita húngara, entre outros, com o Jobbik e com o movimento Hatvannégy Vármegye, e trabalhou para

os seus respetivos meios de comunicação (Jobbik.net, Lelkiismeret 88).[16] A sua história de vida está ligada (quer por ele, quer por outras pessoas), a muitos elementos místicos, acontecimentos que ainda não foram aprovados. Como por exemplo, as suas ligações com os serviços secretos da Hungria, o seu papel na infiltração da gravação escandalosa do discurso de Gyurcsány ou o porquê de ter viajado para a Bolívia em 2009 e as circunstâncias da sua morte lá.

O que se sabe, com certeza, é que em abril de 2009, junto com quatro companheiros, estava em Santa Cruz, na sua cidade natal, quando as forças especiais da polícia local os atacaram. Na versão oficial boliviana faziam parte de um grupo organizado com o objetivo de derrubar o poder de Evo Morales. No hotel onde estavam instalados, iniciou-se um tiroteio durante o qual morreram Eduardo, o irlandês Martin Dwyer e Árpád Magyarosi (o húngaro da Transilvânia que também se tinha convertido ao islamismo e fazia parte da Legião dos Sículos). Előd Tóásó, o outro húngaro da Transilvânia e o croata Mario Tadić foram detidos. O encobrimento do governo boliviano, detalhes que não correspondiam à narrativa oficial (marcas de tiros em falta, evidências posteriormente colocadas), testemunhos dos sobreviventes (após o ataque, Tóásó ainda viu o Dwyer, oficialmente morto, num aeroporto)[17] e do procurador-geral[18] que, mais tarde fugiu da Bolívia, fizeram surgir muitas questões a esclarecer, logo a seguir aos acontecimentos.

A versão dos sobreviventes e dos políticos da oposição de Santa Cruz (cidade dominada pela oposição) desenha uma imagem diferente, a qual parece ser corroborada pelos indícios em falta acima mencionados. Nesta última versão, baseada em documentos publicados pelo Wikileaks[19] e, comunicada a Washington pela embaixada dos EUA na Bolívia, referindo-se a algumas fontes, o grupo terá sido usado pelo governo boliviano para justificar a eliminação da oposição de Santa Cruz a causa de conspiração para derrubada do governo. Não são apenas estas explicações completamente díspares que precisam de ser comprovadas. Não é claro que ligações tinha Rózsa Flores com os serviços secretos da Hungria e com a CIA. Mais tarde surgiram outras explicações para a sua estadia na Bolívia. Előd Tóásó, libertado de prisão, afirmou que tinham chegado a Santa Cruz apenas para filmar.[20]

O julgamento de Rózsa Flores é ambivalente em consequência das incertezas e diferentes narrativas relacionadas com a sua vida e morte, nos comentários da

internet surge tanto o herói como o revolucionário contratado, por vezes comparado a Che Guevara.[21]

Independentemente destas circunstâncias, o Jobbik e a MIK costumam organizar comemorações em memória de Szentlászló das quais a homenagem de Eduardo Rózsa Flores é uma parte importante. A MIK declarou o ano de 2019 à memória de Eduardo Rózsa Flores (junto com Gyula Germanus), para o 10º aniversário da sua morte.[22] Ainda hoje encontramos voluntários de Szentlászló que tomam parte ativa do Jobbik. Zsolt Dér, secretário do vice-presidente do Parlamento delegado pelo Jobbik é um veterano que, para além da defesa de Szentlászló, lutou na guerra da Iugoslávia e se converteu ao islamismo.

A nova interpretação histórica, sugerida pelos líderes do Jobbik, refere-se às duas batalhas como elementos importantes. A sua mensagem atual é o valor do forte patriotismo e da solidariedade que vai até ao autossacrifício. Os resultados das batalhas são importantes do ponto de vista da nação húngara. Em ambos os casos, as pessoas muçulmanas tiveram papel essencial, acrescentando assim a tradição histórica húngara, em que os muçulmanos foram sempre pilares fortes do Estado e dos interesses nacionais húngaros.

***

A atitude favorável do Jobbik para com o islão é óbvia mesmo se no fundo, as razões parecem complexas: as tradições orientalistas e a origem oriental dos húngaros, a coabitação histórica com a população muçulmana, a transformação da imagem turca no século XIX e os acontecimentos mais recentes da história húngara do século XX. Alguns destes elementos foram formulados como base das políticas de memória e de identidade pela comunidade muçulmana da Hungria. Exemplos de tais eventos são o combate de Ágfalva e a defesa de Szentlászló. Na pessoa de Eduardo Rózsa Flores nasceu uma ligação surreal entre a América Latina, o islão e a direita radical húngara.

Notas

1 Pelo novo sistema de votação realizada numa única ronda.
2 Disponível em http://www.jobbik.com/vona_g%C3%A1bor_about_islam.
3 Disponível em http://alfahir.hu/gatlastalan_modon_provokal_az_atv.
4 Vona Gábor az iráni nagykövettel találkozott – https://kuruc.info/r/2/17907/ (2007).
5 IV. Béla (1206-1270) Árpád-házi magyar király, mellékneve a „második honalapító". A mongolok inváziójáta követően újjászervezte a magyar államot.

6 A Jobbik és Irán kapcsolata – Disponível em http://politicalradical.cafeblog.hu/2014/03/31/a-jobbik-es-iran-kapcsolata/.
7 A Jobbik és Irán kapcsolata – Disponível em http://politicalradical.cafeblog.hu/2014/03/31/a-jobbik-es-iran-kapcsolata/
8 A Jobbik tényleg európai rekorder lett – Disponível em http://index.hu/belfold/2014/04/14/a_jobbik_tenyleg_europai_rekorder_lett/.
9 Disponível em http://www.hvim.hu/betyarsereg.
10 Disponível em http://vigyazo.blog.hu/2015/08/03/_ok_az_iszlam_ellensegei_muszlim_fatva_a_jobbik_ellen.
11 Interpretações *kuruc* e *labanc* são aquelas contra e pro Habsburgos [N.T].
12 Hilmi Husszein Durics nasceu na cidade de Bosna Krupa a 11 de novembro de 1887. Frequentou a escola secundária local (Darul Muallimin), depois, alegadamente, obteve a sua qualificação superior em teologia muçulmana no Cairo e em Constantinopla. Além de húngaro e bósnio, falava alemão, turco, árabe e persa. Na Primeira Guerra Mundial foi recrutado e serviu sob as ordens das forças bósnias como imã militar. Em outubro de 1920 mudou-se de Viena para Budapeste e um ano mais tarde juntou-se às forças irregulares de Prónay. Conseguiu a cidadania húngara em fevereiro de 1927. No dia 2 de agosto de 1931, deu início à primeira comunidade moderna de muçulmanos na Hungria a qual presidiu. Tinha 52 anos quando morreu em 1940 vítima de doença pulmonar (publicado por Bolek 2002).
13 A resistência armada foi organizada contra a decisão do Tratado de Saint-Germain em que se juntava à Áustria uma faixa ocidental de 4000 quilómetros quadrados da Hungria, parte dos condados Moson, Sopron e Vas, com uma população húngara de 50 mil pessoas. Os que não queriam aceitar a decisão, organizaram a revolta e a resistência armada, liderados por Pál Prónay e Gyula Gömbös. As forças rebeldes chamavam-se Rongyos Gárda (Guardas Esparrafadas) porque funcionavam sem suprimentos militares oficiais do estado. O número das forças rebeldes estava entre 3500 e 4000, e conseguiram defender a frente com uma largura que 200 quilómetros durante quatro meses (Tarján M. Tamás 2014).
14 Os combatentes muçulmanos segundo fontes (nomes em transcrição húngara): *Pazarecs Hazson*, nasceu em 1890, vendedor de caramelos, Ómere Dendics comandante, *Muhara Gondze* e *Gavrila Csabuk*, *Husszein Ibrahim Hilmi* mineiros turcos, *Ahmed* boszniai artilheiro, *Tirnadzics Ibrahim*, *Tabakovics Hazsin*, *Zsikó Ahmed* voluntários de Saraievo. O comandante dos bosníacos era *Ali Fasil* e o dos albaneses chamava-se *Hasszán*.
15 Disponível em https://www.feol.hu/magazinok/maig-rejtely-a-tiz-eve-lelott-eduardo-rozsa-flores--halala-2971951/.
16 Disponível em http://nol.hu/belfold/20110806-atlathatatlan_politikai_szalak-1159621.
17 Disponível em https://pestisracok.hu/interjut-adott-toaso-semmi-nem-igaz-vadakbol-bulizni-es-utazni-ment-boliviaba/.
18 Disponível em https://www.irishtimes.com/news/crime-and-law/caroline-dwyer-awaits-justice--10-years-after-son-s-death-in-bolivia-1.3858752 és https://nepszava.hu/1032961_rozsa-florest-kivegeztek.
19 Disponível em https://wikileaks.org/plusd/cables/09LAPAZ635_a.html.
20 Disponível em https://pestisracok.hu/interjut-adott-toaso-semmi-nem-igaz-vadakbol-bulizni-es-utazni-ment-boliviaba/.
21 Disponível em https://alfahir.hu/2017/08/22/toaso_elod_rozsa_flores_eduardo_cia_bolivia_dokumentumfilm és; https://pestisracok.hu/munkasor-kubai-milicistak-es-terroristak-tolmacsa-rozsa-flores--avagy-egy-kalandor-gyermekkora/.
22 Disponível em https://hvg.hu/itthon/20181206_A_meggyilkolt_Rozsa_Eduardonak_szentel_emlekevet_a_Magyar_Iszlam_Kozosseg és http://os.mti.hu/hirek/140082/a_magyar_iszlam_kozosseg_kozlemenye.

Referências bibliográficas

ANWAR, M. Az iszlám [Islam]. *Kultúra és Közösség*, IV, 2002, I, 2001.

BARTHA, Antal. *A IX-X. századi magyar társadalom* [Hungarian Society in the 9th and 10th Centuries]. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1968.

_____. *A magyar nép őstörténete* [Ancient History of the Hungarians]. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1988.

BÍRÓ, A. Z.; ZALÁN, A.; VÖLGYI, A.; PAMJAV, H. A Y-chromosomal comparison of the Madjars (Kazakhstan) and the Magyars (Hungary). *American Journal of Physical Anthropology*, v. 139, Issue 3, July 2009.

_____; RÓNA, Dániel. Tudatos radikalizmus. A Jobbik útja a parlamentbe 2003-2010. In: *Lánczi András szerk: Nemzet és Radikalizmus*. Budapest: Századvég, 2011.

BODNÁR, Előd. A németországi muszlimok helyzete Thilo Sarrazin könyvének tükrében. In: ISTVÁN, Tarrósy; GLIED, Viktor; KESERŰ, Dávid. Új *népvándorlás – Migráció a 21. században Afrika és Európa között*. Publikon Kiadó, Pécs, 2011.

BOGÁR, László. Globalizáció, avagy a megvalósult abszurditás. In: KÓRÓDI, Mária (szerk.). *Az erőszak kultúrája*. Budapest: Pallas Kiadó Kft., 2009.

BOLEK, Zoltán. *A magyar iszlám története* [History of the Islam in Hungary], 2002. – *http://www.magyariszlam.hu* (last access 21.10.2014).

CHAPMAN, Samuel James. *A Legacy of Fascism: The Jobbik Phenomenon*. Budapest: Central European University, 2010.

CSÁSZÁR, Zsuzsa; PETE, József. A Kárpát-Balkán térség és az iszlám kapcsolatának térbeli és történeti aspektusai [Spatial and Historical Aspects of the Relations of the Carpatho-Balkan Area and the Islam]. In: SZABÓ, V.; OROSZ, Z.; NAGY, R.; FAZEKAS, I. (Eds.). *IV. Magyar Földrajzi Konferencia*, p. 444-450. Debrecen, Debreceni Egyetem, 2008.

CSEPELI, György; ÖRKÉNY, Antal. A magyar nacionalizmus változó arca. In: ANDORKA, Rudolf; KOLOSI, Tamás; VUKOVICH, György (szerk.). *Társadalmi Riport*. Budapest: Tárki, 1996.

CSICSMANN, Lászlo; VÉKONY, Dániel. Muslims in Hungary: A Bridge between East and West? In: BURES, J. (Ed.). *Muslims in Visegrad*, p. 53-67. Prague: Institute of International Relations Prague, 2011.

_____. *A magyarországi muszlim kisebbségek társadalmi integrációjának kihívásai az európai tapasztalatok tükrében.* [Challenges of the Social Integration of the Hungarian Muslim Minorities in the Light of European Experiences], 2011. Final Report TAMOP74.2.1/B709/1/KMR7201070005.

CSIKI, Tamás; JUSTH, Krisztina. Az iszlám kulturális és politikai jelenléte Európában – integráció vagy konfliktus? In: *Nemzet* és *Biztonság – Biztonságpolitikai Szemle*, III. évf. 2010/10. szám, p. 39-45, 2010.

DUMAN, S. *Ismet Inönü Dönemi Türkiye-Macaristan ilişkileri* (Turkish-Hungarian relations in the period of Ismet Inonu). Uluslararası Türk Macar İlişkileri Sempozyumu, 12 p., 2010.

EVLIYA, Çelebi. Evliya Çelebi török világutazó magyarországi utazásai. (trans. Imre Karácsony) [The Travels of Evliya Çelebi, the Turkish World Traveller in Hungary]. Budapest: MTA, 1908.

FARKAS, I. A magyar turanizmus török kapcsolatai [Turkish Connections of Hungarian Turanism]. *Valóság*, 6, p. 57-73, 2007.

FAZEKAS, Cs. *Kisegyházak* és *szektakérdés a Horthy-korszakban* [Freechurches and the Sect Issue in the Horthy Era]. Budapest: TEDISZ – SzPA, 1996.

FERENCI, D.E. *Magyarok* és *az iszlám* [Hungarians and Islam]. – *http://www.academia.edu/796537/* (last access 21.10.2014). İstanbul: Demirpress, 2010.

FODOR, István. Kazárok és kabarok [Khazars and Kabars]. In: SZOMBATHY, V.; LÁSZLÓ, Gy. (Eds.). *Magyarrá lett keleti népek*. Budapest: Panoráma Kiadó, 1988, p. 61-105.

FODOR, Pál. *Magyarország* és *a török hódítás* [Hungary and the Ottoman Conquest]. Budapest: Argumentum, 1991.

FOGARASSY, László. A nyugat-magyarországi kérdés katonai története [Military History of the Western Hungary Question]. *Soproni Szemle*, 2, p. 20-30, 1972.

GÁBOR, Ágoston. Muszlim hitélet és művelődés a Dunántúlon a 16–17. században. – Tanulmányok a török hódoltság és a felszabadító háborúk történetéből [Muslim Religious Life and Education in Transdanubia in the 16th and 17th Centuries – Papers from the History of the Ottoman Conquest and the Liberation Wars]. Pécs. Baranya Megyei Levéltár, p. 282-287, 1993.

_____. Coexisting cultures in Ottoman Hungary, Jewish religious and cultural life in Ottoman Hungary. Muslim culture in an 379 occupied land. Dervishes and their orders. Muslim libraries in Hungary. A Concise History of Hungary. István György Tóth (Ed.). Budapest: Corvina and Osiris al-Gharnati, Abu-Hamid (1985): Abu-Hamid al-Garnáti utazása Kelet-és Közép-Európában, p. 1131-1153 [The Travels of Abu-Hamid al-Garnáti in Eastern and Central Europe in p. 1131-1153]. Budapest: O.G. Bolsakov and A.L. Mongajt, 2005.

GLIED, Viktor. From the Green movement into a party. Effect of the crisis and democratic movements in Hungary. *Politeja*, numer 28. Pismo WSMiP UJ, Poland Jagello University, 2014.

GYÖRFFY, György. *A magyarság keleti elemei* [Eastern Elements of the Hungarians]. Budapest: Gondolat Kiadó, 1990.

GYUROK, János. Jugoszláviai menekültek Magyarországon [Yugoslavian Refugees in Hungary]. *Regio – Kisebbség, politika, társadalom*, 5, 4, p. 50-65, 1994.

HEGYI, Klára. *Török berendezkedés Magyarországon* [Ottoman Arrangement in Hungary] (História Könyvtár, Monográfiák, 7). Budapest, 1995.

IGNAZI, P. Extreme Right Parties in Western Europe. *Biblioteka Dunav*, p. 13-17. Budapest: Tankönyvkiadó, 2003.

IMRE, Adorján. Muzulmánok a magyarok közt a kezdetektől az Árpád-kor végéig [Muslims among the Hungarians from the First Encounters to the end of the Árpád-era]. Székesfehérvár, Fejér Megyei Pedagógiai Intézet, 1988.

JOBBIK. The Movement for a Better Hungary. Radical Change, 2010. (www.jobbik.com/jobbik_news/jobbikannouncements/3152.html [accessed 22/10/2011]).

JOBBIK, Magyarországért Mozgalom. Alapító Nyilatkozat. In: KOLTAY, Gábor. *Adjatok egy jobbik világot*. Budapest: Szabad Tér, 2003.

KAPITÁNY, Ágnes; KAPITÁNY, Gábor. Értékválasztás. Budapest: Új Mandátum Könyvkiadó, 2002.

KARÁCSONY, Gergely; RÓNA, Dániel. A Jobbik titka. A szélsőjobb magyarországi megerősödésének lehetséges okairól. *Politikatudományi Szemle*, n. 1, 2010.

KARÁCSONY, Gergely. A választói magatartás trendjei. In: KURTÁN, Sándor; SÁNDOR, Péter; VASS, László (szerk.). *Magyarország politikai évkönyve 2002-ról.* Budapest: KMKA, 2003.

_____. A történelem fogságában. Generációk, életutak és politikai preferenciák Magyarországon. In: ANGELUSZ, Róbert; TARDOS, Róbert (szerk.). *Törések, hálók, hidak. Választói magatartás* és *politikai tagolódás Magyarországon*. Budapest: DKMKA, 2005.

KARÁCSONYI, J. *Kik voltak s mikor jöttek hazánkba a böszörmények vagy izmaeliták?* [Who were and when did the Busurmans or Ismaelites Arrive to Hungary] (ÉTK, XXIII/7). Budapest: Magyar Tudományos Akadémia, 1913.

KATONA-KISS, Attila. A "sirmioni hunok" Egy muszlim katonai kötelék a XII. századi magyar katonai erőkben [The "Sirmion Huns". A Muslim Military Unit in the 12th century Hungarian Army]. In: ALMÁSI, T.; RÉVÉSZ, É.; SZABADOS, Gy. (Eds.). *Fons, skepsis, lex* Ünnepi *tanulmányok a 70 esztendős Makk Ferenc tiszteletére*, p. 159-171. Szeged, SZTE Történeti Segédtudományok Tanszék and Szegedi Középkorász Műhely, 2010.

KÉPES KRÓNIKA – http://mek.oszk.hu/10600/10642/10642.htm.

KÉRI, László. *A rendszerváltás krónikája 1988-2009*. Budapest: Kossuth Kiadó, 2010.

KISS, Enikő. Muszlimok Budapesten [Muslims in Budapest]. In: KISS, E.; ANWAR, A.; CSISZÁR, A. (Eds.). *Az iszlám Magyarországon* és *a Közel-Keleten*. Budapest: MTA PTI Etnoregionális

Kutatóközpont, Munkafüzetek, 2002. http://mek.oszk.hu/02100/02199/html/ (last access: 21.10.2014).

KITANICS, Máté. A Magyarországra irányuló horvát migráció a 15-18. Században [Croat Migration towards Hungary from the 15th to the 18th Centuries]. In: PAP, N. (Ed.). A Balatontól az Adriáig, p. 59-73. Pécs, Lomart Kiadó, 2006.

KRISTÍNA, Peschlová. *Pediga's Rise and Fall: A Victim of its Own Succes? Cenaa Policy Paper*, 2015.

KRISTÓ, Gyula. *Nem magyar népek a középkori Magyarországon* [Non-Hungarians in Medieval Hungary]. Budapest: Lucidus Kiadó, 2003.

LADÓ, János; BÍRÓ, Ágnes. *Magyar utónévkönyv*. Budapest: Vince Kiadó, 2005.

LENDVAI, Paul. *Az eltékozolt ország*. Budapest: Noran Libro Kiadó, 2011.

LÉDERER, György. A magyarországi iszlám újabb kori történetéhez I. [To the Modern History of Hungarian Islam I.]. *Keletkutatás*, p. 29-49, 1988.

_____. A magyarországi iszlám újabb kori történetéhez II. [To the Modern History of Hungarian Islam II.]. *Keletkutatás*, p. 53-72, 1989.

MAKKAI, B. *Bosznia-Hercegovina mint magyar kivándorlási, avagy expanziós célterület*. [Bosnia-Herzegovina as an Area of Hungarian Emigration or Expansion], p. 135-146, 2013. http://www.prominoritate.hu/folyoiratok/2013/ProMino-1301-08-Makkai.pdf (last access: 21.10.2014).

MANDERSPRACH, Viktor. Élményeim a nyugat-magyarországi szabadságharcról [Memories of the Western Hungarian Freedom War]. *Magyarság folyóirat*, 1-5, p. 6-38, 1926.

MIHÁLFFY, Balázs. A Magyar Iszlám Közösség [The Hungarian Islam Community]. In: GESZTELYI, T. (Ed.). *Egyházak* és *vallások a mai Magyarországon*, p. 182-187. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1991.

NIELSEN, J. (Ed.). *Yearbook of Muslims in Europe*. Amsterdam: Brill Publisher, 2013.

OLÁH, Péter. A török és a magyar turanizmus kapcsolata a 20. század első felében [Relations of the Turkish and Hungarian Turanism in the First Half of the 20th Century]. *Keletkutatás*, p. 67-86, 2012.

ORTUTAY, Gyula (Ed.). *Magyar néprajzi lexikon, I. kötet, „bosnyákok" címszó* [Hungarian Ethnographic Lexicon vol. I. Bosniaks] Főszerk. Ortutay Gyula. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1977.

PALÁDI-KOVÁCS, Attila (Ed.). *Magyar néprajz VIII. Társadalom* [Hungarian Ethnography VIII. Society]. Budapest: Akadémiai Kiadó, 2000.

PALÓCZI-HORVÁTH, András. Besenyők, úzok, kunok [Pechenegs, Oghuz Turks, Cumans]. In: SZOMBATHY, V.; LÁSZLÓ, Gy. (Eds.). *Magyarrá lett keleti népek*, p. 106-163. Budapest: Panoráma, 1988.

PAP, N.; NAGY, J.T.; VÉGH, A.; LÉPHAFT, Á. A magyarországi muszlim migránsok az információs társadalomban [Hungarian Muslim Migrants in the Information Society]. *Információs Társadalom*, 3-4, p. 59-78, 2013.

PAP, Norbert; LADÁNYI, Éva. Hungary. In: NIELSEN, J. (Ed.). *Yearbook of Muslims in Europe*. Amsterdam: Brill Publisher, 2011/2012/2013.

PAP, Norbert. A muszlim közösségek szerveződésének sajátosságai Kelet-Közép Európában [Characteristics of Organization of Muslim Societies in East-Central Europe]. *Civil Szemle*, 2, p. 49-65, 2013a.

_____. A pécsi szunnita muszlim közösség [The Sunni Muslim community of Pécs]. *Kisebbségkutatás*, 2, p. 120-133, 2013b.

_____. *Hungary, the Balkans and the Mediterranean*. Pécs, Publikon, 2013c.

_____. (Ed.). *Szulejmán szultán emlékezete Szigetváron* [The Memories of Sultan Suleyman the Magnificient in Szigetvár] (Mediterrán és Balkán Fórum, VIII). Pécs, University of Pécs, 2014.

PESCHLOVÁ, Kristína. Pediga's Rise and Fall: A Victim of its Own Succes? *Cenaa Policy Paper*, 2015.

RIPP, Zoltán. *Eltékozolt esélyek? A rendszerváltás* értelme és értelmezései. Budapest: Napvilág Kiadó, 2009.

RÓNA-TAS, András. *A honfoglaló magyar nép* [The Landtaking Hungarians]. Budapest: Balassi Kiadó, 1997.

RÓZSA, Erzsébet. Muszlim kisebbségek Közép-Európában, avagy Közép-Európa különlegessége [Muslim Minorities in Central Europe or the Particularity of Central Europe]. In: ROSTOVÁNYI, Zs. (Ed.). *Az iszlám Európában*, p. 405-446. Budapest: Aula Kiadó – Budapesti Corvinus Egyetem, 2010.

ŠAROŠAC, Đ. *Bosanski Hrvati u okolici Pečuha* (ekonomska osnovica seoskog života) [The Bosnian Croats in the surroundings of Pécs (economic characteristics of rural life)], 1991.

SUDÁR, Balázs. *Kulturális létesítmények a török hódoltságban II. Iskolák, fürdők* [Cultural Facilities in Ottoman Hungary II. Schools, Baths] (História, 4), 2003.

_____. Bektaşi Monasteries in Ottoman Hungary (16th-17th centuries). *Acta Orientalia Academiae Scientiarium Hungaricae*. 61: (1-2) p. 227-248, 2008.

SULOK, Zoltán. Muslim minority in Hungary. *Paper for the Warsaw Symposium for the Muslim minorities in Eastern and Central Europe*, 8-10th December 2010, Budapest, p. 76-85, 2010.

TARJÁN, M.T. *1921. augusztus 28. Kirobban a nyugat-magyarországi felkelés* [28th August, 1921. The Western Hungarian Revolution Broke out], 2014. http://www.rubicon.hu/magyar/oldalak/1921_augusztus_28_kirobban_a_nyugat_magyarorszagi_felkeles/

THURÓCZY, János. *A magyarok krónikája*. Budapest: Európa könyvkiadó, 1980.

TÓTH, András; GRAJCZÁR, István. A nemzeti radikalizmus. In: BODA, Zsolt; KÖRÖSÉNYI, András (szerk.). *Van irány? Trendek a magyar politikában.* Új Mandátum Könyvkiadó, Budapest, 2012.

UDVARVÖLGYI, Zsolt. *A magyar iszlám vallásszociológiája* [Sociology of Religion of the Hungarian Islam]. Budapest: Elte Szociológiai Intézet, 1998.

UDVARVÖLGYI, Zsolt. A Magyar Iszlám Közösség megalapítása (1988) [Establishment of the Hungarian Islam Community (1988)]. *Egyháztörténeti Szemle*, 11, 4, p. 133-147, 2010.

VÉKONY, Gábor. *A székely* írás *emlékei, kapcsolatai, története*. Budapest: Nap Kiadó, 2004.

Fontes on-line

ALFAHÍR. *A CIA* árulhatta *el Rózsa-Flores Eduardót?* 22/08/2017, 2017. https://alfahir.hu/2017/08/22/toaso_elod_rozsa_flores_eduardo_cia_bolivia_dokumentumfilm, last accessed: 27/11/2019.

Attila Király Szellemtudományi és *Nemzetstratégiai Akadémia* – http://www.atillaakademia.hu/. barikád.hu: A barikád.hu válogatása a Jobbik programjából (1. rész), 2009. május 16.

Elektronikus formában: http://barikad.hu/node/29240, látogatva: 2009. augusztus 22.

CSÁK, Csongor; LAMBERT, Gábor; Cseke Hajnalka és Dózsa György: Harmadik erőre várva, Egy új párt esélye Magyarországon. In: FIGYELŐ, LI. évfolyam*, 2007/40. szám. Elektronikus formában*: http://www.fn.hu/hetilap/20071002/harmadik_erore_varva/, látogatva: 2009. augusztus 19.

CSEKE, Hajnalka. Győzött a Jobbik. In: FIGYELŐ, LIII. évfolyam*, 2009/24. szám*, p. 10-13.

Elektronikus formában: http://www.fn.hu/hetilap/20090610/gyozott_jobbik/, látogatva: 2009. Augusztus 19.

CZENE, G. A magyar iszlám és a szélsőjobb: átláthatatlan politikai szálak. *NOL*, 06/08/2011, 2011. http://nol.hu/belfold/20110806-atlathatatlan_politikai_szalak-1159621, last accessed: 27/11/2019.

DOBSZAY, János. Az európai parlamenti választások előtt. In: *HVG, XXXI.* évfolyam*, 23*. (1566). szám, p. 6-10, 2011.

FigyelőNet: *A Jobbik középpárttá vált,* 2009. július 29. Elektronikus formában: http://www.fn.hu/belfold/20090729/jobbik_kozeppartta_valt/, látogatva: 2009. augusztus 19.

FigyelőNet: *A Jobbik-szavazók nem szeretik az EU-t*, 2009. július 28. Elektronikus formában: http://www.fn.hu/belfold/20090728/jobbik_szavazok_nem_szeretik/, látogatva: 2009. Augusztus 19.

FigyelőNet: Nem a gárdától várjuk a rendet, 2009. július 29. Elektronikus formában: http://www.fn.hu/belfold/20090729/nem_gardatol_varjuk/, látogatva: 2009. augusztus 19.

Hann Endre-Karácsony Gergely: Ingerküszöb. In: *HVG, XXXI.* évfolyam*, 23*. (1566) szám, 7.

Hann Endre-Karácsony Gergely: Pártok és politikusok népszerűsége, Jobbkanyar, Venczel Tímea: Fagypont körül. In: *HVG, XXXI.* évfolyam*, 9*. (1552.) szám, p. 16-18.

HVG Online 2018: A meggyilkolt Rózsa Eduárdónak szentel emlékévet a Magyar Iszlám Közösség, 06/12/2018, https://hvg.hu/itthon/20181206_A_meggyilkolt_Rozsa_Eduardonak_szentel_emlekevet_a_Magyar_Iszlam_Kozosseg last accessed: 27/11/2019

Jobbik Magyarországért Mozgalom 2009-es EP-választási programja. Elektronikus formában:
http://www.jobbik.hu/sites/jobbik.hu/down/Jobbik-program2009EP.pdf, letöltve: 2009. Augusztus 19.

Jobbik Magyarországért Mozgalom kispesti alapszervezete: A Jobbik rövid története, 2007. Július 16. Elektronikus formában: http://kispest.jobbik.hu/kispest.jobbik.hu/jobbik, látogatva: 2009.
augusztus 22.

Jobbik Magyarországért Mozgalom: Alapító Nyilatkozat. Elektronikus formában: http://www.jobbik.hu/rovatok/partunkrol/alapito_nyilatkozat, látogatva: 2009. augusztus 19.

Karácsonyi Gergely: Pártok és politikusok népszerűsége. Passzív rezisztencia, Utóítélet. In: *HVG, XXXI*. évfolyam*, 26*. (1569.) szám, 20.

A Jobbik táborának mindössze 45 százaléka érzi *a nemzeti radikalizmust* önmagához *közel* állónak. *-FigyelőNet: A Jobbik középpárttá vált*, 2009. július 29. Elektronikus formában: http://www.fn.hu/belfold/20090729/jobbik_kozeppartta_valt/, látogatva: 2009. augusztus 19.385

Jobbik Magyarországért Mozgalom: Bethlen Gábor program. Elektronikus formában: http://www.jobbik.hu/sites/jobbik.hu/down/File/Bethlen_Gabor_program.pdf, letöltve: 2009. augusztus 19.

Juhász Gábor: Ballépések. In: *HVG, XXXI.* évfolyam*, 24*. (1567.) szám, 7.o. Elektronikus formában: http://hvg.hu/hvgfriss/2009.24/200924_Ballepesek.aspx, látogatva: 2009. augusztus 22.

KÖRÖSÉNYI, András; TÓTH, Csaba; TÖRÖK, Gábor. *A magyar politikai rendszer*. 3. átdolgozott kiadás. Budapest: Osiris Kiadó, 2007.

Magyar Gárda hivatalos honlapja – http://magyargarda.hu/- látogatva: 2009. augusztus 20.

Magyar Nemzet Online: Baloldali össztűz *a Jobbikra*, 2009. július 15. Elektronikus formában: http://www.mno.hu/portal/650098?searchtext=jobbik, látogatva: 2009. augusztus 19.

Magyar Nemzet Online: Erősítene a Jobbik, 2009. június 29. Elektronikus formában: http://www.mno.hu/portal/646583?searchtext=jobbik, látogatva: 2009. augusztus 19.

Magyar Nemzet Online: Nézőpont: a többség a rendőrség megerősítése mellett áll, 2009. Július 29. Elektronikus formában: http://www.mno.hu/portal/653055?searchtext=jobbik, látogatva: 2009. augusztus 19.

Magyar Nemzet Online: Zsákutcás cigánypolitika, 2009. augusztus 7. Elektronikus formában: http://www.mno.hu/portal/654961?searchtext=jobbik, látogatva: 2009. augusztus 19.

MEZŐ, G. Munkásőr, kubai milicisták és terroristák tolmácsa. In: RÓZSA-FLORES. *Avagy egy kalandor gyermekkora, Pesti Srácok*, 07/01/2019, 2019. https://pestisracok.hu/munkasor-kubai-milicistak-es-terroristak-tolmacsa-rozsa-flores-avagy-egy-kalandor-gyermekkora/ last accessed: 27/11/2019

MTI. *A Magyar Iszlám Közösség közleménye*, 06/12/2018, 2018. http://os.mti.hu/hirek/140082/a_magyar_iszlam_kozosseg_kozlemenye last accessed: 27/11/2019

Népszava online 2014: Rózsa Florest kivégezték, Népszava, 11/09/2014, https://nepszava.hu/1032961_rozsa-florest-kivegeztek, last accessed: 27/11/2019

O'CONNELL, J. Caroline Dwyer awaits justice 10 years after son's death in Bolivia. *The Irish Times*, 13/04/2019, 2019. https://www.irishtimes.com/news/crime-and-law/caroline-dwyer-awaits-justice-10-years-after-son-s-death-in-bolivia-1.3858752, last accessed: 27/11/2019

ORSZÁGOS, Választási Iroda. *Európai Parlamenti Választások*, 2009. http://www.valasztas.hu/hu/ep2009/index.html, látogatva: 2009. augusztus 19.

PÁMER, D. *Interjút adott Tőásó: semmi nem igaz a vádakból, bulizni és utazni ment Bolíviába, Pest Srácok*, 02/10/2014, 2014. https://pestisracok.hu/interjut-adott-toaso-semmi-nem-igaz-vadakbol--bulizni-es-utazni-ment-boliviaba/, last accessed: 27/11/2019

SZABÓ, Yvette. A Jobbik az önkormányzatokban. In: *HVG, XXXI.* évfolyam*, 29*. (1572.) szám, p. 56-58. Elektronikus formában.

TIHANYI, T. Máig rejtély a tíz éve lelőtt Eduardo Rózsa-Flores halála. *FEOL*, 13/04/2019, 2019. https://www.feol.hu/magazinok/maig-rejtely-a-tiz-eve-lelott-eduardo-rozsa-flores-halala-2971951/, last accessed: 27/11/2019

WIKILEAKS. Bolivia: "terrorism" excuse for mass arrests?, 29/04/2009, 2009. https://wikileaks.org/plusd/cables/09LAPAZ635_a.html last accessed: 27/11/2019

Augusto César Pinheiro da Silva
augustoc@puc-rio.br

Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado em Geografia Política e Ensino de Ciências Sociais na Universidad Autónoma de Madrid (UAM), entre 2009 e 2010. Bolsista de Produtividade do CNPq (nível 2), desde 2017. Foi bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), entre 2013-2016. Professor do quadro permanente do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma universidade. É Vice-Decano de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais (CCS) da PUC-Rio e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência nos estudos geográficos nas áreas de Gestão do Território, Geografia Política e Regional, Políticas Públicas Setoriais, Governanças Cooperativas e Educação Geográfica. É líder dos grupos de pesquisa GeTERJ (Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro) e da REBRAGEO (Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território); participa ativamente do grupo *Investigaciones Geopolíticas Educativas* da Universidad Autónoma de Madrid (UAM), onde ministrou aulas no mestrado do Departamento de Didácticas Específicas. Coordena o Subprojeto *Dinâmicas Socioespaciais dos Mundos Ibérico e Ibero-Americano em Redes Interinstitucionais* financiado pelo CAPES-Print. Orienta alunos de IC, mestrandos e doutorandos diversos. Avaliador institucional e de cursos de graduação do INEP/MEC, desde 2006 e consultor do CNE, desde 2019.

Agustín Sánchez Andrés
asamadrid@hotmail.com

Profesor-Investigador del Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo y Miembro del Sistema Nacional de Investigadores de México (nivel III). Es Doctor en Historia por la Universidad Complutense de Madrid. Ha sido Investigador Visitante en diversas instituciones de España, Francia, Reino Unido, Hungría, Chile y Venezuela.

Alexandro Solórzano
alexandrosol@gmail.com

Geógrafo e Ecólogo Histórico do Bioma Mata Atlântica no Brasil. É bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília, com Doutorado sanduíche pela Colorado State University. Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio e Coordenador do Laboratório Biogeografia e Ecologia Histórica da PUC-Rio.

Alvaro Ferreira
alvaro_ferreira@puc-rio.br

Geógrafo formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fez Pós-Doutorado sob a tutoria do Professor Horácio Capel na Universitat de Barcelona (2009) e foi Professor Visitante Sênior na Universidad Autónoma de Madrid (2020) e Investigador Visitante no ICS-Universidade de Lisboa (2020).

Carlos Braverman
har.carmel@gmail.com

Cientista Político por la Université Paris 8-Saint-Denis y Psicólogo Clínico, Máster en Ética aplicada a la Salud (Bioética) y Dr. en Ciencias Judaicas. Israelí viviendo en Argentina, es Presidente del Instituto Campos Abiertos, institución de investigación y enseñanza de la ciencia política con inspiración progresista que trabaja por los derechos civiles y la convivencia. Su producción científica tiene especial énfasis en la sociedad civil israelí desde una perspectiva post-sionista, la coexistencia judeo-árabe y la paz en Medio Oriente, Investiga y escribe sobre Geopolítica del Medio Oriente, Euro Mediterránea y Euro Asiática.

Cláudia Della Piazza Grossi
claudiadpgrossi@gmail.com

Arquiteta e Urbanista. Cursando Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Mestre em Arquitetura e Urbanismo, com foco em Gestão Ambiental e Territorial (Universidade de Brasília-DF). Perita Judicial-Ambiental, com três Pós-Graduações: Gestão do Meio Ambiente (COPPE/UFRJ), Projetos Urbanos (Instituto Metodista Bennet/RJ) e Engenharia de Segurança do Trabalho (Cândido Mendes/RJ, em andamento). Atua na área ambiental e territorial há aproximadamente 20 anos. Foi Servidora do Ministério do Meio Ambiente, Especialista em Políticas Públicas, corresponsável pelos temas bilaterais, regionais e de cooperação.

Clemente Herrero Fabregat
clemente.herrero@uam.es

Clemente Herrero Fabregat es catedrático Emérito de la Universidad Autónoma de Madrid. Doctor Honoris Causa por la Universidad Regional del Noroeste del Estado de Río Grande do Sul (Ijui). Sus líneas de investigación son tres: Didáctica de la Geografía, Estructura simbólica de la ciudad, Geografía militar y Geopolítica con aplicación educativa. Ha publicado 23 libros, 11 capítulos de libro y más de 60 artículos. Ha dirigido como Investigador Principal 10 proyectos internacionales y 5 nacionales. Ha impartido docencia en universidades de Brasil, Cuba, México, Uruguay, y Ecuador.

Domingo Lilón
lilon.domingo@pte.hu

BA y MA en Derecho Internacional y Doctor en Historia Europea Contemporánea. Profesor titular, Director del Departamento de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos del Instituto de Romanística y Subdirector del Centro Iberoamericano de la Universidad de Pécs, Hungría. Es Coeditor del anuario Iberoamericana Quinqueecclesiensis y Autor de varios libros y ensayos sobre historia, política, relaciones internacionales, cultura. Es Miembro de varias organizaciones internacionales (CEISAL, AHILA, ADHILAC) y de varios grupos de investigación sobre temas migratorios.

Evelin Gabriella Hargitai
hargitai.evelin@pte.hu

Doutorado em Romanística e Sociolinguística. Docente de Língua Portuguesa e Linguística. Bolsista do Instituto Camões, I. P. e além da docência, trabalha como *creative copywriter*. Docente na Universidade de Pécs, Hungria.

Glaucio José Marafon
glauciomarafon@hotmail.com

Professor Titular do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (2010). Publica e coordena obras que versam sobre Geografia Humana, com destaque para a Geografia Fluminense. Membro de conselhos de diversas revistas científicas de Geografia. Editor da Revista GeoUERJ. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq (Nível 1D), é Cientista do Nosso Estado / FAPERJ. Coordenador de programas profissionais Geografia – CAPES. Foi Professor Visitante na Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália (2014-2015).

Gyula Horváth
marcimate01@gmail.com

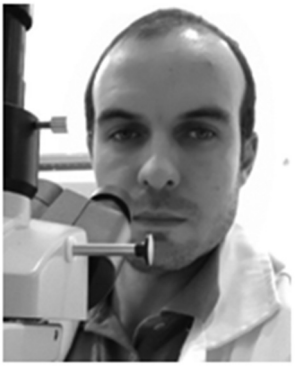
CSc, Profesor Titular de la Universidad de Kaposvár. Jubilado. Fundador de la revista *Acta Scientiarum Socialium* de la Universidad de Kaposvár. Autor de una numerosa monografía y ensayos sobre el populismo clásico latinoamericano, específicamente, los populismos mexicanos (Lázaro Cárdenas), brasileiro (Getulio Vargas) y argentino (Juan Domingo Perón), publicados en varios idiomas (húngaro, inglés, castellano, francés). Miembro de varias organizaciones internacionales (CEISAL, AHILA, ADHILAC).

Horacio Nogueira Pizzolante
hpizzolante1@gmail.com

Desde 2018, cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com bolsa CAPES/PROSUP. Mestre em Geografia no mesmo Programa com dissertação intitulada "Desvendando o cotidiano urbano militarizado: a Operação de Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro", em 2018. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM).

István Szilágyi
szortega@freemail.hu

Catedrático del Instituto de Geografía de la Universidad de Pécs, Hungría. Doctor de la Academia Húngara de Ciencias y Responsable del Programa de Geografía Política y Geopolítica de la Escuela Doctoral en Geografía y Política en el Mundo Contemporáneo. Es hispanista. Sus estudios se han centrado en los problemas de la democratización en América Latina, la Europa Meridional y, más recientemente, en la Europa del Este, con el lógico énfasis en el caso húngaro. Se ocupa de las cuestiones de la teoría de las relaciones internacionales y de geopolítica, de la modernización y de la política regional y de cohesión de la Unión Europea. Autor de 325 ensayos en húngaro, español, ruso, portugués e inglés y de diecisiete libros.



João Pedro Garcia Araujo
jgarcia@eletronuclear.gov.br

Bacharel e Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), em Gestão Ambiental e Economia Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em Educação Ambiental para a Sustentabilidade pelo Centro Universitário SENAC-SP. Cursando Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Biólogo da Eletrobras Eletronuclear, atuando nos temas gestão, monitoramento, educação e licenciamento ambientais.

Luana Correia
luanacorreia88@gmail.com

Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialização em Dinâmicas Urbano Ambientais e Gestão do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora de Educação Básica nas redes pública e privada do Rio de Janeiro. Mediadora a distância na Fundação CECIERJ – CEDERJ, no curso de licenciatura em Geografia. Supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no Subprojeto de Geografia da PUC-Rio. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino da Geografia (NECPEG).

Maté Deák
deak.mate@pte.hu

PhD. É Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais do Instituto de Relações Sociais da Faculdade de Letras e do Instituto de Investigações Transdisciplinares da Faculdade de Medicina da Universidade de Pécs. É Investigador do Centro Iberoamericano. Presidente da Associação Hispano-Húngara de Pécs, Hungria.

María Montserrat Pastor Blázquez
montse.pastor@uam.es

Diplomada en Profesorado, en la Especialidad de Ciencias Humanas, una Licenciatura en Geografía e Historia, en la Sección de Historia y un Doctorado en Historia Contemporánea. Ha recibido Premio Extraordinario de Doctorado y una Beca Predoctoral de Formación de Personal Investigador (F.P.I) del Ministerio de Educación y Ciencia, en el Departamento de Historia Contemporánea, de la Universidad Complutense de Madrid. Es docente Universidad Autónoma de Madrid, en el Departamento de Didácticas Específicas, en el Área de Didáctica de las Ciencias Sociales, como profesora Contratado Doctor, desde 2008.

Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi
mateusviriato@gmail.com

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com dissertação intitulada "Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)", em 2020. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM).

Meylin Alvarado Sánchez
malvara@una.cr

Geógrafa, Licenciada en Educación Ambiental y Master en Desarrollo Comunitario Sustentable de la Universidad Nacional de Costa Rica (UNA), con una especialidad en Geografía y Turismo, del Centro Panamericano de Estudios Geográficos (CEPEIGE) del IPGH, OEA en Quito Ecuador. Evaluadora certificada de la Norma Certificado de Sostenibilidad Turística (CST) del Instituto Costarricense de Turismo (ICT). Doctora del Programa de Postgraduación en Geografía (PPGEO) de la Universidad Estadual de Río de Janeiro (UERJ), Brasil. Profesora de la Escuela de Ciencias Geográficas de la Universidad Nacional de Costa (UNA). Forma parte de la Red para el Liderazgo de los exbecarios de la Fundación Kellogg Fellows, para América Latina y el Caribe (KFLA).

Norbert Pap
pnorbert@gamma.ttk.pte.hu

DSc, PhD em Geografia. Professor Titular da Universidade de Pécs, Hungria. Seu interesse de pesquisa cobre geopolítica, geografia histórica, paisagens memoriais. É Dirigente do Departamento de Geografia Política, Estudos Regionais e de Desenvolvimento da UP. Autor de 386 publicações, incluindo 10 livros.

Péter Reményi
remenyigeo@gmail.com

PhD em Geografia. Professor Associado da Universidade de Pécs, Hungria. Seu interesse de pesquisa cobre geografia política, estudos dos Balcãs, construção de estados e nações, infraestrutura e geopolítica e estudos de fronteira. É um dos principais Organizadores da Conferência Húngara de Geografia Política. Vice-Diretor do Centro de Estudos do Mediterrâneo Oriental e dos Bálcãs. Editor do Fórum do Mediterrâneo e dos Bálcãs. É autor de mais de 120 publicações.

Rafael da Silva Nunes
rsngeo@hotmail.com

Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou como Pesquisador e Analista Técnico na área de Geociências em empresas de consultoria ambiental e de engenharia no suporte de bases geográficas, mapeamentos e análises de diversas naturezas. Foi Gerente do Laboratório de Geoprocessamento da PUC-Rio. Atualmente integra o quadro de professores do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. É líder do ORC (Organização de Estudos das Representações Cartográficas – PUC-Rio) e Membro dos Grupos de Pesquisa GeTERJ (Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro – PUC-Rio) e NEAC (Núcleo de Estudos de Ambientes Costeiros – PUC-Rio).

Rejane Rodrigues
rcarodrigues@gmail.com

Professora do Departamento de Geografia da PUC-Rio, atuando na linha "Educação Geográfica e Cidadania" nos cursos de Mestrado e de Doutorado. Foi Professora da Educação Básica entre 1988 e 2021, atuando a maior parte deste período no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem produção acadêmica voltada aos debates sobre a Educação Geográfica, formação de professores e metodologias de ensino da Geografia. Pesquisadora do NECPEG (Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino da Geografia) e do OBEG (Observatório Nacional da Educação Geográfica). Coordenadora do PIBID de Geografia da PUC-Rio.

Rodrigo Penna-Firme
rodrigopennafirme@gmail.com

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. PhD em Antropologia Ambiental pela Indiana University (EUA). Mestre em Ciências Ambientais e Florestais. Graduação e Licenciatura em Ciências Biológicas. Possui experiência nacional e internacional em investigações acadêmico-científicas e ensino das relações entre seres humanos e natureza, em especial, pelos olhares da Antropologia Ambiental e da Ecologia Política.

Viktor Glied
glied.viktor@pte.hu

PhD em Ciência Política. Professor Assistente do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da Universidade de Pécs, Hungria. Historiador e Cientista Político. Seus interesses de pesquisa cobrem ecopolítica, sociedade civil, história húngara e internacional nos séculos XX e XXI e questões de migração. Autor e Editor de diversos livros e estudos acadêmicos, além de Membro e Colaborador de pesquisas que examinam diferentes aspectos da ciência política, da migração e do desenvolvimento sustentável.

EDITORA PUC RIO
Departamento de Geografia e Meio Ambiente
CAPES
GeTERJ
Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro